

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Alexandre Blankl Batista

Do trotskismo ao ultraliberalismo: a trajetória de Paulo Francis na imprensa  
brasileira (1962-1997)

Porto Alegre  
Outubro de 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Alexandre Blankl Batista

Do trotskismo ao ultraliberalismo: a trajetória de Paulo Francis na imprensa  
brasileira (1962-1997)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História.

Banca examinadora:

Prof. Dr<sup>a</sup>. Claudia Wasserman (Orientadora).

Prof. Dr<sup>a</sup>. Carla Luciana Souza da Silva (História - UNIOESTE)

Prof. Dr. Nilo André Piana de Castro (Aplicação - UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (História - UFRGS)

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar (História - UFRGS)

Porto Alegre  
Outubro de 2015

### CIP - Catalogação na Publicação

Batista, Alexandre Blankl

Do trotskismo ao ultraliberalismo: a trajetória de Paulo Francis na imprensa brasileira (1962-1997) / Alexandre Blankl Batista. -- 2015.  
314 f.

Orientadora: Claudia Wasserman.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Paulo Francis. 2. Trotskismo. 3. Ultraliberalismo. 4. História e Imprensa. 5. Hegemonia. I. Wasserman, Claudia, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

O caminho até a conclusão desta tese não se fez apenas em quatro anos. A preparação da pesquisa, talvez, mas do pesquisador levou bem mais. Os erros e limitações deste texto são de minha inteira responsabilidade; os méritos que eventualmente tenham devem-se, contudo, a bastante gente. Às pessoas que me ensinaram, aos meus professores e colegas, e às pessoas que me ajudaram, me apoiaram sempre quando precisei e quando achava, equivocadamente, que não precisava. Algumas delas apenas serão citadas aqui.

Em primeiro lugar devo agradecer aos meus pais. Queridos pais, que mesmo contando com poucos recursos, oriundos dos ofícios de pedreiro e de empregada doméstica, nunca deixaram de dedicar grande parte deles aos estudos do único filho. Nunca me faltou nada, posso dizer com orgulho, e isso foi tudo graças a eles, Irma, minha mãe, e João, meu já falecido pai.

Agradeço à minha esposa Juliana, também historiadora, pela compreensão, carinho, cuidado, dedicação e paciência. Além disso, nesta tese, em particular, ajudou na revisão, além de ter acessado e enviado fontes importantes do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, utilizadas na pesquisa. Ao querido João Arthur, que dá aquela alegria pueril nos momentos em família, que estou vendo crescer e gostando do inteligente rapaz que está se tornando. Obrigado à Dona Ires, à Rosemari e à Roseli pela acolhida na “família Juca”, sobretudo por segurarem as broncas, darem estrutura e alegria para a gente em todos os momentos.

Aos meus familiares de Gravataí e de Aratiba, Tia Neda, Ceci, Ioiô, Zenaide, Tio Adolfo e à minha madrinha Noeli. Às ex-vizinhas de Viamão, Dona Jane, Lena e Dona Maria. A distância, além de deixar saudades, faz a gente dar bastante valor a tudo o que já compartilhamos em outros tempos e a tudo o que vocês me ensinaram.

Este trabalho não seria possível sem o ótimo projeto de digitalização de acervos dos jornais realizados pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, o auxílio nos dois primeiros anos de doutorado de uma bolsa financiada pela CAPES foi fundamental para a realização desta pesquisa. Além do agradecimento à própria CAPES, devo agradecer ao esforço de todos do PPGH-UFRGS em manter a qualidade do programa, possibilitando recorrer a esses fundamentais recursos financeiros.

Um obrigado especial aos funcionários dos acervos onde pesquisei, no Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, nas bibliotecas da PUCRS e da UFRGS, todos localizados em Porto Alegre, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, nas bibliotecas de Ciências Humanas da USP e PUC, em São Paulo, nas bibliotecas da UNIOESTE e no acervo do CEPEDAL-UNIOESTE, em Marechal Cândido Rondon.

Aos colegas do Colegiado de História da UNIOESTE, especialmente Carla, Marcio, Gilberto, Lucas, Rodrigo, Cláudia, Cida, Antônio, Maria, Marcos Vinícius, Edina e Ivonete. Aprendi muito com vocês nesses sete anos; há um pouquinho de cada um de vocês ao longo deste texto.

Aos meus eternos mestres Enrique Padrós, Carla Rodeghero (que me ensinou a problematizar, sistematizar e organizar uma pesquisa), Dario, Regina Xavier e, especialmente, Claudia Wasserman, que também foi minha professora, me inspira muito em minhas aulas de História da América, aceitou orientar este trabalho e conversar com entusiasmo sobre os destinos do Paulo Francis.

O modo como este trabalho foi escrito e pensado deve, em particular, à Carla e ao Gilberto, que conheci ainda no CD-AIB/PRP, quando era bolsista de iniciação científica da FAPERGS. Foram eles que organizaram e me incentivaram a participar de um grupo de estudos sobre Gramsci, em Porto Alegre, junto com Claudira, Daniel e Karen. Desde então, o interesse pela obra do intelectual italiano só cresceu. Por extensão, devo lembrar de toda a turma do Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP, que na verdade me apresentaram a eles, Claudira, Daniel, Ângela e Rodrigo. O Gustavo chegou depois, mas, naquele ambiente, apreendíamos sempre juntos. Trago muito de minha formação como pesquisador de lá.

Agradeço a todos os amigos e colegas que palpitararam, compartilharam ideias ou contribuíram de alguma forma com sugestões para este trabalho, especialmente Sana, Claudira, Fábio, Lucas, Carla, Gilberto, Carol, Wanderson, Eurelino, Gelsom e David.

Aos professores de minhas bancas de qualificação e de defesa, Carla Silva, Luiz Grijó, Nilo de Castro e Temístocles Cezar, pela leitura atenta do trabalho, pelos apontamentos, sugestões, críticas e diálogo profícuo.

A todos os amigos que estiveram comigo e acompanharam minhas preocupações frente a esta pesquisa ou às constantes exigências do mundo acadêmico, e que, de alguma forma, tornaram o processo menos árduo, seja pela amizade ou pelo companheirismo. Obrigado aos meus amigos do Rio Grande do Sul, Grasi, Marcelo, Rita, Michel, Sana, Marquito, Diego, Gabriel, Ricardo, Claudira, Gustavo, Daniel, Rodrigo e Ângela; e aos amigos do Oeste do Paraná, Márcio, Sandra, Carla, Gilberto, Rodrigo, Morgânia, Cláudia, João Paulo, Marquinhos, Cintia, Gabriel, Periquito, Zen, Barraca, Kleine, Guilherme, Carlão, Dilson, Salete, Preto, Vera e Airton.

Esta tese, além de um trabalho acadêmico, é também um agradecimento ao meu pai e uma lembrança de que não chegamos a lugar algum sozinhos. Ele me ensinou que tudo o que a gente faz, além de se tentar fazer bem feito e caprichado, tem de se fazer com prazer. O presente trabalho concentra ao menos esse esforço, e é uma modesta tentativa nesse sentido. Por isso, esta tese é dedicada a ele, João Luiz Batista, meu pai.

## RESUMO

O trabalho tem por objetivo apresentar parte da trajetória intelectual do jornalista e polemista Paulo Francis (1930-1997) em sua incursão pela imprensa brasileira. Francis assumia-se como trotskista na juventude. Entre 1962 e 1968, o jornalista defendia ideias nacionalistas durante sua atuação em certos periódicos de imprensa, como nos jornais *Última Hora* e *Correio da Manhã* e na *Revista Civilização Brasileira*. Atuou também no semanário *O Pasquim*, entre 1969 e 1976, tendo considerável repercussão junto com os colegas Jaguar, Ziraldo, Millôr Fernandes, Fausto Wolf, Ivan Lessa, Henfil, entre outros. Em meados da década de 1970, Francis ingressou na grande imprensa paulista e, continuamente, foi transformando suas ideias até converter seu viés ideológico de uma postura nacional-desenvolvimentista para liberal-conservadora. Nas décadas de 1980 e 1990, assim como aconteceu com a própria imprensa de que fazia parte, progressivamente, foi alinhando-se com a agenda ultraliberal. Essa fase diz respeito também à sua consolidação no jornalismo televisivo da Rede Globo de TV e na criação de sua famosa coluna bissemanal, *Diário da Corte*, primeiramente no jornal *Folha de São Paulo* e, depois, n' *O Estado de São Paulo*. Em meio a esse trajeto, a tese buscou analisar alguns dos diferentes temas que Paulo Francis se dispôs a abordar, valendo-se de seu espaço na imprensa, desde os anos 1960 até a década de 1990.

**Palavras-chave:** Paulo Francis; História e Imprensa; trotskismo; neoliberalismo.

## ABSTRACT

### **From trotskyism to ultraliberalism: the trajectory of Paulo Francis in Brazilian press (1962-1997)**

This thesis aims to present part of the intellectual trajectory of the journalist and polemist Paulo Francis (1930-1997) in his incursion through the Brazilian press. Francis assumed himself as trotskyist in his youth. Between 1962 and 1968, the journalist has defended nationalist ideas during his activity in journals, as in the newspapers *Última Hora* and *Correio da Manhã*, as well in the *Revista Civilização Brasileira*. He also worked in the weekly tabloid *O Pasquim*, between 1969 and 1976, and had considerable repercussion along his mates Jaguar, Ziraldo, Millôr Fernandes, Fausto Wolf, Ivan Lessa, Henfil, among others. In mid-1970s, Francis has joined the great São Paulo's press and continuously changed his ideas until converting his ideological bias from a national-developmental posture to conservative-liberal. During the 1980s and 1990s, as well as it happened with the press that he was part of; gradually he was aligning himself with the ultra-liberal agenda. This phase also concerns the consolidation in television journalism at the *Rede Globo TV* and in the creation of his famous twice-a-week column, "Diário da Corte", in two newspapers: first in *Folha de São Paulo* and after in *O Estado de São Paulo*. In this trajectory, the thesis sought to analyze some of the different subjects which Paulo Francis had discussed, using his space in press, since the 1960s until the 1990s.

**Keywords:** Paul Francis; History and Press; Trotskyism; neoliberalism.

## LISTA DE SIGLAS

<b>ADESG</b> – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra	<b>OEA</b> – Organização dos Estados Americanos
<b>AI5</b> – Ato Institucional número cinco	<b>OEI</b> – Oposição de Esquerda Internacional
<b>ALN</b> – Ação Libertadora Nacional	<b>OESP</b> – O Estado de São Paulo
<b>AP</b> – Ação Popular	<b>OPC</b> – Escritório para Coordenação de Políticas
<b>CDM</b> – Correio da Manhã	<b>OSS</b> – Office of Strategic Services
<b>CIA</b> – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos EUA)	<b>OTAN</b> (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
<b>CGT</b> – Comando Geral dos Trabalhadores	<b>PCB</b> – Partido Comunista Brasileiro
<b>CODI</b> – Centro de Operações de Defesa Interna	<b>POL</b> – Partido Operário Leninista
<b>CPI</b> – Comissão Parlamentar de Inquérito	<b>POR (T)</b> – Partido Operário Revolucionário Trotskista
<b>CTI</b> – Comando dos Trabalhadores Intelectuais	<b>PRN</b> – Partido da Reconstrução Nacional
<b>DOPS</b> – Departamento de Ordem Política e Social	<b>PSDB</b> – Partido da Social Democracia Brasileira
<b>ESG</b> – Escola Superior de Guerra	<b>PSR</b> – Partido Socialista Revolucionário
<b>EUA</b> – Estados Unidos da América	<b>PT</b> – Partido dos Trabalhadores
<b>FHC</b> – Fernando Henrique Cardoso	<b>PUC-RS</b> – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
<b>FMI</b> – Fundo Monetário Internacional	<b>PUC-SP</b> – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
<b>FMP</b> – Frente de Mobilização Popular	<b>RCB</b> – Revista Civilização Brasileira
<b>FSP</b> – Folha de São Paulo	<b>SEST</b> – Secretaria Especial de Controle de Empresas Estatais
<b>GB</b> – Guanabara	<b>SNI</b> – Serviço Nacional de Inteligência
<b>GCL</b> – Grupo Comunista Lênin	<b>SWP</b> – Socialist Workers Party
<b>GNT</b> – Globosat News Television	<b>TE</b> ou <b>TEB</b> – Teatro do Estudante do Brasil
<b>IBAD</b> – Instituto Brasileiro de Ação Democrática	<b>TUCA</b> – Teatro Universitário Carioca
<b>IPES</b> – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais	<b>UDN</b> – União Democrática Nacional
<b>IPM</b> – Inquérito Policial Militar	<b>UFMG</b> – Universidade Federal de Minas Gerais
<b>ISEB</b> – Instituto Superior de Estudos Brasileiros	<b>UFRGS</b> – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<b>LCB</b> – Liga Comunista do Brasil	<b>UNE</b> – União Nacional dos Estudantes
<b>LCI</b> – Liga Comunista Internacionalista	<b>URSS</b> – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>MNR</b> – Movimento Nacionalista Revolucionário	<b>USP</b> – Universidade de São Paulo
<b>MR-8</b> – Movimento Revolucionário Oito de Outubro	

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>IMAGEM 1</b> - OS JORNALISTAS AO POVO .....	88
<b>IMAGEM 2</b> - PAULO FRANCIS INTERPRETA E COMENTA ( <i>ÚLTIMA HORA</i> ) .....	97
<b>IMAGEM 3</b> - INFORMAÇÃO SNI: FRANCIS E CHE GUEVARA .....	128
<b>IMAGEM 4</b> - ARTIGO DE FRANCIS NO <i>CORREIO DA MANHÃ</i> , IPM DO EXÉRCITO .....	129
<b>IMAGEM 5</b> - CARTUNS PARA PAULO FRANCIS .....	162
<b>IMAGEM 6</b> - PAULO FRANCIS EM QUADRINHOS (JAGUAR) .....	163
<b>IMAGEM 7</b> - PAULO FRANCIS EM QUADRINHOS (MILLÔR FERNANDES) .....	164
<b>IMAGEM 8</b> - PAULO FRANCIS EM QUADRINHOS (JAGUAR) .....	165
<b>IMAGEM 9</b> - RM: UM HOMEM CHAMADO PORCARIA .....	166
<b>IMAGEM 10</b> - ARTIGO DE FRANCIS RABISCADO PELOS MILITARES .....	167
<b>IMAGEM 11</b> - MANCHETE DA <i>FSP</i> E ARTIGO DE FRANCIS CONJUGADOS NA CAPA .....	228
<b>IMAGEM 12</b> - DIÁRIO DA CORTE, DE PAULO FRANCIS ( <i>FSP</i> ) .....	231
<b>IMAGEM 13</b> - DIÁRIO DA CORTE, DE PAULO FRANCIS ( <i>OESP</i> ) .....	283
<b>IMAGEM 14</b> - CADERNO 2 ( <i>OESP</i> ): DIVULGAÇÃO DE <i>TRINTA ANOS ESTA NOITE</i> .....	284

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	4
<b>ABSTRACT</b> .....	5
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	6
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b> .....	7
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I – O ingresso no jornalismo político</b> .....	<b>41</b>
1.1 Trajetória pessoal e profissional .....	41
1.2 Sobre a identificação com o espectro político da esquerda .....	53
1.3 Qual seria o impacto e o que representaria a chamada crise ideológica? .....	56
1.4 As opções brasileiras no trotskismo e a oposição à ditadura .....	63
1.5 O trotskismo de Francis.....	67
1.6 O <i>Última Hora</i> e as colunas de Francis entre 1962 e 1964 .....	71
1.7 O contexto de sua virada ideológica .....	89
1.8 A CIA, os intelectuais e o anticomunismo .....	93
<b>CAPÍTULO II – A resistência na imprensa de oposição à ditadura ...</b>	<b>98</b>
2.1 Francis na <i>Revista Civilização Brasileira</i> e no <i>Correio da Manhã</i> .....	98
2.2 A prisão de Paulo Francis e a abertura do Inquérito Policial Militar .....	118
2.3 A Esquerda Festiva .....	130
2.4 Paulo Francis <i>n'O Pasquim</i> .....	139
2.4.1 URSS, Vietnã e a liberdade intelectual .....	148
2.4.2 O antistalinismo e o antiamericanismo .....	151
2.4.3 A “janela para os EUA”: O Pasquim, Tribuna da Imprensa e Opinião .....	156

### **CAPÍTULO III – Acesso à grande imprensa paulista: *Folha de SP* . 168**

3.1 O Ultraliberalismo: “Neoliberalismo” em questão .....	169
3.2 A gestão do ultraliberalismo no discurso da <i>Folha de São Paulo</i> .....	173
3.3 Paulo Francis na <i>Folha de São Paulo</i> .....	186
3.4 Meados dos anos 1980: a conversão de Francis à direita liberal .....	204
3.5 O polemismo na <i>FSP</i> .....	211
3.6 As eleições de 1989 e a derrocada do socialismo no Leste Europeu .....	221

### **CAPÍTULO IV – O Ingresso no Jornal *O Estado de São Paulo* ..... 232**

4.1 Perfil editorial d’ <i>O Estado de São Paulo</i> .....	232
4.2 O Diário da Corte n’ <i>O Estado de São Paulo</i> .....	240
4.3 A organicidade de Francis durante o período FHC.....	247
4.4 O golpe de 1964 e a ditadura no discurso de Paulo Francis .....	255
4.4.1 Paulo Francis escreve sobre o golpe e a ditadura .....	261
4.4.2 Paulo Francis e Elio Gaspari: ideias em comum e sociabilidade .....	272

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 285**

### **REFERÊNCIAS ..... 296**

Bibliografia sobre Paulo Francis .....	296
Fontes - periódicos.....	297
Fontes - arquivos policiais e militares .....	297
Livros de Paulo Francis .....	298
Coletâneas dos textos de Paulo Francis organizados por outros autores .....	299
Bibliografia Geral.....	299
Referências audiovisuais.....	306
Artigos e entrevistas em jornais, revistas, anais, periódicos <i>on line</i> , <i>sites</i> e <i>blogs</i> ...	307

“**Conversões** - Ninguém é mais direitista do que um ex-esquerdista. Talvez porque a desilusão com as promessas nunca realizadas da esquerda se misture com a necessidade do novo direitista de exorcizar seu passado, de se autopunir pela sua ingenuidade. Para repudiar o que era, o ex-esquerdista precisa arrasar o que era. Como está também arrasando o seu passado, a sua juventude e o tempo que perdeu acreditando em coisas como igualdade, solidariedade e a redenção da humanidade, não admira que sua crítica à esquerda seja tão ácida. Está lamentando a si mesmo, o que só aumenta sua raiva. O adágio, tão repetido, segundo o qual quem não é de esquerda até uma certa idade não tem coração e quem não é de direita depois não tem cérebro, equipara a migração da esquerda para a direita como uma conquista da sabedoria [...]. Os ex-trotskistas odeiam o que foram um dia, e seu conservadorismo ativo é uma forma de expiação [...]. Para quem ainda se considera de esquerda, apesar das desilusões e de um coração combalido, o rancor dos convertidos tem seu lado positivo. Mostra que a esquerda ainda existe, logo chateia. Ou chateia, logo existe”.

Luis Fernando Veríssimo (*Zero Hora*, 22/07/2013).

## INTRODUÇÃO

Esta tese aborda a participação de Paulo Francis em diferentes periódicos da imprensa brasileira, particularmente a partir da década de 1960, focando certas peculiaridades dessa atuação e trajetória do autor. A partir de suas colunas escritas nos jornais *Última Hora*, *Correio da Manhã*, *O Pasquim*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, além de suas colaborações para *Revista Civilização Brasileira* e *Realidade*, buscou-se avaliar as nuances de seu ideário e as características, em diversos momentos, de sua identificação político-ideológica. Portanto, em meio a sua carreira jornalística, a pesquisa concentra-se em como ele manifestou o seu papel de intelectual. Para essa empreitada, o trabalho divide-se em quatro partes: as duas primeiras englobam a atuação de Francis anterior à sua entrada para a *Folha de São Paulo*, em meados da década de 1970, marcando maior identificação com a esquerda, e as duas últimas partes, posterior a essa época, a qual evidencia, aos poucos, os traços fundamentais de sua guinada ideológica em favor do ultraliberalismo<sup>1</sup>. Com base nesses elementos, o estudo se volta diretamente aos escritos de Paulo Francis nos periódicos mencionados, além de relacionar esta imprensa aos seus respectivos agentes, interesses de classe e contextos históricos específicos. Dessa maneira, em meio ao objetivo central do trabalho, observaremos variados aspectos do processo histórico brasileiro, aliado à conjuntura internacional, desde a década de 1960, analisando certos traços editoriais da imprensa em foco e as perspectivas dos embates hegemônicos e contra-hegemônicos no seio da imprensa brasileira, particularmente aqueles protagonizados por Paulo Francis.

Franz Paul Trannin da Matta Heilborn, vulgo Paulo Francis (1930-1997), foi um polêmico jornalista brasileiro, conhecido defensor do chamado “ideário neoliberal” no Brasil, principalmente a partir do final da década de 1980. Se radicou em Nova Iorque nos anos 70 e atuou em importantes jornais da imprensa brasileira. Para as gerações mais jovens, Paulo Francis tem sido lembrado como ferrenho defensor das privatizações e adversário das estatais, simpático às ideias da direita liberal e jornalista ligado aos grandes grupos da imprensa nacional. Entretanto, nem sempre foi assim. Francis já foi admirado por parte da esquerda brasileira, especialmente pelo conteúdo que escrevia

---

<sup>1</sup> Fase demarcada entre os anos 1980 e 1990 em que predominam ideias reapropriadas e radicalizadas de matriz liberal. O contexto e a perspectiva adotada frente à problemática inerente a essa fase serão explicitados adiante.

para os jornais *Última Hora*, *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Opinião* e *O Pasquim*, na década de 1960 até meados da década de 1970. Teve relevante participação, também, na *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968), dirigida por Ênio Silveira. Correlatos à atuação de Francis, com exceção do *Última Hora*, por se tratar de um período anterior, todos esses periódicos tiveram postura editorial crítica perante a ditadura civil-militar brasileira. Na ocasião, o jornalista assumia-se como *trotskista*, supostamente orientando suas opiniões, em seus textos jornalísticos, por meio desta perspectiva ideológica.

Admitir que há ruptura ideológica pressupõe distinguir fases distintas do conjunto da obra de um intelectual. Em um primeiro momento, provisoriamente, podemos vislumbrar a versão de alguns dos biógrafos de Francis, que apresentam duas fases marcantes em sua trajetória profissional e intelectual<sup>2</sup>. O ingresso na grande imprensa, a partir de 1975, quando já morava há quatro anos nos Estados Unidos, segundo identificam seus biógrafos, marcaria, então, sua ruptura com o trotskismo. Além desse elemento, estaria o deslumbre do jornalista com o ambiente que escolheu para viver a partir de 1971, mais precisamente a cidade de Nova Iorque. Apesar de mencionarmos como razoável essa perspectiva, consideraremos outras nuances dentro de sua trajetória intelectual, as quais apontam incertezas quanto à sua militância na esquerda muito antes dessa época.

A problemática em torno da guinada ao conservadorismo<sup>3</sup> é um fenômeno que não é apenas pertinente a Paulo Francis, mas a diversos intelectuais identificados com o trotskismo, ou com o espectro político alinhado à esquerda socialista, e que depois radicalizaram sua crítica ao socialismo alinhando-se ao centro ou à direita liberal. Nesse sentido, é importante levantar certas problemáticas que envolvem as adesões ao espectro político da esquerda, bem como os processos históricos pertinentes que, de uma forma ou outra, teriam relação com as metamorfoses ideológicas incidentes sobre diversos

---

<sup>2</sup> Entre os principais biógrafos de Paulo Francis destacamos Daniel Piza, Fernando Jorge e Paulo Eduardo Nogueira: PIZA, Daniel. *Paulo Francis: Brasil na cabeça*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Prefeitura, 2004; JORGE, Fernando. *Vida e obra do plagiário Paulo Francis: O mergulho da ignorância no poço da estupidez*. São Paulo: Geração Editorial, 1996; NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis polemista profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

<sup>3</sup> Adotamos a perspectiva interpretativa sobre o “conservadorismo” compreendida por Agustín Cueva e os autores de sua obra coletiva, referenciada a seguir. Conforme Cueva, na transição da década de 1970 para 1980, emergiu uma nova espécie de conservadorismo, inicialmente triunfante nos EUA, Canadá, Inglaterra, Alemanha e outros países ocidentais. Entre suas características, soma-se o chamado “neoliberalismo” econômico, o antimarxismo e o antiterceiro-mundismo apresentados como “moda ideológica” da “elite intelectual europeia”: CUEVA, Agustín (Org.). *Tempos conservadores*. São Paulo: Hucitec, 1987.

intelectuais hoje convertidos ao centro ou à direita do espectro político. Ponderamos que a questão contemporânea, envolvendo os intelectuais que “reciclaram” seu discurso em favor de uma crítica das esquerdas, atuando sob uma perspectiva liberal, conservadora ou social-democrata, será apenas apontada nesta tese, mas não será objeto de uma reflexão mais aprofundada e detalhada. Entendemos que a diversidade dos casos existentes não converge para uma explicação comum e abrangente. Assim, nos ocuparemos mais sobre o caso de Paulo Francis, agrupando os elementos e processos que estiveram interligados com sua trajetória pessoal, profissional e intelectual.

Para cobrir alguns aspectos da primeira fase intelectual de Francis, apresentaremos dados relevantes de sua biografia, alguns excertos de suas colunas nos jornais *Última Hora*, *Correio da Manhã* e *O Pasquim*, tentando perceber suas posições e eventuais identificações com o socialismo e sua *práxis*, assim como especular acerca do teor de orientação de seu suposto trotskismo. Parte desse quadro será exposto no primeiro capítulo, exceto sua atuação no *Correio da Manhã* e n’*O Pasquim*, que será trabalhada no capítulo seguinte, referindo-se a uma fase de transição na carreira do jornalista, nos anos que se seguiram imediatamente ao pós-1964.

Além disso, como princípio introdutório, ainda no capítulo inicial, também faremos um apanhado de certas questões que envolvem a identificação com os espectros políticos de esquerda e de direita dentro de um leque de possibilidades generalizado, mas assim feito com a intenção de viabilizar uma compreensão mais “didática” do problema. Ainda na primeira parte do trabalho, procuramos levantar algumas questões sobre o fenômeno que denominamos de “crise ideológica da esquerda” ou “crise do marxismo”. Por fim, destacamos a atuação de Paulo Francis no jornal *Última Hora*, apontando onde se encontrariam os vínculos deste intelectual com o bloco político que tinha por finalidade permanecer no poder, entre 1962 e início de 1964, tentando desempenhar um papel conectivo, sugerindo caminhos e soluções junto com os membros do jornal e de acordo com o seu perfil editorial para o sustento daquela frágil coalizão.

O segundo capítulo abrange a atuação de Paulo Francis nos periódicos *Correio da Manhã*, *Revista Civilização Brasileira* e *O Pasquim*, marcando a passagem de Francis para a imprensa que fazia oposição à ditadura civil-militar no país. No *Correio da Manhã* e *Revista Civilização Brasileira*, o jornalista empenhou-se em compreender o golpe de 1964 e os anos iniciais de ditadura, tornando-se um agente crítico e inconveniente aos olhos do regime. Essa afirmação se confirma ao verificarmos os

arquivos militares que monitoravam os artigos de Francis e o consideravam perigoso, taxando-o como um “agente comunista infiltrado na imprensa”. Por esse viés, faremos uma amostragem dos inquéritos e processos policiais que motivaram a associação de sua figura e do que escrevia, essencialmente nos meios militares, como a de um “perigoso comunista”.

De modo geral, podemos verificar que Francis deixou de apontar caminhos no período pós 1968, sendo cético quanto a saídas políticas práticas, especialmente ligadas a uma alternativa socialista. Dessa maneira, não conseguimos perceber nitidamente seu vínculo conectivo e sua organicidade intelectual com quaisquer grupos políticos bem definidos a partir de então<sup>4</sup>. Após o AI5 e com o desmantelamento do *Correio da Manhã*, Francis atua por algum tempo como *freelancer* da revista *Realidade*. Utilizaremos alguns de seus artigos nessa revista para visualizar o início de uma mudança temática nos textos do jornalista, baseada preponderantemente nos assuntos internacionais. A análise de sua atuação para *O Pasquim* limitou-se nesta tese ao período entre 1969 até 1971, ano em que partiu para Nova Iorque<sup>5</sup>. Nota-se, nos temas abordados por ele, um persistente antistalinismo (presente também nos artigos para *Realidade*) e a crítica ao “modelo soviético” feita de maneira acentuada. Ao lado disso, há destaque, entre suas abordagens temáticas, aos assuntos relacionados à crítica de Israel e o constante arbítrio e violência frente aos árabes na fronteira com o seu território e no território da Palestina, além da denúncia sobre a intervenção armada estadunidense no Vietnã.

No terceiro capítulo, buscamos entender a atuação intelectual de Paulo Francis no contexto de redemocratização brasileira, acompanhando fundamentalmente as nuances em seus escritos que acarretaram no abandono do socialismo, declaradamente por volta de 1979, e sua adesão aos princípios liberais, confessadamente expressa por ele na entrada do ano de 1984, aliada a uma também mudança no perfil editorial da *Folha de São Paulo*. No final da década de 1980, nota-se um crescente conservadorismo nos textos do autor, a partir dos quais visualizamos um discurso agressivo contra afrodescendentes e nordestinos. Esse discurso aliou-se à ironia e ao cinismo de Francis

---

<sup>4</sup> Apesar de a esquerda brasileira ter estado desorganizada e fragmentada entre o fim dos anos 60 e início dos 70, proporcionando poucas alternativas dentro da ordem legal, havia as opções pela luta armada contra o regime e as organizações clandestinas. Além disso, fora do país, vários exilados não deixaram de exercer militância, apoiando as causas e opções à esquerda do espectro político manifestos em outros países.

<sup>5</sup> No semanário, a partir de 1971, morando já em Nova Iorque, o jornalista continuou enviando seus artigos até o início do ano de 1976.

para atacar o Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais que se deram a partir do ano de 1989, incorporado às feições polemistas do autor. Da mesma forma, as eleições de 1989 e o apoio de Paulo Francis e da grande imprensa ao candidato do Partido da Renovação Nacional (PRN), Fernando Collor de Mello, será objeto desse capítulo.

Dando continuidade à análise centrada na problemática a respeito dos intelectuais e suas inserções na sociedade de classes, refletiremos sobre a importância do papel desempenhado por Paulo Francis como interlocutor das receitas promovidas pelo *Consenso de Washington* e, antes disso, pelo *neomonetarismo* disseminado a partir de um novo modelo de acumulação, justificado pelos intelectuais da *Escola de Chicago*, como necessário para prover o “crescimento”, tanto dos países ricos, como dos países pobres em âmbito mundial. Para isso, do mesmo modo que nos itens precedentes, está sendo fundamental o referencial teórico baseado em Gramsci, considerando Paulo Francis como um dos intelectuais orgânicos daqueles que, direta e indiretamente, se vincularam àqueles postulados. Desde já, então, e de acordo com a pesquisa realizada daquela fase, o interpretamos como um agente que buscava educar para o consenso em torno da prerrogativa de adoção de tal “receituário”.

Apresentaremos nos capítulos terceiro e quarto desta tese alguns pontos que permitam visualizar o encaminhamento de tal proposição, relacionando sempre esse caminho de interpretação com as informações que as fontes principais e auxiliares têm nos colocado. Nossas fontes de pesquisa para essa etapa dizem respeito aos jornais *Folha de São Paulo (FSP)*, focada no terceiro capítulo, e *O Estado de São Paulo (OESP)*, objeto do quarto capítulo, respectivamente entre os anos de 1975-1990 (*FSP*) e 1990-1997 (*OESP*). A escolha dessas fontes deve-se à atuação de Paulo Francis nesses jornais, nos respectivos períodos. As fontes complementares auxiliares são a produção intelectual de Francis publicada em livros, material que diz respeito às suas memórias autobiográficas, romances e às crônicas políticas e do cotidiano.

Assim, no capítulo quatro, dedicaremos a análise aos postulados ultraliberais de Paulo Francis, vinculados ao *OESP*, verificando seu papel como intelectual orgânico na eleição presidencial de 1994, que elegeu Fernando Henrique Cardoso (FHC) como Presidente da República, com especial ênfase ao teor de suas recomendações, antes das eleições e durante o governo FHC. Da mesma maneira, analisaremos sua releitura sobre o período ditatorial brasileiro, expressos, sobretudo, durante aquele período e,

principalmente, em suas memórias do golpe e da ditadura, *Trinta anos esta noite*, publicadas no jubileu de trinta anos do golpe de 1964, em 1994.

Nessa etapa, houve a preocupação de, na medida do possível, relacionar as referências teóricas e o objeto em questão ao problema subjacente de atuação da imprensa hegemônica no país. A principal inquietação do trabalho não se deve tanto à possibilidade de saber se Paulo Francis foi um intelectual orgânico do chamado “receituário neoliberal no Brasil”, que agregava a defesa pelas privatizações, a redução do gasto do Estado e de grande parte de suas funções administrativas, a abertura dos mercados, além do papel preponderante a ser desempenhado pela iniciativa privada no país. Isso nos parece bastante palpável no estudo, embora Francis, em vários momentos, não se esforce para constituir um arcabouço de ideias originais ou criativas, repetindo e evocando ideias alheias. Como destacamos no início desta introdução, a pesquisa procura se concentrar mais em *como* ele manifestou o seu papel de intelectual. Entendemos que as disputas pelo poder e determinadas ações da agenda que estavam em pauta nos anos 1990 eram objeto de mediação dos intelectuais e, especialmente, da grande imprensa.

Somos de opinião que não há como separar a atuação intelectual de Francis sem levarmos em consideração seu *status* e o lugar que passou a ocupar na grande imprensa a partir de determinado momento. O papel que desempenhou, especialmente no plano das ideias e da “educação para o consenso”, foi possível graças ao amplo espaço concedido para ele na mídia hegemônica nacional. Nesse sentido, o acompanhamento dos periódicos e de suas posturas editoriais é fundamental para verificar as disputas, as soluções e as mediações encontradas, tanto pelos intelectuais, quanto pelas classes e frações de classe que pressionavam e atuavam em correlação com os problemas e as perspectivas suscitadas a partir do Estado.

Assim, diante da proposta que apresentamos, é impossível deixar de lado a problemática em torno dos intelectuais. Para Gramsci, os intelectuais não se limitam a um grupo privilegiado da alta cultura, uma espécie de casta que formaria um contingente independente. Antes de tudo, são sujeitos intimamente ligados às suas respectivas classes sociais, de modo que cada classe teria seus intelectuais. Dessa forma, Gramsci valoriza e destaca o saber dos indivíduos oriundos das camadas subalternas, principalmente pela ciência de que as classes dominantes também têm seus próprios intelectuais. Portanto, as aspirações e lutas desses grupos, mormente, são representadas pela ação efetiva de sua *intellelligentsia*. O pensador italiano, ao repensar tal categoria,

preocupava-se essencialmente com a perspectiva de organização e direção das massas populares. Assim, os intelectuais, enquanto persuasores permanentes, teriam a tarefa de disseminar a consciência crítica, sendo instrumentos de “elevação moral” dessas massas<sup>6</sup>.

Ao mesmo tempo em que se preocupa com a organização das classes populares, Gramsci compreende a importância da cultura para criar-se um projeto novo de sociedade ou, ao contrário, manter a ordem social a partir de uma dominação de classe pré-existente. A classe dominante, por exemplo, acompanhada de seus próprios intelectuais, utiliza-se da cultura para alicerçar suas pretensões, alinhadas aos processos produtivos no âmbito da economia, criando seu projeto de sociedade e perspectiva política diretiva. Segundo Gramsci,

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc<sup>7</sup>.

Fica clara a preocupação da natureza de vinculação do agrupamento social com sua função exercida no campo das relações sociais de produção. A reflexão sobre o mundo do trabalho em relação ao seu contexto produtivo permite, a partir Gramsci, criar categorias distintas para pensar os intelectuais. Nesse caso, os intelectuais conectados ao mundo do trabalho, que representam um “organismo vivo”, participando ativamente da trama que engendra a “conformação das massas”, auxiliando na criação e difusão de consenso, são chamados de *intelectuais orgânicos*. Desse modo, tanto as classes subalternas como as classes dominantes possuem seus próprios intelectuais orgânicos. Os intelectuais, assim, estão intrinsecamente vinculados à política por sua expressão cultural, visando a uniformidade da consciência social, muitas vezes manifesta em um “bloco”, reunindo classes trabalhadoras ou produtoras, que se propõe dirigir a sociedade.

Vale ressaltar outras classificações para a expressão intelectual no arcabouço gramsciano, como o intelectual tradicional, tendo também funções conectivas, que

---

<sup>6</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*: Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Vol. 2.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 15.

desenvolveria a função de vincular a política administrativa em diversos níveis ao conjunto social. Seriam aqueles que desempenhariam importantes profissões para o funcionamento da ordem dentro da sociedade, defensores das hierarquias herdadas, atrelados às relações de produção capitalistas, como médicos, advogados, padres, políticos, entre outros. Embora pareça um modelo calcado em categorias estritamente sociológicas, devemos matizar a rigidez que tais conceitos poderiam sugerir.

Nesse sentido, Gramsci admite a dificuldade em avaliar o papel social desempenhado por certos intelectuais, os quais não se enquadrariam em funções conectivas. Desse modo, por exemplo, considera também aqueles indivíduos que atuam excepcionalmente para a vida intelectual, sem vínculos conectivos com uma determinada classe, tendo a vocação do conhecimento das letras ou da arte. Estes seriam os “grandes intelectuais”, que chama de *cosmopolitas*, caso se apropriem de horizontes culturais oriundos de fora de suas realidades locais, ou *nacional populares*, no tocante à importância de suas obras para o local de sua origem. Assim, casos muito específicos são passíveis de interrogação e resultam, em certa medida, na discussão vazia a respeito de sua natureza de classe.

O mais importante, na avaliação do papel desempenhado pelo intelectual, é a forma como auxilia ou é protagonista em uma ação pedagógica ou, em suma, educativa. Diante disso, de nada valeria pormenorizar as características de um “intelectual orgânico”, dentro de uma concepção “dicionarizada”, hermética, caso não compreendamos de maneira mais ampla o arcabouço conceitual gramsciano e a concepção dialética da história. Os conceitos do referencial teórico gramsciano são correlacionais, o que implica na utilização de uma linguagem própria para articular noções como intelectual, Estado e Sociedade Civil (suas conexões) e hegemonia. Grupos organizados, com interesses de classe em comum, ao conseguirem incorporar preceitos e certos fundamentos, de modo que possam tornar-se organizadores de determinada ideologia em certa localidade, mobilizando agrupamentos sociais sob a forma de educadores, apoiadores, assessores, etc, podem ser considerados como “aparelhos hegemônicos”. Os Aparelhos Privados de Hegemonia, pertencentes à hegemonização da macroeconomia ultraliberal, no Brasil, por exemplo, têm sido identificados, na história recente, através das associações empresariais, institutos de pesquisa, organismos da iniciativa privada, organizações não governamentais e outras

associações da sociedade civil, como os grupos de imprensa e mídia, de modo geral<sup>8</sup>. Os Aparelhos Privados, portanto, são caracterizados pela adesão consensual, distinguindo-se dos Aparelho de Estado, os quais possuem características mais coercitivas. Entretanto, o privado não quer dizer que se distancia da esfera pública. Ao contrário, mantém imbricada relação<sup>9</sup>.

A hegemonia, aqui compreendida, envolve um complexo processo que se relaciona ao poder, disputado e exercido nas sociedades de classe. As classes ou frações de classe organizar-se-iam conforme seus interesses e visões de mundo. Persuadir moralmente, ideologicamente ou pedagogicamente faz parte das tentativas de articular um projeto social hegemônico, em que as ideias são trabalhadas de modo a poderem tornar-se consensuais. Além disso, é necessário lembrar que essas formas de construção do consenso são apenas parte da tentativa de obter a hegemonia. Pode-se obtê-la também pela coerção, através de diferentes meios repressivos que, de alguma forma, e potencialmente, auxiliam no trabalho de convencimento e disciplinarização das massas.

Acreditamos que a educação visando o consenso, em torno de uma visão particular de mundo, calcada no anticomunismo e no ultraliberalismo, em diferentes momentos históricos no Brasil, não pôde, unicamente, ter suas raízes explicadas pela persuasão dos intelectuais estadunidenses, seus aparelhos privados de hegemonia, ou por meio de pura coerção. Há uma organicidade de “nossos” próprios intelectuais, articulados com os aparelhos privados de hegemonia presentes no Brasil, bem como os aparatos de aparelhos consensuais estrangeiros. Entendemos que o capital financeiro transnacionalizado tenha-se vinculado com certos setores estratégicos da economia nacional. Mais recentemente, a dependência de nossa economia ao capital financeiro e a Reforma implantada no Estado brasileiro devem ser pensadas a partir de um projeto capitalista dependente, mas associado<sup>10</sup>.

Sob essa perspectiva, é possível compreender a organização dos grupos sociais que, no Brasil, têm se esforçado para dar uma nova diretriz econômica ao país, e que,

---

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos mais recentes da historiadora Virgínia Fontes: FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-Pertinentes: História e Capitalismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005; FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

<sup>9</sup> Cf.: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

<sup>10</sup> FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

para isso, têm desempenhado um papel importante especialmente na grande imprensa<sup>11</sup>. A problemática da difusão das ideias ultraliberais no Brasil vai ao encontro da atuação dos intelectuais na esfera da disputa hegemônica por uma estratégia de educar para o consenso. Isto, a partir da década de 1990, no Brasil, tem sido feito também por meio do próprio Estado. Segundo Lúcia Maria Wanderley Neves,

[...] como estratégia de legitimação social da hegemonia burguesa, o Estado brasileiro, enquanto Estado educador, redefine suas práticas, instaurando, por meio de uma pedagogia da hegemonia, uma nova relação entre aparelhagem estatal e sociedade civil, com vistas a estabilizar, no espaço brasileiro, o projeto neoliberal de sociabilidade<sup>12</sup>.

Autoras como Virgínia Fontes e Lúcia Neves, consideram que a partir da década de 1930, no Brasil, é possível visualizar a configuração complexa das disputas pelo poder indo além da limitada tese que coloca em confrontação as classes dominantes contra as subalternas. Para as autoras, que fazem uma criteriosa leitura de Gramsci, é necessário observar mesmo os distintos interesses e disputas que ocorrem dentro das classes dominadoras (ou que ora exerceram dominação) e os diferentes projetos, interesses e disputas pelo poder no interior das próprias classes populares.

Essa ponderação é importante, também, para pensar a condição dos intelectuais que exercem a função orgânica de sua classe, ou fração de classe, tentando persuadir outrem através do projeto social que defendem. Assim, o esforço desta empreitada se dará, com a apresentação da pesquisa empírica, na ênfase discursiva de Paulo Francis, mas também relacionando e comparando seu discurso à linha editorial dos periódicos em que atuava. Tais periódicos, como *Última Hora*, *O Pasquim*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, por vezes, serão avaliados como Aparelhos Privados de Hegemonia e problematizados dentro da perspectiva hegemônica ou contra-hegemônica em meio às disputas pelo poder.

Relacionando o discurso do autor à linha de atuação do veículo de imprensa poder-se-á revelar aparentes ou evidentes ligações deste intelectual com os setores que defendia, com quem debatia e a partir de qual referencial construía suas ideias. Ademais, ainda que sumariamente, comparando seu discurso com o de outros intelectuais, grupos e Aparelhos Privados de Hegemonia que atuavam no período ao

---

<sup>11</sup> FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

qual o recorte do trabalho se propõe, será então possível identificar certas sociabilidades e as disputas entre projetos político-sociais vigentes no Brasil em certos momentos históricos. São eles: o chamado nacional-desenvolvimentismo, a partir de um discurso nacionalista e antimperialista, notadamente no período de crise política pré-golpe de 1964; as posições de resistência diante da instauração e consolidação da ditadura (1964-1968); e a fase da construção e hegemonização ultraliberal no Brasil, período marcado pela doutrina econômica-social vulgarmente conhecida por “neoliberalismo” (forjada na década de 1980, no Brasil, e hegemonizada durante a década de 1990).

Essas perspectivas debatidas no interior da imprensa nacional foram acompanhados de perto por Paulo Francis, desde 1962, quando iniciou sua carreira de comentarista político no *Última Hora*. Antes disso, Francis teve uma passagem marcante na imprensa carioca como crítico de teatro. No *Última Hora*, porém, defendeu ferozmente a radicalização do governo João Goulart, atacando o imperialismo dos EUA, criticando as oligarquias políticas e pregando até atitudes revolucionárias para sanar os problemas nacionais. Durante o período da ditadura civil-militar, percebe-se um arrefecimento dessas posturas mais radicalizadas, entretanto ainda não simpatizaria com a política estadunidense, criticando seus intervencionismos no estrangeiro e seu modelo de organização institucional. Por outro lado, ao longo de sua atuação na grande imprensa, a saber, na *Folha de São Paulo*, depois n’*O Estado de São Paulo* e n’*O Globo*, nota-se, especialmente na década de 1990, seu engajamento à agenda ultraliberal, com feições pedagógicas de educar para o consenso das receitas ditadas pelos organismos econômicos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial.

De acordo com as amostras da pesquisa e do diálogo com a bibliografia, a proposição que guia o trabalho é de que Paulo Francis, exercera um papel conectivo como intelectual, aliado ao nacionalismo petebista no período pré-64. Entretanto, sua organicidade é mais claramente observada, especialmente, durante a década de 1990. Naquele momento, entretanto, defendia classes sociais distintas e adotava posturas diametralmente antagônicas àquelas defendidas outrora, considerando a sua virada ideológica e as transformações históricas transcorridas durante aquele lapso no tempo e no espaço.

O maior dilema diz respeito ao período de atuação n’*O Pasquim* (1969-1975), o qual marca um período de reavaliação intelectual para Paulo Francis. É difícil avaliar a

---

<sup>12</sup> NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2005, p.

perspectiva conectiva do jornalista durante aquele período com determinada classe social, grupo ou bloco. O paradoxo, ou a dificuldade de avaliação, está justamente no conjunto de seu conteúdo textual da época. Sua atuação intelectual não deixava de sugerir feições pedagógicas e educativas, rechaçando determinados modelos políticos, mas, ao mesmo tempo, não apontava alternativas e caminhos possíveis diante daquele quadro que interpretava.

Ao abordar a trajetória de Francis dentro do jornalismo e como intelectual, analisando sua produção textual, foi considerado o conteúdo e a forma de seus escritos. Dessa maneira, é necessário também realizar algumas ponderações sobre os enunciados formulados pelo autor. Para tal, utilizamos a ideia de *contrato de leitura*, categoria conceitual empregada por Eliséo Verón. Sob o nosso ponto de vista, Paulo Francis, desde muito cedo, tentou criar um espaço de diálogo com o leitor, construindo em torno de si uma espécie de *ethos*, próprio da constante e dinâmica relação com aquilo que escrevia, elegendo determinados assuntos identificados com certos eventos transcorridos no contexto nacional e internacional, também presentes nos enunciados dos jornais. O pesquisador Manuel Petrik, que estudou o polemismo presente nos textos de Francis, também identificou, nos enunciados das suas colunas jornalísticas, a tentativa de construção da personificação de si, na criação de um *ethos*, elaborado pelo jornalista. Conforme Petrik:

Muito da atração causada pelo polemista é explicada pela forma como ele cria o personagem de si mesmo. Foi constatado que antes da interação eu-tu ou de formular a mensagem que irá emitir, o enunciador traça sua autoimagem. No caso do polemista, esse processo é fundamental para se entender a formulação de seu discurso. O *ethos* pode ser definido [...] como a forma que o *eu* encontra para se inserir no seu próprio discurso, em situações em que fica excluída a auto-referência explícita<sup>13</sup>.

Genericamente, dentro da prática discursiva, temos o enunciado, referente ao que é contado; e a enunciação, que diz respeito à maneira de contar, de informar, de dizer. Ambos os elementos pressupõem reciprocidade, um não existindo sem o outro. Diante disso, no ato que constitui a enunciação encontram-se o enunciador e o enunciatário. O primeiro é quem transmite a mensagem, a fala, e o segundo é quem

---

16.

<sup>13</sup> PETRIK, Manuel. *O Duelo Verbal: Um Estudo sobre o Polemista no Jornalismo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. p. 21-22.

deverá ser atingido por ela. Dessa maneira, dispõem-se dos agentes do enunciado e dos sujeitos da enunciação. Eliséo Verón criou a ideia de *contrato de leitura* justamente para melhor compreender e explicar como funciona a relação entre enunciador e enunciatário no discurso de imprensa.

Para Verón, dentro do universo da imprensa escrita, que tenta atrair leitores e seduzir o público por meio do que é apresentado em suas páginas, constroem-se diferentes maneiras de se dirigir àquele que lê. Tal característica está vinculada à linguagem textual, mas não necessariamente apenas reduzida a ela. A enunciação, por meio do próprio enunciador, tenta criar, assim, sua própria imagem, a imagem de quem está dirigindo-se ao público leitor.

O *contrato de leitura* seria o resultante dessa relação que é, aos poucos, construída junto ao leitor. A imagem empregada pelo enunciado, endereçada ao enunciatário, criaria ligações de efeito interpessoal entre o leitor e o artigo de jornal. As relações presentes em um determinado contrato de leitura poderiam envolver empatias diversas, oriundas da linguagem, por exemplo, identificadas em certo estilo de escrita. De acordo com Verón:

O conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas<sup>14</sup>.

Pode-se imaginar o discurso como uma espécie de espaço, habitado por sujeitos, objetos e cenários, em constante movimentação. O receptor, portanto, tem papel fundamental nesse processo, tanto quanto o emissor do discurso, pois ele é quem vai construir o sentido a partir daquilo que lê. Em suma, há uma constante troca de sentidos dentro da interdiscursividade, onde esse processo acarreta uma intermitente negociação entre o produtor do discurso e quem o recebe, interagindo com o mesmo. Então, o *contrato* pressupõe uma espécie de interlocução, de reconhecimento mútuo dentro da produção discursiva, em que o emissor também tem de conhecer o receptor de seu discurso. Reconhecer o receptor implica ser influenciado por ele, o que interfere diretamente na elaboração ou reelaboração de um enunciado.

---

<sup>14</sup> VERÓN, Eliséo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004, p. 236.

No caso em questão, é possível dizer que Francis tenha criado este tipo de relação em seus textos, utilizando elementos como a ironia, o sarcasmo e o cinismo, criando uma espécie de *ethos*, conforme identificou Petrik, tentando estabelecer uma relação característica do *Contrato de Leitura*. Isso fica mais tangível a partir de sua produção textual identificada com o chamado polemismo. Mesmo nas situações de maior crítica por parte dos leitores, percebe-se que os textos de Francis não deixavam de ser lidos e comentados. Em síntese, o leitor seria atraído não exatamente pela identificação com as ideias do autor, embora isso pudesse estar presente, mas especialmente pela expectativa de encontrar a polêmica. Em outras palavras, Francis criou um espaço em que convidava o leitor a presenciar o cinismo e os ataques pessoais como chamarizes principais de seu texto.

Sendo assim, pensamos que seu texto cumpria uma determinada função, relacionada à emissão de seu discurso e identificação de seu papel como polemista, sendo eficaz diante de tal perspectiva. Essa constatação será apontada por meio de amostras de seu texto, tentando identificar também os recursos linguísticos apresentados pelo autor. Como veremos a seguir, parte dos trabalhos acadêmicos feitos sobre Paulo Francis debruçaram-se na identificação e exame deste seu polemismo, utilizando a análise de sua linguagem ferina e do modo intimista como provocava e constituía suas polêmicas.

Apesar da relevância que Paulo Francis teve para o jornalismo no Brasil, sendo frequentemente lembrado e rememorado nos grandes veículos de comunicação do país, identificamos poucos trabalhos acadêmicos sobre sua atuação intelectual e jornalística. Ao todo, realizando a pesquisa no banco de teses da CAPES, contam-se apenas sete dissertações de mestrado, em todo o Brasil, que dão destaque às suas produções escritas, estilo jornalístico ou biografia intelectual. Cada um desses estudos está localizado em um campo específico de conhecimento, na área de artes cênicas, psicologia, ciências sociais, história, letras e comunicação social. Boa parte desses trabalhos ocupou-se no estudo de suas ideias ou características jornalísticas, privilegiando especialmente sua produção literária (coletâneas de artigos e memórias autobiográficas).

A primeira análise acadêmica, e talvez a mais conhecida a respeito do polemista, é a de George Frederico Moura, dissertação de mestrado defendida em 1995, no Departamento de Artes da USP, intitulada *A Crítica Teatral de Paulo Francis no Diário Carioca*. No ano seguinte, foi publicada pela editora objetiva, com o título *Paulo*

*Francis, o Soldado Fanfarrão*<sup>15</sup>. Até onde sabemos, é a única produção acadêmica a respeito de Paulo Francis publicada em livro. Moura se detém nas críticas teatrais de Paulo Francis quando atuava no jornal *O Diário Carioca*, do Rio de Janeiro, entre 1958 e 1963. O autor conclui que o perfil irônico de Francis, aliado à linguagem agressiva, encontrados em sua fase intelectual posterior, fora condicionado por sua “verve teatral”. É um trabalho importante, embora fuja de nosso marco temporal de análise, pois confirma a característica virulenta de Francis concernente às críticas teatrais. Assim, evidencia-se um estilo, antes de suas crônicas políticas, de polemismo agressivo, muitas vezes marcado por ataques pessoais. Moura dá voz ao próprio Francis em certa altura de suas memórias, em *O afeto que se encerra*, onde o jornalista explica como foi a transição do teatro à política, já no *Última Hora*:

Samuel Wainer me deu uma coluna de televisão, que na época era um meio muito primário. Então eu comecei a comentar programas políticos, que eram a única coisa que se podia ver e gerava algum assunto. Eu comecei a atacar o Carlos Lacerda. Os editores gostaram muito e então me deram uma coluna política. Usei métodos para criticar políticos como fazia com os atores [...]<sup>16</sup>.

O estilo de Francis, do teatro à política, tem sido descrito como “polemismo”. O hábito de criar polêmica parece ter sido um tema que chamou a atenção dos poucos pesquisadores acerca das produções de Paulo Francis, sendo o foco central em três daqueles sete trabalhos anteriormente mencionados. De maneira notória, o apontado polemismo tem tido um lugar cativo nos veículos midiáticos, constantemente presente na imprensa brasileira e internacional. Uma das premissas do polemismo estaria na forma de linguagem, em que uma das facetas seria encontrada na presença de elementos tais como o cinismo, o sarcasmo e a ironia como recursos argumentativos.

Dois anos depois do trabalho de Moura, em 1997, foi defendida na PUC-RS, na Pós-Graduação em Psicologia, a dissertação de Marcello de Oliveira Pereira, *O cinismo nas crônicas de Paulo Francis*<sup>17</sup>. O estudo enfatiza os aspectos do cinismo de Francis, comparando-o com características do cinismo presentes no mundo antigo e contemporâneo. O recorte da pesquisa é feito entre 1970 até 1997, em que são selecionados textos de Francis n’*O Pasquim* e na *Folha de São Paulo*, além de entrevistas diversas. O autor parte do pressuposto de que o cinismo está intimamente

---

<sup>15</sup> MOURA, George. *Paulo Francis: O Soldado Fanfarrão*. São Paulo: Objetiva, 1996.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 40.

relacionado ao individualismo, sendo o último uma espécie de resposta cínica às tradições: “O individualismo na forma exacerbada em que o encontramos hoje é uma resposta altamente cínica à tradição em geral, aos ideais passados e presentes”<sup>18</sup>.

Paulo Francis apresentaria, assim, características presentes no cinismo da antiguidade (despudor, ironia, agressividade e o fato de não ser anônimo) e do cinismo moderno (pessimismo, associação deste pessimismo ao tédio, tratamento idêntico dispensado aos assuntos “sérios” e às frivolidades). Dessa maneira, apresentaria pouco caso ou desfaçatez ao comentar temas polêmicos e sensíveis sob o ponto de vista social, como o aborto, os preconceitos raciais e sexuais, a violência, entre outros<sup>19</sup>. Para o autor, o cinismo de Francis apresenta-se também na linguagem, essencialmente em sua forma, tornada metafórica, exprimindo “exclamações corporais”, sem a utilização de conjunções, o que deixaria pouco clara ao leitor a associação entre os temas enunciados presentes em seu texto<sup>20</sup>.

Marcello Pereira observa que, ao longo dos artigos de Paulo Francis, há trechos e, eventualmente, textos inteiros dedicados a criar polêmica, utilizando o cinismo como uma estratégia pretensiosa de dizer a verdade, no estilo “doa a quem doer”, “como se a verdade fosse alguma coisa absoluta”. Assim, observa que “a única coisa absoluta [seria] sua disposição em agredir, ofender e insultar”<sup>21</sup>. Conclui sugerindo que o polemismo, como o expresso por Francis, é um fenômeno presente na imprensa nacional e internacional, onde existiria, de certa forma, um espaço reservado na mídia para tal tipo de enunciação<sup>22</sup>.

Outros trabalhos que enfatizam a questão do polemismo são os de Carlos Augusto Telles Ferreira de Bissón<sup>23</sup> e de Manuel Petrik<sup>24</sup>, desenvolvidos na pós-graduação de comunicação social da PUC-RS. Os demais trabalhos, as dissertações de

---

<sup>17</sup> PEREIRA, Marcelo de Oliveira. *O Cinismo nas Crônicas de Paulo Francis*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 95.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> BISSON, Carlos A. T. F. *Jornalismo e Política em Karl Kraus e Paulo Francis*. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

<sup>24</sup> PETRIK, Manuel. *O Duelo Verbal: Um Estudo sobre o Polemista no Jornalismo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Alexandre Torres Fonseca<sup>25</sup>, Antonio Buzahr Filho<sup>26</sup> e de Eduardo de Oliveira Lanius<sup>27</sup>, tratam, respectivamente, do papel de Francis como intelectual, comparando duas fases distintas de seu pensamento; o estudo do antiestatismo e mercados livres em sua produção jornalística; e o estudo de seus romances e novelas, inseridos dentro de um projeto ficcional não concluído pelo jornalista.

Os dois primeiros desse rol de estudos, na área de comunicação social, de Carlos Bissón e Manuel Petrik, destacam o papel da crítica jornalística em Paulo Francis, fazendo análises comparativas. No caso do primeiro autor, há uma comparação com outro polemista, o jornalista austríaco Karl Krauss (1874-1936). A análise engloba as concepções dos autores sobre política e imprensa. O objetivo de Bissón é realizar um estudo interpretativo das ideias e da crítica social feita por esses jornalistas. Segundo o autor, ambos teriam características comuns: “autodidatas, talentosos e eruditos”. Utilizar-se-iam do jornal como um meio de relacionamento com o público, sendo “críticos incisivos, paradoxais e originais de suas respectivas épocas”. Bissón não deixa à margem a problemática histórica ao analisar as “tensões sociais” presentes nos textos dos polemistas. Segundo o autor, no caso de Francis, a tensão social estaria expressa na “acelerada inserção do Brasil no macrossistema econômico capitalista internacional, iniciada durante o governo Juscelino Kubitschek e brutalmente consolidada no período militar (1964-1984)”<sup>28</sup>.

Assim, interessa ao autor as personalidades que se destacariam e desenvolveriam sua crítica em períodos de grande convulsão e mudanças históricas. Chega à conclusão de que, nos dois casos, os polemistas Karl Krauss e Paulo Francis utilizavam elementos aparentemente contraditórios, como o cinismo e o romantismo, mas tinham em comum, intrinsecamente, o descontentamento diante da época em que viviam. O autor referencia as considerações feitas por Marcello Pereira a respeito do cinismo de Francis, observando as diferenças entre o cinismo da antiguidade, usado como estratégia retórica, e o sentido do termo na época contemporânea, utilizado de forma pejorativa. Tanto no trabalho de Bissón como no de Marcello Pereira, as reflexões do filósofo

---

<sup>25</sup> FONSECA, Alexandre Torres. *Paulo Francis, do Teatro à Política: “Perdoa-me por me traíres”*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

<sup>26</sup> BUZAZHR FILHO, Antonio. *O Mal Menor: “Antiestatismo” e Mercados Livres em Paulo Francis*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

<sup>27</sup> LANIUS, Eduardo de Oliveira. *O profeta desacreditado: Uma leitura do projeto ficcional de Paulo Francis*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

<sup>28</sup> BISSON, Carlos A. T. F. *Jornalismo e Política em Karl Kraus e Paulo Francis*. *Op.cit.*, p. 6.

alemão Peter Sloterdijk ocupam destaque quanto à análise do cinismo contemporâneo. Para Sloterdijk, o cinismo contemporâneo seria uma espécie de sintoma “universal e difuso” do “mal-estar” cultural da humanidade<sup>29</sup>. Tal reflexão apontaria na direção de que Karl Krauss e Francis inseriam-se em uma perspectiva da “polêmica jornalística” que era produto de seu próprio tempo histórico. Bissón considera Francis, a exemplo de Krauss, como um intelectual independente, que se utilizava do jornal como meio de expressão, e não se ligava a grupos sociais definidos<sup>30</sup>. O autor não esconde a admiração pelos textos e pela trajetória de Paulo Francis, a exemplo de Krauss, reconhecendo seu suposto talento jornalístico.

O estudo seguinte, o de Manuel Petrik, é um trabalho de comparação entre Paulo Francis e o jornalista Diogo Mainardi, este último, visto a partir de sua performance para a revista *Veja*. Petrik considera o polemismo de Paulo Francis como uma atuação quase teatral, utilizando-se do discurso dentro de uma expressão argumentativa peculiar, adotando amplamente o recurso da contradição e da ironia. O autor tenta deter-se mais nos “aspectos técnicos” do polemismo, como nos recursos linguísticos e nas diferenças existentes entre distintos nichos jornalísticos, como a atuação do “colunista polêmico” e a produção textual de outros cronistas. Um elemento importante de diferenciação seria o *ethos* do jornalista; ou seja, a criação de uma imagem de si, de como é criado o personagem pelo qual fica marcado; no qual o leitor já guarda uma concepção pré-estabelecida ao chegar no espaço do texto reservado ao colunista.

Assim, dentro de tal perspectiva, encontra uma aproximação nas enunciações dos textos de Paulo Francis e de Diogo Mainardi. Tais aproximações far-se-iam por meio da tentativa de desfazer unanimidades no meio artístico e/ou cultural; a crença na cultura como forma de “modernizar” e desenvolver o país; as provocações pelo recurso da ironia, além do furor causado nos leitores, identificado no número de correspondências que chegavam às redações sobre seus artigos.

Manuel Petrik exemplifica e analisa alguns momentos do polemismo de Francis, como o protagonizado com a atriz Tônia Carreiro, na época de crítica teatral; os “duelos” com Caio Túlio Costa (então ombudsman da *FSP*); e a acusação feita aos diretores da Petrobrás, sendo que neste caso Paulo Francis ficou sem interlocutor, restando-lhe o processo na justiça norte-americana. Antes do processo movido por Joel

---

<sup>29</sup> Segundo Bissón, para Sloterdijk, “o cinismo apresenta-se a si próprio como ‘um estado de consciência’ mais ou menos generalizado que se sucede ao colapso de ideologias que ele julga ‘ingênuas’, e já suficientemente criticadas e desmistificadas publicamente”. *Ibidem*, p. 9.

Rennó, diretor da Petrobrás, na época, o jornalista já havia sido processado alguns anos antes, ainda quando escrevia na *FSP*, pelo senador Eduardo Suplicy, do PT, a quem chamava de “Mogadon”, referência a uma medicação que torna lentos a fala e os movimentos de quem é usuário. Os processos faziam parte do cotidiano dos polemistas, já que Mainardi também conviveu com processos, quando polemizava na revista *Veja*. Diante dessas características, Mainardi seria um pupilo (assumido, aliás) de Francis, além de, supostamente, ocupar o lugar deixado por Francis na imprensa. Conforme o autor:

Não há dúvida que Diogo Mainardi cumpre o papel deixado por Paulo Francis na imprensa brasileira [...]. A maior similaridade entre Francis e Mainardi é eleger o Brasil como alvo das polêmicas. O civilismo de que ambos se revestem tem impacto social importante, como se viu nas colunas de Francis sobre a Petrobrás e, nas de Diogo Mainardi, por exemplo, como naquela em que denuncia o assessor de imprensa do ex-ministro da Fazenda<sup>31</sup>.

Nos casos de Francis e Mainardi, o polemismo também se refere sempre a favor ou contra. Essa seria também uma característica do *status* de polemista, que “quase sempre transcende a sua órbita de mero cronista de opinião e êmulo dos debates para se tornar um personagem de si mesmo”<sup>32</sup>. Seria nessa condição, de personagem, que se eternizaria na lembrança de seus leitores, inclusive daqueles que não o leram. Em síntese, as peculiaridades corresponderiam ao estilo textual, permeado de figuras de linguagem, sarcasmo, expressões diferenciadas, e violência verbal, elementos que dificilmente deixariam o leitor indiferente, provocando diversos sentimentos, aceitação ou repúdio ao seu texto.

É interessante notar nesses últimos três estudos comentados, de Marcello Pereira, Carlos Bissón e Manuel Petrik, a complementariedade das análises, dando enfoque a perspectivas variadas dentro do que se entende por “polemismo”, de modo mais amplo visto pelo último autor, e destacando seus vários elementos, como o “cinismo”, no caso dos dois primeiros trabalhos. Todos eles destacam a semelhança de Francis com outros “polemistas”, como Arnaldo Jabor e Diogo Mainardi. O ex-cineasta e jornalista Arnaldo Jabor, apesar de citado pelos três, não ocupa maior esforço de análise dos autores na comparação com Francis.

---

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 214.

<sup>31</sup> PETRIK, Manuel. *O Duelo Verbal... Op.cit.*, p. 112.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 7.

Distintas dessas produções, os dois trabalhos a seguir, de Alexandre Fonseca e Antonio Buzahr Filho, enfatizam perspectivas fora da alçada desses estudos. Nas análises comentadas anteriormente, os autores deram destaque aos temas do cinismo e do polemismo, preteridos nos trabalhos que comentaremos a seguir frente à perspectiva sociológica do viés político-econômico, social e intelectual, além das evidências oriundas das relações entre história e memória. Essas dissertações foram concluídas, respectivamente, nos programas de pós-graduação de História da UFMG e de Ciências Sociais da PUC-SP.

A dissertação de Alexandre Fonseca detém-se em três períodos da trajetória de Paulo Francis. Nos dois primeiros momentos, o autor tenta apresentar a fase de Francis como crítico de teatro, comparando com a segunda fase (segundo momento), na análise do jornal *Última Hora*, do qual o jornalista foi colunista político entre 1962 e 1964, tentando aplicar o mesmo modelo de crítica teatral nas suas colunas de comentários e crítica política. O terceiro momento impõe-se com as publicações das memórias de Francis, onde o jornalista iria reavaliar sua trajetória anterior.

Nessa última fase, haveria algumas distorções, dentro de suas recordações, dos fatos transcorridos nos anos 50 e 60. O autor, então, recorre ao recurso analítico referente aos estudos de *história e memória*, onde Francis, ao mitificar o passado, teria auxiliado na construção de um “lugar de memória”, conforme o conceito de Pierre Nora, ao reconstituir a sua história e a atuação da própria esquerda. Seu recorte temporal, assim, configura-se como um estudo comparativo entre os escritos de Francis das décadas de 1950 e 1960 (até 1964) e a produção de suas memórias, feitas em 1980 e 1994, respectivamente, *O afeto que se encerra e Trinta anos esta noite*.

O autor destaca algumas características proeminentes de Paulo Francis como intelectual de esquerda. Uma delas seria seu pragmatismo político, expresso na adoção estratégica do propalado “mal menor”: “Apesar de algumas vezes parecer um sonhador utópico, ele era mais um pragmático. Em suas colunas no *Última Hora* procurava sempre aquilo que ele mesmo chamava de ‘mal menor’”<sup>33</sup>. Outra particularidade, segundo o autor, seria o pouco caso do jornalista frente às liberdades democráticas. Tendo como referencial a perspectiva da história intelectual, aliada ao conceito de “cultura política”, Torres Fonseca problematiza o viés “autoritário” das ideias de esquerda e direita no Brasil, pré-golpe de 1964, identificando em Francis esse mesmo

autoritarismo. Tal elemento seria explícito no conteúdo dos textos de Paulo Francis nas páginas do *Última Hora*, além de se materializar como integrante da solução golpista por parte da esquerda, contra os interesses udenistas da época e do próprio imperialismo dos EUA. O autor mostra uma preocupação em evidenciar as consequências ruins, supostamente acarretadas por este autoritarismo, resultantes no golpe de Estado e na ditadura. Em certas passagens, insiste em condenar a forma de atuação da esquerda brasileira pré-1964 e a própria atuação de Francis como membro dessa esquerda, segundo ele, autoritária e virulenta<sup>34</sup>.

O trabalho de Antonio Buzahr Filho, por outro lado, tenta focar as questões referentes ao “antiestatismo” e à defesa da “abertura de mercados” nas produções publicadas em livro de Paulo Francis, de 1966 até 1994. O autor conclui que a produção de Francis estaria repleta de descontinuidades e rupturas quanto aos temas políticos. Assim, o jornalista mostrar-se-ia “múltiplo e rico em contradições”. Para Buzahr Filho, inicialmente, o pensamento político de Paulo Francis estaria orientado pelas referências teóricas marxistas, desde a publicação de *Opinião pessoal*, em 1966. Quando escreveu seus romances, *Cabeça de papel* (1977) e *Cabeça de negro* (1979), o jornalista já apresentaria indícios das mudanças e descontinuidades ulteriores, expressas nas décadas de 1980 e 1990. Esses indícios estariam presentes, também, em seu livro de memórias, *O afeto que se encerra*, de 1980.

O momento de ruptura somente seria evidenciado mais claramente no ensaio de 1985, *O Brasil no Mundo*<sup>35</sup>. Nesse momento, haveria o aspecto do discurso contrário à presença do Estado na economia, evidenciando o início de seu antiestatismo. Além disso, ao mesmo tempo, mostrava-se favorável à expansão da livre iniciativa privada, atuante no interior de um sistema econômico igualmente livre da regulamentação do Estado frente ao mercado. No livro de memórias sobre o golpe de 1964, *Trinta anos esta noite*, essa visão se consolidaria, culminando na apologia às privatizações e na ruptura completa com o “antigo” Paulo Francis. O autor enfatiza, sendo um ponto importante em seu argumento, que as concepções antiestatistas e favoráveis à iniciativa

---

<sup>33</sup> FONSECA, Alexandre Torres. Paulo Francis, *do Teatro à Política*: “Perdoa-me por me traíres”. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 63.

<sup>34</sup> Igualmente, o autor condena o método de crítica política de Paulo Francis. Conforme ele: “Francis tentou aplicar o mesmo modelo à política [de crítica teatral], com resultados muito pouco satisfatórios para ele e para o Brasil”. *Ibidem*, p. 32.

<sup>35</sup> FRANCIS, Paulo. *O Brasil no Mundo*: uma análise política do autoritarismo desde suas origens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985 [ensaio].

privada por parte do jornalista, entretanto, não significavam a adesão “ingênua” e “cega” ao sistema capitalista de produção e aos princípios liberalizantes:

Trata-se antes, por parte do autor, da constatação de que as sociedades baseadas na economia de mercado (protagonizadas pela iniciativa privada) são as únicas capazes de gerar riquezas e empregos, estando, portanto, habilitadas a minimizar o eterno sofrimento produzido pelos conflitos sociais inexoráveis (o eterno mal-estar na civilização)<sup>36</sup>.

Diante disso, a economia de mercado seria um *mal menor* frente a outras alternativas econômicas, como as oferecidas até então pelo “socialismo real”. Portanto, Francis perceberia as contradições do capitalismo, reconhecendo a reprodução de injustiças e perversidades geradas pelo sistema, mas que a humanidade não teria criado nenhuma alternativa mais eficaz que o próprio capitalismo como meio de minimizar o duradouro mal-estar na civilização e de criar riquezas. Uma observação importante colocada por Buzahr Filho diz respeito ao contexto em que se deu a mudança dentro da trajetória intelectual de Francis, em consonância com agendas políticas e econômicas vigentes naquele momento. Dessa forma, “as ideias de Francis estavam em pleno diálogo (concordando ou discordando) com as correntes de ideias produzidas pelo contexto histórico no qual o autor estava inserido”<sup>37</sup>. Na década de 1990, por exemplo, dialogava com Roberto Campos, ex-ministro da época da ditadura, também colunista n’*O Estado de São Paulo*, estando em compasso também com as metas ditadas pelo FMI e Banco Mundial.

Os trabalhos de Buzahr Filho e Alexandre Torres Fonseca levantam um indício interessante das atuações de Francis para o *Última Hora*, na década de 1960, e, posteriormente, no ensaio e memórias sobre política, nas décadas de 1980 e 1990: a aliança política estratégica, ou nas palavras de Fonseca, o pragmatismo. Ambos os autores citam o argumento de Francis sobre o “mal menor”, como uma saída prática frente a uma impossibilidade da alternativa política ideal. De fato, é possível verificar que o jornalista se utilizou várias vezes desse jargão para tentar expressar suas escolhas políticas. Todavia, em nossa pesquisa, verificamos que o sentido do “mal menor” se aplica mais ao contexto explicitado por Buzahr Filho, entre os anos 1980 e 1990, após a virada ideológica de Francis, do que o momento apontado por Torres Fonseca, no

---

<sup>36</sup> BUZAHN FILHO, Antonio. *O Mal Menor*. “Antiestatismo” e Mercados Livres em Paulo Francis. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 4.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 113.

período pré-1964. Em síntese, Torres Fonseca parece apoiar seus argumentos substancialmente a partir das memórias do jornalista, e menos, propriamente, no discurso dos textos de época. Voltaremos a essa questão adiante quanto analisarmos os discursos de Francis em *Última Hora*<sup>38</sup>. É duvidoso, contudo, que o nacionalismo defendido por ele naquele íterim ultrapassasse a intenção reformista, distanciando-se, portanto, do viés revolucionário.

Em relação à questão da contradição nos textos do polemista, sublinhamos a presença de certa insistência por parte de seus comentadores, os quais apontam sempre tal elemento como uma particularidade do ideário de Paulo Francis. Acreditamos que essa suposta característica deve ser problematizada de outra maneira, sobretudo dentro de nossa proposta de análise e, especialmente, se levarmos em conta a característica desse pragmatismo destacada nos trabalhos de Buzahr Filho e Alexandre Fonseca. Compreendemos que nem sempre os exemplos apontados referindo-se às características de Francis, como as contradições, são fruto de uma “instabilidade intelectual”, “estilo jornalístico”, ou algo do gênero. Adiante, comentaremos um pouco mais sobre essa questão.

Por fim, Eduardo de Oliveira Lanius, em sua dissertação de Mestrado, *O profeta desacreditado: uma leitura do projeto ficcional de Paulo Francis*, discute a ficção de Paulo Francis, a qual compreende, como bem aponta o autor, “um corpus formado por dois romances, *Cabeça de papel* e *Cabeça de negro*, partes de uma trilogia inconclusa”, além das duas novelas, “Mimi vai à guerra” e “Clara, Clarimunda”, integrantes de *Filhas do segundo sexo*, e o romance póstumo, *Carne viva*. Segundo Lanius, esse conjunto poderia ser apresentado como uma espécie de experimentação do panorama literário brasileiro das últimas décadas, agregando diversos aspectos políticos e culturais do interesse de Francis. Em suma, o autor insinua que se trata de um subgênero literário, que poderíamos chamar de “romance de ideias”. Assim, o jornalista teria empregado nas suas narrativas ficcionais os mesmos recursos que utilizava em suas crônicas jornalísticas, a exemplo do tom digressivo, alusivo, opinativo, irreverente, provocativo e, por vezes, agressivo do narrador Hugo Mann, o personagem falastrão (uma espécie de *alter ego* de Francis) presente em *Cabeça de papel* e *Cabeça de negro*, que apresenta sempre uma palavra ferina ou uma colocação sobre quaisquer assuntos que abarquem

---

<sup>38</sup> O jargão “mal menor” é utilizado por Francis em 1966, no sentido de agir dentro de um campo de ações possíveis frente às contingências, mas reprovando tal postura, a qual estaria frequentemente presente na

arte e cultura, história ou política. Diante disso, as narrativas têm incidência sobre as possíveis causas dos males brasileiros, contendo traços históricos e sociológicos, bem como comportamentais. Conforme Lanius:

O narrador de Francis (mas igualmente o próprio, o personagem e a persona), para mim, é uma espécie de “profeta desacreditado” [...]. Ele pretende avaliar o mundo, as pessoas, o processo histórico, quase tudo o que seus interesses abrangentes [...] conseguem abarcar. Um tanto apocalíptico, não tem receio de diagnosticar as mazelas do Brasil ou do mundo, oferecer sua visão pessoal sobre o ser humano ou a arte contemporânea, um determinado político ou uma celebridade em evidência. Nos romances e novelas, essa disposição fica clara, como um desdobramento do jornalismo combativo a que deu voz e que pode ser contemplado sem reboços no narrador dos Cabeças, bem qualificado<sup>39</sup>.

O panorama contextual das duas décadas precedentes à publicação das respectivas obras, e que as mesmas colocam em evidência, diz respeito, principalmente, aos anos de ditadura subsequentes ao golpe de 1964. Lanius lembra, pertinentemente, que o título *Cabeça de Papel* é uma alusão à cantiga infantil *Marcha Soldado*: “Marcha, soldado,/ Cabeça de papel./ Quem não marchar direito,/ vai preso pro quartel./ O quartel pegou fogo,/ A polícia deu sinal./ Acode, acode, acode a bandeira nacional”. Ou seja, “uma referência cristalina ao golpe de 1964 e ao que trouxe para a geração de Francis, que, lembre-se, tomou o caminho dos Estados Unidos, em definitivo, por não conseguir trabalhar com liberdade no país”<sup>40</sup>. O conjunto ficcional, mas especialmente os romances, por conta da presença imponente do narrador, estariam permeados com uma visão de que o “movimento da inteligência” seria responsável por ordenar e regular tudo a sua volta. Desse modo, a expressão intelectual torna-se uma força sempre presente, pairando o mundo, julgando e manipulando todas as ações incessantemente.

Para Lanius, a literatura de Francis, embora tivesse ambições demasiadas e ser bastante audaciosa (sem modéstia, o jornalista queria escrever um grande romance sobre a sociedade brasileira), mereceria relevo paradoxalmente por esse motivo, em razão da literatura brasileira ser “rarefeita” em que pese a audácia. Desse modo, “poucos têm coragem de propor chaves de leitura, afrontar o constituído, instigar, polemizar, como

---

perspectiva estratégica da esquerda: FRANCIS, Paulo. Tempos de Goulart. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, maio de 1966, p. 83.

<sup>39</sup> LANIUS, Eduardo de Oliveira. *O profeta desacreditado: Uma leitura do projeto ficcional de Paulo Francis*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. p. 129.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 65.

um valor per se”<sup>41</sup>. Então, Francis disporia de qualidades nem sempre apreciadas pelos seus críticos, como a “força das palavras”, o esforço em especular sobre a realidade e a estilística própria do autor. O autor, da mesma maneira, não deixa de reconhecer a sua subjetividade intrínseca pelo gosto às leituras de Francis e pela razão em se debruçar no estudo de sua obra:

Admiração confessada, é preciso dizer que, para além da dimensão intelectual, sinto nele uma proximidade que poucas vezes senti em outras companhias literárias. É, talvez, a “simpatia pessoal” de que Savater dá conta, mas mais, identificação, ou, se se quiser, uma aparentada sensação de deslocamento, de não-pertencimento, às coisas que movem a maioria das pessoas, que percebo nele também, e que aguça a impressão de tê-lo como “da minha família”<sup>42</sup>.

Aqui há um interessante elemento de aproximação entre objeto e autor. Como o objeto é a literatura, entrando em questão a apreciação estilística, permite-se neste quesito a maior subjetividade. Notamos, entretanto, de maneira diversificada, nesses vários trabalhos acadêmicos, diferenças quanto ao distanciamento em relação ao objeto de estudo, as quais vale a pena nos determos por um instante. Parte dessas dissertações tenta demonstrar objetividade, não informando sobre a simpatia frente à biografia ou à produção do jornalista Paulo Francis. Encontramos tal postura nos trabalhos de George Moura, Manuel Petrik e Antonio Buzahr Filho. Deve-se acrescentar que todos esses trabalhos reconhecem a importância de Paulo Francis, dentro da imprensa, seja como crítico teatral, polemista ou como autor ficcional.

Diferentemente, Alexandre Fonseca deixa clara sua antipatia ao sentenciar os “erros e enganos” de Francis, e da própria esquerda, segundo o autor, com “resultados muito pouco satisfatórios para ele e para o Brasil”, conforme vimos. Marcello Pereira também não apresenta uma imagem positiva de Francis quando exemplifica suas “aulas de cinismo”, calcadas no racismo, “como se fossem verdades absolutas”. Assim, sua disposição seria absoluta apenas no fato de “agredir, ofender e insultar”. Por fim, existem essas posições de simpatia declarada de Eduardo Lanius e Carlos Bissón diante da vida e da obra de Paulo Francis. É preciso lembrar que Bissón considera Francis um intelectual independente, que não se ligava aos interesses de grupos, sendo talentoso e erudito<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 115.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>43</sup> Há um dado interessante a ser notado na comparação de Lanius e Bissón. Lanius foi orientando de Luís Augusto Fischer, fã declarado das produções textuais de Paulo Francis. Bissón foi colega de faculdade de

Discordamos quanto à posição de Bissón que considera Francis “independente”. Lembramos ainda que Buzahr Filho já destacava que o jornalista em questão teve seu momento de ruptura, dentro de sua trajetória intelectual, em consonância com agendas políticas e econômicas vigentes a partir de certo momento. Por si só, esse argumento denota o vínculo de Francis a interesses de classe, formuladas por determinadas agendas e em consonância com elas. É sob este aspecto que tentaremos compreender, eventualmente, suas funções conectivas a certas frações de classe ou bloco no poder.

Portanto, sua proximidade com certas personalidades e agentes importantes, ligados à grande imprensa e aos setores que legitimavam certas agendas políticas e econômicas, não deve ser relegada. Em síntese, consideramos a análise de Buzahr Filho a mais correta sob o ângulo histórico e sociológico, ao passo que a análise de Alexandre Fonseca é, segundo nossa opinião, pouco convincente em tentar associar um “Paulo Francis autoritário” com uma tradicional “esquerda autoritária” brasileira, supostamente fruto de nossa “cultura política”. Conhecemos as correntes historiográficas e vertentes memorialísticas que têm insistido no argumento de que os diferentes adversários políticos pré-1964 incorriam todos eles em posturas autoritárias, supostamente pregando o golpismo como alternativa. No entanto, discordamos na essência desses postulados, por entender que há uma generalização e simplificação demasiadas em relação às características das diferentes facetas representadas nos distintos grupos identificados como de esquerda e direita no país da época.

O debate em torno das obras e biografia de Francis, como observamos nas dissertações elencadas, propicia controvérsias, exaltações perante o seu trabalho ou condenações diversas. Nesse sentido, é interessante notar essa controvérsia no interior de uma obra coletiva publicada há algum tempo, chamada *Brasil, país do passado*<sup>44</sup>. Os textos foram escritos a partir de um seminário realizado em Berlim, em 1998, por diversos professores e intelectuais, tentando reavaliar e retomar a presença de escritores que, na diversidade de suas atuações, pensaram o Brasil, “ora como projeto, ora como

---

Fischer, citando-o nos agradecimentos de sua dissertação. Luís Augusto Fischer, há algum tempo, é colunista do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, um dos quais reproduzia o Diário da Corte, de Francis, na década de 1990, sendo também um dos comentaristas de Francis dentro do jornal. A leitura semelhante desses autores, referente aos textos de Francis, pode indicar um fator de sociabilidade e eleição em comum de certos aspectos “positivos” dos escritos do jornalista, deixando de lado os elementos “negativos”, considerados de segundo plano. Para consultar a simpatia de Fischer às produções textuais de Francis, ver: FISCHER, Luís Augusto. Inteligência em ação; O legado de Paulo Francis. In: *Para fazer diferença*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1998.

<sup>44</sup> CHIAPPINI, Lígia; DIMAS, Antonio; ZILLY, Berthold (orgs.). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Boitempo Editorial/EDUSP, 2000.

destino”. Neste contexto, Paulo Francis entrou ali como eixo de discussão ao lado de autores como Paulo Freire, Herbert de Souza, João Antônio, Darcy Ribeiro e Antonio Callado. Conforme Ligia Chiappini, coorganizadora da obra:

A posição do segundo Paulo Francis (posterior à fase d’*O Pasquim*) é tão desconcertante que, a certa altura do debate, a sua entrada neste livro foi problematizada e sua condição de intelectual posta em dúvida<sup>45</sup>.

As próprias posições dos autores que escreveram sobre Francis no livro apontam para a diversidade das leituras sobre o seu perfil intelectual. Sedi Hirano<sup>46</sup> e Bernardo Kucinski<sup>47</sup> indicam suas contradições e/ou condenam seu estilo jornalístico hostil e ofensivo. Hirano centra-se no contraste das análises de Francis sobre o golpe de 1964, em dois momentos, quando escrevia em 1965, para a *Revista Civilização Brasileira*, e, posteriormente, em suas memórias sobre o golpe e a ditadura: *Trinta anos esta noite*, em 1994. Para Kucinski, Francis exprimiria um estilo polêmico e superficial, preferindo a desqualificação à investigação. Realizando uma espécie de contraponto aos textos anteriores, Isabel Lustosa<sup>48</sup> prefere destacar as contribuições de Paulo Francis n’*O Pasquim*, lembrando que o jornalista, no Brasil, foi uma voz importante na denúncia dos excessos cometidos pelos EUA no Vietnã, além de suas críticas a Israel em suas ações contra a Palestina. Os três textos são artigos breves, mas relevantes e de qualidade analítica, permitindo o diálogo de nossa proposta de estudo com os problemas que são aventados por eles.

Portanto, além das controvérsias, é possível identificar várias contribuições autorais nesses artigos e nessas dissertações frente à atuação intelectual e jornalística de Paulo Francis. Em todos os trabalhos referenciados, mostra-se a investigação de inúmeros dados e a verificação de diferentes ângulos de análise, especialmente se comparadas às publicações das biografias de Francis, mais descritivas, e menos reflexivas, escritas por Daniel Piza, Fernando Jorge e Paulo Eduardo Nogueira. Finalmente, cabem algumas considerações sobre essas publicações.

As duas primeiras biografias sobre a vida e obra de Paulo Francis foram lançadas mais ou menos na mesma época, em 1996. A primeira trata-se de *Paulo*

---

<sup>45</sup> CHIAPPINI, Ligia. Proibido sonhar ou passado, presente e futuro: para quem? In: CHIAPPINI, Ligia; DIMAS, Antonio; ZILLY, Berthold (orgs.). *Brasil, país do passado? Ibidem*, p. 20.

<sup>46</sup> HIRANO, Sedi. Pepensando 1964, destruindo 1964. In: *Brasil, país do passado? Op.cit.*, p. 257-265.

<sup>47</sup> KUCINSKI, Bernardo. O método Paulo Francis. In: *Brasil, país do passado? Op.cit.*, p. 276-285.

*Francis: Brasil na cabeça*, de Daniel Piza<sup>49</sup>. A segunda, publicada pouco antes do falecimento de Francis, *Vida e obra do plagiário de Paulo Francis*, de Fernando Jorge, defende a tese de que Paulo Francis seria um plagiador<sup>50</sup>. A exemplo do que ocorre com frequência na interpretação do ideário de Francis, temos nos seus biógrafos a discordância tácita frente às eventuais qualidades ou desserviços do jornalista à imprensa nacional.

Assim, Piza versa sobre o seu biografado com extrema simpatia e admiração, ao passo que o oposto completo se dá com Fernando Jorge. O trabalho de Piza é bastante descritivo, tendo o mérito de organizar cronologicamente e ordenar a trajetória profissional de Paulo Francis na imprensa, dentro de uma narrativa clara e objetiva<sup>51</sup>. Fernando Jorge, por outro lado, faz um mapa contundente dos casos de plágio nos textos de Francis. O livro tem cerca de 500 páginas apontando, além dos plágios, os casos de difamação proferidos por Francis a diversas personalidades do meio artístico ou político. A escrita não guarda nenhum distanciamento, deixando evidente a intenção de desqualificar o que Francis produzia.

Fernando Jorge acaba desempenhando também uma postura de “polemista” ao analisar os textos de Francis, pois tira proveito de vários artifícios empregados pelo primeiro, atacando-o com ironia e utilizando linguagem agressiva e contundente. Entre os casos de plágio apontados por Fernando Jorge estariam cópias de frases retiradas de livros ou do pensamento de intelectuais, políticos e literatos, como Machado de Assis, Artur Azevedo, Olavo Bilac, Sérgio Porto, Roberto Campos, Oswaldo Aranha, Nelson Rodrigues e até Plutarco e Albert Einstein. A conclusão dessa premissa seria porque Francis não colocava aspas e nem creditava frases em seus textos, como “O nacionalismo é uma doença infantil. É o sarampo da humanidade”, replicada por ele, mas de autoria de Albert Einstein<sup>52</sup>.

---

<sup>48</sup> LUSTOSA, Isabel. De olhos postos na América – Paulo Francis n’O Pasquim. In: *Brasil, país do passado? Op.cit.*, p. 266-275.

<sup>49</sup> PIZA, Daniel. *Paulo Francis: Brasil na cabeça*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Prefeitura do RJ, 2004 [1ª edição de 1996].

<sup>50</sup> JORGE, Fernando. *Vida e obra do plagiário Paulo Francis: O mergulho da ignorância no poço da estupidez*. 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 1997 [primeira edição de 1996].

<sup>51</sup> As memórias autobiográficas de Francis, embora ricas em detalhes, são um tanto caóticas na narração da ordem dos acontecimentos, contendo inúmeras digressões e realizando movimentos de “ida e volta” em termos cronológicos.

<sup>52</sup> Um dos acadêmicos admiradores de Francis, Eduardo Lanius, tenta introduzir uma reflexão sobre os “erros” de Francis e os plágios apontados por Fernando Jorge, questionados por Lanius se seriam no limite do aceitável. O autor faz uso de um argumento muito semelhante ao de Diogo Mainardi, que, no documentário *Caro Francis*, relativiza os erros e frases sem citações de Francis, dizendo que se tratavam de equívocos involuntários e menores frente ao grande e qualitativo contingente textual que escrevia:

Estes volumes auxiliaram no apontamento de dados e informações sobre a biografia e os textos de Francis. Ocasionalmente, também, tentaremos dialogar com as interpretações sobre o pensamento de Francis realizadas por estes autores para refletir sobre nosso objeto. A última biografia, de Paulo Eduardo Nogueira, foi publicada em 2010, trazendo já no título a questão do polemismo de Francis: *Paulo Francis: Polemista Profissional*. Na apresentação, o autor comenta as duas obras anteriores (dos autores Daniel Piza e Fernando Jorge), e diz que a sua se diferenciaria por tratar Francis de maneira imparcial. Contudo, apesar dessa pretensão, acreditamos que, a exemplo da biografia de Piza, o livro rememora bastante o “lado divertido” de Francis, amenizando certos elementos do comportamento do jornalista, embora não os escamoteie.

Essas características ríspidas de Francis foram constantemente condenadas por alguns de seus opositores, como o próprio Fernando Jorge. No nosso modo de ver, a principal contribuição de Nogueira está no fato de relativizar as posições de esquerda de Paulo Francis, nos primeiros anos de atuação no jornalismo político, bem como problematizar a questão de sua virada ideológica. O autor chega a dedicar uma dezena de páginas às condicionantes envolvidas nesses casos de ruptura com a esquerda, no qual Francis se incluía.

É uma obra que também conta um pouco mais a respeito dos “detalhes de redação”, n’*O Estado de São Paulo*, visto que o autor fora colega de Francis naquele jornal, da mesma forma que Piza fora colega de Francis na *Folha de São Paulo*. Os trabalhos aqui elencados dão conta, até onde temos notícia, da totalidade de análises de maior fôlego feitas sobre sua vida e obra. Grande parte dos dados biográficos de Francis, e dos variados subsídios bibliográficos utilizados nesta tese, foram baseados largamente nas informações dessas diversas produções anteriormente citadas. A exposição feita teve o objetivo de apresentá-las sumariamente e contrastá-las em alguns pontos fundamentais. No entanto, ao longo da tese, em alguns momentos, nos reportaremos a elas novamente, tentando evidenciar nossos pontos de concordância e

---

“Outros erros, como de datas trocadas, citações arrevesadas e duas peças teatrais que se transformaram em uma, são retificadas por Jorge. Na profusão de citações que Francis fazia em suas crônicas, as trocas e omissões eram abundantes, agravadas porque ele costumava citar de cabeça, portanto aproximadamente (ele já havia alegado, em uma crônica, “preguiça” em conferir se a informação que dava era como a memória a retinha). Francis, de fato, exibe problemas às dezenas. Neste aspecto, o livro de Jorge é de extrema relevância, por detectá-los, a muitos deles, apontá-los e corrigi-los, mas, mais importante, por trazê-los à tona e abrir, assim, um debate necessário - qual o limite para o desleixo de citar de memória e, em decorrência disso, ser inexato? Qual o limite para chutar dados ou usar frases de outrem, como se fossem suas?” LANIUS, Eduardo de Oliveira, *op.cit.*, p.34.

discordância com esses estudos, ou apontando determinadas imprecisões e lacunas neles identificadas.

## **CAPÍTULO I – O ingresso no jornalismo político**

No presente capítulo, apresentaremos uma síntese de informações sobre a biografia de Paulo Francis, elencando dados sobre sua trajetória pessoal, profissional e explicando como ingressou no jornalismo político. Em seguida, tentaremos esboçar um panorama das transformações no contexto histórico do século XX que, de uma maneira ou outra, são importantes para certas divisões que se deram no seio da esquerda, observando o lugar de Francis diante de tais processos. Também faremos algumas considerações sobre determinadas posições dentro da esquerda brasileira, o conteúdo do trotskismo reivindicado por Paulo Francis e o teor de seu antistalinismo. Assim, dentro de um panorama mais amplo, julgamos importante comentar sobre alguns dados acerca do antistalinismo de certos intelectuais identificados com a esquerda durante a Guerra Fria e qual a semelhança deles com Francis naquele processo. As características desses intelectuais, presentes nas críticas a Stalin e à URSS, têm certas homologias com a atuação de Paulo Francis na imprensa de oposição à ditadura, verificável entre as décadas de 1960 e 1970.

Em meio a essa atmosfera, daremos destaque ao conteúdo e à forma de seus textos escritos para o *Última Hora*, tentando evidenciar o vínculo de Francis com a linha de atuação do jornal, que defendia a preservação do governo João Goulart, entre 1962 e 1964, nos marcos da grande política nacional. Além disso, mostraremos como se deram as simpatias de Francis pelas posturas de Leonel Brizola e Miguel Arraes, que os colocava como preferência política à frente do próprio João Goulart. Esse fato mostra uma tendência maior de Francis a indicar os caminhos que deveriam ser tomados pelo governo e certos setores de esquerda, na época, e menos uma adesão incondicional a um partido ou a uma personalidade política, denotando, assim, a sua participação estratégica junto ao jornal.

### **1.1 Trajetória pessoal e profissional**

A síntese da biografia de Paulo Francis, exposta a seguir, foi baseada nas informações levantadas por seus principais biógrafos<sup>53</sup> e na apresentação de dados e análises dispostos nas dissertações de mestrado que trataram de sua atuação jornalística,

---

<sup>53</sup> Como sublinhamos anteriormente, as biografias de maior fôlego a respeito da vida e obra de Paulo Francis foram escritas por Fernando Jorge, Daniel Piza e Paulo Eduardo Nogueira.

memorialística e ficcional<sup>54</sup>. Ademais, foram utilizados os dados presentes nas memórias de Paulo Francis<sup>55</sup>, informações constituídas a partir de nossa própria pesquisa nos jornais e revistas em que o jornalista atuou, além do uso de fontes diversas, como suas entrevistas<sup>56</sup> e o documentário a seu respeito, produzido pelo diretor Nelson Hoineff<sup>57</sup>.

Franz Paul Trannin Heilborn, o Paulo Francis, nasceu no Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 1930, em uma casa da rua São Clemente, bairro do Botafogo, filho de Irene Trannin Heilborn e Adolpho Luiz Heilborn. Fizera o ginásio e o colegial em escolas fluminenses, ingressando em 1937 no Colégio Beneditino de São Bento, na ilha de Paquetá, sob o regime de internato. Posteriormente, em 1941, transferiu-se para o Colégio Santo Inácio, também internato.

Em 1944, sofreria um significativo trauma com a morte de sua mãe, Irene Trannin Heilborn. Esse episódio foi relatado por Francis, em *O afeto que se encerra*, como um importante marco, assumidamente traumático, na passagem da infância para a adolescência<sup>58</sup>. Naquele mesmo ano, teria lido *Crime e Castigo*, de Dostoiévski, decidindo, a partir dessa leitura, tornar-se escritor<sup>59</sup>.

Depois de terminar o ensino escolar, frequentou, mas não completou, o curso universitário de filosofia, na Faculdade Nacional de Filosofia (RJ)<sup>60</sup>, onde entrara em 1950. Com vinte e um anos de idade fez sua primeira viagem internacional, conhecendo Paris, na França. Após incentivo do pai, depois de voltar de viagem, trabalhou na *Pan Air*, por curto período. De 1951 até 1954, o jovem Franz frequentou determinados círculos que o conduziram às artes dramáticas, como a experiência no *Teatro do Estudante do Brasil*, ou simplesmente *Teatro do Estudante* (TE), e a temporada passada

---

<sup>54</sup> As dissertações foram comentadas anteriormente, com maior detalhamento.

<sup>55</sup> As duas principais memórias autobiográficas de Paulo Francis foram escritas em 1980 (*O afeto que se encerra*) e em 1994 (*Trinta anos esta noite*). A primeira é mais centrada em detalhes de sua vida particular e profissional, desde a infância até o momento em que escrevia; a segunda diz respeito às suas reminiscências a partir do golpe de 1964, embora não deixe de destacar detalhes de suas trajetórias jornalística e pessoal.

<sup>56</sup> Destaca-se a entrevista concedida ao programa da TV Cultura, *Roda Viva*. A transcrição desta entrevista, além de outras feitas pelo programa, podem ser acessadas no sítio: <<http://www.rodaviva.fapesp.br/entrevistas/1>>. Acesso em 18 agosto de 2010.

<sup>57</sup> *Caro Francis*. Documentário. Direção: Nelson Hoineff. Brasil. 2010, 98 min, DVD.

<sup>58</sup> FRANCIS, Paulo. *O afeto que se encerra*. São Paulo: Francis, 2007, p. 69-72 [1ª edição pela Civilização Brasileira em 1980 – memórias].

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>60</sup> A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), criada em 1939, foi extinta em 1968 durante o regime ditatorial. Sofreu a fusão com outras faculdades e instituições de ensino superior locais, como a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Vários institutos da atual UFRJ têm a sua origem na antiga estrutura da Faculdade Nacional de Filosofia.

em Nova Iorque, ocasião em que estudou com o dramaturgo e teatrólogo Eric Bentley, especialista em Bertolt Brecht. Na época em que frequentou o TE, grupo organizado pelo crítico e produtor de teatro Paschoal Carlos Magno, Franz Paul Heilborn foi rebatizado por Carlos Magno como “Paulo Francis”. Em seguida, saiu em excursão, por três meses, junto com esse grupo de teatro, pelo norte e nordeste do Brasil.

Durante a viagem, conforme escreveu em suas memórias, lhe impactou demasiadamente a pobreza e a falta de assistências às pessoas das cidades que conheceu. Assim, teve a percepção da realidade de um outro lado do país, diferente daquele que conhecia, dos bairros cariocas e centros urbanos que frequentava<sup>61</sup>. A incursão no teatro lhe rendeu, em 1952, a indicação como ator revelação daquele ano<sup>62</sup>. Quando foi até Nova Iorque, estudar teatro com Eric Bentley, já em 1954, em pleno macartismo, teria sido influenciado pela crítica social estimulada por Bentley em seu modo de fazer teatro. Francis permaneceu mais de um ano nos EUA, entre 1954 e 1955, quando trabalhou como balconista na livraria *Scribner's*, por curto período, em 1955. No final deste ano retornou ao Rio de Janeiro. Naquele interregno, já teria entrado em contato com as obras de Marx e familiarizado-se com León Trotsky.

Tais experiências com o teatro acabaram direcionando sua carreira profissional como crítico teatral, momento em que iniciou suas incursões como jornalista e escritor. A primeira experiência, como crítico de teatro, em 1957, foi praticada na *Revista da Semana*, a convite de Hélio Fernandes, irmão de Millôr Fernandes. Na época, Paulo Francis já era amigo de Millôr Fernandes e de Ivan Lessa, futuros colegas d’*O Pasquim*. Millôr Fernandes teria indicado Francis ao irmão, que decidira criar o novo periódico após encerrar sua participação como diretor da revista *Manchete*, do grupo *Bloch*. Em seguida, ainda em 1957, também como crítico teatral, Paulo Francis entrou para o *Diário Carioca*.

Colaborou também para a *Revista Senhor*, como um dos editores, junto com Newton Rodrigues, e onde escreveu seus primeiros ensaios sobre política internacional,

---

<sup>61</sup> “A desolação de Manaus, Belém, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Teresina, São Luís e Recife. E nem fui ao interior. As capitais bastaram. Nunca imaginei que existisse algo igual na terra. A subnutrição, a miséria, o atraso [...], o isolamento cultural acima do crível, o atordoamento do ser humano bestializado por um clima (nos dois sentidos do termo) intolerável, inconcebível nos meus confortos de classe média, do circuito Zona Sul do Rio, que agora me sugeriam luxos aristocráticos”. FRANCIS, Paulo. *O afeto que se encerra*, *op.cit.*, p. 151.

<sup>62</sup> Conforme George Moura, o prêmio foi consequência da atuação de Francis na peça *Romeu e Janete*, de Jean Anouilh: “Em *Romeu e Janete*, Francis fazia o papel de um homem traído que bebia muito [...]. Por este bêbado Paulo Francis foi indicado para Ator Revelação da Crítica, na temporada de 1952”. MOURA,

entre 1959 e 1962. Conforme Eliane Basso, percebe-se a predileção de Francis pelas revistas e escritores estrangeiros. Foi um dos poucos momentos em que o jornalista assinou certos artigos como Franz Heilborn:

Por intermédio do jornalista Paulo Francis, a publicação recebeu forte influência das revistas estrangeiras. Francis era responsável pela crítica literária e cultural, pautava ensaios, escrevia artigos e notas, e escolhia a ficção estrangeira. Assinou algumas reportagens com seu verdadeiro nome, Franz Heilborn, que era pouco conhecido<sup>63</sup>.

Esporadicamente, naquele período, escreveu para o *Última Hora*, na transição entre a década de 1950 e 1960, mas ainda como crítico teatral. Foi naquela época que lhe impressionou a peça de Gianfrancesco Guarnieri, no Teatro de Arena, do Rio de Janeiro, *Eles não usam black-tie*, em outubro de 1959<sup>64</sup>. Todo aquele “caldo de cultura”, a viagem ao nordeste nos tempos de Teatro do Estudante, a descoberta do marxismo, a preferência por Trotsky e a experiência no jornalismo e no teatro, fez com que Francis se aproximasse da esquerda no cenário político brasileiro. Conforme o próprio jornalista, teria se juntado às esquerdas em 1960, embora com certo desgosto, convivendo com stalinistas, “a quem, trotskista, considerava contra-revolucionários”<sup>65</sup>.

Em 1961, passou a colaborar mais frequentemente para o *Última Hora*, de Samuel Wainer, ainda como crítico teatral. No ano seguinte, sofreu com a perda de mais um ente familiar. Seu irmão Fred faleceu, em 1962, devido a uma queda de aeronave. Na sequência, abandonou o *Diário Carioca*, no ano de 1963, deixando por um tempo a crítica de teatro, passando a dedicar-se às críticas sobre política nacional no jornal *Última Hora*. Ainda que de forma intermitente, o jornalista voltaria a comentar o teatro brasileiro apenas após o golpe de 1964, junto com vários outros temas culturais, políticos e a respeito de variedades, em suas participações na *Revista Civilização Brasileira* e no jornal *Correio da Manhã*.

A dedicação aos temas políticos foi seminal no restante da carreira do jornalista. Sua experiência no *Última Hora*, a partir de 1962, foi fundamental para a transição de

---

George. *Paulo Francis, o soldado fanfarrão: A odisseia intelectual do ator, diretor e crítico de teatro Paulo Francis pelos palcos brasileiros*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996, p. 24.

<sup>63</sup> BASSO, Eliane Fátima Corti. *Revista Senhor: modernidade e cultura na imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008, p. 30.

<sup>64</sup> Sobre Gianfrancesco Guarnieri, em uma publicação da revista *Senhor*, de setembro de 1961, “considerou-o como ‘pássaro de outra plumagem’, já que escrevia contra a mesma sociedade que o aplaudia, caso das peças ‘Eles não usam black-tie’, ‘Gimba’ e ‘Semente’, ponderadas por Francis como profundas e de qualidade a respeito da sociedade, revelando as contradições da mesma”. *Ibidem*, p. 56.

<sup>65</sup> FRANCIS, Paulo. *O afeto que se encerra*. *Op.cit.*, p. 77.

seu polemismo na área do teatro para a arena política presente na imprensa. Contudo, a nova experiência, pelo menos naquele jornal, durou pouco tempo. Em 1º de abril de 1964, o golpe civil-militar atingiu também o *Última Hora* e a redação de outros grandes veículos de imprensa. É importante destacar desde já que o jornalista teve uma fase de marcante defesa da liderança de Leonel Brizola, quando chegou a aderir a um dos “grupos de onze” e a colaborar para o jornal *Panfleto*, o qual reuniu apoiadores de Brizola e adeptos da Frente de Mobilização Popular, defensora intransigente das chamadas “Reformas de Base”. Isso aconteceu nos meses imediatamente precedentes ao golpe de 1964, quanto colaborava paralelamente ao *Última Hora*. Depois de instituído o golpe, Paulo Francis abandonou, assim, por algum tempo, as colunas em diários jornalísticos, passando a realizar e a escrever trabalhos à margem das redações, como nos projetos do *Livro de Cabeceira do Homem* e da já citada *Revista Civilização Brasileira*, ambos da editora *Civilização Brasileira*, dirigida por Ênio Silveira.

Paulo Francis tornou-se conhecido, ainda em sua época de crítico teatral, por ser um escritor de verve violenta. O estilo ferino manteve-se no *Última Hora*, quando trocou os ataques aos atores e diretores teatrais pelos golpes verbais aos jornalistas de oposição à linha de seu jornal, aos políticos locais, especialmente Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, e ao imperialismo norte-americano. Após o golpe de 1964, a maioria das redações teria fechado as portas para redatores com perfis semelhantes ao seu, com ímpeto crítico, movido à ironia e linguagem ácida, opositores ao regime recém instalado. Dessa forma, conseguiu expressar suas críticas ao processo de 1964, e seus juízos sobre o novo regime, apenas na *Revista Civilização Brasileira*, em 1965. A partir de então, dedicou alguns artigos sobre o tema, além de textos diversos sobre cultura, compilados na publicação de *Opinião pessoal*, em 1966, seu primeiro livro, coletânea de artigos<sup>66</sup>.

Naquele ano, colaborou para o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, voltando ao trabalho nas redações<sup>67</sup>. Algum tempo depois, já em 1967, passou a editar, semanalmente, o *Quarto Caderno* desse jornal, sempre aos domingos, junto com o poeta, crítico de cinema e tradutor José Lino Grünwald. No ano de 1968, paralelo ao trabalho naquele periódico carioca, editava a revista *Diner's*, do *Diner's Club*, atuando

---

<sup>66</sup> FRANCIS, Paulo. *Opinião pessoal (Cultura e Política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 [artigos].

<sup>67</sup> As biografias de Daniel Piza e de Paulo Eduardo Nogueira informam que Paulo Francis voltaria às redações apenas em 1967, no *Correio da Manhã*, mas nossa pesquisa verificou suas colaborações para

também, brevemente, como crítico de cinema no *Jornal do Brasil*. No *Correio da Manhã*, percebe-se ainda o crítico da recém instalada ditadura, em que repreendia o governo Castello Branco, chamando o regime inaugurado em 1964 de “novo caudilhismo tecnocrático”<sup>68</sup>. Depois do AI-5, em dezembro, em meio à perseguição política, abandonou o *Correio da Manhã*, simultaneamente após o jornal ser fortemente depredado<sup>69</sup>. Durante o AI-5, estava em viagem a Nova Iorque. Quando voltou, em meados de dezembro, foi preso na Vila Militar, no Rio de Janeiro, permanecendo lá até janeiro de 1969. Conforme veremos adiante, Francis era considerado nos meios militares como um “comunista perigoso”, infiltrado na imprensa, tendo seus artigos copiados e anexados a um grande dossiê, com cerca de 250 páginas, presente no Serviço de Inteligência do Exército<sup>70</sup>. Sua prisão teria sido motivada pelo teor de sua produção textual, de oposição ao regime de 1964, especialmente para a *Revista Civilização Brasileira* e para o *Correio da Manhã*.

A partir do ano de 1969 também colaborou, esporadicamente, para o *Tribuna da Imprensa*, do jornalista Hélio Fernandes, o mesmo responsável, há mais de dez anos antes, pelo convite para o primeiro emprego de Francis na imprensa, em 1957, na *Revista da Semana*. Naquele ano, em 1969, também foi lançado o semanário *O Pasquim*, em junho, sendo Paulo Francis um de seus fundadores e colaboradores a partir do sexto número, em agosto. De junho a outubro, ainda, colaborou para a revista *Realidade*, da editora *Abril*, como *Freelancer*, viajando pelo exterior. Fora preso mais uma vez ao voltar de uma dessas viagens. O motivo dessa vez seria uma suposta participação no sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, o que, oficialmente, em seguida, acabou sendo desmentido, de fato.

Ao longo do ano de 1970 seguiram-se mais prisões, uma seguida de outra, totalizando ao todo, somados, dois meses na cadeia. Foi lançado nesse ano o seu segundo livro, *Certezas da dúvida*, também coletânea de artigos, fruto de textos seus, especialmente no *Correio da Manhã* e no *O Pasquim*<sup>71</sup>. Com exceção da primeira, as demais detenções foram consequência de sua colaboração àquele semanário,

---

aquele periódico ainda em 1966. É provável que tenham reproduzido a informação do próprio Francis, que também indica, equivocadamente, a mesma data em suas memórias, *O afeto que se encerra*.

<sup>68</sup> FRANCIS, Paulo. Em busca do tom. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno, 15/01/1967.

<sup>69</sup> Sobre a repressão ao *Correio da Manhã*, ver: ANDRADE, Jéferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. José Olympio: Rio de Janeiro, 1991.

<sup>70</sup> O dossiê encontra-se hoje nos “acervos do regime militar” do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, e será comentado no segundo capítulo.

<sup>71</sup> FRANCIS, Paulo. *Certezas da dúvida*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1ª ed. de 1970 - artigos].

experiência dividida com seus colegas de redação, frequentemente convidados a dar depoimentos nas delegacias e conduzidos à prisão<sup>72</sup>.

Depois deste período mais conturbado, saiu do país em exílio voluntário para os EUA, em 1971. Gradativamente, a partir de então, foi se estabelecendo em Nova Iorque, cidade que adotou para viver. A sua função como correspondente estrangeiro começou nessa época, ainda atuando n'*O Pasquim*. Segundo relato de seu livro de memórias, o fator preponderante para a mudança definitiva de Paulo Francis para a América do Norte deveu-se às sucessivas prisões e à falta de liberdade jornalística<sup>73</sup>. Inicialmente, pôde manter-se com o material feito para o *Tribuna da Imprensa*, quando enviava artigos mais frequentemente ao jornal, entre junho de 1971 até o início de janeiro de 1976, além de realizar outros trabalhos, como os frilas para as revistas *Visão*, *Status*, *História* e *Mais*. Também merece destaque o financiamento de uma bolsa da *Fundação Ford*, a qual teria sido intermediada por Fernando Gasparian. Este é um dado interessante, visto que a *Fundação Ford*, junto com outras instituições estadunidenses, naquela época, auxiliava na edificação das políticas econômicas e culturais, apregoadas por iniciativa dos EUA, para a América Latina<sup>74</sup>.

Entre 1971 e 1975, *O Pasquim* sofreu com dificuldades financeiras, após o intenso sucesso do início (antes de comemorar um ano de existência, vendia mais de 200 mil exemplares). As sucessivas prisões, a “fuga” dos anunciantes, bem como a má administração e as brigas internas, dividiram aos poucos os membros do tabloide<sup>75</sup>. Francis deixou de colaborar para o semanário em janeiro de 1976, quando escreveu seu último texto em tom cordial e explicando o contexto de sua saída:

---

<sup>72</sup> De novembro de 1970 até fevereiro de 1971 a maior parte da equipe d'*O Pasquim* manteve-se encarcerada, porém o jornal não saiu de circulação. Millôr Fernandes permaneceu em liberdade e reuniu um grupo de personalidades célebres que passaram a colaborar com o periódico naqueles meses. Entre elas, Chico Buarque, Glauber Rocha, Rubem Fonseca, Odete Lara e diversos intelectuais cariocas. Ver: BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os Anos 70: mais pra epa que pra oba...* Brasília, DF: Editora da UNB, 1991, p. 36-39; KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991, p. 161-174.

<sup>73</sup> FRANCIS, Paulo. *O afeto que se encerra*. *Op.cit.* Tal justificativa é sempre repetida em diversos registros deixados pelo jornalista, entre artigos de jornais, livros publicados e entrevistas concedidas.

<sup>74</sup> Certas instituições e centros de pesquisa, como a Cepal, Flacso, Clapcs, entre outras, apesar de constituírem-se como fomentadoras de estudos latino-americanos, tentando manter o foco de interesse no subcontinente, não escaparam da estratégia da CIA de incentivar uma verdadeira “guerra cultural” para forjar o consenso. Agências como a Fundação Ford e Rockefeller, a serviço da CIA, mas com o discurso aparente de promover a democracia e diminuir a pobreza, especialmente por meio de projetos científicos para estimular as ciências sociais, financiavam organizações culturais e diversos intelectuais com o objetivo de criar mecanismos contra-insurgentes, difundindo concepções de mundo anticomunistas. Conforme: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010, p. 55; SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la Guerra Fría cultural*. Madri: Editorial Debate, S.A., 2001.

Esta é minha última coluna para este jornal por algum tempo. O motivo não é briga, pressão, etc., embora Eu (Deus) saiba que há muita coisa aqui de que não gosto. O motivo é mais simples: dinheiro, menos trabalho e nenhuma perda de liberdade<sup>76</sup>.

O motivo imediato foi a sua contratação pela *Folha de São Paulo*, a convite do jornalista, também identificado com o trotskismo, Cláudio Abramo. Na época, a *FSP* passava por uma considerável reformulação, renovando o perfil editorial e as matérias jornalísticas. Essa renovação tinha em Abramo a principal figura responsável, como editor chefe do jornal, desempenhando papel fundamental nas modificações empreendidas<sup>77</sup>. O contrato com a *FSP* exigia exclusividade e, a partir de então, deixou de colaborar também para o *Tribuna da Imprensa*<sup>78</sup>. Entre 1975 e 1976, transcorreu um período de importantes transformações em sua vida. Ainda em 1975, passaria a viver junto com a jornalista Sônia Nolasco, também colaboradora de *O Pasquim*. Certamente, essa mudança em sua vida particular, junto ao contrato com a *FSP*, encerrou um ciclo importante na trajetória pessoal de Paulo Francis, trazendo igualmente maior estabilidade profissional e financeira.

Naquele período, precisamente em 1976, também foi lançada sua quarta coletânea de artigos: *Paulo Francis nu e cru*<sup>79</sup>. Os textos são o fruto das colaborações para *O Pasquim*, entre 1971 e 1976. No ano seguinte, em 1977, seu tão esperado romance, *Cabeça de papel*, foi lançado com bastante expectativa pelo autor e boa dose de divulgação por meio da *FSP*. Francis tinha o desejo de ser escritor, conforme já destacamos, desde que tivera contato com o romance *Crime e Castigo*, de Dostoiévski, aos quatorze anos de idade. *Cabeça de papel* é um romance que expressa várias angústias intelectuais de Francis, refletidas nos personagens, como a frequente tensão

---

<sup>75</sup> BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba... Op.cit.*

<sup>76</sup> FRANCIS, Paulo. Ordem do dia. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, Ano VII, n. 341, 9 a 15/01/1976.

<sup>77</sup> MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: IMPRES, 1981, p. 205-207. No capítulo terceiro desta tese detalharemos um pouco mais sobre a importância de Abramo para a *FSP* e o contexto de sua atuação no jornal no momento da chegada de Paulo Francis.

<sup>78</sup> A coluna de despedida no *Tribuna da Imprensa* foi publicada no mesmo dia da coluna de despedida de *O Pasquim*, em 15 de janeiro de 1976. Nela Francis dizia: “Faço esta coluna há quase 5 anos. Agora, vou tirar umas férias. Com dor no coração. Nenhum problema com Hélio Fernandes. Pelo contrário. Nunca trabalhei para ninguém que me desse tanta liberdade [...]. E, continuando num tom de franqueza, não tenho onde cair morto, pois sempre trabalhei sem beijar a bota dos poderosos. Não tenho a menor intenção de começar agora. Mas vou ganhar o suficiente que me permita juntar algum, o que seria impossível se eu continuasse exclusivamente me concentrando no que chamam – e é um elogio – de imprensa nanica”. Paulo Francis. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 15/01/1976, p. 2.

<sup>79</sup> FRANCIS, Paulo. *Paulo Francis nu e cru*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1976 [artigos].

frente aos dilemas e às questões que envolvem liberdades individuais, otimismo, pessimismo e autonomia de pensamento<sup>80</sup>.

A partir de então, até 1980, publicou um livro a cada ano. Em 1978, houve o lançamento de sua quinta coletânea de artigos, *Paulo Francis – uma coletânea de seus melhores textos já publicados*, resultado de fontes diversas, especialmente dos artigos feitos para as revistas *Status*, *História* e *Mais*<sup>81</sup>. Seu segundo romance, *Cabeça de negro*<sup>82</sup>, foi lançado em 1979, sendo parte do planejamento de uma futura trilogia de romances que acabou não se concretizando<sup>83</sup>. O lançamento das memórias, em 1980, *O afeto que se encerra*, exhibe detalhes da infância, adolescência e vida familiar do jornalista, apresentando dados de sua trajetória profissional, além de expor suas opiniões a respeito de diversos temas, incluindo política, sexualidade e comportamento<sup>84</sup>. É uma fonte interessante para ser consultada, não apenas pelo interesse em Paulo Francis, mas pela própria história recente da imprensa no centro do país; imprensa essa da qual Francis esteve intimamente ligado.

Em 1981 foi contratado pela TV Globo para atuar em curtas inserções nos telejornais. A partir de então criou o personagem de fala arrastada no início das frases, pelo qual se tornou bastante conhecido, sendo também imitado por diversos humoristas. Em 1982, lançou a novela *As filhas do segundo sexo*<sup>85</sup> e, em 1985, publicou seu primeiro ensaio, chamado *O Brasil no mundo*<sup>86</sup>. Na *FSP*, ganhou ainda mais prestígio, popularizando sua coluna bissemanal, *O Diário da Corte*, em que escrevia crônicas do cotidiano, analisava produções culturais diversas, entre cinema, música e literatura, e comentava o contexto da política nacional e internacional. Paulo Francis também não deixava de cumprir suas tarefas de correspondente estrangeiro, enviando sempre suas

---

<sup>80</sup> Conforme Piza, “*Cabeça de papel* traz o dilema do intelectual de esquerda segundo Francis, o mesmo dilema que viveu durante duas décadas: de um lado há Paulo Hesse, o ‘leninista’ que acredita que depois do capitalismo virá o socialismo e sua versão terrena do paraíso; do outro, Hugo Mann, o desencantado, para quem o pós-capitalismo será o território da barbárie, um inferno de conflitos primitivos. Leitores atentos perceberam que o caráter de Hesse é frouxo. Não por acaso, *Cabeça de negro* é a encenação da barbárie prevista por Mann, em que o Rio idílico dos anos 40-50 se vê enfim invadido pelos miseráveis, pela escumalha humana criada pelo sistema capitalista”. PIZA, Daniel. *Paulo Francis: Brasil na cabeça*. *Op.cit.*, p. 36.

<sup>81</sup> FRANCIS, Paulo. *Paulo Francis - Uma coletânea de seus melhores textos já publicados*. São Paulo: Editora Três, 1978 [artigos].

<sup>82</sup> FRANCIS, Paulo. *Cabeça de negro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979 [romance].

<sup>83</sup> O último romance da trilogia, segundo informa Daniel Piza (2004), chamar-se-ia apenas *Cabeça*. Posteriormente, em 2008, foi publicado o romance póstumo *Carne viva*, pela editora Francis.

<sup>84</sup> FRANCIS, Paulo. *O afeto que se encerra*. *Op.cit.*

<sup>85</sup> FRANCIS, Paulo. *Filhas do Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 [novela].

<sup>86</sup> FRANCIS, Paulo. *O Brasil no Mundo: uma análise política do autoritarismo desde suas origens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985 [ensaio].

coberturas e painéis informativos sobre política e as mais variadas notícias a respeito dos EUA, direto de Nova Iorque.

A saída da *FSP* deu-se em meio a uma das constantes polêmicas de Francis: o debate aberto entre ele e o *ombudsman* do jornal, na época, Caio Túlio Costa. Tal desentendimento ocorreu a partir de novembro de 1989, mas tinha suas raízes meses antes e, especialmente, durante o segundo turno das eleições presidenciais de 1989, na disputa entre Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. Na ocasião, Francis, que há tempos já se colocava contra o Partido dos Trabalhadores, apoiou Collor em detrimento a Lula, escrevendo insistentemente diversos insultos e preconceitos contra o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse fato provocou a indignação de muitos petistas e simpatizantes de Lula, que escreviam e telefonavam ao jornal pedindo a censura aos comentários considerados descabidos de Paulo Francis.

O caso é que, em novembro de 1989, Caio Túlio Costa decidiu criticar uma capa da *FSP* em que, segundo seu entendimento, favorecia Collor de Mello, pois, ao lado da foto do futuro presidente, aparecia o texto de Francis criticando severamente Lula. Paulo Francis, sentindo-se atingido, respondeu. O que veio em seguida foi uma série de textos de ambos os jornalistas atacando pessoalmente um ao outro. O debate atingiu proporções surpreendentes, dentro e fora do jornal. Apenas no final de fevereiro do ano seguinte, em uma chamada de capa, a *Folha* deu por encerrada a polêmica, anunciando o fim daquele embate por meio da intervenção de seus próprios diretores. O ambiente no jornal tornou-se ruim para Francis, que interpretou o episódio como uma espécie de traição dentro de seu próprio *locus* de trabalho, e de sofrer críticas de um de seus colegas. No entanto, houveram outros motivos paralelos, como o pretexto financeiro e a proposta mais flexível d'*O Estado de São Paulo (OESP)*, em que o jornal abriu mão da exclusividade dos textos de Francis, ao contrário do que ocorria na *FSP*. Segundo o *ombudsman* da *Folha*, Caio Túlio Costa:

Francis trocou a *Folha* pelo *Estado*, depois de 14 anos no primeiro, para ganhar mais dinheiro. Conforme informou o *Jornal do Brasil*, ele mudou “convencido por uma estratégia que envolveu cinco dígitos de pura verdinha”. O contrato seria de US\$ 200 mil por ano, ao todo, incluindo salários, benefícios extras, além da garantia de aposentadoria. Na época, realmente, um dos mais altos salários na imprensa escrita<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> COSTA, Caio Túlio. *Ombudsman: O relógio de Pascal*. 2ª ed. São Paulo: Geração editorial, 2006, p. 127.

A *Folha de São Paulo* noticiou sua saída no dia 8 de dezembro de 1990, em nota da quarta página, no espaço “Painel”, limitando o anúncio a duas linhas e meia de texto: “o correspondente da *Folha* em Nova York, Paulo Francis, desligou-se do jornal”. Menos de uma semana depois, foram publicadas cartas de leitores exigindo maiores detalhes sobre o desligamento. Em nota, abaixo do Painel do Leitor, o jornal esclarecia que houve o rompimento de contrato por parte do próprio jornalista:

O jornalista Paulo Francis rompeu o contrato que mantinha com a *Folha* e que a seu pedido estava em vigor pelos próximos dois anos. Francis argumentou ter recebido uma proposta de outra publicação e obteve assim um aditamento aos termos de seu contrato. Depois de aceitar esse aditamento, alegou ter nova proposta, mas a *Folha* optou por não retomar uma renegociação já concluída. Desde o início do ano vinham crescendo as divergências de natureza editorial entre a *Folha* e o correspondente em Nova York<sup>88</sup>.

N’*O Estado de São Paulo*, Paulo Francis manteve sua coluna de página inteira, *Diário da Corte*, duas vezes por semana, além de colaborar para os suplementos e, com frequência, para o informe internacional. A divulgação de seus textos foi consideravelmente aumentada. Além de trocar um dos jornais da grande imprensa de São Paulo pelo seu maior concorrente, o que por si só, teoricamente, em termos de visibilidade, não seria uma proposta ruim, ainda pôde reproduzir o seu *Diário da Corte* n’*O Globo* e em vários outros jornais de grande circulação, a partir de 1992, mantendo também as suas inserções nos telejornais da TV Globo. Com o advento e progressiva adesão da TV a cabo no país, também se tornou um conhecido integrante do novo programa do canal GNT, *Manhattan Connection*, criado em 1993. Em razão dessa cadeia ampliada, é plausível que Paulo Francis jamais tenha sido tão lido e assistido como naquele momento.

Suas posições políticas também se tornavam cada vez mais direcionadas à agenda ultraliberal, atuando como um intelectual, ligado à grande imprensa, propenso a educar seus leitores na direção e na aceitação de um caminho propagandeado como inevitável para os rumos econômicos nacional e mundial. É nessa direção que apoia, inicialmente, a candidatura e, logo depois, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1994, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Passado algum tempo, ficou descontente com a economia gerida pelo governo frente às consideradas insuficientes privatizações realizadas entre 1994 e 1996, além de discordar de outros

---

<sup>88</sup> *Folha de São Paulo*, Painel do Leitor, 13/12/1990.

pontos do programa de FHC. Em 1994, ainda, foi publicado o seu segundo livro de memórias, *Trinta anos esta noite*, suas reminiscências e avaliações a respeito do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar<sup>89</sup>. A postura político-econômica refletida na escrita do livro atendia a maneira como Francis manifestava suas ideias liberalizantes, pregando menos gasto do Estado e defendendo a necessidade das privatizações de empresas públicas. Tal postura deu a tônica para a interpretação que fez sobre o período ditatorial. Chegou a ser tediosamente repetitivo quanto à sua posição de que o Estado deveria privatizar as estatais, especialmente a Petrobrás, e desregular o setor público.

A obsessão com a Petrobrás foi tamanha que acusou os diretores da empresa, mesmo sem provas, durante o programa *Manhattan Connection*, de desviar dinheiro da estatal, supostamente mantendo contas na Suíça. Em outubro de 1996, Joel Rennó e outros diretores da estatal entraram com um processo por calúnia nos EUA contra Paulo Francis. Sua morte, em 4 de fevereiro de 1997, no seu apartamento, em Nova Iorque, por ataque cardíaco, estaria relacionada, segundo algumas pessoas próximas a ele, à pressão sofrida pelo processo e também por um diagnóstico equivocado feito pelo seu médico em relação aos sintomas de dores sentidas pelo jornalista naqueles dias.

A trajetória de Francis na imprensa, a partir da década de 1960, é bastante rica, sendo muito difícil mapeá-la de forma ampla e detalhada até o seu final, em fevereiro de 1997. Sua fase como crítico teatral, de 1957 a 1963, já foi objeto de dissertação de mestrado, bem-sucedida, por parte do autor George Moura, posteriormente publicada em livro, pela editora Objetiva<sup>90</sup>, como já tínhamos destacado. Nesse trabalho, o autor realizou um estudo de considerável fôlego, analisando mais de 1200 artigos de Francis. Para cobrir a totalidade da produção em sua fase como comentarista político, um pesquisador teria de analisar, possivelmente, cerca de algumas dezenas de milhares de artigos, tarefa difícil de ser concretizada, mesmo em uma pesquisa de maior fôlego. Por essa razão, os trabalhos acadêmicos têm feito recortes específicos de sua trajetória, tentando captar momentos importantes de sua produção intelectual, bem como se servindo das publicações do jornalista, entre coletâneas de artigos, memórias e entrevistas.

---

<sup>89</sup> FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite*: 1964, o que vi e vivi. São Paulo: Francis, 2004 [1ª edição pela Companhia das Letras em 1994 - memórias/ensaio].

<sup>90</sup> MOURA, George. *Paulo Francis, o soldado fanfarrão*: A odisseia intelectual do ator, diretor e crítico de teatro Paulo Francis pelos palcos brasileiros. Rio de Janeiro: Objetiva, 1966.

Além do estudo de Moura, de acordo com o que já expusemos anteriormente, outras dissertações de mestrado com distintos vieses foram defendidas acerca de sua trajetória como polemista e intelectual. Foi possível notar que as interpretações sobre sua trajetória intelectual não são ponto pacífico e, portanto, merecem ser problematizadas. Um desses aspectos polêmicos seria oriundo de suas contradições. A maior contradição, ou descontinuidade, diz respeito à sua propaganda virada ideológica. Para começar a destrinchar este ponto, faz-se necessárias algumas considerações sobre o ambiente em que o citado jornalista forjou sua bagagem cultural e política. Assim, destacaremos alguns pontos pertinentes à divisão do espectro político entre esquerda e direita, além de determinadas divisões relevantes no interior da própria esquerda, algumas das quais foram significativas para certos posicionamentos de Francis e, também, por se autoproclamar “trotskista”.

## **1.2 Sobre a identificação com o espectro político da esquerda**

Na esfera de identificação política, tradicionalmente, os politólogos têm indicado dois espectros fundamentais, como eixos de formação da identidade de grande parte dos partidos políticos e dos indivíduos que se envolvem ideologicamente com política, partidária ou não: a “esquerda” e a “direita”, tendo a denominação de “centro” o espectro intermediário entre os dois.

Como se sabe, a divisão entre esquerda e direita assume importância na política de massas, especialmente a partir do ocidente, desde a Revolução Francesa, e se manifesta de forma típica nas sociedades industriais. É um fenômeno que tem suas origens no pensamento e na tradição iluminista, sob o pressuposto otimista de que, por meio da razão e ação humanas, seria possível melhorar a condição de vida das pessoas. Partindo dessa perspectiva, os dois polos fundamentais do espectro político têm divergido, basicamente, sobre a orientação de determinadas políticas públicas que, geralmente, têm o Estado como palco de disputas ideológicas, no qual se debatem os destinos da economia e da sociedade. A partir de uma proposição bastante simplificadora, poderíamos admitir que depois das definições socioeconômicas dadas por Adam Smith e por Karl Marx como alternativas de gerência do Estado Moderno, tem-se verificado, especialmente sob o ponto de vista analítico dos autores marxistas, a identificação da esquerda com os pressupostos socialistas e da direita com os

pressupostos liberais, tendo Marx e Smith, respectivamente, como referências intelectuais fundamentais, porém, certamente, não as únicas.

Alguns dos referenciais da direita, aceitando sua afinidade com a concepção oriunda do liberalismo econômico, podem ser, sinteticamente, e para efeitos didáticos, apresentadas em alguns pressupostos fundamentais a seguir<sup>91</sup>. Primeiro, a construção da legitimidade política seguindo a tradição dos autores jusnaturalistas<sup>92</sup>, aceitando a “evolução da democracia” por meio da liberdade individual, regulada pelo direito civil e representada pelo direito ao voto e gerência da propriedade privada. É aceito o pressuposto de que a sociedade fica condicionada por uma ordem social fundamentada em instituições constituídas de forma tradicional e adaptando-se lentamente conforme as necessidades da sociedade civil, dos grupos privados e instituições públicas. A direita se identifica também com a gerência de um Estado facilitador dos mecanismos de investimento e circulação do capital, cuja movimentação se dê nos âmbitos financeiro e produtivo. Acredita-se na lógica de eficiência empresarial, inclusive para gerir as relações sociais. Presume-se que o Estado deve atuar na manutenção da existência, mas não investir no desenvolvimento das comunidades humanas, deixando que os talentos individuais e as diferenças em relação aos seres humanos garantam o melhor *status* social de uns em detrimento de outros.

O contraste entre essas duas visões de mundo coloca em pauta projetos de sociedade antagônicos. Dessa forma, a esquerda tem negado muitos dos pressupostos defendidos pela direita, descritos anteriormente de forma muito sucinta. Igualmente de maneira concisa, e para a finalidade didática neste texto, podemos apresentar a caracterização da esquerda seguindo os elementos do panorama que segue. O fundamento essencial, sem dúvida, é a centralidade sobre a preocupação social, em que se persegue o bem-estar do indivíduo e da coletividade, além da crítica e da oposição à

---

<sup>91</sup> A síntese que segue teve referência em alguns dos pontos em comum de autores como Emir Sader e Marco Aurélio Garcia, os quais identificam certas características apresentadas pela esquerda brasileira ao longo do século XX (entre essas características, a defesa do socialismo) e Norberto Bobbio, o qual traça uma tipologia simplificada para localizar os polos de esquerda e direita no espectro político mais geral: BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995; GARCIA, Marco Aurélio. *Esquerdas: rupturas e continuidades*. In: DAGNINI, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994; SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

<sup>92</sup> Há um bom tempo tem sido estudada a tradição que vem desde Maquiavel e Hobbes, passando por Locke, Montesquieu e outros, dentro da política clássica, que se ocupou em pensar as relações humanas organizadas dentro da ordem estatal, em que se debate o grau de liberdade e igualdade dos indivíduos perante seus direitos e suas obrigações. Uma boa síntese a esse respeito encontra-se em: MENDONÇA,

exploração dos seres humanos por outros seres humanos. Há um esforço racional em termos de sistematizar um modelo que permita a solidariedade e promoção humanas, em que o internacionalismo deve romper com os interesses localistas, dos países e nações.

O socialismo, desde Marx, tem sido apontado como uma das alternativas a ser implantada e construída para satisfazer essas necessidades<sup>93</sup>. Para o indivíduo que se identifica com o ideal socialista e toma consciência de sua própria identidade, tomando consciência de si enquanto ser social, capaz de transformar a realidade social em que vive, e não apenas reproduzi-la, dá um passo importante de maneira a possibilitar a alteração de sua condição social como dominado, se achar necessário.

Inúmeras correntes entre a bipolaridade esquerda e direita poderiam ser apontadas. Entretanto, o que é fundamental não se reduz apenas ao mero espectro ideológico, mas, antes de tudo, diz respeito às agendas adotadas, à postura política aliada ao programa de ação e, principalmente, à *práxis* histórica. Nesse sentido, embora, sem tanto rigor, e sem os malabarismos conceituais empregados por cientistas políticos ou sociólogos, a definição sintética dada por Jacob Gorender se apresenta objetiva e esclarecedora:

Entendo por esquerda o conceito referencial de movimentos e ideias endereçadas ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes<sup>94</sup>.

Dentro de um mesmo espectro ideológico, as diferenças fazem-se sentir justamente pelo programa social e agenda política a ser posta em prática. Como destaca Gorender, a esquerda possui distintos graus e matizes, tornando-se plural em suas propostas de ações político-sociais. O mesmo vale para a direita. No caso do espectro de esquerda, houveram históricas disputas intestinas, particularmente no âmbito do marxismo. Algumas dessas contendas nos ajudam a perceber as divisões entre os

---

Sônia Regina. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 13-32.

<sup>93</sup> Poderíamos apontar também as posições de centro, que estariam entre esses “extremos”. Recentemente, a social democracia europeia prometia humanizar o capitalismo, e se colocava no centro do espectro político entre os liberais e os socialistas. Tal posicionamento pode ser encontrado nas obras do sociólogo Anthony Giddens, autor apontado como uma das principais referências intelectuais da moderna social democracia europeia.

<sup>94</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática. 5ª Edição, revista, ampliada e atualizada, 1998, p. 11.

adeptos e simpatizantes do socialismo. No cerne dos distintos posicionamentos, encontram-se debates sobre como deve gerir-se o Estado e da maneira de agir estrategicamente no combate frente ao capitalismo, passando pelas contradições dentro do embate ideológico acerca de como chegar ao poder. Tais discussões traçam um pequeno apanhado desses acirrados e, ao mesmo tempo, instigantes pontos de vista.

Essas diferenças, incluindo a diversidade dos debates e distintas correntes de adesão à esquerda, encontram suas razões ligadas ao processo das transformações históricas do capitalismo, além da relação que guardam com a história da resistência a ele e das disputas paralelas que são geradas. Essa marcha está sempre propensa às mudanças sensíveis no transcorrer do tempo e do espaço. Da mesma forma, muito mais do que circunscritas apenas à história de resistência ao capitalismo, são produto também das contradições no seio do mesmo e das relações de dominação e resistência que abrangem as próprias posições no interior da política, da cultura e das disputas sociais de modo geral.

Em termos históricos recentes, é aceitável afirmar que o final dos anos 1960 inaugure uma época de mudanças nos costumes e na cultura social que afeta diretamente as identidades pessoais e coletivas, além de afetar diretamente a política. As referências ideológicas também passam por uma releitura a partir de então, em um processo que está ainda em curso e que é difícil prever seus futuros contornos. Neste quadro complexo, quando há, inclusive, e paradoxalmente, explicações pós-modernas extremadas de que esta realidade simplesmente não poderia ser explicada, é que nos encontramos hoje. De outro lado, não devemos nos furtar de, continuamente, tentar interpretar essas mudanças e de pensá-las dentro de uma totalidade histórica. A década de 1990 também é lembrada como um marco referente à quebra dos paradigmas e, precipitadamente, como a época do suposto “fim das ideologias”. Contudo, a chamada “crise da esquerda” e do marxismo não significa a extinção da esquerda e do fim de qualquer possibilidade de projetos de sociedade socialista. Além de que, a extensão desta crise, às vezes, é insuficientemente examinada, frequentemente distorcida e, em suma, mal interpretada.

### **1.3 Qual seria o impacto e o que representaria a chamada crise ideológica?**

Há uma espécie de explicação sendo gestada identificando a crise das esquerdas como insuperável durante o processo que acarretou na queda do muro de Berlim, em

1989, e na dissolução da União Soviética logo em seguida. Tal crise não é negada no seio da própria esquerda. Não é à toa que a década de 1990 marcou o início de um período de hegemonia de concepções políticas à direita do espectro político. A construção de uma agenda ultraliberal em comum, conhecida rotineiramente por “neoliberal”, assinalou internacionalmente a referência de conduta a ser adotada globalmente. Muitos que se pautavam até então pela crença na manutenção de um Estado de bem-estar social, dentro do sistema capitalista, ou por alternativas socialistas, declinaram frente a um verdadeiro afã midiático e institucionalizado em favor de mudanças no paradigma de condução estatal, nas instâncias culturais, políticas, econômicas e do próprio pensamento humanista. É um momento importante para a ascensão de revisionismos de toda ordem, incluindo os casos individuais de viradas ideológicas e transformismos de movimentos e agremiações sociais e partidárias.

No entanto, antes disso, há algum tempo, em âmbito global, é possível identificar certos intelectuais que vêm passando por viradas ideológicas, abandonando uma antiga posição alinhada à esquerda do espectro político para uma posição de direita ou centro-direita. É difícil localizar uma motivação generalizada para os diferentes casos. As próprias distensões no interior da esquerda e a complexidade que as envolve parece dificultar a compreensão sobre o conjunto dos casos. A chamada “crise do marxismo”, por exemplo, poderia ter relação com as motivações de viradas ideológicas? Pensamos que esta pressuposta crise existe de fato, porém ela não é, por si só, a pré-condição para as mudanças de postura ideológica, e, intrinsecamente, pode ser parte ou não do processo que as possibilita. Ou seja, nem toda virada ideológica tem a ver com a chamada crise do marxismo. Além disso, reconhecemos que tal crise tem uma dimensão maior e mais significativa simbolicamente do que simplesmente um amontoado de ex-marxistas declarados. Entretanto, antes de pretensamente evidenciar uma “crise do paradigma marxista”, evidentemente é mais palpável vislumbrá-la e considerá-la como uma crise que tem afetado diferentes casos de sujeitos ora identificados com o marxismo.

Percebendo o ambiente que se apresentava já no início dos anos 1980, Perry Anderson identificava uma frustração com o marxismo, calcada em uma espécie de vazio estratégico. Segundo o autor:

A reunificação da teoria marxista com a prática popular num movimento revolucionário de massas falhou consideravelmente em se materializar. A consequência *intelectual* deste fracasso foi, lógica e

necessariamente, a carência geral de um pensamento *estratégico* real na esquerda dos países avançados – isto é, uma elaboração qualquer de uma perspectiva concreta ou plausível para uma transição de uma democracia capitalista para uma democracia socialista. Mais do que uma “miséria da teoria”, o que o marxismo posterior ao marxismo ocidental continua a partilhar com o seu predecessor é uma “miséria da estratégia” [grifos do autor]<sup>95</sup>.

Outros autores têm identificado e mapeado na história da esquerda, primeiro, os processos de ruptura, vistos até certo ponto como sadios para a construção de diferentes alternativas; depois a dimensão dessas ocasiões e, finalmente, um período importante de crise, que teria um momento chave percebido a partir do final dos anos 1980<sup>96</sup>. Assim, compreendem que os diversos momentos de ruptura e desacordo no interior do socialismo possuem um significado mais amplo do que, simplesmente, uma falência ou um esgotamento das ideias e experiências de esquerda, que teriam, conforme o senso comum ou coadunando com teses antimarxistas, seu desfecho final da década de 1980 e início de 1990.

Certos episódios antes da “queda do muro”, começando talvez com a própria experiência soviética, deram a tônica para que os intelectuais identificassem, apoiassem ou refutassem as alternativas socialistas propostas globalmente a partir de então. As estratégias de sustentar o regime na URSS envolveram alianças e acordos contraditórios (como o Pacto de não agressão germano-soviético às vésperas da II Guerra Mundial), somando-se à repressão e falta de liberdades interna durante a burocratização do bloco soviético, na Guerra Fria. Na sequência desses eventos, destaca-se o impacto internacional frente à denúncia dos crimes de Stalin, feita por Nikita Krushev, e a identificação de uma “nova esquerda” que se expressou mais nitidamente no final da década de 1960, advinda da ruptura com o modelo stalinista, além de novas formas revolucionárias expressas a partir da Revolução Chinesa e Cubana. O quadro não é linear e apresenta variáveis.

No plano das ideias e da ação, percebe-se alguns movimentos importantes no marxismo europeu do final dos anos 1970. Conforme Perry Anderson, tal movimentação viria de vertentes específicas. Uma delas seria a recrudescência de surtos

---

<sup>95</sup> ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: uma introdução a um debate contemporâneo*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 32.

<sup>96</sup> A exemplo dos artigos de intelectuais como Robin Blackburn, Eric Hobsbawm, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, entre outros, na coletânea *O Mundo depois da Queda*, organizada originalmente por Robin Blackburn, e organizada no Brasil por Emir Sader: SADER, Emir (Org.). *O Mundo Depois da Queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

anticomunistas na sociedade capitalista europeia, especialmente na França e na Itália. Assim, o autor identifica a renúncia do marxismo por pensadores de gerações mais antigas e recentes da esquerda. O italiano Lucio Colletti e Jean-Paul Sartre seriam exemplos sintomáticos dessa perspectiva. O primeiro converter-se-ia num “liberalismo convencional”, ao passo que o francês Sartre renunciava o marxismo em nome de um “neo-anarquismo radical”. Não seriam, de forma nenhuma, casos isolados, mas corresponderiam a mudanças significativas nos círculos filosóficos anteriormente associados à esquerda<sup>97</sup>.

No contexto de transição dos anos 1970 para os 1980 houve também o revigoramento da tese, já não original, da suposta igualdade entre comunismo e totalitarismo. O marxismo, em certa medida, e em determinados meios, enfrentou um acentuado ceticismo quanto à ideia de eventual ruptura revolucionária contra o sistema capitalista. No final dos anos 60 há um descrédito ao reformismo proposto por Krushev na URSS. Na China, o enunciado de uma *Revolução Cultural*, oficializada por Mao, denunciava a passividade diplomática da URSS, em especial frente ao imperialismo estadunidense. Ao mesmo tempo, alguns esperavam que essa postura, além do rechaço ao reformismo submisso ao ocidente, fosse uma espécie de superação dos vícios e erros do fantasma estalinista. As promessas de construção do socialismo feita a partir de maior participação popular, e menos sob o comando de uma cúpula, abolindo privilégios burocráticos, contudo, acabou não se realizando. Problemas de toda ordem, incluindo estagnação econômica, aumento de pressões demográficas, progressiva ampliação do culto a Mao, tão exacerbado quanto foi o culto a Stalin, grande número de expurgos, além do obscurantismo ideológico, fizeram com que as críticas contrárias a ela se fortalecessem. Assim, frustraram-se várias expectativas por parte de muitos socialistas, que a viam como uma potencial possibilidade frente aos dilemas enfrentados pela esquerda mundial até então.

Em meados da década de 1970, o chamado Eurocomunismo surgia, a exemplo da crítica chinesa, como um opositor do modelo soviético, especialmente contrapondo-se ao imobilismo da URSS frente às reformas internas. Mas, bem como observou Anderson, “enquanto o maoísmo reagira contra o krushevismo, o eurocomunismo –

---

<sup>97</sup> ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo*. *Op.cit.*

cronologicamente posterior e tematicamente distinto – era uma resposta ao seu sepultamento na consolidação brejnevista dos anos 60 e 70”<sup>98</sup>.

Tanto o maoísmo como o eurocomunismo, apesar de suas distintas posições ideológicas, e até mesmo a diferença quanto ao teor da crítica à URSS, tinham como semelhança uma forte contraposição aos soviéticos. O resultado desses posicionamentos acabou sendo decepcionante para aqueles que acreditavam no sucesso desta nova perspectiva da esquerda europeia. As alianças com a burguesia, o enfraquecimento político, as quedas eleitorais e o esvaziamento do apoio que ansiavam receber do movimento operário europeu, marcaram a história dos partidos italiano, francês e espanhol no final dos anos 1970. Essas decepções, primeiro com a alternativa chinesa, depois com a europeia ocidental, dariam significado mais decisivo à chamada “crise do marxismo”. Conforme Anderson:

Cada uma das alternativas se apresentara como solução historicamente *nova*, capaz de superar os dilemas e evitar os desastres da história soviética: mas cada um dos resultados mostrou-se um retorno aos conhecidos becos sem saída. O maoísmo pareceu desembocar em pouco mais que um truculento kruschevismo oriental. O eurocomunismo deslizou para algo cada vez mais semelhante a uma versão de segunda categoria da social-democracia ocidental, acanhado e subalterno na sua relação com a principal tradição descendente da Segunda Internacional<sup>99</sup>.

Na interpretação de Anderson, na época em que escrevia, essa crise se manifestava mais diante da decepção europeia, dentro do que chamou de “Europa latina”, sobretudo concernente à capitulação do eurocomunismo como alternativa concreta ao fortalecimento dos interesses operários. Diferentemente dessa Europa latina, o autor conseguia perceber um interesse crescente pelo marxismo nos EUA, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Escandinávia e até no Japão. Ao refletir sobre a crise de reconhecidos intelectuais marxistas e agremiações que passaram por deslocamentos ideológicos em marcos distintos de tempo e de espaço, mas circunscritos entre as décadas de 1970-1990, Eurelino Coelho tenta matizar essa posição de Anderson:

Primeiro, que a crise não afetou somente alguma vertente específica do marxismo, mas, virtualmente, todas: [Ernest] Laclau tinha influência althusseriana, [Agnes] Heller era lukacsiana, [Pierre] Fougereyrollas era trotskista, [Julia] Kristeva era maoísta e o PCI era o mais importante partido eurocomunista do mundo. A lista de casos

---

<sup>98</sup> *Ibidem*, p.86.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p.88.

poderia prosseguir facilmente para incorporar outras vertentes (gramscianos, foquistas, stalinistas, etc.). Segundo, que é um fenômeno presente não só nos países latinos da Europa, como acreditava Perry Anderson em 1982, mas disseminado por onde quer que existissem organizações políticas ou grupos intelectuais marxistas. Terceiro, mostra que é um fenômeno duradouro: a reviravolta de Kristeva ocorreu ainda nos anos 70, a de Laclau nos 80 e as de Heller, Fougeyrollas e do PCI na década de 90. O fio mais perceptível ligando todos estes casos é a unânime recusa do marxismo. Este fio, no entanto, sugere que a crise do marxismo nos anos 70, identificada por Anderson, a experiência pós-marxista da década seguinte, estudada por Ellen Wood, e a grande debandada de marxistas dos anos 90 talvez não sejam processos independentes<sup>100</sup>.

O mesmo autor dialoga com outro trabalho de Perry Anderson<sup>101</sup> para tentar sintetizar uma explicação genérica acerca de um fator comum em meio às crises de intelectuais e movimentos guiados pelo marxismo: as constantes derrotas sofridas pela classe trabalhadora durante o tempo. Anderson visualiza o hiato de movimentos revolucionários, impulsionados pelos proletários europeus, desde o final dos anos 1920 até o final dos anos 1960. A derrota no ocidente viria acompanhada da estalinização dos partidos comunistas, incapazes de renovar a teoria e a prática revolucionária. O mesmo se aplicaria à mudança de orientação do caso estudado por Eurelino Coelho, manifesto no Partido dos Trabalhadores, no Brasil, que sofreria importante impacto na transição dos anos 1980 para 1990. Nesse período, seria perceptível a concorrência dada no seio da organização dos trabalhadores, refletida na “luta por hegemonias”, própria da caracterização pela dispersão, desfazendo a unidade de classe, derrotando e isolando cada vez mais os setores revolucionários, transformando-os em minoria<sup>102</sup>.

Esse quadro atinente à perspectiva de derrota é pertinente ao caso de Paulo Francis. Embora não conste em suas biografias e nos trabalhos acadêmicos nos quais sua produção foi objeto de análise, é possível perceber primariamente nos textos de jornal do autor uma expectativa positiva em relação ao contexto do eurocomunismo durante a década de 1970. Acreditamos que a desilusão com os resultados do eurocomunismo, apesar de não constar em suas memórias mais recentes, também foi um marco relevante para as suas posições e investidas contra a esquerda a partir do final dos anos 1970. Além disso, os assuntos de política internacional eram os mais comuns da produção textual do jornalista naquele tempo, contendo amplo material a ser

---

<sup>100</sup> COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 16-17.

<sup>101</sup> ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

consultado. Devido ao contexto de censura, pouco encontramos sobre avaliações de Francis acerca da situação brasileira e as opções políticas que poderiam ser construídas no país<sup>103</sup>.

Saindo do contexto internacional e refletindo mais de perto sobre a crise do marxismo e das disputas da esquerda no Brasil, temos um ambiente particular, mas que inevitavelmente se relaciona com os acontecimentos internacionais. Grosso modo, o país esteve imerso desde os anos 1930 nas disputas entre um projeto nacionalista ou nacional-desenvolvimentista, inaugurado na Era Vargas, e outros que mesclavam maior abertura do mercado brasileiro e proteção de setores estratégicos nacionais. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) flertou sempre mais com o projeto varguista, apoiando-o, inclusive, como estratégia de uma suposta “revolução burguesa” necessária ao país.

As vertentes de esquerda opositoras ao PCB adotaram o antistalinismo de forma corriqueira entre seus diferentes matizes. Muitas vezes, os posicionamentos contra a URSS e o PC brasileiro foram associados a uma “esquerda não combativa”, que permanecia inerte atrás da burguesia brasileira. Porém, embora observemos intrincadas cisões que ocorreram no PCB desde a década de 1930, até a década de 1960 a agremiação predominava como a principal organização de esquerda no país.

Nos anos 1960, Francis iniciou sua incursão no jornalismo político. Dizendo-se trotskista, e antistalinista, não aderiu ao PCB. Entretanto, sua atuação no *Última Hora* apresenta por vezes um tom pragmático, na defesa de “união das esquerdas”. Na mesma direção, como veremos adiante, não prega trotskismo, nem de forma programática, nem de maneira diletante. O jornalista esteve na gangorra entre a preservação do mandato presidencial de João Goulart, de um lado, e a adesão a uma radicalização política expressa no nacionalismo brizolista, de outro, defendendo um projeto nacional-desenvolvimentista e antimperialista, ancorado no maior aprofundamento de reformas políticas e sociais. Antes do que tentar responder onde estariam as raízes da virada ideológica de Francis ainda nessa fase, é salutar compreender como atuava, quais ideias defendia e em que medida suas posições o aproximavam ou o afastavam das orientações trotskistas. Em suma, tentar compreender quais eram as ações e a militância de Paulo Francis circunscritas ao espectro ideológico da esquerda. Para tanto, faz-se necessário algumas considerações sobre as organizações trotskistas existentes no Brasil.

---

<sup>102</sup> COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital*, op.cit., p. 451-454.

<sup>103</sup> A análise dos textos de Francis durante aquela época, notadamente da segunda metade da década de 1970, está disposta no capítulo terceiro.

#### 1.4 As opções brasileiras no trotskismo e a oposição à ditadura

Desde 1928, quando o jornalista Mário Pedrosa e outros intelectuais marxistas, entraram em discordância com o PCB, agiram no interior do mesmo para mudá-lo de orientação. Criaram o Grupo Comunista Lênin (GCL), em 1930, para coordenar essas ações. Em 1931 renomearam o grupo como Liga Comunista do Brasil (LCB), mantendo contato direto com a Oposição de Esquerda Internacional (OEI), liderada por León Trotsky. Em 1933, o grupo passou a chamar-se Liga Comunista Internacionalista (LCI), sob a nova orientação do trotskismo internacional, em função da necessidade de contrapor-se à ascensão nazista na Alemanha e construir uma nova frente de organização revolucionária, distinta das estratégias do PC, calcada na Quarta Internacional. Segundo Felipe Abranches Demier:

Constituídos em sua maioria por militantes dissidentes do PCB, esses primeiros núcleos trotskistas brasileiros, que tiveram como divulgador de suas ideias o jornal *A luta de classe*, agrupavam tanto militantes de perfil intelectual, como Mário Pedrosa (advogado, jornalista e crítico de arte), Lívio Xavier (advogado e jornalista), Aristides Lobo (professor), Rodolpho Coutinho (advogado e professor) e Salvador Pintaúde (editor à frente da Gráfica e Editora Unitas que, nos anos 30, foi responsável pela publicação pioneira de diversos textos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo etc.), quanto quadros oriundos dos meios operários, como João Jorge da Costa Pimenta (gráfico), Mário Colleoni (metalúrgico), João Dalla Déa (linotipista) e Josefina Mendez (operária têxtil). Trabalhadores do comércio (Arnaldo Tommasini, Lelia Abramo e Fúlvio Abramo), assim como estudantes (Mirno Tibor e Azis Simão) e artistas de vanguarda (a escritora Rachel de Queiroz e o poeta surrealista francês Benjamin Péret, por exemplo) também tiveram espaço nas fileiras desses pequenos agrupamentos<sup>104</sup>.

Ao longo da década de 1930, ainda, há o surgimento de outros partidos como o POL (Partido Operário Leninista), em 1936, reforçado pelas dissidências do PCB, depois do fracasso da Intentona Comunista, de 1935, e o PSR (Partido Socialista Revolucionário), oriundo de nova cisão ocorrida em 1939. Em 1943, seus membros assumiram o posto de seção brasileira da organização trotskista Socialist Workers Party (SWP), sediada em Nova Iorque, filiada à Quarta Internacional.

---

<sup>104</sup> DEMIER, Felipe Abranches. História do trotskismo brasileiro (1930-1937). Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/historia-do-trotskismo-brasileiro-1930-1937/>>. Acesso em 7/9/2015.

Além dos trotskistas do PSR, houve também a criação do Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR ou PORT), que surgiu em 1952 e atuou no Brasil até 1966. O POR teve alguma penetração entre estudantes, militares de baixa patente, além de trabalhadores rurais e urbanos por volta de 1964. Esses trotskistas eram da linha “entrista” (estratégia de infiltrar seus membros em outros partidos para agregar adeptos), constituída a partir da cisão no movimento trotskista mundial, por conta do III congresso da Quarta Internacional, realizado em 1951.

A Quarta Internacional, movimento internacionalista que tentou reorganizar os trabalhadores e o próprio socialismo, negando as iniciativas da Terceira Internacional, foi organizada por Trotsky em 1938. No entanto, suas organizações foram contestadas e perseguidas pelo stalinismo e pelo PC internacional. Em vários casos, resumiram-se a um número estreito de adesões. Do que se convencionou chamar de trotskismo, poderíamos destacar que os principais elementos doutrinários ficam a cargo da Revolução Permanente, da interpretação que o desenvolvimento capitalista se dá de forma desigual e combinada, da elaboração das características que supõem uma sociedade socialista e do internacionalismo. Além disso, uma forte crítica à degeneração do Estado soviético, em especial ao caráter nefasto de sua burocracia. No entanto, esses elementos parecem não ser suficientes para caracterizar os objetivos imediatos de suas organizações.

O trabalho de maior referência sobre as ações no POR no Brasil é o de Murilo Leal Pereira Neto<sup>105</sup>. O autor mostra como no jornal *Frente Operária*, durante o governo Jango (1961-1964), os trotskistas viam com simpatia um golpe bonapartista que fosse desferido por Goulart para derrotar os inimigos daquele governo. Assim, o chamado nacionalismo “burguês” e “pequeno-burguês”, de Francisco Julião, Leonel Brizola ou Jango seria uma alternativa, para uma etapa da revolução. Em dezembro de 1963, num contexto de acirramento das animosidades políticas, o *Frente Operária* publicava o seguinte:

O nacionalismo é contraditório e não vai deixar de sê-lo. Porém, um de seus setores está chamado a desempenhar um papel bastante importante nesta fase da revolução. As coisas não podem continuar assim, alguém tem que atuar como agente histórico da revolução, para abrir as portas às mudanças revolucionárias que se impõem. Esse alguém agora não vai cair dos ares. Vai surgir do nacionalismo. Não é

---

<sup>105</sup> PEREIRA NETO, Murilo Leal. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

fatalmente Brizola. Pode ser Goulart através de um golpe de estado reformista de intenção moderada<sup>106</sup>.

Os trotskistas não se contrapunham a um golpe de Estado desferido por essa ala nacionalista. Insistiam, que não lutavam pelas instituições democráticas. Sua luta seria para aprofundar o processo de revolução por meio das lutas sociais, interferindo contra a reação do imperialismo<sup>107</sup>. Brizola era bastante criticado nas publicações do jornal entre 1961 e 1962. A situação mudou, no entanto, no início de 1963<sup>108</sup>, em que Brizola passou a ser visto como uma das “tendências reformistas radicais” que tentava “capitalizar o processo de radicalização da pequena burguesia”<sup>109</sup>. Aparentemente, o POR adotou a linha orientada por J. Pousadas (pseudônimo do argentino Homero Rómulo Cristalli Frasnelli), que havia criado uma nova cisão e orientado uma nova Quarta Internacional. Conforme Jacob Gorender:

Em dezembro de 1963, o POR(T) realizou um congresso nacional, com cerca de quarenta delegados procedentes de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba. Posadas compareceu ao congresso e chamou a atenção para a força do nacionalismo brasileiro, do qual Brizola era expressão exponencial. A partir daí, um membro da direção nacional do partido trotskista, Sidney Fix Marques dos Santos [...], passou a tomar parte nas reuniões da Frente de Mobilização Popular (FMP), enquanto os militantes trotskistas se aproximavam do brizolismo e tentavam penetrar nas camadas médias<sup>110</sup>.

Às vésperas do golpe (final de 1963 e início de 1964), o POR, como visto em citação anterior, não acreditava mais numa solução por parte de Leonel Brizola, acenando com a possibilidade de uma permanência de João Goulart. Com o golpe de 1964, evidentemente, a estratégia mudou. Brizola e Goulart exilaram-se fora do país e o POR tentou encontrar outros caminhos para a sua estratégia política. Entretanto, a perspectiva nacionalista não se perdeu de vista.

Ainda segundo Gorender, mesmo em meio à ditadura, os trotskistas seguiram o viés posadista, recusando a luta armada, e o POR permaneceu “receptivo às manifestações nacionalistas originárias dos meios governamentais, apesar de seu

---

<sup>106</sup> “Por um nacionalismo de novo tipo”, *Frente Operária*, n.114, 29 de dezembro de 1963. *Apud* PEREIRA NETO, Murilo Leal. *Ibidem*, p.172.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p.173.

<sup>108</sup> “As mudanças nessa avaliação [...] relacionam-se com a realização da ‘Conferência Extraordinária’ de abril de 1962 convocada pelo Burô Latino-Americano, que rompeu com a Quarta Internacional”. *Ibidem*, p. 177.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p.178.

invólucro autoritário”<sup>111</sup>. O governo do General Velasco Alvarado, no Peru, reforçou a crença de que um programa nacionalista, mesmo autoritário, pudesse empregar um programa de reformas sociais com características antimperialistas. Ao longo dos anos 1970, e em função das posições posadistas, o partido, embora pequeno, sofreu com rachas, além de ter pouco sucesso nas agremiações sindicais e figurado entre os alvos dos órgãos policiais repressivos.

Em nossa pesquisa, não conseguimos encontrar quaisquer evidências da ligação de Paulo Francis com as agremiações trotskistas, nem mesmo nos arquivos policiais consultados, em que se encontra um considerável monitoramento de sua trajetória profissional e política. O conteúdo de suas memórias, coletâneas de textos e biografias apontam nessa direção, ou seja, de que não era militante<sup>112</sup>. No entanto, as posições descritas acima, especialmente referentes ao POR, encontra significativo paralelo com os posicionamentos de Francis em relação ao nacionalismo que defendia, nos anos que antecederam ao golpe, entre 1962 e 1964, quando atuou no *Última Hora*, e entre 1966 e 1968, ao atuar no *Correio da Manhã*, quando defendia o nacionalismo militar autoritário. Coloca-se, assim, uma interrogação importante. Francis foi intelectual orgânico do bloco populista, tanto na defesa do governo João Goulart, como no apoio a Brizola? Ou, simplesmente, militante ou não, estava colocando em prática teses trotskistas em meio à oportunidade de acesso a um veículo importante da imprensa nacional, como era o caso do *Última Hora* e, posteriormente, o *Correio da Manhã*? Essa última questão pode ser mera especulação, é verdade. O fato é que não temos dados mais convincentes para sustentá-la. Por essa razão, nos guiaremos pela primeira perspectiva. O mais importante é realizar essa comparação entre as agendas políticas em pauta e a postura intelectual do jornalista.

Outra questão que comumente se confunde em casos dúbios, semelhantes ao de Francis, é a militância em si e a simples oposição a um regime ou a uma alternativa política. A identificação com uma postura de esquerda pode assumir funções aparentes, mas não necessariamente “reais”. Acreditamos que o processo contextual que envolveu a ditadura civil-militar no país, por exemplo, e os não simpatizantes do regime, naquele contexto, pode confundir a visualização clara dos adeptos da esquerda vinculada ao

---

<sup>110</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª edição. São Paulo: editora ática, 1987, p. 35.

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 119.

ideário marxista, bem como o caso dos trotskistas. Quem se posicionava, efetivamente, contra a ditadura, ou exercia alguma forma de resistência a ela, não necessariamente se identificava com a esquerda. Este fator, apesar da aparente obviedade, é seguidamente confundido, tornando-se importante na análise das adesões à esquerda no Brasil, especialmente nos supostos casos de “viradas ideológicas”. Um estudo mais cuidadoso pode concluir que, em alguns casos, talvez não houvesse viradas ideológicas, mas tão somente a continuidade de uma posição antes já assumida.

O golpe civil-militar, em contrapartida, não pode ser ignorado como ponto de inflexão. Às vezes encontram-se depoimentos, como os do jornalista Fernando Gabeira, por exemplo, que alegam certa ingenuidade em sua geração perante a postura de engajamento político a favor de uma esquerda militante nas décadas de 1960 e 1970<sup>113</sup>. O próprio exílio, voluntário ou não, teria sido um importante fator para essa geração como forma de adquirir maior maturidade. O tema relacionado à juventude e pouca experiência também é mencionado por Francis. Nos livros *Certezas da dúvida* e *Trinta anos esta noite*<sup>114</sup>, o jornalista comenta que a ingenuidade não era apenas sua, mas de várias pessoas que partilhavam anseios de mudanças no país, desde a década de 1950. Esta experiência de identificação com as crenças daquela geração, segundo ele mesmo salienta, teria se fragilizado depois de 1964.

Afirmar, contudo, que há uma desilusão a partir do golpe de 1964, e que esta representa o ponto fundamental de ruptura dos militantes e simpatizantes com o marxismo no Brasil, por exemplo, reduz muito o problema. Cabe refletir mais detidamente sobre os problemas suscitados acerca das motivações de adesão ou ruptura com o amplo espectro da esquerda. Os embates frequentes dentro da esquerda são fatores relevantes de desgaste. A permanente tensão entre o bloco soviético e estadunidense, e a tentativa da União Soviética em monopolizar e orientar internacionalmente a construção do socialismo contribuiu bastante para os rachas e desacordos com os rumos do socialismo em âmbito mundial.

## 1.5 O trotskismo de Francis

---

<sup>112</sup> Com a exceção de Paulo Eduardo Nogueira, em *Francis, polemista profissional*, que defende a tese de que Francis jamais militou entre trotskistas, outros analistas e biógrafos apontam uma fase trotskista de Francis, sem, contudo, indicar suas posições específicas dentro do trotskismo.

<sup>113</sup> GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

<sup>114</sup> FRANCIS, Paulo. *Certezas da dúvida*. *Op.cit*; *Trinta anos esta noite*: 1964, o que vi e o que vivi. *Op.cit*.

Os PCs, naturalmente, alinhados ao *Komintern*, tinham uma postura estratégica variável em termos da prática política. No Brasil, os adeptos do Partido Comunista, a partir da década de 1920, seguiram uma política orientada pela Terceira Internacional, comunicando os passos a serem dados e reordenando esses mesmos passos segundo o diálogo com Moscou. Paulo Francis, não raras vezes, comentava que não tinha identificação com o *Komintern*, nem mesmo com qualquer organização partidária, pois não queria transformar-se em “gado”<sup>115</sup>. Isso se daria também pela sua identificação com o trotskismo, ou, ao menos, pela sua apropriação das ideias de Trotsky.

A biografia mais recente de Francis, do jornalista Paulo Eduardo Nogueira, argumenta que Francis escrevia em suas memórias sobre a década de 1950 dizendo “os trotskistas não formavam partidos”. A afirmação encontra-se nas memórias do jornalista, em *O afeto que se encerra*<sup>116</sup>. O próprio Nogueira interpreta isso como um desconhecimento de Francis sobre as organizações trotskistas. Paulo Eduardo Nogueira lembra, ainda, que Paulo Francis nunca tomou conhecimento do Partido Socialista Revolucionário (PSR), existente desde 1948, representante oficial da Quarta Internacional no Brasil. Em 1952 o PSR foi dissolvido e, em seu lugar, formara-se o Partido Operário Revolucionário<sup>117</sup>. O autor ainda reforça a ideia de que tais agremiações, contudo, tiveram poucos membros e pouca atividade visando maior mobilização.

Mesmo quando Francis esteve de passagem em Nova Iorque, na década de 1950, estudando teatro com Eric Bentley, ocasião em que também teria entrado em contato com as leituras sobre Trotsky, não teria tomado conhecimento, contudo, da existência do *Socialist Workers Party* (SWP), com sede naquela cidade e vínculo com a Quarta Internacional. Em suma, Francis sempre disse ter se orientado pelas ideias trotskistas, mas parece não ter sido um trotskista engajado, além do que, ao que tudo indica, teve, desde cedo, repulsa pela militância partidária. É certo também que a identificação com o trotskismo, com orientação pouco organizada, tirava o peso e isentava da

---

<sup>115</sup> “Manter a minha própria sanidade, dignidade e estar sempre em defesa dos que estão por baixo é o máximo que posso fazer. E, independentemente, à minha maneira. Nada de grupos. Não sou e nunca serei gado”. FRANCIS, Paulo. Duas ou três coisas que eu sei de mim. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 17 a 23/6/1971, n.102.

<sup>116</sup> FRANCIS, Paulo. *O afeto que se encerra*, *Op.cit.*, p. 166.

<sup>117</sup> NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, Polemista Profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 98.

responsabilidade a militância mais engajada e afastava os diversos intelectuais no Brasil da ortodoxia existente no PCB, por exemplo<sup>118</sup>.

O próprio Paulo Francis, em uma entrevista, explicou a sua relação com as ideias marxistas e trotskistas. A entrevista em questão foi feita no programa *Roda Viva*, um ano antes do jornalista falecer:

Mas eu mudei de opinião política. Porque é um lugar comum marxista de que você não pode fazer revolução em um país subdesenvolvido. Quem lê o Marx sabe disso. A revolução marxista é feita em um país altamente desenvolvido, quando há uma queda da taxa de lucro e depois a classe operária militante e consciente toma o poder. Era isso que ele fantasiou. Então, os bolcheviques para inventar, para fazer uma revolução num país atrasadíssimo como era a Rússia, tiveram que dar mil voltas por cima... E o Trotsky [...] inventou uma teoria da revolução permanente, onde a revolução num país subdesenvolvido era uma fagulha que ia atingir... E isso me fascinou. Na época como eu era muito de esquerda... eu era de esquerda pela miséria do Brasil. Na verdade, eu não sou de esquerda. Pelo temperamento eu sou um elitista, e sempre fui. Mas eu ficava chocado com a pobreza brasileira. Então nesse período... e o Trotsky era o meu guru porque era a única pessoa que escrevia... o negócio de Stalin sempre achei hediondo, sempre achei uma porcaria. O comunismo eu acho uma besteira. O trotskismo era muito mais atraente<sup>119</sup>.

O reconhecimento de ter sido sempre um “elitista”, ou seja, alguém que não se reconheceu jamais junto das classes populares, de apreciar a boa vida e de bradar pelo bom gosto e refinamento, foi sempre perceptível, em maior ou menor medida, na produção textual de Francis em qualquer época. É difícil encontrar na produção textual do autor a referência explícita aos trabalhadores e a preocupação com a exploração do trabalho. Parece que não há uma identificação direta com a classe trabalhadora e nem uma tentativa mais apurada na direção de explicar os problemas oriundos dos interesses de classe. Do mesmo modo, como veremos adiante, Francis revela também o seu distanciamento com movimentos populares. No Inquérito Policial Militar contra o jornalista, conduzido após o AI5, constava suspeitas de ligações suas com a UNE, as quais foram negadas por ele enfaticamente. Sem dúvida, essas características são elementos que chamam a atenção. O dado de que lhe impactou a pobreza brasileira, na

---

<sup>118</sup> Florestan Fernandes foi um exemplo característico da flexibilidade na militância partidária trotskista. O professor e escritor foi liberado da militância pelo próprio dirigente do PSR, Hermínio Sacchetta, que entendeu ser mais importante a presença de Florestan dentro da universidade do que em um movimento de pequeno porte. DEMIER, Felipe Abranches. História do trotskismo brasileiro (1937-1952). Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/historia-do-trotskismo-brasileiro-1937-1952/>>. Acesso em 10/09/2015.

<sup>119</sup> *Entrevista com Paulo Francis*. Programa Roda Viva (TV Cultura). Brasil. 1996, 94 min, DVD.

época de excursão com o Teatro do Estudante, é relevante para compreendermos os motivos de adesão ao trotskismo. Segundo Daniel Piza:

Francis fez a viagem de transformação que muitos outros intelectuais e artistas brasileiros haviam feito ou fariam [...]. O vôo levou 18 horas até Belém e mais seis horas até Manaus. Dali começou o périplo pelas capitais: além de Manaus e Belém, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Teresina, São Luis e Recife. Francis sentiu ali desolação, isolamento cultural, passividade, subserviência [...]. Francis jamais poria os pés de novo na região. E a partir dali, com aquele outro Brasil na cabeça, passou a ler tudo de e sobre Karl Marx – que começaria com *O Dezoito Brumário de Napoleão Bonaparte* – e sobre a revolução soviética, na qual logo simpatizaria mais com Trotski do que com Lenin e Stalin. Ou seja, sua opção pela esquerda foi fruto direto de sua descoberta decepcionante do Brasil pobre e inerte<sup>120</sup>.

É relevante lembrarmos também da sociabilidade vivenciada por Francis no contexto político-social brasileiro na década de 1960. Os amigos íntimos de Francis, na época do *Tribuna da Imprensa* e de *O Pasquim*, por exemplo, como observa Nogueira, eram pessoas como Ênio Silveira, Millôr Fernandes, Ivan Lessa, Carlos Heitor Cony, Antonio Callado, Jorge Zahar e Flávio Rangel, ao passo que desprezava imensamente personalidades como Roberto Campos e Roberto Marinho<sup>121</sup>. Além disso, conviveu com outros jornalistas trotskistas, como Mário Pedrosa e Cláudio Abramo<sup>122</sup>.

No jornalismo político anterior a 1964, como se verá adiante, os elementos trotskistas nos textos de Francis poderiam ser relacionados com alguns tópicos, como o nacionalismo reformista, primeiro com o apoio a Brizola e mesmo a defesa do mandato de Jango. Isso se levarmos em conta a proximidade com a perspectiva posadista do POR, como vimos anteriormente. Todavia, não há notícias de atuação do jornalista por essa organização, senão as similaridades nas posições políticas, tanto no pré-1964, como no pós-1964, referente ao apoio do “nacionalismo militar” durante a ditadura. É possível também que Paulo Francis não militasse, mas tivesse contato com as teses do POR, de alguma forma, a partir do qual reproduzia ou concordava com as respectivas ideias. No entanto, reafirmamos, não temos indícios dessa possibilidade.

---

<sup>120</sup> PIZA, Daniel. *Op.cit.*, p. 62-63

<sup>121</sup> NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, Polemista Profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p. 98. Em uma de suas colunas em *O Pasquim*, Francis chegou a chamar Roberto Marinho de “Um homem chamado porcaria”. Adiante, explicaremos com maiores detalhes.

<sup>122</sup> Alexandre Torres Fonseca (FONSECA, Alexandre. *Op.cit.*, p.37) sugere que Paulo Francis aprenderia trotskismo com Mário Pedrosa, entre as décadas de 1950 e 1960, mas não encontramos fontes confiáveis

## 1.6 O *Última Hora* e as colunas de Francis entre 1962 e 1964

Além dos aspectos já relatados sobre Francis, é interessante expor alguns elementos presentes em seu discurso, para verificar seus pontos de vista e posições alinhadas com determinadas características do espectro político próximo da esquerda, particularmente do trotskismo, bem como aquelas que o afastariam deles. Consultando o jornal *Última Hora*, sob direção de Samuel Wainer, podemos identificar diversos aspectos da disputa ideológica, a partir do discurso de Paulo Francis, em meio ao acalorado debate sobre as ações do governo do ex-presidente João Goulart, entre os anos de 1962 e início de 1964<sup>123</sup>.

O *Última Hora* foi um jornal criado com recursos concedidos por Getúlio Vargas, sendo um dos principais subterfúgios para romper com a forma sistemática da grande imprensa em omitir o fenômeno político trabalhista e a própria figura de Vargas. Dessa forma, o periódico nascera com recursos suficientes para adquirir equipamentos modernos, pagar bons salários e contratar profissionais talentosos para o seu quadro jornalístico, estendendo sua rede para vários Estados, desde a Guanabara até Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná<sup>124</sup>. De acordo com Capelato:

Criado por Samuel Wainer com o objetivo específico de ampliar as bases de apoio do presidente Vargas, esse jornal valeu-se de expedientes de sedução do público já conhecidos (caricatura, folhetim, etc.), mas inovou na apresentação da mensagem. Introduziu, em todo o jornal, uma diagramação moderna que valorizava a notícia através de jogos de espaços e fotos. A partir da experiência da *Última Hora* vários jornais procuraram modernizar-se<sup>125</sup>.

Assim, o *Última Hora* havia sido criado por Wainer em 1951 e tinha claro objetivo político em prol da defesa do governo Getúlio Vargas. Após o suicídio de Vargas, em 1954, o jornal continuou com postura política marcante a favor do trabalhismo e, em especial, entre 1962 a 1964, a favor do governo João Goulart. Do

---

que confirmem tal informação. Mário Pedrosa conviveu com Francis, porém, profissionalmente, na redação do *Correio da Manhã*, entre 1966 e 1968.

<sup>123</sup> No *Última Hora*, Francis foi editorialista e colunista político entre 1962 e 1964.

<sup>124</sup> Segundo Samuel Wainer: “Ao contrário dos Diários Associados, por exemplo, meus jornais tinham um mesmo título. Além disso, creio ter imposto uma linha editorial idêntica às várias redações do *Última Hora*, embora não fosse fácil comandar simultaneamente jornais que, no começo dos anos 60, estavam implantados em sete cidades: Rio, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Niterói, Belo Horizonte e Recife”. WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 17ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 231.

conjunto de colunistas, passaram pelo jornal, além de Paulo Francis, personalidades como Adalgisa Nery, Ib Teixeira, Paulo Silveira, Flávio Tavares, Ignácio Rangel e Guerreiro Ramos. A coluna de Paulo Francis, no jornal, chamava-se *Paulo Francis informa e comenta*, variando também para *Paulo Francis interpreta e comenta*, ocupando inicialmente a página dois e alternando posteriormente às páginas três a seis daquele diário. Conforme Alexandre Fonseca:

A mudança do Paulo Francis crítico de teatro para o Paulo Francis colunista político coincidiu com a troca do *Diário Carioca* pelo *Última Hora*. O *Diário*, apesar de ser um jornal moderno e com bons jornalistas, tinha um problema sério de caixa. Os salários costumavam atrasar meses. Paulo Francis já estava há seis meses sem receber quando resolveu recorrer à sua amiga Regina Rosemburgo. Ela era amiga também de Samuel Wainer, que logo o contratou como colunista de televisão e teatro. Como a TV ainda estava em seu início e não oferecia muitas opções de críticas, Francis passou a comentar os programas políticos que, segundo ele, “eram a única coisa que se podia ver e gerava algum assunto”. Numa dessas colunas, ele atacou Carlos Lacerda, principal alvo do *Última Hora*, e caiu nas graças dos editores do jornal, que o convidaram então a mudar de caderno, indo parar na página três do caderno principal, assinando a coluna *Paulo Francis informa e comenta*<sup>126</sup>.

Paulo Francis já escrevia alguma coisa sobre política em sua antiga coluna no *Última Hora*, chamada *Show Business*, em que se dedicava às críticas de TV, teatro e variedades. No contexto das disputas eleitorais, entre setembro e outubro de 1962, passou a concentrar-se quase exclusivamente nos comentários acerca da campanha das eleições gerais no Brasil, realizadas em 7 de outubro daquele ano. O pleito envolvia a eleição para governador em onze Estados e a escolha de parte dos membros do Congresso Nacional, entre a Câmara Federal e o Senado. O Estado da Guanabara tinha previsão de eleger o novo governador apenas em 1965. Portanto, o então governador da região, Carlos Lacerda, participou da eleição apenas como cabo eleitoral de seus correligionários da União Democrática Nacional (UDN), o que acarretava sempre uma combativa oposição do jornal de Samuel Wainer e de seus colunistas ao Governador da Guanabara e seus pronunciamentos.

A coluna de Francis que teria caído nas graças do jornal foi publicada em 12 de outubro, quando ainda apuravam-se os votos daquelas eleições, embora houvesse resultados parciais, determinando os eleitos em algumas disputas, além de algumas

---

<sup>125</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 16.

praças já definidas. O texto, em tom sempre provocativo, tinha o título de *O paranoico*. Ali, o autor ironizava a derrota dos preferidos de Lacerda não eleitos no pleito, além de relacioná-lo sarcasticamente com Ademar de Barros, governador eleito em São Paulo. Lacerda seria paranoico por sempre “inverter a realidade”. Assim, comparava o Governador da Guanabara com um personagem de Shakespeare, ao citar Otelo e Desdêmona, referindo-se ao ciúme de Otelo como paranoia, além de deixar subentender, ao longo do artigo, que o problema de Lacerda poderia ser de origem homossexual<sup>127</sup>. Logo depois, relativizava tal provocação:

Não estou acusando CL de homossexual. Deixo as retaliações pessoais para ele [...]. A personalidade do governador pouco me interessa, ele até me diverte, às vezes, como ator, pois convém não esquecer que sou crítico de teatro, ou seja, de atores e, portanto, individualmente, admiro as “performances” do Governador. Como político, entretanto, ele é um verdadeiro caranguejo: anda para trás e quer nos arrastar com ele. Mas não vamos, não<sup>128</sup>.

Dias depois deste artigo foi criado o referido espaço *Paulo Francis informa e comenta*, inaugurado em 17 de outubro de 1962<sup>129</sup>. No artigo de estreia, Francis comenta a respeito do que entendia serem as principais divergências entre o chamado “lacerdismo” e o “antilacerdismo”, manifestos, respectivamente, nas figuras do próprio Carlos Lacerda, de um lado, e de Leonel Brizola, de outro. Conforme Francis, ao contrário do que bradava Lacerda, as decisões tomadas pelo povo nas eleições de então guiar-se-iam por questões fortemente ideológicas. O Governador da Guanabara seria “o único líder de direita articulado do país”. Aqui fica explícita a “importância” do adversário, evidenciando o sentido de combatê-lo de forma inflexível, como de fato ocorria no jornal.

De acordo com Francis, em seu primeiro artigo no espaço *Paulo Francis informa e comenta*, Lacerda tinha uma teoria de Estado que transcendia medidas de política interna, estendendo-se à Guerra Fria. Assim, para Lacerda, segundo o entendimento de Paulo Francis, o Brasil deveria permanecer atrelado ao bloco capitaneado pelos Estados Unidos, sob sua influência política, militar e, principalmente,

---

<sup>126</sup> FONSECA, Alexandre Torres. *Paulo Francis, do Teatro à Política: “Perdoa-me por me traíres”*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 47.

<sup>127</sup> Conforme Francis: “em geral, a paranoia tem uma forte componente homossexual”. FRANCIS, Paulo. *O paranoico*. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 12/10/1963.

<sup>128</sup> *Idem*.

econômica. Lembra que o mesmo teria proposto uma forma de governo de “moldes fascistas” em 1954-1955, semelhante à versão salazarista, que garantisse aqueles preceitos anteriores. Por outro lado, descreve Brizola como o antagonista de Lacerda em todos aqueles pontos, além do primeiro ter sido vencedor, supõe-se “ideologicamente”, diante dos resultados alcançados contra o “lacerdismo” naquele pleito:

Leonel Brizola, a figura de proa que derrotou Lacerda nas eleições, opõe-se por completo a essas teses, pregando a liberdade na política externa (o que significa, essencialmente, liberdade para locomover-se além da área do dólar) e um intransigente nacionalismo econômico, militar e político<sup>130</sup>.

A época em que se deu essa transição “do teatro à política” por parte de Francis era de intenso debate político na esfera dos grandes jornais. O contexto internacional entre o final de 1962 e início de 1964 gerou grande margem de interesse e visibilidade à Guerra Fria, principalmente pela estratégica *Aliança para o progresso*, proposta por John Kennedy, então presidente dos EUA, ainda em 1961, mas colocada em prática no fim deste ano e no ano subsequente; e por ocasião da crise dos mísseis em Cuba, em outubro de 1962, além do debate sobre o bloqueio estadunidense na Ilha. A Revolução Cubana, por si só, que a partir de 1961 havia adotado o socialismo, foi um marco fundamental para o fomento de agitações políticas no Brasil e em toda a América Latina. No plano interno brasileiro, discutiam-se temas como as agitações no campo, a possibilidade e potencialidade de reforma agrária, mobilizações populares e as opções brasileiras frente ao cenário externo e à diplomacia internacional.

Naquela época, os ataques aos adversários políticos eram feitos com intensidade e boa dose de criatividade. Era uma grande imprensa dotada de uma agressividade verbal muito mais intensa do que a atual, moldada nos longos anos de ditadura e acuada pela censura. Os adjetivos e apelidos eram utilizados muito frequentemente. Carlos Lacerda, por vezes, era chamado ironicamente apenas de “Carlos”, supondo-se uma intimidade que, evidentemente, não havia entre o Governador da Guanabara e os colunistas do jornal. Com isso, talvez a intenção fosse vulgarizar a figura de Carlos Lacerda. Em outras oportunidades, simplesmente era nomeado como “fascista” ou “Herr Carlos”. Francis utilizava tais recursos, além de metáforas e outras ironias.

---

<sup>129</sup> Alexandre Fonseca, no entanto, e equivocadamente, em sua dissertação de mestrado, diz que a referida coluna foi publicada entre 1961 e 1964. FONSECA, Alexandre. *Paulo Francis, do Teatro à Política. Op.cit.*

<sup>130</sup> *Idem.*

O jornal também utilizou muito o jargão “gorila” para classificar seus opositores, em especial os setores conservadores ligados às forças armadas, ao IBAD e à UDN. A metáfora do gorila também foi amplamente utilizada pela esquerda durante a ditadura, nas décadas de 1960 e 1970, principalmente para relacioná-lo como caricatura dos militares. Entretanto, ao que tudo indica, sua adoção tem origem justamente no *Última Hora*, de acordo com pesquisa feita por Rodrigo Patto Sá Motta<sup>131</sup>. Segundo o autor, o desenho caricatural do símio fora apropriado da utilização feita na imprensa argentina. Sua utilização no jornal de Samuel Wainer se deu imediatamente após a queda do presidente da Argentina Arturo Frondizi, partidário da União Cívica Radical, diante de um golpe militar, no fim de março de 1962.

O *Última Hora* repercutiu aquele incidente, comparando a realidade argentina com a crise política que assolava o governo João Goulart naquele período. A utilização do gorila referia-se inicialmente à ridicularização das forças políticas que derrubaram Frondizi, reproduzindo o discurso visual da esquerda argentina por meio de charges e da própria caricatura. Porém, logo se tornou corrente no jornal a sua utilização contra os opositores de João Goulart, igualmente por meio de charges e de caricaturas, mas também no discurso escrito. Conforme Sá Motta, o gorila representaria as forças de direita, em conformidade com as supostas características de atraso e reação, dentro de um sentido com intenção discursiva pejorativa para comunicar ao público. Assim, o símio, a exemplo dos adversários políticos, seria um animal brutal, mas ao mesmo tempo relacionado à rudeza e ignorância<sup>132</sup>. A própria representação zoomórfica, presente nesse enunciado caricatural, já seria sinônima de desqualificação, intrinsecamente irônica e escrupulosamente provocativa.

Paulo Francis, bem como os demais colunistas do *Última Hora*, utilizaram amplamente esse recurso irônico. O termo tornou-se referência para parte da esquerda brasileira daquele tempo, sendo também adotado contra os militares na época da ditadura. Isso evidencia a relevância daquele jornal como um poderoso veículo a serviço dos setores nacionalistas no período, que influenciava também a esquerda, e era o mais forte opositor de outros poderosos Aparelhos Privados de Hegemonia da época, que aparelhavam um discurso consonante hegemônico de combate ao governo Goulart. No eixo Rio-São Paulo, por exemplo, a maior parte da grande imprensa daquela ocasião era

---

<sup>131</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 195-212, jul-dez de 2007. Disponível em: <[http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF15/H&R\\_Motta.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF15/H&R_Motta.pdf)>. Acesso em 15 de setembro de 2013.

simpática a uma maior abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, além de não esconder o perfil anticomunista. Este, frequentemente e convenientemente, associado em seu discurso ao nacionalismo petebista. Assim, ao assinar a nova coluna diária, Francis ocupava um posto excepcional em um dos mais importantes jornais do período, tendo em vista aquele contexto, apesar de sua inexperiência como colunista político até então<sup>133</sup>.

Detendo-nos mais em sua postura intelectual, independentemente da posição do jornal, a produção escrita de Paulo Francis foi repleta de reservas em relação a Jango e mais simpática a favor de Leonel Brizola. Certa vez, de acordo com Samuel Wainer, afirmou no jornal ter se filiado a um dos “grupos dos onze”, incitados por Leonel Brizola a partir do final de outubro de 1963, fato que desagradou bastante ao próprio Samuel Wainer na ocasião. De acordo com Wainer, de forma repentina, havia se deparado com um artigo de Francis em que defendia Brizola e afirmava ter integrado um grupo dos onze<sup>134</sup>. Após ter repreendido o colunista naquela ocasião, no dia seguinte Francis teria repetido o tema em favor de Brizola e do grupo dos onze. Então, esta seria a justificativa da demissão. Entretanto, Samuel Wainer conta que teve de readmiti-lo logo em seguida:

Tive de demiti-lo. Mas precisei readmiti-lo horas mais tarde graças a pedidos que me foram formulados por muitos amigos, entre os quais grã-finos que viam em Paulo Francis seu guru. No grupo que intercedeu por Francis figuravam, por exemplo, o banqueiro José Luiz Magalhães Lins e sua mulher Nininha Nabuco – embora inequivocamente direitistas, eles gostavam de confraternizar com certos setores da esquerda e eram amigos de Francis. Como não podia deixar de atender um pedido de Magalhães Lins, chamei Francis e comuniquei-lhe: “Paulo, você vai voltar, porque faço tudo que meu banqueiro mandar”<sup>135</sup>.

Francis, todavia, em suas memórias, apresenta uma versão diferente do caso. Segundo o jornalista, após um desentendimento, Wainer ameaçou transferir a sua coluna da concorrida página 3, do caderno principal do *Última Hora*, para uma página no interior do jornal, com menor visibilidade. O episódio, diz ele, teria acontecido em meados de março de 1964. Além disso, Samuel Wainer não teria encontrado um

---

<sup>132</sup> *Idem*.

<sup>133</sup> FONSECA, Alexandre. *Paulo Francis, do Teatro à Política. Op.cit.*, p. 48.

<sup>134</sup> Os elogios a Brizola são recorrentes nos textos de Paulo Francis, embora não tenhamos verificado a menção ao grupo dos onze no período que cobrimos a pesquisa, entre 1963 e 1964.

substituto de perfil semelhante. Isso porque os “jornalistas de esquerda” teriam se solidarizado com Francis, que supostamente aceitou a readmissão a conselho de um amigo<sup>136</sup>. Independente das versões sobre os motivos de sua demissão e posterior readmissão, o fato é que em mais de uma situação esteve no limiar de realizar oposição a Jango, sugerindo “oposição franca” ao Presidente. Mesmo em 28 de outubro de 1963, um mês antes de Brizola conceber e anunciar os comandos nacionalistas, popularizados como “grupo dos onze”, na rádio Mayrink Veiga, Francis já emitia a seguinte proposição frente a João Goulart:

Jango, para noventa por cento do povo, é um governante de esquerda (quando não comunista) e as esquerdas, naturalmente, levam a culpa eleitoral pelas dificuldades do Presidente e por sua insistência em compor-se com forças cujo principal objetivo é frustrar qualquer tentativa reformista. A meu ver, as esquerdas deveriam entrar em oposição franca ao Presidente. Não a oposição hostil, golpista, da direita, mas uma oposição programática [...] <sup>137</sup>.

No mesmo artigo, entretanto, afirmava que tal oposição não seria necessária caso Goulart empreendesse certas reformas que sugeria. Evidencia-se que Paulo Francis apontava caminhos, orientava e tentava criticar de forma instrutiva o Governo, embora note-se claramente suas decepções com as atitudes de João Goulart. Em meio ao jornal, seu brizolismo manifestou-se claramente entre os meses de outubro a dezembro de 1963, porém, de maneira geral, conformava-se em agir de forma pragmática até então. Meses antes de sugerir essa oposição a João Goulart, por meio de seus textos de opinião, Paulo Francis reconhecia suas divergências com o Governo, mas o apoiava sob a circunstância de “não repetir os acontecimentos de 1954”:

O Presidente Goulart, guardada as devidas proporções, está hoje numa posição não muito diferente da de Getúlio Vargas, em 1954: está no centro de violentas aglutinações de esquerda e direita. É uma má política para a esquerda, a meu ver. Só a direita teria a lucrar com um golpe contra o Governo, como lucrou em 1954, quando os Srs. C. Lacerda e Luís Carlos Prestes esmeravam-se em atacar Getúlio Vargas, com o resultado de que quando Vargas se viu acuado pela direita faltou-lhe a cobertura popular [...]. O Presidente Goulart é

---

<sup>135</sup> Em entrevista, Fernando Gabeira afirma que Francis teria sido tesoureiro em dos Grupos dos Onze criados no Rio de Janeiro. MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Gabeira: o filme que nunca foi feito*. Rio de Janeiro: Globo livros, 2009.

<sup>136</sup> As versões mais detalhadas sobre este episódio podem ser lidas nas memórias de Francis e Wainer. Ver: FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite, 1964: o que vi e vivi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 45; WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver: Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 245.

<sup>137</sup> FRANCIS, Paulo. Jango e as remessas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28/10/1963.

progressista. Sua política financeira, a meu ver, está quase totalmente errada, mas isto não quer dizer que ele não possa modificá-la<sup>138</sup>.

Durante os meses que se seguiram até o golpe, em 1964, o seu apoio a João Goulart seguiu continuamente hesitante. Às vezes, especulava outras alternativas para liderar as esquerdas, sempre variando entre Leonel Brizola e mesmo Miguel Arraes. Pelos últimos dois excertos citados, vemos que tinha receio da orientação política de João Goulart, por não empreender reformas políticas e por aliar-se com forças que se oporiam àquelas reformas. Primeiramente, isso fica evidente quando diz que o Presidente estaria prejudicando as esquerdas, pois noventa por cento do povo o consideraria de esquerda. Implicitamente, para Francis, subentende-se que ele não era. Depois, o chama de progressista, epíteto que o diferenciaria dos “conservadores e reacionários” da UDN, mas não o tornaria quadro das esquerdas.

Francis aconselhava medidas reformistas, condizentes com aquilo que acreditava ser o perfil do Governo e do próprio jornal. Entre elas, a reforma agrária e medidas econômicas que viabilizassem a emancipação econômica brasileira. Referente à sua suposta identidade trotskista, e observando a efervescência política do período, Francis mostrava impaciência frente à “inabilidade” da esquerda no país para conciliar-se e articular-se de forma organizada:

Enquanto as esquerdas, à maneira dos doutores de Bizâncio, discutem *ad nauseam* suas divergências, a direita explora o seu divisionismo, capitaliza a sua desagregação crescente do que aí está em matéria de governo, e compõe suas bases junto à opinião pública, pois esta em sua maioria não raciocina em termos ideais, mas de necessidades imediatas, de pão-pão queijo-queijo<sup>139</sup>.

Segundo Torres Fonseca, antevê-se em discursos como este de Francis, aqui em setembro de 1963, uma característica que outros estudiosos de seu ideário vão identificar em outros momentos de seu percurso intelectual, o seu pragmatismo<sup>140</sup>. Até a

---

<sup>138</sup> FRANCIS, Paulo. O negócio agrário; Ecos de 1954. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13/05/1963.

<sup>139</sup> FRANCIS, Paulo. O histórico decreto de João Goulart. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 03/09/1963.

<sup>140</sup> O chamado “mal menor”, evocado muitas vezes por Francis em outros momentos, não é, entretanto, exposto explicitamente em suas colunas do *Última Hora*. Torres Fonseca utiliza argumentos posteriores de Francis à época do *Última Hora*, revisitando 1964, como em *Trinta anos esta noite*, para justificar a afirmação de que o jornalista se guiava pelo “mal menor” naquele tempo. Consultar as dissertações de mestrado dos autores Alexandre Torres Fonseca e Antonio Buzahr Filho, respectivamente, analisando as fases trotskista e liberal conservadora de Paulo Francis: FONSECA, Alexandre Torres. *Paulo Francis, do Teatro à Política. Op.cit.*; BUZahr FILHO, Antonio. *O Mal Menor: “Antiestatismo” e Mercados Livres em Paulo Francis*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

época do golpe, o colunista insistiu que, para conseguir conquistar a opinião pública, a esquerda deveria conter seu excesso de formulação ideológica. Certa vez afirmou que “é inútil discutir. O palavrório oco durará pouco. Em breve, será compulsoriamente substituído pela ação”<sup>141</sup>. Na semana seguinte a esse enunciado, na página cinco do jornal, explicava que essa ação poderia ser revolucionária, mas deixava claro que tal opção não precisaria da parceria com Jango: “Se seu propósito [das esquerdas], porém, é tentar a revolução, que implicaria reformular completamente a sociedade brasileira, não há por que perder tempo em anunciar sua atitude em face de Goulart”<sup>142</sup>.

No episódio conhecido como “A revolta dos sargentos”, rebelião deflagrada em 12 de setembro de 1963, em que setores de baixa e média patente de militares, especialmente da Marinha e Aeronáutica, reivindicava elegibilidade nos órgãos do poder legislativo<sup>143</sup>, além de serem a favor das reformas de base em âmbito federal, Francis incitava os setores populares ao “protesto permanente”. Isso foi o mais próximo que chegou, escrevendo em seus textos, comparado ao conceito de uma possível “revolução permanente” trotskista. Argumentava que aquele ambiente político e social conturbado, vivenciado no Brasil, passaria do “protesto permanente” ao golpe: “Encurta o espaço de tempo entre um protesto popular e outro. Chegaremos ao protesto permanente, assim por dizer, cujo antídoto inevitável é o golpe”<sup>144</sup>.

Diante disso, frequentemente, ao perceber as iniciativas, ou a falta delas, tomadas por Jango, Paulo Francis pregava soluções à parte do Governo. A partir de setembro de 1963, a natureza dessas ações sugere um golpe de esquerda<sup>145</sup>. Assim, Francis argumentava que o golpe estava próximo, de direita ou de esquerda, sem outras alternativas. Por esta razão, defendia que o governo Goulart deveria radicalizar a sua postura e ficar ao lado das classes populares. Dessa forma, conforme aumentava a crise política, sistematicamente as atitudes do governo João Goulart eram criticadas por Paulo Francis. Uma das iniciativas daquele governo mais combatidas por ele foi a

---

<sup>141</sup> FRANCIS, Paulo. A direita e a crise. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 09/10/1963.

<sup>142</sup> FRANCIS, Paulo. O dilema das esquerdas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16/10/1963.

<sup>143</sup> Na Constituição de 1946 havia uma determinação que proibia os chamados “graduados das forças armadas”, entre eles sargentos, suboficiais e cabos, de cumprirem mandatos parlamentares no âmbito municipal e estadual e federal. Dessa forma, a categoria demandava, principalmente, o direito à elegibilidade nas eleições que ocorreriam em outubro daquele ano.

<sup>144</sup> FRANCIS, Paulo. Episódio dos sargentos. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 14/09/1963.

<sup>145</sup> *Idem*.

decisão sobre o fim da CPI que investigava as ações do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática)<sup>146</sup>.

O IBAD era um dos alvos prediletos do *Última Hora* e das colunas do jornalista, especialmente durante a campanha eleitoral nas eleições gerais de 1963. Essa predileção estava ligada à suspeita, e depois à certeza, após o acúmulo de mais evidências a partir da própria CPI, do financiamento externo estadunidense por trás do apoio aos candidatos anticomunistas, sustentados por aquele e outros institutos, na tentativa de garantir os interesses do empresariado local ligado aos setores estrangeiros. Diante disso, sempre quando era conveniente Francis usava o adjetivo “ibadiano”, em sentido depreciativo, para referir-se a algum inimigo político, mesmo que não houvesse a certeza da ligação do mesmo com o Instituto.

O colunista atribuía os problemas econômicos e sociais brasileiros, em grande parte, à submissão do Brasil aos EUA. Como exemplo, citava que os interesses estrangeiros estavam sendo contemplados em detrimento dos interesses nacionais. De maneira geral, era a favor da intervenção do Estado para conter a especulação, defendia a distribuição de terras por meio da tomada de títulos dos ricos que estavam endividados, bem como a socialização e distribuição dos ganhos da produção das grandes plantações de café e criações de gado. Além disso, creditava que a socialização dos lucros seria mais viável nestes dois casos (café e gado) do que implantar uma reforma agrária<sup>147</sup>.

Embora pregasse abertamente a solução golpista em seus textos do *Última Hora*, de 1963, não descartava a via eleitoral. Na verdade, não acreditava que haveria eleições. Mesmo assim, a partir de 1964, acenava que a solução eleitoral poderia ser bem-vinda caso houvesse uma candidatura que reunisse os interesses das classes populares. No jornal, como temos enfatizado, uma das personalidades mais atacadas por ele era Carlos Lacerda, e as personalidades políticas elogiadas em seus textos ficavam a cargo, principalmente, de Miguel Arraes e Leonel Brizola. Este último, no entanto, não poderia

---

<sup>146</sup> Sobre o complexo IPES/IBAD consultar o ótimo trabalho de René Dreifuss, que mapeou extensivamente a atividade destes institutos, mostrando a impressionante organização do empresariado brasileiro que apoiou o golpe civil-militar: DREIFUSS, René A. 1964, *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>147</sup> FRANCIS, Paulo. O dilema das esquerdas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 16/10/1963.

concorrer caso houvesse eleições presidenciais, por causa de um dispositivo presente na legislação que o impedia<sup>148</sup>. De acordo com o jornalista:

A grande incógnita (à parte os desígnios do Sr. João Goulart, cuja personalidade em estimativas dessa ordem é sempre “hors concours”) para 1965 é a decisão das esquerdas. Esta palavra me incomoda tanto como ao Governador Miguel Arraes. Acho, como ele, que o País pode e deve ser dividido entre forças nacionais e antinacionais, pois a palavra “esquerda” exclui grande parte do povo sem coloração ideológica, mas que concordaria com um programa mínimo antimperialista e antilatifúndio. O dilema das esquerdas é equacionável em revolução ou composição. Gradualistas, como o Sr. Miguel Arraes, poderiam compor-se com representantes de forças nacionais da qualidade do Sr. Carvalho Pinto. O Partido Comunista Brasileiro, idem. Já os grupos que seguem a liderança do Sr. Leonel Brizola ocupam-se no momento em mobilizar o povo para a realização imediata de seu programa. Constituem a vanguarda agressiva de um movimento reivindicatório que não cogita de definir-se (ao menos, por enquanto) em face de eleições. Não acho essa tática errada em particular porque todo mundo sabe dos esquemas de golpe em andamento. [...] O senhor Leonel Brizola seria um candidato temível, com sua capacidade de galvanização popular e, havendo eleição, será um dos grandes eleitores<sup>149</sup>.

Diante de tal perspectiva, Miguel Arraes passou a ser o preferido de Francis para ocupar o cargo de chefe da nação. Com o isolamento de Jango, inclusive deixado de lado pelo próprio partido, e impedido de se candidatar, o jornal *Última Hora* começou a apoiar uma possível candidatura de Arraes pelo PTB. O político pernambucano era a favor de realizar as reformas que Jango não queria fazer. As posições de Francis e, de modo geral, do *Última Hora*, assumiam o intuito de tentar construir uma alternativa contra o bloco de direita, civil-empresarial-militar que, de fato, preparou o golpe de 1964<sup>150</sup>. A tentativa de defender João Goulart, flertar com Leonel Brizola e Miguel Arraes, demonstrava a intenção de Francis em apoiar um projeto alternativo às “forças conservadoras” do país. O *Última Hora* tinha uma clara postura política de defesa ao propagado trabalhismo petebista, o qual era adjetivado ora de “esquerda”, ora de “populista”, na ocasião.

No entanto, a agenda que melhor expressa as políticas petebistas, naquela época, está relacionada com o que se convencionou chamar de “populismo”, a partir da ideia

---

<sup>148</sup> A legislação brasileira da época impedia que parentes do Presidente da República candidatassem-se ao cargo na sucessão. Leonel Brizola era cunhado de João Goulart. Tornou-se conhecida sua frase, a qual repetia que “Cunhado não é parente”.

<sup>149</sup> FRANCIS, Paulo. Decisão das esquerdas. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 09/04/1964.

<sup>150</sup> DREIFUSS, René. *Op.cit.*

de que era feito um governo agregando os interesses burgueses e realizando concessões para a classe trabalhadora, segundo um modelo nacional-desenvolvimentista. Isso se constituiu na ampliação gradual do Estado, incluindo diversos tensionamentos, em direção às frações subordinadas das classes dominantes, tanto de setores burgueses quanto de populares<sup>151</sup>. Naquele momento, Paulo Francis teria se posicionado junto ao bloco histórico alinhado ao “populismo” na tentativa de construir uma alternativa política ao país. Mesmo defendendo a radicalização da política de Goulart em vários momentos, pregando a necessidade de reformas estruturais no cenário nacional, observam-se em suas colunas vários momentos de refluxo nas suas posições e um tom mais conciliatório do discurso, os quais podem ter sido também mediados pela posição política de Samuel Wainer<sup>152</sup>.

Após Jango anunciar as reformas de base, durante o famoso discurso na Central do Brasil, em treze de março de 1964, Paulo Francis se encarregava de defender a iniciativa do presidente. No dia vinte de março, Francis relembra das reformas de base anunciadas por Jango, dias antes, cobrando um posicionamento a respeito delas de líderes como Magalhães Pinto e Juscelino Kubitschek. Como não houve manifestação por parte deles, o jornalista procurou destacar suas pretensas diferenças às alas mais conservadoras que estavam dispostas a derrubar Goulart:

Fala-se em “união nacional” em torno de Lacerda para defender a democracia [...]. A “união nacional” tem o propósito de derrubar Jango. Está fadada ao fracasso, pois de Kubitschek a Magalhães, apesar da notória ojeriza desses políticos a polêmicas, as chamadas áreas do centro não poderão respirar na proximidade de Lacerda; o

---

<sup>151</sup> Como afirma Virgínia Fontes, “a própria dinâmica da expansão econômica exige, de tempos em tempos, a incorporação de novos grupos expressando novos interesses ou desdobramentos dos já instalados” (FONTES, Virgínia. *Reflexões Im-Pertinentes: História e Capitalismo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p. 279). Sendo assim, embora seja fundamental a percepção de diversos analistas da perspectiva “populista”, de incorporação de demandas pelo Estado de classes sociais emergentes, é necessário termos em conta que a ampliação do Estado brasileiro está sempre em constante dinamismo, e ao mesmo tempo com caráter restritivo, atendendo determinadas demandas, em diferentes momentos históricos, mas deixando de fazê-lo até o limite da contradição entre as classes antagônicas.

<sup>152</sup> Samuel Wainer deixava claro, conforme dizia, a limitação e o grau de independência que o jornalista tinha ao escrever para o *Última Hora*. Em suas memórias, utilizou o exemplo do próprio Paulo Francis para retratar a condição dos colunistas: “Não era fácil lidar com os colunistas da *Última Hora*, até porque o sucesso do jornal rapidamente os transformava em celebridades nacionais. Costumava dizer-lhes que não teriam liberdade para escrever; liberdade era algo que só o dono do jornal poderia ter. O que eu lhes assegurava era independência. Explicava-lhes que jamais seriam obrigados a escrever alguma coisa que contrariasse seus pontos de vista, mesmo em artigos e reportagens não-assinados. Em jornalismo, independência é isso. Mas eu não poderia permitir-lhes que escrevessem algo que afetasse os interesses da empresa; essa espécie de liberdade eles não teriam [...]. Mesmo Paulo Francis costumava observar tais limites. Quando os ultrapassava, ferindo os interesses da empresa, brigávamos. Mas a reconciliação nunca demorava muito”. WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. *Op.cit.* p. 246.

líder fascista do País. A liberdade que Lacerda defende não lhes interessa, pois é o imobilismo ou o reacionarismo<sup>153</sup>.

Nos dias que precederam ao golpe civil-militar, Paulo Francis seguia atacando verbalmente o IBAD, a UDN e, principalmente, Carlos Lacerda, adjetivando-o a todo o momento de “fascista”. Em sua última coluna para o *Última Hora*, no primeiro dia de abril de 1964, o jornalista estava ainda otimista quanto a uma reação contra o golpe que se apressava. Era clara também para ele a confabulação em torno dos aliados para derrubar Goulart:

O Golpe está aí anunciado nos editoriais de primeira página da imprensa ibadiana, articulado por três governadores em nome da defesa da Federação [...]. O Presidente compreendeu plenamente a missão histórica que desempenha: seu mandato já não é seu, mas uma bandeira de aspirações nacionais. O político populista de ontem tornou-se o agente histórico de hoje. A mensagem das reformas é irretratável, aconteça o que acontecer agora. Transcende à pessoa do Presidente e dos figurantes do drama que vivemos. Foi o divisor de águas entre o oportunismo e o verdadeiro reformismo<sup>154</sup>.

Nos dias que se sucederam, restara a Paulo Francis a perplexidade e o sentimento de impotência. O medo fez com que ficasse algum tempo escondido e afastado das redações, preocupado com o Chefe de Polícia da Guanabara, Cel. Gustavo Borges, chamado frequentemente de “fascista” por ele no *Última Hora*, a exemplo do que também acontecia com Carlos Lacerda. Depois de se certificar que não estava sendo perseguido, voltou a procurar emprego nas redações de imprensa, encontrando dificuldades de retornar à ativa. Por algum tempo, escreveu reportagens anônimas, temendo a perseguição política.

Quanto ao *Última Hora*, até o desfecho do golpe de 1964, Samuel Wainer conseguira construir e estruturar uma rede jornalística composta por várias sucursais regionais do jornal, apresentando uma tiragem bastante significativa que se disseminou em território nacional. Após o golpe, os direitos políticos de Wainer foram suspensos, e o jornalista asilou-se na França até 1967. Seus bens, segundo conta, foram consumidos aos poucos, paralelamente à perseguição política imposta pela ditadura<sup>155</sup>. O jornal continuou funcionando até 1971, quando foi vendido para a empresa Folha da Manhã S/A, dos proprietários Carlos Caldeira Filho e Octávio Frias de Oliveira.

---

<sup>153</sup> FRANCIS, Paulo. União nacional pelo golpe. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20/03/1964.

<sup>154</sup> FRANCIS, Paulo. Jango falou claro. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 01/04/1964.

<sup>155</sup> WAINER, Samuel. *Op.cit.*

O fato de Paulo Francis identificar-se com um perfil de esquerda e considerar-se trotskista, no momento em que atuou em um fórum relevante dentro dos círculos de poder, num jornal de grande circulação nacional, marca a defesa de uma posição política engajada, apoiando com reservas o “populismo” janguista. Sua preferência por uma liderança mais contundente no cenário político da época o aproximou rapidamente de Leonel Brizola. A exemplo do líder gaúcho, também elogiava Miguel Arraes em suas colunas do *Última Hora*, mas foi com Brizola, concretamente, que construiu laços mais significativos de afinidade política. Já mencionamos a sua adesão a um dos grupos dos onze, quando teria conflitado a sua relação profissional com Samuel Wainer.

Na mesma direção, fora do jornal, Francis foi um dos principais colaboradores do efêmero periódico *Panfleto, o jornal do homem da rua*, o qual circulou entre 17 de fevereiro e 30 de março de 1964, tendo apenas sete números. Signatário do *Comando dos Trabalhadores Intelectuais*, que integrou a Frente de Mobilização Popular (FMP), Francis e vários outros sujeitos reuniram-se em torno da liderança de Brizola, esperando uma radicalização à esquerda perante as ações políticas. Como observou Jorge Ferreira, em uma das poucas análises sobre a articulação desse jornal com as diferentes alas da esquerda e setores nacionalistas, *Panfleto* foi a voz oficial desses diferentes grupos que compuseram a Frente de Mobilização Popular. Na FMP encontravam-se organizações de intelectuais, artistas, estudantes, trabalhadores da cidade e do campo, militares, frações de agremiações partidárias e até o Partido Operário Revolucionário, de orientação trotskista:

Os intelectuais se engajaram no projeto nacionalista e reformista. Diversos deles, junto a artistas, fundaram o Comando Geral dos Trabalhadores Intelectuais, o CGTI, aderindo à FMP. A aliança que se estabeleceu entre a UNE, o CGT, o CGTI, setores das Ligas Camponesas e o movimento dos sargentos, marinheiros e fuzileiros navais abriu novas perspectivas para o movimento reformista. A adesão de organizações revolucionárias fortaleceu ainda mais a frente de esquerda. Entre elas, estavam o Partido Operário Revolucionário (Trotskista) (POR-T) e a Ação Popular (AP). A Frente de Mobilização Popular ainda agregava outras organizações: políticos do Grupo Compacto do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), o grupo político de Miguel Arraes e a ala esquerda do Partido Socialista Brasileiro (PSB)<sup>156</sup>.

De fevereiro até março de 1964 houve o acirramento da disputa entre aqueles que demandavam a implementação das reformas de base e seus opositores que se

colocavam contra as mesmas. Portanto, Paulo Francis não foi apenas um mero coadjuvante no cenário intelectual das disputas políticas desse período. Além de atuar no *Última Hora*, esteve intimamente engajado no brizolismo, por meio do grupo dos onze, atuando na FMP, sendo um dos membros do CGTI, escrevendo para *Panfleteo*, bem como destacando-se em outras singelas iniciativas e manifestos, a exemplo do abaixo-assinado *Os jornalistas ao povo*, que conclamava, por meio da assinatura de dezenas de jornalistas, o apoio popular ao Comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, e às reformas de base<sup>157</sup>.

Nessa época, seria possível verificar sua linha de atuação similar com determinada ala do trotskismo, caso comparemos as suas posições ao do POR, da fase “posadista”, o qual também se aliou à FMP. Então, poderíamos dizer que o jornalista tinha uma orientação de esquerda trotskista, porém não diretamente militante em uma “alternativa trotskista” (partido, movimento ou grupo organizado). A radicalização de seu discurso político, a favor de uma alternativa próxima à esquerda, também pode ser encontrada neste curto espaço de tempo em que escreveu para o *Última Hora*, mas principalmente no âmbito de sua atuação na FMP e no *Panfleteo*. A tendência vista em meio às opiniões publicadas no jornal desabonava uma possível conciliação política frente às oposições ao governo Jango.

Assim, Paulo Francis se posicionava de maneira semelhante a de seus pronunciamentos no *Última Hora*, ainda que com ousadia mais incisiva, devido ao alinhamento percebido junto à FMP. Além dos temas que já abordava no jornal dirigido por Samuel Wainer, chama atenção os seus comentários e avaliações sobre a grande imprensa brasileira, especificamente do Rio de Janeiro e São Paulo, quando menciona os jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, mas também no tocante genérico, quando comenta a forma como a grande imprensa, de maneira geral, defende o interesse de seus anunciantes e financiadores. Esse foi um ponto destacado pela historiadora Elenice Szatkoski, autora da principal tese sobre o *Panfleteo*, que chamou a atenção acerca da diferença entre o jornal em questão e a grande imprensa em geral, utilizando o argumento do próprio Paulo Francis em sua coluna para aquele periódico. Segundo o jornalista:

---

<sup>156</sup> FERREIRA, Jorge. Esquerdas no Panfleteo. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16 n. 29, p. 83, jul. 2009.

<sup>157</sup> A primeira página deste abaixo-assinado, para efeito de ilustração, encontra-se na sequência do texto.

Quase todos os grandes jornais possuem seus nichos de informismo, seja em comentário ou noticiário. Raros atingiram o conformismo total de o “Globo” e “O Estado de S. Paulo”. O último, aliás, recentemente, por pressão do IPES, começou a falsificar o noticiário, antes amplo e imparcial. Este é hoje um boletim do fascismo, personificado politicamente pelo governador da Guanabara<sup>158</sup>.

Naquele espaço, o jornalista refletiu a respeito do problema que os interesses estrangeiros causavam à liberdade de expressão no país e à confiabilidade das informações, negligenciando os interesses nacionais, quando o capital externo financiava os grandes grupos jornalísticos do país. Dizia ainda que 80% dos anunciantes da imprensa brasileira seriam estrangeiros, o que pressionaria os editores a adequar o noticiário e as matérias dos jornais ao perfil de certas corporações. Lembrava sempre o papel desempenhado pelo IPES, como vimos acima, e o IBAD, como consta a seguir, na manipulação das informações veiculadas na grande imprensa:

Em relação à grande imprensa, o IBAD instituiu, ou melhor, oficializou o boicote de anúncios à empresa inconformista, inundou os veículos de comunicação com matérias pagas visíveis e disfarçadas e, não raro, instaurou o terrorismo ideológico nas redações. Esse enrijecimento de artérias da classe dominante é à base da alienação que se verifica na imprensa brasileira no presente momento. Tende a agravar-se na medida do agravamento da luta social no País<sup>159</sup>.

Essas avaliações não pretendiam apenas o ataque rotineiro às grandes corporações, ao capital estrangeiro e à grande imprensa em particular. Sugestivamente, as críticas de Francis deixavam a mensagem de que a pequena imprensa, manifesta ali em *Panfleto*, teria uma legitimidade ímpar, devido à liberdade de informação e autonomia diante da inexistência de grandes anunciantes. O *Última Hora*, por exemplo, dependia de grandes anunciantes e era cuidadoso nos editoriais e na revisão dos textos de seus colunistas, omitindo os nomes de várias grandes empresas do seu discurso antimeritista e nacionalista.

Após o golpe civil-militar, o *Panfleto* deixou de existir. A partir de então, apesar de poder-se considerar os periódicos dos quais Francis participou, a exemplo do *Tribuna da Imprensa*, *Opinião* e *O Pasquim*, como de oposição à ditadura, suas matérias sofreram com a censura prévia, o que fez com que se detivesse nas análises de

---

<sup>158</sup> FRANCIS, Paulo. *Jornal por jornal: introdução à imprensa brasileira*. Panfleto, Rio de Janeiro, 24/02/1964. p. 25. Apud SZATKOSKI, Elenice. *O jornal Panfleto e a construção do brizolismo*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 31.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 33.

política internacional. No *Correio da Manhã*, como veremos no segundo capítulo, no entanto, conseguiu opor seu discurso ao regime ditatorial, mas acabou apoiando, em certo momento, os setores nacionalistas das Forças Armadas, dentro de seu pragmatismo, na impossibilidade de construção de um projeto de esquerda. Depois de 1968, o “nacionalismo militar” revelou a fase mais intensa da repressão no Brasil, recrudescendo nas perseguições e na censura.

Durante essa época, podemos compreender a perspectiva dos diferentes integrantes de um periódico como *O Pasquim*, por exemplo, reunir diversos profissionais de imprensa resistentes ao novo regime e, especialmente, insatisfeitos com a censura. Por outro lado, a maioria deles, embora simpatizantes, não tinham identificação militante com a esquerda, nem se pautavam pelo referencial marxista. Deste momento em diante, poderemos identificar que quaisquer posições políticas pretensamente “esquerdistas” ou “subversivas” de Paulo Francis foram bastante atenuadas no interior de seu discurso, marcando um período chave para o início de seu posterior abandono da esquerda e guinada ao liberalismo e conservadorismo.

DOPS/GB, MEP, JP, 225, 00, p. 2

## OS JORNALISTAS AO POVO

Os jornalistas profissionais da Guanabara, que sentem no trabalho diário as esperanças e as angústias populares, manifestam o seu mais veemente apoio à realização imediata das reformas de base, para que se abra o caminho de progresso e do bem-estar a milhões de homens e mulheres até hoje à margem dos benefícios da civilização.

Consideram os jornalistas que não mais devem ser retardadas:

- a reforma agrária, para que se garanta a terra a todos os que a queiram trabalhar e torná-la produtiva;

- a reforma eleitoral, com a concessão do direito de votar e ser votado a todos os cidadãos, inclusive os sargentos, cabos e soldados das Forças Armadas e auxiliares e os analfabetos;

- a existência como partido político de todas as correntes ideológicas e a consolidação e a ampliação das liberdades democráticas, ameaçadas pela onda crescente do fascismo e do terrorismo;

- a reforma tributária, para que sejam gravadas as grandes fortunas e os grandes rendimentos, e não apenas os salários, como ocorre atualmente;

- a reforma financeira, que assegure a adoção do monopólio estatal do câmbio e do comércio exterior e a rigorosa execução da Lei de Remessa de Lucros, estancando o intolerável processo de submissão da economia nacional às influências das corporações estrangeiras;

- enfim, todas as medidas que dotem o País de uma nova política e que libertem o povo da carestia, da intranquilidade e da incerteza do futuro.

Para que o clamor por essas medidas seja ouvido pelos poderes constituídos da República, sobretudo pelo Congresso Nacional, os jornalistas conclamam o povo a comparecer em massa ao comício do dia 13, na Central do Brasil, para reafirmar que 1964 deve ser o Ano das Reformas.-

Rio de Janeiro, março de 1964.

Octávio Malta

Paulo Francis

Moacir Werneck de Castro

Waltensir Dutra

Gerson Daniel de Rosa

Geir Campos

Teixeira Neto

Regina Auricchio de Souza

João de Sousa Lima

Stalamos

(WALTENSIR DUTRA)

(GERSON DANIEL DE ROSA)

(GEIR CAMPOS)

### Imagem 1 - Os jornalistas ao Povo

*Os Jornalistas ao Povo*, março de 1964. Primeira das sete laudas do abaixo-assinado com dados sobre o manifesto produzido por jornalistas em apoio à realização das reformas de base. Consta a assinatura de dezenas de jornalistas, encabeçado por nomes como: Octávio Malta, Paulo Francis, Moacir Werneck de Castro, Waltensir Dutra, Teixeira Neto, entre outros. Arquivo oriundo do DOPS. Inventário Preliminar do Fundo Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

## 1.7 O contexto de sua virada ideológica

As etapas de sua virada ideológica, presentes no discurso de Paulo Francis, serão apontadas detalhadamente no segundo e terceiro capítulos, quando apresentaremos mostras de seu texto que deixarão as mesmas em evidência. No momento, cabe ressaltar que o próprio golpe de 1964 e o longo processo ditatorial que se seguiu parecem ter contribuído para desiludir as crenças do jornalista em qualquer perspectiva de esquerda, ainda mais calcada na estratégia nacionalista, de acordo com o que defendia até 1968. Sobre este tema, em retrospectiva, abaixo, na entrevista concedida ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em 1996, o jornalista respondeu a um questionamento sobre o momento de sua guinada definitiva, que teria acontecido aos poucos, mas apresentaria um marco fundamental nos anos 1970. É interessante notar como destaca a sua mudança de posição, referindo-se ao abandono do *nacionalismo*:

Foi aos poucos, mas a guinada central foi quando os países produtores de exportação de petróleo quadruplicaram os preços de petróleo, impuseram uma recessão ao mundo e todos os países tinham o petróleo explorado pelas companhias, as famosas sete irmãs [...]. Eu cheguei à conclusão de que o nacionalismo brasileiro é uma grande farsa. Esses caras todos enriqueceram, com as companhias fazendo o trabalho para eles. A Arábia Saudita ganhou 650 bilhões de dólares em dez anos: lucro líquido. E o Brasil tem uma costa imensa<sup>160</sup>.

A ruptura com o nacionalismo parece ter sido fundamental para a ruptura com a esquerda por parte de Paulo Francis. Essa perspectiva também irá aparecer nos textos do autor para a *Folha de São Paulo*, no momento em que expressou sua descrença com o socialismo e declarou abertamente uma mudança de posição, especificamente no ano de 1979. Nesse jornal, percebe-se outra etapa importante no ano de 1985, quando reabilitaria a figura de Roberto Campos e passaria a defender o liberalismo econômico de maneira bastante contundente.

Além disso, na medida em que sua ascensão social se consolidava e a abertura política no Brasil vinha à tona, seu conservadorismo ideológico ganhava força, crescendo também sua simpatia pelos antigos desafetos, como Roberto Marinho, a quem, na década de 1980, passaria a ser seu patrão. Um de seus amigos íntimos, Sérgio Augusto, relata que a ascensão como jornalista e a sociabilidade com políticos e

---

<sup>160</sup> *Entrevista com Paulo Francis*. Programa Roda Viva (TV Cultura). Brasil. 1996, 94 min, DVD.

banqueiros deslumbraram Francis<sup>161</sup>. Passou a conviver cada vez mais com um círculo de homens ricos, conservadores e próximos do poder, como Delfim Netto e o banqueiro Ronald Levinsohn. Este último, inclusive, cuidava e administrava sua conta bancária, avaliada pouco antes de sua morte em três milhões de dólares<sup>162</sup>. Daniel Piza também lista algumas dessas personalidades que eram recebidas de forma acolhedora pelo jornalista depois que consolidara sua estadia em Nova Iorque:

A maioria das pessoas com quem convivia [...] simpatizava muito com Francis. Ele era afável e gostava de fazer os outros rirem. Seus almoços podiam ser com políticos importantes do Brasil como José Serra, Delfim Netto e Roberto Campos, com amigos brasileiros em visita a Nova York como Luiz Schwarcz, Paulo Bertazzi, Wagner Carelli, Matinas Suzuki Jr., Elio Gaspari, Jô Soares, Diogo Mainardi e Nelson Hoineff<sup>163</sup>.

Um fator interessante, e que não deve ser colocado em segundo plano, foi a bolsa concedida a Francis pela *Fundação Ford*, em 1971. Depois de partir para os EUA, ele teve seu sustento oriundo principalmente da renda proveniente da mesma, podendo se manter em Nova Iorque. Segundo relata Daniel Piza, e conforme consta na pequena biografia de Francis que está no sítio da *internet* da Rede Globo de Televisão, tal bolsa teria sido intermediada por Fernando Gasparian que, na época, lecionava em Oxford, na Inglaterra<sup>164</sup>. Gasparian tornou-se conhecido por criar o semanário de oposição *Opinião*, em 1972, do qual Francis também colaborou com alguns artigos, e ter dirigido a editora *Paz e Terra*, a partir de 1973. Pouco antes da concessão desta bolsa e de sua ida definitiva para Nova Iorque, Francis havia sido recém liberto de sua segunda prisão junto com a “patota” d’*O Pasquim*. A decisão de sair do país seria justamente para escapar das perseguições políticas e da censura:

Em 1971, pôs fim aos tempos de censura partindo para Nova York, onde já tinha morado mais de um ano (1954-55), e se tornado freelancer. Graças a Fernando Gasparian, da editora Paz e Terra, conseguiu uma bolsa de 15 meses da Fundação Ford, de US\$ 500 (hoje equivaleriam a três vezes mais), e um apartamento para morar.

---

<sup>161</sup> NOGUEIRA, Paulo Eduardo, *op.cit.*, p. 98.

<sup>162</sup> BEIRÃO, Nirlando. Francis, o homem-bomba. In: Revista *Brasileiros*, Março/2010, Edição 32. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/2010/03/18/paulo-francis-o-homem-bomba/>>, acesso em 16 outubro de 2011.

<sup>163</sup> PIZA, Daniel, *op.cit.*, p. 94.

<sup>164</sup> Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYP0-5271-265393,00.html>>, acesso em 13 de julho de 2011. Ver também Daniel Piza: PIZA, Daniel, *op.cit.*, p. 19.

Seu sustento vinha também dos frilas para *Tribuna da Imprensa*, *Visão* e *Status*, entre outras publicações<sup>165</sup>.

Segundo Piza, a bolsa da *Fundação Ford* era de U\$ 500 mensais, na época. No entanto, essa informação contrasta com o relato de Hélio Fernandes. O editor da *Tribuna da Imprensa* recorda que a bolsa era no valor de U\$ 700 mensais, conforme conta, em uma de suas entrevistas:

Quando os onze de O Pasquim foram presos, e quando foram soltos, em 1971, o Paulo Francis me procurou na Tribuna e me disse “Hélio, eu não aguento mais, já fui preso duas vezes e não aguento mais”. A paixão dele era pelos Estados Unidos [...], não pelo governo dos Estados Unidos, mas pelos Estados Unidos como país. Então, o Paulo Francis me disse “eu quero morar nos Estados Unidos, eu tenho setecentos dólares da Fundação Ford, mas setecentos dólares não chegam. Eu quero mandar um artigo diário para a Tribuna”. Aí eu disse a ele “Paulo, o artigo não me interessa de jeito nenhum. Se você quiser mandar uma matéria nos moldes da minha coluna, aí está ótimo”. Ele concordou “ah!, eu mando, mando sim!”. Bom, então combinamos que pagaríamos a ele trezentos dólares mensais, o que completava os mil dólares que eram suficientes para ele viver lá inicialmente. Mil dólares dão para você viver em qualquer lugar, se você quiser viver com mil. Se você quiser viver com dois mil, vai faltar metade. Se você quiser viver com cinco mil, vai faltar quase tudo<sup>166</sup>.

Francis confirma os valores descritos por Piza, do qual deve ter tido acesso pelo próprio Paulo Francis, mas o tempo de duração da bolsa é divergente. Piza fala em 15 meses, enquanto Francis dizia ser de 18 meses:

Quando saí do Brasil agora, em junho de 1971, morava num dos melhores prédios de Ipanema, com dois quartos de dormir, uma sala grande, saleta razoável, uma copa e cozinha colossais, o único defeito era que tinha apenas 1 banheiro. Aluguel: quando eu saí tinha subido para 2 mil cruzeiros... Eu ganhava entre free lances e fixo cerca de 13 mil cruzeiros por mês. Quando cheguei aqui tinha 600 dólares de “Visão”, 400 da “Tribuna da Imprensa” e mil do “Pasquim”, fora uma bolsa que durante 18 meses me deu 500 dólares limpos por mês. O dólar estava a 6 cruzeiros. Ou seja, cheguei aqui ganhando 13 mil cruzeiros. Nesse padrão de vida, longe de suntuoso, mas que no Brasil me permitia jantar fora três vezes por semana, importar livros e revistas via aérea, etc., colegas que vieram cobrir a convenção me asseguram que eu precisaria hoje, no Brasil, de 250 mil cruzeiros<sup>167</sup>.

---

<sup>165</sup> PIZA, Daniel, *op.cit.*, p. 19.

<sup>166</sup> Hélio Fernandes: *nove décadas de jornalismo*, entrevista concedida ao jornalista Geovaldo Carvalho, em 7 de julho de 2009, disponível em: <[http://www.blogdorgeovaldo.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=85&Itemid=2&bsb\\_midx=8](http://www.blogdorgeovaldo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=85&Itemid=2&bsb_midx=8)>, acesso em 26 de julho de 2011.

A verdade é que temos dados imprecisos sobre a concessão dessa bolsa e acerca das condições e contrapartida que deveria ser dada por Paulo Francis. Entretanto, sejam setecentos ou quinhentos dólares, a bolsa paga pela *Fundação Ford*, somados aos trezentos ou quatrocentos dólares pagos pelos seus trabalhos à *Tribuna*, sem contar com suas colaborações a outros periódicos, Paulo Francis pôde sustentar-se em Nova Iorque, cumprindo o “exílio voluntário”. Hélio Fernandes era amigo de Francis. Conta que o recebia em casa e mantinha com ele uma relação de afinidade intelectual bastante próxima. No entanto, romperam a amizade e tornaram-se adversários, como explica o editor da antiga *Tribuna da Imprensa*, após o mesmo ter “passado rasgado para a extrema-direita”<sup>168</sup>.

É oportuno lembrar que a *Fundação Ford*, junto com outras instituições estadunidenses, naquela época, auxiliava na edificação das políticas econômicas e culturais, apregoadas por iniciativa dos EUA, para a América Latina. A divulgação do auxílio desta instituição era anunciada segundo a preocupação de cooperar para o desenvolvimento da cultura e da tecnologia dos países latinoamericanos. Porém, como afirma Lúcia Neves, sabe-se que, atrás destas supostas boas intenções, havia, desde pelo menos a década de 1960, os interesses políticos estratégicos dos EUA para fomento de um consenso industrial por meio da “formação técnica” dos intelectuais locais, atuando também junto às instituições de pesquisa e de formação superior:

Embora a reivindicação de um “olhar latino-americano” para as Ciências Sociais tenha sido a palavra de ordem para muitos desses centros e instituições de pesquisa [Cepal, Flacso, Clapes, Clacso], isso não foi um antídoto para evitar que fizessem parte da estratégia, comandada pelos EUA por intermédio de agências como CIA e a Fundação Ford, de “guerra cultural para fabricação industrial do consenso”. No âmbito específico das ciências Sociais, a década de 1960 foi pródiga em projetos de fachada científica que ocultavam um “interesse político estratégico muito preciso e determinado: contribuir para a defesa imperial de contra-insurgência e contra-revolução preventiva”<sup>169</sup>.

As pesquisas sobre a *Fundação Ford* e sua relação com intelectuais e instituições de pesquisa brasileiras estão em fase muito incipiente, constando muitas

---

<sup>167</sup> FRANCIS, Paulo. Diário do exterior. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 23/08/1980.

<sup>168</sup> Hélio Fernandes: *nove décadas de jornalismo*, entrevista concedida ao jornalista Geovaldo Carvalho, em 7 de julho de 2009, disponível em: [http://www.blogdogeovaldo.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=85&Itemid=2&bsb\\_midx=8](http://www.blogdogeovaldo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=85&Itemid=2&bsb_midx=8). Acesso em 26 de julho de 2011.

lacunas, mas é palpável que a sua atuação tem vínculos evidentes com os interesses geopolíticos e estratégias político-culturais estadunidenses para o país e para a América Latina. Como veremos a seguir, a CIA junto com agências de financiamento dos EUA, davam auxílios a diversos intelectuais, não raras vezes de perfil trotskista ou de postura mais crítica em relação à URSS. Mesmo sem ter conhecimento das finalidades desses financiamentos, os intelectuais acabavam servindo estrategicamente aos interesses dos EUA contra a URSS, no contexto da Guerra Fria<sup>170</sup>.

### **1.8 A CIA, os intelectuais e o anticomunismo**

A jornalista e historiadora britânica Frances Stonor Saunders investigou as atividades desenvolvidas pela CIA, especialmente no âmbito da cultura, para mobilizar grande parte dos intelectuais progressistas do ocidente a desacreditar o comunismo e combater a União Soviética. Segundo constata Saunders, a simpatia para com a URSS nos EUA, em 1945, época do final da II Guerra, era considerável. Sentia-se afinidade com a nação que ajudara a derrotar o III Reich, e reconhecia-se o papel decisivo que os soviéticos cumpriram na guerra. A URSS, afinal, havia sido aliada dos EUA na II Guerra Mundial, aproximando-se desse país entre 1941 a 1945. Como convencer a todos que, agora, passava a ser um inimigo temido e perigoso?

É claro que a Doutrina Truman e o Plano Marshall foram aspectos fundamentais para o início da ofensiva internacional estadunidense à União Soviética, mas, intimamente ligada a essas iniciativas, partiu de Washington também a ação de convencimento da opinião interna e externa sobre o “perigo vermelho”. Não há como pensar o anticomunismo do pós-guerra sem inseri-lo no contexto da Guerra Fria, embora suas raízes possam ser identificadas bem antes disso. Mas é inegável a grande mobilização estratégica empreendida pelos Estados Unidos na disseminação do anticomunismo no imediato pós-guerra, sendo uma ação sem precedente comparada ao período anterior.

---

<sup>169</sup> NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010, p. 55.

<sup>170</sup> Wanderson Chaves desenvolveu uma tese de doutoramento, defendida, na linha de História Social do PPGH da USP, sob orientação da professora Dra. Elisabeth Canceli, com o título “*O Brasil e a recriação da questão racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford*”. O autor tem publicado o texto “Democracia e bem-estar social segundo a militância liberal-democrata: o Relatório *Gaither* e a agenda de política internacional da *Fundação Ford*”, na revista eletrônica *Oikos*, do segundo semestre de 2009. Seus estudos têm confirmado o papel importante representado pela *Fundação Ford* auxiliando os EUA nos embates político-culturais durante a Guerra Fria.

Antes da CIA, a sua precursora em termos de serviços de inteligência, a Agência de Serviços Estratégicos (OSS, na sigla em inglês), por meio de seu chefe, o general William Donovan, tentava promover campanhas culturais para divulgar as artes e letras norte-americanas na Europa. No imediato pós-guerra, também pregava a imagem de “barbarismo cultural” à União Soviética. Desse modo, diversos produtos das manifestações artísticas estadunidenses foram exportados para o solo europeu, entre eles a literatura, as artes plásticas e a música. Em contrapartida, os EUA absorviam artistas e artes clássicas e contemporâneas, principalmente de países como Alemanha, França e Itália, como forma de evidenciar a admiração pela cultura universal<sup>171</sup>.

Entretanto, a chamada “Guerra Fria Cultural” teria começado de maneira mais eficaz após o conjunto de ações tomadas em 1947, entre elas a criação da CIA, substituindo a OSS dos tempos de guerra como agência de inteligência. Um dos seus braços era o Escritório para Coordenação de Políticas (OPC), encarregado das “operações secretas” em diversas áreas<sup>172</sup>. Entre outras frentes, atuava na organização de eventos culturais e promoção de autores, vários deles oriundos da Europa, estimulando o anticomunismo soviético, independente da natureza ideológica da crítica empreendida. De acordo com Frances Saunders:

Promoveram-se também escritores europeus como parte de um explícito “programa anticomunista”. Eram aproveitados os textos de “qualquer [autor] crítico da política exterior soviética e do comunismo como forma de governo, que se julgue objetivo, escrito de maneira convincente e oportuna”<sup>173</sup>.

As operações da CIA foram tão minuciosas que um dos aspectos mais inusitados foi o habilidoso movimento para utilizar a esquerda antissoviética na disseminação do anticomunismo. Havia uma secreta manipulação dos pensadores e artistas que participavam de seminários, conferências, festivais e outros eventos. Vários desses eventos foram patrocinados pelo Departamento de Estado dos EUA, financiamento orquestrado pela CIA, de modo a fazer com que se pensasse que as manifestações intelectuais eram totalmente espontâneas e autônomas. No entanto, personalidades respeitáveis da esquerda mundial eram estimuladas, por meio da política desempenhada

---

<sup>171</sup> SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la guerra fría cultural*. Madri: Editorial Debate, S.A., 2001, p. 39-42.

<sup>172</sup> *Ibidem*, p.64-65.

<sup>173</sup> Ula Moeser, OMGUS Information Control Division, “Political Education Program”, sem data (OMGUS/RG260/NARA). *Apud* SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la guerra fría cultural*. *Ibidem*, p. 42.

pelo OPC, a aderir às iniciativas antissoviéticas. De forma bastante evidente, os intelectuais trotskistas se engajaram intensamente no combate ao stalinismo da URSS. Igualmente, pessoas ligadas à esquerda e simpatizantes, não militantes, também se envolveram inadvertidamente naquela trama.

Nos Estados Unidos, escritores como Arthur Miller, John Steinbeck, Schlesinger, John dos Passos, Gertrude Stein e W. H. Auden estiveram na linha de frente anticomunista. Na mesma direção, os prestigiados Albert Camus, Andre Malraux, Aldous Huxley, Claude Debussy, Georges Orwell, Simone de Beauvoir, Laurence Olivier, Denis de Rougemont, Milan Kundera, Sartre, Bertrand Russell, e tantos outros, foram atraídos, a partir da Europa, na intrincada rede manipulada pela agência de inteligência estadunidense. Nos Estados Unidos, bem como em outros lugares, boa parte da esquerda estava indisposta com certas posturas soviéticas desde antes do início da II Guerra Mundial.

Com o pacto de não agressão germano-soviético, às vésperas da Grande Guerra, em 1939, muitos intelectuais abandonaram a ortodoxia marxista-leninista, aproximando-se da dissidência radical representada por Trotsky. A revista *Partisan Review*, criada por um grupo de trotskistas do *City College*, em Nova Iorque, entre os quais estavam William Phillips e Philip Rahv, é um exemplo de periódico antistalinista que radicalizou suas críticas à URSS a partir do final da década de 1930. A revista expressava de maneira sutil seu marxismo, estando ligada inicialmente com o *Club John Reed*, um grupo de artistas e escritores que simpatizavam com o movimento comunista internacional. Contudo, romperam a simpatia com o regime soviético diante dos acontecimentos de 1939-1940<sup>174</sup>. Assim, o grupo trotskista se empenhou fortemente na denúncia e no combate ao stalinismo. Segundo Saunders, o ativista Philip Rahv, um dos editores da revista, em certo momento, observou aquilo tudo com crescente preocupação, além de advertir sobre a ênfase demasiada acerca do antistalinismo:

O antistalinismo convertera-se quase como uma profissão. Tornou-se um acontecimento tão importante que exclui quase todas as demais preocupações e ideias, resultando na tentativa de converter o antistalinismo em algo que jamais poderia ser: nada menos que uma forma de ver a vida, ou inclusive em uma filosofia da história<sup>175</sup>.

---

<sup>174</sup> *Ibidem*, p. 229.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 231.

Ao longo da Guerra Fria, em especial a partir dos anos 1950, as organizações, associações e comitês de “fundo cultural”, ou seja, que pregavam a difusão da “Democracia, Liberdade e Progresso Social”, desempenharam papéis importantes na promoção do incentivo às produções intelectuais engajadas com tal perspectiva. A CIA atuaria no direcionamento desses incentivos, fazendo com que organizações como a *Fundação Ford* e a *Rockefeller* colaborassem com a “cruzada anticomunista” por meio da concessão de bolsas e financiamentos a certos intelectuais e determinados projetos que seguissem aquela aspiração política.

O período examinado por Saunders não ultrapassa muito os meados da década de 1960, além de restringir o estudo às relações entre Estados Unidos e Europa. No entanto, sabemos que a Guerra Fria teve novos capítulos, posteriormente, e a utilização da cultura como meio de atingir o consenso nunca deixou de ser fundamental para qualquer projeto de dominação hegemônica, calcada invariavelmente no binômio coerção e consenso. Para a América Latina, o anticomunismo tornava-se essencial, principalmente após a Revolução Cubana. O sucesso da Revolução carregava um simbolismo particular, mostrando aos demais países latinoamericanos que era possível derrubar governos aliados dos EUA na região. Ao mesmo tempo, afrontava diretamente os interesses estratégicos da superpotência capitalista no Caribe.

Como veremos adiante, nas considerações sobre *O Pasquim*, Paulo Francis atuou de forma semelhante a esses intelectuais citados por Saunders, entre eles, o próprio George Orwell e Bertrand Russell, que eram admirados pelo jornalista. Suas críticas à URSS e às ditaduras comunistas contrastavam com o desejo de liberdade política, a qual reconhecia na democracia dos EUA. Essas posições podem ser observadas em especial nos seus artigos para o semanário *O Pasquim*, mas também nos artigos do *Tribuna da Imprensa*, do qual, por opção de recorte, não analisaremos as mostras de suas colunas nesta tese.

Antes disso, porém, cabe verificar o discurso político de Paulo Francis presente em sua atuação jornalística para o *Correio da Manhã* e também para a *Revista Civilização Brasileira*. Essa fase do intelectual foi marcada por uma oposição dura à ditadura. Percebe-se em certo momento, em seus artigos para o *Correio da Manhã*, a construção de um discurso para tentar legitimar a opção de um “nacionalismo militar”, muito próximo do defendido pelo POR trotskista, no Brasil, na mesma época.



## **CAPÍTULO II – A resistência na imprensa de oposição à ditadura**

No presente capítulo, abordamos a forma como Paulo Francis atuou na imprensa no período entre 1965-1971, considerando o conteúdo de sua produção textual, tentando também identificar o reforço de seu *ethos* jornalístico, revigorado com o conteúdo paralelo do próprio jornal, especialmente quando atuou n’*O Pasquim*. Pretende-se tecer algumas considerações sobre as características da imprensa oposicionista ao regime político na época, visto que Francis colaborou para o diário *Correio da Manhã* (1966-1968), o semanário *Opinião* (1972-1973), de Fernando Gasparian, *Tribuna da Imprensa* (1971-1976), de Hélio Fernandes e *O Pasquim* (1969-1976), além de ter presença relevante na *Revista Civilização Brasileira* (1964-1968), do editor Ênio Silveira.

Apresentaremos determinadas amostras da *Revista Civilização Brasileira*, do *Correio da Manhã* e d’*O Pasquim*, ao lado de algumas contribuições que fizera para *Realidade*, dando ênfase em alguns assuntos relevantes que marcaram o início da produção intelectual de Francis naquela fase, como o discurso de oposição ao golpe de 1964, nítido nos textos da *Revista Civilização Brasileira* e *Correio da Manhã*, e do que ele chamava, como sendo uma característica sua, de “antimperialismo”, tanto contra os EUA quanto em oposição à URSS, perpassando a análise do contexto internacional do final dos anos 1960 e início dos 1970.

Entre os temas que persistem em seus textos, destacam-se a crítica intervencionista soviética no leste europeu e a intervenção estadunidense no Vietnã. Neste caminho, pretende-se apontar a mudança de foco do autor no período pós-1968 e evidenciar a razão por trás da escolha dos temas que elencava, além do papel que desempenhou como intelectual no conjunto dos periódicos mencionados. Somado a isso, como parte complementar da análise, serão apresentadas amostras da documentação de inquéritos policiais militares, em que se evidenciava o monitoramento do que Francis escrevia por parte dos agentes da ditadura, além de explicitar um pouco mais as motivações para as suas prisões, entre 1968 e 1971.

### **2.1 Francis na *Revista Civilização Brasileira* e no *Correio da Manhã***

Desde o golpe de 1964 até o estabelecimento do AI-5, em 1968, a *Revista Civilização Brasileira* (RCB) e o jornal *Correio da Manhã* (CDM), foram, talvez, junto

com o *Tribuna da Imprensa*, os mais imponentes veículos de comunicação de oposição à ditadura no centro do país. Os dois periódicos cariocas, com perfis editoriais distintos um do outro, colocaram-se na contramão da tendência unânime dos grandes jornais e revistas que se calaram, de modo geral, diante do imediato pós-golpe e do autoritarismo nos anos iniciais do regime. A particularidade do *Correio da Manhã* foi que, pouco antes de expressar sua aversão aos rumos políticos do país com a ascensão da ditadura, endossou o golpe de 1964 com os seus famosos editoriais no fim de março e início de abril daquele ano. Paulo Francis foi assíduo colaborador da *RCB*, entre 1965 e 1968, e do *CDM*, entre 1966 e 1968, época em que ambos os periódicos publicavam textos com críticas enfáticas aos governos Castello Branco e Costa e Silva. Foi também o momento em que se deram as críticas mais contundentes por parte de Paulo Francis ao regime ditatorial e ao golpe de 1964. Como iremos perceber no último capítulo desta tese, tal posição de então mudará radicalmente com a daquela defendida por ele na década de 1990.

A *RCB* tem seu primeiro número a partir de março de 1965 e o seu último publicado em dezembro de 1968, somando vinte e duas edições convencionais, além de três edições especiais, totalizando vinte e cinco volumes em, aproximadamente, três anos de existência. Nela participaram diversos intelectuais e artistas, como escritores das áreas do jornalismo, sociologia e filosofia, além de poetas, cineastas e outras personalidades de reconhecido relevo cultural. Os assuntos veiculados foram variados, englobando política, economia e cultura, principalmente literatura, música, cinema e teatro, bem como as análises da condição do Brasil frente ao cenário social e político-econômico internacional. Entre os temas ligados mais estritamente à esfera política, sem dúvida, destaca-se a preocupação de seus colaboradores face à situação do país após o golpe de 1964.

Com essa perspectiva, a revista tornou-se um dos principais veículos de resistência intelectual contra a ditadura nos anos iniciais do regime. A revista era ligada à editora *Civilização Brasileira*, criada por Ênio Silveira, seu diretor e também editor chefe. Os idealizadores da revista, o próprio Ênio Silveira e seu principal colaborador, o poeta Moacyr Felix, são apontados como os principais responsáveis por transformar a *RCB* em espaço importante na articulação de vários intelectuais, sendo boa parte deles de esquerda, embora com vieses ideológicos multifacetários, unidos pelo combate ao autoritarismo,

prezando a defesa de interesses democráticos e das liberdades individuais tiradas pelo regime inaugurado em 1º de abril de 1964<sup>176</sup>.

Apesar de ter sido um importante espaço de rearticulação de parte da esquerda, desarticulada a partir do golpe de 1964, a *RCB* tinha uma concepção pluralizada, agregando perfis intelectuais de diferentes matizes ideológicas, alguns sem afinidade com a esquerda, mas que, sublinhando novamente, reconheciam-se frente ao interesse comum de realizar oposição contra a ditadura. Além de Paulo Francis, colaboraram para a revista personalidades como Octavio Ianni, Nelson Werneck Sodré, Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar, Roland Corbisier, Álvaro Lins, Dias Gomes, Manuel Cavalcanti Proença, José Arthur Poerner, Antônio Houaiss, Leandro Konder, Otto Maria Carpeaux, entre outros. Alguns desses intelectuais tiveram na editora *Civilização Brasileira* uma alternativa para publicarem seus textos, já que as redações de jornais e revistas haviam lhes fechado as portas. Um bom exemplo disso é o caso do próprio Paulo Francis. Conforme Luiz Renato Vieira:

Jornalista demitido da *Última Hora* no dia mesmo do Golpe de Estado, foi convidado a trabalhar na revista *Visão*. A partir de então Francis passou a ser, juntamente com Moacyr Félix, um dos mais próximos colaboradores de Ênio Silveira. Era uma espécie de conselheiro editorial em diversas áreas e dirigiu, na *Civilização Brasileira*, o jornal *Reunião*, em 1963 [sic]<sup>177</sup>, que teve apenas três números. Fazia também trabalhos de copidesque e traduções para a editora [...] <sup>178</sup>.

Apesar de terem um oponente em comum, essa conveniente unidade pragmática dos intelectuais não deixava de expor as suas diferenças. O teor dos debates e as polêmicas suscitadas dentro da literatura produzida pela revista evidenciavam tal perspectiva. Afinal, a época foi rica em discussões de cunho ideológico no interior da intelectualidade que se colocava como oposição à ditadura. Desse modo, de acordo com Luiz Renato Vieira, a *RCB* “divulgou vários desses debates, entre os quais [...] as discussões quanto às estratégias da revolução brasileira e aqueles referentes aos problemas da estética e de sua relação com a política”<sup>179</sup>.

---

<sup>176</sup> CZAJKA, Rodrigo. A revista civilização brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, Fev. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782010000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 26/07/2014.

<sup>177</sup> A data correta é 1965.

<sup>178</sup> VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: Os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 175-176.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 177.

O jornal *Correio da Manhã*, por sua vez, junto com outros jornais do centro do país, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *O Dia*, *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e os *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, protagonizou a reação derradeira, no âmbito da grande imprensa, contra o governo João Goulart, especialmente nos seus editoriais de 31 de março e 1º de abril de 1964, respectivamente, o “*Basta!*” e o “*Fora!*”. Apenas o *Última Hora*, naquele instante, colocou-se a favor de Jango e contra a condenação uníssona de seu governo. Entretanto, de todos os jornais que condenaram o governo de João Goulart, apenas o *Correio da Manhã* e o *Tribuna da Imprensa* iriam reconsiderar seus posicionamentos editoriais de então, colocando-se como opositores do novo regime à medida que a transição pós-golpe se configurava como ditadura.

Fundado por Edmundo Bittencourt no início do século XX, o jornal esteve sempre presente junto aos debates que delinearão as feições políticas do Brasil entre 1901, ano em que foi criado, e 1974, quando cessou sua circulação. Entre os colaboradores do *Correio da Manhã* estavam o poeta Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Antonio Callado, Luís Alberto Bahia, Janio de Freitas, Osvaldo Peralva, Edmundo Moniz, além dos críticos José Lino Grünewald e Antonio Moniz Vianna, bem como do próprio Paulo Francis. O jornal se destacou na crítica a alguns governos no início da era republicana. Foram notáveis as ações de denúncia contra a truculência dos agentes sanitários na campanha de vacinação antivariólica do início do século, que desencadeou o protesto civil conhecido por “Revolta da Vacina”, não poupando de ataques contundentes a vários presidentes da antiga oligarquia política que dominou a chamada “República Velha”, como Campos Salles, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha e Epitácio Pessoa.

O *CDM* assumia-se como um jornal de opinião, apresentando um discurso liberal, colocando-se contra a esquerda, preocupação que se tornou bastante evidente na época em que criticava o governo Jango<sup>180</sup>. Essa identidade foi construída ao longo da história do jornal. Edmundo Bittencourt foi o fundador e diretor do periódico até passar a sua direção e propriedade ao seu filho Paulo Bittencourt, em 1929. Nas décadas de 1930 e 1940, em especial durante a ditadura Vargas (1937-1945), sofreu com a censura, ainda mais por ter

---

<sup>180</sup> Conforme Marcelo Siqueira, “em 1964, a crise política no país beirava a insustentabilidade. O *Correio da Manhã*, que, segundo Edmundo Muniz, possuía à época uma linha editorial ‘liberal conservadora’, fazia duras críticas a João Goulart, a quem acusava de demagogo, de promover a radicalização política e de tentar estabelecer no país um governo de esquerda”. SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Sob o dogma da liberdade: a história do *Correio da Manhã*. *Recine*, n.4, set.2007, p. 31.

apoiado o movimento paulista de 1932, a favor da promulgação de nova constituição federal e da queda do próprio Getúlio Vargas. Continuou com a mesma postura após 1945, fazendo campanha contra o trabalhismo varguista e o monopólio estatal do petróleo no segundo governo getulista. Após o suicídio de Vargas, em 1955, colocou-se igualmente na oposição aos governos de Juscelino Kubitschek, criticando principalmente a construção de Brasília, de Jânio Quadros, sobretudo quando da condecoração a Che Guevara, e de João Goulart, por ser reconhecido como um dos herdeiros do trabalhismo varguista, além do mesmo ser considerado pela linha editorial do jornal como “um homem de esquerda”.

Ao mesmo tempo, nas crises de sucessão de Vargas e de Jânio Quadros, o jornal defendeu, respectivamente, as eleições sem apoiar candidatos, quando venceu Kubitschek, e a posse regular de Jango em 1961 em meio às fortes crises política e institucional. A defesa pela posse de Jango fez com que se apreendesse um de seus números pelo Governo da Guanabara de então, liderado por Carlos Lacerda, antigo colaborador do mesmo jornal. Outro traço interessante da sua história é de que o *Correio da Manhã* atacou severamente tanto Jango como Lacerda, entre 1962 e 1964, grandes oponentes no cenário político da época. Portanto, essas posturas caracterizariam o *CDM* como um jornal que defendeu a legalidade e as instituições do país em momentos históricos importantes. Os famosos editoriais *Basta!* e *Fora!*, no entanto, romperiam com tal perspectiva, ajudando os conspiradores de 1964 a legitimarem o golpe de Estado.

Em 1963, Paulo Bittencourt faleceu e a propriedade e direção do jornal passaram para a sua viúva, Niomar Muniz Sodré Bittencourt. A direção de Niomar Bittencourt ficaria marcada tanto pelo apoio ao golpe de 1964 quanto pela atitude combativa do periódico contra a ditadura, tendo iniciado essa postura poucos dias depois do próprio golpe. O *CDM* protestou contra o autoritarismo e os primeiros atos institucionais do novo regime; em 1967 repudiou a nova lei de imprensa e criticou a nova Constituição do país. O ápice do conflito com a ditadura se deu em dezembro de 1968, após o AI-5. Vários de seus funcionários foram presos naquela ocasião, inclusive Paulo Francis e a diretora-proprietária do periódico, Niomar Muniz Bittencourt. Uma semana antes, o jornal havia ainda sido alvo de uma bomba que despedaçou sua sede. A partir daí o *Correio da Manhã*, enquanto instituição, bem como vários de seus jornalistas, individualmente, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, tendo o jornal imensas dificuldades de manter-se desde então. Houve perda de anunciantes e de leitores, acarretando na inevitável crise

financeira<sup>181</sup>. Após ter sido arrendado por um grupo empresarial, além de ter mudado a linha editorial, com breve recuperação na tiragem, o jornal foi contraindo novas dívidas e inviabilizando sua sobrevivência. A última tiragem foi em junho de 1974, tendo decretado a falência no ano seguinte.

Tanto na *RCB* quanto no *CDM*, Paulo Francis apresenta postura combativa contra a ditadura, seguindo este ponto em comum da linha editorial de ambos. No entanto, suas contribuições nos dois periódicos abrangem temas variados, especialmente na atenção aos assuntos concernentes ao cenário cultural e às manifestações artísticas, como o teatro, o cinema, a literatura e a música. Na análise que segue, nos deteremos mais enfaticamente em seu enfoque de crítica à política nacional, direcionada ao embate intelectual contra-hegemônico direcionado a certos projetos políticos delineados pela ditadura e ao regime como um todo. A explanação do teor desses textos, neste período, é fundamental para a posterior comparação com a revisão que Francis faria em *Trinta anos esta noite*, livro publicado em 1994.

Na *Revista Civilização Brasileira*, no primeiro número da publicação, em março de 1965, Francis estreava escrevendo sobre as perspectivas para o teatro brasileiro; no segundo número, dois meses depois, já elaborava uma reflexão focada no golpe de 1964. Tal texto tinha caráter mais abrangente e melhor elaborado do que aqueles mais curtos e objetivos que costumava publicar em suas colunas de jornal. Sob o título “1º Aniversário do golpe: quem deu, quem levou, reações possíveis”, Francis faz um balanço, cerca de um ano depois do golpe, avaliando o processo em curso, a implicação dos sujeitos envolvidos e as expectativas de reação à ascensão da ditadura<sup>182</sup>. Quando o golpe completou dois anos, novamente, Francis ocupou-se do assunto em “Tempos de Goulart”, em maio de 1966<sup>183</sup>. Ambos os artigos da *RCB* foram publicados no seu livro *Opinião Pessoal* (na mesma Editora Civilização Brasileira), também de 1966, o qual foi resenhado por Antonio

---

<sup>181</sup> Em função da falência e do desaparecimento do jornal estarem diretamente vinculados à perseguição ao mesmo, imposta pela ditadura, o escritor Jeferson de Andrade, no trabalho mais bem documentado sobre a história recente do *Correio da Manhã*, intitula seu livro com a constatação de que foi “um jornal assassinado”: ANDRADE, Jeferson de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

<sup>182</sup> FRANCIS, Paulo. 1º Aniversário do golpe: quem deu, quem levou, reações possíveis. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, maio de 1965, p. 61-70.

<sup>183</sup> FRANCIS, Paulo. Tempos de Goulart. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, maio de 1966, p. 75-91

Callado, na mesma revista, meses depois, com elogios quanto à declarada lucidez e evolução intelectual do autor Paulo Francis, conforme a impressão de Callado<sup>184</sup>.

No primeiro artigo, Paulo Francis interpreta o episódio de 1º de abril como um golpe de classe, promovido pelos setores dominantes da sociedade brasileira: leia-se a burguesia ligada aos setores estrangeiros, especialmente ao capital estadunidense, amparada pelos setores militares. Para o jornalista, a mídia e a pequena burguesia nacionais teriam sido massa de manobra durante o golpe, temendo a estagnação de seu singelo crescimento desde a década passada, ligando esse fato à crença na propaganda do IBAD de que isso seria consequência da ascensão de uma “república sindical” ou do próprio comunismo. Nesse sentido, Francis relacionava os históricos de golpes de Estado na América Latina com o golpe brasileiro, pois necessitariam do aval estadunidense para legitimar-se:

O golpe, na América Latina, ao contrário da Revolução, é instrumento da classe dominante. Esta, apesar de antagonismos setoriais, depende, para a sua sobrevivência, da cobertura do poder americano: o que se estende às instituições que a mantêm como classe dominante, como as Forças Armadas. Houve, sem dúvida, os inocentes úteis. A inflação, a carestia, a estagnação e o pânico anticomunista tinham praticamente restringido o apoio ao Governo Goulart à aristocracia do proletariado [...] e a minorias políticas, militares e intelectuais, que viam nos *slogans* reformistas do Presidente o combustível que alimentaria o processo revolucionário nacional<sup>185</sup>.

A política econômico-financeira do Governo, segundo informa, estaria na atração de capitais norte-americanos para o Brasil. Após um ligeiro período ilusório de crescimento e atração de capitais externos, a pesada remessa de lucros para o exterior seria o efeito colateral dessa medida. Além disso, acredita que a própria autonomia política dos países que estiveram em situações similares vai sendo degenerada pelo poder econômico estrangeiro. Nesses casos, o Estado perderia sua autodeterminação, submetendo-se ao imperialismo. Diante disso, classifica o golpe de 1964 como um caso de submissão, ironizando a alcunha “revolução”, a qual os apoiadores da ditadura insistiam em divulgar. De acordo com Francis, “chamava-se a isso imperialismo no passado. O nome agora é ‘revolução’”<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> CALLADO, Antonio. Opinião pessoal, Paulo Francis (resenha). *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9-10, Setembro/Novembro de 1966, p.337-339.

<sup>185</sup> FRANCIS, Paulo. 1º Aniversário do golpe: quem deu, quem levou, *op.cit.* p. 61.

<sup>186</sup> *Ibidem*, p. 67.

Aliado aos militares, o principal agente civil dessa reestruturação econômica seria Roberto Campos, ministro do planejamento no Governo Castello Branco. Campos é enfaticamente citado por Francis, desde a primeira linha do texto. Ao iniciar sua explanação, explica a relevância de Campos ao novo regime: “a derrubada do Governo Goulart levou Roberto Campos ao poder, já no ‘Ministério Mazzili’. [...] Ele era a tônica do golpe, o recibo do *swap* que reorientaria doravante as finanças do País”<sup>187</sup>. A implicância com o termo “revolução”, para designar o golpe e o desenvolvimento do regime, além do ataque a Roberto Campos, seriam dois pontos de destaque das suas críticas à ditadura no *Correio da Manhã*, como veremos em seguida.

A identificação do papel estadunidense em relação ao golpe, no conteúdo para o *Revista Civilização Brasileira*, também é um dos eixos de sua análise, exemplificada na passagem em que diz: “O passado não autoriza a crença na autonomia dos mentores do 1º de abril”<sup>188</sup>. Diante disso, neste momento, não nega a importância das manobras militares e a articulação das forças armadas brasileiras, mas entende que no cerne das mesmas estaria resguardada a intimidade com os interesses dos EUA, especialmente na figura do General Castello Branco e na alta patente que constituía a ADESG:

Lembremo-nos de que o Marechal Castelo é filho da Escola Superior de Guerra, membro eminente de sua Associação de diplomados (ADESG). Pertence a uma casta militar, cônica de sua superioridade intelectual sobre gente da tropa que desencadeou o golpe de 1º de abril [...]. Existem, por certo, pontos de contato entre o pensamento da ADESG e o de outros oficiais superiores. O mais significativo é o que define a posição do Brasil no chamado sistema de defesa continental [...]. A maioria dos nossos oficiais superiores [...] continua fiel à Doutrina Truman, de 1948, que delimitou rigidamente os blocos e estabeleceu a estratégia militar do “Ocidente” contra o “Oriente”, criando, entre outras coisas, a OTAN e o sistema de defesa continental aceito aqui<sup>189</sup>.

Francis entende que o papel exercido pela ESG, fundamentalmente orientada pela ADESG, alinha-se com os interesses dos EUA, dentro da Guerra Fria, de “proteção continental”. Porém esse papel seria inútil, conforme diz na sequência, porque o aparato militar brasileiro não resistiria a uma guerra de maiores proporções, limitando-se à repressão interna, combatendo a subversão promovida pelo comunismo. É desse modo que vincula o papel dos EUA ao golpe, criticando também o planejamento econômico de

---

<sup>187</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>188</sup> *Idem*.

<sup>189</sup> *Ibidem*, p. 65-66.

Roberto Campos, somado ao perfil de Castello Branco, ambos sujeitos alinhados aos preceitos norte-americanos. Tudo isso criaria um ambiente dócil para as inversões econômicas estrangeiras e a exploração da economia brasileira. Ao vincular a formação militar dos agentes do golpe e sua ideologia à estratégia de “defesa continental”, defendida pelos EUA na Guerra Fria, acha que uma ruptura com este estado de coisas só poderia ser feita por meio de uma revolução. Entretanto, acredita que as condições de então eram mais viáveis através de coalisão pacífica de forças, a partir da ação de uma “frente única”, inevitavelmente conduzida pela burguesia. Todavia, sublinha a necessidade da esquerda não se acomodar ou esperar as condições ideais para ser protagonista. Ou seja, apesar do pessimismo, reclama ao final de sua análise uma atitude mais enfática, da parte dos representantes dos setores populares, para se oporem à ditadura.

É interessante como Francis, a seu modo, aventura-se a interpretar o que considera como uma fraqueza dos grupos de esquerda no Brasil, ao mesmo tempo que tenta explicar as limitações da época do governo Goulart. Em “Tempos de Goulart”, a análise de tais limitações recai sobre a própria figura de Jango, visto como um sujeito de pouca vocação para a liderança, além de que o problema estaria na própria natureza de seu governo, afeito às tendências “populistas”, menos do que uma proposta popular, identificada com as esquerdas. Sua fraca administração seria limitada ainda pela fraqueza do poder Executivo, o que se refletiria, diretamente, em termos econômicos, na falta de dinamismo do país:

Goulart nunca assumiu a direção da máquina estatal que controlava perto de 50 por cento da economia do País. Suas tentativas de impulsioná-la eram setoriais e limitadas a objetivos menores. Eu próprio, em vários artigos para *Última Hora*, instiguei-o a valer-se do poder na plenitude, a livrar-se da quinta coluna em todo o organismo executivo, o que acabou sendo feito pelos usurpadores de 1º de abril. Também o Legislativo (vide Castelo) é negociável por atacado e a varejo, pautando a sua ação pela lei da oferta e procura. Mas o presidente recusou-se a governar. Sua inabilidade com civis e militares não tem paralelo na história do País<sup>190</sup>.

Dentro de um jornal alinhado com o trabalhismo varguista, como era o *Última Hora*, Francis não deixou de defender Jango, como vimos anteriormente, embora de maneira hesitante e sempre pressionando por sua maior radicalização, fazendo isso dentro do próprio jornal. Chegou até mesmo a apoiar lideranças como Brizola e Miguel Arraes, supostas alternativas mais à esquerda em substituição a Jango. Por vezes, porém, Francis não deixou de fazer coro ao “mal menor”, em certo sentido, aliando-se à perspectiva que

acreditava mais próxima das almeçadas transformações sociais, dentro de uma radicalização nacionalista. Ao interagir e aderir à imprensa que apoiava um projeto nacionalista reformista, mas não revolucionário, o jornalista seria um tanto pragmático. Mesmo assim, no imediato pós-1964 não admitia que fizesse isso. Nesse sentido, a crítica que fazia às esquerdas, concernente ao apoio em torno do chamado “populismo”, deveria ser também uma autocrítica. Mas não é isso que transparece em seu texto da *RCB*. Pelo contrário, se eximia, lembrando apenas das vezes que criticava a falta de radicalização da postura política de Jango. Sua avaliação é de que as esquerdas, por outro lado, compactuariam e teriam transformado-se em instrumentos do poder político tradicional:

As esquerdas têm pactuado com a baixa politicagem das oligarquias e delas se tornaram um instrumento indireto, embora justifiquem sua conduta com os argumentos da “falta de condições”, do “mal menor”, dos “objetivos táticos” e chorumela semelhante. Dissociaram-se das camadas populares e fazem política de cúpula. É verdade que teorizam sobre futuros utópicos, mas seu jargão escolástico, inacessível ao leigo, sem fundamento em realidades possíveis a curto e médio prazo, dá bem a medida de sua esquizofrenia política, da distância que existe entre elas e o povo. Na prática, submetem-se a quase todas as manhas demagógicas do populismo, aceitando as regras do jogo oligárquico; na intimidade, ou em seus conciliábulos, entregam-se a um purismo girondino sem futuro maior do que as bibliotecas das universidades americanas, quando não dos serviços secretos, interessados em pesquisar o pensamento “subversivo” na AL [América Latina]<sup>191</sup>.

Vemos que o epíteto “mal menor” ainda não havia sido apropriado pelo jornalista e utilizado em favor de seu ponto de vista político. Dessa forma, temos de ter cuidado com as afirmações de Alexandre Torres Fonseca, como vimos antes, sobre o entendimento de Francis a respeito deste “mal menor” antes de sua virada ideológica. Pelo menos aqui, no discurso, incomodava-se com essa forma de estratégia. Por outro lado, apesar da crítica acerca das ações políticas de João Goulart, Paulo Francis não ignorava certas qualidades, especialmente se comparadas, segundo ele, com os predicados e limitações de outras lideranças da época, como Kubitschek, Jânio Quadros e o próprio Mal Castelo Branco. É assim que, com tímidos elogios, antes das críticas anteriormente mencionadas, começa a descrever Jango: um “homem simples, de uma cordialidade distante, mas inafetada”. Em público, e pessoalmente, seria “discreto, anti-histriônico e agradavelmente informal”, estando a sua personalidade “de bom moço” e “de modos modestos” em contraste com “a

---

<sup>190</sup> FRANCIS, Paulo. Tempos de Goulart. *Op.cit.* p. 76.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 83.

maciça campanha publicitária contra ele desde que fora ministro do Trabalho”<sup>192</sup>. Em suma, tais qualidades seriam resultantes de um perfil não caricato e afastado da tendência ao ridículo, o que seria próprio de personalidades como Carlos Lacerda e Jânio Quadros, de acordo com o implícito no texto<sup>193</sup>.

As considerações sobre o autoritarismo do regime, o interesse e o nível de participação dos EUA no golpe, a austeridade econômica e as críticas diretas a Castello Branco, não foram particularidade de Paulo Francis na *RCB*. Desde o primeiro número, a revista deixou transparecer, apesar das características próprias e singulares de cada autor, um núcleo de interesses temáticos comuns que pairavam em torno da crítica à ascensão da ditadura. Assim, havia um eixo de identificação que aproximava estes intelectuais. Essa questão acabou sendo mais importante para a coalisão dos mesmos do que suas diferenças para afastá-los. A preocupação iminente com o golpe de 1964 transparecia muito além dos temas circunscritos à política. É o caso de Francis, mesmo quando aborda os assuntos relacionados às manifestações artísticas, comentando sobre a cena teatral brasileira e relacionando o tema com o momento político vivenciado no país. Dessa forma, naquela oportunidade recomendava aos profissionais do teatro nacional que compreendessem e abordassem a realidade brasileira de maneira mais profícua:

Os próprios acontecimentos de 1º de abril, que pegaram os progressistas de surpresa, ficariam melhor esclarecidos se os nossos dramaturgos estudassem alguns de seus protagonistas. O filão é rico e me parece imprescindível explorá-lo para a melhor compreensão da realidade brasileira; isto, se quisermos ir além das fórmulas de gabinete ou do esquerdismo juvenil<sup>194</sup>.

A crítica ao “esquerdismo juvenil” já antecipa uma antipatia crescente do jornalista à esquerda que, em parte, considerava imatura ou, por outro lado, seria rígida, presa à ortodoxia militante, própria dos membros e simpatizantes do Partido Comunista. Pelo que conhecemos do desenvolvimento desse viés de Francis, sabemos que admitiria mais tarde essa sua aversão ao PCB. Essa era uma faceta não percebida na maior parte do conjunto indistinto dos críticos ao regime ditatorial colaboradores da *RCB*.

---

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 75-76.

<sup>193</sup> No último capítulo, veremos como a avaliação de Francis, na década de 1990, apesar de manter o ponto de vista da falta de vocação de Goulart para a “liderança”, muda e já não encontra qualquer simpatia com a figura do ex-presidente.

<sup>194</sup> FRANCIS, Paulo. Novo rumo para autores. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 1, março de 1965, p. 217.

Do mesmo modo, a preocupação com a ditadura estendia-se nos artigos sobre música, cinema, economia e política internacional dos intelectuais que colaboraram para a revista. No entanto, o debate acirrava-se justamente na estratégia de combate ao regime e de como atingir a redemocratização do país. Alguns dos intelectuais atuantes na revista, que não tinham histórico de militância antes de 1964, não militavam pela esquerda, opunham-se preponderantemente ao golpe de abril e à ditadura. Um dos casos mais evidentes foi o de Carlos Heitor Cony, que saiu de uma posição moderada politicamente, quando escrevia no *Correio da Manhã*, para o ataque enérgico, impulsionado por uma linguagem mais agressiva e de engajamento contra o regime.

Por sua vez, a linha editorial do *Correio da Manhã* lutava iminentemente a favor da volta do Estado de direito anterior a 1964, buscando a ampliação da democracia, sem, no entanto, detalhar o seu formato ideal. No quadro de seus redatores, passaram trotskistas conhecidos, como Edmundo Moniz, Mário Pedrosa e o próprio Paulo Francis. Embora a informação seja controversa<sup>195</sup>, o jornalista Edmundo Moniz teria sido um dos editorialistas junto com Carlos Heitor Cony, liderados por Otto Maria Carpeaux, que redigiram os textos “*Chega! Basta!*” e “*Fora!*”, em 31 de março e 1º de abril de 1964, respectivamente<sup>196</sup>, e que foram aprovados pela dona do jornal, Niomar Moniz Bittencourt<sup>197</sup>. No Quarto Caderno, suplemento de cultura publicado aos domingos no *CDM*, Francis não raramente dividia a mesma página com Mário Pedrosa. Além disso, entre 1966 e 1968, no mesmo espaço, escreviam profissionais como Paulo de Castro, Ruy

---

<sup>195</sup> Segundo Sérgio Caldiéri, autor e organizador de um livro que reúne textos de Edmundo Moniz e depoimentos sobre ele, a informação de que Moniz teria redigido os editoriais “Basta!” e “Fora!” seria inverídica. Um dos argumentos que usa é o de que João Goulart, ao contrário do que aconteceu, não teria recebido aquele jornalista no Uruguai durante a ditadura, antes de Moniz seguir seu exílio para França, caso fosse de fato o autor dos referidos editoriais. Cf. CALDIERI, Sérgio. *Eternas lutas de Edmundo Moniz*. Rio de Janeiro: Dinigraf, 2011.

<sup>196</sup> “São famosos os editoriais do *Correio da Manhã*, o “Basta!” e o “Fora!”. E um dos aspectos mais interessantes neste episódio é o perfil dos jornalistas supostamente envolvidos. Um exemplo é Edmundo Moniz: homem de esquerda, ex-militante trotskista e profundo estudioso da obra de Bertolt Brecht. Historiador, poeta, teatrólogo e ensaísta. Membro do IHGB, Edmundo Moniz foi professor de história e de filosofia, mas é tido como um dos responsáveis pelos editoriais “BASTA!” e “FORA!” do *Correio da Manhã*. AMADO, João. Os jornalistas e o golpe de 1964. *Observatório da Imprensa*, 03/04/2007, edição 427. Disponível em:

<[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os\\_jornalistas\\_e\\_o\\_golpe\\_de\\_1964](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os_jornalistas_e_o_golpe_de_1964)>, Acesso em 30/03/2013.

<sup>197</sup> Ver o documentário produzido pelo *Observatório da Imprensa*, em que Cony confirma sua colaboração, alegando que Edmundo Moniz, então editor chefe, num telefonema, leu o conteúdo dos textos para que ele tomasse conhecimento e desse também seu respaldo. Conforme Cony, ele teria alterado uma e outra vírgula, tirando algum excesso, mas fora Edmundo Moniz que teria “captado a coisa” e o conteúdo do texto teria vindo de Otto Carpeaux: *Observatório da Imprensa especial sobre os 50 anos do Golpe Militar de 1964*, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x3LJYYKaw2s>>, acesso em 11/12/2014.

Castro, Hermano Alves, Luiz Carlos Maciel, Antônio Moniz Vianna, Haroldo de Campos, Fernando Pedreira, Newton Carlos, José Lino Grünwald, Hélio Pellegrino, entre outros.

O Quarto Caderno, por meio desses redatores, produziu uma série de artigos criativos, criticando a política nacional e interpretando-a junto à conjuntura mundial da época. Era um espaço em que se interligavam as análises sobre literatura, teatro, cinema, música, política e sociedade. Francis escrevia, inicialmente, um pouco sobre música e teatro e bastante sobre literatura, comentando Isaac Deutscher, John Le Carré, Norman Mailer, Hemingway, Bernard Shaw, Shakespeare, Albert Camus e Edmund Wilson. A exemplo de “Novos rumos para autores”, primeiro texto publicado na *RCB*, o autor refletia, em vários dos seus textos sobre cultura, acerca da relação entre o cenário político nacional e o compromisso intelectual dos disseminadores culturais em combater as forças que dominavam o *status quo*. Às vezes, ensaiava algumas provocações políticas em meio aos textos de crítica cultural, como no elogio aos jovens que resistiam ao regime, em detrimento dos que ouviam o então jovem cantor Roberto Carlos:

Ante essa gente, “que tudo mais vá para o inferno” é uma frase plausível, embora felizmente, existam também aqueles jovens que enfrentam os cassetetes da opressão e da ditadura, em vez de resignar-se a um destino humilhante de baboseiras sentimentalóides<sup>198</sup>.

Em outra oportunidade, em virtude da apreensão de material de imprensa e literatura pela ditadura, sob justificativa de censura moral, pronunciou-se mais incisivamente. A partir de então, novamente os temas políticos vieram em crescente ascendência nas suas colunas. Tratava-se de uma peça de Nelson Rodrigues, chamada *O casamento*, e uma das edições da revista *Realidade*, que abordava, em matéria especial, o desenvolvimento do feto humano até o nascimento. Reconhecendo que sua tarefa naquele espaço era a de comentar sobre cultura e arte, chega até a pedir licença para desenvolver a crítica com teor mais político do que meramente estético. Assim, conclama uma reação conjunta, especificamente dos intelectuais, para não permitir ações semelhantes por parte da ditadura:

A apreensão de *O Casamento* e de *Realidade* faz parte do atual processo de salarização do País. Não me cabe aqui discutir política, mas, no front cultural, a passividade da maioria dos intelectuais diante do cerceamento da liberdade de expressão me causa alarma. Qualquer beleguim

---

<sup>198</sup> FRANCIS, Paulo. O que deve ir para o inferno. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno, 09/10/1966, p. 3.

provinciano se sente hoje forte para censurar peças, mutilar filmes, recolher livros, fechar jornais e proibir revistas, sem que haja um movimento estruturado da *intelligentsia* contra o obscurantismo oficial. O tempo de reagir é agora, enquanto ainda se pode se acudir essa poeira de humanidade que desceu sobre o Brasil<sup>199</sup>.

Pertinente ainda à relação entre cultura e ditadura, Francis não deixou de comentar a indicação do então novo diretor do Serviço Nacional de Teatro, Meira Pires, em abril de 1967, lembrando episódios que o desabonavam para o cargo. Todavia, antes disso, observava que o quadro nacional é que era realmente preocupante. Desse modo, questionava essencialmente a liberdade de expressão para o exercício teatral, constituindo-se a falta desse direito como um problema mais grave do que a indicação de uma pessoa inábil para o cargo em questão. Segundo ele, uma cultura saudável viveria em liberdade. Então, questionava se seria possível “encenar uma peça insinuando apenas que Castello roubou o Governo Jango, a exemplo do que se fez na Broadway, com *Me Bird*, onde Johnson aparece como assassino de Kennedy?” Responde dizendo que “num país onde o Congresso entrou em recesso a botinadas”, tal pergunta beiraria o “humor *sick*”. Diante disso, a cultura brasileira estaria diagnosticada doente, no mesmo estado de enfermidade do país, apresentando-se a nomeação de Meira Pires como “uma pífia brotoeja”<sup>200</sup>. A ironia, típica de seu polemismo, é uma característica que permanece até então em seus textos, como podemos notar.

Dedicando-se a observações como essas, não demorou muito para que os objetos predominantes em suas colunas fossem direcionados mais enfaticamente aos assuntos de política nacional e internacional, assemelhando-se um pouco ao período que atuou, entre 1963 e 1964, para *Última Hora*. As produções textuais dessa época, já no início de 1967, começam a delinear a característica que vai persistir nos textos ulteriores de Francis, misturando arte, literatura, cinema e política, desde a época d’*O Pasquim* até a criação do “Diário da Corte”, na *Folha de São Paulo*. Assim, vai comentando política à luz de citações, fazendo analogias, alusões e sugerindo o confronto. A política nacional, naquele momento, retratada na ditadura, seria o alvo mais atrativo para Paulo Francis, mesmo que, num primeiro instante, estivesse confinada à sua preocupação e tarefa de abordar as diversas manifestações artísticas e culturais:

---

<sup>199</sup> FRANCIS, Paulo. Censura & Cultura. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno, 08/01/1967, p. 5.

<sup>200</sup> FRANCIS, Paulo. Cultura em ação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno 09/04/1967, p. 1.

A corrosão do liberalismo democrático, aprofundado depois de 1º de abril, é um grande tema intocado pelos nossos artistas. Molière produziria uma farsa por dia se acompanhasse as sessões do Congresso. Castelo, Campos e Bulhões são um convite exigente ao humor *sick*. Considerem, por um minuto, a dissolução do léxico liberal em nosso País. Velhas palavras e conceituações adquiriram um sentido para-surrealista, tais como “revolução”, “o nosso nacionalismo é outro”, “fronteiras ideológicas”, etc., etc. Juarez Távora e o próprio marechal podem ser caricaturados com um simples desenho figurativista. Todo o artista procura o tom essencial de sua época, é o que sentimos quando se encontra, por exemplo, ao ler Joyce, que fechou o ciclo do romance da burguesia consolidado a partir do Século XIX. Nossos artistas perdem-se em discussões estéreis sobre o rumo que devem seguir, e ficam parados. O *slogan* “realidade brasileira” só se converterá em matéria estética e cultural, quando houver mais ousadia e experimento, e menos bizantinismo teórico. Vai tudo nesse processo de tentativa e erro. Na bitola atual, continuaremos deitados eternamente em berço esplêndido<sup>201</sup>.

Percebe-se que questiona novamente “as velhas palavras” e “conceituações”, como a designação de “revolução” para expressar o golpe e o conseqüente regime ditatorial. Em outra de suas colunas, no mesmo sentido, aproveitou a sua ironia usual para tentar expor que a expressão tratava-se de mera caricatura: “O Governo Costa e Silva subiu animado de alguns propósitos revisionistas, mas preso aos mitos revolucionários de 1º de abril (sempre me surpreende que alguém consiga referir-se àquele evento como uma revolução, mantendo a cara séria)”<sup>202</sup>. Como destacamos anteriormente, o questionamento à ideia de uma suposta “revolução” de 1964 também foi levantado em seus textos para a *RCB*. Evidentemente, isso está relacionado de forma direta à interpretação que fazia do processo histórico em curso e do rechaço em positivar o golpe de Estado. Do contrário, aquela pecha implicaria o vínculo imediato ao discurso oficial de mudanças e transformações, supostamente progressistas, trazidas pelo novo regime.

Existiu, na transição dos governos Castello e Costa e Silva, em 1967, alguma expectativa de transformações que atendesse certas demandas populares, em razão do aceno por um discurso nacionalista mais preponderante, no seio de certos grupos militares, em contraste com o grupo militar anterior, identificado com Castello Branco. Paulo Francis, Mário Pedrosa e outros jornalistas, tentando entender as intenções que opunham grupos distintos no alto escalão das forças armadas, procuravam argumentar o que haveria de positivo na consolidação hegemônica dos chamados “nacionalistas” em detrimento dos

---

<sup>201</sup> FRANCIS, Paulo. Em busca do tom. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno, 15/01/1967, p. 3.

“castellistas”, identificados como a corrente “Sorbone”. Ao mesmo tempo, porém, Paulo Francis caracterizava que aquele “nacionalismo dos coronéis” era “autoritário e ferrenhamente anticomunista”. Não teria, assim, “qualquer base popular”. Diante disso, sugere que “iriam dar-se mal” naquela direção, propondo uma mudança de rumo<sup>203</sup>. Ainda segundo Francis:

O golpe de abril era uma porção de coisas diferentes para muita gente, mas o que ficou dele foi um sistema destinado a eliminar a formação de uma consciência política nacional. Marginalizou todas as forças não representantes da oligarquia do campo e dos círculos financeiros dependentes do estrangeiro, sob direção de uma casta militar minoritária dentro das Forças Armadas, cuja única doutrina é o fatalismo do encaudilhamento do País aos EUA. O Governo Costa e Silva representa uma tentativa algo anêmica de compromisso do Exército com os melhores objetivos das forças progressistas do período 1946-64. O seu tateante nacionalismo em alguns setores é prova disso. O sistema, entretanto, permanece inalterado, ameaçando a própria realização dos objetivos do Governo. Sem face política, sem poder levar às camadas populares as decisões que teriam o assentimento delas, o marechal Costa e Silva é, simultaneamente, carcereiro e prisioneiro do sistema. Deve a este o poder incontestável de que goza, mas a camisa-de-força institucional prevê uma posição específica para o País, ideologicamente definida pela “Sorbone” militar. Quaisquer desvios profundos a que se atreva o marechal, o sistema procurará contê-lo com resultados que só os exegetas dos dispositivos militares podem prever<sup>204</sup>.

Francis estava demasiadamente preocupado com a ideologia dos “tecnocratas” alçados, durante o governo Castello, aos mais importantes ministérios do país. No seu entendimento, figuras como Roberto Campos, Delfim Netto e Jarbas Passarinho, favoreceriam amplamente a abertura da economia nacional ao capital monopolista, de interesse do imperialismo dos EUA. Ou seja, segundo o jornalista, o discurso liberal econômico de Roberto Campos, incentivado no Governo Castello, seria antinacionalista. Já o grupo da chamada “linha dura”, como acabou ficando conhecida aquela corrente, com seu discurso nacionalista, seria, também, supostamente, opositora ao capital estrangeiro. Havia muito mais uma espécie de esperança do que uma convicção de que a ação concreta dos chamados “nacionalistas” adotaria determinado caminho apontado por Paulo Francis.

---

<sup>202</sup> FRANCIS, Paulo. Pretensão, água e vento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno, 02/07/1967, p. 3.

<sup>203</sup> FRANCIS, Paulo. Líderes e liderados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Primeiro Caderno, 08/09/1967.

<sup>204</sup> FRANCIS, Paulo. Perspectiva do regime. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno, 08/10/1967, p. 6.

De acordo com o jornalista, parte dessa incerteza localizava-se no ponto em comum presente nas correntes em disputa. Essa afinidade estaria justamente na prorrogação do governo militar calcado em um regime ditatorial. Assim, Costa e Silva só estaria sustentado no poder pelo receio dos vencedores do golpe, que veriam “na libertação da vontade popular o retorno dos banidos pelo golpe e o revide às punições que lhes infligiram”. Desse modo, embora houvesse, em tese, a discordância na maneira de conduzir o país, o chamado “sorbonismo” e o “nacionalismo militar de direita” coincidiriam. Ou seja, o caráter antidemocrático de ambos garantiria o marechal Costa e Silva no poder e impediria a volta da democracia. Antes disso, porém, a possível solução estava à espera da probabilidade de ascensão do Gal Albuquerque Lima. Segundo o jornalista:

A incógnita em nosso sofrimento não é o sr. Campos ou a “Sorbone”. Estes estão onde sempre estiveram, com os hieróglifos geopolíticos do general Golbery e o arsenal de empulhação do sr. Campos. Resta saber o que fará o nacionalismo militar, representado por gente da qualidade moral do general Albuquerque Lima, dos coronéis e outros oficiais que não aparecem no noticiário, cuja atitude, entretanto, foi decisiva para a substituição do marechal Castelo pelo marechal Costa e Silva. [...] Só a grande massa popular é sensível à pregação nacionalista. O Exército brasileiro expressou-a nas oportunidades que interveio para garantir o processo democrático; era então o braço armado do poder civil. Se houve, como certamente houve, distorções nesse processo ao longo de nossa História, isso não é razão para cerceá-lo. Quando o nosso nacionalismo militar se der conta dessa necessidade, terá encontrado a estratégia para marcar sua presença na vida nacional<sup>205</sup>.

A identificação de Francis com certos posicionamentos do governo Costa e Silva se dava em áreas estratégicas, nas intenções de certas medidas econômicas e tecnológicas com perspectiva autônoma, ou visando autonomia. A partir de 1964, o Brasil havia acenado interesse na pesquisa atômica, mas foi apenas no governo de Costa e Silva que o país definiu a entrada na “corrida nuclear” como uma política de Estado e para “fins pacíficos”. Da mesma forma, buscou negociar e agregar valor ao preço do “café solúvel”, em queda no mercado internacional, e indicou diretrizes para a defesa da Amazônia. Esses aspectos do governo ditatorial, a partir de 1967, estariam em confronto com os interesses estadunidenses. É bom lembrar que o Brasil sempre pleiteou melhorias econômicas e no desenvolvimento de sua tecnologia, mas nunca ameaçou, durante os longos anos da

---

<sup>205</sup> FRANCIS, Paulo. A luta pelo poder. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno, 26/11/1967, p. 6.

ditadura, deixar de alinhar-se politicamente com os EUA, embora houvesse cobranças na contrapartida dessa aliança, que vez ou outra proporcionava diversificar a lateralização brasileira no plano econômico para não depender demais do país norte-americano.

No ano de 1968, segue-se essa relativa afinidade de Paulo Francis com a corrente militar integrada pelo ditador Costa e Silva, indicando uma simpatia declarada pelo Ministro do Interior, o general Albuquerque Lima, como notamos em sua avaliação exposta no excerto anterior. É preciso lembrar que os trotskistas do POR, no Brasil, seguindo a linha posadista, como já destacamos anteriormente, apresentavam argumento semelhante na defesa de um nacionalismo militar, inclusive saudando o mesmo Ministro Albuquerque Lima. Segundo Jacob Gorender:

Seguindo a orientação de Posadas, o partido trotskista se mostrava receptivo às manifestações nacionalistas originárias dos meios governamentais, apesar do seu invólucro autoritário. Durante o Governo Costa e Silva, salientou-se a posição nacionalista do general Albuquerque Lima, Ministro do Interior. Após a invalidez e morte de Costa e Silva, a candidatura de Albuquerque e Lima à Presidência da República sensibilizou parte importante da oficialidade das três Armas e criou dificuldades à “eleição” do general Médici pelo Alto Comando do Exército<sup>206</sup>.

Esses indícios da simpatia de Paulo Francis por perspectivas políticas “nacionalistas” mostram, à luz da história, o provável viés político do jornalista, que atuou, até então, pragmaticamente, favorável a alternativas que se assemelhavam às orientadas pela principal organização trotskista presente no país. Ou seja, não se pode negar que Francis estava agindo no mesmo compasso da estratégia ditada pelo POR, sendo ele militante ou não daquela agremiação. Como vimos no capítulo anterior, o mesmo podemos constatar em relação à atuação no *Última Hora*, defendendo Leonel Brizola e João Goulart, em uma perspectiva nacionalista.

Ainda no ano de 1968, seguindo os acontecimentos internacionais, as constantes agitações sociais externas, com os protestos nos EUA perante a Guerra do Vietnã, a ascensão de uma “nova esquerda” em países capitalistas centrais, as barricadas dos estudantes no “maio francês” e a invasão à Tchecoslováquia pela União Soviética entraram diretamente nas pautas do *CDM* e nas colunas de Paulo Francis. O tema da ditadura brasileira era refletido também em comparativo com o complexo quadro internacional.

---

<sup>206</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1987, p.119.

Francis estava bastante interessado na “nova esquerda”, apesar de não esconder sua desconfiança em relação à novidade política.

Assim, como vimos, em alguns momentos, cobrava, especialmente dos artistas e intelectuais, uma posição mais engajada contra o regime. Com a invasão à Tchecoslováquia pelos soviéticos, Francis havia se convencido de que havia muito o que aprender com aquela “nova esquerda”. Da mesma forma, condenaria o que considerava como totalitarismo da URSS, cobrando da esquerda brasileira um posicionamento crítico em relação à defesa das liberdades individuais. Nesse ponto, conforme argumentava, mesmo com falhas, as “liberdades burguesas”, dentro de um regime liberal burguês, permitiriam a denúncia da repressão por parte do Estado:

Já é tempo, por exemplo, que as esquerdas reconheçam o valor real das “liberdades burguesas” pelas quais muitos de seus membros revelam um desprezo que oscila do repulsivo ao ignorante. Não haveria o monumental protesto contra a guerra do Vietnã nos EUA se a imprensa americana fosse igual à soviética. É evidente que essas liberdades são limitadas, que as elites dirigentes as manipulam, mas, no setor imprensa, onde existem, quem quiser sempre pode descobrir a verdade, (ou a sua verdade, o que, para todos os efeitos práticos, vem a dar na mesma). Pode-se imaginar, pelos editoriais presentes do *Pravda*<sup>207</sup>, como o povo soviético está recebendo a notícia da invasão. Já o melhor material sobre a revolta negra nos EUA e as loucuras de Saigon, (“dando munição ao inimigo”), com raras exceções (*Le Monde*), nos vêm todo ele da imprensa americana. A hipocrisia é uma atitude ambivalente, convém nunca esquecer, pois pressupõe uma aparência oposta a seus intentos. Isso é melhor, sem ser o ideal, do que o cala-a-boca totalitário<sup>208</sup>.

É interessante verificar que a hipocrisia denunciada por Francis por conter atitude oposta ao intento é praticada por ele mesmo ao alimentar dubiedade em seu discurso político. Mal sabia Francis, na época, que a simpatia que nutria pela chamada “linha dura” proporcionaria ainda mais repressão e abuso aos direitos humanos. Mesmo com tudo o que acontecia na Europa e nos EUA, quanto às demandas sociais, especialmente referente à defesa dos direitos civis e à luta contra o autoritarismo, englobando a demanda por liberdades individuais e coletivas, Francis acreditava, pouco antes do AI-5, em uma postura mais progressista por parte do governo Costa e Silva. É nessa direção que constrói as suas últimas críticas à ditadura, antes do fatídico ato institucional, esperando maior

---

<sup>207</sup> Jornal de maior circulação na URSS desde a Revolução de 1917, veículo oficial de notícias produzido pelo Estado soviético.

<sup>208</sup> FRANCIS, Paulo. Munição ao inimigo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno, 01/09/1968, p. 3.

sensibilização dos próprios militares em relação ao momento vivido pelo país. Apoiava-se principalmente, como se entrevê, em um suposto antiamericanismo do governo, o qual se colocaria na contramão da época de Castello Branco e, inclusive, do discurso promovido pela UDN, antes do golpe. Anteriormente, haveria uma espécie de “demonologia”, apontando a “comunização” como o fruto de todos os problemas do país. O quadro de então, com os “militares nacionalistas”, segundo ele, seria distinto:

[A UDN] Explicava tudo em termos de macumba de quitanda. “Corruptos e subversivos” serviam de bode expiatório para a inflação, o absurdo, o desnivelamento entre industrialização e agricultura, o controle de preços (para baixo) de nossas exportações de produtos primários e outras mazelas típicas do subdesenvolvimento. Propunha “homens providenciais” para resolver esses problemas, acabando com o furto em *high places* (existente em qualquer sociedade capitalista, mas irrelevante como dado do empobrecimento global do País) e cerceando reivindicações operárias pelo ato de pôr na cadeia os feiticeiros comunistas que conseguiam agitar as massas contra a vontade delas. Essa caricatura grotesca da realidade tornou-se programa de Governo em abril de 1964 e converteu-se no pesadelo – por isso mesmo, nem sempre lembrado – dos que a adotaram como dogma, ou até sigma, se preferirem. A simples menção do “imperialismo americano” antes do Golpe garantia ficha de comunista a quem a fizesse. Hoje, bocas insuspeitadas perderam sua virgindade no setor. O nacionalismo voltou à ordem do dia nos quartéis, a única fonte ativa de poder no País e um reduto armado da classe média<sup>209</sup>.

Nesta fase, entre 1965 e 1968, Francis apareceu em várias ocasiões na defensiva. Em alguns instantes parecia não se entusiasmar com as perspectivas da “nova esquerda” surgida fora do Brasil; em outros momentos, porém, tecia elogios à sua conduta, em especial nos EUA e na França. No entanto, não acreditava, diante da coalisão de forças existentes no país, em uma autêntica revolução promovida pelos sujeitos comprometidos com a perspectiva de “renovação socialista”. Assim, tentou exercer a crítica contra-hegemônica ao *status quo* vigente, interpretado por ele como uma aliança entre os setores “nacionais” que realizaram o golpe, incluindo civis e militares, e o interesse estadunidense, manifesto em seu caráter imperialista. Diante do que via, dentro de um cenário com poucas alternativas, começou gradativamente a escrever a favor da corrente militar que viria a decretar o AI-5, tentando defender uma posição defensiva estratégica. No início de dezembro de 1968 estava nos EUA. Quando voltou, dois dias depois de decretado o novo Ato Institucional, em 15 de dezembro, foi detido e levado para a Vila Militar, no Rio de

Janeiro, onde foi feito um IPM (Inquérito Policial Militar) e levantado um dossiê com detalhes de suas atividades jornalísticas.

## **2.2 A prisão de Paulo Francis e a abertura do Inquérito Policial Militar**

Depois de 13 de dezembro de 1968 foram determinadas várias prisões e abertos diversos IPM's contra os adversários da ditadura, às pessoas consideradas difamadoras e outros potenciais detratores do regime. Naquela leva, os jornalistas eram apontados como agentes perigosos, em função de seu papel de comunicadores e difusores da informação. Apesar da censura na imprensa ter se apresentado de modo cada vez mais implacável a partir do AI-5, antes disso já havia vigília e apreensão de conteúdo jornalístico. A própria lei de imprensa, em conjunto com a nova Constituição de 1967, dava a tônica do que não deveria ser publicado nos periódicos. Sabe-se hoje que, pelo conteúdo de certos arquivos policiais pertinentes à “Segurança Nacional”, os profissionais de imprensa, em particular aqueles considerados subversivos, ou suspeitos de atividades subversivas, foram constantemente observados, tendo seus textos arquivados e utilizados como provas incriminatórias.

Paulo Francis deixou um dossiê de cerca de 250 páginas nos arquivos do Ministério do Exército, além de outras menções constantes em processos coletivos de jornalistas, que incluía, por exemplo, a turma d'*O Pasquim*. Além do levantamento de informações diversas, havia dezenas de recortes das suas colunas, publicadas no *Correio da Manhã*, na *Revista Civilização Brasileira* e no próprio *O Pasquim*, como anexo da documentação. O *Correio da Manhã*, como apontado anteriormente, sofreu verdadeira devassa, tendo sua sede seriamente danificada por um atentado à bomba uma semana antes do decreto do AI-5; seus redatores foram perseguidos e vários foram detidos. A *Revista Civilização Brasileira* encerrou sua circulação após o endurecimento do regime depois de dezembro de 1968. Acabava, assim, a semanal atuação jornalística de Francis como opositor à ditadura. Como veremos adiante, n'*O Pasquim*, o conteúdo de seus textos, a partir de meados de 1969, voltou-se fundamentalmente para a política internacional e para as críticas literária e cultural, de forma mais ampla.

---

<sup>209</sup> FRANCIS, Paulo. Da macumba de quitanda ao conhecimento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno, 17/11/1968, p. 3.

Após ser preso e levado para a Vila Militar<sup>210</sup>, Francis passaria as semanas seguintes recluso, sendo liberado apenas no mês de janeiro de 1969. Na conclusão parcial de seu inquérito, datada de 31 de dezembro de 1968, havia o seguinte parecer:

Pela conclusão das averiguações a que mandei proceder, verifica-se que o acusado, FRANZ PAULO HEILBORN, é elemento de profundas convicções marxistas e inimigo declarado da Revolução de Março de 1964, cujos princípios combate sistematicamente através da imprensa. Por esses motivos, este Comando opina pela aplicação do ART 4º, com as implicações previstas no Inciso 3º do ART 5º, tudo do ATO INSTITUCIONAL nº 5. Determino, pois, que sejam as presentes investigações sumárias remetidas, com a possível urgência, ao Exmo Sr Gen Cmt do I Exército. Publique-se em Boletim Interno (Quartel General na Vila Militar, GB, 31 de dezembro de 1968. Assina: Gen Div João Dutra de Castilho - Cmt da 1ª DI e GU Vila Militar)<sup>211</sup>.

O artigo 4º do AI-5 previa a possibilidade de suspensão dos direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos, além da cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. O inciso 3º do artigo 5º, do mesmo Ato Institucional, indicava a proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política. A condução do processo, portanto, desde o início, aconselhava o impedimento do exercício das atividades jornalísticas de Francis, justificado pelas “convicções marxistas” do acusado e pela oposição que exerceu, desde 1965, diante da ditadura, mas que tinha antecedentes a partir de 1961. O motivo de sua prisão, em suma, estaria condicionado “pela ocasião do AI-5”, conforme consta no processo. No extrato de seu prontuário, é descrito o seguinte:

- Jornalista;
- Comunista dos mais atuantes, infiltrado na imprensa;
- Membro fundador do Comando dos trabalhadores Intelectuais (CTI);
- Assinou manifesto de solidariedade a Cuba;
- Assinou manifesto à Nação, de caráter comunista e anti-revolucionário;
- Assinou manifesto dos intelectuais contra a Intervenção dos EUA no Caribe;
- Publicou artigo na revista *Civilização Brasileira*, sob o título “1º Aniversário do Golpe”, onde afirmou: “Ensinar o povo a não votar pode ser mais útil que levá-lo a votar contra seus interesses”;
- Publicou inúmeros artigos altamente ofensivos contra o Governo e a Revolução;

---

<sup>210</sup> Segundo Paulo Eduardo Nogueira, Francis foi preso pelo Capitão Guimarães, que depois tornou-se um dos chefões do jogo do bicho carioca. NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, polemista profissional*. *Op.cit.*, p. 44.

<sup>211</sup> *Processo de Franz Paulo Heilborn (CISEx 00140)*. IPM enviado ao Ministério do Exército. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Código de ref.: BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PRO\_CSS\_0113\_0004\_d0001de0001.

- Agente de Influência Comunista e antirrevolucionário convicto e agressivo, sua periculosidade fica bastante acentuada pela sua virulenta atuação sobre a opinião pública por meio da imprensa<sup>212</sup>.

Este extrato resumiria as atividades mais evidentes ligadas à subversão, como a condição, supostamente, de ser “agente comunista” infiltrado na imprensa, ter assinado manifesto favorável aos cubanos, contra a invasão na Baía dos Porcos, em 1961, ou opor-se à intervenção dos EUA no Caribe, em 1965. Em destaque, como se vê acima, o trecho de um dos textos de Francis, já comentado anteriormente, publicado no segundo número da *Revista Civilização Brasileira*, em que explicita o caráter antidemocrático do golpe e do regime. O histórico das atividades registradas remonta desde 1961, quando Francis começava a escrever para o *Última Hora*, ainda como crítico de teatro. Fora as interpretações subjetivas (e fantasiosas), como a de Paulo Francis ser adepto do Partido Comunista, o histórico traça um apanhado conciso e objetivo para os fins anticomunistas militares, concernentes aos objetivos de combater as ideias consideradas subversivas:

#### Histórico de Atividades (Paulo Francis)

##### Em 1961

- Foi um dos signatários do manifesto dos intelectuais brasileiros protestando contra a invasão do território cubano por forças reacionárias armadas no estrangeiro.

##### Em 1962

- Enviou telegrama, em nome dos jornalistas brasileiros, à Embaixada de Cuba, contra o bloqueio americano àquele País.
- Assinou a convocatória para a realização do Congresso Continental de Solidariedade à Cuba, no Brasil.

##### Em 1963

- Convidado de honra para o Ato de solidariedade ao povo espanhol, que tinha por finalidade pugnar pelas liberdades democráticas, pelos direitos sindicais para os trabalhadores espanhóis, por justas reivindicações econômicas e pela anistia geral dos presos políticos.
- Membro fundador do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI).

##### Em 1964

- É o editorialista político do jornal “ÚLTIMA HORA” e o comentarista político da Rádio Ministério da Educação.
- Está envolvido na infiltração comunista no Ministério da Educação.

##### Em 1965

- Assinou o “Manifesto à Nação”, de caráter comunista e contra-revolucionário.
- Signatário do manifesto “Intelectuais são contra a intervenção dos EUA no Caribe”
- Publicou artigo na revista “Civilização Brasileira”, sob o título: “1º Aniversário do Golpe”, onde afirma: “ensinar o povo a não votar pode ser mais útil do que levá-lo a votar contra seus interesses...”

---

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. 2-3.

- Signatário do manifesto dos intelectuais, intitulado “Carta Aberta ao Presidente da República”, de caráter contrarrevolucionário.
- Publicou artigo na revista “REUNIÃO” (27-10-65) criticando o Presidente da República, onde afirma: “depois de ganhar a revolução de 3 de outubro, o Mal. Castelo Branco apressa-se em institucionalizar a ditadura, no Congresso. Vai no ritmo de tilburi e ameaçando-nos com a alternativa dos carros de combate”.
- Em artigo publicado na revista “REUNIÃO” (03-11-65), critica o Presidente da República, dizendo: “O Presidente João Goulart era acusado de violador da Constituição e de continuísta. O Mal. Castelo converteu a Constituição numa colcha retalhada a baioneta e é um deslumbrado do poder. Jango ao menos tinha apoio popular expresso em votos. O Mal. Castelo nem se elegeira deputado estadual...”.
- Foi um dos signatários do manifesto de solidariedade aos intelectuais presos por ocasião da II Conferência da OEA.
- Assinou manifesto pela liberdade de Ênio da Silveira.
- Escreveu um artigo sob o título “A verdadeira subversão”, publicado na “Folha da Semana” (08-12-65), do qual destacamos o seguinte trecho: “O desenvolvimento do País não se fará impondo ao povo um regime de colégio interno, enjaulando os dissidentes e protestantes do situacionismo. O “Slogan” subversão e corrupção é antigo. Foi Hitler que o institucionalizou. Os nazistas achavam que a Alemanha estava ameaçada pelo conluio de judeus e bolcheviques. Troque-se “Judeus por corruptos” e chegamos a 1º de abril de 1964”.

#### Em 1966

- Registrado que está fichado no DOPS/GB como comunista e subversivo.
- Foi o conferencista, num ato promovido pelo Teatro Universitário Carioca (TUCA), realizado em 5 de maio, no Teatro da “Maison de France”, na qual falou sobre o tema “O Teatro Brasileiro Contemporâneo”, criticando os autores brasileiros, que, segundo disse, tinham medo de dizer a verdade.
  - Foi um dos signatários do manifesto dos intelectuais brasileiros, contra a decisão da justiça da União Soviética, que condenou os escritores Andrei Sinyavsky e Yuli Daniel, por terem formulado críticas ao Governo daquele país.
  - Foi um dos participantes da Assembleia dos Intelectuais pela Democracia, realizada na Praça N.S. da Paz, em Ipanema/GB.
  - Foi um dos integrantes da mesa que presidiu os trabalhos do ciclo de debates intitulado “Encontro com a Civilização”, levado a efeito no Teatro Jovem, tendo participado dos debates.
  - Figura como um dos participantes da Associação Brasil-Argélia, que reúne comunistas e os opositores sistemáticos e ostensivos do governo brasileiro, alguns dos quais, com os direitos políticos já suspensos.
  - Foi um dos participantes da “Noite de autógrafos” realizada no dia 19-10-66, no saguão da Faculdade Nacional de Filosofia, promovida pelo presidente do Diretório Acadêmico.

#### Em 1967

- Foi um dos signatários do manifesto em que os intelectuais brasileiros denunciam o caráter antidemocrático da nova Constituição, e conclamam o povo para, unido, lutar contra o Governo que está coagindo o Congresso Nacional.
- Vem escrevendo sucessivos artigos sempre atacando o Governo.
- Incentivou e apoiou os movimentos de subversão estudantil organizados pela Ação Popular (AP) e pelo Partido Comunista.

- Participou da tarde de autógrafos, promovida pela Editora Civilização Brasileira, em benefício da Associação de Auxílio aos Casados.
- Manifestou solidariedade ao jornalista Hélio Fernandes, por ocasião de seu confinamento.

Em 1968

- Figura entre os elementos que, através da imprensa, criticam o Governo Revolucionário e defendem teses marxistas.
- Teve atuação destacada no encerramento do I Encontro da Cultura, realizado na Guanabara.
- Membro do “Conselho Redatorial” da revista “Política Externa Internacional”, publicada pela Editora Civilização Brasileira.
- Mantém ligações com Osny Duarte Pereira.
- Faz parte de um poderoso sistema contra-revolucionário, de orientação comunista, infiltrado na imprensa brasileira, com o objetivo de preparar terreno para a contra-revolução a ser desencadeada em 1974, quando do retorno à vida política nacional dos elementos cassados pela Revolução de 1964.
- Assinou manifesto elaborado e redigido por Ênio Silveira, condenando a intervenção da URSS na Tcheco-Eslováquia, embora “acreditando no socialismo como forma digna de viver em sociedade”<sup>213</sup>.

A relação até aqui, apesar de concisa na listagem de cada unidade de informação, no conjunto torna-se extensa. Ademais, o inquérito, por alguma razão, não é concluído em 1969, permitindo que Francis siga exercendo sua profissão em outros veículos jornalísticos, como é o caso de sua integração n’*O Pasquim*, ao longo daquele ano. Nos documentos, nota-se a preocupação das atividades ligadas à editora *Civilização Brasileira*, como as poucas matérias assinadas para o pequeno jornal *Reunião* e a presença no conselho editorial de outras publicações da editora. Do mesmo modo, é significativo a observação de sua conduta desde o início da década de 1960, mas com maior detalhamento a partir de 1965, mostrando, certamente, a preocupação da ditadura em intensificar, a partir daquele ano, os serviços de inteligência, interligados aos órgãos de segurança, no sentido de combater os opositores em potencial ao regime, caracterizando-se pelo anticomunismo. Em uma das descrições do inquérito, Paulo Francis é qualificado no processo como “um dos novos teóricos das esquerdas brasileiras”, e que, “apesar de seus comentários moderados, é partidário da linha dura do PCB”<sup>214</sup>. Evidentemente, tal concepção não encontra nexos com a atuação intelectual de Paulo Francis nos jornais que escrevia, nem com as informações colhidas no histórico constante no processo. Os militares, em vários momentos, superestimam a capacidade de organização e articulação dos jornalistas citados nos inquéritos, inclusive do próprio Francis. Concernente ao período ditatorial, embora

---

<sup>213</sup> *Ibidem*, p. 7-13.

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 133.

houvesse um esforço de certos jornalistas em denunciar e tentar desgastar os golpistas e o próprio regime, o grau do poder de fogo era bem menor do que o relatado pelos militares e o impacto social de suas atuações no interior dos jornais era limitado. O auto lavrado pela sindicância mostra as explicações de Paulo Francis, tentando defender-se de algumas das acusações citadas anteriormente, refutando certas informações constantes no inquérito e admitindo a veracidade de outras:

AUTO DE PERGUNTAS AO INDICIADO: Aos vinte dias do mês de dezembro, do ano de mil novecentos e sessenta e oito, nesta cidade do Rio de Janeiro, no Quartel da Primeira Companhia de Polícia do Exército, perante o Tenente Coronel da Arma de Engenharia LAURO PIE (1G.396.658), encarregado desta Sindicância, compareceu o indiciado, FRANZ PAULO HEILBORN, [...] que disse o seguinte: que jamais foi comunista; que quando da recente invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia ninguém na imprensa brasileira atacou mais os comunistas que ele; que, inclusive, assinou manifesto contra essa invasão; que começou a escrever sobre política/em 1964, criticando alguns aspectos da Política do Governo Brasileiro, não sendo seus escritos de caráter subversivo, mas tão somente orientados para a modificação do estado de coisas reinante; que suas críticas ao Teatro brasileiro têm por objetivo orientá-lo no sentido da apresentação das figuras dominantes da sociedade e não seus pequenos representantes, como os operários; julga o sistema eleitoral vigente não representativo por não permitir a representação de todas as camadas sociais; que assinou manifesto de apoio à candidatura MÁRIO MARTINS por julgar que assim contribuía para o levantamento das restrições impostas ao processo eleitoral; que se julga um nacionalista autêntico e por isso preconiza a modificação da ordem constitucional vigente; que sua posição não é de hostilidade nem de aceitação global quanto à ação do Governo; que prefere apreciar cada ação em separado, sendo mesmo favorável a algumas delas; que, assim, sua atividade política consiste apenas em emitir opinião crítica sobre os atos de governo, ora criticando, ora elogiando; que é absolutamente falso que tenha estado em reunião na residência do senhor EMILIANO DI CAVALCANTI no dia 12 de outubro de 1967 e tenha, nessa reunião, lido mensagem do senhor LEONEL BRIZOLA. Que só esteve na residência do senhor EMILIANO DI CAVALCANTI em princípios de 1964, quando da sua nomeação para Adido Cultural em Paris; que não tem notícias do senhor LEONEL BRIZOLA desde que o mesmo se exilou; que o senhor EMILIANO DI CAVALCANTI não tem a menor simpatia pela atitude política do senhor LEONEL BRIZOLA e está completamente afastado de qualquer atividade política; que só pode atribuir tal informe à intenção malévola de alguém desejoso de intrigar o indiciado e o senhor DI CAVALCANTI com os serviços de segurança do governo; que não solicitou qualquer livro ao senhor JOEL SILVEIRA, nem houve tal solicitação por parte do senhor ÊNIO SILVEIRA; que o senhor JOEL SILVEIRA propôs a ambos a edição do livro e eles o publicaram por tratar-se de um jornalista conceituado; Nunca esteve em Centros Acadêmicos – não apoia nada além daquilo que escreve e não encontrar-se-ão em seus trabalhos quaisquer sugestões de que o regime possa ser modificado pelo

movimento estudantil; que julga absolutamente improvável qualquer aliança entre a AÇÃO POPULAR e o PARTIDO COMUNISTA por serem visceralmente antagônicos entre si; que nunca foi membro do CGT nem colaborador do jornal “O COMÍCIO”; que realmente emprestou seu nome e participou da reunião de fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, tendo encerrado aí sua participação no mesmo; que mantém relações de amizade com pessoas cujos direitos políticos foram cassados mas sem qualquer ideia de constituição de um núcleo de ação política; que na Rádio Ministério de Educação fez apenas três conferências, como conferencista convidado, não sendo funcionário da Casa, nem tendo qualquer participação em qualquer tempo, na política interna da mesma. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu o encarregado desta sindicância por findo o presente interrogatório, mandando lavrar este auto, que, depois de lido e achado conforme, assina com o indiciado e com as testemunhas, servindo de escrivão “Ad hoc”, eu, 2º SGT. 1G. 796. 007 – FELIZUMIR DIAS RIBEIRO, que o escrevi<sup>215</sup>.

Mesmo que Francis tenha negado e argumentado contra o seu suposto caráter subversivo, como se nota acima, a conclusão parcial do inquérito, após apreciado, julgou procedente a periculosidade de Francis, como profissional de imprensa. Conforme consta no documento, “embora negando condição de comunista e não havendo no dossiê coligido prova conclusiva sobre esse fato, nem a favor nem contra, ‘acredita no socialismo como forma digna de viver em sociedade’”. Dessa forma, o parecer inicial, redigido pelo Tenente-Coronel Lauro Pie, informa que Francis seria “seguramente esquerdista e inimigo da Revolução de Março de 1964”, que não seria “militante ou ativista de qualquer organização comunista”, mas desejaria “a substituição da situação jurídica e constitucional vigente por outra mais semelhante à anterior a 1964”. Somado a isso, acrescenta “que como jornalista, tem publicado sempre escritos contrários à Revolução, a seus ideais e seus homens, e continuará a fazê-lo se puder”. Então, deveria o “Poder Público impedir o acusado de continuar sua campanha pela imprensa, seja colocando-o sob vigilância de censura [...], seja aplicando-lhe diretamente as sanções previstas no artigo 4º do AI-5”<sup>216</sup>. Como visto anteriormente, a segunda sugestão, prevendo as sanções do AI-5, é que foi encaminhada para o Ministério da Justiça e, ao que parece, fora posteriormente arquivada.

Ainda sobre o conteúdo do dossiê, há transcrições de vários trechos de artigos de Francis, escritos, na maioria, para o *Correio da Manhã*, entre 1967 e 1968. Além disso, dispôs-se uma lista detalhada de determinados textos seus, os quais tratavam diretamente

---

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 43-44.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 47-48.

sobre os meandros da política ditatorial. A mesma é acompanhada, no processo, por cópias integrais correspondentes de cada um desses artigos. A relação segue abaixo:

#### ARTIGOS DE AUTORIA DO INDICIADO NA IMPRENSA

- (01) Um novo 1º de abril – Revista “Reunião” - 27 out 65
- (02) A marcha da polaca – Revista “Reunião” - 03 nov 65
- (03) A verdadeira subversão – Folha da Semana-08 dez 65
- (04) Perspectiva – Folha da Semana-17 a 23 mar 66
- (05) 1º Aniversário do golpe: Quem deu, Quem levou, Reações possíveis
- (06) Comédia de erros – CDM - 18 mar 67
- (07) Entreato – CDM -24 mar 67
- (08) Opção inadiável – CDM - 31 mar 67
- (09) Onde fica a saída – CDM - 02 abr 67
- (10) Caravelas de abril – JB - 07 abr 67
- (11) A questão militar – O Jornal – 14 abr 67
- (12) Caráter difuso – CDM - 12 mai 67
- (13) Balancete – CDM - 19 mai 67
- (14) Velhos Rumos – CDM - 26 mai 67
- (15) Reforma institucional – CDM-21 Jul 67
- (16) Vácuo Nacional – CDM - 28 jul 67
- (17) Crítico acha que o caso de Hélio Fernandes abre precedente – Tribuna da Imprensa - 27 jul 67
- (18) Leis e homens – CDM - 04 ago 67
- (19) Caminho Nacional – CDM - 18 ag 67
- (20) Segurança e regime – CDM - 25 ago 67
- (21) Mito e fatos – CDM - 13 out 67
- (22) Líderes e liderados – CDM - 08 set 67
- (23) Inação didática – CDM - 10 nov 67
- (24) Igreja e regime – CDM - 15 dez 67
- (25) Cruzeiro e palpites – CDM - 05 jan 68
- (26) Crise de sistema – CDM - 12 Jan 68
- (27) Posições e decisões – CDM - 16 fev 68
- (28) Marechais em discussão – CDM - 29 mar 68
- (29) Quem tem medo dos estudantes? – CDM - 05 abr 68
- (30) Desordem e retrocesso – CDM - 12 jul 68
- (31) Resistência aos fatos – CDM - 01 nov 68

De todos os artigos de Francis, um em particular motivou a redação, por parte do Serviço Nacional de Informações (SNI), de duas laudas, anexadas à cópia dessa referida coluna de jornal, expondo alvoroço diante da análise feita pelo autor. Tratava-se de “Mito e fato”, escrito para o *Correio da Manhã*, no dia 13 de outubro de 1967, em virtude do assassinato de Che Guevara, na Bolívia, durante a tentativa de organizar a guerrilha revolucionária naquele país. Na fotocópia da coluna de jornal, anexada ao processo, percebe-se algumas partes sublinhadas, particularmente aquelas que supunham eventual simpatia de Francis pelo líder revolucionário. O jornalista, ao contrário, não parecia empolgar-se com a figura de herói e a estratégia de combate de Guevara, embora

reconhecesse sua coragem e sua luta pelos menos favorecidos. Observa, contudo, que o próprio fracasso do *Che*, na Bolívia, evidenciaria o equívoco do argentino na escolha das formas de atuação para uma eventual resolução dos problemas sociais<sup>217</sup>.

Por outro lado, nos arquivos do SNI, anexados ao processo, registrou-se, com indisfarçável indignação, o teor que haveria naquele texto. As palavras do autor seriam “um misto de ódio e de ameaça”, que comparariam o guerrilheiro morto a Cristo, dizendo que “milhares de jovens na América Latina, ao contemplarem as fotografias (de Guevara morto) devem ter feito ou solidificado uma opção diante da vida”. Enfatiza os trechos acerca da avaliação do jornalista de que “o cinturão pretoriano que imobilizou a América Latina depois da revolução cubana pode retardar, mas não conterà o processo histórico” e de que certas repúblicas do Continente “pegarão fogo a curto prazo e a tese dos Vietnams será testada ao vivo”. Do mesmo modo, sublinhava o segmento: “Nem as nações semi-industrializadas se encontram muito distantes da convulsão revolucionária”<sup>218</sup>. Por fim, a sentença:

O artigo citado é de cunho altamente demagógico, comunista e doutrinador. Trata-se, simultaneamente, de um endeusamento do homem que se dispôs a convulsionar todo um continente e que foi definitivamente batido, e de uma tentativa para sensibilizar a juventude brasileira e conduzi-la às ideias de Guevara. Tem, pois, cunho nitidamente subversivo<sup>219</sup>.

Diante desse levantamento e da apreciação negativa que, nos meios militares, os agentes da ditadura faziam ao interpretar os textos de Paulo Francis, percebemos o ambiente cada vez mais desfavorável que o jornalista dispunha para trabalhar e expor suas ideias. Com o AI-5, além de ter permanecido preso por vários dias, Francis enfrentou a dificuldade, após ser liberado, de encontrar lugar nas redações dos grandes jornais. O *Correio da Manhã*, com sua diretora e proprietária, Niomar Moniz, estando reclusa, com o jornal perdendo recursos da publicidade, demitindo vários redatores e sendo perseguido pela censura, o periódico deixou de ser opção. Além dos trabalhos avulsos, de colaborações para a revista *Realidade* e *Tribuna da Imprensa*, uma nova possibilidade se

---

<sup>217</sup> Segundo Francis, “o próprio mito Guevara é irrelevante ante a realidade. [...] Conseguimos formular uma visão exata de nossos problemas. Resolvê-los não é tão fácil assim, mas nisso reside a validade do exemplo de Guevara, ainda que discordemos do que ele nos propôs como solução. É o exemplo da constância, de toda ação possível por nossas convicções”. FRANCIS, Paulo. Mito e fatos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 13/10/1967.

<sup>218</sup> Processo de Franz Paulo Heilborn (CISEx 00140). *Op.cit.*, p. 80.

<sup>219</sup> *Idem*.

abriu com a ascensão d'*O Pasquim*. No entanto, a perseguição continuava, agravada pelos antecedentes de Francis. Além de outras prisões, a censura foi um ponto que incomodou sensivelmente o jornalista, que nas entrelinhas de seus textos, a partir de 1969, frequentemente aludia o problema que as ditaduras de qualquer espécie acarretariam para a falta de liberdade intelectual.

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ANEXO Nº 16

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 1190 / SNI / ARJ / 1967  
(9916/368)

Data : - 18 de outubro.  
 Assunto : - PAULO FRANCIS.  
 Referência : -  
 Difusão : - Ch SNI. 6421



1. PAULO FRANCIS, conhecido escritor esquerdista (e quiçá comunista), extravasa o seu pesar pela morte de GUEVARA e torna públicos seus pensamentos, em um perigoso artigo publicado no "Correio da Manhã", de 13 do corrente.

Suas palavras são também um misto de ódio e de ameaça. Ao mesmo tempo em que compara o guerrilheiro a Cristo, diz que "milhares" de jovens na América Latina, ao contemplarem as fotografias (de GUEVARA morto) devem ter feito ou solidificado uma opção diante da vida". Acrescenta que não há maior exemplo de despreendimento e de idealismo que o de GUEVARA e que a alternativa é uma classe dirigente falida.

Diz mais que "o cinturão preteriano que imobilizou a América Latina depois da revolução cubana pode retardar, mas não conterá o processo histórico" e que certas República do Continente "pegarão fogo a curto prazo e a tese dos Vietnams será testada ao vivo" ... "Nem as nações semi-industrializadas se encontram muito distantes da convulsão revolucionária".

Comenta que "a capacidade de resistência popular à pobreza é espantosa" e que ainda "não se pode esperar que despertem para a realidade... trazida pelos jovens revolucionários".

2. O artigo citado é de cunho altamente demagógico, comunista e doutrinador. Trata-se, simultaneamente, de um endeusamento do homem que se dispôs a convulsionar todo um Continente e que foi definitivamente batido, e de uma tentativa para sensibilizar a juventude brasileira e conduzi-la às idéias de GUEVARA. Tem, pois, cunho nitidamente subversivo.

3. Em anexo, uma cópia do artigo em pauta.

FONTE: ARJ (SC-3) (S7C)  
 REF: Info nº 1591/67  
 SSI nº 6502/67

Imagem 3 - Informação SNI: Francis e Che Guevara

Processo Franz Paulo Heilborn (CISEx 00140). IPM Exército. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

xta-feira, 13 de outubro de 1957

1.º Gabinete

## Mito e fatos

Paulo Francis

O corpo de Guevara nas fotografias sugere um Cristo de Rouault. Os oficiais bolivianos, barrigudos e de charuto na boca, deram inestimável colaboração à imagem de martírio. Fuseram até o dedo nas feridas — chagas? — do morto e posaram com sorridente brutalidade para seus posteriores. O respeito cristão aos restos mortais da criatura humana converteu-se, pela mão desses defensores da civilização ocidental cristã, num ritual bárbaro de exposição pública do corpo dos vencidos.

O governo Barchinês informa-nos que Guevara foi destruído pelos rangers bolivianos. Se Guevara descansava em paz, depois de tombar pelo que lutou em vida, não se pode dizer o mesmo das cinzas de Simon Bolívar, ante a dualidade de língua no país que herdou o seu nome.

Milhares de jovens na América Latina ao contemplarem as fotografias devem ter feito ou solidificado uma opção diante da vida. Seu pensamento é simples: eis o revolucionário vitorioso contra Batista, o ex-ministro da Economia em Cuba; trocou o poder e os privilégios da burocracia pelas selvas infectas da Bolívia; em companhia de um grupo de primitivos guerrilheiros enfrentou o establishment do país, sem falar dos "conselheiros" da CIA e do Pentágono. Haverá maior exemplo de desprendimento, de idealismo? A alternativa é uma classe dirigente falida, política e moralmente, cuja razão de ser é a defesa do feudalismo e suas ramificações alienígenas.

O sr. Magalhães Pinto acha que a morte matou o mito. Antes muito pelo contrário, fecundou-o como nunca. Os heróis vivos e bem sucedidos é que são reduzidos à dimensão humana com suas inevitáveis deformações. Os bons mitos, antes e depois de Prometeu, baseiam-se no que Isaac Deutscher chama a vitória na derrota (referindo-se a Trotsky). Assim ficará Guevara na memória da presente e futuras gerações.

Podem-se discutir ad infinitum se a teoria dos focos insurrecionais conduzirà a revolução social na América Latina. Ninguém discute a necessidade da

revolução. Até contra-revolucionários como o marechal Castelo Branco sentiram a validade tática de empalmar uma nomenclatura que não lhes pertence, pois o tema permeia todas as cabeças que venceram a névoa do analfabetismo. O cinturão pretoriano que imobilizou a América Latina depois da revolução cubana pode retardar, mas não conterá o processo histórico. Em última análise, pela força da inércia, apressa a deterioração do organismo social, em si já obsoleto, incompatível com a era da tecnologia, rejeitado até por seus antigos aliados morais como a Igreja Católica de nossos dias.

Alguns países da América Latina estão, por enquanto, a salvo do incêndio revolucionário que Guevara anunciou. Ele próprio, aliás, admitiu esse fato, ao contrário do que afirmam os deturpadores de suas idéias. Onde há indústria e uma classe média, a evolução política é possível, o que não acontece nas Bananas Republics. Estas pegarão fogo a curto prazo e a tese dos Vietnams será testada ao vivo, pois os EUA já revelaram (e demonstraram) na República Dominicana o seu propósito de intervir militarmente para garantir o estado de coisas. Depois de Cuba, um vasto sistema contra-insurrecional foi instalado no Continente, entendendo-se de "ditaduras constitucionais" a métodos de planejamento econômico, ao controle ostensivo dos meios de comunicação de massas, à doutrinação dos Estados Maiores, ao preparo de tropas especiais, à presença de "conselheiros" americanos para orientar as operações. A morte de Guevara na Bolívia demonstra a eficiência desse sistema.

Existe, porém, um breaking point da miséria e inexistem indícios concretos de que poderá ser evitado. O sr. Sol Linowitz confessou no Rio o fracasso da Aliança para o Progresso. Esta, aliás, como bem observaram certos oligarcas pré-capitalistas, é, irônica e, um fator revolucionário.

Se, de um lado, prega o controle da natalidade, não conseguiu ainda implantá-lo na escala almejada, enquanto seu trabalho assistencial, distribuindo alimentos e criando infra-estruturas sanitárias em algumas partes do Continente, ajuda a diminuir um pouco a mortalidade infantil, engrossando o contingente de miseráveis adultos.

Nem as nações semi-industrializadas se encontram muito distantes da convulsão revolucionária. O Brasil, por exemplo, tinha melhor posição comercial no mundo em 1929 do que em 1967 e só um terço da população atual. Guevara, na conferência de Punta del Este, em 1961, declarou que a América Latina dispensava a instalação de latrinas, etc., proposta pelos idealizadores da Aliança, exigindo apenas um pagamento equânime para os nossos produtos primários de exportação. Hoje, o Papa, Raul Leoní, Vasco Leitão da Cunha e Maurício Chagas Bicalho dizem precisamente a mesma coisa (mas não o incorrigível sr. Roberto Campos ou o seu par constante, sr. Eugênio Gudin). O sr. Bicalho, ex-governador do Brasil no FMI, minimizou os resultados da última reunião no Rio e aconselhou o Governo a procurar por conta própria melhores preços para nossos produtos. Como? É evidente que não existe no mundo ocidental a livre concorrência no comércio internacional. Este é controlado pelas principais potências do sistema capitalista. Há divergências entre elas, como atesta a situação dos EUA vis-à-vis a França, mas não se refletem em solução de nossas necessidades. O sr. Bicalho cita a queda de preços unitários de 80 para 32 dólares, ou seja, a nossa magra receita de divisas, que mal dá para cobrir importações, remessas, assistência técnica, frete, seguros, etc., poderia ser quase triplicada. Em todas as conferências internacionais de presidentes da AL o assunto vem à tona, mas a posição americana é inarredável. E tudo termina entre declarações de fraternidade

mútua, sorrisos e fatuas declarações de princípios.

A capacidade de resistência popular à pobreza é espartana. Existe, em verdade, uma bestialização do ser humano sob o primitivo processo capitalista em vigor no Continente. No seu diário, Guevara cita a indiferença dos índios bolivianos ante suas condições revolucionárias. Gerações de índios viveram assim, desde a colonização espanhola, e não se pode esperar que despertem para a realidade um milhão de anos-luz à sua frente, trazida pelos jovens revolucionários. A explosão no rumo que vamos, entretanto, é inevitável, embora seja impossível prever-lhe a data. Guevara queria marcá-la ele próprio, argumentando que o foco insurrecional cria suas próprias condições revolucionárias. Errou.

Escrevas e fariseus apontam Guevara como um agente de Praga-Pequim-Moscú, isto apesar de suas evidentes e públicas divergências com os blocos de poder do mundo comunista. São os mesmos que se chocam diante da arma "solerte e traiçoeira" da guerrilha, mas nunca têm uma palavra para as condições sociais que geram os guerrilheiros.

A mistificação cultural impingida aos povos da América Latina, o brago militarista que extingue sintomas de uma inquietação à beira do intolerável, as repetidas demonstrações de subserviência das oligarquias locais a uma es-tratégia que arruina seus países, nada disso altera o quadro de empobrecimento do Continente. O próprio mito Guevara é irrelevante ante a realidade. Basta compararmos a resistência atual contra a opressão nas próprias camadas intermediárias da sociedade ao que existia alguns anos atrás. Toda uma geração consciente se afirma no campo do conhecimento, da luta política em suas variadas formas. Conseguimos formular uma visão exata de nossos problemas. Resolvê-los não é tão fácil assim, mas nisso reside a validade do exemplo de Guevara, ainda que discordemos do que ele nos propôs como solução. É o exemplo da constância, de toda ação possível por nossas convicções.

### 2.3 A Esquerda Festiva

O termo “esquerda festiva”, frequentemente, tem expressado uma das formas de desqualificar aqueles que, assumindo-se de esquerda, não teriam um compromisso tão engajado, seja com ortodoxias partidárias; seja com a ação política, propriamente dita. Em geral, essa conotação pejorativa algumas vezes é reproduzida dentro das próprias esquerdas<sup>220</sup>, mas seu uso tem sido aplicado especialmente fora delas<sup>221</sup>. Depois de 1964, intelectuais diretamente ligados ao governo, como Roberto Campos, ou conservadores como Nelson Rodrigues, ironizavam os jovens que se colocavam contra o regime, mas viviam frequentando as festas e os bares da moda. A expressão tem correspondência com outras similares, empregadas em países estrangeiros, como *Gauche caviar*, na França; *Champagne socialist*, na Grã-bretanha e, mesmo, *Liberal limousine*, nos Estados Unidos. No cerne das expressões fica explícita a ironia, revelando tacitamente certa hipocrisia daqueles que se julgam de esquerda ou progressistas, mas que não dispensariam o caviar, a champanha e a vida de luxo, deixando-se desfrutar de um estilo *bon vivant*.

No Brasil, conforme Zuenir Ventura, em 1968, *o ano que não terminou*, a designação “festiva” popularizou-se ainda antes do golpe, em 1963:

“Esquerda Festiva” era uma expressão inventada pelo colunista Carlos Leonam em 1963, durante a primeira grande festa que Jaguar organizou. O falecido ministro San Thiago Dantas acabara de decidir que havia duas esquerdas: “A esquerda positiva e a esquerda negativa”. Leonam, um atento cronista do comportamento carioca, estava dançando quando teve a ideia. Correu para a mesa de Ziraldo e disse: “Tem outra esquerda, é a esquerda festiva”. No dia seguinte, ele noticiava sua descoberta na coluna que mantinha no *Jornal do Brasil*. Estava inaugurada uma expressão que teria presença assegurada no léxico e no espectro ideológico da política nacional. “A esquerda Festiva começou mesmo a ser realidade depois de 64”, acredita o poeta Ferreira Gullar, um membro assumido do grupo. “A esquerda recorreu então à festa como uma forma de se manter, de ir adiante, de não morrer, de resistir”<sup>222</sup>.

---

<sup>220</sup> O autor Rodolfo A. F. Inácio, a partir de sua experiência como militante de esquerda, em sua dissertação de mestrado, avalia a relação entre “festas” e a “esquerda” da seguinte forma: “Este trabalho parte do meu escândalo ao constatar que a esquerda não sabe entrançar *festa e política*. Inclusive, quando algum agrupamento apresenta uma postura política tida como inconsistente, ou inconsequente, ou irresponsável, rapidamente recebe a pecha de *esquerda festiva*”. INÁCIO, Rodolfo Alexandre Cascão. *Festa e Política: o festivo na gênese da esquerda brasileira (1889-1930)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 13.

<sup>221</sup> CONSTANTINO, Rodrigo. *Esquerda caviar: a hipocrisia dos artistas e intelectuais progressistas no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

<sup>222</sup> VENTURA, Zuenir. *1968, O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 47.

Os adeptos da “festiva”, segundo comenta Ruy Castro, em tese, gostavam de ser designados como tal e eram, basicamente, oriundos de um vasto grupo lítero-musical atuante entre as décadas de 1960 e 1980<sup>223</sup>. Além de Ferreira Gullar e do próprio Zuenir Ventura, se identificariam com ela nomes como o do cineasta Leon Hirszman, a produtora Tereza Aragão, os jornalistas Milton Temer e Norma Pereira Rego, o filósofo Leandro Konder, o cartunista Ziraldo, o publicitário Darwin Brandão, a artista plástica Marília Kranz e o arquiteto Sabino Barroso<sup>224</sup>. De acordo com Ruy Castro, poderia se pensar que “à sombra da mesma barraca”, [...] discutiriam “a implantação da ditadura do proletariado ou coisa assim. Mas [...] estariam apenas contando a última do general de plantão ou combinando a produção de um show nos teatros Opinião ou Casa Grande”<sup>225</sup>.

Independente de alguns autores, como o jornalista Ruy Castro, detalharem quem seriam os seus supostos integrantes, a presença desse grupo é mais fácil de ser compreendida pelo contraste feito com a esquerda tradicional, que se identificava, ou que esteve ou estava ligada ao Partido Comunista. Em suas memórias, Nelson Werneck Sodré, por exemplo, fez uma reflexão sobre a ligação entre a “esquerda festiva” e as discordâncias que havia entre os intelectuais da *Revista Civilização Brasileira* (1965-1968), o que seria, segundo o autor, uma das consequências da crise no período final da revista. Para Sodré:

A revista [*Civilização Brasileira*] começou a estabelecer com rotina o atraso na periodicidade e nunca o grupo responsável se reunia. Nesse grupo, estavam presentes figuras que se apregoavam “independentes” e desenvolviam um sutil anticomunismo, o anticomunismo eficaz, o de esquerda, ao mesmo tempo que buscavam caminhos radicais, desesperados, criticando os que combatiam essa tendência à aventura. Era um pouco o que se convencionou conhecer como “esquerda festiva”, que pretendia conciliar o ímpeto revolucionário com largo consumo de uísque e frequência costumeira a boates e reuniões em apartamentos luxuosos, onde se misturava a política com negócios”<sup>226</sup>.

Werneck Sodré, conhecido intelectual marxista, influenciado pelas teses do PCB e ex-professor do ISEB (órgão fechado depois do golpe de 1964), quando atuou na *Revista Civilização Brasileira*, entre 1965 e 1968, identificava em alguns intelectuais, especialmente os mais jovens, uma espécie de despropósito, um destempero aventureiro e

---

<sup>223</sup> CASTRO, Ruy. *Ela é Carioca: uma enciclopédia de Ipanema*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 117-118.

<sup>224</sup> *Idem*.

<sup>225</sup> *Ibidem*.

<sup>226</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de calibã: Memórias do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 179.

inconsequente. A caracterização que faz desses jovens é, repetindo sua frase, com “o que se convencionou conhecer como ‘esquerda festiva’”. É interessante verificar na mesma revista, em torno dos debates sobre a revolução brasileira e as críticas ao então governo ditatorial, o texto publicado por Leandro Konder, em 1967, chamado *A rebeldia, os intelectuais e a juventude*, do qual o conteúdo aproxima-se da reflexão de Sodré, apresentada acima. Vale a pena dedicar alguns parágrafos às considerações formuladas pelo autor<sup>227</sup>.

No referido texto, Konder elenca três jovens intelectuais, contemporâneos ao que considera a nova geração de pensadores brasileiros: Carlos Heitor Cony, Paulo Francis e Glauber Rocha. A preocupação do artigo gira em torno das nuances no panorama cultural nacional, enfatizando o aspecto de “esquerdização” da nova intelectualidade. Para o autor, devido aos frequentes questionamentos ao *status-quo*, aos quais se estavam verificando na época, tornavam-se generalizados o “mal-estar” e o “espírito de negação”.

Não sendo mera manifestação de imaturos, a rebeldia combateria a estagnação e o “mofo da história”, porém, por si só, não bastaria para que a conduta humana se tornasse plenamente libertária; ou seja, seria necessário canalizar o inconformismo para a “direção correta”. Assim, todo ato conduziria para um conteúdo objetivo, no qual o conteúdo rebelde, ao desenvolver-se, confrontar-se-ia com as seguintes alternativas: “ou se aprofunda em termos coerentes (e se torna *revolucionário*) ou se descaracteriza, se dilui, se deixa neutralizar e se reduz praticamente à inocuidade”<sup>228</sup>.

Conforme o filósofo, as classes conservadoras poderiam tolerar e até exaltar os rebeldes quando os mesmos se limitam a “gestos ociosos e inconsequentes” ou quando a rebeldia “se resume em usar cabelos compridos e roupas extravagantes, quando ela cabe toda em noitadas de boemia e em desmandos verbais ou atitudes pitorescas”<sup>229</sup>. Ao exemplificar os casos que foram levados ou não à radicalização, o autor lembra que intelectuais como os franceses Paul Eluard, Louis Aragon, Jean-Paul Sartre e o brasileiro Graciliano Ramos evoluíram de uma rebeldia limitada para posições revolucionárias ou socialmente engajadas. De outro lado, pensadores e artistas, originalmente rebeldes, como Salvador Dalí, André Malraux, John dos Passos e John Steinbeck, de *As Vinhas da Ira*,

---

<sup>227</sup> KONDER, Leandro. A rebeldia, os intelectuais e a juventude. In: *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 15, 1967, p. 135-145.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>229</sup> *Idem*.

sofreram processos de assimilação pelo *status-quo*, assumindo posições intelectuais conservadoras<sup>230</sup>.

O ideal de canalizar a rebeldia para fins revolucionários fez com que Leandro Konder pormenorizasse argumentos no sentido de avaliar os casos de intelectuais como Paulo Francis, Carlos Heitor Cony e Glauber Rocha. Todos eles seriam modelos de rebeldes combativos, embora difundissem, em suas respectivas posições, elementos de questionável eficácia revolucionária. Em relação a Paulo Francis, argumenta o seguinte:

Francis, combativo articulista político, tem defendido posições resolutamente progressistas, tanto no campo internacional como nos quadros da situação nacional. À sua pena se devem tiradas magníficas contra a ditadura do marechal Castelo Branco, páginas candentes de protesto contra a agressão norte-americana ao povo vietnamita e análises penetrantes das contradições da cultura estadunidense. No entanto, às vezes o crítico se apegava a formulações inaceitáveis. Basta ver o artigo por ele publicado no *Correio da Manhã*, de 23 de abril de 1967<sup>231</sup>.

No referido artigo, Paulo Francis apresenta um suposto contraste entre a intenção dos artistas, de modo geral, ao conceberem uma obra de arte e o resultado prático que os mesmos exercem sobre a apropriação da realidade. A contradição estaria no fato de a ambição ética do artista exercer repressão intrínseca por meio da manipulação do real. Os artistas “salvacionistas” não considerariam a imensa complexidade presente no real, submetendo-o e apropriando-se dele para suas finalidades, subjugando a arte. Em última instância, abominariam até as manifestações artísticas, já que elas testemunhariam a realidade tal como ela é. Dessa forma, nas palavras de Francis, “a repressão cultural seria um dos corolários lógicos do salvacionismo filosófico, ideológico e político”<sup>232</sup>. Sendo assim, segundo Konder, cria-se um dilema inaceitável para a perspectiva revolucionária: renunciando a condição de “salvacionismo” estaríamos longe dos ideais éticos que nos levariam a intervir no real, descambando para o conformismo; de outro modo, aceitando tal condição, nos aproximaríamos do totalitarismo, tornando-nos inimigos da arte. Entretanto, segundo o autor, deve-se fazer um importante questionamento:

Como se poderia transformar revolucionariamente a realidade sem possuir ambições éticas, sem organizar a ação de acordo com um ideal? O problema não está em ter um ideal, mas no tipo de ideal que se tem. Em nome do combate a certas idealizações éticas de tipo voluntarista

---

<sup>230</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 140.

<sup>232</sup> FRANCIS, Paulo. Os Perigos da Arte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, Quarto Caderno, p. 4.

existentes entre nós, em nome do combate às simplificações dogmáticas do processo histórico, Francis – a meu ver – assumiu uma posição de rebeldia abstrata neste ponto<sup>233</sup>.

Para Konder, a exemplo de Francis, Cony e Gláuber Rocha também assumiriam posicionamentos inócuos ao manifestarem sua arte, respectivamente, na literatura e no cinema. Além disso, ambos teriam caído na tentação do elemento romântico no desfecho de suas obras artísticas. Assim, personagens importantes em suas tramas tomariam atitudes irracionais e individualistas em momentos cruciais dos enredos, abstendo-se de ações mais racionais e comprometidas socialmente. Conforme o autor, seria esse romantismo, “reduzido à sua essência ideológica”, [...] “um velho inimigo do dimensionamento realista da realidade em suas representações”<sup>234</sup>. Em síntese, Leandro Konder objetivava uma crítica construtiva em relação a esses pensadores, deixando clara a admiração pelas virtudes que identificava em suas produções:

O cineasta Gláuber Rocha, o romancista Carlos Heitor Cony e o crítico Paulo Francis são três batalhadores da cultura brasileira, três rebeldes dignos da nossa mais viva simpatia e do nosso maior respeito. O próprio respeito, entretanto, nos obriga à franqueza<sup>235</sup>.

O filósofo exercia neste texto, no espaço da *Revista Civilização Brasileira*, o delicado papel de criticar companheiros, intelectuais que lutavam naquele momento do mesmo lado da trincheira, cobrando mais responsabilidades em suas atitudes “rebeldes”; ele próprio, um jovem intelectual, com trinta e um anos na época. Paulo Francis tinha trinta e seis, ao passo que Carlos Heitor Cony e Glauber Rocha, respectivamente, estavam com quarenta e vinte e oito anos de idade. Como se vê, implicitamente, a questão de como canalizar a “rebeldia” não estava no problema de maior ou menor idade, mas estaria, de acordo com Konder, na maior ou menor maturidade política frente ao ideal revolucionário.

Verdadeiramente, às vezes, parece haver certa relutância entre alguns intelectuais em se assumir dentro do espectro de esquerda, e mesmo a de reconhecer uma definição política de seus pares. No caso da *Revista Civilização Brasileira*, onde o editor Ênio Silveira garantia a heterogeneidade dos colaboradores, tal perspectiva se dá de forma mais evidente. É o caso de Carlos Heitor Cony ao negar vínculo ideológico com a esquerda,

---

<sup>233</sup> KONDER, Leandro. A rebeldia, os intelectuais e a juventude. *Op.cit.*, p. 141.

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>235</sup> *Ibidem*, p. 144.

lembrando do grupo de intelectuais que colaborava para a revista, citando ainda Paulo Francis como, supostamente, um caso semelhante ao seu:

O grupo [da *Revista Civilização Brasileira*] não era homogêneo. Havia os comunistas e nós, que éramos os “cristãos novos”, como eu e o Paulo Francis. Gente que não era de esquerda, mas que adotou essa postura contra o autoritarismo da ditadura<sup>236</sup>.

Ato falho ou não, os dizeres de Cony sobre o não pertencimento de Paulo Francis à esquerda, naquela época, parece ser sintomático das posições moderadas e nacionalistas assumidas por Paulo Francis, tanto antes como depois de 1964. Além disso, no âmbito das ideias, pode-se dizer que a resistência à ditadura contou com vários liberais e pessoas que até então nunca haviam se comprometido com debates políticos e ideológicos, ou atuado de maneira mais engajada frente aos acontecimentos recentes nas disputas pelo poder presentes no cenário nacional. Os sentimentos de estranhamento e preocupação, colocados anteriormente por Nelson Werneck Sodr e e Leandro Konder, expressam certo incômodo desses intelectuais, de firme convic o marxista, com aqueles chamados “cristãos novos”, na expressão de Carlos Heitor Cony, hesitantes em suas convic es revolucionárias. Alguns desses intelectuais, entre eles artistas, escritores e jornalistas, não se identificavam com o marxismo e com as organiza es de orienta o socialista, mas faziam forte oposi o   ditadura. Outros mantinham posi es ambíguas, flertando entre a esquerda e a crítica   própria possibilidade de realiza o do socialismo.

O que se convencionou chamar de “esquerda festiva”, dentro de um conjunto heterog neo e por vezes pouco engajado com a militância política tradicional, guardava muitas dessas características. Essa “esquerda” foi frequentemente identificada especialmente no Rio de Janeiro, ambiente que se constituiu como palco para as festas, os bares e as discussões políticas paralelas em meio ao cenário de repressão política. A existência da *Revista Civiliza o Brasileira* foi interrompida com o AI-5, em dezembro de 1968. Nesse tempo, a revista constituiu-se como espaço importante para a esquerda brasileira, tanto para os intelectuais vacilantes, de posi es ambíguas, quanto para orienta es intelectuais progressistas, mas não com referencial marxista.

---

<sup>236</sup> Entrevista de Carlos Heitor Cony concedida a Luiz Renato Vieira, Rio de Janeiro, 21/05/1994, *apud* VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: Os intelectuais e a Editora Civiliza o Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 176-177.

Ademais, um dos espaços utilizado politicamente de forma mais eficiente por esses grupos, e que se enquadrava em muitas de suas características boêmias, sem dúvida foi *O Pasquim*, criado em 1969, pouco tempo depois do fechamento da *Revista Civilização Brasileira*. O cartunista Sérgio Jaguaribe, o Jaguar, um dos fundadores do jornal, escreveu sobre a relação entre boemia e o cotidiano de trabalho naquele semanário carioca. A bebida e os bares não apenas faziam parte do interesse dos membros da redação, como a própria redação, por vezes, se confundia em meio ao ambiente de trabalho, que era extensão dos próprios bares:

[O *Bar Luiz*] tornou-se logo ponto de encontro de jornalistas, intelectuais e boêmios de todos os calibres. [...] O bar era a extensão da redação do *Pasquim*, que ficava a cinquenta metros dali. Editores e colaboradores, na verdade, ficavam mais tempo no bar do que no trabalho<sup>237</sup>.

O humor no jornal era utilizado como a principal arma no combate à repressão, travando batalhas semanais com a censura. A crítica inteligente e implícita ao regime não poupou seus redatores da prisão, no início da década de 1970. Mesmo assim, o clima festivo, de não se levar quase nada a sério, permaneceu como característica do conteúdo d'*O Pasquim*. Para Ruy Castro, o universo da “esquerda festiva” tinha, além de *O Pasquim*, das festas e dos bares do cotidiano carioca, uma série de realizações importantes em âmbito cultural presentes durante os anos 60 e 70:

[...] As principais realizações da Festiva nos anos 60 e 70 foram os réveillons promovidos por Albino Pinheiro e Jaguar no Clube Silvestre; as noites de samba no restaurante Zicartola; o show *Opinião*, com Nara Leão (depois Maria Bethânia), Zé Kéti e João do Vale; a popularização de expressões como “válido” e “inserido no contexto”; a simpática mania de chamar as pessoas de “neguinho” e “meu nego”; a sobrevivência do querido Jangadeiro; o jornal *O Pasquim*; os ciclos de debates no Teatro Casa Grande, e as inesquecíveis festas pela volta dos exilados em 1979-80. A tanga de Fernando Gabeira (este, no passado, um de seus mais vistosos expoentes) foi o clímax e, ao mesmo tempo, a morte da Festiva<sup>238</sup>.

Em seguida, o próprio Ruy Castro lembra que a “festa” era divertida e conciliadora, tendo o potencial de sobreviver ao longo do largo regime ditatorial. O caráter “festivo” de oposição à ditadura poderia ser caracterizado desta maneira: uma tentativa de harmonizar o dia-a-dia da repressão com o limite permitido da subversão. Afinal, parece haver um

<sup>237</sup> JAGUAR, Sérgio. *Confesso que Bebi*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 73.

<sup>238</sup> CASTRO, Ruy. *Ela É Carioca*, *op.cit.*, p. 118.

embaraço no horizonte revolucionário dessa vertente de esquerda. A turma d'*O Pasquim*, por exemplo, abrigava jornalistas e cartunistas de variado matiz cultural, e nem todos assumiam abertamente posições políticas ideologicamente engajadas. Paulo Francis foi um dos jornalistas atuantes naquele semanário que se eximiu de comentar a política nacional, dedicando-se apenas às avaliações sobre o que acontecia no exterior.

Intelectuais como Paulo Francis, Carlos Heitor Cony e Glauber Rocha, independentemente de usarmos o jargão “esquerda festiva”, apresentavam em certos momentos a despreocupação com o comprometimento revolucionário, cobrado por outros intelectuais de esquerda, como aconteceu com Leandro Konder, no contexto em que mencionamos. Circunstancialmente, parece uma cobrança demasiadamente enérgica de Konder. Todavia, observando o perfil dos casos citados, percebemos que se assemelhavam pela relutância em assumir posições estratégicas mais claras ou coerentes com alternativas de organização militante de esquerda, pelo menos em relação às existentes durante as décadas de 1960 e 1970. Ao mesmo tempo, especialmente no caso de Francis, a sociabilidade com pessoas daquela época, constrangidas com o regime político, mas afastadas ou não familiarizadas com o marxismo, é notoriamente perceptível. Isso não é exclusividade do jornal, mas manifesta-se, sobretudo, no semanário *O Pasquim*, como veremos na sequência.

Chegando a esse ponto, pode-se fazer um pequeno balanço do que apresentamos até então. De acordo com o que argumentamos anteriormente, o contexto em que Paulo Francis forjou sua experiência intelectual foi marcado pelo seu primeiro contato com regiões pobres do país. Em seguida, tomou conhecimento das obras de Marx e de Trotsky. A repercussão no contexto internacional dos “crimes de Stalin”, na segunda metade da década de 1950, estava em voga quando tomava conhecimento do marxismo. O antistalinismo repercutiu cada vez mais intensamente no pensamento do jornalista, notadamente em sua atuação profissional após o golpe de 1964, e especialmente após os acontecimentos históricos entre 1967 e 1968, como a invasão à Tchecoslováquia por parte da URSS e as notícias sobre restrições de liberdades individuais e intelectuais em países ditos socialistas, como em Cuba e na própria URSS. Como mostraremos na sequência, as críticas à burocratização soviética, empreendidas por Trotsky, Isaac Deutcher, George Orwell, entre outros, parecem ter sido importantes para ele, igualmente, criticar tal perspectiva, além dele reproduzir muitas das inquietações desses autores, como a questão envolvendo a defesa insistente da “liberdade intelectual”.

Como notamos neste capítulo e no anterior, sua participação no *Última Hora* e no *Correio da Manhã* pode ser considerada como um momento ímpar de combatividade política, especialmente marcada pela defesa do nacionalismo, primeiro mais próximo do “brizolismo” pré-64, depois do reformismo-militar pós-64. Na primeira dessas etapas, configura-se sua adesão junto ao bloco histórico alinhado ao “populismo”, indicando caminhos, discutindo alternativas e tentando disseminar ideias com a finalidade de disputar o consenso. Podem-se perceber tais ideias nos ataques ao então Governador Carlos Lacerda, da Guanabara, aliados aos adjetivos que a ele eram atribuídos, repetidos por Francis e pelo próprio jornal, como “fascista”, “gorila” e “ibadiano”.

Havia a tentativa não apenas de defender o Governo Jango, mas o esforço em impedir um golpe dos organismos de direita, opositores ao trabalhismo petebista, em que se desqualificavam, por meio de suas produções textuais, a UDN, o IBAD, certos interesses de empresários, não ligados aos setores nacionalistas, e o imperialismo estadunidense. Além de criticar esses agentes e organizações, Francis preocupou-se em indicar soluções pragmáticas, discutindo e tentando orientar o Governo Jango e os setores populares a contornar as crises política e econômica que se acentuavam. Sua postura foi semelhante à atuação do pequeno POR trotskista, que seguia alinhado ao pensamento posadista, de defesa a setores nacionalistas, especialmente apoiando os intentos de parcelas sociais pequeno burguesas. Apesar das similitudes de posições, não temos notícias sobre a efetiva militância de Paulo Francis. Pelo que se sabe, o que houve foi a convergência de diferentes frações da esquerda e de outros grupos nacionalistas e progressistas aglutinando-se na FMP no período que antecedeu o golpe de 1º de abril de 1964. Leonel Brizola foi a liderança mais eloquente naquele íterim, conseguindo unificar aquela frente de luta para tentar aprofundar as reformas sociais.

Entre 1967 e 1968, novamente, o jornalista voltava a praticar ações que também eram recomendadas pelo POR-T, estando consciente ou não disso, ao apoiar o “nacionalismo militar”, corrente que disputava a primazia hegemônica entre os grupos que pleiteavam o poder ditatorial. Após 1968, a repressão e, em seguida, a própria censura, dentro da ditadura, atenuaram a ousadia dos intelectuais que tinham posições progressistas ou alinhavam-se à esquerda, especialmente nas redações dos jornais. As ideias outrora defendidas tornaram-se mais sutis, colocadas muitas vezes nas entrelinhas.

O apelido de “*esquerda festiva*” foi alcunhado pelos adversários da esquerda, e mesmo que certos socialistas, simpatizantes do marxismo e intelectuais progressistas

tenham adotado o epíteto, sem importar-se com a sua carga pejorativa, ela é uma designação pouco precisa. Ou seja, não explica muito bem a diversidade dos grupos de oposição que se colocaram contra a ditadura, e preconcebe um estereótipo de uma outra esquerda que é dura, supostamente avessa ao lazer e à diversão. Por outro lado, foi um termo vulgarizado e adotado na época, inclusive constando nos dossiês e inquéritos recolhidos nos arquivos policiais e militares da repressão.

É uma problemática semelhante ao cuidado que se deve ter com a expressão “desbunde”, que, na época da luta armada contra a ditadura, foi empregada no sentido de abandonar a luta armada, não aderir a ela, ceder diante da tortura ou até nutrir pouco apreço pela militância política mais tradicional<sup>239</sup>. O desbunde seria ainda uma postura contracultural, apresentando-se como de resistência, mas não de resistência violenta. Portanto, foi uma alcunha que, por vezes, foi acompanhada da ideia que se construiu acerca da “esquerda festiva”. *O Pasquim*, como nenhum outro veículo de imprensa do período, aglutinou vários profissionais que tentaram misturar o teor crítico com a descontração em suas produções jornalísticas. Em suma, foi a referência do que se entendia por essa “esquerda festiva”. Nesse ambiente é que Paulo Francis mergulhou a partir de 1969, sendo considerado por Leandro Konder, um pouco antes disso, como um rebelde até então pouco comprometido com a causa revolucionária.

#### **2.4 Paulo Francis n’*O Pasquim***

O nome de um periódico é a vitrine que revela a mensagem dos editores, já dialogando com o público que quer atingir. “Pasquim”, de imediato, tem a conotação de um “jornaleco”, um tabloide de pouco valor ou de má fama. Segundo o dicionário *Aurélio*, significa “sátira afixada em lugar público”, “jornal ou panfleto difamador” ou “jornal pouco importante”. Era evidente a ironia do título e a indisposição com a seriedade, embora a equipe do jornal estivesse sempre flertando com a gravidade dos acontecimentos desde a época de seu lançamento. Então, o que queriam os criadores deste periódico? A intenção dos fundadores d’*O Pasquim* era ousada: manter um jornal debochado e

---

<sup>239</sup> Sobre a problemática dos chamados “desbundados” e os exemplos que constam no contexto da luta armada, consultar as obras de Beatriz Kushnir e de Alessandra Gasparotto: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 304; GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

contestador no período do recém-instalado AI-5, de feições anarquistas e inovadoras. Conforme Rivaldo Chinem, as principais características d’*O Pasquim* foram as seguintes:

*O Pasquim* não era um jornal político, era apenas um jornal debochado, de contestação, indignado, que queria sair do sufoco, um jornal que não suportava mais ver os outros jornais como a primeira página do *Jornal do Brasil*, cheia de insinuações e legendas, e o censor dentro da redação. *O Pasquim* saiu sem nenhum projeto. Irreverente, moleque, com uma linguagem desabrida, bastante atrevido para os padrões de comportamento da imprensa na época e com boa distribuição. Fez um sucesso extraordinário. Os leitores acreditavam no que o *Pasquim* dizia. Cada pessoa que estava na oposição, inconformada com aquele estado de coisas, via nele o seu jornal. E assim o jornal conquistou várias faixas de leitores<sup>240</sup>.

Apesar de Chinem ressaltar que não se tratava de “um jornal político”, *O Pasquim* tinha as suas bandeiras, em especial na apresentação de temas libertários, mostrando o ambiente contestador e questionador aos antigos costumes e comportamentos, característico do final dos anos 1960. De acordo com José Luiz Braga, a postura ideológica d’*O Pasquim* conflui justamente “no ponto de encontro das origens críticas e das determinantes sociais”. Dessa forma, “o jornal produz suas escolhas de resposta. Cria assim o lugar de sua fala como oposição ao regime [ditadura brasileira], à indústria cultural, às posições conformistas de uma parcela da classe média”<sup>241</sup>. Além disso, devemos ressaltar que o caráter político e ideológico do semanário jamais teve postura declaradamente marxista ou pretendeu assumir um discurso nessa direção. Por outro lado, abria espaço a certas discussões caras à perspectiva de esquerda, como o comodismo das pessoas frente ao *establishment* e as feições do imperialismo estadunidense, especialmente sobre a Guerra do Vietnã, e nesse mote, por meio dos textos de Paulo Francis<sup>242</sup>.

O jornal era alternativo e plural. Reuniu uma equipe de jornalistas, cartunistas, humoristas e escritores que, de acordo com vários analistas de imprensa, revolucionou a linguagem jornalística e influenciou nos costumes e na cultura de parcela da sociedade brasileira. Entre eles estavam Sérgio Cabral e Luís Carlos Maciel, que apresentavam nos textos vários temas relacionados ao universo alternativo, a postura *hippie* e o interesse pelo místico; Millôr Fernandes, com sua sofisticação crítico-literária e seu humor ácido; o

---

<sup>240</sup> CHINEM, Rivaldo. *Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995, p. 43.

<sup>241</sup> BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os Anos 70: mais pra epa que pra oba*. Brasília: Editora UnB, 1991, p. 19.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 26.

cartunista Henfil, que trazia a crítica social por meio do humor sarcástico presente nos *Fradinhos*; o engenhoso Ziraldo, criador de personagens e artista gráfico; além do cartunista Jaguar, assumido boêmio de Ipanema, de humor descompromissado e criador do personagem que se tornou símbolo d'*O Pasquim*, o rato Sigmundo Freud, ou unicamente "Sig". Este personagem aparecia frequentemente na capa, dialogando com o leitor, apresentando o conteúdo do jornal ou, simplesmente, fazendo um comentário zombeteiro ou irônico. Sig também se fazia presente na página final, com a turma do *Chopinics*, e ao lado dos diversos textos feitos pelos colunistas.

Pode-se dizer que o jornal também foi palco para uma nova elite cultural no país, que se manifestava, eventualmente, como colaboradores do periódico (casos de Chico Buarque e Caetano Veloso) ou mesmo concedendo as famosas e polêmicas entrevistas d'*O Pasquim*. A notoriedade conquistada pelo semanário também se deveu à participação de artistas e intelectuais que se identificavam com a proposta do jornal. A época em que *O Pasquim* foi lançado foi muito significativa em termos de percepção das mudanças culturais e comportamentais do fim dos anos 60. Paulo Francis fazia parte de tudo aquilo, vivendo em sintonia com os acontecimentos de sua época e em simbiose com a linguagem pasquiniana.

De fato, Paulo Francis era um jornalista atento ao seu tempo. Todo o simbolismo presente em torno do ano de 1968 teve impacto sobre ele e sua produção textual. Por essa razão, por volta daquela época, entre seus temas prediletos no *Correio da Manhã*, na *Revista Civilização Brasileira* e, em seguida, n'*O Pasquim*, estavam as questões ligadas ao comportamento e à sexualidade, além da reprovação às intervenções dos EUA no Vietnã e da URSS no leste europeu. Em seu primeiro texto, publicado no sexto número d'*O Pasquim*, acerca do Marquês de Sade, é sintomática a comparação que faz entre o tabu que representava o sexo e os efeitos chocantes da guerra sobre os vietnamitas:

Tamanho é o poder do tabu sexual que ainda hoje Sade enche de susto os bem pensantes, aqueles a quem um traseiro ou um palavrão no palco atinge como ofensa moral, mas que aceitam como coisa natural a morte de 250 mil crianças (a estatística é da Cruz Vermelha) no Vietnam, sob o napalm, as bombas e quejandos<sup>243</sup>.

Evidentemente, o mote de sua análise é a hipocrisia da sociedade diante do sexo, ao passo que haveria impostura perante os horrores da guerra. Em suma, a inversão de valores

---

<sup>243</sup> FRANCIS, Paulo. Sade, um amador da crueldade. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 6, agosto de 1969, p. 19.

observada é uma crítica que assume a defesa de maiores liberdades e o questionamento em relação aos costumes. Na sequência do texto, Francis não deixa de expor a realidade da censura sobre a temática do sexo e da pornografia, argumentando que “na maioria dos países civilizados, a censura artística deixou de existir. [...] Tornou-se direito firmado do cidadão conhecer o pensamento de quem quiser”<sup>244</sup>. Ou seja, acrescenta mais uma crítica, desta vez à instituição da censura, deixando entrever que essa prática tornava, ou mantinha, o Brasil como país não civilizado.

Outros temas, contudo, também pertinentes à sexualidade ou a questões de gênero, apesar de diferentes posições anárquicas e libertárias manifestas, ainda guardavam traços de conservadorismo em diversas amostras no interior do semanário. O deboche ao feminismo, por exemplo, é um deles. De acordo com Bernardo Kucinski, *O Pasquim* “fazia o gênero do jornal machista como parte de sua postura geral ‘anticlasse média moralista’, especialmente através dos artigos de Ivan Lessa, Ziraldo e Paulo Francis. Frequentemente, associavam feminismo à frustração sexual”<sup>245</sup>.

Como bem observa Isabel Lustosa, referente aos textos informativos e as análises de opinião do jornalista em *O Pasquim*, os temas que dele se destacavam diziam respeito às análises e avaliações sobre a conjuntura da política, as condições sociais e os eventos internacionais:

Partiram de Francis as denúncias dos maiores crimes perpetrados pelas forças americanas no Vietnã. Também são dele as críticas mais veementes à política do jovem Estado de Israel contra os palestinos e é ele quem chama a atenção dos brasileiros para o drama de Biafra<sup>246</sup>.

Esse interesse e preferência pela política internacional é consequência evidente da limitação jornalística causada pela ditadura e, especialmente, pela censura extensiva após o AI-5. Todavia, é salutar que Paulo Francis, ao mesmo tempo em que criticava, dava sinais de que nutria admiração pelos Estados Unidos. Informava-se principalmente por meio dos jornais norte-americanos, citando muito o *New York Times*, *The Washington Post*, entre outras publicações. Em seu segundo texto para *O Pasquim*, por exemplo, abre a coluna dizendo: “Precisei ler o *New York Times* para encontrar um protesto judaico [...] contra o

---

<sup>244</sup> *Idem.*

<sup>245</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991. p. 70.

<sup>246</sup> LUSTOSA, Isabel. De olhos postos na América – Paulo Francis n’O Pasquim. In: CHIAPPINI, Ligia; DIMAS, Antonio; ZILLY, Berthold (orgs.). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Boitempo Editorial/EDUSP, 2000, p. 270.

desacato do presidente Nixon a Deus, quando ele [...] definiu o voo à lua como a maior coisa desde a criação”<sup>247</sup>. Não era apenas uma reprovação aos jornais locais do Brasil, que não reproduziram a notícia, mas, sobretudo, uma maneira de legitimar seus argumentos através de meios jornalísticos mais próximos ao seu objeto de análise, ou seja, exatamente os Estados Unidos.

O artigo de Isabel Lustosa, feito para a coletânea *Brasil, país do passado?*, embora breve, é claro, objetivo e consegue em poucas páginas caracterizar aspectos relevantes da trajetória de Paulo Francis n’*O Pasquim*<sup>248</sup>. De acordo com a autora, Francis é reconhecido como o colaborador mais intelectualizado do jornal. Tal qualidade é perfilhada e comentada no interior das matérias do semanário por seus colegas, como Millôr Fernandes. Tamanha foi a popularidade do jornal que teria tornado-se “o intelectual típico do momento”<sup>249</sup>. Fora construída uma espécie de “folclore” nos bastidores d’*O Pasquim* sobre sua disposição de leitura e capacidade de “raciocinar em bloco”. Assim, criaram-se expressões divertidas para caracterizar o estilo de sua escrita. Millôr Fernandes chegou a produzir uma história em quadrinhos, anunciando “Um dia na vida do homem que ‘raciocina em bloco’, que ‘fala conceituando’”. O ratinho Sig, o mascote do jornal, criado pelo cartunista Jaguar, aparece em uma das tiras do *Chopnics* fazendo alusão a uma pessoa tão erudita que teria devorado todo o Marcuse, conhecendo “pelo menos de nome todos os autores citados por Paulo Francis”.

As brincadeiras sobre a intelectualidade de Francis eram originadas a partir de suas próprias manifestações e do desenvolvimento de suas ideias nos artigos. Assim, por exemplo, ao comentar os erros de edição de um de seus textos n’*O Pasquim*, cometidos, segundo ele, exclusivamente pelos editores, tenta justificar o teor desses lapsos, assumindo também erros seus, mas que os últimos se tratavam de erros “de quem escreve conceituando”:

---

<sup>247</sup> FRANCIS, Paulo. “Quadrados” na lua. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 7, agosto de 1969, p. 5

<sup>248</sup> Há um pequeno lapso no artigo da autora, no entanto, que devemos chamar a atenção. Lustosa comete o erro de tomar uma citação de Sigmund Freud, no texto de Francis, como se tivesse sido escrita pelo jornalista, que teria feito um comentário seu, supostamente, a partir das teses do “pai da psicanálise”. Na verdade, o texto é de Freud. Isso acaba comprometendo algumas considerações que Lustosa tece naquele seu parágrafo, quando versa sobre certas características do polemista, em especial acerca de uma pretensa “auto-exposição desconcertante”, a qual faria parte de seu perfil intelectual (ver: Lustosa, Isabel. *Op.cit.*, p. 269). Essa distração, contudo, não compromete o conjunto analítico do artigo. Para verificar o contexto exato do texto do autor, consultar em: FRANCIS, Paulo. Freud explica (Seção “Dicas”). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 19 a 25/03/1970, n.39, p. 31.

<sup>249</sup> LUSTOSA, Isabel. De olhos postos na América – Paulo Francis n’*O Pasquim*. *Op.cit.*, p. 269.

Noutra passagem, enfiei a URSS na aventura anglo-franco-israelense no Egito, em 1956. A URSS, obviamente, ajudou os EUA a impedirem a queda de Nasser e a retomada do canal de Suez pelos atacantes. Esse erro deve ser meu, uma distração normal em quem escreve conceituando o tempo todo, isto é, raciocinando em bloco<sup>250</sup>.

Semanas depois, a gozação começa com Sig, o ratinho mascote do semanário, aparecendo no topo da coluna de Paulo Francis dizendo: “Francis, o que conceitua o tempo todo, isto é, raciocina em bloco”<sup>251</sup>. Eis a origem da piada mencionada por Isabel Lustosa. Em outra coluna, o jornalista pronunciava uma frase qualquer em que dizia: “somos umas porcarias, válidos, autênticos, lúcidos e inseridos no contexto”<sup>252</sup>. Isso bastou para o jargão ser repetido por Sig n’ *O Pasquim* do número seguinte: “Francis mostra que continua lúcido e inserido no contexto”<sup>253</sup>. É curioso lembrar que, segundo Ruy Castro, o jargão “inserido no contexto” tornou-se uma expressão popularizada em meio à chamada “esquerda festiva”, entre as décadas de 1960 e 1970<sup>254</sup>. Os quadrinhos com Paulo Francis foram objeto e matéria de várias piadas, geralmente relacionadas à sua atribuída erudição. Em um deles, numa historinha feita por Jaguar, o jornalista aparece sendo assaltado. Conversa com o assaltante de forma prolixa, citando vários autores e misturando nas frases palavras em língua inglesa. No final, diante das interrogações de Francis, o homem fica tão confuso e impaciente que desiste do assalto<sup>255</sup>.

Francis também fora chamado de “profeta” por Luiz Carlos Maciel, o que gerou de imediato a pecha, com charge de Francis usando um vestidão, sendo seguido por fiéis, além de aparições de Sig em suas colunas anunciando o novo apelido. A princípio, as piadas parecem uma espécie de deboche ao estilo, supõem-se, prolixo e pretensioso do autor. No entanto, é patente que há considerável admiração por parte de seus colegas ao conteúdo que escrevia. A alcunha de profeta, por exemplo, foi fruto de um elogio de Luiz Maciel ao jornalista, aproveitando a sugestão de um amigo seu, leitor dos artigos de Paulo Francis:

“Se Francis quisesse, poderia ser o nosso maior profeta” – me disse um amigo, leitor de seus artigos. Discordo: Francis é, de longe, o nosso melhor profeta – e não vai nenhuma intenção de piada nisso. Embora ele

<sup>250</sup> FRANCIS, Paulo. O realismo de Nixon. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 13 a 19/11 de 1969, n. 21.

<sup>251</sup> FRANCIS, Paulo. A iniciação de Phan Ti Mao na democracia. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 8 a 14/1 de 1970, n. 29.

<sup>252</sup> FRANCIS, Paulo. Novidades. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 23 a 29/10 de 1969, n.18.

<sup>253</sup> FRANCIS, Paulo. Carta de uma desconhecida. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 30/10 a 5/11 de 1969, n. 19.

<sup>254</sup> CASTRO, Ruy. *Ela É Carioca, op.cit.*, p. 118.

<sup>255</sup> *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 8 a 14/1 de 1970, n. 29.

possa recusar os desenvolvimentos da nova contracultura, suas conclusões têm nítidos pontos de contato com os supostos desta em, pelo menos, uma coisa: no diagnóstico implacável sobre os destinos da cultura e civilização ainda vigentes<sup>256</sup>.

As previsões de Francis sobre o desfecho dos processos que analisava eram, de modo geral, pessimistas, como observa acima Maciel. Não eram raras as vezes em que se eximia de sugerir o que fazer, deixando clara a condição de impotência de todos frente aos fenômenos que ocorreriam de forma inexorável. Caracteriza-se, assim, uma posição intelectual bastante distinta daquela assumida nos tempos de *Última Hora*. É sintomático que, abaixo de um de seus artigos, Sig comente: “Se o Francis, que é o Francis, não sabe o que fazer, o que será de nós, simples mortais?!”<sup>257</sup>

Ainda sobre sua erudição, outro colega seu, Fausto Wolf, também no espaço do semanário, chega a propor um teste de inteligência para o leitor que queira aventurar-se nos textos de Francis. Antes disso, diz que é mais difícil lê-lo do que ler Machado de Assis:

O ser humano comum se estrepa quando pensa que pode ler Paulo Francis como se estivesse lendo um qualquer Machado de Assis da vida. Sofista na forma e aristotélico no conteúdo, ele exige do leitor médio uma presença de espírito sempre vigilante e um tremendo equilíbrio mental. Não são poucos os leitores de *Manchete*, cujas cucas se fundiram em poucos minutos, através de um processo de combustão espontânea, depois de passarem inadvertidamente os olhos sobre um ensaio do meu guru<sup>258</sup>.

A despeito dessa fama, o conteúdo dos artigos de Francis n’*O Pasquim*, mesmo com as citações de autores e dos temas, que tradicionalmente eram tratados de maneira sisuda e formal pela grande imprensa, era feito com linguagem irreverente, coloquial e intimista. Absorvendo todo o ambiente bem-humorado do jornal, Francis escrevia tênues palavrões e opiniões informais acompanhadas por conceitos mais densos, além de parágrafos cheios de informação culta, cortados com juízos de desdém pelas mesmas ideias que acabara de explicar<sup>259</sup>. Esse estilo de escrita se manteve depois de o autor entrar para a grande imprensa.

---

<sup>256</sup> MACIEL, Luiz Carlos. Francis é nosso profeta. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 28/01 a 3/02/1971, n.82.

<sup>257</sup> FRANCIS, Paulo. O que fazer? *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 4 a 10/11/1970, n.72.

<sup>258</sup> WOLFF, Fausto. Você é capaz de ler Paulo Francis? *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 27/5 a 2/6/1971, n.99.

<sup>259</sup> Geralmente, Francis escrevia os palavrões em inglês ou de forma abreviada, como o popular “sifu”. Tal estratégia foi amplamente utilizada no jornal. N’*O Pasquim*, além desses recursos, fez-se uso dos “asteriscos”

Tal postura pode ser considerada como característica do que Eliseu Verón entende por *contrato de leitura*, pois há nesse ambiente jornalístico a constituição de um espaço nos textos de Francis para o reconhecimento de certos elementos frente aos seus receptores, como a erudição e o pretenso e alardeado talento para antecipar o desfecho de certos acontecimentos. O estilo de escrita pomposo, cosmopolita, pretensamente erudito, mas em tonalidade popular, agregado ao polemismo, foi o *ethos* constituído por Francis ao longo de vários anos atuando na imprensa. No entanto, naquele importante semanário da imprensa alternativa, inicialmente, o jornalista não manifestou tanto o caráter ferino que o distinguira, principalmente em suas páginas de crítica teatral e comentários políticos para o *Última Hora*.

Mas houve exceções, indício de que aquela sua característica não estava definitivamente deixada à margem de suas produções textuais. Uma delas, sempre lembrada por seus biógrafos, foi a agressão verbal desferida contra o jornalista Roberto Marinho, no artigo “Um homem chamado porcaria”<sup>260</sup>. Em torno do título, o desenho de moscas, como se rodeassem e cercassem algo que exalava mau-cheiro. Francis negou-se até mesmo em expressar o nome completo do presidente das *Organizações Globo*, limitando-se à abreviatura “RM”:

Vou escrever sobre porcaria. É chato entrar num campo novo aos quarenta anos de idade, quando (acho) atingi um estado de equilíbrio contemplativo e analítico das coisas. Hoje, até o polemista em mim, se não morreu, ri e tem certa vergonha de fúrias passadas [...]. É, portanto, com bastante aborrecimento e mal-estar, que faço ressurgir um certo Paulo Francis (1957-65), o qual, não raro, quando o releio, me parece um estranho, desses cuja cara nos lembra alguém ou alguma coisa familiar, nem sempre agradável. E a mão dele, como a do diabo a de Kafka, pega a minha e escreve uma expressão pornográfica: Roberto Marinho. Por que a imersão no esgoto? (aí está o que dá sair da linha da gente. Esgoto é uma imagem inexata de RM – abreviêmu-lo ao máximo – porque tem uma útil função social. A imagem correta seria poluição pura, inútil e letal)<sup>261</sup>.

O próprio Francis reconhece que havia retraído a ferocidade no modo como escrevia, comparando-se à época em que era crítico teatral e, posteriormente, colunista no *Última Hora*. Percebe-se, contudo, neste artigo, que manteve a capacidade da escrita ácida e irônica no tocante ao ataque pessoal. Além disso, um bom tempo depois, principalmente

---

no lugar do linguajar inapropriado, os quais não impediam o leitor de entender perfeitamente o significado dos palavrões substituídos por aqueles símbolos.

<sup>260</sup> FRANCIS, Paulo. Um homem chamado porcaria. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 14 a 20/1/1971, n.80.

nos últimos quinze anos de carreira, já consolidado na grande imprensa, iria retomar a característica virulenta dos ataques pessoais. No caso do jornalista Roberto Marinho, neste artigo, ameaçava contar os casos de sua vida particular, mas apenas lembrou certas ações de sua vida profissional, como, segundo Francis, a sonegação de impostos, o anticomunismo exacerbado e até o antipatriotismo: como a sugestão, em certa ocasião, feita por Roberto Marinho n’*O Globo*, de comprar trigo mais barato nos EUA frente à incipiente triticultura que se desenvolvia no Brasil.

A motivação para o ataque ao presidente das *Organizações Globo* estaria relacionada às ações de má-fé de Marinho enquanto os membros d’*O Pasquim* estavam presos, entre o final de 1970 e o início de 1971. Conforme Francis, “RM [...] plantou, em *O Globo*, um grupo d’*O Pasquim* numa lista falsa de pessoas a serem trocadas pelo embaixador Bucher”. Argumenta que só existiriam listas falsas na ocasião, o que seria conhecimento de toda a imprensa. Ademais, diz que a turma do jornal não estaria nas listas falsas, bem como não estaria nas verdadeiras. Acusa Roberto Marinho de saber disso, mas, mesmo assim, publicar a lista.

Nas palavras de Paulo Francis, o jornalista Roberto Marinho, proprietário de *O Globo*, saberia, principalmente, “que não poderíamos, presos, responder-lhe. Fez o que lhe é natural: golpeou-nos pelas costas. A marcha-a-ré é o seu forte”<sup>262</sup>. A prisão da chamada “patota”, na época, tinha motivações políticas, justificadas na resistência e no conteúdo produzido pelo jornal, avesso aos ditames ditatoriais e repressivos do regime. Aventar que os jornalistas em questão fizessem parte da lista de troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher pela condição de sua liberdade, era admitir também algum envolvimento do grupo com a resistência armada à ditadura.

Essa condição era reiteradamente negada por eles. Segundo Bernardo Kucinski, a inclusão dos jornalistas d’*O Pasquim* na lista em questão foi uma mentira plantada n’*O Globo* pelos órgãos de segurança<sup>263</sup>. Curiosamente, apesar do artigo mencionado acima, Roberto Marinho iria contratar Paulo Francis, na década de 1980, para trabalhar nos telejornais da TV Globo. Tal artigo, certamente, tinha a anuência de seus colegas de prisão

---

<sup>261</sup> *Idem.*

<sup>262</sup> *Idem.*

<sup>263</sup> “O jornal *O Globo* chegou a noticiar que os jornalistas de *O Pasquim* haviam sido incluídos na lista dos 72 presos políticos cuja libertação era exigida pelos sequestradores do embaixador da Suíça, Enrico Büchner. Uma mentira plantada no jornal pelos órgãos de segurança”. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991. p. 113.

e de redação, que não tinham simpatia com *O Globo*<sup>264</sup>. A grande imprensa era seguidamente objeto de crítica pelos colaboradores do semanário. Em especial, a grande imprensa carioca: *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Paulo Francis criticava muito o *Jornal do Brasil* por suposta incompetência e desconhecimento de determinada matéria abordada pelo jornal. São fulgentes as críticas acerca das entrevistas com personalidades da política estadunidense, nas quais Francis cultivava sempre grande interesse. O jornalista Gustavo Corção, por exemplo, foi alvo de depreciação tanto de Francis quanto de outros articulistas d'*O Pasquim*<sup>265</sup>.

Depois das prisões, contudo, o clima descontraído do jornal, inegavelmente, deu lugar a uma crescente tensão, embora o bom humor nunca deixasse de fazer parte das páginas do semanário. A tentativa de explodir uma bomba, ainda em 1970, nas dependências da sede da empresa, a sequência da prisão em 1970 e 1971 e as bombas deixadas nas bancas de jornais, como forma de represália ao semanário, além de gerar intimidação na equipe, afastou anunciantes. Paulo Francis foi embora em julho de 1971, justamente, conforme dizia, por causa dessa sequência de limitações à sua liberdade intelectual. Porém, a partir de então, residindo em Nova Iorque, tornou-se correspondente d'*O Pasquim*, tendo acesso facilitado aos jornais e revistas que já abasteciam anteriormente o seu jornalismo político e análises internacionais.

#### 2.4.1 URSS, Vietnã e a liberdade intelectual

Os temas envoltos nas teias da Guerra Fria eram os preferidos de Paulo Francis nos artigos para *O Pasquim*. A ironia era antídoto utilizado à seriedade oficial dos blocos “democrático” e “socialista”<sup>266</sup>. Mas, ao mesmo tempo, o pessimismo encontrado, após feito os balanços históricos e políticos, mostrava o desencanto de Francis com as opções concretas que tinham sido construídas historicamente em âmbito mundial. A consternação

---

<sup>264</sup> Paulo Francis voltaria a escrever vagamente sobre Roberto Marinho n'*O Pasquim*, mas centrando mais críticas à Rede Globo de TV, questionando a programação. Na ocasião, chegou até a reconhecer uma eventual “competência” de Roberto Marinho como empresário de sucesso. Cf.: FRANCIS, Paulo. Tive no Brasil. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 292, 04 a 10/02/1975; Nem Saquitel. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, ano VI, n. 293, 11 a 17/02/75.

<sup>265</sup> FRANCIS, Paulo. Paulo Francis. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 20 a 26/08/1970, n.61 (No artigo, menciona o “obscurantismo” de Gustavo Corção). Em outro número do semanário, onde aparece matérias reproduzidas de *O Globo* e *Jornal do Brasil* sobre eleições no Chile, que davam vitória a Allende, Corção havia criticado o processo eleitoral naquele país. Sig comenta o texto do jornalista, dizendo que “Corção fundiu...”: *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 16 a 22/09/1970, n.65.

frente às ações adotadas pelos EUA na Guerra do Vietnã, o autoritarismo imutável da União Soviética, a situação de crise política no Oriente Médio e o conflito árabe-israelense ocuparam quase a totalidade de suas colunas e deram a tônica para uma unidade do pensamento de Francis para esta época (virada dos anos 1960 para os 1970).

Sobre o Vietnã, Francis trazia as informações sobre os bombardeios dos EUA e a contaminação pelo napalm nas terras vietnamitas, ação diretamente relacionada às decisões militares estadunidenses. Além disso, descrevia os atos brutais de soldados norte-americanos no contato com a população civil do Vietnã. Também mostrava e comentava certos materiais que saíam na imprensa norte-americana sobre o interesse intervencionista dos EUA naquele país e suas pretensões estratégicas, quando se começava a reconhecer as derrotas táticas enfrentadas no Oriente<sup>267</sup>. Tal conteúdo dava conta também da insatisfação e da crescente oposição à Guerra do Vietnã nos EUA<sup>268</sup>, além de visões divergentes sobre o andamento da guerra e seu futuro desfecho<sup>269</sup>. É pauta frequente a desmoralização das forças armadas dos EUA frente ao papel desempenhado por civis vietnamitas. Nesse sentido, narrava como soldados norte-americanos estariam se irritando frente ao seu “papel ridículo, de bode expiatório do fracasso dos EUA no Vietnã”<sup>270</sup>.

Lembrava do chamado “massacre de My Lai”, numa aldeia vietnamita onde centenas de civis, a maioria deles mulheres e crianças, foram massacrados pelo Exército dos EUA. Teria sido a maior chacina da Guerra do Vietnã, ocorrida em 16 de março de 1968. Segundo Paulo Francis:

“Calcula-se em 600 mil vietnamitas mortos durante a guerra, a maior parte dos quais sob bombardeios, que excedem, quadruplicam, toda a dinamite usada na II Guerra e na Coreia. Eram ‘inimigos’? Quando se arrasa indiscriminadamente uma região rural pratica-se o genocídio puro e simples. Assim, o caso My Lai sugere mesmo é um expurgo nas Forças Armadas dos EUA. Só cheiramos de leve o fedor, por enquanto. O que vem por aí vai fazer os atos de barbárie na América Latina, lembrarem, na frase deliciosa de Machado de Assis, uma pulha de rapazes”<sup>271</sup>.

---

<sup>266</sup> FRANCIS, Paulo. Charles Woods, o pacifismo dá pé? *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 5 a 12 de setembro de 1969, n.11.

<sup>267</sup> FRANCIS, Paulo. Autocrítica do Pentágono. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 18 a 25/04/1970, n.43.

<sup>268</sup> FRANCIS, Paulo. América, América. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 16 a 22/10 de 1969, n. 17.

<sup>269</sup> FRANCIS, Paulo. Panorama visto de Hanói. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 3/05 a 10/05/1970, n.45.

<sup>270</sup> FRANCIS, Paulo. Autocrítica do Pentágono. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 18 a 25/04/1970, n.43.

<sup>271</sup> *Idem*.

Francis descreveu também longamente sobre o caso de Phan Ti Mao<sup>272</sup>, violentada por soldados norte-americanos que, sordidamente, planejaram seu sequestro, estupro e a posterior execução da moça, tirada de sua família na calada da noite. É interessante notar que essa matéria em particular despertou a atenção nos meios militares brasileiros, que anexaram o recorte de jornal no dossiê do IPM de Francis. A curiosidade é que tal iniciativa foi motivada mais pela linguagem do jornalista, descrevendo o estupro, do que propriamente por um suposto ato de subversão. Na fotocópia da matéria encontram-se circulados somente os trechos em que surgem palavras de baixo calão<sup>273</sup>.

As certezas do jornalista, do período de colunista para o *Última Hora*, tinham desabado. Percebe-se isso claramente ao longo de suas análises, formulando digressões sobre o papel do intelectual no mundo moderno, que deveria abdicar das certezas e prospectar a partir da incerteza. É dessa época a sua coletânea de artigos que leva o sugestivo título de *Certezas da dúvida*, fruto de parte de suas colaborações para a *Revista Civilização Brasileira* e para o próprio *O Pasquim*<sup>274</sup>. Sobre o papel do intelectual, Francis dizia:

Como George Orwell, [...] acredito que dizer a verdade (sujeita, por certo, às nossas limitações intelectuais) é a melhor política, a longo prazo. As mentiras táticas tendem a converter-se em estratégia final. Os apologistas de crimes históricos facilitam o trabalho de quem quer repeti-los e perpetuá-los<sup>275</sup>.

A tarefa do intelectual para Francis deveria ser sempre de denúncia. Essa seria a verdadeira política a longo prazo. Entende-se, assim, que haveria intelectuais que estavam baseando sua produção em cima de mentiras, em nome da defesa de estratégias com finalidade supostamente benéficas, mas que não tinham nexos com a realidade que se apresentava. A crítica à parte da esquerda, aqui, aparece implícita, mas perceptível de maneira mais nítida dentro do conjunto textual do autor. Nesse sentido, fica mais esclarecedor quando Francis analisa o caso da “traição” de Kusnetzov, literato soviético que se exilou na Inglaterra, deixando a URSS:

---

<sup>272</sup> FRANCIS, Paulo. *A iniciação de Phan Ti Mao na democracia*. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 8 a 14/1/1970, n. 29, p. 2.

<sup>273</sup> Ao final deste capítulo, como anexo, na *figura 9*, consta a matéria em questão e outros materiais selecionados sobre o conteúdo de Paulo Francis n.º *O Pasquim*.

<sup>274</sup> FRANCIS, Paulo. *Certezas da dúvida*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1ª ed. de 1970 - artigos].

<sup>275</sup> FRANCIS, Paulo. McCarthy no Brasil. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 a 18 de setembro de 1969, n.12.

O intelectual [...] tem um compromisso com a verdade, de que não pode abdicar, sob pena de destruir sua força criadora. Nesse sentido, a traição de Kusnetzov merece outro nome, e quem vê na liberdade uma exigência *sine qua non* de vida, deve solidarizar-se com ele. Ninguém disputa a sério o fato de que Kusnetzov, na Inglaterra, escreverá sobre o que quiser, coisa impossível na URSS e demais ditaduras [...]. A URSS não detém o monopólio da injustiça e da opressão, sem falar da censura. Esta inexistente apenas, em graus variáveis, nos países mais *adiantados* do Ocidente [grifo do autor]<sup>276</sup>.

Neste excerto, o jornalista deixa evidente a ideia de que a liberdade do intelectual seria fundamental para seu poder inventivo, não no sentido pejorativo do termo, de falsificação, e para a própria função do intelectual como tal. Fica evidente também a comparação com as democracias do ocidente. Para Francis, embora essas democracias tivessem inúmeros defeitos, não se comparariam ao efeito nefasto da repressão na URSS. Assim, chama atenção para a alcunha de “traidor” dado a Kusnetzov, o qual deveria ser rebatizado, de acordo com ele, já que aquele intelectual, em particular, nada mais teria feito do que cumprir a tarefa que qualquer outro intelectual deveria realizar: procurar um ambiente de liberdade para estimular o impulso criativo. É impossível deixar de lembrar sobre o recrudescimento no contexto repressivo vivenciado por Francis e pelos demais membros do jornal, imediatamente após o Ato Institucional nº 5. Percebe-se o incômodo de Francis com a situação e com o assunto relacionado à liberdade intelectual.

São várias as recorrências ao tema, especialmente quando o crítico expõe a esquerda ou os regimes de esquerda. Francis costumava divulgar diversos livros que lia. Assim, é interessante notar a ênfase que utiliza na sessão de “Dicas” d’*O Pasquim*, quando recomenda o livro de K. S. Karol sobre Cuba. Em primeiro lugar, elogia pela capacidade analítica e crítica. Em seguida, revela que Fidel Castro teria criticado o autor em discurso, chamando Karol de “pequeno esquerdista”. Francis, então, questiona se é “pequeno”, porque mereceria menção especial em discurso de um chefe de Estado? Assim, o autor argumenta: “Karol cumpriu o dever de todo o intelectual (não vou juntar adjetivo. Quem leva adjetivo já deixou de ser intelectual). Dá os fatos todos, pró e contra. Se explicita na frase famosa: a verdade é sempre revolucionária”<sup>277</sup>.

#### 2.4.2 O antistalinismo e o antiamericanismo

---

<sup>276</sup> FRANCIS, Paulo. O renegado em pratos limpos. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 25/9 a 1/10 de 1969, n. 14.

<sup>277</sup> FRANCIS, Paulo. Dicas: “Dói um pouquinho”. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 6 a 12/05/1971, n.96.

Na época em que começou a escrever para *O Pasquim*, Paulo Francis recém voltava de uma excursão à Europa, a serviço da editora *Abril*, para a publicação de artigos na revista *Realidade*. Sua primeira contribuição para essa revista, em relato de reportagem, tentava mostrar os indícios de crise religiosa e política (tanto à esquerda como à direita), presentes em âmbito mundial<sup>278</sup>. Temas recorrentes nos artigos de Francis, o antiamericanismo e o antistalinismo eram identificados como sentimentos presentes naquele contexto ímpar, em que se agregaria a crítica ao catolicismo:

Sistemas poderosos [...] como a democracia americana, o comunismo soviético e o catolicismo romano, são os alvos centrais de ataques. Têm de defender-se, principalmente do revisionismo interno, expandindo fileiras e crescendo em audácia, chegando a ameaçar-lhes a segurança e a continuidade<sup>279</sup>.

Mas sua mais completa reportagem sobre a URSS veio em sua penúltima contribuição para *Realidade*, que anunciava na capa: “Terror e morte na URSS de Stalin”<sup>280</sup>. Seu texto ocupava oito páginas da revista, incluindo amostra de documentos e diversos julgamentos quanto à extensão do estrago stalinista. Assim, observa-se em frases destacadas pela revista, a interpretação de que “na fúria assassina, Stalin superou Hitler”, “dividiu os camaradas, depois eliminou-os” e “discordar do ditador era trair a Revolução”. Na abertura do texto, o enunciado sintetizava quão condenável havia sido o regime: “A nação vivia um clima de pesadelo. Na história das tiranias, não se conhece exemplo maior de violência e indiferença pela vida humana”<sup>281</sup>.

A perseguição dessa linha crítica se dá de maneira contínua n’*O Pasquim*. As citações de Isaac Deutscher ou as máximas de George Orwell eram empregadas com frequência para criticar os soviéticos. Nos artigos em sequência “Somos todos iguais” e “Mais iguais”, nos números 27 e 28 d’*O Pasquim*, a referência dirigia-se explicitamente ao famoso enunciado “Todos somos iguais, mas alguns são mais iguais que os outros”, de George Orwell, da *Revolução dos Bichos*. No primeiro destes dois artigos, dizia acreditar na “ruína moral dos sistemas liberal-capitalista e comunista-leninista”, em que se teria “na década de 1970 um exame de consciência adequado à realidade”, o qual anularia “os ideologismos” cujos “estertores” eram presenciados<sup>282</sup>.

---

<sup>278</sup> FRANCIS, Paulo. O poder e a fé em crise. *Realidade*, Ano III, número 39, junho de 1969.

<sup>279</sup> *Idem*.

<sup>280</sup> FRANCIS, Paulo. Terror e morte na URSS de Stálin. *Realidade*, Ano IV, número 41, agosto de 1969.

<sup>281</sup> *Idem*.

<sup>282</sup> FRANCIS, Paulo. Somos todos iguais. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 25 a 31/12 de 1969, n. 27.

No artigo seguinte, as críticas de Francis voltavam a diagnosticar as crises “morais” dos EUA e URSS<sup>283</sup>. Os EUA passariam, na ocasião, por um ambiente de constante “neurose”, pois seus crimes cometidos no Vietnã, omitidos nos relatórios oficiais, estavam seguidamente vindo à tona. No caso da União Soviética, sua convicção era de que se tratava de um país “psicótico” e “sem passado”, em que não havia se despreendido da herança stalinista. De acordo com Francis:

Meus intérpretes, quando estive lá (1966), não conheciam sequer o Relatório Krushev contra Stálin. Sabiam que era um ataque, mas ignoravam os detalhes da matança de vinte milhões de pessoas, entre 1934 e 1953 (inclusive 800 mil membros do PC). Só existem lá versões oficiais para todos os acontecimentos. É um dos regimes políticos mais retrógrados da História, tendo tanto em comum com o socialismo libertário de Marx como Jesus Cristo com o inquisidor de Dostoiewski. Um Estado policial onde inexistente *habeas-corporis*, onde se mostra passaporte viajando internamente de uma república a outra, onde o cidadão é aquilo que o governo determina<sup>284</sup>.

No mesmo texto, paradoxalmente, Francis elogiava a URSS no cuidado com as crianças, nos serviços sociais do Estado, na qualificação de seus grandes quadros técnicos e na melhoria do nível de vida do povo. Porém, para ele, “a psicose social ante a falta de liberdades públicas é um fato que se atrita com tudo isso e é um estopim permanente”. Percebe-se como é intenso o anseio de Francis em condenar a falta de liberdades e a violação dos direitos humanos das pessoas. Quando finaliza o artigo, enquadra tanto a URSS quanto os EUA na ironia imortalizada por Orwell:

O imperialismo soviético já se estendeu do Leste europeu [...] ao Oriente Médio. A URSS é o poder dominante na região, graças às estrepolias de Israel. E explora tão cinicamente os árabes como os americanos seus ‘aliados’. Somos todos iguais, chamei assim o primeiro artigo. Os EUA e a URSS, entretanto, são mais iguais que os outros<sup>285</sup>.

Percebemos nessas passagens que Francis estava intuindo, desde suas matérias para a revista *Realidade*, sinais acerca da ruína dos regimes considerados por ele como “imperialistas”. Não acreditava na transformação das mencionadas nações, realizada pelo *establishment*, que na ocasião exercia o poder político naqueles países. Conforme suas colunas n’*O Pasquim*, além do que constatou de movimentação na juventude europeia,

---

<sup>283</sup> FRANCIS, Paulo. Mais iguais. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1970, n. 28.

<sup>284</sup> *Idem*.

<sup>285</sup> *Idem*.

quando viajava a serviço da editora Abril, acreditava que algo mudaria somente com a pressão popular:

Duvido [...] que ocorra reforma no comunismo de cima para baixo (prenunciada, abortivamente, por Dubcek; era dos velhos sonhos de Isaac Deutscher); ditaduras totalitárias só caem à força. E, muito menos, o *establishment* americano vai corrigir-se, mantendo *ilesa* sua estrutura, como deseja a plutocracia esclarecida dos EUA. A economia americana é igual a imperialismo. Exige uma crescente expansão imperialista. Ponto final<sup>286</sup>.

Os autores que Francis lia, certamente, eram suas principais fontes para criticar as grandes potências. No caso do stalinismo, as referências diretas eram a Trotsky e a Isaac Deutscher, mas também George Orwell e Bertrand Russell<sup>287</sup>. As insistentes críticas à URSS, parece, causavam alguma reação contra essa sua atitude. Chegou a lembrar, certa vez, que além das críticas à URSS também condenava os EUA: “Algumas pessoas me consideram inimigo profissional da União Soviética. Ainda não me chamam [...] de laçao da embaixada americana, talvez porque eu seja um crítico tão veemente do imperialismo americano como do soviético”<sup>288</sup>.

De maneira genérica, podemos resumir alguns dos temas mais abordados por Francis no semanário da seguinte maneira: Por meio de análises históricas e políticas, analisava o movimento *hippie* e a contra-cultura como fenômenos contemporâneos contra o irracionalismo conservador e a repressão presente em diversos ângulos da Guerra Fria. Assim, também os relacionava com os impasses políticos violentos no Oriente Médio e no Vietnã, com a falência do modelo soviético e norte-americano, que primariam pelo imperialismo político e cultural. Criticava a falência dos grandes sistemas de governo e a falta de preocupação com os graves problemas mundiais, lamentando os estoques de armas nucleares, as chacinas injustificáveis de civis no Vietnã e a desassistência em Biafra, na África, que sofria com a miséria e a fome.

Era pessimista, não vendo saídas para a repressão obstinada, o aumento da poluição e do “suicídio ecológico”; para ele, problemas até então insolúveis. Assim, não apontava caminhos a serem seguidos, embora apostasse nos intelectuais como verdadeira

---

<sup>286</sup> FRANCIS, Paulo. Novidades. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 23 a 29/10 de 1969, n.18.

<sup>287</sup> Em “Um home completo”, discorre sobre a trajetória de Bertrand Russell, que morrera em 2/2/1970, deixando claro que tinha exercido influência também sobre suas ideias. Russell era contrário à guerra do Vietnã e crítico do estalinismo. FRANCIS, Paulo. Um homem completo. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 12 a 18/02/1970, n.34.

<sup>288</sup> FRANCIS, Paulo. Seção “Dicas”. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 2 a 9/04/1970, n.41.

consciência do real, capazes de promover a transformação do mundo. Porém, no Brasil, segundo ele, esses intelectuais teriam sido castrados em 1964; na URSS faz a mesma crítica, dizendo que os intelectuais é que poderiam promover mudanças, mas ao realizarem críticas, eram duramente reprimidos. Ao adotar essa postura, Francis se portava como um intelectual com feições cosmopolitas, sem apoiar uma classe ou fração de classe em particular, mas que, por vezes, exercia funções conectivas com determinados interesses de classe, como no caso do anticomunismo soviético, atitude estimulada e financiada pelos serviços de inteligência estadunidenses, mesmo que o intelectual não tivesse o perfil condizente a ponto de simpatizar com a forma de democracia proposta pelos EUA.

A crítica à União Soviética era contundente, bem mais impactante do que a crítica que fazia ao capitalismo e ao imperialismo estadunidense. Isso não faz Francis tornar-se um intelectual orgânico da burguesia nacional ligada aos interesses estrangeiros ou diretamente dos interesses norte-americanos. Mas o esforço que fazia dentro do universo moral e cultural que pregava, desautorizava as propostas vigentes dentro do espectro político de esquerda. É preciso lembrar a ideia de que havia grandes interesses dos EUA, por intermédio da própria CIA, na divulgação do pensamento de intelectuais, como George Orwell e variados segmentos de trotskistas.

Mesmo que a maioria desses intelectuais não tivessem afinidades ideológicas com o lado oposto, dentro da noção de divisão do mundo em dois grandes blocos, os mesmos criticavam abertamente a URSS no período da Guerra Fria. Esses autores cumpriram o papel de reforçar a hegemonia norte-americana naquela ocasião. Então, pode-se dizer que há muita semelhança entre esses intelectuais com o caso de Paulo Francis, não apenas pelo autor identificar-se com o trotskismo, com George Orwell, Isaac Deutscher e com outros críticos do sistema soviético, mas especialmente pelo conteúdo de seus textos, reproduzindo inúmeras citações de autores críticos ao stalinismo, à ditadura cubana, à falta de liberdade no leste europeu e à rigidez partidária das organizações de esquerda.

Embora também criticasse o que entendia por “imperialismo americano”, sua aversão frente ao stalinismo e à URSS assumiam um tom de repúdio que se sobrepunha a qualquer outro regime político. Sua atuação junto à esquerda no *Última Hora* difere-se de sua trajetória da época d’*O Pasquim*. Sua atuação próxima ao nacionalismo da época, apoiando e formulando soluções para a política do cotidiano, deram a ele um caráter mais conectivo junto ao bloco populista em torno de João Goulart, entre 1962 e 1964, e, posteriormente, à radicalização pré-1964, quando sugeria um golpe dado pela esquerda.

Apesar de ter tido simpatias por Miguel Arraes e Brizola, sua atuação no jornal se configura estratégica ao lado do perfil editorial mantido por Samuel Wainer.

N’*O Pasquim*, ao que parece, não tem um papel conectivo como o da época anterior, pois não apontava caminhos para a política do cotidiano, embora condenasse, em âmbito internacional, os regimes que considerava nefastos. Percebe-se também que, para ele, o golpe representou um ponto de inflexão, muito mais do que as crises da esquerda chegadas de fora, talvez porque tenha refletido melhor sobre a questão da repressão e da censura, essa última, diretamente ligada às limitações em sua profissão, especialmente após o AI-5. Ao confrontar sua realidade com as alternativas de esquerda até então existentes, acabara arrefecendo muitas de suas certezas anteriores. Nesse sentido, a bolsa concedida pela Fundação Ford, talvez, não tenha sido lhe dada por mero acaso, pois era interesse daquela instituição, por meio da intermediação da CIA, que intelectuais com o perfil de Francis continuassem exercendo a função de críticos do sistema soviético e seus congêneres.

Mas esse último ponto é apenas especulação. Nem mesmo temos notícias sobre a contrapartida desta bolsa. Em uma entrevista para o próprio *O Pasquim*, Francis esclarece que deveria levantar fontes e pesquisar. Algum vestígio dessa contrapartida poderia encontrar-se apenas nos arquivos da Fundação Ford, em Nova Iorque<sup>289</sup>.

Os artigos n’*O Pasquim* continuaram a ser enviados até janeiro de 1976, quando acertou contrato como correspondente em Nova Iorque da *Folha de São Paulo*. Naquela época, quem realizou as tratativas com ele fora Claudio Abramo, jornalista também identificado com o trotskismo. Abramo estava trabalhando como editor da *FSP* em 1975. Francis já tinha feito para a empresa alguns trabalhos *freelancer*, como o acompanhamento do caso *Watergate*<sup>290</sup>.

#### 2.4.3 A “janela para os EUA”: *O Pasquim*, *Tribuna da Imprensa* e *Opinião*

---

<sup>289</sup> Na sede da *Fundação Ford* no Rio de Janeiro, conforme confirmado com funcionários da instituição, não constam documentos do início da década de 1970.

<sup>290</sup> Paulo Francis acompanhou não apenas o desfecho do caso *Watergate*, em 1974, época dos artigos *freelancer* para a *FSP*, como vinha analisando aquele processo desde a reeleição de Nixon, em 1972. Tamanho foi o material elaborado por ele, naquela oportunidade, que publicou um livro, ainda em 1972, reunindo vários de seus artigos, chamado *Nixon x McGovern*: FRANCIS, Paulo. *Nixon x McGovern*: As duas Américas. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1972.

Ainda que não seja um recorte sistematicamente pesquisado nesta tese, cabe apresentar breves curiosidades sobre o período profissional que Francis passou a vivenciar a partir de seu novo posto, em Nova Iorque, antes de passar a trabalhar exclusivamente para a *Folha de São Paulo*. Entre 1971 e 1975, foram tempos de intensa produção textual de Francis. A quantidade de textos semanais n’*O Pasquim* não diminuiu, mantendo-se também em termos de frequência, e a coluna no *Tribuna da Imprensa* era exigência diária. Além disso, havia os artigos esporádicos para as revistas *Visão*, *Status*, *História* e *Mais*. Na mesma direção, o jornalista contribuiu, a partir de outubro de 1972, para o jornal *Opinião*, dirigido por Fernando Gasparian, o mesmo empresário que intermediou sua bolsa por meio da Fundação Ford. A tríade “*Pasquim*; *Opinião*; e *Tribuna da Imprensa*” caracterizou uma marcante passagem de Francis pela chamada “imprensa nanica” ou “alternativa”, com concepções contra-hegemônicas frente ao regime engendrado pela ditadura, nos anos mais duros da repressão e da censura.

Essa tríade de periódicos tinha um adversário comum, manifesto na ditadura, mas seus formatos e composição editorial eram distintos sob vários aspectos. Já explicamos o caráter humorístico d’*O Pasquim* e de seu formato anárquico, bem como a característica plural encontrada em sua redação. O vespertino *Tribuna da Imprensa* e o semanário *Opinião* eram diferentes nesse sentido. O primeiro levava muito da concepção jornalística aguerrida de Hélio Fernandes, o qual costumava dizer que “jornal é combate”<sup>291</sup>. O jornalista, por meio desse jornal, acabou notabilizando-se pela marca da polêmica no jornalismo político e de opinião. Ao todo, com destaque para o período ditatorial, mas não se restringindo somente àquela época, Fernandes foi preso nove vezes, tendo passado por três exílios e sofrendo trinta e sete processos.

Já o semanário *Opinião* nasceu com um projeto arrojado, com a finalidade de realizar uma atuante e compromissada oposição à ditadura, pretendendo manter um padrão informativo mais intelectualizado. Reproduzia e traduzia textos publicados por periódicos estrangeiros, como matérias do jornal francês *Le Monde* e do britânico *The Guardian*, além de artigos da revista estadunidense *New York Review of Books*. Seu primeiro editor-chefe foi o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, que mais tarde, depois de suas discordâncias com a linha editorial do jornal tornarem-se incompatíveis com o mesmo, viria a criar o semanário *Movimento*. A exemplo d’*O Pasquim*, ambos sofreram com o boicote de

---

<sup>291</sup> Entrevista com Hélio Fernandes. *Observatório da Imprensa*, n. 721, publicada em 21/04/2014. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/a-d-entrevista-helio-fernandes/>>. Acesso em 23/05/2014.

anunciantes, estimulado pela repressão. O *Tribuna da Imprensa* esteve em vários momentos com situação financeira muito delicada, mantendo poucos colaboradores e pouco mais de uma dezena de páginas impressas a cada exemplar. Tinha a seu favor a fidelidade de certos leitores e anunciantes, além da tradição de seu nome. O *Opinião*, em contraste, foi um periódico que teve imediata repercussão, chegando a vender 38 mil exemplares semanais em uma das tiragens no primeiro ano de circulação e, levando em conta as dificuldades frente à ditadura, teve considerável sucesso em meio ao cenário alternativo à grande imprensa, apesar de seus curtos cinco anos de existência.

Paulo Francis, ao contrário de Hélio Fernandes, não utilizou o *Tribuna da Imprensa* para polemizar contra o regime ditatorial. Seus textos seguiam as temáticas que já eram expostas n’*O Pasquim*. Tendo em consideração aquele período, a partir de meados de 1971, percebe-se a sua tendência cada vez mais frequente na disposição em narrar o cotidiano político e cultural dos EUA, caracterizando-se de fato como um correspondente estrangeiro, ainda que com suas feições particulares, dependendo para qual periódico escrevia. No *Tribuna da Imprensa*, Francis adotava um tom mais formal e procurava uma feição narrativa mais intimista junto ao leitor. No *Opinião*, por outro lado, procurou enfatizar “informações e estimativas fora da rotina de agências, mas de maneira impessoal”, conforme ele mesmo declarava<sup>292</sup>.

Antes do primeiro número de *Opinião* ser publicado, havia rumores da criação do semanário e da participação de intelectuais e conhecidos jornalistas. Jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo teriam noticiado o fato e anunciado os nomes de alguns futuros colaboradores. Por esse motivo, Fernando Gasparian foi chamado a prestar esclarecimentos na Polícia Federal, onde foi recebido pelo major Braga. Segundo o relato do próprio Gasparian, reproduzido por José Pinheiro Machado:

O major Braga tinha na mesa um anúncio que havíamos feito, e leu em voz alta os nomes de todos que iriam escrever em *Opinião*. Quando foi lido o nome de Paulo Francis, uma moça que estava na sala, e fazia parte da equipe que censurava o *Pasquim*, comentou: “É preciso cuidado com este Paulo Francis, porque é um homem muito traçoeiro. Escreve bem, a gente gosta do que ele escreve, mas, no fundo, a gente não percebe bem o que ele está querendo dizer, acabamos aprovando a matéria e terminamos suspensos. É um sujeito ruim: fez com que vários colegas daqui

---

<sup>292</sup> Carta de Paulo Francis a Raimundo Pereira, 6/12/73 [sic], arquivo Raimundo Pereira. Apud KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991. p. 176.

perdessem o emprego. Gente que tinha família, filhos e precisava do emprego<sup>293</sup>.

No entanto, sua participação em textos assinados no *Opinião* foi escassa, somando apenas quatro artigos nos cinco anos de existência do jornal, sendo três textos publicados nos primeiros quatro números do semanário. Antes disso, para além do receio dos censores, parece ter havido uma considerável expectativa do editor-chefe frente à repercussão da participação de reconhecidos colaboradores para aquele jornal, como era o caso de Francis. De acordo com o que conta o próprio Raimundo Pereira, quando ficou pronto o primeiro número de *Opinião*, a primeira impressão que teria vindo à tona seria o reconhecimento à fama de Paulo Francis:

Eu peguei o jornal e saí com ele. O primeiro popular que passou eu disse assim, “escuta, o que você acha deste jornal?” Ele olhou o jornal e viu, e disse “esse jornal deve ser bom, porque tem o Paulo Francis”. Porque era um jornal de gente famosa [...] e o Paulo Francis era famoso<sup>294</sup>.

Francis, embora tenha enviado poucos artigos assinados para *Opinião*, permaneceu listado na contracapa do semanário, desde o primeiro número, em outubro de 1972, até dezembro de 1973, como o correspondente estrangeiro de Nova Iorque a serviço do jornal. A razão de constar entre os membros colaboradores, mas não identificarmos seus textos em 1973, pode ser a de que tenha enviado e mantido artigos não assinados durante aquele ano, mas é pouco provável. Bernardo Kucinski conta que no princípio de 1973, dada a dificuldade econômica frente ao arrocho salarial e más condições de trabalho que atingiram o *Opinião*, os editores, Mário de Almeida, da redação no Rio de Janeiro, e Arlindo Munglioli, da sucursal de São Paulo, abandonaram o semanário. Paulo Francis teria saído do jornal também naquele momento, demonstrando descontentamento com a edição mal feita e desavisada de seus escritos. O último texto dessa época assinado pelo jornalista, publicado no semanário, foi o artigo intitulado “Erros da tecnocracia”, do início de dezembro de 1972<sup>295</sup>. Foi justamente o mesmo texto reivindicado por Francis em carta destinada a Raimundo Pereira, que teria modificado o artigo em pontos importantes,

---

<sup>293</sup> MACHADO, José Antonio Pinheiro. *Opinião x censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978, p. 24-25.

<sup>294</sup> Depoimento de Raimundo Pereira. Projeto “*Resistir é preciso*” (Instituto Vladimir Herzog). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R9kGn14EiJQ>>. Acesso em 15/06/2012.

<sup>295</sup> Francis voltaria a colaborar uma vez mais, anos depois, para *Opinião*, com o artigo publicado no princípio de abril de 1975, tratando sobre o perfil das principais correntes políticas que corriqueiramente disputavam a grande política nos Estados Unidos: FRANCIS, Paulo. EUA: Os liberais e os conservadores. *Opinião*, Rio de Janeiro, 4/4/1975.

conforme reclamava o jornalista. Pereira teria alegado que os cortes ocorreram no artigo em função de “pressa” e “carência de recursos”. A carta de Francis é divulgada e reproduzida por Bernardo Kucinski:

Defini as condições em que eu colaboraria com o jornal, prestando esclarecimentos à editoria, quando fosse o caso, mas, na tradição de autor de artigos assinados, não queria que meu texto sofresse alterações, particularmente sem licença minha. Pedi uma resposta e até hoje não obtive... verifico agora que meu artigo, que saiu sob o título: “Erros da tecnocracia”, levou dois cortes em passagens que me parecem importantes... não quero ser chato e colaboro com prazer em *Opinião*, que me parece melhorar de número em número, e poderá ser uma contribuição importante à imprensa brasileira... me ocorre, no entanto, que você não queira minha colaboração... se for o caso compreendo perfeitamente... mas insisto em que se colaborar, meu texto seja respeitado... Já estava me perguntando como vocês conseguem editar um jornal tão grande e com matérias interpretativas com tão pouca gente, logo não me surpreendi ao saber das dificuldades... quanto à questão dos cortes... você fala em corte por motivos técnicos. Muito bem: me diga o número exato de palavras que quer. Não há problema. Em seguida, há os cortes de passagens fora do estilo do jornal. Aqui você precisa me dar exemplos conceituais, a fim de eu evitá-los. Censura: você decide, o que eu aceito perfeitamente... escrevo uma coluna ultra-pessoal para a *Tribuna*. É como se fosse uma conversa com o leitor. No *Pasquim* me atenho ao estilo e espírito chacoalhativo do jornal. Em *Opinião* procurei dar informações e estimativas fora da rotina de agências, mas de maneira impessoal, no que me parece ser o tom do *Guardian Weekly*... acho que podemos nos entender sem ultimatoss mútuos. Reclamei dos cortes não só porque foram feitos sem minha autorização, embora isso pese, claro, mas porque, a meu ver, foram errados [...]<sup>296</sup>.

Segundo Kucinski, esse tom cavalheiresco não se manteve durante muito tempo, havendo trocas de farpas entre os dois jornalistas e o conseqüente abandono de Francis das colaborações para *Opinião*. De maneira bem diferente transcorreu sua relação com Hélio Fernandes e a *Tribuna da Imprensa*. A soma dos artigos de Francis entre 1971 e 1975 resultou em centenas de colaborações. O jornal, entretanto, era restrito aos círculos cariocas, não tendo a mesma visibilidade que acabaram conquistando os semanários *O Pasquim* e *Opinião*, sendo distribuídos e repercutidos em outros Estados brasileiros.

De modo geral, independente do periódico em que escreveu nesses anos transcorridos a partir de meados de 1971, Francis passou a ser visto por alguns como uma espécie de “janela para os EUA”, como sugeria Otto Maria Carpeaux. A expressão de

---

<sup>296</sup> Carta de Paulo Francis a Raimundo Pereira, 6/12/73 [sic], arquivo Raimundo Pereira. *Apud* KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991. p. 176. É provável que a data correta da carta seja dezembro de 1972 em vez de dezembro de 1973.

Carpeaux, no semanário *Opinião*, inspirada pela resenha que fez do livro de Francis Nixon x McGovern: *as duas Américas*, publicado pelo jornalista em 1972<sup>297</sup>, ecoou nas costumeiras piadas d’*O Pasquim* e em outros círculos. O livro, aliás, tratando da análise da campanha para a eleição presidencial dos EUA, disputada entre Richard Nixon, candidato do Partido Republicano, e McGovern, candidato dos Democratas, foi elogiado tanto por colegas jornalistas quanto por acadêmicos brasileiros<sup>298</sup>, desejosos por mais informações sobre bastidores e acerca das feições internas estadunidenses, em oposição às informações sempre limitadas transmitidas pela grande imprensa da época.

Independente disso, percebe-se que há a constituição de uma voz de autoridade diante do que Francis escrevia sobre a sociedade e política dos EUA. Não foi acaso. O jornalista conseguiu construir seu *ethos* e seu reconhecimento perante seus leitores (alguns deles, ilustres colegas seus). Em meados da década de 1970, ainda complementando sua renda com artigos extras, colaborou com alguns textos para a *Folha de São Paulo*. Logo seria contratado em definitivo. Foi então que o jornalista ingressou na grande imprensa paulista, abandonando terminantemente a chamada imprensa “nanica” ou “alternativa”.

---

<sup>297</sup> Segundo Carpeaux, “Mesmo nos prédios que, por este ou aquele motivo, são mantidos fechados, existem janelas. O Brasil está assim dizer fechado para ocupar-se exclusivamente em exportar calçado para a África ocidental e importar café de El Salvador. Mas temos nossa janela, que ainda nos permite olhar para fora. A janela chama-se Paulo Francis. Paulo Francis é espécie de nosso embaixador intelectual nos Estados Unidos. Ilumina a cena política, econômica, social, cultural dos Estados Unidos com as luzes do seu espírito irreverente e do seu estilo mordaz”. CARPEAUX, Otto Maria. Uma janela para a América (resenha de Nixon x McGovern, de Paulo Francis). *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 8, 25/12/1972 a 1/1/1973, p.22.

<sup>298</sup> Além da resenha elogiosa do jornalista Otto Carpeaux, pode-se consultar a resenha do pesquisador, professor e Doutor em História, Edgar De Decca, igualmente simpatizante do referido livro de Paulo Francis. DECCA, Edgar Salvadori de. Recensão de Nixon X MacGovern, de Paulo Francis. *Revista de história da USP*, São Paulo, vol. 48, n. 98, abr/jun de 1974, p. 612-615.

**A INICIAÇÃO DE PHAN TI MAO NA DEMOCRACIA**



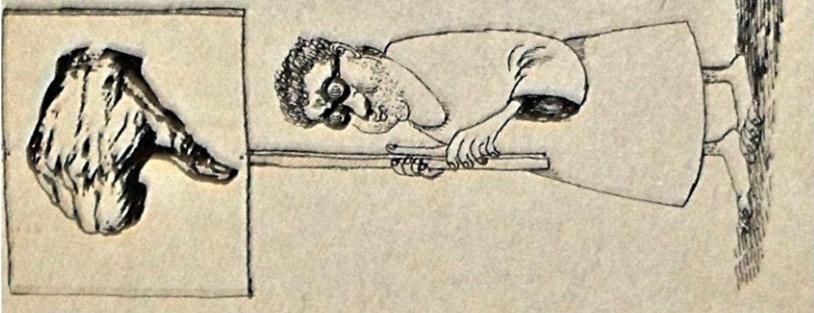
PARAFRASEIO QUE MISTURA CONSCIÊNCIA E ALCANTARÁ TORNANDO EM BILCOO

**Paulo Francis**

"Não é a loucura que convulsiona o mundo. É a consciência". Assim fala Bhabkov, o magistrado-investigador de Malamud em *The*

néle o seu rifle M-16. O V. velou-se um bitafato. O búr brevia As 10.30. chetaram

**Fig. 1**



**Fig. 2**

NOS SO PROFETA ESTA HONE! ESTÁ HONNO! A Tãããã!

**Fig. 2**

● SALMO 23 DE FRANCIS( PAULO)



**Fig. 3**

POIS LIVROS DA TURMA DO PASQUIM

**Ótila, você é bárbara.**

DE JAGUAR

POR NCR\$1,00 (a ainda leva de qudra e autografo do Sig.

**OPINIÃO PESSOAL**

DE PAULO FRANCIS

POR NCR\$8,00 (nos livros premiados, o autografo do homem que raciocina em bloco)

PEÇA AGORA PELO REEMBOLSO POSTAL PARA

**COSANOSTRA**

SUA CLARISSE INRIQ DO BRASIL 32 - BOTAFOGO - RIO (88)

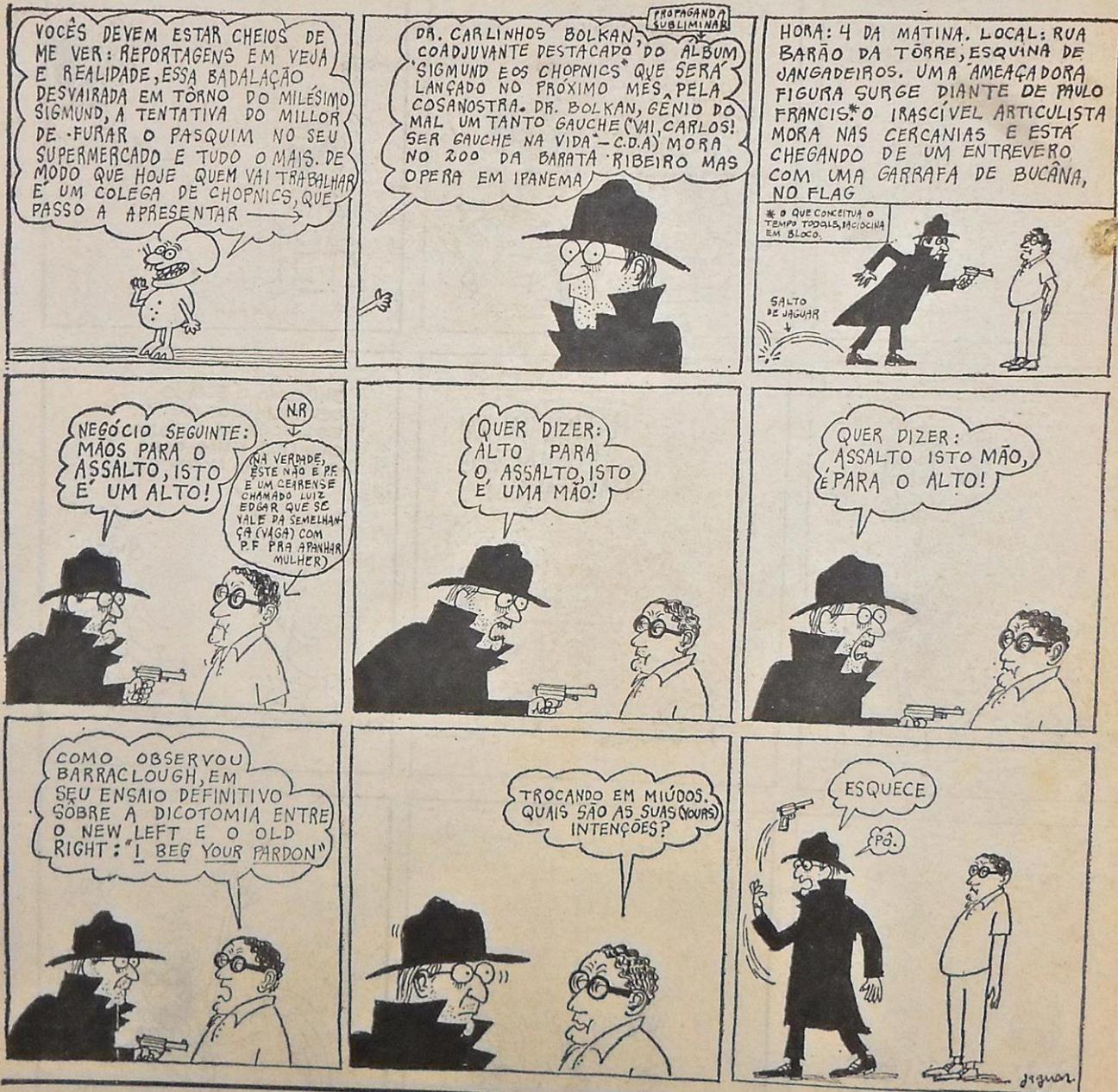
**Fig. 4**

**Imagem 5 - Cartuns para Paulo Francis**

- Fig. 1:** *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 8 a 14/1/1970, n. 29, p. 2.  
**Fig. 2:** *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 25/2 a 3/3/1971, n. 86, p. 12.  
**Fig. 3:** *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 12 a 18/3/1970, n. 38, p. 35.  
**Fig. 4:** *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 19 a 25/2/1970, n. 35, p. 26.

# SIGMUND

Jaguar



TIRAGEM COMPROVADA:

200.000 exemplares

**O PASQUIM**

Expediente — Conselho de Redação: Tarso de Castro (Editor), Sérgio Jaguaribe (Editor de humor), Sérgio Cabral (Editor de texto), Paulo Garcez (Editor de fotografia), José Grossi (Diretor Comercial), Redação e Administração: Rua Clarisse Índio do Brasil, 32 — Tel.: 226-4764. Rio-GB. antes): Rua João Adolfo, 118, 3.º andar, fons. 37-7958 e 471. Distribuição exclusiva para toda o Brasil: Distribuidora Abril Ltda. — R. Emílio Goeldi, 575 — Caixa Postal 945 — São Paulo. Exemplares Atrasados: S. Paulo: R. Brigadeira Tobias, 773 — Guanabara: R. Sacadura Cabral, 141.

O PASQUIM COMO  
O MAC. MÍNIMA.  
E UM  
DO ANA  
SEM NENHUM  
CARATER

Imagem 6 - Paulo Francis em quadrinhos (Jaguar)

MILLOR FERNANDES, que não é homem de deixar a bola cair, continua a história do JAGUAR

# PAULO FRANCIS'S LAST RIDE

<p>ESTA HISTÓRIA É DO MEU PONTO-DE-VISTA. SOU UM TERRÍVEL ELEMENTO DA COSA NOSTRA, (MÁFIA, MAMA MIA, MÃO NEGRA) E NÃO POSSO APARECER.</p>	<p>AQUI ESTOU EU VIGIANDO A CASA DO PAULO FRANCIS. FUI ENCARREGADO DE ACOMPANHAR UM DIA DO HOMEM QUE RACIOCINA EM BLOCO. CONCEITUANDO O TEMPO TODO. CALUDA! LÁ VEM ÉLE!</p>	<p>O PORTEIRO CUMPRIMENTA O IRASCÍVEL ARTICULISTA</p> <p>BOM DIA, DR. PAULO!</p> <p>BOM DIA COMO, SE BIA-FRA ESTÁ EM CHAMAS DES DE DEZEMBRO DE 68, SEGUNDO MALAMUD E DES DE FEVEREIRO DE 68, SEGUNDO O NEW-YORK. (NÃO CONFUNDIR COM O NEW YORKER O MAGRO!)</p>
		<p>SE VOCÊS AINDA NÃO SABEM ATÉ AGORA O QUE SÃO ESSES TRACOS, EU DIGO: SÃO MINHAS PESTANAS. AH, O INCLITO CRONISTA JÁ TEM UM NOVO INTERLOCUTOR.</p>
<p>SIGO PAULO FRANCIS ATÉ O CORREIO DA MANHÃ.</p> <p>EVIDENTEMENTE HA'AI UM DUPLO SENTIDO INALCANÇADO EM PORTUGUÊS. EM INGLÊS CASUALTY QUER DIZER TAMBÉM CASUALIDADE ASSIM (LATO SENSO)..</p>	<p>NA RUA DO OUIDOR, INDEFESA À SUA(S) PASSAGEM, O ARTICULISTA ESBARRA EM ÊNIO SILVEIRA.</p> <p>VOCÊ VIU MINHA NOVA EDIÇÃO DO ENSAIO DO EXISTENCIALISMO DO GEORGE...</p> <p>LUKACS JÁ NÃO ME INTERESSA, NEM A ESCURDA ORTODOXA E A NEW LEFT TAMBÉM ESTÁ POR FORA. ISAAC DEUT...</p>	<p>UM HUMANO NISMO RADICAL QUE DE CAPITE TODAS AS VACAS SAGRADAS? BARRACLOUGH DIZ QUE SIM. EU, QUE NÃO.</p>
<p>MEUS OLHOS SE FECHANDO QUANDO ÉLE PENETRA NA ELETROBRAS.</p>	<p>ACHO QUE DORMI. JÁ SÃO 6 HORAS E ÉLE JÁ ESTÁ NA MATINÊ DO FLAG.</p>	<p>MEU DEUS! COMO TERÁ COMEÇADO ESSE DIÁLOGO?</p>
<p>VALE CITAR OGLESBY: "SANGRO, LOGO EXISTO." A ÊNFASE ESTÁ NA ANTI-TEORIA.</p>	<p>QUE O ÓRGÃO SEXUAL SEJA O TRANSMISSOR DA GRACA, VISTA POR PASOLINI, NADA TEM DE HOMOSSEXUAL E O ÓRGÃO ATIVO: SE FALHAR NADA ACONTECE</p>	<p>PUXA! LÁ ESTÁ ÉLE NA EMBAXADA AMERICANA. SERÁ QUE...? ÉLE FALA COM O DIRETOR DE DIVULGAÇÃO MOWINCKEL.</p> <p>SOME OF US, BRAZILIAN WRITERS ARE FIERCE CRITICS OF THE US FOREIGN POLICY BUT WE WILL TAKE OUR HORSES OUT OF THE RAIN IF...</p>
<p>JÁ SÃO 4 DA MATINA. ESTOU CAINDO DE SONO. MEU VIGIADO NÃO CAUSA. NO FLAG, NOVOS BLOCOS DE CONCEITUAÇÃO</p>	<p>NA PORTA DA BARÃO DA TORRE DEIXO ENTRAR RUBEM BRAGA. E SÓ ENTÃO PUZO O MEU REVÓLVER</p>	<p>YES!</p>
<p>SÁUL FRIEDLANDER PROVA QUE PIIXII PREFERIA A VITÓRIA DE HITLER... À DE STÁLIN...</p> <p>EIS QUE ÉLE SE LEVANTA. TERMINARAM MINHAS 24 DE ORIENTAÇÃO. TENHO AS PROVAS. SIGO O COLUNISTA ATÉ EM CASA.</p>	<p>PAULO FRANCIS!</p> <p>ÉLE SE VOLTA (OU ÉLE QUE SE VOLTA)</p>	<p>PREPARE-SE PARA MORRER. VOCÊ SABE DE MAIS!</p>

Imagem 7 - Paulo Francis em quadrinhos (Millôr Fernandes)

# SIGMUND

Jaguar

FALOU  
E  
DISSE



TIRAGEM COMPROVADA :

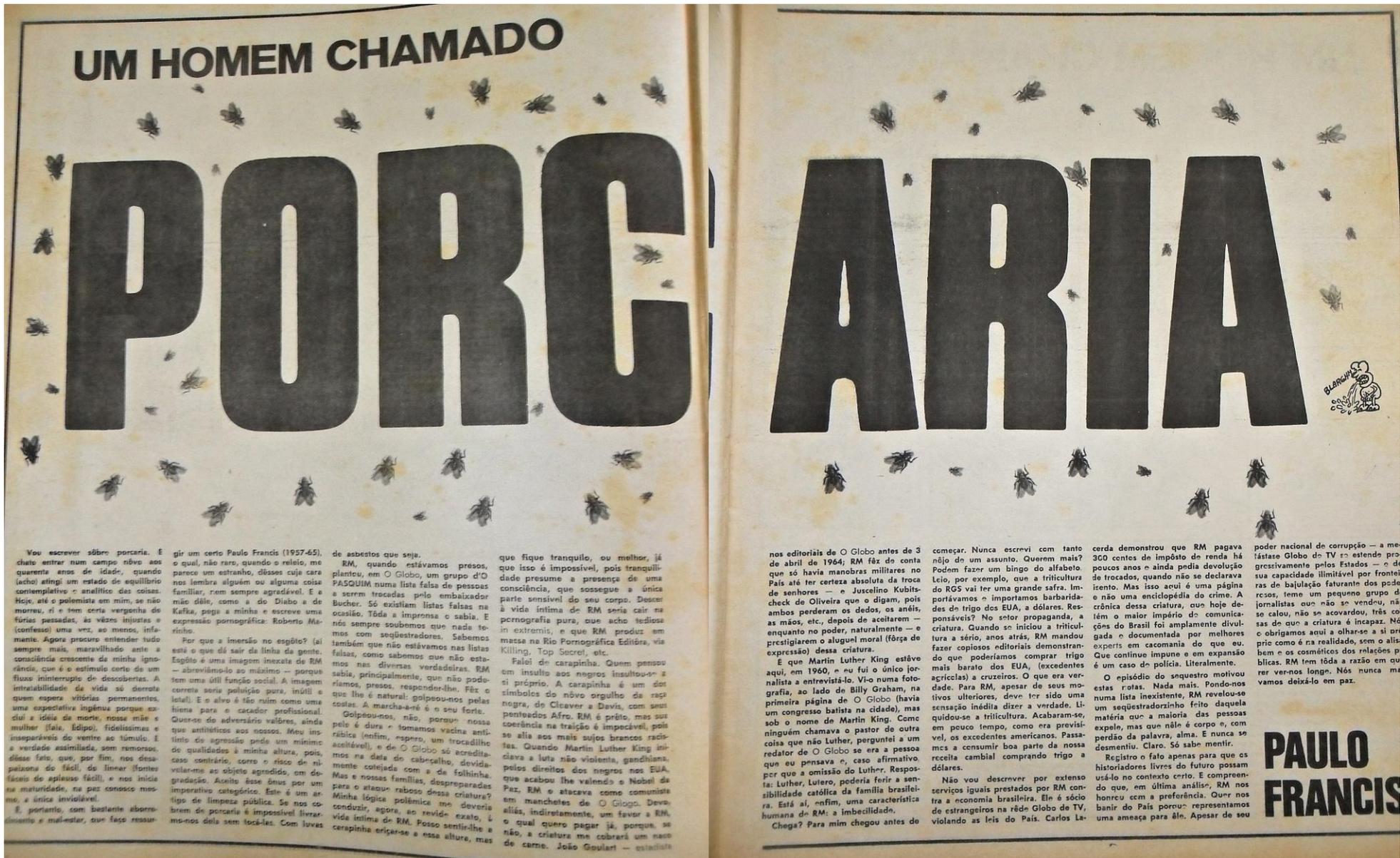
225.000 exemplares

## O PASQUIM

Expediente — Conselho de Redação: Tarso de Castro (Editor), Sérgio Jaguaribe (Editor de humor), Sérgio Cabral (Editor de texto), Paulo Garcez (Editor de fotografia), José Grossi (Diretor-Comercial), Redação e Administração: Rua Clarisse Índio do Brasil, 32 — Tel.: 226-4764. Rio-GB. Diretor-Responsável: Murillo P. Reis. São Paulo (representantes): Rua João Adolfo, 115-3.º andar, tels.: 35-7958 e 32-9434. Impresso no Correio da Manhã, Av. Gomes Freire, 471. Distribuição exclusiva para toda o Brasil: Distribuidora Abril Ltda. — R. Emilio Goeldi, 575 — Caixa Postal, 945 — São Paulo. Exemplares atrasados: São Paulo: R. Brigadeiros Tobias, 773 — Guanabara: R. Sacadura Cabral, 141.



Imagem 8 - Paulo Francis em quadrinhos (Jaguar)



# UM HOMEM CHAMADO

# PORCARIA

BLANQUIN  
1971

Vou escrever sobre porcaria. É chato entrar num campo novo aos quarenta anos de idade, quando (acho) atingi um estado de equilíbrio contemplativo e anelítico das coisas. Hoje, até o polemista em mim, se não morreu, si e tem certa vergonha de fúrias passadas, as vészes injustas e (confesso) uma vez, ao menos, infamante. Agora procuro entender tudo sempre mais, maravilhado ante a consciência crescente da minha ignorância, que é o estímulo certo de um fluxo ininterrupto de descobertas. A intratibilidade da vida só derrota quem rapera vitórias permanentes, uma expectativa ingênua porque crucial a ideia de morte, nosse mãe e mulher (Isis, Edipo), fidelíssimas e inseparáveis do ventre ao túmulo. É a verdade assimilada, sem remorsos, dissesse fato, que, por fim, nos desapaixona do fácil, do linear (fontes fáceis de apêndice fácil), e nos inicia na maturidade, na per-conhecimento, a única inevitável.

É por tanto, com bastante esborreadimento e mal-estar, que faço ressur-

gir um certo Paulo Francis (1957-65), o qual, não raro, quando o releio, me parece um estranho, diáspora cujo cara nos lembra alguém ou alguma coisa familiar, rem sempre agradável. E a não dóle, como a do Diabo e de Kafka, pega a minha e escreve uma expressão pornográfica: Roberto Marinho.

Por que a ironia no espólio? lei está o que dá sair da linha da gente. Espólio é uma imagem inexata de RM — sobrevivendo ao máximo — porque tem uma útil função social. A imagem correta seria poluição pura, inútil e letal. E o alvo é tão ruim como uma liana para o caçador profissional. Quando de adversários valôres, ainda que antitéticos aos nossos. Meu instinto de agressão pede um mínimo de qualidades à minha altura, pois, caso contrário, corre o risco de nivelar-me ao objeto agredido, em degradação. Aceito esse ônus por um imperativo categórico. Este é um artigo de limpeza pública. Se nos correntes de porcaria é impossível livrar-mos dela sem tocá-las. Com luvas

de asbestos que seja.

RM, quando estávamos presos, plantou, em O Globo, um grupo d'O PASQUIM numa lista falsa de pessoas a serem trocadas pelo embaixador Bucher. Só existiam listas falsas na ocasião. Toda a imprensa o sabia. E nós sempre soubemos que nada temos com sequestradores. Sabemos também que não estávamos nas listas falsas, como sabemos que não estamos nas diversas verdadeiras. RM riamos, presos, responder-lhe. Fêz o que lhe é natural: golpeou-nos pelas costas. A marcha-está é o seu forte.

Golpeou-nos, não, porque nossa pele é dura — tomamos vacina antirrábica (entim, espero, um trocadilho aceitável), e de O Globo só acreditamos na data do cabralho, devidamente colejada com a de folhinha. Nas e nossas famílias, despreparadas. Minha lógica polêmica me deveria conduzir, agora, ao revide exato, à vida íntima de RM. Posso sentir-lhe a carapinha crizar-se a essa altura, mas

que fique tranquilo, ou melhor, já que isso é impossível, pois tranquilidade presume a presença de uma consciência, que sequege a única parte sensível do seu corpo. Descer à vida íntima de RM seria cair na pornografia pura, que acho tediosa in extremis, e que RM produz em massa na Rio Pornográfica Editora, via Killing, Top Secret, etc.

Falou de carapinha. Quem pensou em insulto aos negros insultou-se a si próprio. A carapinha é um dos símbolos do novo orgulho da raça negra, de Cleaver a Davis, com seus penteados Afro. RM é prôto, mas sua coerência na traição é impecável, pois se alia aos mais sujos brancos racistas. Quando Martin Luther King iniciava a luta não violenta, gandhiana, pelos direitos dos negros nos EUA, que acabou lhe valendo o Nobel de Paz, RM o atacava como comunista em manchetes de O Globo. Devo, aliás, indiretamente, um favor a RM, o qual quero pagar já, porque, se não, a criatura me cobrará um não de carne. João Goulart — estadista

nos editoriais de O Globo antes de 3 de abril de 1964; RM fêz de conta que só havia manobras militares no País até ter certeza absoluta da troca de senhores — e Juscelino Kubitschek de Oliveira que o digam, pois ambos perderam os dedos, os anéis, as mãos, etc., depois de aceitarem — enquanto no poder, naturalmente — e prestigiarrem o aluguel moral (força de expressão) dessa criatura.

É que Martin Luther King esteve aqui, em 1960, e eu fui o único jornalista a entrevistá-lo. Vi-o numa fotografia, ao lado de Billy Graham, na primeira página de O Globo (havia um congresso batista na cidade), mas sob o nome de Martin King. Com ninguém chamava o pastor de outra coisa que não Luther, perguntei a um redator de O Globo se era a pessoa que eu pensava e, caso afirmativo, por que a omissão do Luther. Resposta: Luther, Lutero, poderia ferir a sensibilidade católica da família brasileira. Está aí, enfim, uma característica humana de RM: a imbecilidade.

Chega? Para mim chegou antes do

começar. Nunca escrevi com tanto nojo de um assunto. Querem mais? Podem fazer um bingo do alfabeto. Leio, por exemplo, que a triticultura do RGS vai ter uma grande safra. Importávamos e importamos barbaridades do trigo dos EUA, a dólares. Responsáveis? No setor propagandá, a criatura. Quando se iniciou a triticultura a sério, anos atrás, RM mandou fazer cópias editoriais demonstrando que poderíamos comprar trigo mais barato dos EUA, (excedentes agrícolas) a cruzeiros. O que era verdade. Para RM, apesar de seus motivos ulteriores, deve ter sido uma sensação inédita dizer a verdade. Liqüidou-se a triticultura. Acabaram-se, em pouco tempo, como era previsível, os excedentes americanos. Passamos a consumir boa parte da nossa receita cambial comprando trigo a dólares.

Não vou descobrir por extenso serviços iguais prestados por RM contra a economia brasileira. Ele é sócio de estrangeiros na rede Globo de TV, violando as leis do País. Carlos La-

cerda demonstrou que RM pagava 300 centos de imposto de renda há poucos anos e ainda pedia devolução de trocados, quando não se declarava isento. Mas isso aqui é uma página e não uma enciclopédia do crime. A crônica dessa criatura, que hoje detém o maior império de comunicações do Brasil foi amplamente divulgada e documentada por melhores experts em cacomania do que eu. Que continue impune e em expansão é um caso de polícia. Literalmente.

O episódio do sequestro motivou estas rotas. Nada mais. Pondo-nos numa lista inexistente, RM revelou-se um sequestradorzinho feito daquela matéria que a maioria das pessoas expela, mas que não é corpo e, com perda da palavra, alma. E nunca se desmentiu. Claro. Só sabe mentir.

Registro o fato apenas para que os historiadores livres do futuro possam usá-lo no contexto certo. E compreendo que, em última análise, RM nos honrou com a preferência. Quer nos banir do País porou representamos uma ameaça para ele. Apesar de seu

**PAULO FRANCIS**

Imagem 9 - RM: Um homem chamado porcaria

FRANCIS, Paulo. Um homem chamado porcaria. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 14 a 20/1/1971, n. 80, p. 2 e 3.

# A INICIAÇÃO DE PHAN TI MAO NA DEMOCRACIA



FRANCIS, O QUE  
CONCEBERIA O TEMPO  
TORNAR-SE E RACIONAR  
EM BLOCO

## Paulo Francis

"Não é a loucura que convulsiona o mundo. É a consciência". Assim fala Bibikov, o magistrado-investigador de Malamud em *The Fixer* (O Homem de Kiev), que Dirk Bogarde fixou para sempre em nossa memória no filme de Frankenheimer. Pois muito bem: está em algumas bancas de Ipanema e Copacabana *The New Yorker*, edição de 18 de outubro de 1969, que contém a reportagem de Daniel Lang, *Casualties of War* (Baixas de Guerra, mas, em inglês, *casualty* quer dizer também *casualidade*, o que dá ao título um duplo sentido inalcançado em português). O trabalho de Lang já virou livro e *The New Yorker* deve ser fácil de encontrar em São Paulo (capital). Seria uma pena, porém, que ficasse restrito aos leitores de inglês nos centros maiores. Vou resumir *Casualties of War* aqui. É um assunto de interesse internacional.

Em 18 de novembro de 1966, uma patrulha de 5 soldados norte-americanos foi fazer uma missão de reconhecimento num ponto qualquer próximo do Mar da China, no Vietnam do Sul. Seus nomes, postos e idades: Tony Meserve, sargento, de 21 anos, veterano de 3 anos na guerra; Ralph Clark, cabo, de 22 anos; Sven Eriksson, 22 anos; e dois primos, Rafael (Rafe) e Manuel Diaz, de 21 anos, os três últimos, praças. Os nomes (como os demais dos militares citados na reportagem) são fictícios, mas os fatos, verdadeiros, nos arquivos do Pentágono. Lang baseou-se em documentos autenticados, nos autos dos processos movidos contra Meserve, Clark, Diaz e Manuel e no depoimento pessoal de Eriksson, a testemunha única de acusação na corte marcial dos outros 4, o nosso, Bibikov redivivo num mundo que nada fica a dever ao deserto por Malamud e Frankenheimer.

Antes de partirem, Meserve reuniu os companheiros e disse-lhes que arranjaria uma mulher para comerem e que, depois, a matariam a fim de evitar pena (rapto, estupro e, naturalmente, homicídio são passíveis de pena de morte pelo regulamento disciplinar do exército dos EUA). Clark aceitou a idéia com entusiasmo. Diaz e Manuel riram, Eriksson não sabe se encabulados ou porque pensavam que Meserve brincava (o sargento disse que faria aquilo para levantar o moral da patrulha, expressão considerada humorística na tropa).

Eriksson ouviu em silêncio e aconselhou-se com um amigo para saber se deveria denunciar o plano de Meserve aos oficiais. Nega-

tivo. O outro duvidou da coragem de Meserve de fazer uma "coisa tão louca". Eriksson manteve suas dúvidas, mas engoliu-as.

Eriksson já notara certos direitos das tropas americanas no Vietnam, irrelacionados com a estratégia militar, na frase dele. Assim, qualquer soldado podia matar sem aviso vietnamitas encontrados nas estradas, depois do toque de recolher das 7 da noite. Também era permitido fuzilar vietnamitas que corresse. Isto mesmo. Estou transcrevendo a frase literalmente. Dias depois de uma cidade de que a unidade de Eriksson se safou, dois prisioneiros V.C. foram assassinados "como exemplo". Um cabo começou a estrangular outro prisioneiro, e quando este já estrebuchava, um oficial impediu a consumação.

Eriksson não é propriamente um Bibikov, com aquela luminosidade intelectual e moral de Malamud & Bogarde. É um moço modesto e inseguro, que completou apenas o 4.º ano ginasial, carpinteiro de profissão. Mas éle descreve bem as pressões internas da vida militar. O maior pavor do soldado, excetuando-se os V.C., é ser tido como "proscrito", diferente dos companheiros, individualista (isso acontece também fora da vida militar, por certo, porém nesta, durante uma guerra, as forças baixas de conformismo vão ao auge).

A patrulha chegou à aldeia de Ca Tuong, no distrito de Phu My. Meserve começou a procurar uma mulher nas choças dos camponeses, com a assessoria de Clark. Quem descobriu Phan Ti Mao, porém, foi Rafe, berrando: "Tem uma menina ótima ali! Ela tem um dente de ouro!" A excitação de Rafe, segundo Eriksson, seguiu-se uma expressão de susto. Meserve e Clark invadiram a choça aponta-

da. Os outros ficaram do lado de fora, encabulados.

Phan Ti Loc (17 anos), irmã de Mao (19 anos), contou mais tarde aos investigadores do Exército o que aconteceu. Meserve e Clark entraram de lanterna acesa em punho, acordando as duas mães e a mãe delas. Eram 6 horas da manhã e escuro. O pai da família estava no mercado de Phu My, longe. A mãe chorou e implorou, e as irmãs se abraçaram contra a parede. Mao foi agarrada pelos dois soldados que lhe amarraram as mãos atrás do corpo.

Meserve, com Mao agregada, tocou a patrulha a toda velocidade possível. Temia ser visto pelas patrulhas em helicópteros, que, normalmente, interrogam ou carregam prisioneiros nos campos de batalha. Clark segurava Mao pelo cotovelo. Na saída da aldeia, crianças cercaram a patrulha, falando animadamente. Phan Ti Loc e Mao olharam-se uma vez mais, aterrorizadas, lembra-se Eriksson. A patrulha avançava. Um grito de dor fez com que estacassem. Era a mãe de Mao. A mãe de Mao chorava e gritava. Meserve ordenou-lhe: "Dec de" (de o fora, em vietnamita). A mãe tinha um pequeno xale na mão e, afinal, os soldados entenderam que ela queria dar o xale a Mao. Encabulamento geral. Finalmente, Clark sorriu, tomou o xale e enfiou o xale na boca de Mao.

Mais adiante, Manuel depositou a mochila dele nas costas de Mao, soltando (em troca?) as mãos da moça. As 8 da manhã, Meserve deu um alto na patrulha, para tomarem café. Tiraram o xale da boca de Mao, mas não lhe deram comida.

Lá pelas tantas, Rafe viu um V.C. mexer-se na mata. Despejou

nêlo o seu rifle M-16. O V.C. revelou-se um búfalo. O búfalo sobreviveu.

As 10.30, chegaram ao topo da colina 192 (o caso é conhecido, no Pentágono, como "o incidente na colina 192"). Meserve procurou e achou uma choça abandonada, que lhe servisse de posto de comando. Havia água perto e uma vista geral do ambiente. Na choça, encontraram uma mesa, um banco e os restos de um colchão de palha, além de latas velhas, pedras e pedaços de metal. A estrutura da choça estava para cair com enormes buracos nas paredes de lama, mas permanecia essencialmente intacta. Meserve ordenou a Eriksson e Rafe que limpassem o lugar e deixou Mao sob a guarda deles. Manuel aliviou Mao da mochila dele. Mao observou Eriksson e Rafe fazendo a faxina. Depois de algum tempo, deu a eles uma mão.

Meserve e outros voltaram uma hora mais tarde, por volta de meio-dia. A patrulha almoçou, novamente sem alimentar Mao. Descansando no chão, sentindo-se refrescado, Meserve disse: "É hora de começar a brincaideira". Clark vibrava por antecipação. Rafe e Manuel pareciam menos ansiosos. Eriksson, frio e tenso.

Meserve notou o constrangimento de Eriksson. Quis saber se ele ia participar de Mao. Eriksson sacudiu a cabeça. Meserve ameaçou de morte. Clark enfiou a ameaça, enquanto os dois Diaz pareciam apenas perplexos. Meserve chamou Eriksson de covarde e viado. Rafe e Manuel disseram depois às autoridades que o medo do ridículo a que Eriksson foi submetido e que os fez entrar na choça. Contaram do pavor de ambos de se tornarem objeto de gozo dos companheiros do batalhão, de virem a ser os "peles", como dizemos aqui.

O sargento foi o primeiro a entrar na choça. Logo depois, Eriksson ouviu os gritos de horror e de dor de Mao, que se repetiram em onda, interrompidos, segundo Eriksson, apenas pela necessidade de Mao respirar. Em alguns minutos, os gritos converteram-se em soluços constantes. Meserve reapareceu do lado de fora. Estava sem camisa. Tinha uma expressão de potência agressiva. Disse: "Ela é boa paca, e limpa mesmo". Em seguida, mandou Rafe servir-se.

No seu testemunho, Rafe contou que Mao estava nua num canto, com as mãos amarradas nas costas. E mais: "Ela parecia tão inocente, tão calma". (continua).

### Imagem 10 - Artigo de Francis rabiscado pelos militares

FRANCIS, Paulo. A iniciação de Phan Ti Mao na democracia. O Pasquim, Rio de Janeiro, 8 a 14/1 de 1970, n. 29. *Apud* Processo de Franz Paulo Heilborn (CISEx 00140). IPM enviado ao Ministério do Exército. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, p. 237.

### **CAPÍTULO III – Acesso à grande imprensa paulista: *Folha de SP***

A partir de agora, passaremos a identificar as características que marcaram a trajetória de Paulo Francis na grande imprensa paulista. Os principais jornais de São Paulo (*FSP* e *OESP*), embora sempre alimentassem disputas intestinas, sustentaram pontos fundamentais de convergência, especialmente no final dos anos 80 e início dos 90, em relação à adesão da agenda ultraliberal, que se tornou hegemônica a partir da década de 1990 no Brasil. Tal agenda foi amplamente difundida e vulgarizada pela grande imprensa brasileira, com destaque para os grandes jornais e revistas, que funcionaram como Aparelhos Privados de Hegemonia.

Assim, a partir de então, começava a vigorar o “pensamento único” e a conformação para o consenso em torno do que comumente se tornou conhecido como “neoliberalismo”. Tentaremos traçar paralelos entre o discurso de Paulo Francis e da *FSP* em relação a determinados temas, focando também alguns momentos históricos específicos. Dessa forma, faremos a análise e a contextualização da entrada de Francis para o jornal, iniciando a análise na segunda metade da década de 1970, apontando elementos significativos de sua contínua mudança de orientação político-ideológica, até meados da década de 1980. Serão apontados aspectos de seu discurso que se relacionam à lenta e controlada abertura política brasileira. Pontuaremos alguns traços de seu polemismo, que esteve ausente por um tempo, mas se aguçou em meio às suas colunas do jornal em final dos anos 1970, culminando finalmente em seu papel como intelectual orgânico, vulgarizador da agenda ultraliberal no final dos anos 1980, utilizando a sua coluna na *FSP* como canal de comunicação para disseminação de tal receituário.

Sua atuação mais marcante, nesse sentido, transcorreu de forma mais evidente na campanha política das eleições presidenciais de 1989, em que o jornalista atacava o Partido dos Trabalhadores (PT) e o candidato desse partido, Luiz Inácio Lula da Silva, acabando por apoiar a candidatura de Fernando Collor de Melo, do PRN, naquelas eleições. Além disso, anunciava o fim do socialismo e a inevitabilidade em aderir ao capitalismo, afirmando a necessidade de adotar medidas contra o crescimento do Estado e a favor de uma sociedade de consumo, calcada economicamente na força da iniciativa privada, na abertura ao capital estrangeiro, impulsionada por privatizações, onde houvesse desregulamentações de toda ordem.

Antes disso, todavia, para compreender melhor o contexto de sua atuação intelectual, é necessário apresentar um breve panorama do surgimento do ultraliberalismo e

seu impacto no Brasil. Os intelectuais e os Aparelhos Privados de Hegemonia tiveram grande contribuição no Brasil para divulgar a agenda ultraliberal. A *FSP* e Paulo Francis incluem-se no rol de disseminadores dessa doutrina, especialmente a partir do final da década de 1980. Por isso, faz-se necessário também, em seguida, explicar determinados aspectos da linha editorial do jornal que foram oscilando através do tempo, gradativamente incorporando o receituário de tal agenda.

### 3.1 O Ultraliberalismo: “Neoliberalismo” em questão<sup>299</sup>

O chamado neoliberalismo traduz-se em uma doutrina econômica que reapropria o liberalismo *laissez faire* em sua feição mais radical, pregando a quase total liberdade da iniciativa privada, contra as regulamentações econômicas do Estado, contrapondo-se ao chamado Estado de bem-estar social, dominante nas principais economias do pós-guerra. O crescimento dessa doutrina está ligado diretamente às crises econômicas dos anos 1970 e 1980, mas também está relacionado a um esgotamento do chamado keynesianismo, doutrina que orientava aquele Estado de bem-estar social, que começava a dar sinais de sua limitação como um meio eficaz de acumulação capitalista já nos anos 1960.

Em seu livro *O Neoliberalismo, história e implicações*, David Harvey apresenta uma oportuna contribuição para a discussão do que entende por “neoliberalismo”, tentando evidenciar as fraquezas teóricas e as contradições referentes às proposições e práticas adotadas por aquela doutrina<sup>300</sup>. De acordo com o autor, a doutrina neoliberal prega que a promoção do bem-estar das pessoas deve ser realizada a partir do livre empreendedorismo individual no âmago de uma estrutura social institucionalizada, “caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio”<sup>301</sup>.

Para a liberação das potencialidades individuais, a doutrina exige o Estado mínimo. No entanto, ao historicizar o processo que veio a dar forma ao neoliberalismo, Harvey

---

<sup>299</sup> A exemplo de autores como Francisco Fonseca e Virgínia Fontes, preferimos adotar o termo ultraliberalismo no lugar de neoliberalismo. Conforme Fonseca: “Utilizaremos o termo ultraliberal, em vez de neoliberal, devido à vulgarização deste último, que, desta forma, mais confunde do que esclarece. Como a própria grande imprensa se refere ao liberalismo de forma pouco criteriosa, a ideia de um ultraliberalismo revela-nos a radicalidade – no sentido da implementação de uma agenda bem determinada e em razão de seu *modus operandi* – com que os liberais do século XX atuaram com vistas à obtenção da hegemonia”. FONSECA, Francisco. Grande imprensa, ultraliberalismo e criminalização dos movimentos sociais: dimensões globais e locais. *Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina "Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições"*, 2006. Consultado em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/franciscofonseca.pdf>>, acesso em 25/09/2013.

<sup>300</sup> HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

<sup>301</sup> *Idem*, p. 12.

mostra a paradoxal evidência de que a criação de um mercado livre exige grande intervenção estatal. A história recente tem demonstrado justamente isso. Ao verificarmos os governos de Margaret Thatcher (como *Première*), na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, vemos que ambos serviram de modelo para a doutrina. Thatcher era conhecida como a *Dama de Ferro*, cuja expressão sintetiza a sua implacável maneira de lidar com as medidas impopulares adotadas, dirigindo a política e a economia britânicas entre 1979 e 1990. Além disso, realizou as manobras necessárias para que o Estado se adequasse às novas diretrizes e regras que deram um caráter reformador à sua estrutura institucional. Sem aquela inflexível atuação estatal, o chamado “neoliberalismo”, ou seja, o ultraliberalismo, dificilmente teria se imposto de forma “negociável”.

A receita, por sinal, não esperou por muitos diagnósticos, sendo rapidamente absorvida pelos principais organismos econômicos e financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, os quais pregavam os ajustes ultraliberais em âmbito global<sup>302</sup>. Harvey não deixa de mencionar a significativa atuação dos intelectuais. Primeiro menciona o papel desempenhado pelo grupo Mont Pélérin, do economista Friedrich Hayek, defensor da ideia de que a economia deve evoluir espontaneamente, pois, segundo Hayek, os fenômenos econômicos seriam extremamente complicados e impossíveis de serem controlados por um organismo central. Da mesma forma, posteriormente, foi fundamental a disseminação dos preceitos desenvolvidos pelos chamados *Chicago Boys*. O grupo oriundo da *Escola de Chicago*, do polêmico economista Milton Friedman, foi muito influente na América Latina, agregando em suas turmas vários alunos latino-americanos. É bastante conhecido o fato de que boa parte dos principais economistas chilenos foi formada em Chicago, discípulos de Friedman, dando suporte ao projeto econômico implantado na ditadura de Pinochet, no Chile.

Não apenas no Chile, mas em outros países da América Latina, a adoção das receitas ultraliberais se fez presente, primeiramente, durante o período em que vigoraram as Ditaduras de Segurança Nacional, as quais começaram na década de 70, à exceção do Brasil. Sem dúvida, para o subcontinente, cenário de frequente intervenção dos EUA, os ecos da Guerra Fria sempre pressionaram a favor da assimilação da política agressiva no plano internacional adotada pelos estadunidenses. Na década de 80, ampliaram-se as margens de pressões ultraliberais sobre a América Latina, principalmente devido à relação com o vizinho do Norte. Tendo Ronald Reagan à frente do governo nesta década (1981-

---

<sup>302</sup> *Ibidem*, p. 38.

1989), os EUA incentivaram a política de desregulamentação dos mercados para os países latino-americanos, além de estimular o combate ferrenho contra a “esquerdização” no subcontinente. Foi um cenário ímpar de potencial hegemonização dos imperativos políticos estadunidenses, lembrando que a época era de agudização das contradições do bloco soviético.

Apesar do forte anticomunismo da ditadura brasileira e do regime de colaboração em maior ou menor grau com os EUA, o Brasil só viria a adotar os princípios mais radicais do ultraliberalismo na década de 90, embora eles já estivessem em gestação no país nos anos 80 e, gradativamente, conquistando a adesão principalmente da grande imprensa. Alguns desses princípios, conforme descreve Harvey, como as privatizações e a abertura internacional ao mercado de capitais, estiveram na agenda do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, posteriormente, aprofundados e somados a uma verdadeira reforma do Estado brasileiro, do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002)<sup>303</sup>.

Na década de 1980, no contexto de transição para a democracia, ainda havia laços significativos com o chamado projeto “nacional-desenvolvimentista”, em que se percebia expressiva resistência contra o ideal privatista em importantes segmentos sociais e intelectuais. No entanto, parece que a frustração com o primeiro governo civil, liderado por José Sarney, aliada à crise econômica interna e à pressão externa para a adesão da nova agenda, fizeram com que o cenário fosse se transformando aos poucos. A eleição de Collor de Mello, em grande parte, foi uma aposta de diversos setores sociais, capitaneados por parcela do empresariado nacional e pela grande mídia, que depositaram esperanças de que o novo governo cumprisse pelo menos certos pontos dessa citada agenda, entre eles a estabilidade monetária e as privatizações de variadas empresas do setor público. No entanto, o governo Collor foi abreviado pelo fracasso na tentativa de impor um choque na economia e especialmente pela condenação dos flagrantes escândalos de corrupção.

Após o governo Itamar Franco (1992-1994), o ultraliberalismo impor-se-ia no país durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. As ações do princípio dos oito anos do período FHC (1994-2002) imitam as iniciativas da *première* Margaret Thatcher: há o confronto com o sindicato dos petroleiros, somado à criação do Proer<sup>304</sup>. Este teve a

---

<sup>303</sup> Segundo Elaine Behring, a reforma do Estado brasileiro (ou contra-reforma, como a autora prefere designar) foi feita através de um sistemático plano empreendido pelo governo e pelo mentor da reforma, Bresser Pereira, de modo que seus contornos mais significativos tenham se dado por volta do segundo semestre de 1995, depois de seguidas medidas provisórias decretadas pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso. Ver: BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez, 2003.

<sup>304</sup> Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional.

justificativa de fomentar o mercado livre, mas serviu mais para impedir a quebra do sistema bancário. As privatizações foram também um quesito importante e um dos maiores pilares do governo. Outras duas questões relevantes dizem respeito à constante discussão em torno da “flexibilização” das leis trabalhistas<sup>305</sup>, além da ortodoxia econômica implementada. A desregulamentação de direitos adquiridos pelos trabalhadores visou dinamizar a ação das entidades privadas, o que vai ao encontro dos ditames apregoados pela agenda ultraliberal. O Plano Real, orquestrado por Fernando Henrique Cardoso, mas elaborado no final do Governo Itamar Franco, cortou os gastos do Estado, enxugou os salários e conteve a inflação.

O Plano Real integrou, junto com outros planos de estabilização econômica, uma articulação empreendida durante o *Consenso de Washington*, em 1989, quando se reuniram economistas das mais imponentes instituições financeiras, como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. O encontro foi fundamentado a partir das proposições de John Williamson, economista do *International Institute for Economy*. Depois do encontro, acordou-se uma política de propagação de certas medidas, as quais, no ano seguinte, incorporaram-se à cartilha oficial do Fundo Monetário Internacional<sup>306</sup>. As instituições financeiras participantes do encontro tornaram possível a renegociação das dívidas, objetivando que os países endividados obtivessem novos empréstimos. A contrapartida era a exigência da desregulamentação dos mercados e a livre circulação das inversões financeiras<sup>307</sup>. Conforme Fiori,

O Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizção de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial<sup>308</sup>.

Concomitantemente, as condições internas foram favoráveis também à receptividade do Plano, devido ao desgaste provocado pela acumulação constante de quadros inflacionários e instabilidades políticas. Segundo Elaine Behring, esse quadro, com elementos combinados, teria assegurado a popularidade dos gestores locais,

---

<sup>305</sup> O neologismo “flexibilização” foi largamente empregado como um eufemismo substitutivo para “perda de direitos”, concernente às legislações reguladoras do trabalho.

<sup>306</sup> Para um panorama mais detalhado a respeito do Consenso de Washington e suas repercussões no Brasil, ver: FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997; BENJAMIN, César *et al.* *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998; BEHRING, Elaine, *op.cit.*

<sup>307</sup> BEHRING, Elaine, *ibidem*, p. 156.

<sup>308</sup> FIORI, José Luís, *op.cit.*, p. 14.

defensores da então “nova política econômica”<sup>309</sup>. Além disso, é importante que se mencione certos grupos que apoiaram tal projeto no Brasil, em especial os órgãos de imprensa, dos diversos Aparelhos Privados de Hegemonia e dos intelectuais. A *Folha de São Paulo* foi um dos jornais que aderiu à agenda ultraliberal. Seu discurso editorial em direção à defesa do ultraliberalismo se desenvolve ao longo da década de 1980, estando ligado indissociavelmente ao processo histórico em pauta. Entre outros acontecimentos, este processo está intrinsecamente relacionado à transição política brasileira, com o fim da ditadura na segunda metade da década de 1980 e com o primeiro governo civil instituído. Esse período foi dotado de uma forte crise no cenário brasileiro, com estagnação econômica, altos índices de inflação e crescente descrédito político. Os discursos editoriais da *FSP* oscilaram em relação às medidas econômicas sugeridas, que deveriam ser adotadas para sanar a crise brasileira. Essa oscilação também acompanhou Paulo Francis dentro de sua gradativa virada ideológica.

### **3.2 A gestão do ultraliberalismo no discurso da *Folha de São Paulo***

A *FSP* é um dos maiores jornais do país, tanto em se tratando de tiragem como em termos de estrutura física e de material humano. O jornal foi criado no início da década de 1920, na cidade de São Paulo, por jornalistas que se contrapunham aos interesses das elites paulistas rurais, privilegiadas, na época, pelo opositor e maior jornal da cidade de então, *O Estado de São Paulo*. A partir da década de 1950 foi moldando mais claramente um perfil político republicano e liberal, atuante desde esse período com a perspectiva de absorver os setores médios sociais como público leitor preponderante<sup>310</sup>. A partir do golpe de 1964, o jornal passou por importantes transformações, tanto no corpo jornalístico quanto no campo técnico e tecnológico, que se fizeram sentir e foram aprofundadas mais nitidamente ao longo da década de 1970.

Pouco antes da contratação de Paulo Francis, em 1975, a *FSP*, na primeira metade da década de 1970, vinha mantendo uma linha de atuação política tênue e dúbia diante da ditadura. Em 1971, por exemplo, havia sido acusada de disponibilizar veículos a agentes militares para ações repressivas, tendo por esse motivo três camionetes incendiadas por

---

<sup>309</sup> BEHRING, Elaine, *op.cit.*, p. 156 e 157.

<sup>310</sup> MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: IMPRES, 1981.

grupos de resistência ao regime<sup>311</sup>. Em razão desse episódio, os editoriais começaram a reforçar as críticas aos grupos que combatiam com armas a ditadura. Esse foi um momento bastante conturbado, seguindo-se também uma crise interna, quando se suspenderam os editoriais entre 1972 e 1973. Nesse período, paralelo ao momento do auge da repressão, a *FSP* manteve-se quase na inércia em relação a eventuais críticas contra o regime ditatorial e tendo cuidado na abordagem de temas mais polêmicos<sup>312</sup>. A partir de 1974, coincidindo com a ascensão de Geisel, progressivamente, a *FSP* tornava-se mais ousada em relação aos temas apresentados em suas páginas, como a divulgação dos surtos de meningite em São Paulo (tema proibido pela censura) e os questionamentos quanto à morte do jornalista e professor da USP, Vladimir Herzog, por exemplo. No entanto, mantinha postura de alinhamento quanto à proposta de “abertura lenta e gradual” alavancada pelo regime durante o período Geisel<sup>313</sup>.

A *FSP* passou então por uma importante reformulação entre 1975 e 1976, quando Cláudio Abramo reassumiu a direção editorial (já havia sido responsável pelo setor entre 1965 e 1973). Importantes profissionais foram contratados naquele período, entre eles Alberto Dines, Tarso de Castro, Jânio Freitas, Osvaldo Peralva e o próprio Paulo Francis, entre outros. Foram realizadas uma série de reformas gráficas e incrementos nas subdivisões temáticas do jornal, além de outras modificações técnicas<sup>314</sup>. Pouco tempo depois, o jornal colheu os resultados das mudanças, tendo aumentado sua circulação, congregando mais leitores, especialmente entre as camadas médias sociais e atraindo também os leitores mais jovens<sup>315</sup>. Porém, naquele contexto, o periódico também passou por dificuldades dentro da redação, especialmente frente à censura. Em função do aumento das perseguições políticas e da repressão, o jornal deixou de apresentar editoriais a partir de 1977. Nessa época, Abramo foi afastado e substituído por Boris Casoy na chefia de redação. O motivo teria sido pela pressão do ministro do Exército à época, Sílvio Frota. Conforme Mino Carta:

---

<sup>311</sup> Segundo Gaspari: “A prisão de um veterano da ALN abortou um plano de explodir o prédio da *Folha de S. Paulo*. A organização teria chegado a roubar um carro-tanque com 6 mil litros de gasolina. Carros da empresa eram emprestados ao DOI, que os usava como cobertura para transportar presos na busca de ‘pontos’, e o próprio autor da ideia, depois de capturado, viu-se enfiado num deles”. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: As ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 404.

<sup>312</sup> MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. *Op.cit.* p.228-229.

<sup>313</sup> *Idem.*

<sup>314</sup> Cláudio Abramo já tinha em seu currículo o fato de ter estado a frente das mudanças de formatação e conteúdo d’*O Estado de S. Paulo* entre 1952 e 1963. Para ter acesso aos relatos do jornalista sobre suas experiências nessas reformas dos grandes jornais de São Paulo, ver: ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>315</sup> MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *Op.cit.* p.234-237.

No dia 17 de setembro de 1977 Cláudio Abramo foi afastado da direção da redação da *Folha de São Paulo*, atendendo a pressões do ministro do Exército, em seguida à publicação de uma crônica assinada por Lourenço Diaféria e tida como ofensiva à memória do duque de Caxias<sup>316</sup>.

A crônica de Lourenço Diaféria referia-se a um sargento que salvara um menino dentro de um poço de ariranhas, em um jardim zoológico de Brasília. Ao pular no poço e ter sido atacado pelos animais, após ter retirado a criança, não resistiu aos ferimentos e faleceu. Diante do ato do militar, Diaféria o elogiou, exemplificando que aquele era um verdadeiro ato de heroísmo, sendo aquele homem um herói, preferindo ele a outros heróis simbólicos, como o duque de Caxias. Citou então a estátua do duque de Caxias, que estaria oxidando na praça Princesa Isabel, em São Paulo. Acrescentava ainda que o povo estaria cansado de espadas e cavalos<sup>317</sup>. O colunista foi preso. Diante disso, também, Cláudio Abramo, por estar na chefia de redação e não ter vetado o artigo do colunista, acabou sofrendo as consequências. Além disso, certamente, Abramo estava sendo visto com maus olhos nos círculos militares pelo fato de ser conhecido como “um homem de esquerda”, declarando-se trotskista, e recaído-lhe acusações de manipular a redação do jornal. Nesse sentido, Elio Gaspari, baseado em um informe do SNI, diz o seguinte:

Alguns gatos, como Abramo, Francis, Carta e Dines, circulavam na redação e escreviam para os leitores. Outros, para o SNI. Uma análise intitulada O Problema da Infiltração de Esquerda nos Meios de Comunicação de Massa em SP informara que a contaminação do jornal superava a das outras publicações e que isso se devia ao “integral controle do jornalista comunista Cláudio Abramo que há alguns anos desempenha na empresa um papel de eminência parda”. Acusava-o de esconder as notícias que denunciavam as ditaduras comunistas e de “derrubar os editores de formação democrática”<sup>318</sup>.

Conforme estaria exposto nesse informe, Abramo seria visto como uma “infiltração da esquerda” dentro do jornal, com grande poder de veto e influência. Assim, diante de tal desconfiança, nada mais conveniente para estes agentes da ditadura do que usar o caso de Diaféria para afastá-lo. Entretanto, a influência e mesmo a suposta subversão de Abramo dentro do jornal deve ser matizada. Poderia supor-se que ele pudesse incentivar um conteúdo de maior crítica ao regime, mesmo dentro das limitações da censura. Porém, quanto a um suposto perfil de esquerda, beneficiando tal linha dentro da *FSP*, o próprio

<sup>316</sup> CARTA, Mino. Prefácio. In: ABRAMO, *op.cit.* p. 11.

<sup>317</sup> DIAFÉRIA, Lourenço. Herói. Morto. Nós. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 01/09/1977.

<sup>318</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 446.

Abramo, em um relato de meados da década de 1980, descartava tal possibilidade, argumentando que o jornal não era seu e que seguia “a regra do jogo”, deixando transparecer o caráter de submissão incontestável aos donos dos jornais:

Nunca fui impedido de dar nenhuma informação importante, mas já fui muito limitado no meu direito de opinar sobre certos assuntos. Isso é normal. Se o jornal não quiser publicar, não publica, mesmo porque não é meu. Acho até engraçado o constrangimento com que essas coisas são apresentadas a nós, jornalistas, pelos donos. Não se trata de censura: o jornal é deles e eles fazem o que quiserem. Não é uma propriedade pública, é uma propriedade privada [...]. Em meus artigos pode-se perceber que tenho uma tendência acentuadamente popular, embora sempre me mantenha no limite. Se eu publicar que Antônio Ermínio de Moraes não pode ser eleito para o governo de São Paulo porque é a favor da propriedade privada dos meios de produção, o jornal vai me despedir. O jornal não é marxista. O que faço é obedecer a regra do jogo<sup>319</sup>.

Abramo deixa claro que, além da censura do regime, como poderíamos primeiramente imaginar, havia outra limitação essencial no modo como emitia suas opiniões, e da qual todos os jornalistas estavam e ainda estão submetidos: a linha do jornal, mantendo o interesse da empresa em primeiro lugar. Diante disso, de acordo com o que conta, o próprio jornalista atuava conforme os ditames patronais. Foi nesse ambiente, de censura e limitações da “liberdade jornalística”, que Paulo Francis ingressou na grande imprensa, como correspondente estrangeiro da *FSP*, em Nova Iorque. Na época, segundo entrevemos em seu livro de memórias, *O afeto que se encerra*, ainda se consideraria trotskista, embora mantivesse tom crítico ameno nas questões da grande política e nas polêmicas, comparado à sua postura em períodos anteriores. A *FSP* passava por um contexto conturbado, almejando o crescimento da empresa, e o ambiente não era propício para o polemismo de Francis, tanto em função da perseguição política do regime quanto à linha mais cuidadosa adotada pelo jornal devido aos casos descritos acima. Desse modo, entre 1976 até 1978, temos um Paulo Francis contido em sua linguagem ferina, pouco aparecendo suas impressões sobre política interna brasileira e seu polemismo do qual se tornou conhecido.

Diante disso, é possível afirmar que Francis, em sua produção textual, seguiu a linha cuidadosa do jornal naquele tempo. Em relação aos anos subsequentes, especialmente aqueles que se referem à época da “abertura política” e “transição democrática”, há importantes transformações paralelas no perfil da *FSP* e do jornalista em questão. Em um

---

<sup>319</sup> ABRAMO, Cláudio. *Op.cit.* p.118-119.

primeiro momento, no caso de Francis, será possível perceber pontos significativos de sua mudança na postura política, na transição dos anos 1970-1980, dizendo desacreditar completamente do socialismo, como veremos adiante. No entanto, ainda não se configura por completo o perfil do jornalista defensor dos preceitos ultraliberais. Ao contrário, ele os critica. Em 1985, somente, é que passa, gradativamente, a defendê-los, inclusive com forte discurso a favor das privatizações. A *FSP*, mais ou menos no mesmo período, também em 1985, tem uma importante virada em seu discurso editorial, especialmente, a favor de privatizar as empresas públicas.

Essas posturas, em tese, devem responder a uma prerrogativa histórica comum, em marcha junto à atuação do jornal e do jornalista. No caso da década de 1970, é imperativo que a pauta seria cuidadosa e, quando fosse possível, haveria, como houve, uma convergência em certas posições a favor da abertura política e redemocratização. Veremos adiante que Francis manteve-se cético diante das supostas benesses proporcionadas pelos processos de anistia e abertura política. Em contrapartida, ao longo da primeira metade da década de 1980, em ambos, *FSP* e Francis, encontra-se a preocupação de como seria a característica da democracia brasileira e de como enfrentar os problemas sociais e econômicos herdados da ditadura. Ao mesmo tempo, no entanto, o jornalista chegou a cobrar do próprio jornal uma preocupação e um foco mais direcionado aos problemas da futura Nova República, e menos empolgação com o movimento pelas “Diretas já!”, no qual o jornal esteve intimamente engajado.

Uma questão fundamental, presente nas pautas do jornal e do jornalista ao longo de toda década de 1980, e que vem à tona durante o processo de transição política, é o problema do déficit público, acompanhado da alta inflação. Esse é um dos temas exaustivamente investigado nos discursos editoriais da *FSP* pelo sociólogo Francisco Fonseca, em sua obra *O consenso forjado*, onde procura descortinar o discurso ultraliberal presente nos grandes jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, desde meados dos anos 1980 até início dos anos 1990. De acordo com o autor, a *FSP* tem como característica histórica um discurso ideológico volátil, adaptado conforme a conjuntura político-social, refletindo tal perspectiva no perfil editorial<sup>320</sup>. Um dos exemplos mais evidentes dessa premissa seria a mudança de posição, em meados dos anos 1980, frente à estratégia de sugerir como combater a inflação, o déficit público e a dívida externa brasileira.

---

<sup>320</sup> FONSECA, Francisco. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 150-151.

A partir de agosto de 1985, nos editoriais, o jornal começaria a apresentar, gradativamente, uma posição mais próxima ao ultraliberalismo sob o ponto de vista político-econômico. No primeiro semestre daquele ano, e nos anos anteriores, não consta o tema da privatização como uma saída para sanar o déficit do governo brasileiro, mas a partir do segundo semestre, constata-se a mudança de posição. Na mesma direção, ao lado dos editoriais, abre-se espaço para artigos em outras seções da *FSP*, com os temas “privatização” e “liberalismo”, agregando debates protagonizados por intelectuais, políticos e empresários que ocupavam certos espaços do jornal. Além disso, na segunda metade dos anos 1980, crescia o discurso acerca da “modernização” que necessitaria o Estado brasileiro diante das rápidas transformações em voga no cenário internacional.

Ainda no início de 1985, pode-se observar a posição que o jornal assumia antes da mudança de posição, favorável a um capitalismo de Estado, numa perspectiva que poderíamos designar, de acordo com Fonseca, de “nacional desenvolvimentista”, refutando os críticos das empresas estatais e preocupando-se com o bem-estar social proporcionado à população por meio do Estado. Era um perfil distante do ultraliberalismo que seria aos poucos adotado pela *FSP* até o final dos anos 1980. O editorial seguinte, de 26 de fevereiro de 1985, citado por Fonseca, pode ser vislumbrado como exemplo dessa posição anterior do jornal:

Há muita polêmica sobre o tamanho do Estado na economia brasileira. Segundo o discurso liberal, chegou a hora de privatizar grande parte das empresas públicas. Mas se reconhece que este país sofreu um desenvolvimento tardio, isto é, sua indústria era incipiente até a segunda grande guerra, não há como negar seu papel crucial, e indispensável, desempenhado pelo investimento público nos últimos anos. [...] não cabe crítica de que essas empresas fugiram totalmente ao controle da Sest<sup>321</sup>. É igualmente injustificada a alegação de que essas empresas, nos últimos anos, drenaram recursos em demasia do Tesouro. [...] *Sem cair na retórica liberal, é preciso encontrar meios de controlar essas empresas. Não há por que, dada a escassez de capital privado nacional, desestatizá-la a qualquer custo. Note-se que o índice de estatização nos principais países europeus é igual ou superior ao do Brasil. A nacionalização não deve ser vista como um bicho de sete cabeças [...]* (grifos do autor)<sup>322</sup>.

---

<sup>321</sup> A Secretaria Especial de Controle de Empresas Estatais (SEST) foi criada em 1979, durante o governo Figueiredo, com o objetivo de ter maior controle sobre as estatais. A Secretaria surgiu de uma necessidade de contrapor-se ao Decreto-Lei nº 200, de 1967, que visava dar maior dinâmica e agilidade à administração pública por meio do aumento de autonomia das empresas estatais.

<sup>322</sup> O controle das estatais. Folha de São Paulo, Editorial, 26/02/1985 *Apud* FONSECA. *O consenso forjado*. *Op.cit.* p.152.

É importante a declaração no editorial da necessária presença do Estado em países desenvolvidos da Europa. Desse modo, podemos notar que o Estado está apresentado como um elemento fundamental ao desenvolvimento econômico, e não algo que o evitaria. A preocupação de não “cair na retórica liberal” é sugestiva de que a *FSP* estaria preocupada com a “ideologização” deste debate. Isso se confirma com a análise de outros editoriais expostos e comentados por Fonseca, não apenas no que se refere ao discurso liberal, mas também aos discursos nacionalistas e daqueles que desejavam a estatização completa da economia.

O jornal agiria, assim, de forma pragmática, mostrando uma preocupação contrária à desestatização ou estatização completas, com vistas a um “nacional-desenvolvimentismo”, distinta dos preceitos básicos da doutrina ultraliberal, ou seja, essa última marcada pelas ideias de “austeridade” nos gastos públicos, pelo Estado mínimo, pelas reformas privatizantes e pela sociedade movida essencialmente por uma economia de mercado, além de outras características. Em tese, a *FSP* colocar-se-ia na defesa, embora não declarada, de um modelo próximo às propostas da socialdemocracia europeia<sup>323</sup>. Francisco Fonseca encontra explicações para a mudança progressiva e rápida no discurso do jornal rumo ao ultraliberalismo, a partir do segundo semestre de 1985, pelos seguintes motivos:

[...] progressiva porém rapidamente, essas inspirações transformam-se, especialmente, ao que parece, em razão de alguns fatores, alegados ou não, tais como a ampla repercussão causada pelas referidas propostas de privatização dos ministros Roberto Gusmão e Francisco Dornelles; o agravamento da crise econômica (inflação, déficit público, dívida externa); o firme e progressivo ceticismo e mesmo desencanto em relação à capacidade da “Nova República” de promover certas mudanças; entre outros fatores<sup>324</sup>.

A proposta de privatizações por parte do governo José Sarney, externada pelos ministros em questão, apesar de integrar a agenda econômica do governo, ficou mais na retórica do que na ação prática. Porém, provocou um discurso privatista entre certos setores sociais que acabou repercutindo nos grandes jornais, entre os quais a própria *FSP*. Os grandes jornais do país abriram espaço para este tema. Em sentido contrário, porém, manifestavam-se intelectuais, políticos, jornalistas e economistas que alertavam para a simplificação em culpabilizar as empresas estatais por todos os males e problemas

---

<sup>323</sup> FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. *Ibidem*. p.153-154.

<sup>324</sup> *Ibidem*, p. 154.

econômicos do país. Por sua vez, a *FSP* chegou a condenar várias vezes a dicotomia “público/privado” que se vulgarizava em meio aos debates. No entanto, a partir de agosto de 1985, o discurso mudava. A desestatização começou a ser vista como alternativa viável para resolução dos problemas econômicos, deixando ao Estado o papel de regulador do planejamento, bem-estar, educação e saneamento, e dos setores normativos e fiscais:

O mais preocupante é que a *hipertrofia do setor estatal* acontece em circunstâncias nas quais o Estado-empresário incha em detrimento de suas funções clássicas nas áreas de saúde, saneamento, educação e bem-estar socioeconômico, nas quais sua ausência não pode contar com a atuação supletiva do setor privado [...]. É mister reconhecer que as tarefas a serem ainda desempenhadas pelo governo devem estar restritas a funções normativas, fiscalizatórias e de planejamento, abstendo-se da ação executiva e produtiva, que devem ser integralmente assumidas pelo setor privado (Grifos do autor)<sup>325</sup>.

A partir de então, torna-se evidente a mudança de postura da *FSP*, visto que pela primeira vez considera o setor público empresarial estatal como um problema para a economia do país. O jornal iria defender as privatizações de modo a livrar do Estado sua tarefa como empresário. Ou seja, o Estado deveria se voltar aos serviços de bem-estar da população, deixando as tarefas de administrar as grandes empresas para o setor privado. Por isso, a necessidade de levar a cabo as privatizações. É necessário sublinhar, bem como aponta Fonseca, que tal postura ainda não se configura como ultraliberal, visto que a *FSP* considera a atenção e o gasto necessário do Estado com os serviços sociais como fundamental, algo que o ultraliberalismo condena por essência.

Um ponto de pauta interessante, do qual Paulo Francis também iria se ocupar em debater nas suas colunas dizia respeito à questão da “reserva de mercado”, notoriamente no setor de informática. A *FSP* colocava-se contra à reserva, em favor da abertura do setor (a mesma posição adotada por Francis). O discurso editorial argumentava que haveria desestímulo à pesquisa e, de forma ilícita, far-se-iam cópias da tecnologia estrangeira. Apesar dessa postura, nesse primeiro momento, ainda era a favor do estabelecimento de barreiras alfandegárias para proteção do comércio nacional.

Em relação aos impostos, por exemplo, num editorial de final de outubro, dizia que, no Brasil, “a carga tributária nacional não é, como se supõe, elevada. [...] Trata-se, isso sim, de uma tributação mal distribuída”. Ademais, ela seria ainda “distanciada da necessária”, mas justa na progressividade de cobrança, baseada “pelo princípio de que

---

<sup>325</sup> Estatais em julgamento. Folha de São Paulo, Editorial, 07/08/1985. *Apud* FONSECA, *ibidem*, p. 158.

quem pode mais deve pagar mais”<sup>326</sup>. O jornal também se referia à falta de igualdade no sistema político internacional, que impusera o pagamento da dívida externa aos países devedores, mesmo que ao custo do sofrimento de uma população pobre. Havia críticas às imposições das regras formuladas pelo FMI, apresentando uma espécie de “ética de responsabilidade” que parece nortear tais posições.

Todavia, na medida em que o tempo passava, e o governo Sarney não promovia as propaladas privatizações, o jornal paulatinamente foi radicalizando seu discurso, tanto pelo aumento da pressão em prol das privatizações, como pela preferência à tendência dita “modernizante”, expressa na condição de “Estado mínimo”. O Plano Cruzado, em seu caráter heterodoxo, foi apoiado pelo jornal no início, tendo complacência com os esforços governamentais até 1986. Por outro lado, tecia críticas, como no caso do prolongado congelamento de preços que deveria ser desfeito depois de regularizar as contas públicas, o que acabou não acontecendo.

Ao lado disso, colocava a culpa da dificuldade brasileira em sair da crise em setores considerados atrasados, tais como grupos nacionalistas e de setores políticos à esquerda. A *FSP* não poupava críticas também ao empresariado nacional. O jornal passou a cobrar uma postura “verdadeiramente liberal” da burguesia nacional, que começasse a agir assumindo riscos e deixasse de ter amparo na proteção do Estado. Nesse sentido, porém, o Estado é que “infantilizaria” a burguesia nacional, sendo um desestimulador dos espíritos empreendedores”<sup>327</sup>.

Outros motivos para a radicalização de seu discurso em direção ao ultraliberalismo diriam respeito, de acordo com Fonseca, com os sucessivos fracassos acumulados pelo Plano Cruzado nos meses subsequentes à sua implantação, além de uma conjuntura típica de fatores externos, reflexos das experiências de abertura econômica ao capital estrangeiro de países vizinhos latino-americanos, como Argentina, Venezuela, Uruguai e Chile, bem como as transformações transcorridas no leste europeu com as sucessivas reformas econômicas e abandono do horizonte socialista naquela região, na transição da década de 1980 para 1990. Tudo isso sempre acompanhado de ácidas críticas aos discursos de esquerda e aos nacionalistas<sup>328</sup>. Em certa altura, no final dos anos 1980, o jornal fazia coro junto aos outros grandes periódicos da grande imprensa, como *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, afirmando que o Brasil não deveria “perder o bonde da história”,

---

<sup>326</sup> Tributos contestados. *Folha de São Paulo*, Opinião, 31/10/1985.

<sup>327</sup> FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. *Ibidem*, p.248.

<sup>328</sup> *Ibidem*, p.240-241 e 302.

referindo-se que a tendência “moderna” seria a abertura ao capital estrangeiro e o enxugamento do Estado, sem outras alternativas.

Entre 1987 e 1988, argumentos novos e reformulações em seu discurso apontariam novamente para as perspectivas da privatização, desestatização, livre iniciativa, o enfrentamento da desigualdade social e a forma como o Estado deveria se reorientar calcado na preocupação diante desses temas. As estatais, agora, sobrecarregariam “com seu prejuízo as contas do governo”. Do mesmo modo, conforme a *FSP*, as estatais “financiam projetos sem receber nada em troca, apoiam-se em programas sem viabilidade e sem retorno [...], pois o sistema de mercado não rege o seu comportamento”<sup>329</sup>.

Em Editoriais de 26 abril e de 28 de dezembro de 1988<sup>330</sup>, o argumento antiestatista do jornal tratava de explicar a empresa estatal dentro da lógica de empresa privada. Nesse sentido, as avaliava conforme os critérios de crescimento e rendimento da última. O argumento, então, era claramente uma estratégia ideológica, embora os editoriais não admitissem o caráter ideológico de tal discurso em si mesmos.

Apesar de tudo, até certa altura de 1989, o discurso do papel social do Estado ainda estava presente. De acordo com o editorial da *FSP*, “trata-se de recuperar o papel social do Estado, e expulsá-lo de todos os setores onde a iniciativa privada possa substituí-lo com vantagem”<sup>331</sup>. Não é possível, por isso, afirmar ainda que tenha aderido à agenda ultraliberal em todos os seus pontos fundamentais. Isso acontece apenas durante a campanha eleitoral de 1989 com o *slogan* “Menos Estado, menos miséria”, formulado em matérias especiais feitas ao longo da campanha eleitoral presidencial. Por esse mesmo viés, ainda é relevante destacar que, além do discurso editorial, o jornal construía seu discurso por meio de reportagens especiais como essas, que seriam reutilizadas posteriormente no próprio editorial como fonte de argumentos da linha defendida pelo periódico. Nesse sentido é que promovia reportagens especiais sobre o problema das estatais, usando depois essas reportagens como argumento nos editoriais para provar que o Estado estaria falido e sobrecarregando a sociedade. Assim, transformava em fato o problema que poderia ter outras interpretações e soluções possíveis.

Dessa forma, o jornal apoiava-se em si mesmo, usando também o argumento do momento internacional convergindo em posições político-econômicas difíceis de resistir.

---

<sup>329</sup> Privatizar as estatais. *Folha de São Paulo*, Opinião, 06/04/1987.

<sup>330</sup> FONSECA, *O consenso forjado*. *Op.cit.* p. 251.

<sup>331</sup> *Folha de São Paulo*, Opinião, 19/2/1989.

Naquele contexto de fins da década de 1980, a *FSP* deixava explícito que estava atenta ao advento da agenda ultraliberal calcada no chamado “neoliberalismo” no cenário mundial:

O avanço de uma perspectiva neoliberal não é, por certo, um fenômeno que se restrinja ao ambiente brasileiro. Ao contrário, corresponde à crise do “Welfare State” na maioria dos países desenvolvidos, às exigências de eficiência impostas pela organização do mercado mundial [...] e, sem dúvida, às tentativas de revitalizar os mecanismos de mercado em países como a União Soviética e a China<sup>332</sup>.

Além da preocupação com a economia, em termos políticos, antes das eleições de 1989, é importante lembrar que o discurso editorial da *FSP* se ocupou também com os ditames que deveriam estar presentes na elaboração da carta constitucional brasileira. Foi nesse sentido que tomou posição frente ao Congresso Constituinte, tendo por pauta preocupações como as garantias ao direito do consumidor e à liberdade de imprensa. Em 1989, assim, da mesma forma, atuou ativamente na campanha eleitoral para a escolha do Presidente da República no país. Este ponto chama atenção, em especial pelo cuidado que tomava em relação a uma ação mais engajada ou militante para tomar partido por um candidato.

Nessa direção, assim como acontece no discurso de Paulo Francis, a *FSP* não apoiou, inicialmente, nenhuma das siglas, mas apresentou uma agenda de reformas que o candidato e futuro presidente ideal deveria contemplar. Diante disso, retomaria vários dos pontos a que nos referimos anteriormente, em especial no que se trata do amplo tema da reforma do Estado, com a perspectiva das privatizações, de cortes na administração pública, além da proclamada necessidade de impor padrões de eficiência e racionalidade<sup>333</sup>. Apesar de não declarar apoio explícito por nenhum dos nomes em pauta, ficava implícito alguns que não tinham nenhuma predileção, como Lula, do PT, e Leonel Brizola, do PDT<sup>334</sup>. Outros, como Ulisses Guimarães, foram nominalmente descartados em determinado editorial. Conforme Fonseca, “houve alguma boa vontade à candidatura Afif Domingos” e má disposição com o candidato Fernando Collor de Mello no início da campanha, tendo o discurso mudado com o crescimento do candidato e a passagem do mesmo ao segundo turno<sup>335</sup>.

---

<sup>332</sup> A esquerda em busca do moderno. Folha de São Paulo, Opinião, 4/12/1988. *Apud* FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. *Ibidem*. p.254.

<sup>333</sup> FONSECA. *O consenso forjado*. *Ibidem*. p.304.

<sup>334</sup> *Ibidem*, p.309-310.

<sup>335</sup> *Ibidem*, p.306.

A *FSP* acreditava que Collor não tinha um programa, e sim uma imagem. Além disso, criticava seu “vazio político” e o descompasso de seu discurso contra os gastos públicos e a caça aos marajás em contraste com as acusações de irregularidades administrativas e do aumento da burocracia no Estado de Alagoas, quando foi Governador. No entanto, o jornal indiretamente favorecia o candidato por apresentar um perfil de programa a ser implantado nas áreas sociais e econômicas, que entravam mais em sintonia com o discurso de Collor do que de Lula, por exemplo. As reportagens especiais na *FSP*, que cobriram grande parte da campanha, denominando-se “Menos Governo, Menos Miséria”, não apenas pregavam o enxugamento do Estado para o benefício do ajuste fiscal, mas também para o saneamento da miséria e solução para equacionar as tremendas desigualdades sociais no país<sup>336</sup>. Após a posse do Presidente, o periódico tratou de formular um discurso conciliador, atentando para a necessidade de Collor cumprir a agenda proposta na campanha, em especial concernente ao Estado mínimo e às privatizações. Segundo o editorial de 19 de dezembro de 1989:

Um projeto de incentivo às forças do mercado e de liberalização da economia, para o qual tendem os setores que apoiaram Collor de Mello, só poderá ser implantado de fato, assim, se houver disposição e firmeza no propósito de integrar setores crescentes da população nos benefícios do sistema de livre iniciativa [...]. Uma alteração profunda nesse relacionamento entre o econômico e o político terá de ser feita. A vitória de Collor de Mello representa a expectativa de que essa exigência seja cumprida<sup>337</sup>.

É importante lembrar que a agenda ultraliberal tornar-se-ia hegemônica no Brasil apenas nos anos 1990, apesar de ter sido gestada, progressivamente, na década de 1980, especialmente nos discursos dos Aparelhos Privados de Hegemonia, como é o caso dos grandes jornais, entre eles a própria *FSP*. Foi durante o encurtado governo Collor que tal agenda fora pautada conforme o macro receituário hegemônico que se acentuava desde a década de 1980 internacionalmente. Nesta agenda estaria presente os temas da abertura da economia, as privatizações, o discurso contra a intervenção do Estado na economia, “flexibilização” na legislação de proteção aos trabalhadores e ao capital nacional, etc. O chamado “Consenso de Washington”, de 1989, certamente contribuiu para a derradeira

---

<sup>336</sup> *Ibidem*, p.311.

<sup>337</sup> O imperativo das reformas. Folha de São Paulo, Opinião, 19/12/1989. *Apud* FONSECA. *O consenso forjado*. *Ibidem*, p.308.

preponderância dessa agenda, especialmente na grande imprensa, uníssona quanto à necessidade de sua apresentação<sup>338</sup>.

Quanto ao apoio do governo Collor por parte da *FSP*, há algumas variáveis importantes que se sucederam após o “choque econômico” do pacote de governo lançado no primeiro semestre de 1990. No início do plano, lançado em março daquele ano, a *FSP* chegou a justificar o autoritarismo e a ilegalidade de certas ações e determinações governamentais. Entretanto, oportunamente, começaria a fazer oposição depois do que chamou em um editorial inédito de primeira página, de “escalada fascista”, referindo-se à “invasão” da polícia Federal à sede do jornal, por este ter descumprido com o congelamento de preços, previsto no pacote econômico. Assim, a *FSP* estaria agindo com cinismo, pois a mudança para a oposição contra Collor não se dera por motivos “doutrinários”, e sim por interesses particulares da empresa<sup>339</sup>. Independente disso, agia de acordo com a agenda ultraliberal, inequivocamente, como demonstra Francisco Fonseca, já durante a campanha eleitoral, com o novo *slogan* “Menos Governo, Menos Miséria”, pois agora até o discurso social estaria atrelado ao enxugamento do Estado e das contas públicas<sup>340</sup>.

A trajetória de Francis, em suas posições políticas e intelectuais, é correlata ao percurso do jornal ao longo dos 15 anos em que permaneceu ligado à *FSP*. A partir do estudo de suas colunas, percebemos que o jornalista assume o abandono das ideias de esquerda ainda no final dos anos 1970, e acompanha posições muito similares ao discurso editorial do jornal, em especial ao que se refere à adesão das posições privatistas, em meados dos anos 1980, e ao apoio à candidatura de Fernando Collor, em 1989. Evidentemente, houve certas particularidades entre ambos os discursos, do jornalista e do editorial da *FSP*. Ou seja, percebem-se determinados pontos dissonantes e posturas distintas, mas nada que afetasse os interesses fundamentais da empresa jornalística até determinada época<sup>341</sup> e, no final dos anos 1980, os dois convergiam rumo à adesão da agenda ultraliberal. Nesse sentido, podemos afirmar que houve confluências importantes

---

<sup>338</sup> Pelo menos ao que se refere na análise e no recorte espacial de Fonseca (São Paulo e Rio de Janeiro), é o que podemos seguramente entrever nos quatro grandes jornais do centro do país.

<sup>339</sup> A *FSP* também utilizou o ocorrido para se promover, dispondo do discurso “doa a quem doer”, de modo que constituísse uma aparência de veículo ético e imparcial, que não esconderia os desmandos do Governo, embora fosse simpática aos princípios ideológicos defendidos por Collor.

<sup>340</sup> FONSECA. *O consenso forjado*. *Op.cit.* p. 331-365; 355.

<sup>341</sup> A *FSP* iniciou sua postura crítica a Collor a partir de 1990, depois da mencionada ocupação da Polícia Federal à sede da empresa. Francis, por outro lado, dava diversos sinais de simpatia a Collor, mesmo depois desse episódio e até mesmo depois do *Impeachment* do Presidente. Esse teria sido um fator agregador da saída do jornalista daquele jornal.

entre o jornal e o jornalista, sintomáticas em assumir agendas singulares e fundamentais para o embate hegemônico que é travado durante a década de 1980, especialmente a partir de sua segunda metade.

### 3.3 Paulo Francis na *Folha de São Paulo*

Segundo os biógrafos de Paulo Francis, Daniel Piza e Paulo Eduardo Nogueira, embora Francis tivesse ingressado na *FSP* em 1975, a sua conhecida coluna bissemanal, *Diário da Corte*, teria começado apenas em 1977<sup>342</sup>. Provavelmente, é uma informação reproduzida das memórias de Francis, em *O afeto que se encerra*, já que ali o jornalista também indica o princípio de sua coluna naquele mesmo ano. No entanto, bem como acontece com a informação descuidada dada por ele e por seus biógrafos, concernente à sua atuação no *Correio da Manhã*, ela é imprecisa<sup>343</sup>.

Em primeiro lugar, cabe salientar que Francis escrevia diariamente para a *FSP* como correspondente estrangeiro, acompanhando e comentando notícias sobre os EUA e sua política interna e externa. Desse modo, o mais comum era achar Francis no caderno *Exterior*, setor das notícias internacionais alocadas pelo jornal. Os cadernos de cultura e variedades, como a *Ilustrada* e o *Folhetim* (editado aos domingos), em seu início na *FSP*, dispunham também de artigos seus, mas de forma intermitente e sem dias fixos ou espaços determinados dentro do periódico. Ademais, o volume de texto, o conteúdo e o formato dessas colunas eram variáveis. Na década de 1980, somente, é que se fixa uma coluna bissemanal, às quintas-feiras e aos sábados, na *Ilustrada*, nos moldes em que permaneceu na *FSP*, mesmo depois de Francis ter saído do jornal<sup>344</sup>. Nesse caderno, o texto de Francis caracterizou-se inicialmente por um conteúdo mais cultural e menos político. O jornalista disse, em uma de suas colunas, de setembro de 1978, que gostava de escrever na *Ilustrada* porque “descansava a cabeça” dos “tediosos assuntos políticos” que era “obrigado a levar a sério” na primeira parte do jornal<sup>345</sup>. Uma das características marcantes do *Diário da Corte*, contudo, nos anos 1980, foi justamente a junção dos temas culturais com os temas

---

<sup>342</sup> PIZA, Daniel. *Paulo Francis: Brasil na cabeça*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 44; NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, polemista profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2010, p. 54.

<sup>343</sup> Conforme vimos, o ingresso de Francis no *CDM* ocorreu em 1966, e não em 1967, como repetiam seus biógrafos.

<sup>344</sup> Como já destacamos, o espaço de Francis na *FSP*, após ter saído do jornal, fora ocupado por Arnaldo Jabor. No *OESP*, em 1990, o *Diário da Corte* de Paulo Francis apenas mudou o sábado pelo domingo, mantendo as quintas-feiras, no *Caderno 2*, correspondente à *Ilustrada* na *FSP*.

<sup>345</sup> FRANCIS, Paulo. *Padecendo no Paraíso*. *Folha de São Paulo*, *Ilustrada*, 26/09/1978.

sobre política. Na realidade, era um espaço que Francis escrevia a respeito de uma variedade grande de temas.

Em relação ao título “Diário da Corte”, a coluna tem algo próximo dessa alcunha, primeiramente, no primeiro semestre de 1976, aparecendo como “Histórias da Corte”, no caderno *Exterior*<sup>346</sup>. Dois anos depois, por exemplo, em 1978, o título “Diário da Corte” surgia pela primeira vez na *Ilustrada* e seguiu em mais de uma oportunidade durante o ano, embora possa contar-se nos dedos as pouquíssimas vezes em que apareceu. “Diário da Corte” teria sido uma brincadeira feita por Cláudio Abramo, devido à condição de Francis em trazer as notícias e comentários daquilo que acontecia nos EUA, cenário da corte em si, conforme deduzimos sobre a brincadeira<sup>347</sup>. Assim, o título teria sido adotado a partir de então. Curiosidades à parte, o fato é que aquele espaço foi construído aos poucos ao longo dos anos, e só pôde ser viável, do ponto de vista do polemismo ácido de Francis, depois que a abertura política deu sinais mais significativos a favor da liberdade de expressão, em especial a partir da extinção do AI-5, em 1978.

A chegada de Francis coincide com a renovação implementada no jornal, como já foi dito anteriormente, com a tarefa de cobrir as notícias a partir de Nova Iorque. Foi contratado em outubro de 1975, mas iniciou suas colaborações regulares a partir de janeiro de 1976. Nesse mesmo ano, em outubro de 1976, a *FSP* apresentou uma reportagem especial acerca de sua reestruturação e modernização, dando informações em destaque dos profissionais que estavam sendo contratados. Acerca de Paulo Francis, a matéria ressaltava o seguinte sobre o que esperar do jornalista:

Rejeitando a fácil opção de adquirir lá fora as reportagens e as opiniões de um grande jornal estrangeiro [...], a “Folha de S. Paulo” criou novas oportunidades de trabalho para uma brilhante equipe de repórteres e comentaristas brasileiros, destacando-os para cobrirem, de modo permanente, as principais cidades do mundo. De Nova York, passou a escrever as suas vigorosas e controvertidas correspondências o já conhecido jornalista carioca Paulo Francis, que a partir de um ponto de vista totalmente brasileiro, analisa até o fundo, impiedosamente, as vicissitudes da política norte-americana. Paulo Francis é hoje um dos mais informados e lúcidos observadores da cena internacional, e representa um ponto de vista genuinamente brasileiro. Ao leitor da “Folha de S. Paulo” ele oferece uma opinião por vezes agudamente

---

<sup>346</sup> FRANCIS, Paulo. Histórias da Corte. *Folha de São Paulo*, Exterior, 26/04/1976.

<sup>347</sup> Para Daniel Piza: “O título ‘Diários da Corte’ é curioso, porque significava que Francis ainda via o Brasil como país de manobra dos EUA, opinião que depois mudaria. Os inimigos passaram a dizer que Francis se tornou mais um súdito dos EUA”. PIZA, Daniel. *Paulo Francis: Brasil na cabeça*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 45.

controvertida, mas sempre autêntica. De Nova York, este jornal não publica traduções ou adaptações de outros jornais<sup>348</sup>.

Nota-se que as colaborações de Francis ao jornal eram anunciadas somente como a de um correspondente estrangeiro. Da mesma forma, o ponto de vista esperado era como a de “um brasileiro em solo estadunidense”. Portanto, não se esperava de Francis, que naquele momento já estava há mais de cinco anos em Nova Iorque, a postura de um cronista, crítico ou comentarista dos assuntos nacionais, baseando-se em uma experiência vista sob o ângulo dos EUA, por exemplo, o que, afinal, acabou pautando e, em certa medida, originando parte do sucesso de seu Diário da Corte nos anos 1980 e 1990<sup>349</sup>. De acordo com o que argumentamos, nos primeiros anos em que atuou no jornal, nem era possível tal perspectiva no ambiente ditatorial em que o país se encontrava naquele momento. Mesmo assim, pode-se entrever que havia expectativa de encontrar uma “opinião controvertida” e “impiedosa”, características que marcaram a carreira de Francis desde a época de crítico teatral.

Naquele momento, de transição da década de 1970 para a década de 1980, transcorria o contexto da abertura política controlada no Brasil, a partir de 1979, com a lei de anistia já colocada em prática. Havia também crise econômica acentuada, com crescimento da inflação, recessão e desemprego. No âmbito internacional percebia-se o alto custo do petróleo, impulsionado pelas crises de 1973 e 1979. Além disso, sofria-se pela alta dos juros externos, acarretando um forte aumento da dívida externa brasileira no início dos anos 80. A dívida tinha se elevado por volta de US\$ 12 bilhões, em 1974, para quase US\$ 50 bilhões em 1979. Em 1980, com a elevação dos juros estadunidenses a mais de 20%, o Brasil penava até mesmo para pagar os juros de sua dívida, que acabou chegando às cifras de aproximadamente US\$ 70 bilhões em 1982<sup>350</sup>.

Todo aquele contexto de, por um lado, maior recuo da censura em meio aos periódicos e, por outro, da forte crise econômica que se apresentava, parece ter provocado em Francis a necessidade de externar todo o seu pessimismo e descrédito às ideias que

---

<sup>348</sup> Consagrados ou novos, a procura dos talentos. *Folha de São Paulo*, Mais uma etapa (caderno especial), 10/10/1976.

<sup>349</sup> Em 1980, numa entrevista para divulgar *O afeto que se encerra*, Francis fazia um exame de sua própria experiência como correspondente estrangeiro, admitindo o enfoque brasileiro, em última análise, nos textos que escrevia: “Deixei o Brasil em 1971, porque não consegui trabalhar. A censura estava de tal ordem que me cortava totalmente artigos sobre memórias apolíticas de infância e até uma crítica de “Tristão e Isolda”. Vim para Nova York trabalhar. A censura, talvez por ignorância, nunca deu muita importância a comentaristas internacionais. Mas tudo que escrevo, seja sobre Etiópia ou a Conchinchina, tem um enfoque brasileiro”. Francis escreve memórias para entender sua vida. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 29/09/1980.

<sup>350</sup> GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. *O Brasil endividado: como nossa dívida aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

antes, algum dia, teve simpatia. De acordo com o disposto nas informações trazidas pelos seus biografos e nas análises dos trabalhos acadêmicos, Francis acusaria a sua nítida virada ideológica em 1980, com a publicação de *O afeto que se encerra*. Da mesma forma, alguns autores destacam que já era possível identificar importantes mudanças de orientação político-ideológica do autor com a publicação de seu livro *O Brasil no mundo*, de 1985, além de perceberem a evidência do desencanto e pessimismo com o cenário político brasileiro em outros de seus escritos, especialmente tratando-se dos grupos de esquerda, a partir de seus romances publicados na segunda metade da década de 1970<sup>351</sup>.

Ao acompanhar o dia-a-dia de suas colunas na *FSP*, entretanto, foi possível identificar precisamente os momentos significativos quanto às permanências e rupturas em seus posicionamentos políticos. Assim, é possível verificar importantes marcos no interior do discurso de Francis. Em 1977, por exemplo, identifica-se uma crescente descrença pelas empresas estatais, exprimindo bastante pessimismo quanto ao cenário econômico mundial e, por extensão, ao quadro econômico brasileiro, mas mantendo uma posição esperançosa por opções da “esquerda democrática” no plano político. Ao passo que, em princípio de 1979, em contrapartida, o jornalista diria, enfaticamente, que não acreditava mais em qualquer coisa, nem na esquerda e nem na direita. Em meados dos anos 1980 há outra transformação em seu discurso, já mencionada anteriormente, que acompanha a posição editorial da *FSP*, também de ruptura, com o chamado “nacional-desenvolvimentismo”, iniciando sua marcha rumo à postura de adesão ao ultraliberalismo. Nos deteremos a seguir sobre certos excertos, selecionados de suas colunas, que exemplificam esse trajeto.

Pode-se perceber, no ano de 1977, não ainda nos Diários da corte, mas em suas colunas como correspondente estrangeiro, indícios de seu pessimismo em relação ao crescimento econômico alavancado por empresas estatais nacionais e pela estratégia do “estatismo”, de modo geral. No entanto, Francis mantinha simpatia por algumas alternativas de esquerda. Uma delas era o chamado eurocomunismo. Outras alternativas diziam respeito aos regimes que tentariam, ou tentaram, conforme ele acreditava, “democratizar o socialismo”, como os governos de Tito<sup>352</sup> na Iugoslávia e de Dubcek, na Tchecoslováquia, antes da invasão soviética em 1968. Acerca do Eurocomunismo, chegou a contrastá-lo com uma visão mais ortodoxa da esquerda, pressupondo esta última de

---

<sup>351</sup> BUZÁHR FILHO, Antonio. *O Mal Menor*: "Antiestatismo" e Mercados Livres em Paulo Francis. 2002. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>352</sup> Ver: FRANCIS, Paulo. Tito: modelo para a Europa Oriental. *Folha de São Paulo*, Exterior, 10/10/1977.

inspiração stalinista, guiando os PC's, internacionalmente, a qual denominava "esquerda fascista". Conforme Francis:

Um dos mais atrativos fenômenos políticos dos últimos tempos é o chamado eurocomunismo. E, no entanto, ouvi de uma senhora no Rio coisas como "esse Santiago Carrillo não passa de um agente da CIA". A senhora em questão, fisicamente, me lembrava um tanque soviético, o T-34, que tanto pavor e destruição causou nas divisões motorizadas de Hitler, na II Guerra [...]. A ideia de que a simples estatização dos meios de produção é medida progressista equivale a dizer que os imperadores romanos, que requisitavam e dominavam o que bem entendiam da economia do império, eram progressistas. É neste contexto que se deveria estudar o fenômeno do eurocomunismo, que é, em verdade, um retorno à ideia socialista original de Marx e Engels, de que socialismo é um processo que só pode ser consumado com a participação plena e constante das massas, que estas jamais podem entregar seu destino a ninguém, o que inclui partidos que pretendam representá-las e substituí-las. A CIA não ama o eurocomunismo. Teme-o mais do que o comunismo soviético. Sabe que este é inaceitável, exceto se imposto a força, em qualquer nação onde o povo tenha atingido um mínimo de consciência política. Da mesma forma, à parte Brejnev e capangas, ninguém mais satisfeito com a derrubada do regime Dubcek na Tchecoslováquia, em 1968, do que a CIA. Um regime socialista libertário não só infeccionaria a esquerda fascista no Leste europeu como seria irresistível, talvez ao Ocidente capitalista<sup>353</sup>.

Note-se que este longo trecho é parte de uma das suas colunas diárias no caderno *Exterior*, da *FSP*, no papel de correspondente em Nova Iorque. Recorremos a este espaço do jornal em razão da escassez de temas semelhantes a este, até então, no caderno *Ilustrada*. É possível perceber que Francis coloca em prática certas características de sua linguagem, como a acidez e a ironia em relação à "senhora do Rio", comparada a um tanque soviético. Utiliza esse artifício para realizar a crítica à parte da esquerda que se colocaria em oposição ao eurocomunismo. Aqui não há, ainda, a adesão aos posicionamentos liberais ou ultraliberais, como progressivamente começamos a notar em seus textos a partir dos anos 1980. Além disso, mantém, aparentemente, um vínculo de afinidade com certas propostas políticas de origem socialista. Nesse sentido, de acordo com o excerto acima, identifica principalmente o eurocomunismo como "um retorno à ideia socialista original de Marx e Engels", em que se prezaria "a participação plena e constante das massas", sem que as mesmas estivessem entregando seu destino a outrem, como nos regimes de partido único. Na mesma direção, argumenta que tal formulação política iria contra o senso de que a estatização dos meios de produção seria sinônimo de

---

<sup>353</sup> FRANCIS, Paulo. Eurocomunismo e esquerda fascista. *Folha de São Paulo*, Exterior, 24/07/1977.

“medida progressista”. A partir desse raciocínio é que Francis faz a mediação para a realidade econômica e político-social brasileira:

Não vejo porque ceder o meu direito a habeas corpus ou votar no débil mental da minha escolha para o Congresso ou Presidência para que a Petrobrás tenha direito de vender cachaça no exterior, ou de arrumar os preços de petróleo no Brasil exatamente usando o mesmo sistema de controle das “Sete Irmãs” fora do Brasil. O povo paga a nota. O fato de que provém de um monopólio brasileiro não enche barriga de ninguém. O Brasil precisa, no meu entender, ser educado na democracia. Nunca existiu democracia no Brasil. Sob Juscelinos, Jangos, etc, apesar do palavrório simpático, existiam as mesmas brutais divisões de classe de hoje, sob o sistema militar. E se este sistema militar, que já orienta basicamente toda a economia do país, passar a possuir efetivamente essa economia, o que teremos será na melhor das hipóteses coletivismo burocrático de que a URSS é o exemplo supremo, em versão cabocla<sup>354</sup>.

Uma das ideias de Francis, incluídas nesse trecho, é a de refletir acerca das supostas desvantagens, segundo ele, em manter o monopólio estatal do petróleo, em tese, às custas da população brasileira. A sua preocupação principal, porém, diz respeito à condenação das posições de esquerda que, sob o discurso “progressista”, como diz, acabariam caindo numa espécie de prática autoritária “fascista”. Assim, deixa clara a sua visão de que a liberdade política nacional seria mais importante do que a tentativa de livrar-se da dominação econômica estrangeira. Nessa perspectiva, esclarece o seguinte: “Perguntaram-me se essa história de Direitos Humanos não é secundária, ou se tornará secundária, caso os militares brasileiros encampem toda a economia brasileira, livrando-a do jogo estrangeiro. Minha resposta é não”<sup>355</sup>. Aliada a essa resposta está a caracterização do que Francis entende por “coletivismos burocráticos”, que estariam sob a alcunha de socialismo, mas seriam na realidade “fascismo”. De acordo com ele, o Brasil já estava em regime de ditadura, o que transparece claramente em seu texto<sup>356</sup>, mas que apenas “orientava a economia”, sem controlá-la inteiramente. Nesse sentido, essa situação ruim poderia ser agravada caso o regime adotasse uma postura de combate à iniciativa privada ou mesmo a privação da entrada de capital estrangeiro no país. O jornalista, também, mostra certa indisposição com tais posicionamentos que defende, fazendo questão de frisar que sua postura, no entanto, seria “progressista”, apesar do aparente incômodo que transparece ao externá-las:

---

<sup>354</sup> *Idem.*

<sup>355</sup> *Ibidem.*

<sup>356</sup> Como no trecho: “Não precisamos de T-34s políticos. Precisamos de habeas corpus, da abolição completa da censura, da reconquista completa das liberdades públicas, o que inclui voto direto e um sistema representativo de votação, o que jamais existiu no Brasil, de um judiciário independente”. *Idem.*

No momento, defender a iniciativa privada brasileira, esmagada de um lado pelas vantagens concedidas (e naturais) multinacionais [*sic*], e de outro por empresas estatais que se tornaram verdadeiros governos dentro do governo, é uma causa progressista. Se isso me fizer merecer a pecha de agente da CIA, não perderei 30 segundos de sono<sup>357</sup>.

Esta coluna é sintomática das graduais mudanças de postura de Francis, que apesar de manter sua simpatia pela esquerda e destacar sempre o pragmatismo nas ações políticas, sublinha preocupações frente ao crescimento em demasia do Estado e aos supostos problemas de certas causas nacionalistas históricas brasileiras, como a defesa das estatais, em especial da Petrobrás. Entretanto, como já destacamos, o jornalista mostra desconforto ao assumir esses argumentos, preocupando-se em esclarecer a fundamentação de seu raciocínio e tentando apontar as razões que o levaram àquela direção, a partir de um ponto de vista hipoteticamente “progressista”, como ele mesmo destaca. Outra marca importante em seus argumentos será a paulatina crítica às esquerdas, já identificada nesta mesma coluna quando condena a oposição de certas correntes de esquerda ao eurocomunismo. Neste momento, no entanto, não explicita e nem nomeia quais seriam esses grupos, especialmente no que se trata do cenário político brasileiro. É importante lembrar que pouco tempo depois desta coluna de Francis, durante o mês de setembro, ocorreu o “caso Diaféria” e, em seguida, o afastamento de Cláudio Abramo como chefe de redação da *FSP*, além da suspensão de editoriais. O que poderia representar uma retomada dos textos de Paulo Francis, abordando criticamente assuntos da política e economia brasileiras, de uma forma mais incisiva, arrefeceu por um tempo.

Parece que apenas no final de 1978<sup>358</sup>, no contexto de transição do governo Geisel para Figueiredo, é que o jornalista iria arriscar-se com suas opiniões mais intrépidas a respeito da política interna, ainda que sumariamente. Sob o título “Drinques antes do jantar”, em coluna na *Ilustrada*, típica dos Diários da Corte, o jornalista opina com pessimismo sobre a possibilidade de democracia no Brasil:

---

<sup>357</sup> *Idem*.

<sup>358</sup> Antes disso, em coluna de 02/07/1978, intitulada “Os Estados Unidos e a esquerda”, no caderno *Exterior*, o jornalista falava, sob o ponto de vista internacional, do descrédito do socialismo e das distorções deixadas em segundo plano em nome da causa: “E quando a verdade do massacre se torna tão evidente que é impossível negá-la, vem essa desculpa escabrosamente antimarxista que tudo se deveu ao culto da personalidade de Stalin, ou seja, em vez das circunstâncias econômicas, sociais e políticas ditarem os acontecimentos, o que é marxismo, é o indivíduo que os determina. Simplesmente, não tenho mais idade para engolir essa variedade de sapo, em nome da “causa”. Que causa, façam-me o favor? O comunismo nasceu internacionalista e revolucionário [...]. Hoje, é nacionalista e contra-revolucionário [...]. O fato é que a esquerda perdeu a capacidade de análise histórica e sua consciência moral [...]”. Notamos que, cada vez mais, Francis passava a não fazer distinção da esquerda, de forma ampla, comparada ao stalinismo e congêneres.

Acredito que democracia no Brasil não mudaria essencialmente as coisas. O domínio que multinacionais, estatais e grandes grupos brasileiros exercem sobre a economia do país é hoje de tal ordem e tem tantas ligações dependentes com forças econômicas no exterior, que democracia seria até do interesse do tripé esse, que financiaria seus grupos de pressão no Congresso, governos estaduais e até Presidência<sup>359</sup>.

Francis estava reticente quanto à possibilidade de a abertura democrática acompanhar uma fase de otimismo da economia brasileira, paralelamente melhorando os índices sociais. Aparentemente, ao contrário do que apontava na coluna comentada anteriormente, não vê uma melhora substantiva na perspectiva democrática, diagnosticando que o país estaria demasiadamente atrelado às multinacionais, grandes grupos e estatais. Nesse sentido, naquele momento, não apontava soluções possíveis para sanar o problema identificado. Porém, pode-se verificar a continuidade de certas impressões expostas na coluna do ano anterior, como a que apresenta as estatais como um entrave ao desenvolvimento nacional e, igualmente, um encargo que pesaria em cima do povo brasileiro.

A coluna mais reveladora sobre o pessimismo e a “vagueza ideológica” apresentada pelo jornalista, no entanto, data de janeiro de 1979, em que comenta a situação da volta dos exilados políticos prevista pela lei de anistia no início do governo Figueiredo e a sua descrença no socialismo, admitida pela primeira vez. Em relação à descrença no socialismo (acrescida da descrença no capitalismo), manifesta a mesma “confissão” que estaria presente no seu livro de memórias *O afeto que se encerra*, publicado no ano posterior. O texto, intitulado simplesmente como “1979”, é extenso, mas vale a pena apresentá-lo na íntegra e apontar algumas ideias relevantes:

Várias pessoas estão sempre me perguntando se vou voltar ao Brasil. Talvez seja mais interessante começar a resposta dizendo por que saí do Brasil. Não sou exilado, a polícia, que eu saiba, não está atrás de mim, e frequentemente, quase todo ano, passo uma quinzena no Brasil. Agora, viver no Brasil seria para mim intolerável.

Tenho 48 anos de idade. Minha geração, ou melhor, meu grupo na minha geração, de 1955 a 1964, achava possível transformar a miséria que o Brasil é num lugar decente e civilizado. Tudo parecia possível naquela quase década. Não nos importávamos com o baixo nível cultural e político. Afinal, era algo em que se podia “mexer”. Nos afligia a miséria da maioria imensa do povo. *Alguns acreditavam que só uma revolução social mudaria o país. Várias vezes advoguei essa revolução. Mas nunca fui inteiramente sincero. Não sou marxista, mas li Marx. Inteiro.* Se há alguma coisa óbvia em Marx é que ele não acredita em revolução

---

<sup>359</sup> FRANCIS, Paulo. Drinques antes do jantar. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 29/11/1978.

socialista em país subdesenvolvido. Trotsky resolveu teoricamente esse problema propondo uma revolução permanente, ou seja, que começasse num país atrasado e medieval como a Rússia e que se alastrasse às nações avançadas que então viriam em socorro da Rússia. Lenin concordou e tivemos a revolução soviética.

A revolução não se alastrou e a URSS ficou isolada, miserável, e se desenvolveu à custa de sucessivos banhos de sangue da sua população e de uma tirania intolerável. Trotsky não errou necessariamente no atacado, apenas no varejo. *A revolução permanente continua aí, do Irã à Nicarágua, e depois da revolução soviética vieram a chinesa, a cubana, a indochinesa. Agora, chamá-las de “socialistas” é força de expressão. Todas são tirânicas e seguiram o modelo repressivo stalinista, embora tenham criado estruturas sociais que um dia, talvez, se tornem socialistas. Duvido, mas não vem ao caso.*

*Era para mim óbvio entre 1955 e 1964 que se houvesse uma revolução social no Brasil seria, teria de ser, tão tirânica quanto as supracitadas. Valeria o preço, em vidas, em sofrimento, em repressão? Francamente, confesso que não acho que valha. E a divisão de riqueza no mundo é de tal ordem, estamos tão distanciados dos países ricos, que não importa as intenções dos nossos putativos revolucionários, terminaríamos sob a órbita de uma superpotência.*

O golpe militar de 1964 acabou com minhas dúvidas. *Mas é possível sair desse tipo de repressão horrenda pacificamente. Estamos ensaiando sair. Da “minha” revolução que seria fatalmente stalinista, ninguém até hoje saiu.*

O Brasil me angustia e me entenece. O que nós, penso eu, poderíamos fazer se nos dessem o poder? Uma reforma de base (lembrem-se da frase?). Não nos dão o poder, porém. Fica essa oligarquia de sempre manipulando a miséria da maioria em benefício de uma minoria cuja crueldade não parece ter limites. *Quando me disseram que Roberto Campos seria o pensador do governo Figueiredo tive uma depressão quase psicótica. Aí está um homem cuja vida foi dedicada ao mal.* Nunca fez nada na vida que não fosse contra os interesses e bem-estar dos brasileiros, é o autor intelectual da crise econômica a meu ver, quase sem saída em que o Brasil vive, pois o “modelo” é dele. E, no entanto, continua respeitado e cogitado para paxá. Lúcifer conquistou o reino dos céus.

*Eu sou o que se chama de “radical órfão”. Não acredito em nada, nem em socialismo nem em capitalismo. Procuo ser um bom analista, cumprir meu dever e ganhar a vida. É um triste destino para quem achava que podia fazer tanto por meu país. Já que não posso, a única maneira tolerável que encontrei de viver é no estrangeiro. Nas ruas do Rio e de São Paulo carrego uma carga insuportável de culpa e frustração. Feliz 1979 [Grifos nossos]<sup>360</sup>.*

Francis enfatiza que não fazia parte daqueles que estavam fora do país, em exílio forçado. Esclarece que o fato de ter saído do país foi em razão da ditadura, mas o fato de permanecer nos EUA seria “a única maneira tolerável” para superar a “frustração” e a “culpa” culminadas numa espécie de fracasso ou impotência de sua geração frente à ascensão da ditadura. Dessa forma, mesmo com o suposto fim da perseguição política

<sup>360</sup> FRANCIS, Paulo. 1979. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 06/01/1979.

proporcionada pela anistia, permaneceria em Nova Iorque. Em meio ao texto, destaca-se o trecho em que o jornalista diz que, por várias vezes, advogou uma revolução social, mas que nunca teria sido “inteiramente sincero”. Assim, não seria marxista, apesar de ter lido, supostamente, tudo de Karl Marx.

Na mesma direção, deixa evidente que os movimentos que considera como expressão da *Revolução Permanente*, como estaria em Trotsky, tenderiam ao fracasso, citando casos como Nicarágua, China, Cuba e outros, porque transformaram-se ou transformar-se-iam em “tirantias intoleráveis”. O mesmo valeria para o Brasil, caso houvesse revolução social semelhante, independente das boas intenções que estivessem presentes. É patente que, do mesmo modo que renega o socialismo, também coloca o sistema capitalista e suas imposições como nefastos a países como o Brasil. Todavia, fala que sair da repressão oriunda do golpe de 1964 estava sendo processada, enquanto que da repressão de feições stalinistas ninguém até então teria conseguido livrar-se. Fica patente, deixando à mercê do leitor realizar o silogismo simples, de que a opção capitalista seria mais tolerável, apesar dos males, do que os casos conhecidos de alternativas ditas socialistas.

Ao longo do texto, exprime mágoa e frustração em relação ao processo que envolveu a sua geração, mas chama atenção o fato de condenar nominalmente apenas uma pessoa em particular, ainda que, provavelmente, não fosse a única que guardasse algum rancor: o economista Roberto Campos. Vimos, anteriormente, diversos momentos em que Campos foi atacado de forma implacável por Paulo Francis em suas colunas, como nos jornais *Última Hora* e *Correio da Manhã*, antes e no pós-1964, até 1968. No texto acima, relembra as críticas a Campos, o desqualifica, argumentando que seria “um homem cuja vida foi dedicada ao mal”, e que teria sempre agido contra o bem-estar e os interesses dos brasileiros. Mais do que isso, o “sataniza”, pois além de dizer que ele era um “homem do mal”, faz a analogia do mesmo com Lúcifer. Não restam dúvidas de que Roberto Campos era uma figura detestável para Francis, pelo menos dentro de seu discurso, até mesmo neste período de momentânea “indefinição ideológica”. Entendemos como uma fase de “indefinição” porque o jornalista renega tanto a esquerda como a direita, embora sua tolerância pela última fosse em maior grau<sup>361</sup>.

---

<sup>361</sup> Analogias semelhantes entre as comparações, nas palavras do jornalista, dos “imperialismos soviético e estadunidense” já haviam sido colocadas por Francis nos tempos d’*O Pasquim*, com o mesmo argumento de maior tolerância a favor dos EUA em detrimento da URSS.

Ainda assim, mesmo neste momento de dúvidas, Francis não deixava de procurar caminhos e resolver as eventuais lacunas de sua descrença política, sempre optando pelo pragmatismo. No mesmo janeiro daquele ano, afirmou em uma de suas colunas que era deplorável a atitude de “influenciar” outros países, política e economicamente, tanto por meio das relações governamentais como pela ação de multinacionais, mas, conforme dizia, “é a atitude de toda grande potência. E, francamente, acho que essa ênfase em multinacionais estrangeiras já deu o que tinha que dar. Elas existem. O negócio é saber conviver com elas [...]”<sup>362</sup>.

Nessa passagem, menciona que a notória crítica às interferências multinacionais nas economias nacionais seria um discurso ultrapassado. Para o jornalista, um bom estadista procuraria explorar em proveito próprio a “interdependência cada vez maior da economia mundial”. Francis acabava reproduzindo um discurso em voga na época sobre a questão da interdependência<sup>363</sup>. Mais uma vez, nota-se que ele não deixa de mostrar desconforto com tal posição ao considerar tal interferência “deplorável”. Da mesma forma, na sequência de seu texto, lembra do papel também nefasto das estatais, dizendo que, apesar de “chato”, seria preciso atacar a Petrobrás ao lado da Shell, lembrando que a “esquerda” não se dera conta que ambas não diferiam em essência:

[...] No Brasil, me parece que a esquerda ainda não se deu conta que as diferenças reais entre multinacionais, estatais e em grandes grupos brasileiros são mais de boca e de disputa de fatias do bolo do que de essência. Somos vítimas de um tripé, que fatura no modelo concentrador, em proveito das elites que representam, excluindo a maioria do povo. Sei que fica chato atacar a Petrobrás ao lado da Shell, mas, *mutatis mutandis*, as duas parecem sanguessugas dos anêmicos que vejo quando vou aí. Enfim, discutamos, ou melhor, discutam vocês. Eu observo. E acho cada vez pior o que vejo<sup>364</sup>.

Paulo Francis além de criticar o “peso” das estatais para o Brasil, não deixa de reconhecer, também, o problema que se apresentaria com a ingerência das multinacionais no mercado mundial e as consequências ruins que causariam para a economia nacional. Por outro lado, as multinacionais seriam irresistíveis, ao passo que o “peso das estatais”, implicitamente, em seu discurso, não seria algo imperativo. A inevitabilidade de entregar-se ao sistema capitalista, e agir conforme suas regras, fica clara na seguinte passagem,

---

<sup>362</sup> FRANCIS, Paulo. A modéstia não me impede. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 21/01/1979.

<sup>363</sup> Conforme Leda Paulani: “Não à toa, a década de 1970 cunhou um novo termo para as relações interestatais. A moda de então era o termo ‘interdependência’. ‘Nós crescemos porque nossa economia depende de vocês, e a sua economia cresce porque depende da relação com a nossa’”. PAULANI, Leda. *Brasil Delivery*. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 85.

<sup>364</sup> FRANCIS, Paulo. A modéstia não me impede. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 21/01/1979.

retirada de um texto de setembro de 1979: “[...] Descrever a canalhice política americana, por exemplo, ou de qualquer outro país, não me perturba o metabolismo, porque não esperava outra coisa. Mas não aprendi uma lição essencial: é possível, deve-se zombar do sistema. Agora é impossível derrotá-lo”<sup>365</sup>. A lógica do jornalista equipara-se à premissa do ditado popular, que diz “se não pode vencê-los, junte-se a eles”. Francis refletia naquele momento acerca de elementos de argumentação fundamentais que tomariam conta do chamado “pensamento único”, uma década depois.

No excerto anterior a esse, do artigo “A modéstia não me impede”, há referência à “esquerda”. Nos artigos de Francis, até esta época, a “esquerda” é expressa sempre com um fundo de rancor e, vez por outra, com certa imprecisão quanto aos grupos a que se referia. Francis começaria a escrever sobre a esquerda brasileira em 1978, implicitamente referindo-se ao PCB em especial, mas também aludindo a todos àqueles que eram adeptos de um maior controle político-econômico, por parte do Estado, e tendo afinidades com causas consideradas “progressistas”, como a distribuição de riqueza, por exemplo. Nas primeiras vezes em que construiu suas críticas, alertava que as referências genéricas à esquerda eram para não comprometer as pessoas, especialmente os comunistas, frente ao regime ditatorial:

Não poço me referir aos comunistas que conheço porque os estaria entregando à polícia pela simples menção, dificuldade que o resto dos esquerdistas deveria resolver legalizando o PC, já que pululam em todas as esquinas. Direi apenas que o PC fatura brilhantemente. Não direi onde ou como. E digo sem malícia. Já que a moralidade é impossível, que todos se locupletem. [...] A liberalização oligárquica, o que chamam de abertura, é produto de conflitos internos do tripé (multinacionais, grupos grandes nacionais e capital parasitário e companhias estatais) e não de qualquer reforço de democratização radical, ou seja, de base. [...] A esquerda brasileira sempre foi, como a direita, oligárquica, elitista e golpista. [...] [Alguns consideram os conservadores Raimundo Faoro ou o Cardeal Arns como “esquerdistas”] É natural, dado o caráter de nossa esquerda, que só assustou nossos militares porque estes não a entenderam. Estão entendendo agora, a sua total insignificância política, sua assombrosa ignorância econômica<sup>366</sup>.

Mesmo com a anunciada “abertura política” e com o fim do AI-5, o argumento do jornalista demonstra que ainda havia, com razão, bastante temor em relação às perseguições políticas. É interessante perceber que Francis considerava o movimento pela abertura como “liberalização oligárquica”, principalmente por estar sendo controlado de

---

<sup>365</sup> FRANCIS, Paulo. Bom mesmo é o supérfluo. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 22/09/1979.

<sup>366</sup> FRANCIS, Paulo. Pátria amada, salve, salve. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 10-08-1978.

cima, segundo sua opinião, resultado do choque de interesses entre multinacionais e grandes grupos representantes do capital privado e estatal brasileiros. No entanto, podemos perceber que Francis não se incomodava tanto com o fato de a “abertura” estar sendo conduzida daquela forma, por grupos de “direita”, porém que se interessavam pela restituição de um Estado de direito, até porque considerava a “esquerda brasileira”, genericamente, tão oligárquica, elitista e golpista quanto os grupos que apoiaram e sustentaram a ditadura.

Além disso, é importante destacar que sua simpatia pelo eurocomunismo, apresentada em artigo citado anteriormente<sup>367</sup>, parece ter se desfeito tão rapidamente quanto surgiu. Francis comentava com certo entusiasmo a possibilidade de um “retorno à ideia socialista original”, conforme dizia em sua coluna de 24 de julho de 1977, manifesta nos partidos comunistas da Europa Ocidental, particularmente, na França, na Itália e na Espanha. Porém, pouco mais de um ano depois, exprimia sua decepção pela limitação dessa linha política em propor soluções mais criativas para a crise econômica europeia, além da dificuldade em compor alianças estáveis ou confiáveis para credibilizá-la frente ao eleitorado:

Brejnev, uma vez na vida, tem razão. Essa história de “eurocomunismo”, de chegar ao poder pelo voto, de entrar em coalizões com partidos não socializantes, é contra-revolucionário, tão contra-revolucionário, a sua maneira, quanto o sistema soviético. Nunca as esquerdas europeias tiveram tanto apoio, ou, ao menos, apoio potencial, em face da “estagflação”, da crise estrutural do capitalismo europeu, e, no entanto, resmungam, gemem, e são levadas na onda conservadora do monetarismo “made in” Alemanha, que domina, encharca o pensamento das elites conservadoras dos diversos governos. [...] Para quebrar esse poderoso complexo multinacional, que domina a economia capitalista do primeiro mundo, só uma revolução comunista, à la Trotsky, ou seja, permanente, que se alastrasse de país em país, a começar pela Alemanha Ocidental, onde a esquerda mal existe politicamente [...] ou então um novo “crack” à la 1929, uma depressão que varresse os sonhos dos tecnocratas e de uma divisão trilateral do mundo sob a égide de EUA, Japão, Alemanha Ocidental, não é uma impossibilidade, mas também não é exatamente uma probabilidade. [...] Socialistas e comunistas, não revolucionários, em face do colosso multinacional, só têm uma estratégia possível: a persuasão popular pelo voto. Até que não têm se saído tão mal, nesses termos. Mas temê-los como ameaça subversiva é dar à subversão uma péssima reputação<sup>368</sup>.

---

<sup>367</sup> FRANCIS, Paulo. Eurocomunismo e esquerda fascista. *Folha de São Paulo*, Exterior, 24-07-1977.

<sup>368</sup> FRANCIS, Paulo. A crise das esquerdas europeias. *Folha de São Paulo*, Exterior, 17/10/1978.

Para surpresa de seu leitor, de certa forma, àquelas alturas, Francis não apontava o eurocomunismo como uma possibilidade de bater de frente com as multinacionais, assunto sempre presente e elemento importante em suas avaliações dos interesses por trás da crise econômica dos países europeus ou em relação à crise econômica brasileira. O remédio que aponta, como se vê, seria a realização da Revolução Permanente, trotskista, ou a criação de um fato novo que proporcionasse uma crise econômica de maiores proporções, comparada a de 1929. No entanto, não insistia a respeito dessa possibilidade em suas colunas, apenas apontando ali, principalmente a perspectiva da Revolução Permanente, a força que seria necessária para mudar o rumo dos acontecimentos mundiais<sup>369</sup>. Visivelmente, conforme as suas já conhecidas posições pragmáticas, não sugeria nada a respeito de como se deveria construir uma Revolução Permanente, um sintoma de que, possivelmente, e na realidade, não acreditava em sua concretude, ou pressupunha que não haveria “condições objetivas” para tal.

Somado a isso, a sua oposição ao PCB vai se evidenciando explicitamente ao longo de 1979. Francis lembraria várias vezes dos comunistas brasileiros, como se quisesse fazer um ajuste de contas, tentando afastar-se dos mesmos, apontando os seus supostos equívocos. No princípio daquele ano, em janeiro, utilizou-se da expressão “Patrulha ideológica”, utilizada pelo cineasta Carlos Diégues, elogiando a atitude de Diégues por reclamar da crítica brasileira que estaria cobrando do mesmo a realização de um certo tipo de filme, alinhado com determinada visão política ligada a “cânones ortodoxos da esquerda”. O jornalista dizia ter apenas duas críticas ao cineasta, ligadas à necessidade de falar de quais grupos referia-se e ao imperativo de combatê-los:

Cacá velho de guerra: a patrulha é desta sarna na vida cultural brasileira, o Partido Comunista Brasileiro. Sei porque Cacá omite. Já que o PC é ilegal, a gente fica sem jeito de citá-lo, temendo bancar o dedo duro. Mas genericamente é possível e desejável citá-lo. Segunda queixa: você deu confiança excessiva a essa canalha, hoje tentando conduzir a cultura brasileira [...]. Essa história de não dedo-durar o PC permite que este, por exemplo, via a filha do sr. Luiz Carlos Prestes, eleitor da Arena, difame o sr. Leonel Brizola em Paris, chamando-o de agente da CIA. Aqui posso “entregar” a filha, porque todo mundo sabe o que ela é, ou o pai. Mas as patrulhas estariam no meu pescoço se eu citasse outros nomes. Não vou

---

<sup>369</sup> A chamada comissão “trilateral”, mencionada por Francis, foi fundada em 1973, incentivada pelo banqueiro e Diretor Executivo do Chase Manhattan, objetivando a criação de um fórum de discussão envolvendo “membros distintos” dos principais países industrializados distribuídos entre países da Europa, somados a EUA e Japão. Seus representantes foram constituídos a partir dos maiores consórcios econômicos daqueles três centros, especialmente de banqueiros. Ver: ASSMANN, Hugo; SANTOS, Theotonio dos; CHOMSKY, Noam. *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

citá-los. [...] Não existe força mais conservadora e reacionária no meio intelectual brasileiro do que o PC. Logo, objetivamente serve à CIA<sup>370</sup>.

Aos poucos, com a retomada de maior liberdade de expressão, e mesmo lamentando a existência de “patrulhas”, Francis vai nomeando as “esquerdas” de que se queixava. Em seu discurso sobressai uma posição de autoridade, de quem conhecia os grupos de esquerda e poderia atestar-lhes a ignorância ou a inocência<sup>371</sup>. Em meados de 1979, tentou travar polêmica com os críticos de seus romances, principalmente com Antonio Cândido e outro professor da USP que fizera a crítica ao seu romance *Cabeça de negro*. Dizia ter pena da USP e do Brasil pelos acadêmicos “analfabetos” que tinham<sup>372</sup>. Insiste nessa desqualificação, em várias colunas, escrevendo com virulência contra seus críticos literários, dizendo que eram “vagabundos”, que arrumavam empregos em universidades, ao custo dos impostos de gente como ele, “que trabalhavam”<sup>373</sup>. Na visão de Francis, todos fariam parte de uma esquerda retrógrada, adepta dos “manuais marxistas”, especialmente dos escritos do filósofo húngaro Georg Lukács, malquisto pelo jornalista. Seriam os ataques mais contundentes de Francis, até então, nomeadamente direcionados, desde que chegara à *FSP*. Naquele contexto de anistia, depois da volta de grande parte dos exilados políticos, já em novembro de 1979, o jornalista criticaria outros grupos. Naquele instante, avaliava os grupos armados que se opuseram e combateram a ditadura. Um dos repreendidos foi Fernando Gabeira, que havia militado pelo MR-8 no final da década de 1960, participando do sequestro do embaixador dos EUA no Brasil, Charles Elbrick:

[...] Pouca gente tem estrutura para mudar de país, voluntariamente. À força, pelo exílio, o peso é terrível. [...] Um bocado de gente, inclusive a classe operária, sofreu um inferno em consequência dos meninos da “luta armada”. Os meninos foram o pretexto da violenta repressão do governo Médici. [...] talvez o sr. Gabeira, um dos líderes, nos explique. Um amigo dele e meu foi brutalmente torturado no Codi, só porque conhecia o sr. Gabeira. Em suma, esses jovens têm responsabilidades de que ainda não se descartaram. Aí o Ziraldo, Jaguar e outros que me perdoem, e, claro, há outro grande amigo meu nesta briga, com argumentos fortes, Alberto Dines, mas me parece que a “Isto é” é mais capaz de cobrar explicações do sr. Gabeira e outros do que “O Pasquim” no seu amor

<sup>370</sup> FRANCIS, Paulo. Circenses. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 13/01/1979.

<sup>371</sup> Nas palavras de Francis: “Conheço a comunalha brasileira. Não é sequer o que faria se tivesse poder de perseguir que me preocupa muito: é que não conheço gente tão imbecil, tão primária, tão presa a fórmulas de catequismo do século dezanove, tão ausente do que se passa fora das fronteiras dos manuais acadêmicos. E são uma praga, se metem em tudo. Poderiam ao menos em homenagem à minha paciência ficarem metidos em futebol, samba e outras glórias do prolekult. Seria uma estia cultural, uma misericórdia que eu agradeceria penhoradamente, pois o meu aqui em baixo não é em absoluto de filó”. FRANCIS, Paulo. Lendo direito. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 09/06/1979.

<sup>372</sup> FRANCIS, Paulo. Styron, acadêmicos, errata. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 01/06/1979.

<sup>373</sup> FRANCIS, Paulo. Mobral para acadêmicos. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 16/06/1979.

opressivo por todas as esquerdas, sem distinção de cor, credo e raça. Talvez, quem sabe, aferido tudo, façam do sr. Gabeira o candidato das esquerdas à presidência. Ou talvez se conclua que antes de colocar a famosa sunga ele precisa de umas palmadas. Não sei. Gostaria de saber. Como todo mundo por baixo no período da repressão também me passou pela cabeça pegar um revólver e sair por aí dando tiros, mas covardia à parte, minha análise da situação levava à posição oposta e me rendi (sem muito esforço) ao meu intelecto<sup>374</sup>.

O discurso de Francis, nesse artigo, simplesmente confere culpa à luta armada contra a ditadura, sem meios-terminos, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo endurecimento do governo Médici. Somado a isso, critica especialmente a linha editorial de seus amigos d'*O Pasquim* por apoiar de maneira incondicional as “esquerdas”. Embora admita também que tenha se acovardado, como diz, o jornalista afirma que sua análise do contexto o fez recuar em termos de estratégia diante da repressão. Francis então se justifica pela escolha realizada, lembrando que teria sido a mais correta, em contraposição à ação que considerou equivocada pela resistência armada. Esse julgamento soma-se às críticas acerca da “esquerda brasileira” e, aos poucos, à volta progressiva do jornalista com linguagem ferina e cronista implacável da realidade social e político-econômica do país.

Alinhado às críticas tecidas aos grupos que Francis considerava a “esquerda retrógrada brasileira”, fazia também reflexões sobre a condição de intelectual, segundo ele, conduzir o indivíduo rumo ao espectro político de direita. Parecia haver mesmo uma espécie de autorreflexão sobre sua condição de intelectual e suas recentes posturas e opiniões frente aos assuntos concernentes à política e economia, tudo aliado à sua predileção indisfarçável pelo “bom gosto”, dentro de sua subjetividade, o qual não conseguia dissociar da característica elitista<sup>375</sup>. De acordo com Francis:

Sartre achava que intelectual só de esquerda e grande arte idem. Não há, não conheço maior bobagem. Vem logo à minha cabeça o intelectual superior Edmund Burke (a quem Marx chamou de brilhante buqueiro capitalista) e Wagner. Pelo contrário, acho que a tendência do intelectual é ser de direita. Ele é por definição um elitista. O rico olha o cidadão comum do alto dos seus “lá vai o Barão”, o intelectual sem um níquel olha e vê as orelhas de burro crescentes. Acho que é uma forma de

---

<sup>374</sup> FRANCIS, Paulo. Briga em família. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 24/11/1979.

<sup>375</sup> Em setembro de 1980, às vésperas da publicação de *O afeto que se encerra*, o jornalista afirmava ser elitista: “Tenho de aturar em elevadores, na rua etc., roqueiros, sambeiros e outros barulhentos no nível democrático. Gostaria de ter o direito, pelo qual pago caro, de ouvir Wagner, Mozar, Strauss e Verdi. Se sou um elitista? Sou, sempre fui e sempre serei. O julgamento da maioria está sempre errado. O único jeito de consertar uma sociedade é a pau. Como não gosto de sangue, virei o Raskolnikov da segunda parte do romance, não tenho estômago para leninismos e trotsquismos, mas não me venham, nos EUA, com essa história dos pobres operários. É preciso manter a cultura, o que resta, acima da “canaille”. Detesto violão. E comigo, não”. FRANCIS, Paulo. Comigo não, violão. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 13/09/1980.

elitismo e esnobismo mais profunda que a dos ricos vis-à-vis os pobres. [...] A vida é estúpida e bruta demais para quem vive predominantemente de ideias. E quanto à esquerda moderna, está precisando cair numa profunda revisão depois do ocorrido na China, na Kampuchea, no Vietnã e no Terceiro Mundo em geral, sem falar na presença indigesta da URSS<sup>376</sup>.

Nesse excerto, o jornalista descarta a premissa, que teria identificado em Sartre, de que o intelectual seria, por definição, de “esquerda”. Ao contrário, o identifica muito mais próximo à “direita” pelo suposto esnobismo e elitismo, que seriam próprios de um perfil intelectualizado<sup>377</sup>. É mais um sintoma de seu progressivo distanciamento de qualquer simpatia pelo socialismo, já que o mesmo pressupõe identificação com as causas populares, em todos os sentidos<sup>378</sup>. Apesar dessa ideia nos conduzir a pensar que, finalmente, Francis estaria admitindo colocar-se à direita do espectro político, pois também se consideraria intelectual, essa premissa não é exatamente correta. Embora possa evidenciar-se o “caminho” que o jornalista percorre em seu discurso até o momento de importantes posturas pragmáticas próximas aos interesses de multinacionais e do imperialismo estadunidense, além das fortes críticas às esquerdas, frente ao que interpretava da realidade político-econômica nacional e internacional, até este momento, no final da década de 1970, ele não admitia pertencer à direita.

Além disso, na prática, seu discurso continua distante do ultraliberalismo pregado ulteriormente, ao final dos anos 1980 e durante a década de 1990. Por contraste, na coluna intitulada “Moral americana”, de 12/12/1979, é possível perceber que, quando se referia à direita, estava aludindo ao outro, a quem não se identificava quanto à visão política da realidade. Entretanto, admite a concordância no que diz respeito às oportunidades e liberdades disseminadas, em suas palavras, na fala dos “direitistas”, além da admiração pela prosperidade vista por ele, referente aos EUA:

É um tema obsessivo, diário, na imprensa dos EUA, que é toda de direita, que há na terra um espírito excessivo de autocrítica, que vê sempre o pior do país, que não leva em conta que nenhuma nação é tão favorecida em tudo e por tudo como esta, etc. [...] Esses direitistas todos têm razão num ponto: é difícil imaginar um país melhor do que os EUA, seja em liberdades, prosperidade, oportunidade (se você é branco), etc., etc. Conheço um bocado de países e me acho capaz de emitir um julgamento imparcial, porque não excluo uma paráfrase à la Dickens: “É o melhor

---

<sup>376</sup> FRANCIS, Paulo. Intelectuais nova-iorquinos. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 01/08/1979.

<sup>377</sup> Essa mesma reflexão está presente em suas memórias *O afeto que se encerra*.

<sup>378</sup> Para Francis, cada vez mais, iria formular a ideia de que o socialismo só sensibilizaria as classes mais elitizadas e abastadas. Segundo ele, os trabalhadores e classes mais pobres seriam sempre em menor número nas fileiras socialistas.

país, é o pior país”. [...] O fato de que acho a política externa dos EUA abominável e em muitos casos criminoso não quer dizer que eu admire a política externa da URSS. Ou, de outra forma, o fato de que viver num país sob a esfera econômica dos EUA, como o Brasil, é garantia (para quase todo o mundo) de uma vida apertada, repressão, etc. [...] É verdade que essa liberdade [nos EUA] foi obtida à custa de um superávit de saturação de um país de 6 por cento da população da Terra, que controla perto dos 50 por cento dos recursos da Terra. Ainda assim, para quem aproveita, é gostoso. E não há necessidade de perder o senso de perspectiva<sup>379</sup>.

Essa coluna ratifica o que afirmamos anteriormente: Francis ainda não se identificava como um “intelectual de direita”. Tal constatação torna-se mais evidente quando, em várias oportunidades, ele condena o imperialismo estadunidense, considerando também a sociedade dos EUA totalitária<sup>380</sup>, e rechaça agendas políticas, políticos e intelectuais defensores da aplicação do monetarismo nas economias internacionais. É o caso da sistemática crítica a Roberto Campos, no Brasil, ou mesmo da desqualificação de personalidades símbolos dessa construção da agenda ultraliberal, que tornar-se-ia hegemônica no país apenas a partir dos anos 1990, como Margaret Thatcher e Milton Friedman. No início dos anos 1980, constatava estarrecido que todos os governos naquele instante atribuíam à economia uma importância sem precedentes: “Nisso se incluem os governos mais anticomunistas do mundo. Um bom exemplo é essa mulher absurda, Maggie Thatcher, na Inglaterra. Ouvi-la falar é ouvir um papagaio do igualmente absurdo professor Milton Friedman”<sup>381</sup>. Para Francis, os economistas erravam sempre, nunca acertavam nada, mas continuamente, mesmo assim, eram “saudados e citados como oráculos pelos poderes constituídos”<sup>382</sup>.

Uma crítica como essa, certamente, não caracteriza Francis, nessa época, comparativamente com ele mesmo nos anos 1990, como alguém que radicalizou seu discurso em prol da economia de mercado, totalmente livre da influência do Estado, de feição claramente monetarista. A questão fundamental é que, neste momento, havia um processo de transformação no seu ideário. Uma inquietação intelectual que certamente já estava presente consigo já há algum tempo, como constatamos em vários de seus textos para *O Pasquim*, mas que só fora externada pelo jornalista naquele instante, final dos anos

---

<sup>379</sup> FRANCIS, Paulo. Moral americana. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 12/12/1979.

<sup>380</sup> “Nos EUA se contesta tanto o capitalismo quanto na URSS o comunismo. Era isso que o vilipendiado Marcuse queria dizer ao chamar a sociedade americana de totalitária. O totalitarismo americano é diferente e para os leitores da “Folha” e para mim provavelmente mais agradável que o soviético, mas totalitarismo o é”. FRANCIS, Paulo. Televisão. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 26/02/1980.

<sup>381</sup> FRANCIS, Paulo. Bobos (1): economistas. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 29/02/1980.

<sup>382</sup> *Idem*.

1970. O contexto que se apresentava contribuía para isso. Estava nos EUA, no centro do capitalismo, no qual observava de longe o processo de abertura política controlada no Brasil. Ingressando na *FSP*, um dos grandes jornais do centro do país, acompanhava as notícias brasileiras, tendo como uma de suas principais fontes esse mesmo periódico.

Diante disso, naquele contexto brasileiro de crise, depois de absorver o choque sofrido com a ditadura, passou a externar ao leitor de uma forma mais enfática e com um pouco mais de convicção o que já ensaiava antes, especialmente nos tempos d' *O Pasquim*. Ou seja, o abandono pela simpatia a qualquer perspectiva socialista.

### **3.4 Meados dos anos 1980: a conversão de Francis à direita liberal**

Em meados dos anos 1980, coincidindo com a mudança anteriormente demonstrada na *FSP*, é que Francis aproxima-se mais de uma postura liberal, acreditando que a melhor estratégia para o desenvolvimento econômico e social do Brasil seria aceitar as regras impostas pela economia de mercado. É o momento também em que começa a elogiar o antigo desafeto Roberto Campos, a quem comparava com o demônio em pessoa, de acordo com o que vimos antes. Vejamos alguns excertos que aludem à essa mudança de perspectiva, desde o ano de 1984, quando a *FSP* participava intensamente da campanha pelas Diretas Já. Francis tinha postura reticente em relação às Diretas. Era uma posição quase pessimista, semelhante a que tinha acerca da abertura e anistia, de que os graves problemas nacionais não estavam sendo colocados como os primeiros pontos de pauta.

Apenas para lembrar e ressaltar sua opinião sobre Roberto Campos, em fevereiro de 1985, comparando o período pré-1964 com o vivenciado então, dizia que “[...] Os apóstolos do desenvolvimentismo de Juscelino me parecem sábios de equilíbrio comparados aos megalômanos tecnocratas a la Roberto Campos, que assumiram a partir de 1964”<sup>383</sup>. Percebemos que a referência à “tecnocracia da ditadura” ainda permanece em seu discurso desde a época que escrevia no *Correio da Manhã*, tendo em Roberto Campos sempre o exemplo mais depreciado e, ao mesmo tempo, simbólico dessa sua aversão. Pontuamos anteriormente, também, em alguns excertos, a forma agressiva como se referia ao citado economista.

Em relação às Diretas, nessa mesma época, lembrava que a *FSP* encabeçaria tal campanha na imprensa, sendo que boa parte dos brasileiros nunca tinha votado e a maioria gostaria de eleições diretas. Segundo Francis: “[...] convenhamos que gente com menos de

---

<sup>383</sup> FRANCIS, Paulo. Nosso 1984 foi em 1964. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 05/01/1984.

42 anos nunca votou para presidente. Votei em vários. A alternativa era pior mas ainda assim votei contra a vontade. Não era excentricidade. Ninguém deu certo. Talvez nada dê certo. Mas se tenta sempre o mal menor”<sup>384</sup>. Nesse momento, em retrospectiva, recorda que teria guiado-se pelo pragmatismo, recorrendo ao “mal menor”, apesar de ter criticado em outro momento, como apontamos antes, as próprias esquerdas por adotarem a estratégia desse mesmo “mal menor”, em particular no período anterior ao golpe de 1964<sup>385</sup>. Esse pragmatismo, acompanhado sempre de visível desconforto, é apresentado em um conjunto da análise da situação brasileira frente às contingências históricas daquele momento, incluindo tanto o cenário interno brasileiro quanto o panorama externo a que o país estava atrelado. Em meio a isso, agrega-se a sua já costumeira crítica às esquerdas (que a relaciona com o estatismo) e a defesa por uma “revolução capitalista”, embora Francis, naquele momento, ainda, se considerasse um “homem de esquerda”:

A esquerda quer é uma ditadura da vanguarda que ensine o povo a detestar o consumismo e a praticar a fraternidade, o que exige a abolição da propriedade privada como primeiro passo. Duvido muito que seja isso que a maioria do povo brasileiro quer. [...] E estatismo por estatismo nossa economia está estatizada além dos mais delirantes sonhos da esquerda de 1963 [...]. Até a especulação com papéis é conduzida para pagar as contas do governo. Para contratar um contínuo há 18 exigências burocráticas. Não pode haver contrato de trabalho sem que o contratado trabalhe um mínimo de 8 horas. É mais um fator de desemprego. [...] O Brasil precisa de uma revolução capitalista. Nem todos os capitalistas são as figuras caricatas que nossa esquerda gosta. Muitos foram e são plenamente capazes de [...] aceitar reformas, social-democracia, se quiserem o rótulo. Claro que o objetivo central do capitalismo é o lucro. Mas capitalismo é uma forma de produção, em que parte dos lucros são reinvestidos, criando empregos, riqueza e progresso. Os EUA se tornaram a maior potência industrial do mundo por esse curioso “processo” [...]. *Me considero de esquerda, ainda que Freud e outros pensadores me digam que isso é besteira.* Mas há esquerdas e esquerdas. A esquerda dominante em nossos meios intelectuais não tem senso de realidade. É fantasista e religiosa. Acredita em milênios. Eu não. Acho que o processo de evolução é complexo e difícil. Não tenho “banzo” por Estados ideais [Grifos nossos]<sup>386</sup>.

Francis avalia a “esquerda brasileira” (intelectuais, acadêmicos, membros e ex-integrantes do PCB) como autoritária e retrógrada, como já evidenciamos antes, e confirmamos a cada referência sua, genericamente, a esses grupos. O fato de essa esquerda, em tese, possuir boas intenções, como “praticar a fraternidade” ou levantar a

<sup>384</sup> FRANCIS, Paulo. Diretas, escritas, oba, oba. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 23/02/1984.

<sup>385</sup> FRANCIS, Paulo. Tempos de Goulart. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, maio de 1966, p. 83.

<sup>386</sup> FRANCIS, Paulo. O Brasil de Goulart. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 14/04/1984.

conhecida bandeira da abolição da propriedade privada seriam elementos ultrapassados, em dissonância com a vontade da maior parte do povo brasileiro. O jornalista evoca essas supostas intenções das esquerdas no Brasil para avaliar a sua distância, conforme compreendia, dos aspectos objetivos da realidade, que imporiam um senso prático baseado nas limitações reais do Estado brasileiro. Para ele, a abolição da propriedade privada representaria estatismo, mas o estatismo seria, segundo a sua avaliação, um dos principais problemas que impediriam o melhor desempenho da economia nacional e, conseqüentemente, da condição social. A burocracia seria o ônus da lentidão e ineficiência do Estado que pesaria sobre o povo brasileiro. Para sanear este mal sugere a “revolução capitalista”, da qual deveriam participar os burgueses identificados ou que “suportariam” a socialdemocracia.

Essa postura, aparentemente simpática à socialdemocracia, na qual admite que o lucro é o impulso do capitalismo, em que se deve aceitá-lo e saber utilizá-lo em favor de causas “progressistas”, é muito próximo, nessa época, da condução editorial do jornal. Expomos anteriormente a especulação de Francisco Fonseca de que a *FSP*, até essa época, expressava um discurso aproximado à socialdemocracia, justamente por dizer aceitar as regras do capitalismo, mas de afirmar ser necessário minimizar os efeitos nefastos que o mesmo causaria, em certas circunstâncias às classes menos favorecidas. A predileção pelas privatizações não estará presente nos editoriais da *FSP* e não é a ênfase do discurso de Francis, embora esteja cada vez mais próximo dessa premissa ao condenar sistematicamente o estatismo e a burocracia como males principais da estagnação da economia brasileira. Além disso, vemos claramente que se considera de esquerda, mas não se identifica com os grupos de esquerda brasileiros que ele encontra e considera minimamente influentes no cenário nacional. Sua perspectiva é pragmática, é em favor do “mal-menor”, do que é possível realizar frente aos obstáculos e dificuldades apresentadas pela realidade objetiva.

Ainda sobre as eleições diretas, e a campanha realizada, em 1984, no Brasil, o jornalista afirmava o seguinte:

Vários leitores me escrevem perguntando por que não dou opinião pelas “diretas já”. Precisa? Dois terços do jornal não se ocupam de outro assunto todo dia. Há outros motivos. O Brasil é um país de leguleios e “leizinhas” [...]. É curioso que os leitores se restrinjam às diretas já. É compreensível que se queiram ver livres do regime que foi imposto em 1964. Mas e depois? Qual é o projeto de governo do próximo governo (seja qual for)? O que fazer com a economia? Nada disso me parece

muito discutido. Os leitores têm direito de saber o que pretendem os diversos candidatos a serem escolhidos pelo povo<sup>387</sup>.

Nesse excerto vemos que o jornalista fica incomodado, em seu entendimento, com a excessiva preocupação em relação às Diretas Já, no Brasil, sem que haja uma ampla discussão sobre os rumos que deveriam ser tomados no país, concernente ao projeto político a ser adotado, reunindo as medidas econômicas e seus pretensos impactos sociais. Mais de dois meses depois, o jornalista criticaria a própria *FSP* por expressar um envolvimento em demasia, conforme achava, pela campanha das Diretas Já, enfim encerrada, dizendo que a *FSP* “ficou a ver navios”<sup>388</sup>. Francis também externa, na coluna do excerto citado anteriormente, a reflexão que estaria fazendo sobre o possível abandono de fatores indexadores e correções na economia. Dessa forma, caso fossem abandonadas essas regulações para corrigir os valores de inflação:

Faliriam milhares de empresas e haveria milhões de novos desempregados. Um amigo meu onde tem experiência política maior que a minha me diz que isso só seria possível com tropas na rua (contendo o povo) ou com um governo que mereça confiança real popular. Isso está em algum programa da oposição? Não está no programa do governo Figueiredo. É preciso pensar nessas coisas<sup>389</sup>.

Notamos que o jornalista está preocupado com o vácuo de projetos políticos para implementar no futuro regime democrático que se avizinharia. Frente aos problemas apresentados pelo país, especialmente em relação à inflação e ao endividamento externo, de acordo com o seu entendimento, Francis tenta projetar como seria a recepção, por parte da população, de um possível choque econômico em que haveria medidas drásticas para sanar o problema do aumento constante de preços causados pela “espiral inflacionária”. Este é outro momento importante e significativo da fase de transição de Paulo Francis, que no ano seguinte acompanhará a transformação do discurso da *FSP* em direção ao argumento sobre a necessidade das privatizações. É importante destacar que o jornalista ainda não está defendendo sistematicamente fórmulas monetaristas, mas é a primeira vez que indica a possível necessidade de contenção de gastos que, como implicação, geraria perda de direitos, desemprego e outras consequências sociais. As características dessas ações são as conhecidas “medidas de austeridade”, propagadas pela agenda ultraliberal.

---

<sup>387</sup> FRANCIS, Paulo. Direito dos leitores. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 05/07/1984.

<sup>388</sup> FRANCIS, Paulo. Manual longo em teoria a curto prazo. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 29/09/1984.

<sup>389</sup> FRANCIS, Paulo. Direito dos leitores. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 05/07/1984.

É evidente, entretanto, que suas posições sejam com maior proximidade ao ideal antiestatizante e antiprotecionista, da qual a *FSP*, ainda, naquele momento, não iria difundir em seus editoriais<sup>390</sup>. Entretanto, seu discurso ainda mantém posição ambígua, apresentando um ambiente de indecisão diante das perspectivas da grande política. Próxima a essa data, em 8 de novembro de 1984, por exemplo, Francis mantinha o discurso de que tanto o Estado soviético como o estadunidense, apresentados como modelos políticos de então, apresentavam feições “totalitárias. Portanto, segundo lhe parecia, havia um beco sem saídas: “Não parece haver muita saída para quem odeia o Estado policial socialista (dito) e o totalitarismo comercial da sociedade de massas capitalista. Melhor ficar com nossa família e amigos, num mundo fechado. O mar não está para peixe. Nenhum mar e nenhum oceano”<sup>391</sup>. Seu ponto de vista só iria mudar no início do ano de 1985, com a virada no discurso em relação à avaliação que fazia do economista Roberto Campos:

Roberto Campos é um guerreiro. Pouca gente é tão odiada no Brasil. [...] Mas Campos é respeitado, intelectualmente. Não é um adversário fácil, num debate. Melhora horrores, em pessoa [...]. *Escrevi coisas brutais sobre Campos. São erradas. Retiro-as.* “Como eu não ia dizendo...”. Acontece. Nunca tive a pretensão de ser santo milagreiro. Corro os riscos que sempre levam a erros [...]. *Mas cheguei à conclusão que capitalismo num país rico é opcional. Num país pobre, no tipo de economia inter-relacionada do mundo de hoje, a suposta saída que se propõe no Brasil de o Estado assumir e administrar, e é o que mais leio neste jornal, leva à perpetuação da miséria, do atraso, da estagnação. Capitalismo no Brasil é uma questão de sobrevivência.* [...] O que ele [Campos] propõe no Brasil é mais adequado à nossa realidade econômica e social. Ele tem sido xingado por muita gente. É tolice. Se os recursos que o Estado brasileiro canalizou para o estatismo tivessem sido postos ao dispor da iniciativa privada, o Brasil hoje seria uma potência de peso médio e talvez mais. *E quanto mais gananciosos os capitalistas, melhor. Ganância é sinônimo de ambição.* Se ganha dinheiro no capitalismo produzindo e vendendo, produzir e vender requerem garra e gana, ambição. Ganhar dinheiro requer criação de empregos e mercados [grifos nossos]<sup>392</sup>.

---

<sup>390</sup> Algumas posições presentes na sociedade brasileira repercutidas pela *FSP* sobre o protecionismo (por intermédio de textos de economistas, políticos e intelectuais) estavam em pleno debate, alçadas como questões que eram colocadas frequentemente em discussão. A virada antiestatista da *FSP*, como vimos, só se daria em agosto de 1985, meses depois da virada de Francis. Entretanto, é sintomática essa mudança de postura de ambos, jornal e jornalista, naquele período próximo um do outro, podendo indicar que o contexto fora propício para tal, dentro da grave crise econômica em que o país atravessava e da expectativa de transição para o novo governo civil para breve.

<sup>391</sup> FRANCIS, Paulo. A volta de Svetlana Stalin. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 08/11/1984.

<sup>392</sup> FRANCIS, Paulo. O guerreiro Roberto Campos. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 09/02/1985.

A virada de Paulo Francis neste texto é gritantemente explícita, mas foi necessário apresentar o caminho que o seu discurso percorreu até aqui para evidenciar que tal mudança não foi repentina, e sim produto de gradativa transformação, culminada neste momento. A redenção de Roberto Campos é emblemática, pois resolve o constante incômodo que percebíamos nas colunas do jornalista, que apesar de apontar o problema estatal e criticar veementemente a esquerda, de forma ampla, continuava se indispondo com o sistema capitalista, incluindo o imperialismo manifesto nas interferências políticas estadunidenses e na ingerência das multinacionais sobre a economia mundial. Do mesmo modo, para sustentar algumas conclusões que Francis já vinha defendendo, apresentar maior coerência em seu discurso de aceitar o sistema de “economia inter-relacionada” e, ao mesmo tempo, de culpar o Estado pelos males econômicos e sociais, argumenta que, na situação de país pobre, como seria o Brasil, não haveria alternativa senão o capitalismo. Além disso, Francis deixa a hesitação de outrora para defender com ênfase o sistema de livre mercado, movido pela “ganância”, em suas palavras, benéfica para a sociedade quanto mais alta ela fosse<sup>393</sup>.

É a guinada que faltava em Francis para, finalmente, tornar-se alinhado à direita, ideologicamente identificada com o liberalismo econômico de feição *laissez faire*, adversária do keynesianismo e da social democracia que tentam “domesticar” o capitalismo. É interessante notar como critica o conteúdo do próprio jornal (não fica claro se está referindo-se à linha editorial), o qual estaria difundindo a alternativa de o Estado assumir com amplas responsabilidades a administração da economia. Essa conduta é que estaria conduzindo o país à miséria. Na mesma direção, deixa a entender que a maioria das pessoas estaria interessada na possibilidade de consumir, mais do que qualquer outro interesse. De acordo com Paulo Francis:

O povo, essa entidade mítica, adoraria. É fascinado, prostrado pela técnica de vendas do capitalismo americano, hoje à vista de qualquer um em TV, ainda mais fascinado pela variedade dos produtos desse capitalismo. Haveria crueldades mil. Mas sempre há. Não há processo de desenvolvimento indolor. [...] A infraestrutura que Campos estabeleceu no governo Castello Branco, quando era ministro do Planejamento, visando a criar uma base de expansão capitalista, do livre mercado, da livre concorrência, da entrada de capital e tecnologia, de que nosso País miserável tanto precisa, serviu de receita, de mapa da mina, para os positivistas autoritários e nacionalistas criarem o nosso monstro estatista e estatizante. Extrema esquerda e Extrema direita nacionalista se

---

<sup>393</sup> Essa constatação se repete nas colunas de Francis a partir de então. Em junho de 1989, por exemplo, escreveu: “O que faz a riqueza dos países é a ganância. G-A-N-Â-N-C-I-A”. FRANCIS, Paulo. À lanterna. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 03/06/1989.

uniram. Campos é o judas permanente dos dois grupos. Ficou sozinho. O Brasil regride. É, a meu ver, um país condenado, sem futuro<sup>394</sup>.

A partir de sua interpretação, subentende-se que o interesse imediato da população estaria menos relacionado com o bem-estar social e direitos garantidos por meio do Estado e mais associado com a possibilidade de integrar-se na sociedade de consumo<sup>395</sup>. Assim, até mesmo as ações de Campos como um dos principais membros da equipe técnica do governo nos tempos da ditadura não seriam mais nefastas, como dizia anteriormente, já que essas visariam, na época, “expansão capitalista”, “livre mercado”, “livre concorrência” e “entrada de capital e tecnologia”. Em suma, Campos passou do *status* de “demônio em pessoa” para o de “guerreiro”, que lutava praticamente sozinho contra polos políticos opostos de “extrema esquerda” e “extrema direita estatista” que, supostamente, teriam se unido a favor do crescimento estatal e do viés intervencionista. Essa premissa fez com que reavaliasse até mesmo sua interpretação sobre o grau de autoritarismo nos tempos de ditadura, dizendo, em seu texto da semana seguinte, “que, de 1964 até dezembro de 1968, apesar do golpe, houve ‘um bocado de liberdade’”<sup>396</sup>. Não é por acaso que o período Castello seja lembrado convenientemente por Francis aqui de maneira mais amena, pois foi naquele governo que Roberto Campos atuou como Ministro do Planejamento<sup>397</sup>.

A partir de então, Roberto Campos tornar-se-ia quase uma espécie de guru para Francis, que o referenciava para pautar diversos temas relacionados à economia. Às vezes era irônico, nomeando Campos como “esse entreguista cachorro”, mas querendo dizer justamente o oposto<sup>398</sup>. Lembrava que o economista discutia o “mundo real”, não temendo atacar “empreguismos” nas estatais que, equivocadamente, segundo ele, colocar-se-iam em nome do nacionalismo.

A *FSP* só daria uma guinada semelhante seis meses depois, deixando seu discurso antes próximo do “nacional-desenvolvimentismo” para então iniciar a campanha antiestatizante e privatista, defendendo quase todo tipo de desregulamentações. Pouco a pouco, e quase no mesmo instante, o jornal e o jornalista vão se aproximando de uma visão

---

<sup>394</sup> *Idem*.

<sup>395</sup> Meses depois, referindo-se ao crescimento do PT nas eleições para prefeito de São Paulo, desenvolveria novamente esse raciocínio, sentenciando: “Não há, claro, a menor chance de que um partido com um programa dito operário (digo dito porque é um programa de radicais de classe média que se imagina representar a classe operária, e não de operários, porque estes querem mesmo é se integrar na sociedade de consumo, ter empregos, boa vida etc. Não lhes passa pela cabeça coisas como socialismo [...] tome o poder eleitoralmente no Brasil”. FRANCIS, Paulo. Queridos leitores. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 03/10/1985.

<sup>396</sup> FRANCIS, Paulo. Um alô à juventude. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 16/02/1985.

<sup>397</sup> O revisionismo de Paulo Francis sobre a interpretação do período ditatorial no Brasil será tratado à parte no último capítulo desta tese.

<sup>398</sup> FRANCIS, Paulo. No reino maravilhoso de 'Sir Ney'. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 20/06/1985.

compartilhada de projeto político, a ser sugerido e colocado em pauta no embate hegemônico, buscando consenso. As eleições de 1989 seriam o ponto alto dessa confluência, não apenas de Francis junto à *FSP*, mas repercutida na grande imprensa, de forma geral e uníssona, em direção à agenda ultraliberal.

### 3.5 O polemismo na *FSP*

Quando crítico teatral os alvos dos ataques polêmicos de Francis eram os atores e profissionais de teatro; na época de *Última Hora* suas críticas passaram a ser dirigidas aos políticos. Embora tenha adotado um tom mais agressivo na época em que atuou no *Correio da Manhã*, suas críticas nesse jornal, aparentemente, não tiveram tanta repercussão quanto nos momentos anteriores. Depois que saiu do *Correio da Manhã*, como vimos, a censura o tolheu e pouco podemos encontrar dos ataques de outrora<sup>399</sup>, embora mantivesse características de sua costumeira linguagem, como foi o caso do uso da ironia e do cinismo. Foi na *FSP* que retomou certas características do velho polemista, incorporando novos elementos aos antigos e costumeiros à medida que mudava o seu viés ideológico.

O polemismo, atualmente, parece ser uma ferramenta bastante difundida em *blogs* de *internet*, televisão e determinados espaços de jornais e revistas da grande imprensa. Tem sido apresentado para vulgarizar posições ideológicas e constituir um chamariz que atraia público, pró ou contra as ideias em pauta. Diante da popularização dos *blogs*, os textos de polemistas têm sido comumente replicados nas redes sociais, tanto por simpatizantes de determinado blogueiro, para mostrar o grau de identificação com o mesmo texto replicado, quanto por opositores daquele discurso, para contrastar o ponto de vista com argumentos distintos e tentar desqualificá-lo.

Na televisão, tanto aberta como a cabo, Arnaldo Jabor e Diogo Mainardi foram os primeiros a destacarem-se como os potenciais “herdeiros de Francis”. Mainardi é seu confesso admirador. Escrevendo para a revista *Veja*, tentou imitar seu estilo agressivo, permutado a certas doses de aparente erudição. Jabor, por sua vez, ocupou espaços importantes na grande imprensa e mídia deixados por Paulo Francis<sup>400</sup>. Sobre a pretensão de Jabor, o jornalista Paulo Henrique Amorim conta em seu mais recente livro que, em

---

<sup>399</sup> Com exceção, como explicado anteriormente, do texto publicado no *O Pasquim*, Um chamado porcaria, quando ataca Roberto Marinho.

<sup>400</sup> Nos telejornais da Rede Globo, Jabor passou a ocupar os espaços que antes eram de Francis, imitando o teor irônico e ácido de seus comentários. Tinha ainda substituído Francis na *Folha de São Paulo*, quando o mesmo saiu para o Estadão. Da mesma forma, o substituiu no Programa *Manhattan Connection*, também frequentado por Diogo Mainardi.

certo momento da trajetória do ex-cineasta: “Arnaldo Jabor tinha acabado de saber que o Evandro Carlos de Andrade decidiu dar-lhe uma coluna diária no Jornal da Globo. No térreo do prédio da Globo, na Terceira Avenida, ele celebrou comigo: ‘Vou ser o Francis brasileiro!’. E foi”<sup>401</sup>.

Além de Arnaldo Jabor e Diogo Mainardi, hoje, destacam-se uma série de polemistas, dos quais, em diversas vezes, reportam-se lembranças do “estilo Paulo Francis”. Esses profissionais não apenas ocuparam espaços deixado por ele, mas os ampliaram consideravelmente, levando em consideração o advento das novas mídias e nichos da *internet*, não existentes na época de Francis. Entre eles podem-se citar Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, Luiz Felipe Pondé e Olavo de Carvalho. O escritor Olavo de Carvalho, por exemplo, como destaca Patschiki, “irá emergir na imprensa no vácuo deixado pela morte de Paulo Francis em 1997, em plena conjuntura onde a grande mídia batalhava ostensivamente pela implementação do ultraliberalismo”<sup>402</sup>. Outros, ainda, criaram-se na esteira do antipetismo exacerbado, neste novo milênio, inaugurado após as eleições presidenciais brasileiras de 2002.

Essa maneira de escrita, destacando a polêmica, não é apenas um estratégia político-ideológica. Tem estado em evidência, e tem o seu lugar garantido nos meios jornalísticos porque, justamente, seduz o leitor, tanto o simpatizante do sujeito que escreveu a polêmica quanto o opositor do mesmo. No caso de Francis, não faltam depoimentos alegando que essa era uma faceta importante que repercutia a partir de seus textos, ou seja, atraía tanto os admiradores quanto os opositores<sup>403</sup>.

Por estar em evidência, esse mote começa a despertar o interesse de pesquisadores, especialmente da área de comunicação social e jornalismo, mas também das ciências sociais em geral. Alguns estudos dão conta deste tema como estratégia para despertar a atenção do leitor, por uma questão meramente mercadológica ou como artifício para construir uma espécie de *ethos*, como comentamos no início do trabalho, na perspectiva de constituição de um ambiente em que o leitor seja atraído, permaneça interessado no espaço jornalístico em questão por meio da polêmica<sup>404</sup>. De acordo com o que argumentamos

---

<sup>401</sup> AMORIM, Paulo Henrique. *O quarto poder: uma outra história*. São Paulo: Hedra, 2015, p.139.

<sup>402</sup> PATSCHIKI, Lucas. *Os litorais da nossa burguesia: o Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon (PR). 2ª Parte, p. 35.

<sup>403</sup> Ver o depoimento de Boris Casoy, entre outros, no documentário *Caro Francis*, feito por Nelson Hoineff: *Caro Francis*. Documentário. Direção: Nelson Hoineff. Brasil. 2010, 98 min, DVD.

<sup>404</sup> BISSON, Carlos A. T. F. *Jornalismo e Política em Karl Kraus e Paulo Francis*. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre; FERREIRA, Marcio Poetsch. *A retórica do título e o polemismo: o desafio da conquista da atenção do*

anteriormente, estabelece-se um *contrato de leitura*, conforme entende Eliseo Verón, em que a relação entre o leitor e o escritor constrói-se, ao nosso ver, pela expectativa do próprio polemismo.

Os principais elementos do polemismo, vistos na imprensa, têm sido o cinismo, a violência verbal e a ênfase na ironia, sendo a linguagem ferina uma característica fundamental. Desse modo, estimulam-se ou até criam-se casos aparentemente banais, mas que acabam tomando uma proporção maior do que a expectativa comum poderia supor, por meio de ataques a pessoas, a grupos ou a organizações político-partidárias e movimentos sociais. É então que se evidencia o caráter político da postura polemista. Além disso, os profissionais que adotam tal postura possuem, frequentemente, laços orgânicos com aparelhos privados de hegemonia, visando determinado projeto de classe ou atuando como vulgarizadores de certa agenda ideológica. Da mesma forma, o “politicamente correto” tem sido desqualificado e até ridicularizado como uma perspectiva de hipocrisia político-filosófica. Mostram-se então os traços conservadores que visam legitimar uma postura reacionária frente a temas progressistas, como a contraposição agressiva à atitude feminista, por exemplo, ou à aceitação social da homossexualidade, entre outros assuntos. O mais curioso é que tais posturas são colocadas pelos seus autores como “corajosas”, ou como “desafiadoras do lugar comum” e dos “posicionamentos intelectuais abjetos”<sup>405</sup>.

Paulo Francis seria um precursor recente dessa faceta, pois reunia em seus textos boa parte dos elementos elencados acima. A linguagem ferina do jornalista, no entanto, sempre foi uma característica de seus textos, mesmo em sua fase declaradamente trotskista. Todavia é importante lembrar que, outrora, especialmente nos anos que precederam o golpe de 1964, a imprensa brasileira era bastante incisiva em suas críticas sobre política, assumindo mais a parcialidade editorial e estimulando a verve de seus colunistas. Naquele lugar do tempo é que se forjou o polemismo de Francis, ainda quando era crítico teatral nos anos 1950. Na década de 1960, adaptou o estilo para atacar outro polemista da época, o famoso político e jornalista Carlos Lacerda. No jornal *Última Hora*, entre 1962 e 1964,

---

público leitor no contexto da comunidade blogueira. 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre; PEREIRA, Marcelo de Oliveira. *O Cinismo nas Crônicas de Paulo Francis*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.; PETRIK, Manuel. *O Duelo Verbal: Um Estudo sobre o Polemista no Jornalismo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre; WAINBERG, Jacques; CAMPOS, Jorge; BEHS, Edelberto. Polemista, o personagem esquecido do jornalismo. *INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. XXV, n. 1, p. 47-68, 2002.

<sup>405</sup> Na ocasião do falecimento de Francis, Diogo Mainardi intitulou o seu artigo na revista *Veja* como “Acabou o antídoto contra o abjeto”. MAINARDI, Diogo. Acabou o antídoto contra o abjeto. *Revista Veja*, ano 30, n. 6, 12/02/1997, p. 79.

atuando como colunista político, é que se moldou boa parte do “polemismo político” de Paulo Francis.

Na primeira de suas polêmicas famosas, nos tempos de crítico teatral, em 1958, atacou ferozmente a atriz Tônia Carreiro em sua coluna para o jornal *Diário Carioca*. Na ocasião, Francis deixava entender que a atriz carioca havia ascendido na carreira apenas por sua beleza. Além disso, insinuava que ela dormiria com os seus colegas de palco e que informantes teriam lhe oferecido fotos provocantes da atriz em poses sensuais, publicadas em uma revista pornográfica nos EUA. A reação imediata veio de Adolfo Celi, produtor de Tônia Carreiro, que teria dado uma bofetada em Paulo Francis, e do colega de Tônia nos palcos, Paulo Autran, que, no término de uma peça teatral em que Francis fazia-se presente, soltou-lhe uma cuspidinha no rosto<sup>406</sup>.

Outros ataques pessoais também geraram relevante repercussão, como aqueles desferidos a Carlos Lacerda no *Última Hora*, chamado de “fascista”, ou “Her Carlos”; a Roberto Marinho, n’*O Pasquim*, classificado como “um homem chamado porcaria”; e a Roberto Campos, em diversos momentos, e em vários periódicos de imprensa, compreendido como o grande vilão da nação brasileira<sup>407</sup>. Nos anos 1980 travou combates com o crítico José Guilherme Merquior, a quem acusava de omissão em relação a certas opiniões que tinha em círculos mais reservados, mas que se negava a externá-las em público. Ainda era acusado por Francis de “ordenhar os donos do poder”<sup>408</sup>.

Em 1983, repercutiu bastante no jornal a sua polêmica com Caetano Veloso. Francis criticou Caetano por suposta postura submissa frente ao rockeiro Mick Jagger, em uma entrevista com o líder dos Rolling Stones, ancorada pelo artista baiano. Caetano Veloso respondeu em um texto para o jornal, dizendo que Francis era uma “bicha amarga”. Em seguida houve tréplica de Francis e a *FSP* deu ainda considerável foco à contenda, publicando depoimentos prós e contras aos argumentos defendidos por um e por outro. No mesmo jornal, tornaram-se muito conhecidas as polêmicas e ataques ao primeiro *Ombudsman* da *Folha de São Paulo*, Caio Túlio Costa, ao Partido dos Trabalhadores, de modo geral, a Luiz Inácio Lula da Silva e a Luíza Erundina, em particular. Ainda, disparou

---

<sup>406</sup> MOURA, George. *Paulo Francis, o soldado fanfarrão*. *Op.cit.*; NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, polemista profissional*. *Op.cit.*

<sup>407</sup> A partir de 1985, contudo, o jornalista passava a considerá-lo como um grande intelectual, representando uma espécie de referência na área político-econômica para Francis a partir de então.

<sup>408</sup> Para um resumo do caso, consultar a reportagem feita pela revista *Veja*: “Briga nas letras”: José Guilherme Merquior lança novo livro, e acende polêmica com Paulo Francis. *Veja*, Editora Abril, n. 616, 25/06/1980, p. 86-87.

impropérios e difundiu preconceitos contra nordestinos e afrodescendentes, como veremos no tópico a seguir.

Em sua época de atuação n' *O Estado de São Paulo*, conviveu com dois processos acarretados por sua “língua afiada”. Ao referir-se seguidamente a Eduardo Suplicy como “Mogadon” (medicamento que deixa os usuários sonolentos), foi proibido pela justiça de mencionar o nome de Suplicy em suas colunas<sup>409</sup>. O processo movido pelos diretores da Petrobrás também datava dessa época, mais precisamente de 1996. No entanto, embora Paulo Francis tivesse feito acusações semelhantes, antes, no próprio jornal, aquele processo fora motivado a partir de uma manifestação do jornalista no programa *Manhattan Connection*, acusando os diretores da estatal de manterem contas secretas na Suíça, oriundas, supostamente, de desvio de dinheiro público.

Da mesma maneira, constatam-se ataques com agressividade verbal menos repercutidas, mas com teor igualmente ácido, além de manifestar com proeminência seus rancores políticos e viés ideológico. Parte deles são as diversas manifestações combativas, ao longo dos anos 1980 e 1990, ao Movimento Sem Terra e à Central Única dos Trabalhadores, aos grevistas de várias categorias, ao ensino público (considerado ineficaz), a diversos grupos estatais, ao Partido Comunista Brasileiro e à esquerda brasileira em geral. Além disso, desferiu xingamentos aos professores universitários com viés marxista, especialmente os lukacsianos, mencionados em fins dos anos 1970, e os gramscianos, mais citados pelo jornalista nos anos 1980.

A polêmica de Paulo Francis também parece conservar um estreito limite entre o caráter informativo do jornalismo e a forma de expor o ponto de vista de maneira descompromissada. Em parte, isso explicaria os diversos erros cometidos por ele, as imprecisões, além das trocas de datas e nomes, características que alimentaram as suas polêmicas com leitores que diziam não apreciar o seu texto. A confiabilidade das fontes e a checagem das informações parecem ficar em segundo plano frente ao impacto do que se quer dizer ou fazer pensar. Segundo Paulo Henrique Amorim, que conviveu de perto com o polemista no escritório da Rede Globo de TV, em Nova Iorque,

Francis, a certa altura, não escrevia mais as colunas para a Folha – até ser defenestrado – e depois para o Estadão e O Globo. Apenas se deitava na cadeira da redação, usava o telefone da Globo e ditava a coluna – geralmente em torno do que tinha acabado de gravar. Outras vezes, no auge da crise da dívida, ele dizia: “Conversei com um ban-quei-ro...” E

---

<sup>409</sup> Consultar reportagem da revista *Veja*: O risco da censura: juiz eleitoral proíbe jornalista de escrever sobre o candidato Suplicy. *Veja*, Editora Abril, Edição 1262, ano 25, n. 47, 18/11/1992, p. 38.

espinafrava o Brasil. Geralmente, o “ban-quei-ro” era o Pimenta das Neves, funcionário subalterno do serviço de imprensa, em Washington, do Banco Mundial, outro que espinafrava o Brasil no Estadão. Ou Francis se baseava num relato precário de um produtor d’*O Globo* e da Globo, Régis Nestrovski, que ia às coberturas da dívida e captava o que cabia nos termos do futebol americano, tema em que se especializou<sup>410</sup>.

É interessante constatar que uma das causas que o aborreceram na polêmica contra o *ombudsman*, na *Folha de São Paulo*, foi justamente porque Caio Túlio Costa afirmou, em certo momento, que Francis não faria jornalismo na *Ilustrada*<sup>411</sup>: “Ali ele é mais o Francis ficcionista, o cronista dos tempos, diz besteiras e coisas sábias. Escreve o que muitos pensam e não ousam falar em voz alta. É preconceituoso, vulgar, chuta alguns dados [...]”<sup>412</sup>. O exemplo torna-se simbólico, referente ao pretenso legado que Francis teria deixado, já que um de seus supostos imitadores de estilo, ao que parece, acabou sendo defendido com o mesmo argumento de que não se deveria levá-lo a sério, como teria sido o caso de Arnaldo Jabor, tendo a incumbência de comentar política nos telejornais da Rede Globo<sup>413</sup>.

Por tudo isso, não é à toa que Francis tornou-se um guru para vários jornalistas controversos e polemistas brasileiros contemporâneos. Foi assim com Rodrigo Constantino e Diogo Mainardi, desde cedo apontados como esperados prodígios, potenciais continuadores do estilo Francis; tem sido a referência para Arnaldo Jabor nos seus comentários televisivos, para Reinaldo Azevedo (o mesmo, a exemplo do que ocorria com Francis, se diz ex-trotskista) e até para Olavo de Carvalho, que combina uma linguagem de baixo calão com aparência de erudição. Aquilo que Bernardo Kucinski chamou de “método Paulo Francis”, ou “Paulo Francis, uma tragédia brasileira”, tem protelado a

---

<sup>410</sup> AMORIM, Paulo Henrique. *Op.cit.*, p.138.

<sup>411</sup> Em depoimento para o documentário *Caro Francis*, já citado, Daniel Piza relata: “Chamar de cronista, neste contexto, é uma coisa meio negativa... ‘Ah, não é um jornalista!’ E ele era um jornalista, só que um jornalista de opinião”.

<sup>412</sup> COSTA, Caio Túlio. *Ombudsman: o relógio de Pascal*. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2006, p. 115-116.

<sup>413</sup> Luiz Carlos Azenha relatou o seguinte sobre Jabor, quando explicava um caso de assédio moral que teria sofrido, relacionado ao processo político eleitoral de 2006: “Argumentei, então, que o comentarista de política da Globo, Arnaldo Jabor, havia dito em plena campanha eleitoral que Lula era comparável ao ditador da coreia do Norte, Kim Il-Sung, e que não acreditava ser essa postura compatível com a suposta imparcialidade da emissora. Resposta do editor, que hoje ocupa importante cargo na hierarquia da Globo: Jabor era o ‘palhaço’ da casa, não deveria ser levado a sério”. AZENHA, Luiz Carlos. Globo consegue o que a ditadura não conseguiu: calar a imprensa alternativa. In: Luiz Carlos Azenha anuncia o fim do blog Viomundo. *Carta Capital*, 30/03/2013. Disponível em: <[www.cartacapital.com.br/politica/luiz-carlos-azenha-anuncia-o-fim-do-blog-viomundo/](http://www.cartacapital.com.br/politica/luiz-carlos-azenha-anuncia-o-fim-do-blog-viomundo/)>. Acesso em 31/03/2013.

incumbência de “chocar e divertir”, como dizia o autor, e menos informar<sup>414</sup>, o que iria contra a essência do que se deseja de um jornalismo feito com maior seriedade.

Sobre as polêmicas na *FSP*, apesar de Paulo Francis não as ter começado naquele jornal, foi ali que, depois de algum tempo, voltou a se notabilizar como polemista. A década de 1980 marca grandes polêmicas nos textos do jornalista. Os Diários da Corte tornaram-se um espaço consolidado dentro do jornal, assumindo grande destaque na *Ilustrada*. Ademais, foi o início de sua fase como “celebridade”, depois de contratado pela Rede Globo, em 1981, para ser comentarista de telejornal. Esse momento também marcou a adoção de um discurso mais “conservador”, que vai ultrapassando os limites de bom senso, em que seus julgamentos de valor expressaram consideravelmente o preconceito contra minorias sociais e excluídos.

É plausível que o ambiente nos EUA, durante a década de 1980, de modo geral, tenha influenciado o jornalista nesse quesito. De maneira mais ampla, a própria intelectualidade do ocidente começou a nutrir antipatias pelo assim chamado “terceiro mundo”, como se dizia na época. Era possível perceber um discurso calcado na aversão ao “terceiro-mundismo”, comparável ao anticomunismo, frequentemente reproduzido nos meios de comunicação, apresentando a condenação das minorias e a intolerância. Assim, o racismo, a xenofobia, a discriminação sexual foram encontrando justificativa em “teorias pseudocientíficas” de direita, como a tentativa de provar que os homens são essencialmente desiguais, ou que toda doutrina igualitária atentaria contra a “natureza humana”<sup>415</sup>. Foi a década marcada pelos governos Ronald Reagan, nos EUA, e Margaret Thatcher, na Inglaterra, cujas medidas político-sociais e econômicas corroboraram com esse processo.

Apesar disso, nessa conjuntura marcada pelo “reaganismo” e “thatcherismo”, Paulo Francis dizia não se identificar com tais lideranças. Evidentemente, isso não significa que não tenha ficado absorto ao contexto de então. Sobre Reagan, achava-o ignorante, um distribuidor de sorrisos e repetidor de roteiros, que usava bem sua experiência como ator. Thatcher seria uma desiludida com o *status* de potência que teria a Inglaterra. Assim, chamava a Primeira Ministra de “ridícula”. Ou seja, sua agressividade também foi utilizada com os políticos de fora do país, todavia mais por achá-los medíocres mediante o cargo que ocupavam do que, estritamente, por suas medidas de governo:

---

<sup>414</sup> KUCINSKI, Bernardo. Paulo Francis: uma tragédia brasileira. In: *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

<sup>415</sup> CUEVA, Agustín. *Tempos Conservadores*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 11-37.

Reagan é o que parece, um amável e energético trapalhão, que não sabe o que diz, que faz o que a assessoria manda que faça. Quando ele não está representando o líder do império, está, como qualquer ator, no camarim, se preparando para a próxima performance. [...] E, afinal, se acredita no que diz, e não há porque duvidar disso, basta que represente apenas o papel de líder. A burocracia cuida do resto. Considerem Margaret Thatcher. [...] O problema maior de Thatcher é ser ridícula, porque pretende que o país ainda pesa. É uma província, com delícias para o turista de gerações que ainda acreditavam em cultura, com “C” grande, “C” hoje reservado para algo que nada tem a ver com cultura<sup>416</sup>.

Várias foram as tentativas de explicação do porquê Paulo Francis teria um temperamento tão explosivo com os seus adversários. Alguns ensaiaram até mesmo uma explicação psicológica que remeteria à sua infância, com a perda prematura da mãe, que o teria traumatizado, ou a consequência do ambiente típico dos internatos que frequentou em idade escolar, os quais teriam estimulado uma espécie de agressividade reprimida<sup>417</sup>. O fato é que Francis também era produto do período pré-64, como argumentamos a pouco, quando havia outro tipo de imprensa, em que os jornalistas teciam críticas bastante duras e, não raras vezes, com violência sobre seus adversários. O próprio adversário de Francis em sua época de *Última Hora*, Carlos Lacerda havia se notabilizado por ser um grande polemista. Certa vez, Francis havia dito que existiram três grandes polemistas na imprensa brasileira, sobreviventes do período mais combativo do jornalismo. Além dele próprio, elencava Carlos Lacerda e Hélio Fernandes<sup>418</sup>.

Esse tipo de comportamento não deixava de ter a sua razão na finalidade de atrair e “divertir” o leitor. Afinal, a ironia e a linguagem ácida provocavam, inevitavelmente, reações variadas em boa parte do público que acessava as colunas de Francis, desde a identificação até o repúdio e o ódio. O presumível é que, ao ler o polemista, poucos ficassem indiferentes a essa leitura, especialmente tratando-se de seus textos mais polêmicos. Em uma de suas colunas na década de 1980, por exemplo, dizia no final de seu texto, cômico, que “acho que já diverti bastante vocês por 400 pratas”<sup>419</sup>. Este tipo de postura dá margem à interpretação de que teria um compromisso maior com o

---

<sup>416</sup> FRANCIS, Paulo. Gente importante. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 05/12/1985.

<sup>417</sup> JORGE, Fernando. *Vida e obra do plagiário Paulo Francis: O mergulho da ignorância no poço da estupidez*. 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 1997.

<sup>418</sup> PIZA, Daniel. *Paulo Francis: Brasil na cabeça*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004, p. 44; NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, polemista profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de SP, 2010, p. 71.

<sup>419</sup> FRANCIS, Paulo. O festival permanente de besteiras. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 12/05/1984.

entretenimento do que com a seriedade jornalística, reforçando a observação vista anteriormente de Paulo Henrique Amorim.

Os ataques às lideranças políticas estiveram sucessivamente em sua pauta, com a acidez crítica e a ironia como características sempre evidentes. Entre as pessoas que sofreram insultos, dos já citados Jânio Quadros, Luíza Erundina, Eduardo Suplicy e, principalmente, Luiz Inácio Lula da Silva, cabe uma atenção especial ao caso do último. O líder petista foi alvo de uma campanha implacável de Francis durante as eleições presidenciais, em 1989. Esse ataque, em particular, foi um dos estopins da saída de Francis da *FSP*. O jornalista começou a nutrir um ódio grande pela esquerda, em suas mais variadas fórmulas políticas. Primeiro atacava o Partido Comunista no Brasil e seus membros. Quando o PT começou a ganhar corpo e ter relevância no cenário nacional, suas críticas dirigiram-se a esse partido. Da mesma maneira, condenava cada vez mais fórmulas ditas “populistas”. Jânio Quadros seria uma personalidade que se enquadraria nesse perfil.

Uma característica que se acentuou em Francis na década de 1980 foi misturar em sua narrativa elementos do senso comum, aparente erudição, piadas e adjetivações extravagantes, de modo que tornasse o texto um tanto ambíguo, deixando o leitor em dúvida sobre o que era crítica séria e o que havia de piada, alternando ficção e realidade. Além disso, frequentemente, apresentava fracos argumentos disfarçados num texto com frases de impacto, unindo a estratégia da desqualificação pessoal e a catarse despertada por seu estilo de escrita para chamar a atenção do leitor. Bernardo Kucinski, entre outras explicações, trata exatamente da questão da linguagem utilizada por Francis para tentar explicar o porquê da repercussão e atenção ao que escrevia. Nesse sentido, o autor faz uma reflexão semelhante a essa perspectiva do uso da ironia e desqualificação do adversário, por parte de Francis, aliada ao descompromisso com o rigor jornalístico, especialmente com os temas relacionados ao poder político e ao Estado:

Numa sociedade que em princípio identifica o Estado como o inimigo, a linguagem da galhofa, como a de Francis, é a mais apropriada para desfazer do governo. E foi assim que ela se instalou no jornalismo brasileiro, a partir dos pasquins irreverentes do Império. Depois, foi sendo aplicada a todo e qualquer “outro” aquele de quem se diverge, numa cultura que não aceita a divergência. Basta descrever o adversário grotescamente, não sendo preciso discutir o mérito de suas posições. Por isso, também se presta à manipulação da opinião pública; permite desmoralizar ou desqualificar lideranças sem discutir suas ideias. Na linguagem da galhofa não é necessária a informação, muito menos a precisão, o que talvez se coaduna com a displicência, outro traço de nossa

matriz cultural. Isso pode explicar a aceitação irrestrita de Paulo Francis pelo grande público<sup>420</sup>.

Essa perspectiva de abordagem política emergiu a partir do “estilo” Paulo Francis. Segundo Bernardo Kucinski, tal estilo seria um conjunto de características presentes na linguagem do escritor, como a ironia, a “galhofa” (que substitui a informação e a precisão). Assim, o espaço criado pelo jornalista junto ao seu público poderia ser caracterizado como uma espécie de *ethos*, como entende Manuel Petrik. Este espaço, viabilizado pelo polemismo de Francis, vale a pena repetir, se retroalimentava por meio do contrato com o seu leitor. O contrato de leitura, no caso dos escritos de Francis, foi constituído pelo polemismo. O seu leitor seria atraído, em grande parte, por este mote.

Assim, para reavivar continuamente o interesse e a fidelidade do leitor, o polemista se valia desses artifícios, os quais nem sempre se voltavam a seu favor. Exemplo disso era o seu total desprezo pelo que se tornou conhecido como “politicamente correto”. Em seu vocabulário dos anos 1980, cada vez mais, utilizava sem inibição palavras de baixo calão e termos preconceituosos. Nesse sentido, afro-brasileiros e nordestinos, de modo geral, foram alvos marcantes em vários de seus textos. Houve em boa medida réplicas a esses ataques, especialmente por parte dos leitores, sempre respondidos por Francis com o argumento de que se deveria exercitar no Brasil o direito de liberdade de imprensa, algo desconhecido por aqui, segundo ele, e que seria melhor desfrutado nos EUA<sup>421</sup>. A questão é que, para atingir gente de mais prestígio, a classe política, especialmente, Francis atacava, também, paralelamente, as etnias e os povos pobres regionalizados.

Ademais, passou a fazer uso do termo “crioulo” para referir-se aos afrodescendentes. Pouco antes de deixar a *FSP*, em coluna no final de setembro de 1990, narrou um desentendimento que teve com um garçom, no restaurante Palm Court, em Nova York. Chamou-o repetidas vezes de “crioulo”: “Fomos atendidos por um crioulo engalanado com o uniforme do Palm Court”. Na sequência, dizia “Pensei logo numa chibata. Ando pensando muito em chibata e rifle”. Escreveu também que, apesar de já ter visto “crioulos” em outro restaurante chique da cidade, não deixava “de ser espantoso um crioulo no Palm Court, e, ainda por cima, grosseiro”<sup>422</sup>. A referência à chibata, instrumento

---

<sup>420</sup> KUCINSKI, Bernardo. O método Paulo Francis. In: CHIAPPINI, L. et al. *Brasil: país do passado?*. *Op.cit.*, p.276-277.

<sup>421</sup> “Estou habituado à franqueza da imprensa dos EUA, em que, se eu tivesse 10 centavos por vez que Reagan foi chamado de “débil mental”, estaria rico, ou que Bush foi chamado de “débil”, ponto, wimp, idem. A imprensa brasileira, com exceções antiquadas como eu, parece escrita e elaborada no Clube das Vitória Régias”. FRANCIS, Paulo. Patrulhas do Lula. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 30/11/1989.

<sup>422</sup> FRANCIS, Paulo. Um dia em Noviorque. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 29/09/1990.

usual historicamente para castigar os escravos oriundos da África no Brasil, não deixa dúvidas quanto ao teor racista, especialmente quando acompanhada do termo “crioulo”. No Brasil, na época da escravidão, o “crioulo” era o escravo nascido na região, descendente do autóctone africano, mas distintivo do escravo trazido para cá via comércio transatlântico.

### 3.6 As eleições de 1989 e a derrocada do socialismo no Leste Europeu

Francis definia o PT, desde cedo, como o “PC da nova geração”<sup>423</sup>. Seria um partido não da classe operária, mas da “esquerda do Morumbi”, como costumava dizer. No início, dizia ter admiração por Lula, pelo fato de ter sido líder sindical, não pertencendo às classes mais abastadas. De acordo com o que já expomos anteriormente, e segundo o que queria fazer acreditar, essas classes privilegiadas sempre teriam representado as esquerdas no Brasil. O líder petista seria, nesse sentido, uma exceção. No entanto, conforme Paulo Francis, Lula teria capitulado frente a esta esquerda:

Admirei Lula quando apareceu. Enfim, um líder sindical que cuidava do pão e manteiga dos trabalhadores, o que é essencial à modernização capitalista (sic) do Brasil. Durou pouco. Lula me parece ter sido envolvido pela grã-finagem esquerdista do Morumbi e adjacências, da qual o simpático e certamente sentimental Eduardo Suplicy faz parte, e, hoje, repete as mesmas sandices populistas que ouvimos desde os tempos de Jango Goulart e que foram uma das causas do golpe militar de 1964<sup>424</sup>.

De modo geral, o jornalista também criticou muito o PT durante os anos 1980, em eleições estaduais e municipais, por considerá-lo um partido inelegível, mas que tirava votos de candidatos considerados por ele “sérios” e “progressistas”<sup>425</sup>. Assim, ao chegar o pleito de 1989 para a escolha do Presidente da República, o jornalista já tinha uma imagem pré-definida do candidato Lula e de seu partido, o PT. Quanto a Collor, tanto para Francis quanto para a maior parte da grande imprensa, o candidato era uma incógnita. Assim, o jornalista interrogava-se, em meados de 1989, meses antes da eleição:

E o Collor, hem? Resolvi chamá-lo de “Collôr”, porque Collor, como se pronuncia no Brasil, é muito “americano”. Este jornal quase diariamente encontra uma falcatrua na vida do cara. Bem, mas está, como dizem, empolgando. Não tenho a menor ideia de quem seja, que apito toca, o que

---

<sup>423</sup> FRANCIS, Paulo. Um ano sem muitas melhoras. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 02/01/1986.

<sup>424</sup> FRANCIS, Paulo. Prefeitos de São Paulo e Rio. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 16/08/1985.

<sup>425</sup> Este foi o caso da eleição municipal para Prefeito de São Paulo, em 1985, que acabou dando a vitória a Jânio Quadros (PTB). O segundo colocado ficou com Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e o terceiro com o candidato do PT, Eduardo Suplicy. Francis declarava apoio a Fernando Henrique Cardoso e cobrava o apoio de Suplicy a esse candidato.

pretende etc [...]. Acho que o sucesso de Collôr se deve a que ele fala diferente dos outros. De Aureliano a Lula, com nuances, todos são estatistas [...]. Logo, o entusiasmo que Collôr provoca só pode ser explicado pela sua mensagem antigoverno<sup>426</sup>.

Como se percebe, não há uma predileção centrada exclusivamente no candidato Collor de Mello, embora observemos que não há, igualmente, rejeição. Mesmo com o fato de a *FSP* estar realizando levantamentos sobre as atividades públicas pregressas de todos os candidatos e ter encontrado irregularidades no caso de Collor, Francis fala com interesse sobre uma eventual postura antiestatista do então candidato, a qual destoa dos demais. Nesse instante, há uma indefinição de Francis quanto ao apoio de um nome ou partido à presidência da República. Existia apenas uma certeza: a de rechaçar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

É importante ressaltar as nuances do contexto mundial em 1989. Essa perspectiva da “crise do socialismo” também foi utilizada como um argumento favorável àqueles candidatos que se mostravam simpáticos ao discurso modernizador. Os países do Leste Europeu viviam uma grave crise econômica e política, que colocava em xeque a própria existência do socialismo nos países daquela região. De acordo com o que temos evidenciado, Francis denunciava há tempos o “totalitarismo” na URSS e nos países que considerava congêneres ao caso soviético, também no Leste Europeu, excetuando os casos da Iugoslávia de Tito e da Tchecoslováquia antes da invasão soviética. O ambiente de crise dos países do Leste Europeu, em seguida, foi utilizado no discurso de Francis durante a campanha eleitoral para desqualificar qualquer que fosse a alternativa que se aproximasse de uma proposta de esquerda. Nessa direção, mas quando ainda não havia iniciado o processo eleitoral, mostrava-se atento ao que acontecia nos países do Leste da Europa:

Estamos vivendo uma revolução na Europa Oriental, Oriente Médio e África do Sul [...]. O maior vendaval é a leste da Europa. Realmente, não sei o que escrever, porque não ousa prever o que acontecerá na Polônia e Hungria, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental. Na Romênia é mais fácil [...]. Mas acabou sem dúvida o marxismo-leninismo, ou seja, o stalinismo [...]. O fato é que o chamado “monolito” comunista, totalitário, está ruindo por terra. Nunca existiu, em verdade. E Hannah Arendt deveria ter se contido em *Origens do totalitarismo* e Orwell estudado (e Arendt também) economia, porque assim não teriam insistido na plausibilidade do totalitarismo. Ninguém sabe o que vai acontecer. E nos países que resistem a mudanças, como a Alemanha Oriental, a situação é tão patética que, em breve, a única maneira de preservá-la será instituir “muros de Berlim” em todas as suas fronteiras<sup>427</sup>.

<sup>426</sup> FRANCIS, Paulo. O Pasquim, Collor, Brasília. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 17/06/1989.

<sup>427</sup> FRANCIS, Paulo. É hora de revisar. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 21/09/1989.

Em coluna do dia 9 de novembro de 1989, no contexto da fase final do primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras e do processo de “queda do muro de Berlim” (evento que, ao passar do tempo, tornou-se repleto de simbolismos), Paulo Francis resumia um pouco de suas impressões daquele momento. Naquela oportunidade, fazia a relação entre a crise dos países socialistas do Leste Europeu com o pleito eleitoral brasileiro:

Muita gente me pergunta em quem votar. *Em que votar* seria a pergunta correta. *Em quem tiver coragem de macho para privatizar e eliminar as estatais e liberar as forças da produção [...]*. Por que o comunismo está acabando? Porque levou a extremos o estatismo brasileiro. Tomou conta da produção. Isso já não funciona. Comprovado. Há sempre “mordomias” do governo e negligências e desinteresse pelo que o consumidor quer. E resolveu estatizar também a vida pessoal das pessoas. Não se dá um passo sem consentimento da polícia. Não se pode fazer isso e aquilo. Não se pode ler o que o governo não quer. Ninguém aguenta. Foge quem pode. Já estive lá duas vezes e o ambiente não podia ser mais baixo-astral [*grifos nossos*]<sup>428</sup>.

Os editoriais do jornal naquela semana narravam os acontecimentos internacionais enfatizando tanto a crise soviética quanto a da Alemanha Oriental. Os jornalistas que faziam a cobertura internacional mencionavam que “o fim estava próximo”. Ao verificar este excerto, notamos que Paulo Francis ia ao encontro desse discurso, mas a utilização da ironia dá um tom diferenciado à sua análise. A começar pela questão da eleição presidencial, a qual relaciona com a necessidade de privatização das estatais. Subentende-se que há “covardia”, por parte do governo de então, por não tomar a iniciativa da privatização. Da mesma maneira, correlaciona esses aspectos, necessidade de privatização e as eleições brasileiras, com o colapso do regime político da Alemanha Oriental. Não seria necessário dizer que o problema que envolveu o colapso e queda do comunismo no Leste Europeu é muito mais complexo de analisar do que simplesmente atribuir as razões deste ocaso à impossibilidade de gerenciamento do Estado.

Porém, a relação feita por Francis, e em época de eleição, limita as possibilidades de escolha de um candidato a um leque mais restrito de opções. Além do que, fica clara a posição por uma ideia, um projeto de sociedade, e menos por um candidato. Pelo menos, essa é a postura de Francis no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989, quando o quadro dos postulantes a ir ao segundo turno ainda era incerto. Diante disso, havia apenas uma certeza: o “antilulismo”. Isso ele deixava claro em todas as suas colunas durante a

---

<sup>428</sup> FRANCIS, Paulo. Chamaram o meu boi... *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 09/11/1989.

campanha presidencial. Nesta mesma coluna, do dia 9 de novembro de 1989, ele observava o seguinte a respeito do candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva:

Já um bestalhão como Lula é capaz de acreditar que o Brasil – expropriados os ricos – poderia ser um país em que cada um tivesse o suficiente para viver. A burrice brota em cada calçada entre os paralelepípedos. É espontânea. “Vem aí”. Como Sílvio Santos<sup>429</sup>.

Aqui aparece a caracterização agressiva dos textos de Francis, agregada à ironia sempre presente (o adjetivo “bestalhão” pertence a ambas), sem contar a “deixa” nas entrelinhas sobre a breve candidatura Sílvio Santos<sup>430</sup>, uma espécie de alegoria. Seria própria da burrice estampada nas ruas? Ou a burrice envolveria tanto Lula, como Sílvio Santos, quanto as pessoas que votariam neles? Acreditamos que, nessa forma de escrita, pautada pelo polemismo, isso tanto faz. A precisão nas ideias não importa tanto. As ideias podem ser até contraditórias, desde que sirvam para algum propósito. Apesar da aparente obviedade, esses elementos devem ser apontados e significados dentro dos objetivos textuais do autor, nos quais estavam, evidentemente, a finalidade de desqualificar a figura e as supostas intenções de Lula, sem que se entrasse, no entanto, no mérito de um debate aprofundado sobre elas.

Mesmo a constituição das explicações em torno dos pretensos benefícios do livre mercado e do incentivo às privatizações, o raciocínio fica baseado em uma justificativa sumária, rasa de conteúdo e de maiores esclarecimentos sobre o que se ganha e o que se perde com tais prerrogativas. Em relação ao texto de Francis, devido à extrema acidez e aos componentes irônicos, o conteúdo parece ficar à margem desses outros elementos, os quais parecem “adornar” o seu argumento, tornando-o mais vistoso na aparência. Mas, na mesma direção, e conforme as análises já comentadas de Francisco Fonseca, o Jornal, como um todo, banalizava e homogeneizava o conteúdo político que publicava. Nesse sentido, é interessante notar a observação feita por um leitor da *Folha*, publicado no espaço *Painel do Leitor*, em 17 de novembro de 1989, intitulado “Socialismo Mesmice”:

---

<sup>429</sup> *Idem*.

<sup>430</sup> O apresentador, empresário e proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Senhor Abravanel, conhecido pelo nome artístico de Sílvio Santos, havia se lançado de última hora na eleição, agregando grande prestígio popular. Algumas pesquisas o apontavam como um dos favoritos dos eleitores ao cargo de Presidente da República. Sua candidatura, entretanto, foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral, dias antes do pleito, por irregularidades no registro do Partido Municipalista Brasileiro (PMB).

“O Socialismo acabou. Os países socialistas tentam juntar seus escombros”. Esta é a tônica de artigo publicado (27/10) pela *Folha* e assinado por José Arbex. Se não fosse assinado, poderíamos creditá-lo a qualquer profissional desse jornal ou de outro veículo de comunicação burguês, já que a mesmice tomou conta da mídia do país. Joaquim Santos Turim (São Paulo, SP)<sup>431</sup>.

Tal notícia certamente não ecoou uníssona apenas na *Folha de São Paulo*, porém o incômodo do leitor, certamente, reflete aquele mesmo incômodo que temos ao folhear mais de um veículo dos diferentes/iguais da grande imprensa. Muitos jornalistas na grande mídia da época construíram argumentação parecida e, a partir do que era veiculado pela grande imprensa, conformou-se a visão de que o socialismo realmente havia acabado. Essa época ajudou a impulsionar, pouco tempo depois, a conhecida tese de Francis Fukuyama sobre “o fim da história” e a gestão do “pensamento único” que polemizou no mundo das ideias durante os anos 1990.

Igualmente, a condenação da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva foi muito combatida na grande imprensa. Nas diversas mídias, incluindo as programações e notícias de rádio, televisão e periódicos escritos, como afirmou David Maciel, travou-se um verdadeiro “terrorismo ideológico” contra o candidato<sup>432</sup>. Além disso, a busca por um candidato consensual de direita começou a ganhar “caráter de urgência”, devido à possibilidade de haver um segundo turno entre Lula (PT) e Leonel Brizola (PTB), conforme apontavam algumas prévias de intenção de voto. Houve também dificuldades em encontrar alguém que agregasse os distintos interesses em jogo, compostos a partir das frações de classe dominantes da sociedade brasileira. Desse modo, a procura por um candidato que contemplasse a satisfação de diversos grupos no pleito de 1989, levando em conta o momento ímpar de transição na política brasileira, pela ação do sufrágio direto, chegou a ocasionar uma importante crise de hegemonia. Essa crise de hegemonia seria então resultante dessa indefinição por uma candidatura forte, naquele momento, que se opusesse especialmente às candidaturas de Lula e Leonel Brizola, além de não contemplar uma preferência consensual de diferentes frações da classe dominante. Segundo David Maciel:

O que houve foi a busca desesperada por um candidato de direita capaz de derrotar a esquerda, qualquer um, o que originou diversas iniciativas neste sentido, e o permanente “terrorismo ideológico” contra as

---

<sup>431</sup> *Folha de São Paulo*, Painel do Leitor, 17/11/1989.

<sup>432</sup> MACIEL, Davi. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda; Goiânia: Funape, 2012, p.359.

candidaturas de esquerda, manifesto nas inúmeras ameaças de retrocesso e alertas para a possibilidade de se instalar o “caos” no país. A declaração do presidente da Fiesp, Mário Amato, às vésperas do 1º turno, segundo quem “Se Lula ganhar a eleição, 800 mil empresários abandonarão o país”, foi só a manifestação mais explícita desta ofensiva ideológica<sup>433</sup>.

Francis insuflava essa espécie de “cenário ameaçador” ao desqualificar Lula de todas as formas imagináveis em seus comentários sobre a política nacional e as opções para a eleição presidencial. Além das ofensas explícitas como a adjetivação de “besta quadrada”, eram usuais a referência à sua ignorância na área de economia, o seu despreparo para a política internacional e a certeza de que o falado “calote” no pagamento da dívida externa traria consequências catastróficas. O jornalista faz alusão a amigos seus, “inteligentes”, não nomeados, que lhe afirmavam uma provável vitória de Lula nas eleições e a constituição de um quadro nefasto para o país:

Mais um amigo por dentro e inteligente com quem almoço [...]. Pergunto-lhe quem vai ganhar a eleição. Lula. Temos de ir ao fundo do poço. Chafurdar. A ala albanesa dos petelhos, prevê meu amigo, proporá legislação, porque é uma das treze alas do PT. Marilena Chauí convocará reunião ministerial para determinar se é democrático que haja serventes que varram os ministérios. [...] Lula nos coloca au niveau de Cuba e Nicarágua. É uma besta quadrada. Não sabe de nada do que está falando. Vai usar o dinheiro dos juros da dívida - que não pagamos - para aumentar o salário mínimo dos trabalhadores. Não dá. Alguém deve saber as quatro operações entre os petelhos, Weffort, Antonio Cândido e outros que poderiam fazer as contas para El jefe. [...] Mas Lula arruinaria o país, nos transformaria em Sudão, numa grande bosta. Se o Brasil, por exemplo, não chega a um acordo com os banqueiros internacionais, não terá crédito de lugar algum, nem de Japão, nem de Banco Mundial, nem de FMI, nada, neca, dulcineca. Teríamos de viver da poupança interna, que inexistente. E Lula quer o Estado em tudo, com a Petrobrás falida, Volta Redonda perdendo 1 milhão de dólares por dia, o déficit do Banco do Brasil no último semestre foi de 1 bilhão de dólares, e, no entanto, o cangaço sindical de lá conseguiu aumento de 152,3%. Com Lula, seriam porteiras abertas. O cangaço se tornaria nacional e prestigiado pelo governo federal. As classes produtoras se defenderiam. Entropia. Sudão. Já escrevi aqui várias vezes que todo mundo que conheço que pesa acha que Lula leva a eleição. [...] Com Lula o dinheiro todo brasileiro já foi ou vai embora. Só quem não puder tirar é que deixará qualquer coisa aí. E as estatais vão falir e a hiperinflação vem. [...] Adverti daqui o leitor de que não dissesse “pior do que Ribamar não pode haver”. Há Lula. Os petelhos, Érudíina, que se parece com Jeff Chandler, a República do paraíba, do pé-rapado, e, como diz Veja, Lula se assemelha ao eleitor médio...<sup>434</sup>

---

<sup>433</sup> *Idem.*

<sup>434</sup> FRANCIS, Paulo. A grande tonteria. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 23/11/1989.

Chama a atenção o final do artigo a referência ao cangaço e a relação que tenta estabelecer com o atraso social e econômico. O mesmo acontece quando se refere ao Sudão, Cuba e Nicarágua. O cangaço, porém, diz respeito à comparação que fazia com a cultura do nordeste brasileiro, denotando uma conotação de inferioridade. O mesmo acontece com a referência a José Sarney, ao chamá-lo somente por “Ribamar”, seu segundo nome<sup>435</sup>. Ribamar é um nome comum e característico da região nordeste brasileira. Essa designação evidencia a insistência de Francis em lembrar que o Presidente da República de então era oriundo da região nordeste do país. Portanto, há uma insinuação implícita de que o atraso social e econômico da região se materializava no atraso humano representado pela figura do então Presidente. A estratégia segue com a maneira como caracteriza a grafia do nome da Prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, escrevendo “Érundíina”, tentando reproduzir o sotaque nordestino, além das menções depreciativas para “República do paraíba, do pé-rapado”.

Essa série de impropérios fez com que os leitores da *FSP* enviassem várias cartas em protesto contra Francis para o jornal. Naquela ocasião é que o *ombudsman* do jornal e Paulo Francis começaram a travar um sério desentendimento, do qual resultaria uma discussão intermitente que duraria até fevereiro do ano seguinte. Quanto à avaliação de Fernando Collor, apesar de idas e vindas, quando o criticaria no início do governo, no episódio do confisco das poupanças e na invasão da Polícia Federal à sede da *FSP*, continuaria defendendo o presidente na sequência de seus textos, especialmente após a mudança para o *OESP*, dando crédito ao eventual potencial que teria o governo.

O melhor exemplo de “função conjugada”, incluindo a montagem do jornal com o texto de Francis, ocorreu na formatação da capa da *FSP*, de 23 de novembro de 1989, já durante a campanha do segundo turno das eleições presidenciais. Em destaque, no título de capa, o jornal noticiava: “Collor diz que PT prega banho de sangue”. Abaixo, o anúncio e o resumo da coluna de Francis: “Lula coloca o país no nível da Nicarágua”. A paginação em conjunto, claramente favorecia Collor em detrimento a Lula. O próprio ombudsman, Caio Túlio Costa, criticou o jornal exatamente por esse motivo na ocasião<sup>436</sup>.

---

<sup>435</sup> O nome completo de José Sarney é José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa.

<sup>436</sup> De acordo com Caio Túlio Costa, “Ninguém do jornal solicitou ou pautou a interferência [de Francis]. Veio de forma natural e acabou muito bem aproveitada na primeira página, em operação não planejada, mas bem-sucedida, conforme podia se depreender de simples observação [...] Critiquei em público: ‘A manchete do banho de sangue é discutível – porque Collor não usou a expressão ‘banho’ –, mas jornalisticamente correta. O uso do texto do Paulo Francis na capa, no entanto, provocou polêmica, deu o que falar. Provou que, naquele dia, deu certo a estratégia de bater no Partido dos Trabalhadores”. COSTA, Caio Túlio. *Ombudsman: O relógio de Pascal*, *op.cit.*, p. 114-115.



## Collor diz que PT prega banho de sangue

### Congresso põe US\$ 1 bi a mais no orçamento

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou na noite de anteontem relatório preliminar que aumenta em cerca de NCZ\$ 6,3 bilhões, a preços de hoje, as despesas do governo federal para o próximo ano. Isso equivale a aproximadamente US\$ 1 bilhão no câmbio oficial, ou ao orçamento da cidade de São Paulo para 1990. As despesas seriam custeadas com um suposto excesso de arrecadação de impostos. Os deputados do PT (PT-DF) (PSDB-SP) e Cesar Maia (PDT-RJ) acham a proposta inconstitucional. Alegam que a nova Constituição proíbe o aumento de despesas sem indicação de receita. O chefe de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, Pedro Parente, afirmou que a elaboração do orçamento não segue as prioridades do governo. Segundo ele, os recursos são aplicados de acordo com as pressões sobre o Executivo e o Congresso. **PÁG. C-1**



O presidente Luiz Collor (esq.) passa em revista as tropas pouco antes de morrer em um atentado; a dir. pessoal de resgate retira seu corpo do local da explosão



Fernando Collor de Mello (PRN) disse ontem que "os eleitores de Lula elegeram uma proposta radical, que prega a revolução armada e a conquista do poder pelo derramamento de sangue". Foi o primeiro ataque a Luís Inácio Lula da Silva (PT) desde a definição dos dois como adversários no segundo turno da eleição presidencial. Lula falou por telefone com Leonel Brizola (PDT), que está em Montevideu (Uruguai). Eles marcaram encontro no próximo sábado no Rio a fim de definir um eventual apoio pedetista ao PT. Brizola tem dito reservadamente que ficaria satisfeito com uma derrota do PT, informa Gilberto Dimenstein. **Diretas-89**

### Fiesp nega ter optado pelo PRN no 2º turno

A diretoria da Fiesp divulgou nota negando que após Collor. A posição foi manifestada segunda-feira pelo presidente da entidade, Mario Amato. Um dia depois, Collor rejeitou o apoio. Empresários criticaram Amato ontem. Abílio Diniz, do Grupo Pão de Açúcar, chamou a atitude de Amato de "erro". **PÁG. B-2**

### Tabatinga vai virar zona de livre comércio

O presidente Sarney deve assinar nos próximos dias medida provisória que cria uma zona de livre comércio em Tabatinga (AM), na fronteira do Brasil com a Bolívia. Essa área funcionará como um prolongamento da Zona Franca de Manaus. A idéia tem encontrado restrições entre os técnicos do Ministério da Fazenda, que temem ineficiência da fiscalização, por falta de pessoal da Receita Federal, e um fortalecimento do tráfico de drogas. **PÁG. C-12**

### Tributaristas vão à Câmara debater IPTU

Os vereadores de São Paulo promovem na terça-feira debate com tributaristas e o secretário das Finanças, Amir Khair, sobre a inconstitucionalidade do projeto que aumenta o IPTU em até 400% acima da inflação. O texto é da prefeita Luiza Erundina. A cerveja e o chope tiveram aumento de 13,96%. A cerveja passa a NCZ\$ 4,30 para o consumidor. **PÁGS. C-5 e D-6**  
Leia o opinião do folhe no editorial "A questão do IPTU", na pág. A-2.

### Guarda mata motoqueiro por fazer acrobacia

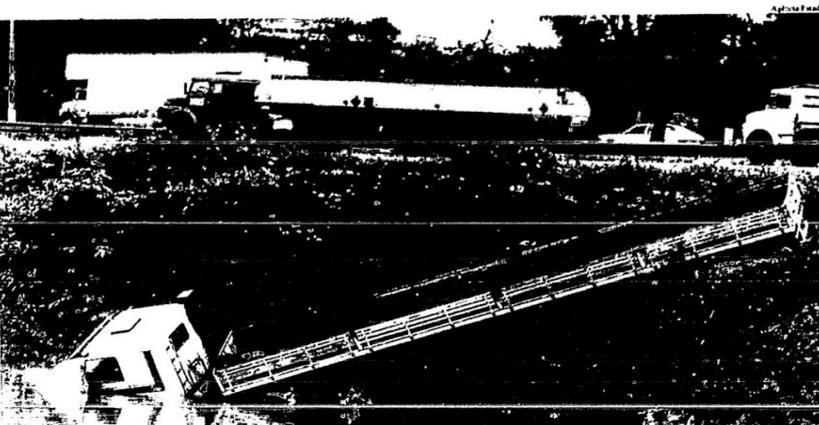
O guarda metropolitano Klaus Miller Lobo, 24, matou com dois tiros nas costas o mensageiro Carlos Roberto Postierli, 18. O caso ocorreu por volta de 23h de anteontem em frente à Escola Municipal Cidade de Osaka, no bairro de São Mateus, zona leste de São Paulo. Segundo testemunhas, o guarda (que está preso) ficou irritado com as acrobacias que Carlos Roberto fazia com sua moto. **PÁG. D-1**

## Bomba mata presidente do Líbano

Um atentado a bomba matou ontem o presidente do Líbano, René Muawad, 64, eleito há 17 dias. A explosão ocorreu em um armazém

abandonado e atingiu o carro em que Muawad deixava a sede do governo após comemoração do Dia da Independência do Líbano. Outras 16

pessoas morreram e mais de 30 ficaram feridas. Nenhum grupo reivindicou o atentado. A mãe do presidente, Evelyn Muawad, que mora no Brasil



### CAMINHÃO CAI NO RIO TIETÊ E PREJUDICA O TRÂNSITO NAS MARGINAIS

Um caminhão Scania descarregado caiu ontem por volta das 10h no rio Tietê (foto) nas proximidades da ponte da Vila Maria, zona leste de São Paulo. Ninguém saiu ferido mas a pista expressa da marginal ficou congestionada até a zona oeste. A marginal do rio Pinheiros também teve trânsito lento. No total,

uma fila de carros chegou a 21 quilômetros. Só às 16h30 um guilherme do Corpo de Bombeiros retirou o caminhão do rio. José Maria Pedrosa, motorista do

veículo, disse que foi fechado por outro caminhão quando seguia pela faixa da esquerda da pista Lapa-Penha da marginal — exclusiva para carros. **PÁG. D-4**

### Lula coloca o país no nível da Nicarágua

**PAULO FRANCIS**  
De Nova York  
Lula nos coloca no nível de Cuba e Nicarágua. Não sabe o que fala. No governo, arrumaria o país, nos transformaria no Sudão. Vai usar juros da dívida — que não pagamos — para aumentar os salários. Sem acordo com os bancos internacionais, não há crédito. Lula quer o Estado em tudo. As estatais vão falir e vem a hiperinflação. **PÁG. F-14**

### Índia começa a eleição com 25 homicídios

As eleições na Índia para a escolha do novo governo começaram ontem num clima de violência, com denúncias de fraude. Mais de 25 pessoas foram assassinadas e dezenas ficaram feridas, diz a "France Presse", em incidentes relacionados com as eleições. Entre os mortos está o ministro da Saúde de Gujarat (oeste do país), Vallabhai Patel, apunhalado em comício do Partido do Congresso. A votação vai até domingo. **PÁG. A-10**

### Ex-líder tcheco da 'Primavera' apoia protestos

O ex-secretário-geral do PC da Tchecoslováquia Alexander Dubcek, 67, prometeu ontem se juntar nos próximos dias às manifestações por democracia que estão ocorrendo no país. A declaração foi lida durante manifestação no centro de Praga com 250 mil pessoas. Dubcek era o líder do país durante a "Primavera de Praga", reformas liberalizantes reprimidas pela invasão soviética de 1968. **PÁG. A-6**

**Índice**  
106 Páginas  
22 de Turismo - 4 de Portofolha  
20 de Classifolha

A Cidade é Sua	D-2	Opinião	A-2 e A-3
Agências	F-4 e F-9	Opinião Econômica	C-2
Almas e Idéias	A-5 e D-2	Palco	A-3
Cleópatra	C-10	Palco do Letor	A-3
Cleópatra	D-1 e D-4	Pública	D-1 e D-3
Cronica	F-7	Pública	A-4 e A-5
Crônica de	B-1 e B-6	Quadriculados	F-1 e F-4
Crônica de	C-14 e C-12	Shops	F-4
Empresas e Negócios	C-10	Shops	F-4
Esportes	E-1 e E-4	Troféus	F-4
Futebol	A-4 e A-12	Troféus	F-4
Futebol	C-10	Tempo	D-2
Fóruns	D-7 e D-8	Tend. Internacionais	C-7
Hoje na Economia	C-4	Tend. Obiticas	A-3
Intercâmbio	F-1 e F-14	Turfe	E-2
Imprensa no Mundo	A-10	Turismo	H-1 e H-22
Jornal de Férias	A-5	Videofolha	F-4 e F-5
Joyce Paes	F-2	Classifolha	
Jornal de Férias	C-2		
Mercado	C-8 e C-11		
Mortes	B-4	Emprego	H-1 e H-8
Negócios	G-1 e G-4	Tudo	H-1 e H-2

**Opinião da Folha**  
Leia na pág. A-2 os editoriais "A questão do IPTU"; "Privilegio revolucionário", contra a previdência da Assembleia; "Recusa de apoio", sobre a eleição; e "Morte no Líbano", acerca do assassinato do presidente Muawad.

**negócios**  
A Tília aposta na estratégia de usar personagens como Batman e Indiana Jones nas capas de cadernos para manter a liderança do mercado. **PÁG. G-1**

**turismo**  
A "queda" do Muro de Berlim incrementou o turismo na região. Crescem as filas para se ir do lado ocidental para o oriental da cidade. **PÁGS. H-1 e H-22**

**'Escândalo' estreia hoje nos cinemas da cidade**  
Estreia hoje em São Paulo "Escândalo", filme de Michael Cation-Jones baseado no "caso Profumo", ocorrido no início dos anos 60 em Londres. **PÁG. F-1**

**Comissão de inquérito indica diretora da FAE**  
A comissão que apura denúncias de irregularidades na FAE indicou sua diretora de apoio didático sob acusação de compra irregular de livros. **PÁG. A-4**

**Sem acordo, portuários decidem manter a greve**  
A ministra Dorothea Werneck (Trabalho) e representantes dos portuários não encontraram solução para pôr fim à greve da categoria iniciada terça. **PÁG. C-5**

**CBF suspende presidente da Federação Paulista**  
O Superior Tribunal de Justiça Desportiva da CBF decidiu ontem suspender o presidente da Federação Paulista de Futebol, Eduardo José Farah, por 90 dias.

**Novo shopping consegue permissão para reabrir**  
**PÁG. D-5**

**Direção do Mozarteum cancela calendário de 90**  
**PÁG. F-3**

No dia 02 de novembro de hoje para o país e o mundo além de informações sobre a qualidade do ar (logotipo)

**Tempo**  
Nublado, com chuvas e períodos de melhoria. A temperatura na capital fica entre 19 e 28 graus. Ontem variou de 19 a 28,6 graus (há um ano, 18,8 e 23,4).

Imagem 11 - Manchete da FSP e artigo de Francis conjugados na capa Folha de São Paulo, Capa, 23/11/1989.

A expectativa de Paulo Francis, assim como a do jornal *Folha de São Paulo*, em relação às ações imediatas de Fernando Collor de Mello, era a da execução de medidas ditas “modernizadoras” naquele momento. A adesão à agenda ultraliberal por parte de Francis e do próprio jornal forjou-se aos poucos, tendo um importante marco a partir de meados da década de 1980, constituindo gradativamente a imagem desejada de um projeto nacional para ser adotado por um potencial candidato à presidência da República em 1989, que cumprisse as exigências necessárias aos pré-requisitos de tal agenda. Na pauta, as privatizações e as desregulamentações que configurassem o Estado mínimo e a abertura da economia nacional para o capital estrangeiro.

A demora pela definição de um candidato configurou-se em uma verdadeira crise de hegemonia, resolvida pela popularidade de Collor, sua ascensão nas pesquisas e, conseqüentemente, na votação e seu ingresso no segundo turno. Seu programa de governo pouco claro não impediu que tivesse o amplo apoio do empresariado nacional e da grande mídia a partir de então. Essa mesma mídia, por meio do “terrorismo ideológico”, fez o que pôde para enfraquecer a candidatura do mais forte candidato concorrente, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Paulo Francis cumpriu um duplo papel como intelectual orgânico naquela ocasião: ajudou na vulgarização da agenda ultraliberal e sua suposta urgência em concretizar-se, além de realizar a sistemática desqualificação do candidato da esquerda na época. A feição conservadora do polemismo de Francis se intensificou também no período em questão, fazendo pouco de etnias historicamente desfavorecidas e criticando povos de regiões marginalizadas. Este elemento foi cinicamente e ironicamente utilizado contra Lula e o PT no pleito de 1989.

A virada ideológica de Francis havia finalmente se completado. Embora se dissesse trotskista, pelo que se sabe, nunca fora militante e não pregava revolução. Ainda que externasse incômodo frente a certas atitudes, assumia-se como pragmático. Na década de 1990, mas sob um viés ideológico distinto de sua fase nacionalista anterior, defendia o “mal menor”. O fato de declarar-se trotskista quando era mais jovem, entretanto, conferia a si mesmo uma personalidade recalcitrante, principalmente no período pós-1964, quando cumpria uma atitude fortemente crítica frente à URSS e cada vez mais descrente acerca de alternativas políticas por vias revolucionárias.

O “trauma de 1964”, acompanhado dos longos anos de ditadura, parece mesmo ter causado em Francis um progressivo desencanto, não só pelo descrédito ao socialismo, mas

pelo esfacelamento da crença de que aquela sua geração pudesse transformar o país pobre, que ele conheceu em parte nas suas viagens junto ao Teatro do Estudante, num cenário mais reconfortante. Sua ascensão social, o deslumbramento pelo país rico em que passou a viver na década de 1970 e a sua inserção na grande imprensa completaram o processo. Paulo Francis, na década de 1990, assumiria com toda a convicção a defesa da direita ultraliberal.

## Chamaram o meu boi...

**PAULO FRANCIS**  
De Nova York

Estivemos em manchete mundial, Silvio Santos. Até um jornal circunspecto como "The Sunday Correspondent" fez uma caricatura em que se destaca a dentadura de Silvio (a.k.a. Senhor Abravanel) e seus olhos boçais. Ele não é um boçal. É um dos muitos que vivem da desgraça do próximo. Oferecem a felicidade fácil e de graça. Não vale dez réis de mel coado. O fã de Silvio fica ofendido quando rimos dele. Acha que é uma reação elitista. É sem dúvida.

Mas pergunto o que fez pelo país. O que propôs. Nada. É preciso ser de uma ignorância exemplar para compará-lo a Ronald Reagan. Reagan já era líder sindical quando ator. Deitou de ser ator nos anos 60. Apresentava o "Teatro General Electric do Ar". Um show de televisão. Fazia ataques à interferência do governo na iniciativa privada. A GE terminou processada por "arrumar preços" (price fixing). Reagan lançou oficialmente a candidatura Barry Goldwater na convenção republicana de 1964. O lançamento é mera formalidade. Mas quem é escolhido para lançar é sempre a estrela emergente do partido brasileiro. Tomou conta da produção. Já não funciona. Comprovado. Há sempre mondanismo do governo e negligência e desinteresse pelo que o consumidor quer. E resolveu estatizar também a vida pessoal dos pessoas. Não se dá um passo sem consentimento da polícia. Não se pode fazer isso e aquilo. Não se pode ler o que o governo não quer. Ninguém aguenta. Foge quem pode. Já estive lá duas vezes e o ambiente não poderia ser mais baixo astral. Não precisa você ver nada. Basta olhar a tristeza das pessoas. Só.

Mas havia um simpatizante nessa gente. Muitos eram letrados. Sabiam que marxismo não dava certo. Que marxismo só é possível em condições de plena riqueza. Está em Marx. Inventaram mil devios ideológicos para fazer revolução em países subdesenvolvidos. Seria o estopim da revolução dos países subdesenvolvidos (Lênin). Seriam permanentes até a vitória final (Trotzky). Seriam "menos mas melhores" (Lênin).

Mas sabiam que só socializariam com a polícia e a repressão por causa daquela objeção marxista que citei acima. Esperavam a que a perda de vista as coisas se escurciam.

Já um bestalhão como Lula é capaz de acreditar que o Brasil —expropriados os ricos— poderia ser um país em que cada um tivesse o suficiente para viver. A burrice brota em cada calçada entre os paralelepípedos. É espontânea. "Vem aí". Como Silvio Santos.

A culpa de Silvio Santos é também dos outros candidatos. Se não fosse a existência de tantos candidatos e se houvesse a triagem em que três ou quatro sobrariam, Abravanel não ousaria se lançar. Perguntar aqui onde estavam os caciques que acertam estas coisas. Devem ter morrido ou se aposentado. A campanha brasileira parece briga de crianças.

### Eleições aqui

Este jornal deu uma cobertura monstro à eleição de prefeito em Nova York e o leitor pode ter tido a impressão de que há "empolgamento". Escrevo no dia da eleição. O "Times" prevê no máximo comparecimento de 60% dos eleitores (o o criolão que vai votar em Dave Dinkins vai a 28%). Os candidatos são tão hostes quanto os dal. Esse David Dinkins — ganhador; arrisco o palpite; se perder dá tempo de mudar até quinta-feira — nunca trabalhou na vida. Sempre foi político de bastidores. Pelego de luxo. Um negro de aparência distinta para convencer a classe média negra a votar em Ed Koch (o prefeito em exercício). Concorram a aparecer os poderes. O último é pequeno. Salu hoje (terça-feira). É que pagaram uma viagem ao Sul da França para mr. e mrs. Dinkins. Homem público não pode aceitar viagens de luxo livre. E como é barato. Essa viagemzinha típica pode ser feita com o maior luxo por dez mil dólares.

Mas não votar nele. Os negros —na maioria judeus— porque acham que já é tempo de ter um "schvarizer" moderado na Prefeitura. Não é tempo. Dê-lhe nada pode fazer pelos crioulos miseráveis que rodam a cidade e vão endoiar de frustração. A cidade voltou a ter déficit: um

bilhão de dólares. Noviorque está acabando. Restam os cantos em se que pode viver insulado. Mas não dura muito. A democracia vem aí. Vamos todos ser arrastados para o lodo democrático... Mas aqui ainda dá mais ou menos para a gente se esconder do governo.

### O que você precisa saber



Muita gente me pergunta em quem votar. Em que votar seria a pergunta correta. Em quem tiver coragem de macho de privatizar e eliminar as estatais e liberar as forças da produção. Nacionais e estrangeiras. Só dar ao Estado o direito normativo de verificar o cumprimento da lei e de contratos. Ainda hoje me choco em face da concepção de serviço público no Brasil. Um deputado brasileiro ganha mais do que um deputado inglês e Ribamar bem mais do que Margaret Thatcher (não pegaria um emprego de lacaio em 10 Downing Street com aquela aparência Xangai).

Por que o comunismo está acabando? Porque levou a extremos o estatismo brasileiro. Tomou conta da produção. Isso já não funciona. Comprovado. Há sempre mondanismo do governo e negligência e desinteresse pelo que o consumidor quer. E resolveu estatizar também a vida pessoal dos pessoas. Não se dá um passo sem consentimento da polícia. Não se pode fazer isso e aquilo. Não se pode ler o que o governo não quer. Ninguém aguenta. Foge quem pode. Já estive lá duas vezes e o ambiente não poderia ser mais baixo astral. Não precisa você ver nada. Basta olhar a tristeza das pessoas. Só.

Mas havia um simpatizante nessa gente. Muitos eram letrados. Sabiam que marxismo não dava certo. Que marxismo só é possível em condições de plena riqueza. Está em Marx. Inventaram mil devios ideológicos para fazer revolução em países subdesenvolvidos. Seria o estopim da revolução dos países subdesenvolvidos (Lênin). Seriam permanentes até a vitória final (Trotzky). Seriam "menos mas melhores" (Lênin).

Mas sabiam que só socializariam com a polícia e a repressão por causa daquela objeção marxista que citei acima. Esperavam a que a perda de vista as coisas se escurciam.

Já um bestalhão como Lula é capaz de acreditar que o Brasil —expropriados os ricos— poderia ser um país em que cada um tivesse o suficiente para viver. A burrice brota em cada calçada entre os paralelepípedos. É espontânea. "Vem aí". Como Silvio Santos.

A mocinha que escreveu a reportagem do "Sunday Correspondent" diz que num país em que a população é semi-analfabeta se torna possível que o presidente seja escolhido por ter uma personalidade agradável. É esse o conceito de que gozamos no mundo civilizado. É verdade que a líder da mocinha está doidinha de pedra: Margaret Thatcher. Mas a mocinha talvez não seja eleitora dela e houve tempo em que Thatcher era interessante por mais do que ser mulher (a opinião de Martin Amis; só dá atenção a ela por ser mulher. O governo é um tédio só). E comparar Thatcher a Ribamar, mesmo ela doida, parece Diderot contra um invertido.

A questão seria eleger um presidente comprometido com o liberalismo econômico, isto é, que abrisse os portos, como d. João 6º, que destruiu essa mística de que o governo dirigindo a economia dá certo. Nunca deu. Em países como o Japão e França há o "dirigisme", em que o governo partilha as decisões de alguns casos racionais decisões da iniciativa privada, mas isso é muito diferente de o governo tomar a si a execução de qualquer projeto econômico. Meu primeiro ato como presidente seria vender a Petrobrás e chamar as companhias de óleo para prospectar. Garanto que rapidamente descobririam as sete irmãs famosas. Meu primeiro ato como presidente seria vender a Petrobrás e chamar as companhias de O mito da companhia



estatal acabou aí. As companhias eram americanas, mas em território árabe, quem mandava nelas eram os árabes. A Petrobrás foi criada em 1953. Apoiou, criança ingênua que era. Você não pode imaginar o ódio. Se era tido como comunista. Hoje é o contrário. Se você é contra é tido como o mais repulso dos entreguistas. Ninguém se detém na análise do fato Petrobrás. Se é lucro para o país ou prejuízo. É prejuízo. Mas criou-se uma relação teológica de bem-querer com este povo que é inquebrantável. É um "país índia", que vive às custas do "país Índia", na Belndia que é o Brasil.

### Fugitivas

Fui ver o "Fat Man and Little Boy", que são os nomes das duas

bombas atômicas atiradas no Japão, em Hiroshima e Nagasaki. É a história da construção da bomba. Paul Newman, não sei por que cargas d'água, escolheu fazer o papel do general Leslie Groves, o responsável pela segurança do projeto. Um certo Dwight Schultz faz Robert Oppenheimer, o chefe do projeto.

Por que Newman escolheu esse papel? Por que quer fazer um general duro como George C. Scott, em "Patton", e Scott é seu desafeto? Se é isso, danou-se. Newman é um ator essencialmente lírico. Em momento algum nos convencemos de que vai fazer e acontecer.

E há mais: em matéria de segurança, Groves foi um fracasso. A KGB (então GPU) penetrou o projeto e Stalin recebeu de dois cientistas comunistas, Klaus Fuchs e Alan May Nunn, tudo sobre a bomba. Isso não é mencionado no filme. O outro espílio, não se sabe ao certo, deve

ter sido o próprio Oppenheimer, cujas simpatias esquerdistas, amigos íntimos idem, e o senso de justiça de que a URSS era em 1944 aliada dos EUA, deixam pouca margem de dúvida de que ele colaborou com os soviéticos.

Mas os filmes, apesar de ter um clima "40s", nas festas, principalmente, fica mais nas relações pessoais de Oppenheimer e Groves, e mesmo Paul Newman, ruim como está, bate Schultz, que é um ator sem importância.

As vezes se ameaça cair no sério, quando um cientista se diz contra o teste da bomba porque em Oak Ridge está se preparando produção em massa da dita coisa. Mas, diga-se, todos os cientistas com cabeça davam mais ou menos uns para a URSS alcauçá-los. Um quatro. E começou... mas em que estamos até hoje, agora com chance de diminuição graças a Reagan e Gorbachev.

A bomba foi feita porque Hitler estava trabalhando em fazê-la. Einstein advertiu o presidente Roosevelt e iniciou-se o chamado Projeto Manhattan. Mas Hitler batido, antes que se testasse a bomba, de que valeria prosseguir? Ai é que está a história verdadeira em que este filme toca muito de leve. Valida de clarificar? O desejo dos EUA de serem senhores do mundo? Ou de impedir que a URSS partilhase os espólios da derrota do Japão?

O filme não traz resposta. É difícil qualquer resposta. Todas as posições que alinhei já foram debatidas "ad nauseam". Sem que se chegue a uma conclusão.

Mas, enfim, quando explode a bomba em Trinity, o local ecoado de terror, estragado pelo reflexo nos olhos de Oppenheimer, o que sugere filme de horror tipo "A Bolha Assassina". Mas cinema vive disso, como nós, de momentos.

Imagem 12 - Diário da Corte, de Paulo Francis (FSP)  
FRANCIS, Paulo. Chamaram meu boi... Folha de São Paulo, Ilustrada, 09/11/1989.

## **CAPÍTULO IV – O Ingresso no Jornal *O Estado de São Paulo***

Neste capítulo trataremos da trajetória intelectual de Francis entre 1991 e 1997, focando especialmente sua participação nos debates acerca da expectativa de implantação da agenda ultraliberal no país. Esses debates envolviam as ideias pertencentes à essa agenda e sua natural vulgarização no conteúdo textual do jornalista, além da indicação dos caminhos e atitudes a serem tomadas, especialmente pelo Executivo Federal e Congresso Nacional. Nesse sentido, o processo de escolha e legitimação dos presidentes eleitos naquele período (Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso) tornou-se um importante tópico utilizado e desmembrado por Francis em suas colunas. Como fazia também anteriormente na *FSP*, utilizou-se do polemismo como instrumento retórico e chave do contrato de leitura, de modo que atraísse a atenção do leitor do novo jornal.

O jornalista destoou muito pouco do editorial do jornal, encontrando um ambiente mais conservador do que a *Folha de São Paulo (FSP)*, historicamente consolidado n' *O Estado de São Paulo (OESP)*, mais propício a determinados posicionamentos do polemista. Entre eles, aparentemente, maior liberdade para criticar a esquerda, personificada na época pelo Partido dos Trabalhadores. Entretanto, a maior liberdade e vantagem concedida pelo novo jornal foi, sem dúvida, a possibilidade de reproduzir o seu *Diário da Corte* em certos jornais de outros Estados, abrangendo sua coluna bissemanal para além de São Paulo.

Foi, a partir de então, quando estava consolidado n' *OESP* que resolveu publicar suas memórias sobre o golpe de 1964 e o período da ditadura no Brasil. Reservamos a segunda metade deste capítulo apenas para tratar da leitura do autor sobre o tema e as relações que o revisionismo sobre a história da ditadura civil-militar guarda com a grande imprensa.

### **4.1 Perfil editorial d' *O Estado de São Paulo***

O *OESP* existe desde 1875. É um dos mais longevos jornais, ainda em circulação, da grande imprensa brasileira. Inicialmente, chamava-se *A Província de São Paulo*, assumindo desde sua fundação uma postura republicana. Passou a ser propriedade exclusiva da família Mesquita em 1902. Apoiou inicialmente a ascensão de Getúlio Vargas e, depois disso, insuflou-se contra ele durante a chamada Revolução Constitucionalista, em 1932, assumindo desde então postura antigetulista. Após a derrota dos revoltosos, parte dos

diretores do jornal foram presos e, após terem sido libertados, tiveram de exilar-se<sup>437</sup>. A manutenção da relação conflituosa com o governo Vargas fez com que chegasse a ser administrado pelo DIP durante a ditadura do Estado Novo.

Após 1945, com o fim da ditadura varguista, os proprietários voltaram a dirigir o periódico. De 1945 a 1964, o jornal alinhou-se politicamente com a UDN e fazia forte oposição ao governo João Goulart entre 1962 e 1964. *O ESP* apoiou o golpe de 1964, apesar de manter momentos de conflito contra a ditadura, principalmente por conta da indisposição com a censura. A partir de 1968, após o AI5, por exemplo, era o único jornal da grande imprensa que foi monitorado por censores dentro de sua redação<sup>438</sup>. De modo geral, podemos concordar com a caracterização dada por Benevides, em relação ao periódico, até o período de 1964:

O Estado de São Paulo, além da tradição antigetulista, expressa aquilo que poderia significar o liberalismo restrito aos bacharéis paulistas. Os editoriais refletiam, com aguda frequência, algumas posições presentes na retórica udenista: a denúncia da irresistível tendência das massas para a “pulha”, [...] a defesa dos proprietários rurais, [...] a condenação da hegemonia estatal na economia, a defesa da intervenção “salvadora” das Forças Armadas, e aí, a conjugação com as teses lacerdistas e golpistas dos estados de exceção, e a ambígua representação das aspirações das classes médias na mitificação de seus temores de proletarização<sup>439</sup>.

O periódico perdeu espaço nos anos 1980, depois que a progressiva e significativa reforma técnica e gráfica fez da *Folha de São Paulo* o maior jornal em tiragem do país, com média de 350 mil exemplares comparados com 210 mil d’*OESP*<sup>440</sup>. Em meados da década de 1980, *OESP* designou o jornalista Augusto Nunes para a direção de redação. Foi quando houve uma renovação no noticiário do jornal e a adoção gradativa de determinadas melhorias gráficas, culminando, no início da década de 1990, com o incremento de impressões coloridas em suas edições. O periódico passou também a publicar diariamente. Até aquele momento, o jornal deixava de circular às segundas-feiras e após os feriados.

*OESP*, na época, recebia mais do que a *FSP* em publicidade, principalmente no ganho com os anúncios em classificados, mas percebia-se crescentemente a predileção de

---

<sup>437</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, p. 48.

<sup>438</sup> A maioria dos grandes jornais cedeu à imposição da autocensura. Os censores n’*OESP* foram designados após a insistência do jornal em manter um editorial denunciando o significado do AI5, recusando excluir a acusação de que o regime dava mostras de evitar a normalidade democrática.

<sup>439</sup> BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 237.

<sup>440</sup> Dados do IVC (Instituto Verificador de Comunicação), outubro de 1990.

leitores mais jovens pela leitura da *Folha de São Paulo*, o que definiu essa tentativa de revitalização por iniciativa da direção do jornal. Nesse sentido, além da apresentação gráfica (reformulação do *layout*), a empresa procurou diversificar um pouco o tom tradicional que se apresentava desde o noticiário até as colunas de opinião, agregando, principalmente, visões e ideias mais plurais. Paulo Francis chegava em meio àquele ambiente, auxiliando menos nesta perspectiva de revitalização através do contraponto da linha do jornal, e sim pelo seu estatuto de quase “celebridade” no cenário jornalístico do país, assegurando um investimento lucrativo ao jornal<sup>441</sup>. Após três meses publicando o Diário da Corte n’*OESP*, os executivos do jornal já comemoravam a repercussão bem-sucedida da coluna de Francis:

Há três meses, quando *O Estado de S. Paulo* começou a publicar [...] a seção Diário da Corte, soube-se que o jornal havia incorporado a seu time um peso pesado da imprensa brasileira. Francis [...] é hoje um dos mais discutidos jornalistas do país. [...] A seção é um dos carros-chefes do jornal. Semanalmente, chegam à sede do *Estadão* centenas de cartas e telefonemas de leitores que aplaudem ou contestam, sempre calorosamente, o autor do Diário. “Francis é um sucesso indiscutível”, afirma Ricardo Setti, editor-chefe do *Estadão*<sup>442</sup>.

Embora empreendesse certas mudanças nesse tempo, o diário primou por manter sua visão editorial, em que se pode encontrar elementos do “tradicionalismo” do jornal, calcados em concepções conservadoras e autoproclamadas “liberais”. Conforme Francisco Fonseca, por uma série de razões, *OESP* teria, na verdade, uma postura “liberal autoritária”, típica de como tem, historicamente, se caracterizado o liberalismo brasileiro. O jornal, assim, postularia em sua autoalegada “filiação liberal”:

a) a propriedade privada como fator central da civilização; b) a precedência do mercado (iniciativa privada), em detrimento do Estado; c) proteção da liberdade e dos direitos do indivíduo perante o aparato estatal; d) a configuração democrático/liberal do Estado de Direito (democracia exclusivamente representativa, justiça e lei “neutras”, pois acima dos interesses privados, cumprimento dos contratos, etc). Em consequência, o Poder Judiciário é considerado o mais importante dos três poderes; e) a *retórica* pluralista no âmbito da política<sup>443</sup>.

---

<sup>441</sup> Cf. Ricardo Setti, editor-chefe d’*OESP* à época, cerca de três meses após a estreia do Diário da Corte, Paulo Francis seria o responsável por elevar em 9% as vendas do jornal às quintas-feiras. Além disso, a Agência Estado lucraria ainda com a revenda de sua coluna a doze diários brasileiros: “Segundo um diretor do jornal, o *Estadão* está recebendo o equivalente a 19.000 dólares mensais com as revendas”. Paulo Francis vende mais. *Veja*, Editora Abril, edição 1174, ano 24, n. 12, 20/03/1991, p. 45.

<sup>442</sup> *Ibidem*.

<sup>443</sup> FONSECA, Francisco. *Liberalismo autoritário: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 143.

Segundo o autor, a conhecida e histórica vinculação do liberalismo brasileiro ao “conservadorismo e autoritarismo” é corroborada pela constatação de que a imprensa atrelada a ele, justamente, difunde a práxis autoritária e promulga a necessidade de manutenção da ordem. Este seria especialmente o caso de como se caracterizaria o jornal *O Estado de São Paulo*. Entre outros fatores, sobretudo durante a transição do último governo militar para o governo civil, Fonseca argumenta que *OESP* apoiou a manutenção do *status quo*, representada na “conciliação pelo alto”; propagou a ideia de intocabilidade da terra, estimulando a concentração fundiária; condicionou a distribuição de renda à necessidade de crescimento econômico; e não tomou a transição política como um momento de negociação ampla dentro da sociedade, especialmente em relação ao vácuo no diálogo com os trabalhadores. Além disso, manteve postura intransigente contra ideias, grupos e partidos ligados à esquerda no espectro político-ideológico, bem como atuou contra a intervenção do Estado na economia. Em suma, apoiava um Estado pouco interventor economicamente, mas organizador da ordem e, não raras vezes, repressor politicamente<sup>444</sup>.

Apesar disso, o jornal também se configurava com um perfil “negociador” (restrito) e que afirmava filiar-se a diversas tradições intelectuais. Isso tornaria um tanto complexo e ambíguo o percurso de suas posições editoriais<sup>445</sup>. Ademais, se identificaria com “princípios ocidentais”, que implicava na manutenção do capitalismo como parâmetro de desenvolvimento social, tomando os EUA como paradigma. Tal concepção favorece a ideia de que seria positiva a entrada de capital estrangeiro como condutor do desenvolvimento econômico no Brasil. Ainda de acordo com Fonseca, é necessário destacar que a vinculação d’*OESP* ao conservadorismo está baseada em uma defesa da manutenção das estruturas socioeconômicas e políticas, apesar de nos depararmos, no discurso editorial, com a sua insistente retórica por mudanças. A questão é que tais necessidades de mudanças, quando são requisitadas, estão frequentemente comprometidas

---

<sup>444</sup> *Ibidem*, p. 384-385.

<sup>445</sup> De acordo com Fonseca, a existência secular d’*OESP* “fez com que sua visão de mundo tenha-se tornado um amálgama, uma vez que seu perfilamento à doutrina liberal convive com a defesa renitente da ordem, da autoridade, da hierarquia social e também da reação à mobilização popular e aos direitos sociais. [...] A transição à democracia encontra em *O Estado de S. Paulo* um jornal ambíguo – postura típica em sua atuação histórica –, pois seu apoio à democracia possui vigoroso caráter conservador. Em outras palavras, à demanda pelo retorno às liberdades clássicas, vinculadas ao reordenamento jurídico do Estado de Direito, em que se destaca a liberdade de expressão, corresponde uma forte ligação às Forças Armadas e uma certa aversão ao conflito. Trata-se portanto do apoio a uma *democracia restrita*”. FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 173.

com determinadas agendas e, preponderantemente, em consonância com os interesses das classes dominantes.

É dentro dessa perspectiva que se torna, junto com os demais jornais da grande imprensa do centro do país, um dos principais vulgarizadores da agenda ultraliberal no Brasil. Com o advento das primeiras eleições presidenciais no país, defendendo os alegados “princípios liberais” e a urgência de o país abrir a economia e “modernizar-se”, apoiou explicitamente o candidato Collor de Mello para a Presidência da República, em 1989, apesar das incertezas que apresentava quanto às suas vinculações doutrinárias<sup>446</sup>. Somado a isso, descartava enfaticamente a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva como alternativa viável para o país. Passada a eleição, e após o anúncio do Plano Collor, em meados de março de 1990, *OESP* passou para a oposição ao governo, radicalizando gradativamente seu discurso contra as medidas do Plano, por considerá-lo antiliberal. Cerca de dois anos depois, com o acúmulo das denúncias dos esquemas de corrupção, o jornal fazia coro junto à grande imprensa, ao processo de impedimento do Presidente e, conseqüentemente, à sua destituição do cargo em seguida.

Na mesma direção, o governo de Itamar Franco (1992-1994), sucessor de Collor de Mello, foi visto com extrema desconfiança por *OESP*. Conforme um de seus editoriais, publicado em 10 de dezembro de 1992, o governo Itamar estaria assentado sobre um “populismo ultrapassado e sentimentalóide”. Embora houvesse essas posturas avessas frente aos governos Collor e Itamar, o discurso editorial sempre tentou influenciar esses governos, apontando a necessidade de seguir as pautas da agenda ultraliberal, cobrando-lhes abertura da economia, privatizações e a insistente cantilena da modernização<sup>447</sup>.

Tempos depois, de modo geral, o jornal apostou considerável confiança no Plano Real, implantado ainda na época do governo Itamar Franco. O mentor do Plano, o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve significativo apoio d’*OESP* nas eleições de 1994 e na vigência de seus dois mandatos presidenciais. Durante o primeiro mandato presidencial de FHC (1994-1998), *OESP* apontava seguidamente a necessidade e importância do apoio popular ao Plano Real e ao presidente. Da mesma forma, defendeu principalmente os projetos de reformas administrativa e fiscal, argumentando com especial destaque o imperativo das privatizações de empresas públicas. Além disso, foi importante interlocutor e defensor de parcelas da classe política que demandavam a possibilidade de

---

<sup>446</sup> *Ibidem*, p. 325.

<sup>447</sup> *Ibidem*, p. 391-392.

reeleição para os cargos públicos das administrações municipais, estaduais e federal. Nesse sentido, apoiou a mudança constitucional que possibilitou a reeleição de FHC.

Em um editorial de 14 de agosto de 1994, *OESP* deixa clara a preferência por Fernando Henrique Cardoso. O texto projeta o cenário que esperaria o presidente depois de eleito, tendo de aprender a lidar com o “fisiologismo”, herdado e configurado desde os tempos do governo Sarney, para realizar uma reforma constitucional. *OESP* apontava os caminhos futuros e necessários para uma reformulação administrativa, rumo à “modernização do Estado brasileiro”, mas alertava que era necessário conquistar o apoio parlamentar para colocá-las em prática. Por isso, chamava a atenção para a discussão, travada no período, se FHC teria apoio de um “partidão” ou de uma frente de partidos. A discussão precoce seria “pôr o carro adiante dos bois”, segundo o jornal, embora sinalizasse que uma frente seria mais plausível. Conforme o *OESP*, independentemente de ser FHC ou outro candidato, a agenda a ser cumprida precisaria de negociações:

O futuro presidente, quem quer que seja, vai necessitar reformar a Constituição – não para governar quatro anos, mas para que o desenvolvimento do Brasil se possa dar sem grandes traumas. Para isso, deverá ter o apoio de 3/5 das duas Casas do Congresso. Não há “partidão” que consiga reunir 3/5 de um Congresso para votar a morte dos monopólios, a redistribuição de encargos e tributos, a estabilidade e a aposentadoria. Uma “frente” talvez consiga chegar a tanto – e é preciso estar preparado para ver a repetição do que foram as negociações de Sarney para conseguir cinco anos de mandato. Não se trata de pessimismo sem fundamento; trata-se simplesmente de saber retirar as lições da história para não incidir nos mesmos erros do passado<sup>448</sup>.

Percebemos claramente as preocupações frente aos “monopólios” (geralmente relacionados às estatais) e às propagadas reformas tributária, trabalhista e previdenciária. Todas as reformas e as privatizações eram prerrogativas da agenda ultraliberal. Semelhante a essa preocupação do Editorial de *OESP*, no seu Diário da Corte, Francis também observava a provável inevitabilidade de negociar o apoio no Congresso. Porém, confiava em Fernando Henrique Cardoso, acreditando no potencial intelectual do futuro presidente. A desconfiança maior de Francis estaria em uma eventual polidez sua, mas que resultaria em uma falta de firmeza de FHC, que deveria ser superada em nome do cumprimento da “agenda modernizadora”:

É certo, me dizem, que não haverá maioria no Congresso de grupo algum. Logo, o presidente terá de negociar com essa gente, que, excetuado um

---

<sup>448</sup> Discussão prematura e perigosa. *O Estado de São Paulo*, Notas e informações, 14/08/1994.

ou outro, não poderia ser pior [...]. Fernando Henrique é um intelectual [...]. Sabe perfeitamente o que é preciso fazer para que o Brasil se modernize [...]. Eleito, vai sofrer pressões dos seus velhos amigos esquerdistas que continuam com os antolhos do estatismo encruados na cabeça. E Fernando, de grande charme, é suscetível ao bom mocismo. Presidente tem de pisar nos calos de muita gente. Não pode agradar a todo mundo. Se tenta, é fatal que termine desagradando a todo mundo<sup>449</sup>.

Paulo Francis manteve, fundamentalmente, uma postura próxima com a linha editorial d'*OESP*. Entretanto, no tocante aos pontos elencados acima, defendidos pelo jornal, em certas ocasiões destoou sutilmente e, de forma esporádica, até sensivelmente deles. Essa perspectiva evidencia um ponto de vista, por parte de Francis, às vezes, menos atrelado a certas opiniões editoriais do jornal, embora, seja importante frisar, mantivessem ambos um compromisso com as questões fundamentais da agenda ultraliberal, hegemônica, então, no Brasil, durante a década de 1990. Um exemplo representativo dessa premissa pode ser referido em relação à estratégia do apoio concedido a Fernando Henrique Cardoso, tanto por Francis quanto por *OESP*.

Ao longo dos primeiros anos do governo FHC, *OESP* manteve sempre a postura de apoio ao presidente, apontando as condutas consideradas ideais e as possíveis soluções a serem utilizadas frente às adversidades administrativas e obstáculos diante das reformas. O mesmo acontecia com Francis inicialmente. No entanto, o jornalista perdera a confiança no governo no segundo semestre de 1996, quando se queixava especialmente das demoras nas privatizações, enquanto o jornal manteve-se confiante na imposição dessas ações e, por conseguinte, apresentava um tom mais tolerante em relação a FHC, procurando vislumbrar o que considerava positivo até então acerca do Plano Real. Essa era a tônica do editorial do dia 21 de dezembro de 1996, em que o texto termina pautando o tema da reeleição, quase como uma pré-condição subliminar para a continuidade do Plano:

Pode-se ver que o Plano Real ainda não se esgotou – e todos os dias se veem sinais de que continua sua marcha para a frente. Esta é a percepção da sociedade de uma maneira geral: a de que os maiores benefícios do Plano, compensando os sacrifícios que muitos fazem hoje, virão amanhã. Essa percepção, essa consciência de que o Plano Real ainda pode dar melhores frutos é o grande trunfo político potencial do governo. É por saber disso que o presidente da República pode, sobranceiramente, reiterar que o problema da reeleição é do Congresso, que poderá votar como bem entender, inclusive estabelecendo como pré-condição o referendo<sup>450</sup>.

---

<sup>449</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 04/09/1994.

<sup>450</sup> O potencial de um plano que deu certo. *O Estado de São Paulo*, Editorial, 21/12/1996.

Naquele mesmo período, a posição assumida por Francis era diferente. Segundo dizia, FHC não teria convicções e a reeleição não resolveria os supostos problemas do país. Os atrasos nas reformas não seriam apenas responsabilidade do Congresso Nacional, mas também do presidente. Francis chega a dizer que os elementos de eventual mérito no Plano Real não teriam sido a partir da iniciativa de Fernando Henrique Cardoso:

O Plano Real só aconteceu porque Itamar Franco deixou. Técnicos do Banco Central copiaram a âncora cambial de Menem. Tomaram aulas com Cavallo. Fernando nada entende desse assunto. Foi nas águas. Lula estava disparado nas pesquisas e com apoio de praticamente todos os jornalistas. Itamar topou. Deu certo. Fernando auferiu a Glória. Os outros aceitaram o surripio porque queriam derrotar Lula. Alguém ficaria surpreso se o plano falhasse e Fernando lamentasse que o Itamar tinha dado outra topada? À parte o Real, o que Fernando tem como realização? Os mais vastos subsídios a bancos falidos, sem nenhum ônus para os que lesaram o público. Não privatizou coisa alguma que valha. Tem medo de Covas. O Banespa é o maior estouro da história do sistema financeiro. Está sendo pago com as economias e o trabalho do povo brasileiro. Suas reformas administrativas e previdenciária são para inglês ver. Ou petelho ver, fica melhor, no contexto. Lula já levou uma aposentadoria batoteada do trabalhador brasileiro, de quem diz ser defensor e líder. Fernando quer reeleger-se, mesmo que para isso perpetue no poder todos os coronéis dos Estados mais atrasados, onde o voto é comprado por alguns reais. É sua única aspiração palpável. Em que mais acredita? É articulado, inteligente, carismático, e nunca mais sentou na cadeira do prefeito numa eleição que ainda não tinha vencido. Ou entrou em dança de São Guido porque não acredita em Deus e achava que o público é tão bocó que iria recusá-lo se se confessasse ateu. É encantador como pessoa, boa companhia numa noite vadia, mas não tem convicções<sup>451</sup>.

Como veremos a seguir, essa postura do jornalista reforçou, entre alguns de seus pares (jornalistas), a ideia de que Francis mudava de opinião repetidas vezes, contradizendo-se frequentemente. Entretanto, pelo menos, concernente ao apoio a FHC, pode-se verificar de antemão que o polemista estava comprometido com determinada agenda socioeconômica (calcada nas reformas e privatizações) que, em sua opinião, estava sendo implementada timidamente pelo Executivo Federal. Exceto pelo tom irônico e pela reiterada estratégia da polêmica apresentada por ele, os editoriais d'*OESP*, igualmente, em diversos momentos, aproximavam-se dessa perspectiva crítica: também consideravam demorados os processos de privatização e o implemento das reformas. Isso já se podia verificar no segundo semestre do segundo ano de governo, como nos textos editoriais de 17 e 19 de outubro de 1995, em que se criticava tanto o governo como o Congresso pela

---

<sup>451</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 26/12/1996.

demora nas reformas da Constituição<sup>452</sup>. Nesse sentido, reforça-se a tese de que as diferenças entre a postura editorial d'*OESP* e a do jornalista, diante do processo de implantação da agenda ultraliberal no país, eram secundárias e convergiam em sua essência.

#### 4.2 O Diário da Corte n'*O Estado de São Paulo*

Paulo Francis estreou n'*OESP* em 23 de dezembro de 1990, no *Caderno 2*, o seu *Diário da Corte* (mantendo o título no singular<sup>453</sup>). Um dia antes, a chamada de capa do jornal dava grande destaque à sua estreia. Na parte inferior, à direita, um grande quadro lembrava o princípio das colaborações de Francis; e à esquerda, um pequeno quadro, alertava sobre as expectativas em relação ao polemista:

Paulo Francis, que estreia amanhã no Estado –, sua coluna sairá às quintas e aos domingos – é retratado como o jornalista mais polêmico do Brasil, um mestre da ironia que alia a qualidade intelectual à honestidade do pensamento. Sua capacidade de dividir opiniões reforça uma linha editorial que se manteve sempre fiel à defesa da liberdade de expressão e da pluralidade de ideias. Sobre ele, Ruy Castro escreve: “Por mais no varejo que pareçam os seus ataques, sua única cruzada é contra a ignorância no atacado”<sup>454</sup>.

Nesta mesma véspera, no *Caderno 2*, uma página inteira com textos de José Onofre e de Ruy Castro descreviam as características do futuro ocupante daquele espaço. Todo esse destaque espelhava um pouco do *status* que Francis guardava em torno de si naquele momento, mas também não deixava de refletir uma tácita rivalidade d'*OESP* com a *FSP*. Já destacamos anteriormente que a saída do jornalista da *FSP* não foi pacífica. O seu biógrafo Paulo Eduardo Nogueira afirma em *Paulo Francis, polemista profissional*, que, além da conhecida desavença com o ombudsman, Caio Túlio Costa, e a ótima oferta financeira d'*OESP*, haveria também outros detalhes que se somaram a esses para a troca de jornal<sup>455</sup>. Por sua vez, a *FSP* não deixou de vir a público questionar a contratação de Francis por *O Estado de São Paulo*. Na época, fez isso em publicidade paga para ser

---

<sup>452</sup> O início da grande prova. *O Estado de São Paulo*, Editorial 17/10/1995; Que aconteceu com a reforma. *O Estado de São Paulo*, Editorial, 19/10/1995.

<sup>453</sup> Na *FSP* era comum também encontrar-se o plural “Diários da Corte”.

<sup>454</sup> *O Estado de São Paulo*, 22/12/1990.

<sup>455</sup> De acordo com Nogueira, ao reproduzir o depoimento da viúva de Francis, a também jornalista Sônia Nolasco, Paulo Francis estaria descontente com as críticas oriundas de jornalistas mais jovens que começaram a ganhar espaço na *FSP*: “Em fins dos anos 1980 ‘uma garotada arrogante, sem o menor background, passou a comandar as editorias para as quais Francis colaborava’, conta Sônia”. NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, polemista profissional*. *Op.cit.*, p. 57-58.

exibida nas mídias televisiva e impressa. Assim, no comercial televisivo, durante os quinze segundos do reclame, enquanto a figura de Paulo Francis ia progressivamente perdendo o foco na imagem, o locutor falava pausadamente: “*O Estado* lê Paulo Francis na *Folha* desde 1975. Depois de quinze anos, resolve ser original e contrata exatamente o mesmo articulista [riso]. Recuse imitações, leia a *Folha*”<sup>456</sup>. Publicidade semelhante encontrava-se em revistas de grande circulação, como em *Veja*, por exemplo<sup>457</sup>. Ou seja, na ocasião, Francis acabou sendo objeto de *marketing* para ambos os jornais, o que só reforça a perspectiva de seu elevado *status* como jornalista naquele momento.

Apesar da rivalidade, causada especialmente pela disputa de mercado, e de certas diferenças editoriais, os jornais *OESP* e a *FSP* guardaram importantes pontos em comum ao vulgarizarem a agenda ultraliberal no país. Nesse sentido, apontaram caminhos possíveis a serem adotados para a reforma do Estado brasileiro e projetaram a necessidade da “modernização” capitalista. A chamada “modernização” era sinônimo de Estado mínimo, e as privatizações das empresas públicas eram ponto urgente de pauta. O contexto dos anos 1990, com a derrota do chamado “mundo socialista” e a crescente identificação entre progresso e transnacionalização<sup>458</sup> deram a tônica do pensamento único, uma espécie de doutrina que pregava a ideia de que não haveriam alternativas, senão aquelas apontadas especialmente por organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial. Os meios de imposição passavam pelas costumeiras ofertas materiais, como empréstimos condicionados à adesão da agenda, e a tentativa de convencimento por meio da ajuda da imprensa, meios de comunicação em geral e disseminação dessas ideias no ambiente universitário. Não faltaram financiamentos em âmbito global de fundações e pesquisas universitárias, além do controle de agências internacionais de notícias e informações. Vários jornais cumpriram o papel de verdadeiros Aparelhos Privados de Hegemonia. Acreditamos que esse foi o caso da *FSP* e *OESP*. Os jornais apontam para essa perspectiva no texto editorial e também na escolha e no destaque que davam a vários de seus colonistas.

Com isso não queremos afirmar que os jornais inviabilizavam totalmente os espaços em seu interior para o contraditório. As opiniões diversificadas existiam. O próprio

---

<sup>456</sup> Paulo Francis (Clássicos da Folha de São Paulo). Portfólio Abafilmes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8ZQtyH7DGXQ>>, acesso em 12/12/2012.

<sup>457</sup> Cf. o anúncio publicado em *Veja*, onde, entre outros, também se fazia menção à contratação de Paulo Francis por *O Estado de São Paulo*: “Faça como o Estado: leia a Folha” [publicidade da *Folha de São Paulo*]. *Veja*, Editora Abril, Edição 1163, Ano 24, n. 1, 02/01/1991, p. 18.

<sup>458</sup> A chamada globalização começava a ser colocada, não como um fato totalmente inédito, a despeito de ser um processo identificável já há bastante tempo, mas como uma tendência inevitável a partir de então.

*OESP*, depois da reforma promovida por Augusto Nunes, passou a abrir mais o jornal para visões divergentes das opiniões editoriais. Mas os espaços eram limitados. Apesar de algumas vozes dissonantes (e que eram mais ou menos toleradas), prevalecia o tom uníssono em relação aos editoriais dos grandes jornais do centro do país, naquela época, com diversos de seus colunistas regulares. Por outro lado, a linguagem editorial dos jornais era, geralmente, mais cuidadosa e polida comparada com a maior parte dos textos assinados pelos colunistas regulares, especialmente comparado aos escritos de Paulo Francis. O texto de Francis, muitas vezes, parecia até mesmo panfletário contrastado com os editoriais dos jornais. A sua insistência enfática e monocórdia em favor das privatizações de empresas públicas como a Telebrás, a Vale do Rio Doce e a Petrobrás ocupava grande parte de suas colunas n' *OESP* na década de 1990. Em certos momentos, há verdadeiras campanhas semanais, enfáticas e, devido à repetição, fastidiosas sobre o tema, recorrente nos Diários da Corte.

A tônica antiestatista, os desafios políticos para o país e os adversários a enfrentar reproduzem os assuntos, a partir de 1991, que Francis pautava anteriormente na *FSP*. O jornalista tinha expectativa de que Collor de Mello seguisse boa parte das ações recomendadas pela agenda ultraliberal. Porém, o jornalista criticava fortemente parte dos ministros do Executivo, em especial a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello:

Me pergunto se Collor sabe realmente da imagem que o Brasil tem no exterior. Mais suja que pau de galinheiro. Disseram a ele que o embaixador japonês no Brasil avisou a Zélia que, no Japão, não procurasse autoridades financeiras japonesas, que seria muito mal recebida? Sabe do conceito em que Zélia é tida nos meios financeiros internacionais? Que seu discurso ao BID, em Nagoya, o BID falido e irrelevante, é tido somente como uma bravata para consumo dos ignorantes brasileiros que não têm tempo e morrem de fome enquanto ela e sua equipe de comunistas de terceira categoria arruinam a economia brasileira? Não sei<sup>459</sup>.

Para Paulo Francis, o país nutriria um “fundamentalismo” que tomaria “formas materialistas”, como seria o caso de feições “comunistas” e “nacionalistas”. Em suas palavras, o comunismo estaria representado no pessoal que cercava Zélia Cardoso de Mello: “é tudo comunista, não comunista, no sentido antigo da palavra, familiarizado com as obras de Marx, Lenin, Trotsky ou até Stalin, mas gente que entrou na canoa furada petelho Morumbi”<sup>460</sup>. Além disso, identificava as supostas feições nacionalistas no atraso

---

<sup>459</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 14/04/1991.

<sup>460</sup> *Idem*.

social daqueles a quem chamou de “interioranos assustados com o mundo moderno”. A favor da possibilidade deste “mundo moderno” argumentava que “só o capitalismo, com sua imprevisibilidade, crueldade e criatividade” o geraria. Dessa maneira, haveria gente se defendendo, criando autarquias, em um “estatismo retrógrado, que evita o novo e o desconhecido, o arriscado”<sup>461</sup>.

A esta altura, a alcunha de “comunista” já era tratada no texto de Francis como adjetivo pejorativo, querendo representar o atraso e a ignorância. O autor seguidamente esforça-se em traçar tal paralelo. Assim, tenta chamar a atenção para o excesso de protecionismo e o caráter estatizante, na mentalidade e nas medidas econômicas, que partiam do governo. Na realidade, não admitia alternativas senão a perspectiva de abertura da economia e a realização de privatizações. Para isso, induzia a ideia de que o brasileiro não desenvolvera a capacidade de administrar o potencial de suas riquezas. Assim, sempre ironicamente, interrogava sobre a única saída que considerava racional para administrar o país, ou seja, literalmente, vendê-lo: “Por que não pôr [o país] à venda? Por que essa soberba besta de manter nossa porcaria que só fazemos emporcalhar?”<sup>462</sup>

A última polêmica de Paulo Francis tornou-se bastante conhecida, em que acusava diretores da Petrobrás de manterem contas na Suíça. Tornou-se conhecida não apenas pelo processo milionário movido na justiça dos EUA, que teria lhe apressado a morte, mas também por ser rememorada pela grande mídia a cada nova denúncia de corrupção envolvendo a Petrobrás, desde os anos que se seguiram ao falecimento de Francis até recentemente, no momento em que escrevemos esta tese. A acusação de Francis, feita meses antes de sua morte, no entanto, não era inédita. O jornalista não deixava de conjecturar sobre a relação entre empresas estatais, corrupção e “cabide de empregos”. Desse modo, enfatizava a expectativa que tinha, resultante em potencial da equação entre esses problemas identificados e as dívidas enfrentadas pelo Brasil:

O que se quer é converter o débito em ações estatais, que, então, deixariam de ser administradas como cabide de empregos e fonte de roubaheiras mil, passando a ser como o botequim do português, ou seja, quem não tem competência não se estabelece. O débito particular brasileiro é de US\$ 60 bilhões. Quase tudo foi tomado pelas estatais e aposto minha cabeça que a maior parte está na Suíça em contas numeradas dos donatários dessas estatais. Basta se investigar, como, agora, na Previdência<sup>463</sup>.

---

<sup>461</sup> *Ibidem*.

<sup>462</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 05/05/1991.

<sup>463</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 18/04/1991.

As dificuldades que eram apontadas para o plano Collor superar a crise econômica, na época, e a considerada “escassa” abertura da economia nacional, fez com que Francis expusesse sua relativa decepção com o governo Collor de Mello: “Collor, a quem eu nunca tinha visto mais gordo, era a alternativa a esse comunista subdesenvolvido Lula. Política é sempre a escolha do *mal menor*. Isso, em 1989. Tão chato tem sido este governo que parece 1889”<sup>464</sup> [grifo nosso]. A decepção seria relativa, porque aquele nunca fora seu candidato ideal. Collor não era a preferência dele, nem era consenso dos setores dominantes da sociedade brasileira, como já pontuamos. O processo de impedimento do Presidente, em 1992, aliado às críticas anteriormente realizadas por Francis, fez com que, num primeiro momento, o jornalista não fizesse esforço para justificar a eventual permanência de Collor de Mello na Presidência da República. Todavia, tempos depois, já no contexto do governo FHC, iria culpar a esquerda e o PT pela queda de Collor, guardando até certa nostalgia daqueles tempos.

O caminho inverso aconteceu com Fernando Henrique Cardoso. Expusemos a pouco que Paulo Francis apoiou sua candidatura e o início de seu governo, mas declinou desse apoio no segundo semestre de 1996. Francis era um antigo admirador de FHC. Já o havia apoiado abertamente em um pleito eleitoral anterior, para a escolha do Prefeito na eleição municipal da cidade de São Paulo, em 1985, explicitando sua preferência em diversas colunas suas na *FSP*. Na época, FHC lançou-se candidato pelo PMDB e perdeu as eleições para Jânio Quadros, que havia concorrido pelo PTB.

É importante destacar que, independente de preferências pessoais, Francis nunca perdeu de vista o receituário ultraliberal. Mesmo quando os governos foram mais envolvidos com o mesmo, como foram os casos dos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, o comprometimento de Francis, pelo que se percebe, nunca foi com os governos, mas com uma ideia de governo. Nesse sentido, era apresentada a maneira que deveria se governar, o apoio ou não às candidaturas e as posteriores cobranças e críticas. Nesse sentido, é importante lembrarmos de um breve apontamento feito anteriormente que cabe destacar um pouco mais. Explicamos antes que os comentaristas mais recentes de Francis, especialmente seus colegas jornalistas, apontavam inúmeras vezes para as suas “contradições”.

Não negamos que elas ocorreram, mas é possível problematizar, por exemplo, os argumentos apresentados por Daniel Piza, Bóris Casó e de outras pessoas próximas a

---

<sup>464</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 26/09/1991.

Paulo Francis, nos depoimentos concedidos ao documentário *Caro Francis*, dirigido por Nelson Hoineff. Conforme esses depoimentos haveria uma contradição nas diferentes posturas de Francis em relação ao apoio a FHC na campanha presidencial e as posteriores críticas com determinadas atitudes do governo, em especial a negativa em privatizar a Petrobrás<sup>465</sup>.

O documentário *Caro Francis* constrói a narrativa com os depoimentos apresentando os indícios das posições de esquerda de Francis, em sua fase trotskista, antes da mudança para os EUA. Conforme o depoimento de Daniel Piza para Nelson Hoineff, quando o jornalista foi morar e trabalhar naquele país, teria começado “a se informar mais sobre economia e a ter uma vivência do capitalismo americano, ele foi, aos poucos, se afastando daquelas ideias, do trotskismo, da esquerda, do marxismo, do anticapitalismo”. A seguir, Piza resume o que seria um dos elementos marcantes da personalidade do polemista, a intensidade com que defendia seus pontos de vista: “Como tudo no Francis, ele era muito exagerado. Então, como um dia ele havia defendido, exageradamente, o trotskismo, depois o Brizola, e depois sofrido com o golpe, aí um dia passou para o lado de lá, também exageradamente”<sup>466</sup>.

Na sequência do filme, Lucas Mendes, seu colega do programa *Manhattan Connection*, confirma a guinada completa de Francis à direita: “[A virada] não foi uma coisa suave, não foi, assim, uma certa simpatia pela direita. A conversão foi [*dá um golpe de mão na mesa*]... ele rompeu com a esquerda e caiu nos braços da direita”<sup>467</sup>. Por último, Nelson Motta, também seu colega no mesmo programa de TV a cabo, acrescenta: “[...] que ridículo os detratores do Francis. Eles falavam: Francis se vendeu ao capitalismo americano, se vendeu a Tio Sam. Eram coisas subesquerdistas dos anos 70. Isso ele não tomava conhecimento”<sup>468</sup>.

Naquele ponto, as opiniões tornam a percepção sobre a virada ideológica de Paulo Francis confusa. Afinal, há opiniões sobre a faceta “exagerada” do polemista, e outras levemente divergentes sobre sua conversão à direita liberal. Ao assistirmos essa sequência do documentário, a impressão é de que Francis seria uma personalidade complexa, aparentemente contraditória, mas no fundo a contradição faria parte do personagem, da figura que havia criado durante vários anos como polemista. A síntese explicativa sobre

---

<sup>465</sup> PIZA, Daniel, *op.cit.*, p. 91; NOGUEIRA, Paulo, *op.cit.*, p. 81; *Caro Francis*, *op.cit.*

<sup>466</sup> *Caro Francis*. Documentário. Direção: Nelson Hoineff. Brasil. 2010, 98 min, DVD.

<sup>467</sup> *Idem*.

<sup>468</sup> *Ibidem*.

tal perspectiva foi dada, no mesmo filme, por Boris Casoy, ex-editor da *Folha de São Paulo*. Nas palavras desse jornalista:

Eu não vejo uma contradição nele. Eu vejo uma contradição quanto ao julgamento das pessoas. Ele era capaz de dizer, hoje, que o Fernando Henrique era um grande estadista e no dia seguinte malhar o Fernando Henrique pelas mesmas razões que o levaram a considerá-lo... esse era o vulcânico Paulo Francis [...]. Você não ia abrir o jornal para aprender história com ele, nem para aprender conceitos de ética, moral... você ia para ler o Paulo Francis<sup>469</sup>.

A explicação de Casoy para as posições aparentemente paradoxais de Francis deixa em suspenso o seu suposto contrassenso. Para tal, utiliza o exemplo das críticas a FHC, deixando entender que as críticas seriam coerentes. Todavia, confirma em seguida que certos “exageros” fariam parte do espaço que criou no jornal. Seu depoimento, neste último ponto, confirma uma das características do *Contrato de Leitura*, proposto por Eliseo Verón, quanto ao sucesso de Francis em ter atraído os leitores, criando um espaço onde se espera encontrar traços únicos, particulares de sua escrita, calcado em seu polemismo. Casoy, não dá maiores detalhes sobre o porquê discorda da suposta contradição de Paulo Francis, num primeiro momento, ao elogiar FHC e, num segundo momento, criticá-lo. A narrativa do documentário segue, apresentando na sequência as falas de Francis no *Manhattan Connection*, em dois momentos distintos, em um intervalo de um ano, aproximadamente, quando apareceria a suposta contradição:

O Fernando Henrique é o melhor presidente que tivemos ou que poderemos ter, como se diz: uma pessoa educada, uma pessoa que receberíamos em casa, informalmente. Acho que nunca houve no Brasil um presidente assim.

*Um ano depois...*

O Fernando Henrique está completando dois anos de governo sem fazer absolutamente nada. Privatizou menos do que o Itamar Franco, que não sabe falar duas ou três frases de português. E, no entanto, está aí, todo bonito, elegante, moreno<sup>470</sup>.

Segundo nossa visão, ao considerarmos Francis como um dos intelectuais orgânicos que defendia um projeto nacional alinhado ao ultraliberalismo, próximo às classes e frações dominantes da sociedade brasileira, não vemos contradição alguma em suas posições, especificamente em relação à crítica a FHC. Pelo contrário, em tese, para ele, o caminho coerente a ser seguido é o de privatizar, de eliminar o gasto do Estado, conforme

---

<sup>469</sup> *Ibidem.*

<sup>470</sup> *Idem.*

a agenda proposta pelo *Consenso de Washington* e disseminada por uma “visão de mercado”. Conforme estudos já realizados, Fernando Henrique Cardoso teria sido eleito para cumprir com essa agenda<sup>471</sup>. Dessa maneira, a organicidade de Francis está no fato de indicar caminhos ou soluções para FHC naquele momento.

### 4.3 A organicidade de Francis durante o período FHC

Durante os cerca de três anos em que escreveu os Diários da Corte n’*OESP*, em meio ao governo FHC (de 1994 até fevereiro de 1997, quando faleceu), Francis manteve-se atento aos passos do Executivo Federal, em especial nos setores em que se esperavam as prometidas reformas. Além disso, debateu a “modernização” nas telecomunicações e no sistema educacional. Ao mesmo tempo, fez verdadeiras campanhas em favor das privatizações das grandes estatais, em especial das Companhias Vale do Rio Doce e Petrobrás. Ao mesmo tempo, combatia eventuais adversários dessas medidas e continuava desqualificando os militantes do Partido dos Trabalhadores e seus parlamentares eleitos, condenando as diversas manifestações grevistas surgidas naquele período, ocupações de terras e ações de movimentos sociais como o MST, por exemplo, sugerindo até mesmo a repressão aos mesmos com violência<sup>472</sup>.

Sua retórica concentrou esforço em opor o setor público versus o privado, em que o primeiro seria o grande vilão dos problemas nacionais. Assim, não haveria exceção para a ingerência e falta de competência do setor público, fosse nas mais variadas empresas estatais, na prestação de serviços, na educação, na saúde ou no sistema financeiro. Em relação aos bancos, Francis afirmou: “A mim me parece realmente grave é que o Banespa e o Banco do Brasil existam. Só isso. Existam. Talvez o Nacional seja uma ladroeira, ou um simples caso de empréstimos feitos desastrosamente [...]”<sup>473</sup>. Nessa direção, insistia que tanto os bancos estaduais como os federais tendiam ao prejuízo e só beneficiavam o empreguismo: “Os bancos estaduais tipo Banespa, ou federais, tipo Banco do Brasil, não

---

<sup>471</sup> Entre outros trabalhos, pode-se consultar: BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez, 2003; SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

<sup>472</sup> Em certa ocasião vociferou: “A invasão de terras é uma tentativa de desestabilizar o governo Fernando Henrique, de impedir que se faça democraticamente reformas na Constituição que diminuam o estatismo que mantém o Brasil fora da economia moderna. Os invasores de terra deveriam ser expulsos a pau”. FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 12/10/1995.

<sup>473</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 04/04/1996.

têm como dar lucro. São ineconômicos, existem para a negociata e o cabide de empregos dos funcionários”<sup>474</sup>.

Paulo Francis insistiu muito no argumento de que Fernando Henrique Cardoso teria “carta branca” para realizar as reformas e as mudanças que tanto ele como os editoriais d’*OESP* indicavam (de ambos e de tantos outros periódicos e veículos da grande imprensa brasileira). A razão disso seria a ideia de que, no Brasil, nunca um presidente eleito pelo voto teve 54% da preferência dos eleitores, em primeiro turno do pleito. Conforme o jornalista, as ações de FHC deveriam ser plenamente aceitas, pois estariam legitimadas pelo voto popular. Diante disso, até mesmo aconselhava o presidente a dar menos importância para a esquerda, da qual, segundo Francis acreditava, Fernando Henrique estaria ainda vinculado por seu “passado intelectual”:

Fernando Henrique se preocupa demais com uma lorota: a esquerda. Existe, no Brasil? Eleitoralmente, não. Perdeu fragorosamente as duas últimas eleições. Quer mudar o resultado com o acesso que tem à mídia. É pura charla. Sua ignorância e desconhecimento do mundo não têm limites. Mas é de onde Fernando vem, seu grupo, e é natural que fique ferido com críticas maldosas, como a asinina de que é “neoliberal”, o que é mais uma de macaquito copiando a terminologia política americana, fora de contexto. Nunca um presidente eleito pelo voto teve 54% dos que compareceram. É a última palavra<sup>475</sup>.

Uma medida que Francis insistia frequentemente era a da redução de impostos. Para isso, citava muito as experiências que percebia nos EUA, desde os impostos municipais até os federais, pautados sempre em pleitos eleitorais naquele país como barganha ou trunfo do candidato que promettesse reduzi-los. O argumento era o mesmo que, comumente, e invariavelmente, é apresentado, de modo geral, pelas classes patronais e empresariais em quase todo lugar: a carga de impostos seria alta demais, freando o investimento, emperrando o empreendedorismo, gerando menos postos de trabalho (ainda mais quando se alia à legislação trabalhista, que protegeria sobremaneira o trabalhador) e, além de tudo, o Estado seria incompetente para fornecer serviços de qualidade ao contribuinte, desviando esses recursos para a corrupção e à manutenção do desperdício. Somado a isso, a abertura ao capital estrangeiro, pelo menos, deveria ficar livre desses “vícios” reproduzidos no Estado brasileiro. Assim, Francis sugere:

A pior ideia do governo Fernando Henrique, até agora, é criar um imposto de 15% sobre ganhos de capital estrangeiro. Vai afugentar muito

---

<sup>474</sup> *Idem.*

<sup>475</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 17/09/1995.

capital. Os republicanos, nos EUA, vão dar US\$ 245 bilhões de cortes de impostos. Os democratas, como qualquer desses petelhos que infestam o professorado acadêmico brasileiro, dizem que é transferência de renda de pobres para ricos. É nada. Quem dá cortes de impostos, nos EUA, invariavelmente ganha eleições<sup>476</sup>.

Além da recomendação sobre os impostos, nota-se acima a sua implicância com o “professorado acadêmico” nacional. Mostramos anteriormente, em suas colunas na *FSP*, como teve início suas polêmicas com professores e acadêmicos, especialmente da USP, na década de 1980, motivadas em princípio, talvez, pela leitura crítica que alguns deles fizeram de seus romances. Naquela oportunidade, limitava-se a questionar os referenciais baseados no marxismo, que supostamente, conforme dizia, seriam amplamente adotados na academia. Sua verve agressiva contra o ambiente universitário brasileiro se transfigurava, então, na década de 1990, para o ataque generalizado contra o sistema público de ensino superior:

A burocracia do Ministério da Educação guerreia a escola particular [...]. O governo confessa cerca de 33 milhões de analfabetos. Mas gasta R\$ 4,5 bilhões por ano em universidades públicas, em pessoal e manutenção de prédios. [...] O governo determina preços de matrícula nas escolas privadas. As universidades particulares só podem cobrar o equivalente a 29% do consumido pelas universidades públicas [...]. É um estrangulamento certo da liberdade que só a escola privada pode garantir, pela sua variedade. O mercado é que deveria determinar o custo de matrículas para quem quer e pode pagar. É a norma em países civilizados<sup>477</sup>.

Os exemplos de Francis são sempre trazidos do exterior, em especial dos EUA, onde o ensino privado predomina no sistema de ensino universitário. Na medida, em que tinha apresentado e colocado em pauta a sua ideia de dar maior flexibilidade e liberdade para o ensino privado, tanto o básico como o superior, criticou enfaticamente o Ministro da Educação de então, Paulo Renato de Souza, que estaria cedendo à reivindicação de autonomia universitária. Por consequência disso, além da curiosa e paradoxal crítica ao Ministro da Educação, que também viria a ser muito criticado por educadores, acusado de pretender o desmonte do ensino público no país, Francis alertava para o perigo de estatização completa do ensino no Brasil, desde o primário, em que considerava Paulo Freire como “baboseira”:

---

<sup>476</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 28/09/1995.

<sup>477</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 08/10/1995.

Paulo Renato quer abolir a propriedade privada das escolas e passá-la ao controle dos acadêmicos brasileiros. Esses, com as honrosas exceções, compõem 35% do eleitorado do PT. Estatizariam por completo o ensino no Brasil, impedindo que as poucas escolas particulares existentes, em que todo mundo que pode coloca seus filhos, continuassem a gozar de liberdade de pensamento e currículo. Seria uma nivelção por baixo, naturalmente, começando no primário com as baboseiras de Paulo Freire<sup>478</sup>.

O polemista procura atacar os acadêmicos, supostos eleitores petistas, que teriam tal mentalidade estatizante, relacionada, portanto, à defasagem cultural. Ademais, insiste na ideia de que o ensino privado seria preferível e mais atraente, mesmo usando argumentos pouco convincentes para sustentar tal premissa. Em geral, tudo se resume a uma disputa entre o público e o privado; entre marxismo e liberalismo; entre o atraso e a modernização:

Bilhões queimados. Já dei aqui a fortuna que o MEC gasta em ensino público universitário, quando a maioria dos alunos prefere o particular, ou seja, paga para ser instruída, para não ouvir, de graça, a cantilena do PT e o submarxismo que domina o ensino público. Este, como praticamente tudo em que o Estado toca, está falido, com excesso de professores (formados deus sabe onde e como. O Ph.D. analfabeto já é uma tradição brasileira), e virou, em grande parte, zorra estudantil. [...] Li, finalmente, a Lei de Diretrizes e Bases, que Darcy Ribeiro tirou da sua cabeça de “Minerva”, atento a todos os lobbies estatais. É feudal, mantém o Brasil no atraso educacional, agrava-o, e provavelmente, o que é nossa sorte, será mais uma leizinha a ser descumprida, mais uma exibição do burocratês bacharelesco. O país resiste e progride no pequeno espaço que o Estado lhe dá<sup>479</sup>.

Bem como destacamos anteriormente, o discurso de Francis é monocórdio em torno da abertura da economia nacional, da necessidade de privatizações e, em suma, da defesa da iniciativa privada<sup>480</sup>. Ao passo que importantes privatizações são colocadas em suspenso, como a da Vale do Rio Doce; outras são postergadas, como no sistema de telecomunicações; ou são retiradas de pauta, como no caso da Petrobrás, Paulo Francis decide mudar seu discurso em relação ao apoio concedido a FHC. Em textos anteriores já

<sup>478</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 10/03/1996.

<sup>479</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 28/04/1996.

<sup>480</sup> A obsessão de Francis sobre o assunto era tamanha (motivada também pelo momento histórico propício) que chegou a colher e apresentar dados sobre a posição do Brasil em um ranking de países que mais abriram a economia: “Lugar econômico. O Brasil é o 93º país, o 93º em colocação por abertura à economia de mercado. Quem diz é o *Economic Freedom of The world*, editor, James Gwatrny, com a colaboração de 61 economistas e 13 países. Tivemos 3,3% de mercado livre, empatados com a Nicarágua... Atrás de nós só estão Burundi, Costa do Marfim, Haiti, Síria, Irã, Argélia, Zaire e Somália... E de mais 92 países. Nos últimos 20 anos, nenhum país estatizado cresceu (média de crescimento do Brasil, entre 1980 e 1995, 0,1% anual). Toda economia que se abriu cresceu. Stalinmotta e nossos marxistas de galinheiro são pedras no meio do caminho”. FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 07/07/1996.

era possível notar sua impaciência, mas foi a partir de 23 de maio de 1996 que o jornalista declarava e marcava sua mudança de posição, passando a ser mais duro nas críticas ao governo:

Bye-bye Brazil. Já é tempo de desistir do governo Fernando Henrique. O presidente é decente, pessoa encantadora, mas não tem o que César Médici chamava de apetite para a grandeza. Francamente, desisti quando o Banespa não foi liquidado. Se fosse, toda a rede estadual de bancos, falida de pai e mãe, teria sido privatizada. Ouvi conversas ao pé do ouvido, tive briefings, mas qual!, Covas, pelo amor de Deus, bem fez Pêrsio Arida, que se recolheu à iniciativa privada, onde, afinal, não tem de aturar esses dinossauros do populismo<sup>481</sup>.

Nesse contexto é que começam as reminiscências dos tempos de Collor de Mello e a retomada do argumento de que se necessitaria de um futuro candidato à presidência que realizasse as premissas da agenda ultraliberal. Sintomaticamente, vinculava o papel que o PT teria desempenhado para a queda de Collor, perguntando-se da possibilidade de ter sido enganado pela oposição que se fazia ao ex-presidente. Ao lado dessa interrogação, entendia que o ex-presidente teria se envolvido em esquemas de corrupção, embora não tivesse interesse de investigar e entender melhor as denúncias:

Se houver candidato à Presidência que proponha desestatizar, desenburrecer o Brasil, terá meu apoio. Pena que Collor se revelasse batedor de carteira. Esboçou grande abertura, teve muitos projetos que foram engavetados ao Congresso, mas ainda assim abriu mais do que todos os presidentes da história, sem mistificação socialista. E grande parte do que abriu meus amigos fecharam no governo Fernando Henrique. E até hoje me pergunto se não fui na conversa da mídia PT contra Collor. Nunca tive paciência para ler aquelas reportagens chatérrimas sobre cheques disto e daquilo. Tenho outras informações de que ele batoteou US\$ 1 bilhão. Não sei bem o que pensar. Só sei que, do jeito que está, rolaremos em breve para o Quarto Mundo<sup>482</sup>.

Em outra coluna, a interrogação transforma-se em afirmação:

[...] Pode-se dizer que a história da democracia representativa no Brasil começou mal e porcamente com Fernando Collor, que estava abrindo o País economicamente quando foi derrubado pelo PT. Fernando Henrique fechou boa parte do que Collor abriu e tenta, com grande charme, nos manter no cabriolé, acenando de luvas brancas para a galeria, enquanto o mundo o ultrapassa de BMW e de Mercedes...<sup>483</sup>

---

<sup>481</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*. Caderno 2, 23/05/1996.

<sup>482</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 26/05/1996.

<sup>483</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 20/06/1996.

Tempos depois, admitia um verdadeiro “sebastianismo” pelo ex-presidente: “[...] sinto um verdadeiro sebastianismo em torno do jovem presidente, que, em dois anos, abriu mais o Brasil economicamente do que qualquer dirigente na nossa história”<sup>484</sup>. Essa lembrança positiva de Collor traduzia-se no contraste da decepção que encontrava em FHC. Diante de tal perspectiva, no fim daquele ano já apontava que a saída estaria, para além de Fernando Henrique, em um futuro candidato à presidência que incorporasse o compromisso das reformas e privatizações, e que fosse forte o suficiente para vencer FHC nas urnas: “A obrigação das pessoas de visão que querem tirar o Brasil da entaladela estatal, atraso crônico, miséria penosa, é procurar um candidato capaz de bater Fernando Henrique Cardoso em 1998”<sup>485</sup>.

Finalmente, o caso da Petrobrás não deve deixar de ser mencionado. Francis adotou o apelido da empresa cunhado por Roberto Campos, que chamava a estatal de “Petrossauro”. Reiteramos que Roberto Campos, junto com Delfim Netto, havia se tornado o grande guru de Francis nos assuntos de economia. Citava-o com frequência, inclusive nas análises sobre a Petrobrás: “[...] Missão: Roberto Campos publicou domingo dados da Petrobrás, que passa 0,5% do que rende ao Tesouro, e 22% para seus capos. Pega, ladrão!”<sup>486</sup>.

Paulo Francis chamava atenção para a previdência de certos funcionários da empresa. Dirigindo-se ao Presidente da estatal, Joel Rennó, em coluna de 25 de julho de 1996, Francis frisava justamente esse ponto: “[Rennó] deveria se preocupar com o fato de que a Petrobrás põe muito mais dinheiro nos fundos de pensão de seus marajás do que paga ao Tesouro Nacional. É o assalto em plena luz do dia, há 43 anos, insuficientemente explicado a quem paga”<sup>487</sup>. Para o jornalista, a Petrobrás seria a Godzilla nacional, que deveria ser extirpada: “O ideal seria que Fernando liquidasse a Petrobrás, a Godzilla número 1 do Brasil. Mas sejamos realistas. Isso vai acontecer cedo ou tarde, mas no momento falta apoio ao presidente para essa cirurgia radical e benéfica”<sup>488</sup>.

Francis falou diretamente sobre suspeita de corrupção na Petrobrás. Porém, externou essa acusação no programa *Manhattan Connection*, da GNT. No programa, dizia que há 43 anos desde sua fundação, a empresa assaltava o povo brasileiro e que todos os diretores da estatal guardavam dinheiro ilícito na Suíça, roubando de sub e

---

<sup>484</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 11/07/1996.

<sup>485</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 08/12/1996.

<sup>486</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 06/06/1996.

<sup>487</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 25/07/1996.

<sup>488</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 08/08/1996.

superfaturamento. Seria, conforme ele, “a maior quadrilha que já existiu no Brasil”<sup>489</sup>. O processo dos diretores da estatal não tardou a ser impetrado e logo o jornalista dividia essa sua angústia com seus leitores d’*OESP*:

Diretores da Petrobrás me processam por R\$ 100 milhões. Devem achar que tenho acesso irrestrito ao Tesouro, como eles. Os US\$ 100 milhões me soam como o 13º dos diretores da empresa. Devem considerar a Petrobrás, bancada penosamente pelo contribuinte, um baronato seu. É evidente que toquei num nervo da Petrossauro. Mais evidente que querem me intimidar. Waal, começam as investigações. Fiquem sintonizados neste espaço<sup>490</sup>.

A última polêmica de Francis o deixou realmente aflito, mesmo assim continuou utilizando a ironia e o cinismo, agora tanto para atacar quanto para se defender. Nos seus textos encontram-se as causas principais de sua preocupação, que era possibilidade da ruína financeira e do processo estar sendo julgado nos EUA: “Diretores da Petrobrás me processam por US\$ 110 milhões. Alegam que o programa *Manhattan Connection* é mostrado nos Estados Unidos, no canal 10, e isto os difama junto aos americanos”<sup>491</sup>. Na sequência clama por liberdade de imprensa e ressalta seu temor pelo montante financeiro previsto no processo: “É o maior assalto à liberdade de imprensa já perpetrado no Brasil. Se o processo seguir o curso previsto, ficarei arruinado e teria, no mínimo, meus bens tomados pela justiça”<sup>492</sup>. Francis dizia que um advogado informado por um banqueiro teria lhe dado esta informação sobre a corrupção na Petrobrás. Recentemente, em um vídeo veiculado no sítio da revista *Veja*, em 11 de dezembro de 2014, um de seus colunistas, Lauro Jardim, afirmou que a fonte de Francis era o empresário e banqueiro Ronald Levinsohn<sup>493</sup>. O empresário tornou-se conhecido nos anos 1980 por um rombo financeiro da caderneta Delfim, a maior caderneta de poupança do país na época, da qual administrava. Ronald Levinsohn também era amigo e administrou o patrimônio de Paulo

---

<sup>489</sup> Trechos do programa com a fala de Francis podem ser vistos no já citado documentário *Caro Francis* e também em vídeos publicados em diversos canais de usuários do sítio <<https://www.youtube.com/>>.

<sup>490</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 05/12/1996.

<sup>491</sup> FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, 29/12/1996.

<sup>492</sup> *Idem*.

<sup>493</sup> Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimedia/video/lauro-jardim-manhattan-connection-vai-revelar-quem-era-a-fonte-de-paulo-francis/>>, acesso em 18/03/2015. O vídeo anuncia que Levinsohn falaria na Globonews, para o programa *Manhattan Connection*, mas o empresário teria desistido da entrevista em função da repercussão gerada com o anúncio. Cf. o informativo “*Fonte de Paulo Francis sobre Petrobras desiste de falar à Globonews*”. Disponível em: <<http://diversao.terra.com.br/tv/sala-de-tv/blog/2014/12/15/fonte-de-paulo-francis-sobre-petrobras-desiste-de-falar-a-globonews/>>, acesso em 19/04/2015.

Francis, que incluiria dois apartamentos em Manhattan e sua própria conta bancária, avaliada em cerca de 3 milhões de dólares quando faleceu<sup>494</sup>.

Somado aos assuntos costumeiros das colunas diárias d' *OESP*, Paulo Francis ainda se destacou nos anos 1990 por publicar um livro de memórias sobre 1964 e a ditadura civil militar brasileira, chamado *Trinta anos esta noite* (1994). Com uma visão revisionista de suas próprias impressões sobre o golpe e a ditadura, comparadas com escritos seus da segunda metade da década de 1960, essa obra abriga várias aproximações com a construção que a grande imprensa brasileira tem feito em torno da interpretação da ditadura, como a perspectiva de ter sido uma “ditabranda” e de que a repressão só teria se colocado a partir de 1968, existindo, antes disso, supostamente, vários canais, para a retomada da democracia, inclusive por parte da vontade do primeiro ditador militar, Castello Branco, e seus apoiadores. A nova interpretação de Francis sobre a ditadura, em suma, está tomada por uma espécie de “liberalismo autoritário”, típico das leituras feitas do período por vários perfis editoriais da grande imprensa brasileira<sup>495</sup>.

Conforme Francisco Fonseca, o ultraliberalismo começa a ser defendido hegemonicamente nos principais periódicos da imprensa brasileira em caráter uníssono a partir da segunda metade da década de 1980. Nesse mesmo período, Francis também adota uma postura em favor do ultraliberalismo. Mas foi somente n' *OESP* que teve uma postura intelectual organicamente engajada na tentativa de construção de projetos para o país em torno das candidaturas de Collor de Mello e de FHC. O primeiro presidente seria o “mal menor”, mas mesmo assim foi apoiado e até, nas palavras de Francis, sentida a sua falta depois de deposto. A candidatura e o governo FHC foram amplamente apoiados num primeiro momento. Apesar da simpatia pessoal de Francis por Fernando Henrique Cardoso, o jornalista manteve-se fiel organicamente à meta de implantação da agenda ultraliberal e menos atrelado à simpatia pessoal e à amizade com o então presidente.

O jornalista cumpriu um papel de destaque na vulgarização da agenda ultraliberal no país, banalizando ideias, conceitos e utilizando uma retórica particular, por meio da polêmica, como estratégia de convencimento. Estigmatizou e atacou todos os eventuais entraves para a implementação dessa agenda, como o alegado tamanho em demasia do Estado brasileiro, uma suposta tendência nacionalista na administração socioeconômica

---

<sup>494</sup> BEIRÃO, Nirlando. Francis, o homem-bomba. In: Revista *Brasileiros*, Março/2010, Edição 32. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/2010/03/18/paulo-francis-o-homem-bomba/>>, acesso em 16 outubro de 2011.

<sup>495</sup> FONSECA, Francisco. *Liberalismo autoritário: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2011.

nacional e o principal adversário político, que, em tese, teria um projeto de nação na contramão de tudo aquilo que Francis estava pregando naquele instante; ou pelo menos, em razão da força política, representava um risco para a consolidação daquela agenda no país: o Partido dos Trabalhadores.

Ao que tudo indica, Paulo Francis não inovou tanto em termos de construções filosóficas, formulações econômicas ou sofismas políticos na perspectiva de contribuir com o arcabouço liberal ou conservador do espectro político de direita. Do contrário, mais reproduziu e vulgarizou ideias já em circulação dentro da própria imprensa nacional e internacional do que acrescentou elementos criativos ou originais em suas formulações textuais. Ou seja, chamou mais a atenção na forma do que no conteúdo. No entanto, cabe destacar que não o consideramos como um intelectual tradicional, típico reprodutor da ordem vigente. Francis tinha um viés orgânico, educador para o consenso. Devido a essas suas características, exerceu mais o papel de um intelectual orgânico dentro do jornal do que um intelectual orgânico do jornal.

Excetuando quaisquer outras eventuais qualidades oriundas de sua produção escrita, como o seu valor estético ou literário, o autor tem a sua importância política dentro da grande imprensa a partir de uma marcante atuação intelectual que atraía significativo público leitor, utilizando sobretudo a estratégia do polemismo. Ou seja, nesse sentido, essencialmente, na esfera política aqui analisada, sua atuação intelectual na década de 1990 esteve presente na constante tentativa de convencimento em favor dos princípios fundamentais da agenda ultraliberal, a partir de um caráter “pedagógico”, de construção do consenso e permeado pela disputa da hegemonia.

#### **4.4 O golpe de 1964 e a ditadura no discurso de Paulo Francis**

O 1964 fez de mim, da minha geração, homens adultos. Vivíamos de ilusões, nos imaginando senhores do Brasil de que gradualmente tomávamos posse [...].

Paulo Francis, *Trinta anos esta noite*

Quando Paulo Francis completava já quase quatro anos trabalhando n’*OESP*, resolveu publicar um livro de memórias sobre o golpe de 1964 e a ditadura. Naquele ano contavam-se também trinta anos dos episódios que deram início ao Estado ditatorial. Por essa razão, o título evocava justamente aquele júbilo: *Trinta anos esta noite*. Aquele momento representava uma fase importante da carreira do jornalista, como intelectual vulgarizador da agenda ultraliberal no país, renomado e valorizado polemista da grande

imprensa brasileira e, naquele instante, um memorialista do período ditatorial brasileiro, revisionista de grande parte da literatura existente até então sobre o assunto, embora seu livro não tivesse o rigor, nem a pretensão de ser uma tese acadêmica, e nem mesmo ser uma análise vigorosa e criteriosa do período.

O livro teve sua divulgação e lançamento exatamente às vésperas do júbilo de trinta anos do golpe, no final de março de 1994. Percebe-se que teve considerável repercussão na grande mídia, impressa e televisiva. O jornalista ocupou um quadro destacado de cerca de seis minutos para a divulgação da obra no programa Fantástico, da Rede Globo, fazendo-o em cortes de entrevista e inserção de leituras performáticas feitas por alguns atores a partir de certas passagens do livro<sup>496</sup>. Do mesmo modo, foi o escolhido para figurar nas páginas amarelas da revista *Veja* naquela semana<sup>497</sup>, além de ser objeto de resenhas nos grandes jornais, bem como conceder entrevistas em espaços midiáticos relevantes, como no programa Roda Viva, da TVE. A atenção dada ao autor e à publicação foi bastante significativa, integrando e confundindo-se com a própria publicidade formal feita à obra. Entretanto, ao que parece, e de acordo com o que vamos argumentar aqui, o estilo analítico mesclado ao memorialístico, além do próprio conteúdo, entre dados e informações trazidas por Francis, não se iguala à altura da publicidade empregada.

O golpe de 31 de março de 1964, que derrubou o presidente João Goulart no Brasil, vem suscitando um acalorado debate historiográfico, despertando amplo interesse de pesquisa. Recentemente, boa parte dos historiadores tem adotado a ideia de um “golpe civil-militar”, lembrando que não foram apenas os militares que conspiraram na derrubada de João Goulart e deram sustentação à ditadura. No rol de interpretações sobre o golpe encontram-se pesquisas sobre a acentuada articulação dos civis<sup>498</sup> e, de outro lado, trabalhos que reafirmam a ação preponderante dos militares no episódio<sup>499</sup>. Há quem não esqueça de reafirmar o papel dos movimentos sociais, que não teriam ficado passivos

---

<sup>496</sup> A entrevista utilizada no programa foi feita por Geneton Moraes Neto e hoje encontra-se transcrita e publicada na íntegra no blog do jornalista e no sítio do portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/geneton/tag/paulo-francis/>>, acesso em 22/04/2014.

<sup>497</sup> A voz da heresia: o inimigo do bom-mocismo lança um livro sobre o golpe de 1964 [Entrevista com Paulo Francis]. *Veja*, Páginas Amarelas, Editora Abril, edição 1333, ano 27, n. 13, 30/03/1994, p. 7-10.

<sup>498</sup> René Dreifuss, em um excelente trabalho sobre o complexo IPES/IBAD, mapeou extensivamente a atividade destes institutos, mostrando a impressionante organização do empresariado brasileiro que apoiou o golpe civil-militar: DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>499</sup> Gláucio Ary Dillon Soares reafirma a preponderância dos militares no golpe, no máximo, admitindo os civis como importantes coadjuvantes em tal processo, mas não como os agentes principais. Nesse sentido, critica certos trabalhos que teriam “subestimado o papel dos militares”: SOARES, Gláucio Ary Dillon. O Golpe de 64. In: *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

frente à agitação pré-golpe<sup>500</sup>. Em meio a esses estudos, ainda é controverso o entendimento sobre a colaboração dos Estados Unidos no processo que culminou em mais de vinte anos de ditadura no Brasil, ainda que cada vez mais os dados indiquem uma insidiosa participação<sup>501</sup>. Cabe ressaltar, ainda, outro leque de discussões, no qual certos historiadores se debruçam, de modo a não deixar de analisar o caso brasileiro como fenômeno isolado. Trata-se da história da ditadura brasileira como parte de uma lógica mais ampla que engloba as chamadas “Ditaduras de Segurança Nacional”, específicas da América Latina<sup>502</sup>.

Os casos acima são apenas uma pequena amostra dos tópicos paralelos que instigam os pesquisadores e geram controvérsias ao tema do golpe de 1964. Junto a esses debates, também há algumas versões que têm dado ênfase aos acontecimentos que levaram ao golpe, essencialmente, na ação providencial de certos protagonistas, cujo papel de destaque teria sido fundamental não apenas no andamento do processo golpista, mas também no caráter que teve a ditadura civil-militar no Brasil. Recentemente, os trabalhos do jornalista Elio Gaspari são um exemplo nesse sentido. As séries *Ilusões Armadas* e *O Sacerdote e o Feiticeiro*, publicadas pelo autor entre 2002 e 2004, constituem-se na pretensão de escrever uma verdadeira “história da ditadura”, considerando a extensão da narrativa e os temas apresentados<sup>503</sup>.

No entanto, Gaspari não foi o pioneiro, na área do jornalismo, ao tentar registrar impressões sobre a ditadura civil-militar. Outros relevantes registros de jornalistas haviam sido escritos sobre o período, no formato de memórias<sup>504</sup>. Entre outros, Paulo Francis tem destaque pela publicação de seu livro de memórias, de certa forma, um apanhado de várias impressões que já vinha publicando esparsamente em suas colunas, desde a época em que

---

<sup>500</sup> Um bom exemplo desta posição pode ser encontrado no trabalho de Jacob Gorender: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

<sup>501</sup> Uma tentativa interessante de balanço historiográfico sobre algumas das diferentes interpretações acerca do golpe encontra-se na obra de Carlos Fico, *Além do Golpe*: FICO, Carlos. *Além do Golpe*: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. São Paulo: Record, 2004.

<sup>502</sup> Destacam-se os trabalhos de Enrique Serra Padrós: PADRÓS, Enrique (Org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag/ Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006; PADRÓS, Enrique. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, julho 2007, p. 43-49.

<sup>503</sup> Para uma discussão mais detalhada a respeito dos temas e da pretensão de Gaspari em sua série *As ilusões Armadas*, pode-se consultar a tese de doutorado da jornalista e historiadora Ângela Ravazzolo: RAVAZZOLO, Ângela. *A escrita da história por jornalistas: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica*. O caso Elio Gaspari. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

<sup>504</sup> Outro jornalista que guarda aspectos semelhantes a de Elio Gaspari sobre a ditadura é Alexandre Garcia. Sobre essa relação entre os trabalhos dos jornalistas, pode-se consultar o artigo de Carla Silva: SILVA, Carla Luciana Souza da. Imprensa e ditadura: a trajetória intelectual de Alexandre Garcia. *Revista Antítese*, Goiânia (GO), n. 10, p. 106-124, novembro de 2011.

trabalhou na *FSP*. Nas memórias, as interpretações e o estilo narrativo lembram significativamente os trabalhos de Elio Gaspari. Ao longo desta exposição, apontaremos algumas dessas semelhanças. No momento, cabe dizer que o livro de Paulo Francis não tinha a mesma pretensão das séries publicadas por Elio Gaspari, tanto em relação à extensão de informações, quanto ao volume documental apresentados pelo último. Mesmo assim, os pontos de aproximação são significativos, não apenas para traçar um paralelo entre os dois, como também apontar as relações dos trabalhos desses autores com a grande imprensa.

Sendo assim, começaremos apresentando uma reflexão, ainda que breve, sobre certos aspectos do discurso e das impressões do jornalista a respeito do golpe de 1964 e do regime ditatorial que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985. A ideia é visualizar o vínculo importante entre o discurso de Francis com determinada interpretação acerca das causas que ocasionaram a ascensão da ditadura, a qual vem sendo enfaticamente reproduzida na grande imprensa nos últimos anos, em especial por meio dos trabalhos de Elio Gaspari<sup>505</sup>. Relembraremos as posições de Francis, em época anterior ao ingresso na grande imprensa paulista e retomaremos alguns textos dele vinculados ao jornal *Folha de São Paulo*, além do já citado livro de memórias acerca de 1964, *Trinta anos esta noite*, escrito no jubileu de trinta anos do golpe, em 1994.

Como temos enfatizado ao longo desta tese, Paulo Francis se dizia trotskista. Deu uma guinada ideológica, adotando postura em defesa do liberalismo, expressa declaradamente a partir de meados da década de 1980, com a “reabilitação” de Roberto Campos, ainda que pudéssemos visualizar mudanças importantes em seu pensamento bem antes disso<sup>506</sup>. Como intelectual vinculado à defesa do chamado “nacionalismo populista”, da época de João Goulart, de acordo com o que vimos, Francis teve participação marcante no jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, entre 1962 e 1964, quando atacava com veemência personalidades da União Democrática Nacional (UDN), em especial Carlos Lacerda, oligarquias políticas e organizações empresariais, além do imperialismo dos EUA. Embora tenha lhe marcado também profissionalmente a sua atuação no semanário *O Pasquim*, entre 1969 e 1975, escrevia já sob a vigilância da censura e suas análises sobre a

---

<sup>505</sup> Uma perspicaz reflexão sobre a relação da grande imprensa com a interpretação de Gaspari sobre o golpe e a ditadura encontra-se em: CALIL, Gilberto. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. *Segle XX. Revista catalana d'història*, n. 7, p. 99-126, 2014.

<sup>506</sup> Em 1979, em coluna escrita para a *FSP*, pela primeira vez, o jornalista declarava não ser marxista e desacreditar do socialismo. Antes disso, durante os anos 1970, Francis parece ter cortado quaisquer vínculos orgânicos que antes possuía com projetos políticos para o país, identificados com o nacionalismo ou com qualquer proximidade à esquerda. Ver capítulos anteriores.

perspectiva política brasileira praticamente havia desaparecido. Sua virada ideológica se consolidou em território estadunidense, em tempos que já era correspondente estrangeiro da *Folha de São Paulo*, jornal onde foi colunista entre 1975 e 1990.

A *Folha de São Paulo* também passou por uma fase de transição, a qual acompanhou cronologicamente a virada ideológica de Paulo Francis. Nos tempos iniciais de *FSP*, Francis tinha como diretor de redação Cláudio Abramo, que saiu do jornal em 1977. Após a saída de Abramo, a *Folha* mudou sensivelmente a sua linha de atuação editorial<sup>507</sup>. Mas tal guinada ideológica de Francis, embora coincida com as mudanças no jornal, não foi provocada unicamente pela mudança da opinião editorial da empresa. De acordo com o que argumentamos no capítulo anterior, provavelmente teve maior relação com o deslumbramento pelos EUA, pelo trauma do sofrimento com o golpe de 1964 e a decepção com as formas pelas quais as tentativas de implantar e gerir modelos de socialismo foram adotadas em diferentes países.

Com o passar do tempo, seu conformismo pelo que entendia por “mal menor”, materializado especialmente no liberalismo econômico à moda norte-americana, foi ganhando lugar em suas predileções político-econômicas. A preferência pela livre iniciativa de mercado, com o mínimo de intervenção do Estado na economia, e a defesa pelas privatizações de empresas estatais, se fazem sentir progressivamente em seus escritos entre as décadas de 1980 e 1990. Diante disso, essas mudanças progressivas são bastante perceptíveis em suas memórias sobre o golpe, comparadas em retrospectiva com algumas de suas publicações anteriores.

Foi exatamente isso que notaram alguns analistas que estudaram o pensamento do jornalista. Em particular, na análise *Repensando 1964, destruindo 1964*, o sociólogo Sedi Hirano argumenta que Paulo Francis, em *Trinta anos esta noite*, “recria o visto e o vivido a partir da ótica neoliberal contemporânea”<sup>508</sup>. Para Hirano, trata-se de uma visão que “crê nos valores que privilegiam a liberdade de mercado e a democracia representativa, é alimentada pelo antiestatismo, que abre as portas à iniciativa privada dominada pelas corporações transnacionais”<sup>509</sup>. O autor identifica também as leituras opostas de Francis acerca do golpe, colocando em contraste seus escritos da década de 1960 e os da década de 1990<sup>510</sup>. Nota, do mesmo modo, que “homens como Roberto Campos, Delfim Netto e

---

<sup>507</sup> Pode-se consultar certos aspectos que levaram a esse caminho no capítulo anterior.

<sup>508</sup> HIRANO, Sedi. *Repensando 1964, destruindo 1964*. In: CHIAPPINI, Ligia; DIMAS, Antonio; ZILLY, Berthold (orgs.). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Boitempo Editorial/EDUSP, 2000, p. 257.

<sup>509</sup> *Idem*.

<sup>510</sup> *Ibidem*, p. 258-263.

Mário Simonsen, transformam-se em patriotas realistas”<sup>511</sup>. Assim, “os personagens econômicos retrógrados, associados com as oligarquias feudais, transformam-se nos gigantes da reforma racional e moderna”<sup>512</sup>, porque, mesmo atuando contra a democracia, foram ao encontro do estabelecimento de uma economia de mercado, perspectiva que não se realizaria, conforme Francis, caso houvesse maior liberdade política.

Os apontamentos de Sedi Hirano nos mostram algumas questões pertinentes e já evidenciadas sobre Paulo Francis. A primeira é a sensível e declarada virada ideológica, cujo contraste nas análises sobre 1964 e os anos da ditadura civil-militar chocam-se de maneira gritante ao compararem-se os textos do autor em momentos distintos. Outras reflexões somam a este aspecto o referencial ultraliberal ao analisar retrospectivamente o golpe e a ditadura, além da aproximação e afinidade com personalidades antes tratadas com doses indisfarçáveis de desprezo.

Apresentados dessa maneira, esses dados nos conduzem ao entendimento elementar de que Paulo Francis, agora um liberal convicto, próximo da característica liberal autoritária presente em meio à grande imprensa nacional, característica citada neste trabalho anteriormente, ameniza suas críticas em relação ao regime ditatorial iniciado em 1964. Entretanto, são necessárias outras comparações e amostragens discursivas do jornalista para entender melhor o porquê ele analisa e retrata o período rememorado daquele modo. Dessa forma, analisar sua atuação intelectual torna-se mais rica e interessante quando a situamos junto à imprensa de que fazia parte, às suas relações de sociabilidade e ao contexto em que escreveu. Pensamos que tais ilações podem abrir o leque de conexões a respeito das tentativas de construção de consenso e de uma determinada interpretação acerca do golpe e da ditadura e em detrimento de outras.

Diante disso, há uma problemática interessante a ser considerada, em especial no que diz respeito à aproximação entre a linha editorial da *Folha de São Paulo*, Paulo Francis e outros jornalistas ligados aos grandes jornais, especialmente à *FSP* e a *O Globo*, como é o caso de Elio Gaspari. Um tema plausível de aferição para tal problemática é justamente o que gira em torno do golpe de 1964, porque não há propriamente um consenso entre os historiadores sobre a “natureza” do golpe, como comentamos anteriormente. Por outro lado, dentro da grande imprensa, parece estar em movimento o processo constitutivo de um fluído consenso, cujo parâmetro de interpretação acerca do golpe, e da própria ditadura, aproxima-se por meio de alguns eixos analíticos comuns. A partir deles, permite-se emitir

---

<sup>511</sup> *Ibidem*, p. 264.

<sup>512</sup> *Ibidem*, p. 265.

certas conclusões daquele processo contextual que culminou em 1964 e nos mais de vinte anos de regime ditatorial.

#### 4.4.1 Paulo Francis escreve sobre o golpe e a ditadura

O livro de enfoque memorialístico sobre 1964, publicado por Paulo Francis, de acordo com o que sublinhamos, diz respeito ao jubileu de trinta anos da deposição de João Goulart, mas também apresenta vários dados e interpretações sobre o período ditatorial de modo mais amplo, recortado por Francis entre 1964 e 1985. Como tivemos oportunidade de notar, nos anos imediatamente vindouros, após os episódios que culminaram na queda de Jango, Francis só escreveu abertamente sobre o golpe, criticando a ditadura, no jornal carioca *Correio da Manhã*, entre 1966 e 1968, além de dedicar um subcapítulo intitulado *Tempos de Goulart*, em seu livro de 1966, *Opinião pessoal*<sup>513</sup>.

Após a edição do AI5, no final de 1968, o jornalista deixou o jornal, passou pela experiência da primeira prisão e abandonou o tema por algum tempo. Em 1969, como vimos, passou a colaborar n' *O Pasquim*. Da mesma maneira como o *Correio da Manhã*, *O Pasquim* pode ser considerado de resistência ao regime político imposto naquele momento, embora com projeto editorial distinto, além de formal e estilisticamente diferente do primeiro. Ali, Paulo Francis deixou o estilo que adotava no *Última Hora*, e mesmo no *Correio da Manhã*, de combate às “forças reacionárias” que, antes do golpe, se colocaram contra Jango e, após o 31 de março, sustentaram a ditadura no país. Relembramos aqui que o próprio Francis, n' *O Pasquim*, reconhecia a sua mudança e a informava aos seus leitores, mas não mencionando a política nacional, referindo-se sempre à política externa:

Outros leitores me comparam muito desfavoravelmente ao Paulo Francis que escrevia sobre política na *Última Hora*. Deus, também conhecido por Ivan Lessa na sua nova jornada na terra, já me chama até pelo meu nome verdadeiro, Franz Heilborn [...], querendo com isso [...] distinguir entre um e outro, na passagem do tempo [...]. Crianças, o Paulo Francis de *Última Hora* foi em outro país e a moça morreu. Naquele tempo, eu ripava os EUA sem contra-argumentos. [...]. Sou forçado a reconhecer que as imperfeitas instituições democráticas dos EUA, apesar dos Mitchells e Agnews, resistiram ao teste da contestação política maciça, fato impensável nos meus tempos de *Última Hora*, o fato da resistência e o da contestação<sup>514</sup>.

<sup>513</sup> Originalmente publicado na *Revista Civilização Brasileira*, em 1965.

<sup>514</sup> FRANCIS, Paulo. Opiniões Pessoais. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 98, 20 a 26/5/1971.

N’*O Pasquim*, o jornalista viu-se obrigado a adotar um discurso desfocado da política nacional, tratando essencialmente da política externa e escrevendo críticas culturais, especialmente referentes a cinema e literatura. É evidente que há um cuidado com a repressão e com a censura, mas também é um indício de conformidade com a nova postura assumida, deixando subentendido que teria “morrido um lado seu” e que, então, amadurecera. Essa tendência mais “amena” também se apresentava em textos seus publicados em outros periódicos de imprensa, na primeira metade da década de 1970, como aqueles integrantes do semanário *Opinião* ou do vespertino *Tribuna da Imprensa*, também reconhecidos como jornais de oposição ao regime político brasileiro de então.

Foi somente na *Folha de São Paulo* que, novamente, Francis escreveria sobre o golpe como tema a ser “examinado”. As primeiras vezes, no intervalo de poucos dias, ao final do ano de 1976, em dezembro, e, depois, no início de 1977, quando datava já cerca de cinco anos e meio de exílio voluntário, em território dos EUA, e um ano do início da chamada abertura “lenta, gradual e segura”, como dizia o ditador General Ernesto Geisel. Naquele momento, comentou algo com referência a novos documentos e testemunhos surgidos a respeito do golpe de 1964, oriundos de fontes estadunidenses. Porém, adotava atitude jornalística de distanciamento, apenas focando os agentes externos ao tratar do assunto.

A respeito de interferências externas para a concretização do golpe, no citado artigo de dezembro de 1976, o autor dava margem ao assunto em uma página inteira para a *FSP*. O conteúdo, que se resumia estritamente a estes “interesses externos” pelo golpe de 1964 no Brasil, era ainda bastante retraído e cuidadoso na linguagem. O título de sua coluna dizia: “Estados Unidos estavam prontos para intervir no Brasil em 1964”. A fonte de então era creditada “a uma alta personagem no Conselho de Segurança Nacional nos governos John Kennedy e Lyndon Johnson”, cujo nome não podia revelar, dizia Francis<sup>515</sup>. Dias depois, timidamente, ainda reproduzia notícia do *Wall Street Journal* sobre o “estado de liberdade” no mundo de então, referindo-se ao Brasil como um país “parcialmente livre”<sup>516</sup>. E, naquela altura, foi só. É necessário lembrar, naquele contexto de 1977, do “Caso Diaféria” e do afastamento de Claudio Abramo, o que certamente intimidava e bloqueava a intenção de expressão mais aberta sobre certos temas, principalmente aqueles que envolviam as razões do golpe de 1964 e seus desdobramentos.

---

<sup>515</sup> FRANCIS, Paulo. Estados Unidos estavam prontos para intervir no Brasil em 1964. *Folha de São Paulo*, Nacional, 31/12/1976.

<sup>516</sup> FRANCIS, Paulo. Um mundo doente; quase em coma. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 19/01/1977.

Portanto, não temos uma descrição pormenorizada das impressões de Francis sobre o golpe naquele interregno. Parece que o fim da censura prévia e o processo de anistia, respectivamente, entre fins de 1978 e durante o ano de 1979, deram a oportunidade para o jornalista, de forma mais aprofundada, voltar a falar sobre o assunto com maior liberdade. Em 17 de dezembro de 1978, por exemplo, recomendava a leitura do título *Hidden Terrors*, escrito por A. J. Langguth. Segundo Francis:

É o primeiro livro decente escrito por um americano sobre tortura e repressão no Brasil e cumplicidade ou conivência dos governos dos EUA na derrubada de João Goulart, em 1964, e o papel (complexo) de Washington em face do terror. [...] [O livro] será particularmente útil ao judiciário brasileiro que, agora, com a decisão do caso Vladimir Herzog, parece despertar de sua auto-anestesia pós-AI5<sup>517</sup>.

É bom recordar, como vimos no capítulo anterior, que já em 1979 o jornalista tocava no nome do General Figueiredo, aconselhando medidas de governo. De acordo com o que também analisamos anteriormente, frente aos grupos de oposição à ditadura, criticava principalmente as guerrilhas empreendidas pela esquerda armada contra o regime, e dizia que até aquele momento não havia se recuperado do trauma de 1964. Pode-se ver essas posições, por exemplo, em suas colunas de 10/08/1979 e 24/11/1979, no caderno *Ilustrada*, da *Folha de São Paulo*, respectivamente, “O Brasil visto daqui” e “Briga em família”. Até então, percebem-se avaliações parciais e comentários fragmentados. Não havia relatos mais completos e críticos sobre o golpe e acerca do regime ditatorial de maneira mais ampla, pesando prós e contras.

Em abril de 1980, passados alguns dias do 16º aniversário do golpe, o jornalista opinava sobre a suposta mediocridade de Golbery do Couto e Silva, perguntando “onde estaria ele sem o Exército por trás em 1964 e nas outras ocasiões em que foi ao poder?”, fazendo alusão também ao IPES e IBAD<sup>518</sup>. Da mesma maneira, lembrava do IBAD e do IPES em dezembro de 1982, novamente recordando a época em que havia conspiradores civis, representados por organizações do empresariado e certos intelectuais, contra o governo Jango.

No princípio da década de 1980 começava a rememorar fatos e analisar pormenores relacionados ao golpe e à ditadura. É diante disso que se torna inevitável levantar o tema

---

<sup>517</sup> FRANCIS, Paulo. *Terroros secretos no Brasil*. *Folha de São Paulo*, Folhetim, 17/12/1978.

<sup>518</sup> “[...] Onde estaria ele [Golbery] sem o Exército por trás em 1964 e nas outras ocasiões em que foi ao poder? Estaria de pijama em Copacabana, ou no Ipes, um dos vários Ibads que conspiraram contra a semidemocracia que tínhamos antes de 1964, para ser trocada pela maravilha curativa que foi imposta ao Brasil. É pobre”. FRANCIS, Paulo. *Bobos: jornalistas*. *Folha de São Paulo*, *Ilustrada*, 5/4/1980.

referente à crueldade e perseguição. Francis, em 1984, chegou a escrever que “a grossura entre 1968 e 1975 foi intolerável”<sup>519</sup>. Também lamentava o infortúnio de vários amigos seus. Chegou a citar, na ocasião do falecimento do cineasta Glauber Rocha, em 1981, os malefícios causados pelo regime, que reprimia a liberdade jornalística e perseguia seus amigos íntimos, como o próprio Glauber Rocha: “[...] a hora é realmente de chorar, pela brutalidade de nossa vida pública, que apressou a morte de Glauber, mantendo-o fora do único lugar em que se sentia bem, o Brasil”<sup>520</sup>. Ao mesmo tempo, dizia “não [ser] tanto a violência [que] o preocupava, ainda que devesse preocupar mais, talvez [...]”. O problema maior estaria na falta de “oposição real, orgânica, visceral, ao modelo, nas classes intermediárias da sociedade brasileira. O que há é uma reação de ressentimento a que o modelo não mais produza como nos tempos do ‘milagre’”<sup>521</sup>. Em 1980, porém, havia confessado ainda que ele próprio fora ameaçado de tortura:

Haviam raptado o embaixador americano, Burke Elbrick, eu nem sabia da presença do bicho, pois passara dois meses na Europa, “free lance”, da Abril, e Elbrick chegou na minha ausência. Mas fui preso e mantido incomunicável nove dias, por ordem de um general e um coronel que me odeiam pessoalmente. Fui ameaçado de tortura<sup>522</sup>.

Na mesma direção, referindo-se a uma de suas prisões, relatava as dificuldades que encontrou na ocasião. Percebe-se que, em diferentes momentos do relato narrado acerca do período de sua detenção, ele mesmo identifica as agruras vivenciadas. Comparando a experiência do tempo em que esteve preso com a de um caso de reféns estadunidenses que teriam sofrido maus tratos em cárcere estrangeiro, avalia o seguinte:

Quando os reféns americanos começaram a falar de maus-tratos fui ver o que comiam. Bem, era melhor do que eu comi na minha primeira cana no AI-5, em 1968. A melhor refeição do dia era meia bisnaga, dormida dois dias, com manteiga Aviação... Almoço e jantar eram: uma colher (de sopa) de feijão gelado, uma colher de arroz malcheiroso e embolado, uma colher de nervo de carne, uma colher de farinha, e algo que presumo fosse uma colher de legumes. Perdi 7 quilos em 22 dias (em algumas visitas recebíamos comida. Às vezes alguns oficiais confiscavam a comida). Nunca discuti em detalhe minhas canas, como terão talvez notado os leitores de minhas memórias “O afeto que se encerra”. Considero o assunto sem maior importância. Nunca fui espancado ou torturado fisicamente. Um dia, nessa primeira, jogaram na nossa cela uma bomba de gás. Até que descobrimos que era gás lacrimogêneo entramos

---

<sup>519</sup> FRANCIS, Paulo. Nosso 1984 foi em 1964. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 5 de janeiro de 1984.

<sup>520</sup> Paulo Francis. Um raro brasileiro de gênio. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 28 de agosto de 1981.

<sup>521</sup> Paulo Francis. Nosso 1984 foi em 1964. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 5 de janeiro de 1984.

<sup>522</sup> Paulo Francis. Guerreiros e fuleiros. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 19/10/1980.

em pânico. Acho que até gritei “socorro, socorro”, imaginando que fosse Zikin B, ou coisa semelhante<sup>523</sup>.

Francis diz que a segunda prisão teria sido a sua “pior cana”, somando “nove dias incomunicáveis”. Contudo, nas outras detenções também houveram momentos de sustos. No Codi, conta que o então capitão Paulo Malhães teria lhe perguntado o seu nome. O seguinte diálogo teria transcorrido, com o jornalista respondendo à pergunta: “Franz Heilborn. Ele disse: ‘Ah, ingrêsh’ [sic]. Isso já me confortou. A superioridade física do carcereiro é um tanto mitigada pela estupidez de quem acha meu nome inglês”. Sugere também que, ao lado de Malhães, o conhecido coronel Fontenelle fitava Francis “imaginando-o num pau-de-arara”. Próximo dali, segundo lembrava “um gigantesco PE (polícia do Exército) mexia os fios do choque”. Após esses dias, conta que foi solto imediatamente depois do agendado interrogatório. Revela ainda: “não é nada minha experiência de preso político, por isso a omiti das memórias”<sup>524</sup>.

O jornalista compara-se com Rubens Paiva e Glauber Rocha, tentando explicar que compreende a disparidade de sua experiência com a de companheiros e colegas que sofreram muito mais. No entanto, reconhece o ambiente hostil e a violência que o rodeava. No segundo capítulo desta tese, vimos a forma como Francis foi fichado no IPM instaurado dentro das competências policiais militares. Ao constatarmos que a hostilidade permeava enfaticamente também o conteúdo dos documentos escritos, condenando o jornalista sob o argumento de sua “atuação subversiva” no interior da imprensa, podemos imaginar o ambiente desfavorável enfrentado durante o seu cárcere. É um ponto de vista que se perderá pouco mais de uma década adiante, em *Trinta anos esta noite*, nas análises do jornalista, quando o mesmo preferirá lembrar das liberdades que também existiriam no início do período militar, e menos da repressão.

Portanto, na década de 1980, discorrerá mais detalhadamente sobre as suas impressões da ditadura e sua experiência em face da repressão. De acordo com o exposto anteriormente, ainda recordava o papel dos empresários na derrubada de Jango. Porém, pouco fará referência à ação empresarial em seu livro de memórias *Trinta anos esta noite*. As memórias apresentam uma visão do golpe com participação eminentemente militar, à exceção do desempenho de um civil em particular, no papel de agitador dentro da imprensa, Carlos Lacerda. Porém, substancialmente, a avaliação de Francis apresenta-se esvaziada da relevância de quaisquer grupos coletivos, como a do complexo IPES/IBAD,

---

<sup>523</sup> Paulo Francis. Memórias da cana. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 29/01/1981.

<sup>524</sup> *Idem*.

em que a história, para ele, é determinada pela vontade de poucos indivíduos. René Dreifuss foi quem conseguiu, como ninguém, argumentar a relevância dessas organizações empresariais para o desgaste de Goulart e à articulação golpista<sup>525</sup>. Tais organizações seriam financiadas pelos EUA, seguindo orientação dos relatórios da embaixada norte-americana no Brasil, a qual classificava Goulart como uma personalidade perigosa aos interesses estadunidenses no país.

No livro de 1994, *Trinta anos esta noite*, o jornalista já tinha consolidado, por meio de outras publicações e pela própria imprensa, as posições que o aproximava das diretrizes incentivadas pelo Consenso de Washington e da agenda ultraliberal hegemônica na década de 1990. Por isso, é produtivo comparar, mesmo que sumariamente, o discurso disperso neste livro com o do mesmo autor no contexto imediatamente anterior a 1964 – antes da guinada ao ultraliberalismo. A ausência, no livro de 1994, da referência ao complexo IPES/IBAD, nesse sentido, é sintomática.

É importante reafirmar que o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), criados, respectivamente, em 1959 e 1961, foram organizações constituídas por empresários e intelectuais, de caráter anticomunista, que atuaram sobretudo contra o Governo João Goulart. Nos dias que precederam o golpe Civil-Militar, Francis atacava verbalmente o que chamava de “imprensa ibadiana”, a UDN e, principalmente, Carlos Lacerda, adjetivando-o a todo o momento de “fascista”<sup>526</sup>.

Como já descrevemos, as referências ao IBAD e ao imperialismo estadunidense eram muito presentes em suas notas políticas para o *Última Hora*, entre 1962 e 1964. As suas memórias de 1994 não apenas silenciam sobre a atuação do IBAD, tema sempre presente em suas colunas da época, como também isentam categoricamente os EUA de responsabilidade sobre o golpe. Constatamos em nossa pesquisa, evidenciada no excerto citado páginas antes, que ainda se ocupava de escrever sobre o vínculo entre empresários, EUA e a ditadura no princípio dos anos 1980, na *Folha de São Paulo*.

Porém, Francis também silencia sobre tal questão em 1994, época de eleição de FHC e da expectativa de implantação da agenda ultraliberal no país, mesmo depois de ter tanto denunciado incessantemente o IBAD entre 1962 e 1964, além de ter retomado tais críticas ainda na década de 1980. Não se trata, certamente, de um caso de amnésia. Com isso, em termos objetivos sobre a interpretação a respeito do golpe, Paulo Francis superestima o protagonismo de determinados agentes para a ocorrência dos fatos que

---

<sup>525</sup> DREIFUSS, René. *Op.cit.*

<sup>526</sup> Consultar o primeiro capítulo desta tese.

suscitaram 1964, dando peso demasiado aos próprios militares, desconsiderando a importância das organizações coletivas (tanto as de defesa do governo João Goulart, como as de oposição) e, também, descrevendo elogiosamente as personalidades de Castello Branco e Golbery do Couto e Silva, chegando a pressentir vocação “democrata” dos mesmos em certos momentos.

Em seu texto de 1994 não há uma avaliação substancial do “pré-golpe”, das razões que levaram a ele. Há apenas uma digressão ao período getulista, como um preâmbulo de uma época nacionalista que teria esgotado sua vitalidade política. Os detalhes dessa reflexão sugerem mais uma tentativa de mostrar o atraso econômico, frente a uma necessidade liberal sempre apontada por Francis, do que um esforço para enumerar elementos que precipitariam o golpe. Essa lacuna é espantosa, de certa forma, levando em conta os vários escritos anteriores do jornalista, em que ponderava alguns elementos substanciais acerca do contexto de então.

Para Paulo Francis, em *Opinião pessoal* (1966), por exemplo, o regime que se instalara em 1964, cuja deflagração é adjetivada claramente como “golpe”, seria fruto, além da fraqueza de Jango, da manipulação sobre a pequena e média burguesia, feita pela imprensa e por organizações como o IBAD, tendo como ferramenta fundamental o anticomunismo<sup>527</sup>. Naquele momento, também relacionava a ditadura com o imperialismo estadunidense. Referindo-se aos prejuízos de 1964, Francis dizia que as massas populares é que estavam pagando o preço “pela submissão crescente do Governo Castello Branco às diretrizes dos EUA<sup>528</sup>. Por outro lado, em *Trinta anos esta noite*, esse quadro interpretativo se distingue significativamente, sem contar o fato de relativizar a noção de golpe de Estado<sup>529</sup>.

No livro de 1994, sua opinião referente à inexpressividade da participação popular diante das decisões políticas torna-se evidente. Um subcapítulo é inteiramente dedicado a tal cogitação, rotulando a questão desta maneira: “Existe povo, politicamente?”<sup>530</sup>. Em certa altura responde sobre a politização de movimentos populares em momentos políticos relevantes historicamente: “A participação popular nesses acontecimentos é nenhuma, que

---

<sup>527</sup> FRANCIS, Paulo. *Opinião Pessoal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 15-34.

<sup>528</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>529</sup> Ainda no princípio da narrativa, intitula um dos capítulos como “Cronologia de um golpe (ou Revolução?)” e, na sequência, questiona: “E quem deu o golpe, se golpe foi?”. FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite*. São Paulo: Francis, 2004, p. 25 e 33.

<sup>530</sup> FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Francis, 2004, p. 223 (1ª edição de 1994).

eu possa perceber. Há, às vezes, passeatas, como em 1968, mas, se se olha bem, são os habituais suspeitos que fazem barulho. O resto é gente curiosa”<sup>531</sup>.

Suas fontes são quase sempre de “informantes”, como ele mesmo diz, aos quais dá maior ou menor credibilidade, conforme seu próprio juízo. Nesse sentido, as fontes de então não são distintas daquelas de outrora, como acima citamos na reportagem que fez à *FSP*, em dezembro de 1976, quando se baseava fundamentalmente em um “informante” (não identificado). Entretanto, a sua interpretação na década de 1990, em *Trinta anos esta noite*, já não era a mesma daquela de 1976. No livro, Paulo Francis relativiza o interesse dos EUA pelo cenário brasileiro de 1964, chegando a dizer que desacreditava numa participação direta ou indireta daquele país: “Muita gente boa está convencida de que o governo dos EUA participou, direta ou indiretamente, do 1964. Há documentos que sugerem isso e aquilo. Não é o que acredito”<sup>532</sup>.

O jornalista argumenta que nada se mantém em segredo nos EUA. O fracasso em intervir em Cuba e matar Fidel, por exemplo, após ter se consumado a Revolução Cubana, seria uma, entre outras provas, de como a CIA agiria de forma inconsequente e incompetente nas intervenções em outros países. Relacionando essa perspectiva com outras intervenções mal sucedidas e o caso brasileiro, acrescenta:

Notem que, para intervir às escâncaras no Vietnã, Lyndon Johnson teve de pretender um ataque dos vietnamitas contra a Marinha dos EUA, no golfo de Tonkin. A resolução de intervir passou por dois votos no Senado americano... O que teriam de inventar sobre Jango para justificar uma intervenção no Brasil? Que ele fez pipi na Estátua da Liberdade? Quem fala disso com muita segurança não sabe como funcionam os EUA, onde moro há 23 anos. Sem dúvida, Johnson apoiou a remoção de Jango, reconhecendo apressadamente o governo provisório de Mazzili, no dia da posse, louvando-o por preservar a democracia... É certo que o embaixador Lincoln Gordon deve ter dado sinal verde a conspiradores como Castello [...] e, como disse, temia “perder” o país para alguma forma cabocla de comunismo. Há mil maneiras de acenar sem ser diretamente<sup>533</sup>.

Para o jornalista, a intervenção não teria sido direta nem indireta, sugerindo que tenha sido “um aceno”, uma concordância de que a derrubada de Jango e a ascensão dos golpistas iam ao encontro dos interesses estadunidenses. Ademais, fala com um tom de autoridade no caso, de quem está há mais de vinte anos morando nos EUA, mas, na realidade, seu ponto de vista resume-se a um palpite, destituído de qualquer fonte

---

<sup>531</sup> *Ibidem*, p. 225.

<sup>532</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>533</sup> *Ibidem*, p. 137.

confiável. Os mesmos “informantes” (dos quais boa parte não cita o nome) que lhe dão dados sobre a não cumplicidade dos EUA com o golpe, têm o mesmo peso daqueles da década de 1970 que lhe disseram justamente o oposto, conforme a coluna citada na *FSP*; ou seja, pouco se pode concluir sobre o assunto nestes termos. Os dados desses “informantes”, ou depoentes, para terem maior relevância, mesmo que citados seus nomes, deveriam ser tratados com maior suspeição e, preferencialmente, postos em contraste com outras informações que se tem a respeito do que está sendo investigado, ou do que se quer lançar luz para um melhor entendimento dos fatos.

Chamam a atenção também os momentos dedicados à apreciação do governo Castello Branco. Os elogios a Castello mostram-se no entendimento de que o General teria tendências democráticas, mas também na sua inclinação pela suposta competência em montar seu ministério e gerir a economia. Segundo Francis, antes do golpe, haveria uma tendência de reformas liberais-econômicas, das quais a inspiração civil seria liderada por Carlos Lacerda, e que se consolidaria num futuro de ideias condizentes com as realidades da economia de mercado dos EUA. Sendo assim:

O primeiro governo de 1964, de Castello Branco, foi mais ou menos tirado dessas fontes. Roberto Campos e Gouveia de Bulhões conseguiram baixar a inflação de 80% para 40% ao ano. Criaram o BNH para valorizar e coordenar a aplicação de dinheiro em bens imobiliários. Dinamizaram o BNDE, para cofinanciar a indústria privada. Desvalorizaram o cruzeiro para torná-lo moeda real (desde Getúlio Vargas, no período de Presidência de 1950, os nacionalistas, pela Instrução 60, fixaram artificialmente o valor do dólar e criaram barreiras fortes à importação). Chamaram de todas as formas o capital estrangeiro. O capital não veio, diga-se, apesar de o governo dos EUA ter emprestado 4 bilhões de dólares ao Brasil para essas reformas internas. Eu não entendia do assunto quando isso foi feito. Graças aos céus não tinha onde escrever, pois dispararia besteiras mil. Hoje, aprovo completamente essas reformas e gostaria que houvesse mais, apesar da origem do regime ser a força<sup>534</sup>.

É notável a identificação com uma vertente liberal que teria se manifestado no governo Castello. Acima, percebe-se que não deixa de realizar uma autocrítica à sua fase anterior, como ele mesmo compreende, de ideólogo de esquerda, argumentando que naquele momento não entendia de economia, mas que, por sorte, “não tinha onde escrever”. Evidentemente, o jornalista esqueceu (ou quer fazer seu leitor acreditar que esqueceu) que escreveu muito sobre a política econômica do regime para o *Correio da*

---

<sup>534</sup> *Ibidem*, p. 112.

*Manhã*, especialmente entre 1966 e 1968, criticando enormemente a fase castellista da ditadura.

Como expusemos no segundo capítulo desta tese, em certo momento, Francis começou a elogiar a ala mais nacionalista dos militares, personificada na figura mais progressista do Gal Albuquerque e Lima, mas que também ia na direção de figuras como Costa e Silva, a partir de 1967, justamente por existir no interior desse grupo restrições ao projeto econômico alavancado nos tempos de Castello Branco. Por outro lado, nota-se, ainda no excerto acima, nas palavras do jornalista, que a preferência pela liberalização econômica quase isenta Castello por ter optado posteriormente pela ditadura. Dá a entender que o liberalismo castellista era incompatível com a mesma, mas em razão das circunstâncias ele não tivera outra escolha:

Castello aceitou estender seu mandato. Era o início da ditadura plena [...]. Os militares anti-Castello, antiliberalização da economia, se aproveitaram disso para exigir mais repressão, tentaram convencer o vailvando do governo num Estado policial [...]. Castello ganhou até 1967 para fazer suas reformas, um toma-lá-dá-cá moralmente deplorável, talvez, mas que alternativa havia?<sup>535</sup>

Embora atomize as decisões e as ações fundamentais do golpe e do próprio caráter inicial da ditadura, Francis apela certas vezes à análise do processo para isentar a omissão do General golpista diante do encaminhamento pelo regime ditatorial. O jornalista entende que Castello Branco se vira impotente diante do processo e, dessa forma, a ditadura teria sido quase uma fatalidade. Agregado a isso, relaciona esse ponto de vista com o suposto caráter menos cruel da ditadura brasileira, a qual não deveria comparar-se com regimes congêneres na região do Conesul:

As violências foram e são imperdoáveis. Fui amigo de Vlado e Rubens Paiva [...]. E as centenas de anônimos e anônimas, estas últimas não raro seviciadas sexualmente, que pereceram nos quartéis. Ainda assim são centenas, talvez mil e poucos. Não são os milhares e milhares de vítimas das ditaduras de Pinochet, Stroessner e dos generais argentinos, cujo tônus se assemelhava ao da Gestapo nazista. Castello, por certo, não queria ser ditador nem estabelecer ditadura. É importante repetir que se autocassou, por assim dizer. Isto é, negou-se a tentar sequer sua reeleição e só ficou no poder até 1967. Foi levado ao que fez por circunstâncias<sup>536</sup>.

---

<sup>535</sup> *Idem.*

<sup>536</sup> *Ibidem*, p. 116.

Em seu livro, Francis entende que os militares regentes do golpe, especialmente Golbery e Castello, não desejavam um regime ditatorial. As ações seguintes é que teriam se precipitado contra a abertura, e o que provaria isso seria a suposta reticência entre os militares em manter um único líder no comando do país, insistindo na alternância do poder. Enfaticamente, Francis confirma essa ideia no programa *Roda Viva*, da TVE, em 1994, onde foi por ocasião da publicação de *Trinta anos esta noite*:

Absolutamente, eu acho que nunca eles quiseram fazer ditadura. Tanto que eles estabeleceram um rodízio. Onde é que já se viu ditador em rodízio, só no Brasil. Fazer ditadura é com o Pinochet, que fica 200 anos. Ditador é um só: Stroessner, Fidel Castro. Justamente para evitar a perpetuação do Estado. Agora, qual é o movimento apropriado para abrir? Essa é que era a questão. Aí, cada um tem a sua agenda particular. O Geisel devia ter, a meu ver, também. É pura especulação. O Elio Gaspari está escrevendo um livro sobre isso. E ele deve saber muito mais, porque ele tem documento, ele tem arquivos do Golbery, ele tem uma coisa que os acadêmicos adoram, no fundo é uma versão do Golbery do que está acontecendo<sup>537</sup>.

No final desse trecho de sua fala, Francis demonstra estar a par do trabalho que estava sendo realizado por Elio Gaspari, ainda não publicado na época. Adiante comentaremos esse detalhe. Acima, o jornalista especula que a opção pela ditadura poderia ter sido pela indefinição de como promover a abertura, sugerindo que essa hesitação teria se sobreposto à predileção pela democracia. Em consequência disso, as motivações para os anos iniciais de época ditatorial teriam sido, em suma, quase constrangedoras para o regime, que não se assumia como ditadura. Em retrospectiva, até chegar aos EUA em 1971, Paulo Francis qualificava a ditadura como “envergonhada”, epíteto idêntico ao utilizado por Elio Gaspari, oito anos mais tarde:

Vim para os EUA. Cheguei em 10 de junho de 1971 [...]. Vindo do Brasil me senti cachorro a quem abriram o canil e largaram solto num campo livre, ilimitado até onde os olhos enxergavam. Mas quero fazer justiça aos militares brasileiros. Em retrospecto me parece que sua ditadura era envergonhada, sempre professamente transitória, seguindo um ritual de eleição de um general atrás do outro, eleito nos quartéis e no Alto Comando, e, depois, sufragado no Congresso civil de fancaria<sup>538</sup>.

Qualificar a ditadura de “envergonhada”, segundo Paulo Francis, seria não ignorar a hesitação constante dos agentes militares em se reconhecerem como ditadores, como se o

<sup>537</sup> Programa exibido em 31/10/1994. A íntegra da entrevista pode ser encontrada em: <[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/35/entrevistados/paulo\\_francis\\_1994.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/35/entrevistados/paulo_francis_1994.htm)>. Acessada em 20/07/2010.

<sup>538</sup> FRANCIS, Paulo. *Trinta anos esta noite*. op.cit, p. 115.

embaraço diante das características autoritárias do regime, de alguma forma, tornasse aquela situação peculiar. Tal argumento vai ao encontro da ideia de uma ditadura mais amena, que partilhava características comuns com os “interesses democráticos”, como o próprio desejo de ser uma democracia, negando-se no discurso constituir-se enquanto ditadura.

Dessa forma, essa perspectiva guarda o raciocínio de que, ao ocorrerem sucessões presidenciais e, proporcionalmente, haver menos repressão, em comparação às ditaduras congêneres do Conesul, se comprovaria a peculiaridade da ditadura brasileira, supostamente *permeada de boas intenções*, mas com *peso na consciência* frente às atrocidades (necessárias?) que era “obrigada” a cometer. Cabe dizer também que a alcunha de “envergonhada” não era novidade nas explicações de Francis sobre o regime inaugurado em 1964. Em novembro de 1989, em um de seus Diários da Corte, já havia utilizado o termo com conotação semelhante: “A nossa ditadura matou muita gente, mas foi sempre envergonhada, e nunca dominou toda a sociedade, como o stalinismo polonês”<sup>539</sup>.

#### 4.4.2 Paulo Francis e Elio Gaspari: ideias em comum e sociabilidade

À semelhança de Francis, Elio Gaspari qualifica a ditadura como “envergonhada”, mas a vergonha teria se limitado ao Governo Castello, pois em 1968, com a implementação do AI-5, para Gaspari, a ditadura teria tornado-se “escancarada”<sup>540</sup>. Para Paulo Francis, no entanto, a própria sucessão de militares lhe parecia uma ditadura envergonhada. De qualquer forma, há semelhança no modo de racionalizar a natureza do regime entre os autores, e a sociabilidade entre ambos nos indica que Gaspari provavelmente tomou-lhe o termo de empréstimo. Elio Gaspari, similarmente a Paulo Francis, também constrói uma visão positiva de Castello, elogiando-o como poliglota e portador de “letra elegante”, além de ressaltar seguidamente que a ditadura, sob sua responsabilidade, se pretendia “temporária”<sup>541</sup>. Além desses, há outros elementos que chamam atenção na convergência de pontos de vista.

---

<sup>539</sup> FRANCIS, Paulo. A grande tonteria. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 23/11/1989.

<sup>540</sup> A série “ilusões armadas” divide-se em dois volumes, do qual o primeiro, *A ditadura envergonhada*, percorre os acontecimentos dos anos desde a instauração do golpe, em 1964, até o imediato pós-1968, com a decretação do AI-5. No segundo volume, *A ditadura escancarada*, são percorridos os anos entre 1969-1974, finalizando a narrativa dos últimos tempos de guerrilha. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>541</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*, *op.cit.*, p. 129-232.

Pode-se dizer que a semelhança mais significativa entre Francis e Gaspari diz respeito ao fato de darem grande relevância à ação das “eminências pardas”, dos generais e à política feita dentro dos gabinetes. Esta tem sido, a propósito, uma crítica recorrente feita por historiadores aos livros de Gaspari<sup>542</sup>. Para o autor de *A ditadura envergonhada*, os personagens centrais atuantes na trama que teria arquitetado o golpe, e na maneira como se implantou e declinou o regime ditatorial, estariam personificados essencialmente nas figuras de Golbery do Couto e Silva e de Ernesto Geisel. Além disso, Gaspari minimiza a participação das classes empresariais e dos EUA no golpe, do mesmo modo que faz Francis.

Elio Gaspari acredita, da mesma forma que Paulo Francis, na ação providencial de protagonistas excepcionais, em uma história caracterizada pelas “elites políticas”, determinada pela vontade de poucos indivíduos. O autor também se utiliza de “informantes” para reforçar seus argumentos ou citar uma ou outra curiosidade (apesar de, ao contrário de Francis, apoiar-se fundamentalmente em um grande número de documentos). Ao longo de sua narrativa, desaparece a trama social, em que os comportamentos singulares e individuais estão relacionados com o tecido da sociedade. O golpe e a ditadura seriam também consequências de um sucesso eminentemente militar, além de um produto relacionado ao “desvio moral” decorrente do acaso ou da “inabilidade política” de um agente histórico atomizado, que é, particularmente, o juízo que Gaspari faz do ex-presidente João Goulart<sup>543</sup>. Por essa razão é que transparece o enfoque interpretativo nos títulos dos primeiros volumes: a ditadura que seria em caráter provisório (envergonhada) e a ditadura que, de fato e definitivamente, assumiu-se como tal (escancarada).

Na entrevista ao programa *Roda Viva*, citada anteriormente, Paulo Francis deixa claro que está a par do trabalho que Elio Gaspari estava desenvolvendo, e que resultaria nos livros em questão. De fato, Francis e Gaspari, além de compartilharem ideias semelhantes, eram amigos. Encontravam-se em Nova Iorque, no intervalo do trabalho, dividindo momentos de sociabilidade em passeios e almoços, como o próprio Paulo Francis recorda:

---

<sup>542</sup> SILVA, Marcos. Jornalismo retrospectivo e quase história. In: *Revista AduSP*, maio de 2005, p. 80-84; MAESTRI, Mário; JAKOBSKIND, Mário Augusto. A historiografia envergonhada. In: *História & Luta de Classes*, Abril de 2005, p. 125-131; FICO, Carlos. *Além do golpe*, op.cit.

<sup>543</sup> Tal juízo é justificado ainda por uma nota de rodapé em que cita uma frase crítica de Celso Furtado em relação a João Goulart. Furtado havia sido Ministro do Planejamento de Jango: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*, op.cit., p. 46.

O Elio e eu nos divertimos muito quando ele morava em Nova York (como correspondente da revista *Veja*). Nós almoçávamos aqui (no Bravo Gianni), daí dávamos uma volta de 40 quarteirões para afinar a barriga e ver os loucos. Os loucos são a maior atração de Nova York. Saem gritando por aí. Tem louco que entrou na era da eletrônica e grita de microfone [...]. Saíamos daqui para ir à Quinta Avenida, na altura do Central Park. Aí, íamos andando pela Quinta até a confluência com a 57, que é a maior esquina do mundo. Ali você vê as mulheres mais bonitas do planeta. O Elio tem até uma piada ótima. Diz que as mulheres quando ficam velhas passam lá para lembrar de quando eram gostosas e bonitas. Porque veem as outras, é claro<sup>544</sup>.

A grande imprensa preparou ampla badalação em torno dos livros de Elio Gaspari. O jornal em que ainda trabalha, a *Folha de São Paulo*, deu larga divulgação aos seus livros, chegando a ser designado em uma matéria de Mário Magalhães como “o biógrafo da ditadura”<sup>545</sup>. A própria *Folha de São Paulo* tem deixado transparecer uma determinada visão do “caráter da ditadura brasileira” que se instaurou em 1964. O conhecido editorial da *FSP* que deixou *escorregar* o termo “ditabranda”, tem paralelo com as alusões apresentadas por Francis em *Trinta anos esta noite*, que qualifica a ditadura brasileira como menos cruel comparada às suas congêneres na Argentina e no Chile<sup>546</sup>.

Retomando a relação entre Francis, Gaspari e a grande imprensa, na entrevista supracitada, concedida ao *Roda Viva*, Francis alegou que Gaspari “saberia mais detalhes”, por estar fazendo um trabalho elaborado com fontes documentais: “[Gaspari] tem documento, ele tem arquivos do Golbery, ele tem uma coisa que os acadêmicos adoram”. O jornalista, embora aqui dissesse que Gaspari atendesse uma necessidade acadêmica, como citar documentos de Golbery, também, em outros tempos, fazia a crítica inversa, condenando a academia. Ou seja, os acadêmicos, segundo Francis, não recorreriam às testemunhas da época, recurso que seria muito utilizado por ele, embora sem um rigor teórico e metodológico, por exemplo, como é caro às exigências formais, hoje, entre os historiadores, na chamada “história oral”<sup>547</sup>. De qualquer modo, seus comentários evidenciam uma despreocupação autoral em documentar a base de seus argumentos, ao

---

<sup>544</sup> Paulo Francis por ele mesmo (Entrevista). *Revista Cult*, 14/03/2010.

<sup>545</sup> *Folha de São Paulo*, 23 de novembro de 2002.

<sup>546</sup> *Folha de São Paulo*, 17 de fevereiro de 2009.

<sup>547</sup> Ao se referir que a esquerda pensava que o golpe tinha a intenção de colocar Lacerda no poder, Paulo Francis confirma que Golbery se reuniu com Ênio Silveira, Álvaro Vieira Pinto, e outros líderes de esquerda, pedindo-lhes apoio condicional. Golbery teria revelado que Lacerda e outros líderes que “enganavam o povo” seriam afastados do poder: “O general Golbery está aí. Ênio Silveira está aí. Seria útil que nossos acadêmicos de vez em quando conversassem com quem participou e ajudou a fazer a história, em vez de só lerem o que é publicado”. FRANCIS, Paulo. Jango e justiça. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 12/4/1984.

mesmo tempo em que divulga o trabalho não terminado de seu colega, em tese, virtuosamente com tendência oposta.

De maneira geral, apesar de alguns pormenores distintos, vemos que há uma evidente relação entre as interpretações de Paulo Francis e de Elio Gaspari sobre o golpe e o caráter da ditadura, não apenas referente às suas ideias, mas presumível também pela própria sociabilidade entre os dois. Apesar de se dizerem jornalistas independentes, é necessário lembrar o lugar de onde ambos escrevem – ou escrevia, no caso de Francis – levando em consideração as empresas jornalísticas às quais se vinculam. Afinal, o trabalho dos dois se insere na área do jornalismo político e, neste campo, os intelectuais sempre marcam as suas posições. Suas relações com a grande imprensa, como a *Folha de São Paulo*, *O Globo*, e mesmo a revista *Veja*, não devem ser escamoteadas.

Em tese, os livros guardam maior independência frente aos artigos escritos nos jornais, os quais estão sempre sob “o crivo das redações”. Porém, mesmo se essas “produções independentes” continuam em conformidade com posições assumidas nos editoriais da grande imprensa, e tais posições assumem conotação consensual nos espaços dos grandes periódicos, é indício de que esses espaços são propositalmente hegemonizados, contrastando a ideia, que grande parte dos veículos de imprensa tenta difundir, de que são imparciais e comprometidos com uma ética idônea no trato da informação e da comunicação.

Tal perspectiva encontra um espaço de discussão na análise da professora Carla Luciana Silva, que desenvolveu recentemente reflexões semelhantes a partir dos trabalhos de Alexandre Garcia, Elio Gaspari e certas notas publicadas na grande imprensa, mais nitidamente no jornal *Folha de São Paulo*, diante do editorial já mencionado sobre a “ditabranda”, além do discurso construído pela revista semanal *Veja*.

Alexandre Garcia, por exemplo, um dos mais prestigiados e conhecidos jornalistas que trabalha para as Organizações Globo<sup>548</sup>, agrega em seu currículo, no final dos anos 1970, a participação como assessor de comunicação do General João Baptista Figueiredo, tendo publicado um livro sobre a biografia do último ditador brasileiro do regime iniciado

---

<sup>548</sup> “O jornalista Alexandre Garcia é conhecido hoje em dia como um dos grandes nomes do jornalismo da Rede Globo. Estar no *Jornal Nacional*, sem dúvida, transforma qualquer um em uma voz autorizada, reprodutora de ideias. Além disso, o jornalista tem programa de tevê em canal pago da mesma emissora, além de produzir artigos que são reproduzidos em inúmeros jornais impressos, e também tem inserções diárias em rádios na rede *CBN*”. SILVA, Carla Luciana. *Imprensa e ditadura: A trajetória intelectual de Alexandre Garcia*. *Antítese*, Goiânia (GO), CEPEC, n. 10, novembro de 2011, p. 108. Disponível em: <<http://www.historiaepoder.net/images/textos/carlaantitese.pdf>>. Acesso em 15/09/2013.

em 1964<sup>549</sup>. Além disso, suas memórias jornalísticas, publicação intitulada *Nos bastidores da notícia*, entre diversos temas, narram a sua proximidade e a amizade com o antigo mandatário<sup>550</sup>.

Para Garcia, o governo de Figueiredo teria sido o responsável pela abertura política e pela democracia. Conforme seu ponto de vista, o governo tivera a habilidade em lidar exemplarmente com os movimentos sociais “baderneiros”, controlando a transição democrática sem riscos de anarquia política<sup>551</sup>. De acordo com a historiadora Carla Silva, pode-se compreender a atuação de Garcia como “intelectual organicamente vinculado ao governo Figueiredo” [*grifo da autora*]<sup>552</sup>.

As impressões de Garcia sobre aquele governo, somadas ao seu entendimento acerca da abertura política no Brasil, comparadas com as interpretações de Elio Gaspari sobre a ditadura, são o ponto de destaque na análise de Silva. Entre outros elementos, Garcia tece elogios aos governos militares e aos próprios ditadores, como no caso de Médici<sup>553</sup>, ou a um dos mais importantes agentes da ditadura, no caso de Golbery do Couto e Silva<sup>554</sup>; confirma a suposta tese de que a ditadura brasileira teria sido branda, além de constantemente desqualificar a esquerda, manifestando também repúdio às organizações populares e às lutas dos trabalhadores<sup>555</sup>.

Diante de seus pontos de vista, uma diferença substancial diz respeito apenas ao agente principal, responsável por ser uma espécie de arauto da democracia: Figueiredo teria sido esse homem para Garcia, ao passo que Geisel teria tido tal incumbência para Gaspari. Embora haja esse desacordo, há semelhança de ambos privilegiarem a ação preponderante de um ou outro indivíduo nas importantes decisões que mudariam a história, deixando em segundo plano as ações coletivas e, especialmente, as iniciativas populares. Segundo Silva, os pontos em comum nos relatos de Garcia e Gaspari referem-se à:

[...] tentativa de banalizar a violência, desprezar os movimentos sociais (que, de diferentes formas, combateram a ditadura), fazer o elogio aos governos militares que teriam tentado acabar com a ditadura, ocultar os interesses econômicos e o papel desse regime no desenvolvimento do capitalismo brasileiro<sup>556</sup>.

---

<sup>549</sup> GARCIA, Alexandre. *João presidente: histórias do general João Baptista de Oliveira Figueiredo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

<sup>550</sup> GARCIA, Alexandre. *Nos bastidores da notícia*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1990.

<sup>551</sup> SILVA, Carla Luciana. Imprensa e ditadura: a trajetória intelectual de Alexandre Garcia. *Op.cit.*

<sup>552</sup> *Idem*.

<sup>553</sup> *Ibidem*, p. 110.

<sup>554</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>555</sup> *Ibidem*, p. 114-117.

<sup>556</sup> *Ibidem*, p. 122.

Como vimos anteriormente, esses pontos encaixam-se também na perspectiva interpretativa de Paulo Francis acerca da ditadura. A trajetória desses jornalistas, em suas atuações profissionais, é marcada pelas suas posições políticas alinhadas com determinado movimento na grande imprensa brasileira. Uma das características em comum de todos eles é o grande poder de divulgação nos meios de comunicação nacionais e a utilização do argumento em favor da relativização da violência e repressão que vigoraram durante a ditadura. O estudo de suas memórias e obras, as quais versam sobre aquele período histórico, sugere que são contribuições para a construção de consenso sobre o caráter da ditadura brasileira e as características do processo de redemocratização no país, além da criação de memória sobre o período.

Em outro artigo da historiadora Carla Silva, autora de uma tese de doutorado sobre a revista *Veja*<sup>557</sup>, analisa o discurso ambíguo dessa revista acerca da ditadura inaugurada com o golpe em 1964. Durante o período de consolidação da democracia brasileira, época de afirmação do ultraliberalismo, nos anos 1990 e 2000, *Veja*<sup>558</sup> buscou construir uma memória que, embora não negasse a existência da ditadura, deu ênfase à voz dos militares e suas versões dos acontecimentos. Conforme sua análise, a revista aparenta condenar certas ações da ditadura, mas constrói o discurso de modo a tornar o regime uma espécie de mal necessário frente a uma possível ditadura de esquerda.

Conforme o discurso apresentado pela revista, uma ditadura de esquerda teria sido, em tese, totalmente desastrosa para o país. Para isso, *Veja* tem utilizado habilmente a fala dos próprios militares. Ao mesmo tempo, desqualifica a luta armada e as opções à esquerda do espectro político da época em que vigorou aquele regime. No exercício de dar voz aos militares para justificar certas ações da ditadura, como torturas e perseguições políticas, apresenta-se implícita, e algumas vezes explícita, a prática de eleger determinados agentes históricos em detrimento de outros. Ou seja, “aqueles que recebem direito à voz são sempre eleitos pela própria revista, editados à sua maneira. Ao fim, a voz e a versão dos militares prevalecem ao falar da ditadura”<sup>559</sup>.

---

<sup>557</sup> SILVA, Carla Luciana. *VEJA: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

<sup>558</sup> Segundo Silva: “*Veja* é problematizada como a principal revista de notícias do Brasil e que tem um papel relevante na história política recente do país, representando sempre seus interesses de classe. Possui uma unidade editorial que nos permite tratá-la como um todo configurado na expressão ‘*Veja*’”: SILVA, Carla Luciana. *Veja e ditadura: A memória dos militares refaz a história*. *Historia Actual Online*, Cadiz, Número 31, Primavera 2013, p. 95. Disponível em:

<<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/752/712>>. Acesso em 15/09/2013.

<sup>559</sup> *Ibidem*, p. 96.

Adotando a linha de interpretação de Elio Gaspari, a revista endossa a tese de que foi Geisel o grande responsável pela abertura política brasileira<sup>560</sup>. Os indícios apontam que suas premissas liberais seriam o motivo mais plausível para a predileção por esse ditador, que é apontado como um adversário da chamada “linha-dura” dos militares:

Embora não coloque dessa forma, diga que era apenas uma disputa entre os militares, *Veja* tinha um lado bastante claro nesse processo, que era o que está aqui chamando de “liberalização”, pois apenas essa levaria à abertura econômica e ao fim do “estatismo” tão execrado pela revista em outros momentos. Mas não podia ser uma abertura imediata, tinha que ser uma abertura controlada, e por isso os elogios ao projeto de Geisel<sup>561</sup>.

Seguindo a perspectiva analítica de Silva, observa-se, na leitura de *Veja*, a figura de Geisel preservada como precursor da democracia<sup>562</sup>, em que se dá crédito em demasia à própria versão do ditador sobre os fatos transcorridos. Seria a “fundação de verdadeiras interpretações historiográficas que se apegam a relatos parciais e desqualificam as lutas reais daqueles momentos da ditadura”<sup>563</sup>. Do mesmo modo que na análise dos jornalistas anteriormente mencionados, incluindo Paulo Francis, a ditadura é mostrada pela revista como fruto do desejo de alguns poucos agentes, além da visão deles próprios terem sido vítimas de seus pares, tendo que “endurecer” a repressão.

Em suma, a revista não apenas se alinha à tese de Elio Gaspari como também concede à obra do autor um estatuto diferenciado. Conforme Silva, tal tratamento evidencia-se e justifica-se pelo fato de a revista dedicar-lhe várias páginas, fazendo propaganda dela própria, ressaltando que Gaspari foi seu editor adjunto até pouco tempo atrás<sup>564</sup>. A interpretação calcada na humanização dos ditadores e no elogio a alguns deles tem em si a fundamentação de uma obra de peso, haja vista a saudosa recepção e a grande absorção dos livros de Gaspari na grande imprensa. Ao mesmo tempo, desconsideram-se as críticas que são feitas às suas interpretações e ignoram-se as versões opostas:

A recuperação histórica que *Veja* promove busca criar memória, o que seus intelectuais comumente chamam de “senso comum”. Elege publicações específicas, de seus próprios jornalistas ou mesmo dos próprios militares. Os trabalhos acadêmicos, as pesquisas que vem explicando o Terror do Estado não são utilizadas como referência, pelo

---

<sup>560</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>561</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>562</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>563</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>564</sup> *Ibidem*, p. 102.

contrário, são frequentemente desqualificadas como “esquerda radical – ideológica”<sup>565</sup>.

É importante lembrar, como apontamos anteriormente, que existe considerável produção de conhecimento acadêmico sobre os acontecimentos vinculados ao golpe e à ditadura, principalmente oriunda de historiadores, cientistas sociais e filósofos, que adota outra postura conclusiva, diferente das apresentadas pelos jornalistas que aqui comentamos, ao analisar a contextualização do tema<sup>566</sup>. Nesse conjunto, dificilmente haverá o tratamento descuidado de fontes como “autoridades da verdade”, como no caso dos “informantes” de Francis e Gaspari, os quais são avaliados por meio de juízo subjetivo de maior ou menor confiança em seus depoimentos, carecendo de problematização adequada. É impraticável endossar o tratamento, dado pelos jornalistas referidos, aos agentes da ditadura Castello, Golbery e Geisel, mencionados como militares refinados e com tendências progressistas. Porém, sejamos justos, também existe dentro do campo historiográfico a “história personalizada”, guiada por decisões de gabinete e conchavos, que não raras vezes omite as organizações coletivas. Assim, não é incomum encontrar essa prerrogativa em certas vertentes da história política, muitas vezes centrada demasiadamente nas relações das “elites” nas disputas pelo poder.

As próprias características deste “modelo de interpretação” do golpe de 1964 e da ditadura, afastadas de grande parte das interpretações mais criteriosas dos historiadores e outros profissionais de dentro e de fora da academia, mostra, no mínimo, o descuido que há com a complexidade dos fenômenos históricos. Do mesmo modo, a preferência pela visão liberal dos acontecimentos (elogios às medidas liberalizantes e simpatia àqueles ditadores mais compromissados com tais medidas) demonstra de maneira clara a feição ideológica dessas interpretações. Em síntese, é significativo e, ao mesmo tempo, sintomático como essas explicações acerca da temática, junto aos jornalistas que compactuam com elas, ganhem espaços privilegiados na grande imprensa.

De todo modo, essas comparações colocam sempre em dúvida, ou mesmo em cheque, a independência do intelectual e do jornalismo feito na/para a grande imprensa.

---

<sup>565</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>566</sup> Embora agregando uma diversidade de interpretações e perspectivas de abordagem, podem ser usados como exemplos os diversos artigos da obra coletiva de Caio Navarro de Toledo e daquelas publicadas nos jubileus de trinta e quarenta anos do golpe civil-militar: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Unicamp, 1997; SOARES, Gláucio Ary Dillon (Org.). *21 Anos de Regime Militar: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994; REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusp, 2004.

Aliado a isso, o espaço de opiniões consensuais sobre determinado ponto de vista histórico pode indicar a posição de certo veículo de imprensa como Aparelho Privado de Hegemonia, em que a disputa pela maneira como deve ser compreendida a história torna-se objeto de disputa hegemônica. O papel como Aparelhos Privados de Hegemonia dos grandes jornais do centro do país, como *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*, já é constatada no processo de implantação e vulgarização da agenda ultraliberal no país, conforme destacamos durante parte desta tese.

Não é de se estranhar que determinada visão interpretativa sobre a história do golpe e da ditadura que se coadune com os interesses editoriais da grande imprensa tente impor-se a partir dos espaços disponibilizados por ela. Cabe, evidentemente, ao historiador estar atento a essas armadilhas, percebendo a disputa pelas versões da história do período também como inseridas nas relações de poder e tensões sociais.

Somado a outros elementos, a maneira como Paulo Francis racionalizou e procurou explicar a ditadura civil-militar é uma fonte rica para a melhor compreensão de sua virada ideológica. Sem dúvida, o espaço que teve na grande imprensa está relacionado à perda de importantes características de seu discurso anterior à década de 1970. Para ele, a ditadura representou um momento importante: o exílio voluntário nos EUA, a adaptação de seu conteúdo textual frente aos cortes e às ameaças de cortes da censura, além do ingresso com estabilidade na grande imprensa, com contrato exclusivo na *Folha de São Paulo*, proporcionando-lhe o contato com pessoas poderosas, vislumbrando uma vivência extremamente contrastante com a que tinha no Brasil.

A partir de certo momento, Francis passou com maior frequência a conviver em um círculo de homens ricos, conservadores e próximos do poder, como Delfim Netto e o banqueiro e empresário Ronald Levinsohn. Este último, inclusive, como vimos, cuidava e administrava seus bens e sua conta bancária, avaliada pouco antes de sua morte em três milhões de dólares. Do mesmo modo, e igualmente significativo, Alexandre Garcia esteve intimamente ligado a Figueiredo; e Elio Gaspari guardava amistosas relações com Golbery e Geisel, os quais lhe cederam seus acervos pessoais que ocasionaram nas publicações da série *As ilusões Armadas*.

Poderia questionar-se também a semelhança dos formatos narrativos desses enfoques jornalísticos da história, especialmente na comparação dos estilos de Francis e Gaspari. As metáforas, ironias e doses de cinismo são recursos que agradam o leitor e, portanto, têm apelo mercadológico, além de tentar criar o “espaço” do jornalista, por meio do *Contrato de Leitura*, expresso por Francis especialmente por seu polemismo. As críticas

que têm sido feitas a essas narrativas, condenando o suposto protagonismo de alguns agentes nas ações, as quais dariam rumos importantes e definitivos à história, evidenciam a fragilidade das interpretações derivadas dessas obras. Entretanto, o historiador também pode questionar a razão delas terem sido construídas daquela maneira, e se com vista a atender uma demanda mercadológica.

Supostamente o mercado tem melhor aceitação para amenidades, processos mais tragáveis de compreensão, com linguagem acessiva e romanceada. Porém, a trivialidade da narrativa jornalística se coloca em oposição à complexidade dos fenômenos históricos. Tal perspectiva pode muito bem acompanhar certas condutas de classe e tentativas de construção hegemônicas de determinado ponto de vista histórico. Como resume Carlos Fico, no caso da memorialística do golpe e da ditadura: esse enfoque pode ser estudado como “a luta pelo estabelecimento da ‘versão correta’” dos fatos<sup>567</sup>. Sem dúvida, não há como separar essas disputas sem atrelá-las aos desdobramentos que têm no tempo presente e sem desnudá-las de seu caráter ideológico. Porém, antes disso, entendemos que elas têm um caráter de embate, de luta pela construção da hegemonia, ou seja, do objetivo em constituir um determinado consenso.

Nesse sentido, a grande imprensa tem desempenhado um papel destacado na memorialística do golpe e da ditadura. Pelo menos em três grandes veículos jornalísticos, como os jornais *FSP*, *O Globo* e a revista *Veja*, Paulo Francis, Elio Gaspari e Alexandre Garcia tiveram amplos espaços para escrever. A repercussão, entre os colegas de redação, de suas produções independentes, notadamente as de conotação essencialmente política, foi e é notória. Isso põe em questão que não apenas nos editoriais as empresas jornalísticas emitem suas opiniões, mas no próprio conjunto do periódico, incluindo a organicidade dos intelectuais, escolhendo amiúde seus jornalistas e dando destaque aos seus textos e *status* como respeitáveis pensadores.

Paulo Francis continua sendo referência obrigatória em tais veículos de imprensa. Sua influência é referenciada por inúmeros jornalistas. Desde que o articulista faleceu, em fevereiro de 1997, não faltam homenagens e reminiscências à sua biografia e ao seu estilo de comunicação. Boa parte da herança que Francis deixou em termos de contribuições ou inovações intelectuais, no entanto, não apresenta nada de excepcional: entre outros temas, especialmente aos alusivos à história do golpe e da ditadura, ao que tudo indica, foi apenas mais um, entre outros jornalistas, a tentar forjar uma interpretação consensual sobre

---

<sup>567</sup> FICO, Carlos. *Op.cit.*, p. 25-26.

aqueles eventos, a qual tem se repetido no conteúdo político informativo da grande imprensa do país, com pouquíssimas vozes dissonantes. Entretanto, justamente por ligar-se a este elo junto aos grandes veículos de comunicação e Aparelhos Privados de Hegemonia, a herança intelectual de sua fase ultraliberal torna-se relevante como objeto de estudo e necessária referência para o conhecimento da grande imprensa brasileira.

Diário da Corte/PAULO FRANCIS

Esta é minha primeira no Estado para um público que não me conhece, talvez. Aqui meu cartão de visitas. Desculpem o mau jeito, mas, como o escorpião que ferrou seu transporte marítimo, escorpião que não sabia nadar e ia morrer afogado, só posso dizer: que que posso fazer? Sou assim.

O grande vácuo de 1990

NOVA YORK — O ano começou bem. Só Lula não ser presidente foi uma desgraça a "menas" na vida brasileira. Se fosse eleito, haveria um bochicho militar ou um lockout ou uma cisão na sociedade que comparei à do Sudão, em guerra civil permanente. Somos mais civilizados do que os sudaneses, mas as idéias de Lula, não, eram de um primitivismo abismal. E abismado fiquei quando me dei conta de que ele tinha chance de ganhar a eleição. Nunca havia me passado pela cabeça.

Quase 20 anos fora do Brasil não percebi o retrocesso político aí, em parte obnubilado da ditadura militar, mas também fruto da excessiva juventude dos eleitores, 70% com menos de 30 anos, idade em que as pessoas confundem suas desordens sensoriais com ideais políticos. É revolta, porque a vida trata tão mal o jovem, o jovem não aguenta o que Jason Epstein chama a "intolerável complexidade da sociedade moderna". Em Lula, em sua simplicidade chifrin, pastoril, com resquícios dessa herética e retrógrada teologia da libertação de Medellín (mais frutífera em drogas), Colômbia, 1968, havia uma promessa infantil de paz.

Amigos, cuja inteligência respeito, me confessaram que iam votar em Lula. Resultado: continuam meus amigos, mas não mais os respeito politicamente.

Com a passadeira habitual da imprensa, populada, me contaram, entre 90% e 99% por petelinhos, saf dos meus cuidados e caí em cima de Lula como uma tonelada de tijolos, lamentando um pouco, porque ele é um bom cara, pessoalmente, mas inapetente e inaceitável. O público, felizmente, teve bom senso e elegeu Collor.

Como dizem os americanos, Collor who?!! Não tem importância. É o mal menor. Fujimori foi eleito no Peru sem dizer uma palavra do que ia fazer. Tyminski bateu Mazowiecki, um homem culto, a quem entrevistei, na Polônia, também mudo sobre suas intenções.

Collor quis falar comigo no Waldorf. Fui. Achei sensato. Sem reduzir toleravelmente a inflação, disse eu, não há governo, não há país. O espectro do Sudão. Ele concordou e disse que tinha uma bala no revólver. A imagem não é boa, porque, se a bala nega fogo, o que resta? A bala era o confisco, para mim não chocante quanto a candidatura Lula. Se esta demonstrava como tínhamos retrocedido em 20 anos, culturalmente, o confisco, a maneira passiva como foi aceita, mostra que o Brasil continua presa potencial de ditaduras. Até Fidel Castro disse que nem ele, no início, ousou ir tão longe... Aqui, nos EUA, se Bush falasse disso, seria assassinado pelo seu serviço secreto... No Brasil não deu em nada.

O que fazer? Encontrei Collor em outra ocasião, no Plaza. Mais uma vez sensato. Entendendo que só se abrir por completo a sociedade à iniciativa privada é possível progresso. É preciso aliviar a asfixia do Estado sobre a sociedade brasileira que vai desde o polvo da Petrobrás à grotesquias como a Cia. Siderúrgica Nacional. Mas não é possível. O mundo inteiro, do Primeiro a Gorbachev, atesta os malefícios do estatismo, seus inúmeros becos sem saída. Só o Brasil permanece impermeável à realidade.

Mas Collor sabe. Ou me parece saber. A Zélia



Tidyfelfmeister

dos bicos, de Amiga, não sei. Foi comunista nos anos 70, que já não era mais época, pós-Solzheynitsyn, de ninguém ser tão ingênuo. Sua maior admiração é Dilson Furtado, que, de mortais nil nisi bonum etc., mas era louco científico. Aqui em Noviorque Jório Dauster, que, jovem do Itamaraty, foi um dos tradutores da obra-prima de J.D. Salinger, Um Dia Perfeito para Peixe Banana e, me contou Ivan Lessa, em Londres, frequentava, às vezes, nossa roda de piquete; aqui, repito, Jório Dauster brinca de negociar a dívida. Ninguém leva a sério. E, como Jório contou, um banqueiro

alemão disse que a proposta dele "era uma merda" (sic). Jório se encrespou, com razão, não se fala assim a um representante do governo brasileiro, mas, olha, o banqueiro tem razão. Vamos chegar assim, ao ano 2000, com essa mentalidade de boi puxando carroça? Estou voltando da Inglaterra, onde se discute se vai haver o ECU, a moeda única, e um banco central único da comunidade, e nós nem estudamos o óbvio ululante de um mercado comum com os EUA. Um bom slogan para o governo Collor: "Entre no século 20, antes que acabe."

Avant-premières

Se vocês leram A Fogueira das Vaidades, de Tom Wolfe, sabem que o final é infeliz, com Sherman McCoy, o corretor e grã-fino se comprometendo a enfrentar os negros radicais que querem sua cabeça e falando inglês errado como eles. Tem o apelo de um juiz judeu, que corre o tempo todo e cujo vocabulário contra os negros é dos mais coloridos. No filme de Brian de Palma, Sherman McCoy é "redimido" e o juiz judeu virou negro, Morgan Freeman. No filme, é a louca Melanie Griffiths, projeto, objeto misturatório de Marilyn Monroe, Sherman McCoy e Tom Hanks, de Big. Tem cara de boco. No livro, não é muito esperto, mas um "águia" na Bolsa. Hanks não seria "águia" numa roleta de carrascal. O repórter inglês é Bruce Willis. Soia de Nebraska. É como fazer Max von Sydow rei dos zulus.

Em Russia House, o romance de John le Carré, o gancho da história é que os mísseis nucleares

soviéticos não têm pontaria. Se atirados contra Nova York, cairiam em Teresina, Piauí, talvez. As implicações políticas e estratégicas são de estatelar. É o bustão do livro. Difícil mesmo de explicar para quem não conhece a tecnologia das armas nucleares. No filme, é um bolão incompreensível. O namoro, sempre ledício no original, entre Sean Connery e uma russa, Michelle Pfeiffer, é o que conta. É como naqueles filmes da década dos 1930. Índios, lieremoitos, etc. caído sobre o casal, e ela pára tudo e pergunta ansiosa ao companheiro: "Mas você me ama mesmo?" O cinema algum dita chegar à adolescência? Sintonzem até o ano 2000...

The Sheltering Sky, o céu que protege, é o novo Bertolucci. Comunista, Bernardo não pode mais acreditar naquela bobagem, obviamente. Mas o céu o que é um dos ornamentos da cultura ocidental, e ferro na boneca. Adora os tuaregues no deserto, que são bebos de vitalidade, de uma vida autêntica, inacessível ao civilizado. Esse ditto e volta à natureza é a premissa do movimento ecológico, que quer acabar com tudo que a tecnologia fez, na linha do nazista Heidegger, o escrêsor supremo. Um casal, Port (John Malkovich) e Kit

(Debra Winger), gira o deserto, à procura do sincero e primitivo, inausente em Nova York (de onde recebe, claro, o dinheiro para posar de blasé). Depois de mil banalidades e de um ennuai insustentável, Port morre de tifo, uma experiência autêntica. Não tem de se queixar.

Kit, sozinha, vira o que chamam em jornalismo "gruta da imprensa", dá para todo mundo, mas, no mundo vilal de Paul Bowles, o autor do romance, é escravizada e estuprada por dois tuaregues, pai e filho, e tratada como lixo, resto de comida. Gusta. No filme, foi atenuado, mais ou menos. Medo do lobby feminista. Só um tuaregue tem acesso à "gruta" e é carinhoso. Bertolucci é covarde, como deixou claro em O Último Imperador, em que não teve coragem de desancar a Revolução Cultural da China, a maior catástrofe da história do país. O sexy é o forte dele. Aqui, nem isso. Há talvez de prender a respiração do câmera Vittorio Storaro. Mas meia bora chega. O filme vai falar, ainda que cinematicamente caprichado, pela sua amenidade cultural. É o Sheikh, de Rodolfo Valentin, versão para leitores não de Amiga, mas Elle.

Livros do ano

Simpósio (Symposium), de Muriel Spark, é o melhor romance do ano. Constable, Londres, 191 págs., 11,95 libras, um simpósio social numa casa granja em Londres, em que a espiritualidade de Spark ("O creme Nivea é a minha Madeleine"), a absoluta leveza, o puntillismo, me lembram uma exposição que vi em outubro, em Londres, na Royal Academy, de Monet, em que a imitação do real já detaxa transparecer as moléculas por baixo. Da mesma forma, Spark está a pique de cair no verbalismo auto-suficiente de um Joyce, mas se contém à beira da ininteligibilidade, e o livro é smooth sailing, desliza suave nas águas da nossa percepção, e, a menos que você conheça o assunto, não perceberá, sem perda de um tico de prazer, o intuito claramente teológico e católico de Spark, que, à maneira de muitos artistas de sua fé, não sabe explicar a existência do mal no mundo e encabulada, por assim dizer, com essa aberração, trata o mal com humor, para nosso deleite.

Acho inevitável incluir Rabbit at Rest, de John Updike. Knopf, Nova York, 512 páginas, mais porque é o final de uma oeuve, de uma tetralogia, em que Updike, de prosa rica demais para meu gosto, visual idem, gongórico viscontiana, eu diria, esplendores em excesso, conta a saga do pequeno burguês milionário, o americano médio, um tipo que Updike detesta. Harry "Rabbit" (coelho) Angstrom", rapaz de cidade do interior, como Updike, jogador de béisquete o esporte é a alta cultura dos pobres de espírito, 3/4 da humanidade, concupiscente, imoral (no último, como a nora), viciado nos borrorres comestíveis deste país, na degradante televisão, com amantes e mulher vulgares, mas, outro religioso o nosso Updike, a graça de Deus toca Rabbit aqui e ali, e Updike não é inteiramente honesto em fazer dele o homem sensível vulgar americano, porque a personagem tem intuições e percepções do artista Updike e não da criatura do escritor. Updike odeia judeus, negros e invertidos. Põe para fora o ódio e depois passa a mão na própria cabeça, minisamente comovido a enumerar as virtudes desses três cristos do protestante, branco, anglo-saxônico, do vasp americano. O livro é demais, mas é a demasia do primeiro escritor americano, melhor do que Mailer, Styron, Vidal etc., deixou todos para trás, e é também o melhor crítico literário dos EUA em exercício. Não tem a integridade intelectual de um Edmund Wilson, mas é seu igual em sensibilidade, poder analítico e catolicismo de interesses. Lê tudo de todas as nações. Um homem desagradável, mas talvez mais próximo da grandezca do que a nossa proximidade dele nos deixa ver.

É difícil imaginar biografia mais bem-sucedida do que a de Edward Rice sobre Richard Burton, o explorador, Sir Richard Francis Burton. A única coisa ruim é o título pernóstico, mas Rice me parece completo como narrador das aventuras de Burton, tradutor do Kama Sutra, do Jardim de Alá, de Cambés, por quem tinha paixão, o primeiro infiel a entrar e descrever Meca, o quase descobridor da Nascente do Nilo, cônsul em Santos, Brasil, observador in loco do genocídio que praticamos no Paraguai, que ele aprovou, em suma, uma vida maravilhosa, como boje não se tem mais. O livro será publicado no Brasil, assim como outro "melhor do ano", In Search of Modern China, de Jonathan Spence, 876 págs., \$29,95, Norton, Nova York. É grande sim, mas contém quatro séculos, brilhante e abrangentemente sintetizados, da história da China nos últimos quatro séculos. Lendo este, ao menos para especialistas, o resto é supérfluo. Sem nada que nos fizesse cair da cadeira de emoção, 1990 não desapontou em excelência em meio à porcaria efêmera-ambiental.



Nota pessoal

Este ano, mudei de casa, me opere com risco de vida e começo num novo jornal. Me parece absurdo. Tenho ânsias freqüentes de desaparecer, de ser o escravo anônimo de que Aquiles fala a Ulisses do que está sempre de cara de bolacha em exposição permanente no Hades da mídia. Mas talvez esta seja a última ilusão de uma pessoa sem ilusões que sou, quero crer. Seja como for, aqui estou e apertem os cintos.

Imagem 13 - Diário da Corte, de Paulo Francis (OESP) FRANCIS, Paulo. Diário da Corte. O Estado de São Paulo, Caderno 2, 23/12/1990.

# OPINIONÁRIO

ANO VIII NÚMERO 2.592 □ TERÇA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 1994

## Francis analisa o ano que mudou tudo

No livro 'Trinta Anos Esta Noite, 1964, o que Vi e Vivi', a ser lançado dia 31, o jornalista dá nova versão para a queda de Jango

Paulo Francis tinha 33 anos e era colunista político e cultural de Última Hora, Rio, em 1964, quando João Goulart foi derrubado da Presidência, se exilando no Uruguai. Francis conheceu Goulart pessoalmente e acompanhou sua carreira política desde 1951. Trinta anos se passaram desde a queda de Jango. Francis foi testemunha dos seus últimos dias e escreveu um livro sobre o 1964, Trinta Anos Esta Noite, 1964, o que Vi e Vivi (Companhia das Letras, 199 págs.). Será lançado em 31 de março, o aniversário da mudança de governo no País. Trinta Anos Esta Noite é uma mini-história das lutas e diferenças de opinião sobre o Brasil desse período, de 1945 a 1964.

Publicamos a introdução de Trinta Anos Esta Noite, em que o autor resume o espírito e a letra da obra. Se intitula Aviso aos Navegantes.

PAULO FRANCIS

A Gloriosa faz trinta anos em 1994. A palavra "gloriosa", usada com ironia pelos adversários, virou título sério dos que, em 1964, derrubaram o presidente João Goulart. É como gay, enfim, o mesmo (jocosos) de efêmero, que foi assumido por quem é. Desse trapos bandeiras são feitas.

Pouca gente no Brasil era adulta, trinta anos atrás. Se convenções que adulto é ter 21 anos, maioridade. Ou seja, adulto na época hoje teria média de cinquenta anos. Claro que há, circulando forte e sacudida, gente dessa idade para cima. Mas é minoria no Brasil. Razões várias. O que mais se vê é o pessoal na faixa dos vinte ou trinta anos; e os de idade intermédia, quarenta anos, que eram crianças em 1964, já parecem esquecidos do pouco que então perceberam.

Dá algumas idéias nebulosas sobre o regime militar e o governo Jango; em suma, desconhecendo do que foi o destino de duas gerações (calculado em dez anos cada geração). Jamais ocorreria a essa gente que as melhores pessoas, incomformadas com imposições militares, aderiram ao terrorismo, morrendo quase todas, ou se estragaram, psicologicamente, de alguma forma. Outros foram para a iniciativa privada. Quando veio a abertura democrática, em 1985, já estavam comprometidos demais com seus afazeres, responsabilidades etc. para tentar a vida pública. O que é uma das causas da escumalha política hoje dominante no Brasil. Ulisses Guimarães, que emergiu como líder civil democrático nos últimos anos de regime militar, era um político insignificante nos tempos de Jânio e Jango. Lembra de um jantar em Brasília, 1961, em que toda vez que Franco Montoro abria a boca, era admoestado pelo líder do PDC, Paulo de Tarso: "Pára de dizer besteira, Franco". Gerações foram perdidas.

Eu tinha 33 anos, a idade daquele senhor, quando os militares assumiram o poder. Morri bastante em 1964. Ou, digamos, parte da minha tessitura ficou gélida, necrosada. Alguma coisa restou. E até minha cabeça me parece mais limpa de tubões e confusões.

Dizer, por exemplo, que houve vinte anos de ditadura de 1964 a 1984, talvez seja legalmente correto, mas é falsificação histórica. Entre 1964 e 1968 houve muita liberdade.

Faltou, certamente, democracia, mas veio uma politização nunca vista no meu tempo de vida. Esses foram os anos do Teatro Opinião, das passeatas, dos manifestos (dos quais perdi a conta), da batalha jornalística do Correio da Manhã contra o regime que queria o instalar. E, a partir de 1963, quando o Correio foi atelejado mortalmente, jornais e revistas, antes situacionistas, passaram também a combater a continuidade do ditador. A oposição ao governo militar caiu de pé, em 1965. Até o Congresso teve uma faísca de virilidade, negando-se a punir um de seus membros mais irresponsáveis, que havia gratuitamente provocado os militares. Antes, quando Jango deu o fora em 1964, a oposição ficou estaleada.

Repressão brava a partir do Ato Institucional número 5, decretado em 13 de dezembro de 1968. Eu viajei de Nova York para o Rio no dia 12. Pusevo, não morava na cidade, ainda. Se tivesse ficado posto mais algum tempo, esquecerias de mim. As prisões só eram a sério com a gente militante na guerrilha, que foi pífia e excêntrica pelos repressores. No governo Médici, 1970, o general começou reconhecendo que não vivíamos num regime democrático, mas prometendo o melhor de cada um. O Brasil foi tricampeão mundial de futebol. Aplaudiram Médici no Maracanã. Vi saírem presidentes eleitos como Juscelino.

Quando tudo parecia encaminhado a uma solução democrática e próspera — sim, porque o País crescia em média 10% ao ano —, de repente baixou o policiamento mais abrangente do período militar. Por quê? Nunca descobri. Esporo por historiadores que respondam.

No governo Geisel, que seguiu o de Médici, foram removidas uma a uma as principais figuras que perseguiram os militares, os residentes impunham censura à imprensa. A censura foi a princípio relaxada, e os censores saíram das redações, e, depois, terminada oficialmente. Houve tempo em que alguns jornais eram humilhados e tinham até de comparecer ao gabinete do censor para o beneplácito ou lápis vermelho de gente de instrução primária. Em liberdade, Milton Fernandes escreveu um artigo violento em O Pasquim e foi cuidar da sua vida. Aprenderam o jornal. No Brasil, leis, portarias etc. só valem enquanto os siditões, que é o que somos, não começam a exercer direitos totais de cidadania. A Revolução Francesa, de 1789, chegou impetuosamente das nossas plagas. Não ficou residência.

Basta lembrar do desfecho violento da repressão, do assassinato em 1975 de Vladimir Herzog. Como ele, morreu também sob tortura, dias depois, o operário Manuel Fiel Filho, mas este, se tanto, virou nota no pé de página. Só gente de certa categoria social importa no Brasil. Vladimir, que todo mundo chamava de Vlado, era um alce criatura. Tinha aquele charme de inocência de O Idiota de Dostoiévski. Olhos de quem um dia vai ser vítima, foi o que pensou quando se conheci em Visão, onde fomos colegas. Era jornalista. Sua morte estúpida, por usfexia, enfureceu jornalistas. Solidariedade profissional. Já em 1964, um velho comunista foi arrastado por fúpe, amarrado a uma corda, pelas ruas de Recife. Alguém se lembra? Quantos são as vítimas desconhecidas do regime militar, gente que às vezes foi



Paulo Francis: "Só gente de certa categoria social importa no País"

torturada apenas porque era parente de algum garoto que se imaginava Che Guevara? Não há registro concreto. Já Vlado é emblemático da repressão e morte do período. Os militares admitem ter matado 144. Se é verdade, é pouco no contexto latino-americano. É muito, moralmente, mas entre os mortos havia quem, se chegassem ao poder, mataria mais militares do que estes liquidaram civis.

O homem a quem é atribuída a responsabilidade pela morte de Vlado, o general Ednardo D'Ávila, do Segundo Exército, a quem conheci de alto comovido, fazia mesuras a Jango que o duque de Saint-Simon consideraria excessivas na corte de Luís XIV, o Rei-Sol. Mas, em São Paulo, o general comandante tornou-se mais revolucionário do que os elaboradores do levante. A natureza humana é sondável e o que se descobre, quase sempre, não faz bem à saúde. Yeats, o poeta, nota que os piores são sempre os mais apaixonados, em quanto aos melhores falta convicção.

Geisel acabou com tudo isso, aos poucos. Ouvi histórias mil, de uma quase revolta na FAB, estimulada por um oficial chamado Burnier e apoiada pelo então ex-ministro da Aeronáutica, Márcio de Souza e Melo, mas inconformáveis. No Brasil, de qualquer forma, quando manda é o Exército. As outras corporações são como "e outros" nos cartazes de teatro destacando as estrelas. Gostaria de saber os detalhes da ação de Geisel. Só um militar pode contar a história toda. É insulubre para civis.

Com Figueiredo, que tomou posse em 15 de março de 1979, nos aproximamos da liberdade de 1964-68, que se consolidou a partir de 1983, precisamente, quando a imprensa explodiu em campanha pela moralidade pública. Ou seja, ditadura total foi de dezembro de 1968 à demissão do general Sílvio Frota do Ministério do Exército, em dezembro de 1977.

Frota escreveu um longo relatório de suas atividades, que li no jornal do Brasil, na Varig de Madrid. Eu es-

tava cobrindo a morte de Francisco Franco, na Espanha, que não morria, e a chamada "revolução dos cravos", o levante militar de 25 de abril de 1974 que tirou do poder Marcelo Caetano, sucessor de Oliveira Salazar, em Portugal. Quem lucrava com isso foi o Rio, porque um salarizante abriu na cidade um excelente restaurante, o Antiquário.

Fiquei fascinado com o número de quadras de basquete que o general criou, construiu nos quartéis durante sua gestão. Era vizinho plácido e afável de um amigo meu no Grajaú, Rio, que música adorava? Himmler adorava Mozart.

É possível dizer que o regime militar se abriu com a falência financeira do Brasil. Nos 1980, apesar da habilidade de ministros como Delfim Netto e Ernane Galvão, e do subestinado Carlos Langoni, cujo último plano de estabilização da dívida, de 1983, hoje aos frangalhos, ainda nos garante (ponto 4) créditos de comércio externo, em 1993. O que já houve de planos entre esse de Langoni e o que

veremos hoje em dia é de perder a conta. Tudo furado. Dizem nos meios do breakfast dos milionários, no Hotel Regency, em Nova York, que país que sai do mercado — entra em moratória, como o Brasil — não volta mais. Veremos. Agora o fato nu e cru que determinou a abertura é que o Brasil não podia pagar os juros de nosso

débito. Era tempo, portanto, de devolver o poder aos civis.

Que nunca o perdarem de todo, digam-se, pois o 1964, de Roberto Campos, a Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, deu a alguns dos nossos melhores cérebros a oportunidade de tratar o Brasil como um vasto laboratório de experiências econômicas. O resultado foi misto. Nos arruinamos, mas crescemos também. Há um Brasil rico, de classe média próspera, bem maior do que o de antes de 1964. Há também um Brasil de miséria extrema que, se havia antes de 1964, não ousova, como hoje, se manifestar. Ou ao menos não era tão visível, tão escancarado.

A linha divisória do gramado fica entre quem chama 1964 de revolução e quem chama de golpe, com o corolário de que, para os revolucionários, aconteceu em 31 de março, e para os contestadores, em 15 de abril, o dia mundial dos bobos.

Este livro é um relato pessoal de 1964. Participo como jornalista e conheci algumas pessoas que tiveram bastante a ver com aquele desfecho que influiu (quanto?) na nossa história. Perguntei a amigos sobre nomes, ocorrências e alguns dados do que discutio e criei, tinham sido revidadas por gente como ele, humana, denostado humano, usando as banalidades de sintaxe e gramática. Tudo é verdade. Há outros versos além da nossa. É óbvio disso, nesse espírito de uma longa conversa, que apre-sento este livro.



Apreensão de material 'subversivo', em 1964

SOMENTE UM MILITAR PODE CONTAR A HISTÓRIA

LIVROS ESCOLARES MANUSCRITANO CUIABÁ 9:45h Salão de Congressos - SP

Blue Life ASSISTÊNCIA MÉDICA LIGUE JÁ: (011) 259-8000

"Pedro, onde foi mesmo que a gente comeu aquele franguinho delicioso?"

Imagem 14 - Caderno 2 (OESP): divulgação de Trinta anos esta noite O Estado de São Paulo, Caderno 2, 15/03/1994.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalista Franz Paul Trannin da Matta Heilborn, conhecido por Paulo Francis, como notamos, teve marcante passagem pelo jornalismo brasileiro durante a segunda metade do século XX. Foi um dos maiores polemistas do país e influenciou vários profissionais de imprensa que, em boa medida, atualmente, sendo também polemistas, procuram imitar algumas características de seu estilo. Esta tese procurou alçar, dentro da trajetória de Francis, aspectos desse seu polemismo, dialogando com a sua produção escrita dentro dos periódicos da imprensa brasileira de que fez parte. Da mesma forma, identificamos importantes motes de sua atuação intelectual entre a década de 1960 até o seu falecimento, no início de 1997. Em nosso percurso, até aqui, destacamos tópicos como o processo de sua transformação ideológica e os momentos em que desempenhou o papel de intelectual orgânico, na defesa de agendas socioeconômicas, e no apoio de programas políticos e de certos candidatos em determinados pleitos eleitorais.

Desse modo, durante a trajetória intelectual do jornalista, projetam-se fases ideológicas distintas. Paulo Francis teria descoberto o trotskismo na década de 1950 e após o golpe de 1964 teria sofrido constantemente com o impacto das consequências daquele episódio, que impôs uma ditadura de mais de vinte anos ao país. Decorreria daí uma gradual transformação em sua postura intelectual, passando da esquerda para a direita do espectro político, tornando-se um vigoroso defensor da agenda ultraliberal, hegemônica no país a partir da década de 1990, e implantada também nessa época no Brasil. Algumas dessas informações, grosso modo, encontram-se nas avaliações de seus principais biógrafos e em certos artigos e dissertações acadêmicas vistas nesta tese. Ao longo de nossa exposição, tentamos identificar com maior detalhamento, levando em conta também a historicidade, as nuances e as prerrogativas que, de uma forma ou outra, estiveram presentes junto às mudanças que o seu perfil ideológico foi tomando.

Uma das questões importantes diz respeito ao seu propalado trotskismo. De acordo com o exposto no primeiro capítulo, notamos que Francis, aparentemente, não militou em organizações trotskistas, ou pelo menos não as mencionava em seus textos, limitando-se a falar apenas sobre León Trotsky, em meio a temas como Revolução Russa, ou acerca de seus comentadores. No entanto, percebemos posturas nacionalistas semelhantes às sugeridas pelo Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR), entre os anos de 1962 e 1964, ao apoiar Brizola e João Goulart, e em 1967 e 1968, ao apoiar o “nacionalismo

militar”. Além dos escritos de Marx e de Trotsky, uma obra em particular parece tê-lo marcado. Trata-se da conhecida trilogia biográfica sobre Trotsky, escrita por Isaac Deutscher. Paulo Francis chegou a participar da equipe de edição da tradução brasileira, publicada pela Editora Civilização Brasileira, de seu amigo Ênio Silveira. Não é possível confirmar com dados documentais a atuação orgânica de Paulo Francis em torno do trotskismo ou organizações militantes, apesar dele ter se guiado de forma semelhante aos preceitos posadasistas, que nortearam a estratégia do POR.

É necessário mencionar uma lacuna importante nos textos de Paulo Francis quando se procura uma identificação com o espectro político da esquerda: o seu distanciamento com quaisquer movimentos populares, em especial com a realidade vivenciada pela classe trabalhadora, dentro e fora do país. Com um viés quase sempre elitista, ocupava-se tão somente das políticas e práticas de cúpula; com a perspectiva de aplicação das soluções pelo alto.

De qualquer forma, em sua atuação jornalística pré-1964, mostrou largamente sua faceta nacionalista, alinhou-se com o “bloco populista” identificado com lideranças do PTB, especialmente Leonel Brizola, alternando, por vezes, apoio condicional com críticas mais contundentes ao então presidente João Goulart, esforçando-se em atacar os seus adversários políticos, em especial o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Portanto, teve papel intelectual importante atuando e interagindo mesmo nas disputas interiores desse bloco no poder, predicando um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, o qual deveria ser aprofundado pelas reformas de base. Para isso, utilizou-se do jornalismo diário, adotando em parte o perfil editorial do jornal *Última Hora*, em que apontava caminhos possíveis, tentando persuadir em seu texto, por meio de suas ideias, sobre prováveis soluções a problemas enfrentados pelo governo brasileiro de então. Paralelamente, entre os meses de fevereiro e março de 1964, sob a liderança de Brizola, colaborou para *O Panfleto*, que apesar da brevidade e do alcance menor do que o *Última Hora*, significou uma preferência fundamental do jornalista para delimitar suas posições e entendermos quais eram definitivamente as suas escolhas políticas.

É factível que Francis não criticasse naquela época o PC e a URSS por questões estratégicas, pensando na formação de uma frente única nacionalista, que se opusesse aos setores udenistas e golpistas de oposição ao nacionalismo reformista. Um dos elementos característicos ligados ao trotskismo, que é a crítica político-social e a condenação do chamado “stalinismo”, só viria mais delineada em sua produção textual no período pós-1964. A partir de então, nos textos do autor, fundamentalmente, aparece a preocupação

com a falta de liberdade intelectual. Não é coincidência que esse assunto tenha adquirido maior dimensão em seus artigos a partir de então. O jornalista chegou a escrever bastante contra a ditadura civil-militar brasileira em suas colunas do *Correio da Manhã* e em artigos para a *Revista Civilização Brasileira*. No entanto, após o AI5, cada vez mais seus textos passaram a refletir indiretamente sua insatisfação com a situação nacional, apontando exemplos externos à realidade do país.

Em razão de seu posicionamento político de então, Francis teve uma ficha extensa nos registros militares. Foi detido, interrogado e, contando o tempo de todas as prisões, somaram-se meses de reclusão. No dossiê de cerca de 250 páginas que se encontrava nos arquivos do Exército, por exemplo, consta o arquivamento de vários de seus artigos de jornais a partir de 1965, extratos dos mesmos comentados por agentes da repressão e, em meio a esse material, a condução de um inquérito que visava incriminá-lo por subversão, principalmente baseando-se nos dispositivos criados pelo AI-5. Porém, nota-se que o monitoramento de sua atividade jornalística foi feito desde antes dos “anos de chumbo”, notadamente a partir de 1965, mas com algumas informações e descrições remontando ao início da década de 1960.

No final da década de 1960, o regime político soviético foi alvo constante em seus textos para *O Pasquim*, bem como o exemplo do regime cubano, em que ambos eram apontados como ditaduras que cerceavam e reprimiam a liberdade de expressão e a vontade individual dentro do conjunto social. Anos mais tarde, Paulo Francis argumentava que essas suas posturas representavam a prova de que nunca fora conivente com certas práticas da esquerda brasileira, essencialmente as defendidas pelo PCB, pois a crítica ao stalinismo seria produto de sua formação trotskista.

Consideramos que, de fato, essa conduta esteve presente na trajetória de Paulo Francis, mas somente, ou pelo menos de forma mais evidente, após o AI5, inaugurada em um longo artigo para a revista *Realidade*, em 1969, como apontamos anteriormente, seguindo-se em sua produção para *O Pasquim*. Na prática, o jornalista abandona a sua atuação mais combativa do período pré-1964, e reafirmado em seus textos feitos no pré-AI5, quando apoiou abertamente, mesmo com alguma hesitação, a corrente “nacionalista militar” da ditadura, contrária à corrente representada por Castello Branco. Francis revelou-se continuamente um intelectual perseguidor da alternativa política mais próxima de seu viés ideológico, bradando por vezes a necessidade de optar pelo “mal menor”, como já observavam os autores Alexandre Fonseca e Antonio Buzahr Filho.

A postura antistalinista, ou antisoviética, foi uma prerrogativa de vários intelectuais de prestígio, reconhecidos mundialmente durante a Guerra Fria. A própria CIA teria utilizado e estimulado a produção desses intelectuais como forma de reforçar a propaganda antisoviética, dentro e fora dos EUA. Entre eles encontravam-se vários trotskistas. Paulo Francis envolveu-se profundamente naquele caldo de cultura, já que acompanhava as tendências intelectuais diretamente de diferentes publicações da grande imprensa estadunidense. Não é incorreto aventar que tenha contribuído, mesmo que involuntariamente, para a desejável propaganda ocidental por parte do *establishment* anticomunista do período.

Afinal, ao passo que tecia críticas aos EUA por conta do intervencionismo militar (Francis denunciou incisivamente os violentos excessos cometidos pelos EUA no Vietnã), elogiava o ambiente de maior liberdade individual encontrado naquele país comparado com países de orientação comunista no cenário mundial da época. As críticas mais intensas aos EUA foram diminuindo na mesma proporção em que aumentava sua ojeriza à URSS e ao PCB, coincidindo com seu exílio voluntário nos EUA e o ingresso na grande imprensa paulista, no jornal *Folha de São Paulo*, a partir do final do ano de 1975. No entanto, sua autodeclarada virada ideológica viria em fins dos anos 1970, incorporando elementos novos nos anos subsequentes.

Em 1979, por exemplo, confessava na *Folha de São Paulo* que havia abandonado a esquerda e, conforme dizia, não acreditava no socialismo. Assim, confirmava o ceticismo em relação às organizações de esquerda que já era possível perceber em seus romances *Cabeça de Papel*, de 1977, e *Cabeça de Negro*, de 1979, além da clara mudança, mais ponderada, e de reavaliação em suas críticas políticas, percebidas em *O Pasquim*. Como argumentamos, sua ponderação naquele momento foi motivada pela repressão do regime ditatorial, mas também um produto de sua revisão em sua condição como intelectual. É difícil assinalar uma posição de organicidade de Francis naquele período, que decorre de sua participação n' *O Pasquim*, em 1969, até os primeiros anos da década de 1980. Uma publicação, com um título significativo, que já refletia bem a hesitação em suas posições ideológicas, é *Certezas da Dúvida*, de 1977, quando expunha uma síntese de suas reflexões intelectuais ao longo da década de 1970.

Nessa época, Francis hesitava em apontar caminhos e soluções para os problemas sociais, econômicos e políticos nos âmbitos nacional e mundial. Para ele, os modelos experimentados no capitalismo e no socialismo não serviam. Observava que, na verdade, não havia socialismo nos países do Leste Europeu e em parte alguma. Todas as

experiências nesse sentido teriam, segundo ele, transformado-se em regimes tirânicos e perversos. É bastante expressivo que pouco tenha argumentado em favor de uma proposição ou projeto social, seja de cunho reformista ou revolucionário, alternativo ao poder constituído no período. Ao contrário, percebe-se que há dificuldade em perceber abertamente a defesa de teses trotskistas em seus textos, como, por exemplo, a necessidade da Revolução Permanente.

Em fins dos anos 1970, Francis chegou a flertar com o chamado “eurocomunismo”, elogiando as concepções democráticas, segundo ele, que guiariam o perfil daqueles projetos elencados por certos PC’s da Europa. A debilidade daqueles projetos, em termos hegemônicos, entretanto, parece ter tirado as últimas crenças do jornalista em relação à possibilidade de realização de um projeto de esquerda. É preciso frisar que, em 1979, quando Paulo Francis dizia não ser marxista e declarar não acreditar no socialismo, ainda permanecia hesitante quanto a posições ideológicas melhor definidas. A síntese dessa postura é identificada em várias passagens de seu primeiro livro de memórias, *O afeto que se encerra*, publicado em 1980. Um ano depois, a partir de 1981, foi contratado por Roberto Marinho, o mesmo que havia sido insultado por Francis n’*O Pasquim*, sendo chamado de “porcaria”. Sua figura pública colocou-se em maior evidência com as frequentes inserções de seus comentários nos telejornais da Rede Globo de TV. Paulo Francis, então, começou a tornar-se mais popular também devido às imitações que os humoristas realizavam de sua performance caricata enquanto apresentava suas crônicas internacionais nessas inserções televisivas.

A sua virada ideológica se completou em meados dos anos 1980 quando, assumidamente, aderiu ao liberalismo econômico. Precisamente em 1985, no mês de fevereiro, Francis escreveu uma coluna redimindo o até então desafeto Roberto Campos. O economista fora um alvo histórico de Francis, execrado desde os seus textos escritos para o *Correio da Manhã* e *Folha de São Paulo* em diversas colunas do jornalista. A partir de então, Francis não apenas eximiu Campos de boa parte dos males que afligiam o país, como o tomou por guru e grande intelectual brasileiro. Foi o início de sua condição orgânica em favor da construção de uma agenda ultraliberal para o país, utilizando a imprensa. Não é coincidência que o jornal em que atuava passou por transformação semelhante. A *Folha de São Paulo* modificou seu perfil editorial exatamente naquele ano, mais precisamente identificável entre julho e agosto de 1985.

Até aquele momento, o jornal defendia um modelo de desenvolvimento capitalista próximo ao que se entende por “nacional-desenvolvimentismo”, similar ao que Paulo

Francis alimentava simpatias em suas posições nacionalistas desde que começou no jornalismo político. Essas posturas confluentes, possivelmente, integraram um grande redirecionamento das classes e frações de classe dominantes, refletidas pela grande mídia, como resposta à crescente crise econômica e política há tempos sentida no país, oriunda de fatores internos (aumento inflacionário, instabilidade social e econômica) e externos (crise do petróleo, ascensão de um neoconservadorismo nos países centrais do capitalismo mundial, descrédito e penalizações impostas pelos organismos internacionais aos países latino-americanos, etc.) que desgastaram a ditadura civil-militar e foram parte dos elementos causais que conduziram o país ao processo de transição do governo militar ao governo civil, a partir de meados dos anos 1980.

A partir de então, Paulo Francis tornou-se, gradativamente, um dos grandes vulgarizadores da agenda ultraliberal, imposta pelos grandes organismos internacionais que tentam estabelecer determinados condicionantes à economia mundial capitalista, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, tendo respaldo e amparo insinuantes dos EUA para a concretização daquela agenda. A mesma recomenda o equilíbrio fiscal, exigindo corte de gastos por parte do Estado, a diminuição da “máquina pública” e o estímulo às privatizações e à abertura dos mercados. Paulo Francis foi um insistente e combativo agente defensor das privatizações do setor público brasileiro, seguindo muitos argumentos formulados pelo antigo desafeto Roberto Campos, tentando convencer seus leitores sobre a suposta ineficiência irrecuperável das grandes estatais nacionais e do sistema de ensino público.

Na mesma proporção de sua atuação orgânica ultraliberal, cresceu a sua aversão aos socialmente desfavorecidos, o seu preconceito racial e regional e, sobretudo, o seu anticomunismo. Acreditamos que essas características têm sido indissociáveis da própria agenda ultraliberal. É necessário lembrar que na década de 1980, tanto nos EUA como na Inglaterra, multiplicaram-se os discursos de ódio e de aversão ao “terceiro-mundismo”, ao comunismo, ao socialismo e às minorias raciais. O polemismo de Francis sintetizou todos esses elementos em um só alvo no final dos anos 1980 ao atacar a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva no pleito eleitoral para a Presidência da República. Na oportunidade, hostilizava o fato de Lula ser, em primeiro lugar, supostamente ignorante, pois era oriundo do nordeste brasileiro, além de não ter frequentado as cátedras superiores de ensino; em segundo lugar, por sustentar uma ideologia socialista, na contramão de tudo o que estaria acontecendo na Europa e no restante do mundo. Essas seriam características que o desqualificariam para o posto de Presidente da República.

Percebe-se, visivelmente, a procura de Paulo Francis, a exemplo do editorial do próprio jornal em que publicava seus textos, a *Folha de São Paulo*, por um candidato que representasse os pressupostos da agenda por ele vulgarizada. O apoio a Collor de Mello fora circunstancial e estratégico. Não era o candidato ideal, mas o mais próximo do projeto que Francis defendia, especialmente pelo anticomunismo declarado e pela promessa de abertura da economia brasileira. A grande imprensa nacional, de maneira geral, teve posição semelhante, apoiando-o nas eleições, visivelmente no segundo turno, e sendo reticente ao começar o mandato, além de tomar cuidados ao apoiar as metas de seu governo. Depois da famosa ação de confisco das poupanças e dos escândalos de corrupção, a grande imprensa foi rapidamente abandonando o apoio ao governo e endossou a cassação do mandato do Presidente.

Nesse lapso de tempo, Paulo Francis já havia trocado o jornal *Folha de São Paulo* pelo concorrente, *O Estado de São Paulo*. Nesse periódico, de posição editorial semelhante à empresa rival, quanto à vulgarização e adoção da agenda ultraliberal no país, Paulo Francis consolidou sua disposição combativa em favor daquela agenda. Provavelmente, em nenhum momento precedente de sua carreira jornalística fora tão lido quanto nos anos 1990. É necessário lembrar que o contrato com a *Folha* exigia exclusividade, ao contrário do contrato com *O Estado de São Paulo*, o qual permitia publicar seus textos em jornais de outros Estados. Foi assim que passou a colaborar para *O Globo*, no Rio de Janeiro, *Zero Hora*, no Rio Grande do Sul, entre outros periódicos. Naquela época, Francis era o jornalista mais bem pago do país.

Seu sucesso esteve ligado ao seu potencial de gerar polêmicas, ao seu estilo de polemismo calcado na ironia e no cinismo, pautado em uma peculiar erudição, reconhecida por alguns e muito contestada por outros, haja vista os diversos erros que cometia e os imponderados julgamentos que fazia. Certos analistas como Luís Augusto Fischer, Carlos Bissón ou mesmo Isabel Lustosa reconhecem certo valor literário, e até histórico, em seu estilo jornalístico; ou mesmo sua importância como divulgador cultural, de obras literárias e de produções musicais e cinematográficas. Entretanto, não é objeto de nossa análise realizar semelhante avaliação de estética literária. Nesse sentido, não cabe dizer se sua trajetória representou um saldo positivo ou negativo para a nossa história e a história da imprensa no país, e sim reforçar que, de fato, cumpriu papel relevante como intelectual de imprensa e colunista político. Sua organicidade e *status* jornalístico, percebidos em certos momentos de sua carreira profissional, atestam sua importância como intelectual, tanto à esquerda como à direita do espectro político.

O último ponto que destacamos sobre sua trajetória intelectual diz respeito à sua avaliação do golpe e da ditadura civil-militar no Brasil. Em um momento bastante confortável da carreira, ao publicar em 1994 seu segundo livro de memórias, *Trinta anos esta noite*, Francis sintetizou várias impressões de sua visão contextual da ditadura brasileira, seus agentes, suas causas e consequências para o processo histórico brasileiro. Em suma, imbuído de seu comprometimento com a agenda ultraliberal, o jornalista realizou verdadeira revisão de algumas de suas interpretações feitas anteriormente sobre o período, especialmente acerca das prováveis causas do golpe e das características da ditadura. Entre outros temas, destaca-se o seu silêncio em relação à ação e ao envolvimento empresarial durante o regime, a relativização do conceito de golpe de Estado ao tratar acerca dos episódios que marcaram 1964, a sobrevalorização de sujeitos atomizados como condutores dos acontecimentos, em detrimento de grupos sociais, classes ou quaisquer representações coletivas, além de minimizar o papel dos EUA no golpe e na manutenção da ditadura brasileira.

A maioria dessas posições são conciliáveis com a revisão acerca do período ditatorial que tem sido reproduzida por meio de importantes empresas jornalísticas da grande imprensa nacional, como o *Grupo Folha*, as *Organizações Globo* e a editora *Abril*. N’*O Estado de São Paulo* também prevalecem alguns elementos elencados na interpretação de Francis resumida acima. A questão mais evidente, talvez, diga respeito à “interpretação liberal”, que é reforçada pela grande imprensa, e que ganhou importante divulgação na coleção publicada a partir de 2002 pelo também jornalista Elio Gaspari. Contudo, é importante ressaltar que essa visão liberal está carregada de elementos particulares, em constante flerte com o autoritarismo, que em boa medida desconsideram o grau de perversidade da ditadura.

Para Elio Gaspari, assim como para Francis, o período presidido pelo ditador Castello Branco teria representado uma importante renovação econômica, em um projeto de maior abertura do mercado brasileiro, com feições liberais, que fora atravessado pela ala nacionalista de Costa e Silva. Segundo Gaspari, Castello Branco teria a intenção de retomar o processo democrático e essa fase da ditadura é intitulada pelo autor como “envergonhada”. Esse título não foi criação de Gaspari. Está nas análises de Francis, em seus escritos de jornais e em *Trinta anos esta noite*, embora num sentido mais amplo, para designar as sucessões de lideranças no interior do mais alto escalão do regime ditatorial. Gaspari e Francis eram amigos e sua sociabilidade, de maneira geral, guardava mais

afinidades acerca do tema em questão, em seus aspectos fundamentais, do que divergências.

A ideia de “ditadura envergonhada” também diz respeito a uma tentativa de atenuação das perversidades cometidas durante o regime ditatorial no Brasil. A comparação com outros regimes congêneres latino-americanos, como o argentino e o chileno tenta fazer acreditar que, por meio do maior contingente de mortos e desaparecidos, aqueles regimes não poderiam ser comparados com o caso brasileiro. É a mesma lógica do conhecido editorial da *Folha de São Paulo*, de 17 de fevereiro de 2009, que apresentou o período de mais de vinte anos de ditadura no Brasil como uma “ditabranda”. A revista *Veja*, da editora *Abril*, também utilizou um expediente semelhante ao dos demais veículos da grande imprensa, colocando em evidência, neste mesmo período, entre a década de 1990 e início dos anos 2000, a voz dos militares e sua versão dos acontecimentos. Em cada uma dessas falas, e no conjunto delas dentro das diferentes edições da revista, deixa-se transparecer a mostra da ditadura como um “mal necessário” para evitar uma suposta ditadura de esquerda e constituir a consequente contenção do comunismo.

A grande imprensa nacional, em particular evidência a do centro do país, tem realizado um trabalho pedagógico notório em relação à interpretação da natureza da ditadura brasileira, agregando a atuação de seus considerados protagonistas, as supostamente inevitáveis limitações da democracia no período e o levantamento de “saldos positivos” resultantes das opções práticas adotadas na época. A disputa pelo consenso não se dá apenas em âmbito meramente jornalístico, mas também na divulgação de obras com teor histórico oportunas e mais próximas deste conjunto de concepções elencado.

Diante disso, temos mais um significativo aspecto de intuito pedagógico de Francis. Ao dispor de uma série de argumentos para vulgarizar a agenda ultraliberal em suas colunas de jornais e publicações, utilizava o polemismo, o seu *status* e o lugar privilegiado que dispunha na imprensa, com amplo espaço para expor suas ideias. Consequentemente, além de comentar o cotidiano e a rotina das estratégias políticas e econômicas, envolvendo a situação do país e sua interação com a realidade internacional, o polemista voltava seu olhar para o passado e interpretava a história, usando exemplos considerados positivos e agregadores para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, mesmo no interior do regime ditatorial. Assim, foi um dos precursores importantes dos trabalhos de Gaspari e da construção consensual que vem se formando na grande imprensa a respeito da interpretação da ditadura-civil militar brasileira. Entretanto, sobre uma eventual

contribuição acerca da interpretação geral do período, na época em que escreveu, não trouxe nada de muito original, nem mesmo fontes inéditas, transformando *Trinta anos esta noite*, hoje, em nossa opinião, em apenas mais uma produção memorialística do cenário histórico nacional de outrora, mas importante para compreender esse movimento de construção hegemônica a respeito das explicações que tentam dar sentido aos episódios do período.

A produção de Paulo Francis na imprensa brasileira entre 1962 e 1975 até o momento foi pouco estudada e, por coincidência ou não, é pouco exibida e esmiuçada, tanto pela grande imprensa como pelos seus biógrafos. O jornalista ocupou espaços importantes nos periódicos *Última Hora*, *Correio da Manhã*, *Revista Civilização Brasileira*, *O Pasquim* e *Tribuna da Imprensa*. Embora fosse o período em que se auto intitulasse trotskista, não difundiu ideias revolucionárias, mas nacionalistas e reformistas, como argumentamos antes, de defesa de um nacional-desenvolvimentismo na época. Durante a ditadura, o jornalista apresentou uma postura defensiva e reticente referente a estratégias mais contundentes de ação, limitando-se a fazer uma oposição que variou de um discurso mais incisivo e combativo, contra alguns dos generais e outros agentes que disputavam o poder entre 1964 e 1968, até um distanciamento político mais hesitante a partir de 1969, após o AI5.

Certos estudiosos da trajetória de Paulo Francis o colocam como um intelectual independente, sem vínculo significativo com as empresas jornalísticas em que atuou, ou sem comprometimento com qualquer compromisso junto a agrupamentos sociais próximos ao poder. Argumentamos aqui que não foi assim. A própria sociabilidade de Francis indica o contrário. Quando seu núcleo de amizades e ambiente profissional esteve circunscrito aos jornais com perfis editoriais que variavam da esquerda até o centro do espectro político, o jornalista flertou mais com as esquerdas. À medida que foi ganhando *status* como jornalista, mudando para Nova Iorque, ingressando na grande imprensa, passando a conviver constantemente com grandes empresários, banqueiros e a frequentar os bastidores do poder político, aproximou-se da direita. Acompanhou também um perfil de mudança editorial no interior do próprio jornal onde escrevia, a *Folha de São Paulo*. Foi a época que travou amizade com homens como Delfim Neto e Roberto Campos, civis respeitados e poderosos dentro da ditadura civil-militar.

Possivelmente, deslumbrou-se com o centro do capitalismo em contraste com o Brasil que distinguira dos bairros provincianos do Rio de Janeiro das décadas de 1950 e início de 1960, além da lembrança do nordeste brasileiro que conhecera em viagem junto

com o Teatro do Estudante do Brasil, quando conheceu a pobreza no interior brasileiro. A ditadura, como bem reconhecia Paulo Francis, foi um ponto importante de ruptura com a expectativa inocente que dizia ter de transformar o país em uma nação forte, rica e independente. Somado a isso, outros insistem que essas mudanças de opinião eram comuns nas ponderações do jornalista, que se contradiria frequentemente. Isso de fato tem um certo pretexto e, por vezes, tem servido para justificar essa almejada independência intelectual de Francis, especialmente em sua fase ultraliberal. A esse respeito, e naquele tempo, o que observamos, na verdade, é uma inabalável defesa dessa agenda em voga, de seus princípios fundamentais e de sua aplicação prática. Concepções que o jornalista começou a defender sistematicamente a partir de meados dos anos 1980, vulgarizou e articulou essa defesa nos anos 1990, persistindo tal postura até o fim de sua vida, em princípios de 1997. Paulo Francis, em sua fase ultraliberal, antes de ser um intelectual atuante *dos jornais*, foi um intelectual agente *nos jornais*, comprometido com o referido receituário.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia sobre Paulo Francis

BISSÓN, Carlos Augusto. *Jornalismo e política em Karl Kraus e Paulo Francis*. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. Polemistas e intelectuais Carmudgeons: Karl Kraus e Paulo Francis. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina (Org.). *Cultura midiática e tecnologias do imaginário: metodologias e pesquisas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

BUZHR FILHO, Antonio. *O mal menor: “Antiestatismo” e mercados livres em Paulo Francis*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

FISCHER, Luís Augusto. Inteligência em ação; O legado de Paulo Francis. In: \_\_\_\_\_. *Para fazer diferença*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1998.

FONSECA, Alexandre Torres. *Paulo Francis, do teatro à política: “Perdoa-me por me traíres”*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

HIRANO, Sedi. *Pepensando 1964, destruindo 1964*. In: CHIAPPINI, Ligia; DIMAS, Antonio; ZILLY, Berthold (orgs.). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Boitempo Editorial/EDUSP, 2000, p. 257-265.

JORGE, Fernando. *Vida e obra do plagiário Paulo Francis: O mergulho da ignorância no poço da estupidez*. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

KREBS, Maurício Osório. A estratégia da narrativa memorialística de Paulo Francis em “Trinta anos esta noite” e “O afeto que se encerra”. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 355-364, julho de 2010.

KUCINSKI, Bernardo. Paulo Francis: uma tragédia brasileira. In: *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 81-94.

\_\_\_\_\_. O método Paulo Francis. In: CHIAPPINI, Ligia; DIMAS, Antonio; ZILLY, Berthold (orgs.). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Boitempo Editorial/EDUSP, 2000, p. 276-285.

LANIUS, Eduardo de Oliveira. *O profeta desacreditado: Uma leitura do projeto ficcional de Paulo Francis*. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

LUSTOSA, Isabel. De olhos postos na América – Paulo Francis n’O Pasquim. In: CHIAPPINI, Ligia; DIMAS, Antonio; ZILLY, Berthold (orgs.). *Brasil, país do passado?* São Paulo: Boitempo Editorial/EDUSP, 2000, p. 266-275.

MOURA, George. *Paulo Francis, o soldado fanfarrão: A odisseia intelectual do ator, diretor e crítico de teatro Paulo Francis pelos palcos brasileiros*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

NOGUEIRA, Paulo Eduardo. *Paulo Francis, polemista profissional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

ONOFRE, José. As duas cabeças dos romances de Francis. *Oitenta*, Porto Alegre, n. 1, p. 253-265, 1979.

PEREIRA, Marcello de Oliveira. *O cinismo nas crônicas de Paulo Francis*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

PETRIK, Manuel. *O duelo verbal: Um estudo sobre o polemista no jornalismo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

PIZA, Daniel. *Paulo Francis: Brasil na cabeça*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Prefeitura do RJ, 2004.

### **Fontes - periódicos**

*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro – Edições semanais entre 1966 e 1968.

*Folha de São Paulo*, São Paulo – Edições diárias entre 1975 e 1990.

*O Estado de São Paulo*, São Paulo – Edições diárias entre 1990 e 1997.

*O Pasquim*, Rio de Janeiro – Edições semanais entre 1969 e 1976.

*Opinião*, Rio de Janeiro – Edições semanais entre 1972 e 1973.

*Realidade*, São Paulo – Edições mensais entre junho e outubro de 1969.

*Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro – Edições bimestrais entre 1965-1968.

*Última Hora*, Rio de Janeiro – Edições diárias entre 1962 e 1964.

*Tribuna da Imprensa* – Edições diárias entre 1971 e 1976.

### **Fontes - arquivos policiais e militares**

*Informe nº 009 / 116 /ASP/ 78*, Artigo de Paulo Francis para a Folha de São Paulo, de 12 de janeiro de 1979. Serviço Nacional de Informação. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Acervos do Regime Militar. Código de ref.: ASP\_ACE\_124\_79.

*Informe nº 128 / 83 - I/A2 III COMAR*, Sérgio Cabral e outros, 18/10/1983. III COMAR – Ministério da Aeronáutica. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Acervos do Regime Militar. Código de ref.: BR\_AN\_BSB\_VAZ\_075\_0028.

*Informe nº 06819 / 72 /ARJ/ SNI*, Grupos contrários ao regime. Setores: artístico; classes religiosas; imprensa, de 03/05/1972. Serviço Nacional de Informação. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Acervos do Regime Militar. Código de ref.: AC\_ACE\_48066\_72.

*Os jornalistas ao povo*, março de 1964. Abaixo-assinado com dados sobre o manifesto produzido por jornalistas em apoio à realização das reformas de base. Consta a assinaturas de dezenas de jornalistas, encabeçado por nomes como: Octávio Malta, Paulo Francis, Moacir Werneck de Castro, Waltensir Dutra, Teixeira Neto, entre outros. Arquivo oriundo do DOPS. Inventário Preliminar do Fundo Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

*Ofício nº 60 relativo ao IPM Elbrick*, 29/01/1970. Conclusões relativas às informações das testemunhas do sequestro do embaixador Charles Elbrick. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Acervos do Regime Militar. Códigos de ref.: ARJ\_ACE\_6637\_82 e BR\_DFANBSB\_AAJ\_IPM\_0899\_d.

*Processo de Franz Paulo Heilborn (CISEx 00140)*, várias datas. IPM enviado ao Ministério do Exército. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Acervos do Regime Militar. Código de ref.: BR\_DFANBSB\_N8\_0\_PRO\_CSS\_0113\_0004\_d0001de0001.

*Processo Secom 50.259 - “Jornal Opinião”*, várias datas entre 1972 e 1973. Processo enviado à Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Acervos do Regime Militar. Código de ref.: BR\_AN\_RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0294.

### **Livros de Paulo Francis**

FRANCIS, Paulo. *Opinião pessoal (Cultura e Política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 [artigos].

\_\_\_\_\_. *Certezas da dúvida*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1ª ed. de 1970 - artigos].

\_\_\_\_\_. *Nixon x McGovern - As duas Américas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1972 [artigos].

\_\_\_\_\_. *Paulo Francis nu e cru*. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1976 [artigos].

\_\_\_\_\_. *Cabeça de papel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 [romance].

\_\_\_\_\_. *Paulo Francis - Uma coletânea de seus melhores textos já publicados*. São Paulo: Editora Três, 1978 [artigos].

\_\_\_\_\_. *Cabeça de negro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979 [romance].

\_\_\_\_\_. *O afeto que se encerra*. São Paulo: Francis, 2007 [1ª edição pela Civilização Brasileira em 1980 – memórias].

\_\_\_\_\_. *Filhas do segundo sexo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 [novelas].

\_\_\_\_\_. *O Brasil no mundo: uma análise política do autoritarismo desde suas origens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985 [ensaio].

\_\_\_\_\_. *Trinta anos esta noite: 1964, o que vi e vivi*. São Paulo: Francis, 2004 [1ª edição pela Companhia das Letras em 1994 - memórias/ensaio].

\_\_\_\_\_. *Carne viva*. São Paulo: Francis, 2008 [romance póstumo].

### **Coletâneas dos textos de Paulo Francis organizados por outros autores**

PIZA, Daniel (org.). *Waaal: O Dicionário da Corte de Paulo Francis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [frases e fragmentos de texto presentes nos artigos de Francis].

SÁ, Nelson de (org.). *Diário da Corte: Paulo Francis*. São Paulo: Três Estrelas, 2012 [artigos].

### **Bibliografia Geral**

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: EDUSC, 1999.

AMORIM, Paulo Henrique. *O quarto poder: uma outra história*. São Paulo: Hedra, 2015.

ANDERSON, Perry. *A crise da crise do marxismo: uma introdução a um debate contemporâneo*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Fim da História; de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick (orgs.). *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANDRADE, Jéferson Ribeiro de. *Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. José Olympio: Rio de Janeiro, 1991.

ARBEX JR, José. *O jornalismo canalha: a promíscua relação entre a mídia e o poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

\_\_\_\_\_. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ASSMANN, Hugo; SANTOS, Theotônio dos; CHOMSKY, Noam. *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

AUGUSTO, S.; JAGUAR, S. (orgs.). *O melhor do Pasquim – Volume I*. Rio de Janeiro, Desiderata, 2006.

\_\_\_\_\_. *O melhor do Pasquim – Volume II*. Rio de Janeiro, Desiderata, 2007.

BASSO, Eliane Fátima Corti. *Revista Senhor: modernidade e cultura na imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez, 2003.

BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 237.

BENJAMIN, César *et al.* *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BUZALAF, Márcia Neme. *A censura no Pasquim (1969-1975): As vozes não-silenciadas de uma geração*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP). Assis.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba...* Brasília, DF: Editora da UNB, 1991.

BRAR, Harpal. *Trotskismo x Leninismo: lições de história*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2009.

CALDIERI, Sérgio. *Eternas lutas de Edmundo Moniz*. Rio de Janeiro: Dinigraf, 2011.

CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

\_\_\_\_\_. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CAREY, John. *Os intelectuais e as massas*. São Paulo, Ars Poetica, 1993.

CASTRO, Ruy. *Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Senhor, uma senhora revista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

CHAGAS, Carmo; MAYRINK, José Maria; PINHEIRO, Luiz Adolfo. *Três vezes trinta: os bastidores da imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Best Seller/Círculo do Livro, 1992.

CHAVES, Wanderson da Silva. *O Brasil e a recriação da questão racial no pós-guerra: um percurso através da história da Fundação Ford*. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.

COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

COGGIOLA, Osvaldo. *Trotsky ontem e hoje*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Trotskismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONSTANTINO, Rodrigo. *Esquerda caviar: a hipocrisia dos artistas e intelectuais progressistas no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

COSTA, Caio Túlio. *Ombudsman: O relógio de Pascal*. 2ª ed. São Paulo: Geração editorial, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, João Pereira; PONDÉ, Luiz Felipe; ROSENFELD, Denis. *Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

CUEVA, Agustín (Org.). *Tempos conservadores*. São Paulo: Hucitec, 1987.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky: o profeta armado (1879-1921)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *Trotsky: o profeta banido (1929-1940)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. *Trotsky: o profeta desarmado (1921-1929)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios*. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional. 1918-1986*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo, 1986.

\_\_\_\_\_. *O jogo da direita*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

\_\_\_\_\_. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classes. Petrópolis: Vozes, 1981.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 4ª edição. São Paulo: Summus, 1986.

FARO, J. S. *Revista Realidade (1966-1968): Tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Canoas: Editora da ULBRA/AGE, 1999.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Record, 2004.

FIGUÈRES, Léo. *O trotskismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FONSECA, Francisco. *Liberalismo autoritário: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2011.

\_\_\_\_\_. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FURET, François. *O passado de uma ilusão: Ensaio sobre a ideia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

GARCIA, Alexandre. *João presidente: histórias do general João Baptista de Oliveira Figueiredo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

\_\_\_\_\_. *Nos bastidores da notícia*. 2ª ed. São Paulo: Globo, 1990.

GARCIA, Marco Aurélio. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: DAGNINI, Evelina (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada (As ilusões armadas)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada (As ilusões armadas)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura derrotada (O sacerdote e o feiticeiro)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *A ditadura encurralada (O sacerdote e o feiticeiro)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPAROTTO, Alessandra. *O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

GOMES, Luis Antônio Paim. *A pós-modernidade na crônica jornalística de Diogo Mainardi*. PUCRS, 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. *O Brasil endividado: como nossa dívida aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere (6 volumes)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2004.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

INÁCIO, Rodolfo Alexandre Cascão. *Festa e Política: o festivo na gênese da esquerda brasileira (1889-1930)*. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais (BH).

JAGUAR, Sergio. *Confesso que bebi*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista! O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Vozes, 1992.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1990.

MACHADO, J. A. Pinheiro. *Opinião x censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

\_\_\_\_\_. *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Alameda/ Goiânia: Funape, 2012.

MARIE, Jean-Jacques. *Trotsky e o Trotskismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

MELO, Demian Bezerra de. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). *História: pensar e fazer*. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998. p. 13-32.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES NETO, Geneton. *Dossiê Gabeira: o filme que nunca foi feito*. Rio de Janeiro: Globo livros, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo (1921-1981)*. São Paulo: IMPRES, 1981.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil*. São Paulo: Xamã, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag/ Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, 2006.

PATSCHIKI, Lucas. *Os litores da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

RAVAZZOLO, Ângela. *A escrita da história por jornalistas: diálogos e distanciamentos com a historiografia acadêmica. O caso Elio Gaspari*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

REGO, Norma Pereira. *Pasquim: Gargalhantes Pelejas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). *O Golpe e a Ditadura Militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusp, 2004.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.) *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir (Org.). *O Mundo Depois da Queda*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

\_\_\_\_\_. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAUNDERS, Frances Stonor. *La CIA y la Guerra Fría Cultural*. Madri: Editorial Debate, S.A., 2001.

SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

\_\_\_\_\_. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, Juremir Machado da. *1964: Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de calibã: Memórias do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

\_\_\_\_\_. *História da imprensa no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SZATKOSKI, Elenice. *O jornal Panfleto e a construção do brizolismo*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Unicamp, 1997.

VENTURA, Zuenir. *1968, O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2004.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: Os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.

WAINER, Samuel. *Minha Razão de Viver: memórias de um repórter*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

## Referências audiovisuais

*Caro Francis*. Documentário. Direção: Nelson Hoineff. Brasil. 2010, 98 min, DVD.

*Entrevista com Hélio Fernandes*. Site do “Observatório da Imprensa”, n. 721, publicada em 21/04/2014. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/oitv/a-d-entrevista-helio-fernandes/>>. Acesso em 23/05/2014.

*Entrevista com Paulo Francis*. Programa Roda Viva (TV Cultura). Brasil. 1994, 95 min, DVD.

*Entrevista com Paulo Francis*. Programa Roda Viva (TV Cultura). Brasil. 1996, 94 min, DVD.

*Entrevista com Raimundo Pereira*. Projeto “Resistir é preciso” (Instituto Vladimir Herzog). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R9kGn14EiJQ>>. Acesso em 15/06/2012.

*Lauro Jardim revela fonte de Paulo Francis*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimedia/video/lauro-jardim-manhattan-connection-vai-revelar-quem-era-a-fonte-de-paulo-francis/>>. Acesso em 18/03/2015.

*Observatório da Imprensa - especial sobre os 50 anos do Golpe Militar de 1964*, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=x3LJYYKaw2s>>, acesso em 11/12/2014.

### **Artigos e entrevistas em jornais, revistas, anais, periódicos *on line*, sites e blogs**

A voz da heresia: o inimigo do bom-mocismo lança um livro sobre o golpe de 1964 [Entrevista com Paulo Francis]. *Veja*, Páginas Amarelas, Editora Abril, edição 1333, ano 27, n. 13, 30/03/1994, p. 7-10.

ALCÂNTARA, Eurípedes. Terminou a polêmica: a trajetória do mais amado e odiado jornalista brasileiro. *Veja*, Editora Abril, ano 30, n. 6, 12/02/1997, p. 74-80.

AMADO, João. Os jornalistas e o golpe de 1964. *Observatório da Imprensa*, 03/04/2007, edição 427. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os\\_jornalistas\\_e\\_o\\_golpe\\_de\\_1964](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/os_jornalistas_e_o_golpe_de_1964)>, acesso em 30/03/2013.

AMORIM, Paulo Henrique. Foi assim que o Paulo Francis dançou. Ao fundo, o mensalão. Blog *Conversa Afiada*. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/pig/2012/01/09/foi-assim-que-o-paulo-francis-dancou-ao-fundo-o-mensalao>>, acesso em 06/02/2012.

AZENHA, Luiz Carlos. Globo consegue o que a ditadura não conseguiu: calar imprensa alternativa. Blog *Vi o mundo*, 29/03/2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/globo-consegue-o-que-a-ditadura-nao-conseguiu-extincao-da-imprensa-alternativa.html>>, acesso em 31/03/2013.

BEIRÃO, Nirlando. Paulo Francis, o homem-bomba. *Revista Brasileiros*, 18/03/2010, edição 32. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/2010/03/18/paulo-francis-o-homem-bomba/>>, acesso em 06/02/2012.

BELÉM, Euler de França. “Biógrafo” não prova que Paulo Francis era o rei do plágio. *Jornal Opção*, Edição 1895, 30 outubro a 5 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/colunas/imprensa/biografo-nao-prova-que-paulo-francis-era-o-rei-do-plagio>>, acesso em 06/02/2012.

BENITZ, Jorge Alberto. Um belo (e honesto) documentário. *Observatório da Imprensa*, 28/02/2012, Ano 17, nº 750, edição 683. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed683\\_um\\_belo\\_\(e\\_honesto\)\\_do\\_cumentario](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed683_um_belo_(e_honesto)_do_cumentario)>, acesso em 06/03/2012.

BIANCHI, Alvaro. É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros? *Perseu: história, memória e política*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, n. 8, ano 6, jun./2012, p. 361-380.

Briga nas letras: José Guilherme Merquior lança novo livro, e acende polêmica com Paulo Francis. *Veja*, Editora Abril, n. 616, 25/06/1980, p. 86-87.

*Cadernos da comunicação*: Correio da Manhã, compromisso com a verdade. Série Memória. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro/Imprensa Oficial da Cidade, 2001.

CALIL, Gilberto. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. *Segle XX. Revista catalana d'història*, n. 7, p. 99-126, 2014.

CAMARGO, Aspásia. Vontade de Potência [resenha da obra de Elio Gaspari]. *Folha de São Paulo*, 22/12/2002.

CARPEAUX, Otto Maria. Uma janela para a América (resenha de Nixon x McGovern, de Paulo Francis). *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 8, 25/12/1972 a 01/01/1973.

CASTRO, Ruy. O coração como arma. *Folha de São Paulo*, 13/12/2008.

\_\_\_\_\_. Para cima e para baixo com Paulo Francis. *Revista Cult*, Edição 110, março de 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/para-cima-e-para-baixo-com-paulo-francis/>>, acesso em 16/10/2012.

CONY, Carlos Heytor. Lembranças do Francis. *Folha de São Paulo*, 07/02/2012.

CZAJKA, Rodrigo. A revista civilização brasileira: projeto editorial e resistência cultural (1965-1968). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, Fev. 2010.

DECCA, Edgar Salvadori de. Recensão de Nixon X MacGovern, de Paulo Francis. *Revista de história da USP*, São Paulo, vol. 48, n. 98, abr/jun de 1974, p. 612-615.

*Depoimento de Raimundo Pereira*. Projeto “Resistir é preciso” (Instituto Vladimir Herzog). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R9kGn14EiJQ>>. Acesso em 15/06/2012.

DEMIER, Felipe Abranches. História do trotskismo brasileiro (1930-1937). Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/historia-do-trotskismo-brasileiro-1930-1937/>>. Acesso em 07/09/2015.

\_\_\_\_\_. História do trotskismo brasileiro (1937-1952). Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/historia-do-trotskismo-brasileiro-1937-1952/>>. Acesso em 10/09/2015.

DUPONT, Wladir. Afeto demais [resenha de *O afeto que se encerra*]. *Veja*, Editora Abril, n. 633, 22/10/1980, p. 97.

Em rede nacional: com uma multidão de leitores e salários elevados, os colunistas da imprensa publicam em jornais do Brasil inteiro. *Veja*, Editora Abril, Edição 1175, ano 24, n. 13, 27/03/1991, p. 59.

Entrevista com Cláudio Júlio Tognolli. Sítio *Profissão Repórter*. Disponível em: <<http://prof.reporter.sites.uol.com.br/tognollientrevista.htm>>, acesso em 12/07/2011.

Entrevista com Paulo Francis, *Revista Status*, 1978. Disponível em: <[www.almanaquedacomunicacao.com.br/entrevista-com-paulo-francis/](http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/entrevista-com-paulo-francis/)>, acesso em 15/04/2013.

EWALD FILHO, Rubens. Nelson Hoineff compensa com *Caro Francis*. Publicado em 08/01/2010, disponível em: <<http://entretenimento.r7.com/cinema/noticias/nelson-hoineff-compensa-alo-alo-terezinha-com-caro-francis-20100108.html>>, acesso em 01/09/2010.

Faça como o Estado: leia a Folha [publicidade da *Folha de São Paulo*]. *Veja*, Editora Abril, Edição 1163, Ano 24, n. 1, 02/01/1991, p. 18.

FERRAZ, Geraldo Galvão. Paulo Francis: o poderoso brigão. Revista *Cult*, Edição 110, março de 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/paulo-francis-o-poderoso-brigao/>>, acesso em 16/10/2012.

FERREIRA, Jorge. Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 16 n. 29, p. 81-124, jul. 2009.

FERREIRA, Pedro Roberto. O Brasil dos trotskistas (1930-1960). *CADERNOS AEL*. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, p. 11-57, 2005.

*Fonte de Paulo Francis sobre Petrobras desiste de falar à Globonews*. Disponível em: <<http://diversao.terra.com.br/tv/sala-de-tv/blog/2014/12/15/fonte-de-paulo-francis-sobre-petrobras-desiste-de-falar-a-globonews/>>, acesso em 19/04/2015.

FONSECA, Francisco. Desenvolvimento e meios de comunicação: teorização e práxis. In: II Conferência do Desenvolvimento (CODE): I Circuito de Debates Acadêmicos das Ciências Humanas, 2011, Brasília. *Anais do I circuito de debates acadêmicos*. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area9/area9-artigo1.pdf>>. Acesso em 15/06/2013.

GALVÃO, Rafael. Paulo Francis. Blog *Rafael Galvão*. Disponível em: <<http://www.rafael.galvao.org/2006/01/paulo-francis/>>, acesso em 07/09/2010.

GASPARI, Elio. Doutor Joel Rennó, o senhor ganhou. *Folha de São Paulo; O Globo*, 05/02/1997.

GUARACY, Thales. Paulo Francis por ele mesmo (Entrevista). Revista *Cult*, Edição 110, março de 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/paulo-francis-por-ele-mesmo/>>, acesso em 12/07/2011.

Guerra de extermínio: na mesma Folha, Paulo Francis e o ombudsman Caio Túlio atingem o máximo em matéria de insultos. *Veja*, Editora Abril, Ano 23, edição 1119, n. 8, 28/02/1990, p. 66-67.

*Hélio Fernandes: nove décadas de jornalismo*, entrevista concedida ao jornalista Geovaldo Carvalho, em 7 de julho de 2009, disponível em: <[http://www.blogdodgevaldo.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=85&Itemid=2&bsb\\_midx=8](http://www.blogdodgevaldo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=85&Itemid=2&bsb_midx=8)>, acesso em 26 de julho de 2011.

LESSA, Ivan. A mais brilhante contundência. *Veja*, Editora Abril, ano 30, n. 6, 12/02/1997, p. 78.

LÖWY, Michael. A 4ª Internacional na América Latina: os anos 1950. *Cadernos AEL*. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, p. 197-215, 2005.

LUNGARETTI, Celso. Paulo Francis, com um pouco de compreensão. Blog *Apesar de Você (1964-1985)*. Disponível em:

<[www.Apesardevc19641985.blogspot.com.br/2010/01/paulo-francis-com-um-pouco-de.html](http://www.Apesardevc19641985.blogspot.com.br/2010/01/paulo-francis-com-um-pouco-de.html)>, acesso em 12/10/2012.

MAESTRI, Mário; JAKOBSKIND, Mário Augusto. A historiografia envergonhada. *História & Luta de Classes*, p. 125-131, Abril de 2005.

MAFRA, Cláudio. A Petrobrás e o caso Paulo Francis; a Dona no campo de concentração. Blog *Reflexões Radicais*. Disponível em: <<http://claudiomafra.com.br/a-petrobras-e-o-caso-paulo-francis-a-dona-no-campo-de-concentraca/>>, acesso em 06/02/2012.

MAINARDI, Diogo. Acabou o antídoto contra o abjeto. *Veja*, Editora Abril, ano 30, n. 6, 12/02/1997, p. 79.

MARTHE, Marcelo. Ácido e carinhoso. *Veja*, Editora Abril, Edição 2147, 13 de janeiro de 2010, disponível em: <<http://veja.abril.com.br/130110/acido-carinhoso-p-120.shtml>>, acesso em 01/09/2010.

*Memória Roda Viva*. Entrevista com Paulo Francis (em 31 de outubro de 1994). Disponível em:

<[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/35/entrevistados/paulo\\_francis\\_1994.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/35/entrevistados/paulo_francis_1994.htm)>, acesso em 20/07/2010.

*Memória Roda Viva*. Entrevistas com Ziraldo (em 17 de julho de 1999), Millôr Fernandes (em 03 de abril de 1989), Sérgio Cabral (em 10 de dezembro de 1997), Nelson Motta (em 14 de agosto de 1995).

MENDES, Lucas. Paulo Francis – “Atenção que o Nhô Nhô Vai Gravar”. Revista *Bravo*, Janeiro/2010. Disponível em: <<http://bravonline.abril.com.br/conteudo/cinema/paulo-francis-atencao-o-nho-nho-vai-gravar-524150.shtml>>, acesso em 01/09/2010.

MERCADANTE, Luiz Fernando. O Bondoso Professor Heilborn. *Vintenário da Imprensa* (duas décadas de imprensa em revista), Perfis: Paulo Francis, março de 1989, Ano II, n. 19.

NETO, Geneton Moraes. Dois encontros de Geneton Moraes Neto com Paulo Francis lançam luz no jornalismo "chapa branca" recheado de bom-mocismo politicamente correto. Blog *Mais Barulho!* Disponível em:

<<http://www.maisbarulho.blogspot.com.br/2012/02/dois-encontros-de-geneton-moraes-neto.html>>, acesso em 03/03/2002.

Nosso humorista que se encerra [Entrevista com Paulo Francis]. *Folha de São Paulo*, Mulher, 31/07/1983.

O risco da censura: juiz eleitoral proíbe jornalista de escrever sobre o candidato Suplicy. *Veja*, Editora Abril, Edição 1262, ano 25, n. 47, 18/11/1992, p. 38.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *História & Luta de Classes*, Marechal Cândido Rondon, julho 2007, p. 43-49.

Papo cabeça [Entrevista com Paulo Francis]. *Folha de São Paulo*, Caderno D, 16/09/1990.

Paulo Francis por ele mesmo (Entrevista). *Revista Cult*, 14/03/2010.

Paulo Francis vende mais. *Veja*, Editora Abril, edição 1174, ano 24, n. 12, 20/03/1991, p. 45.

PEREIRA NETO, Murilo Leal. Ideias políticas e organização partidária do POR (1952-1964). *CADERNOS AEL*. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v. 12, n. 22/23, 2005, p. 123-163.

Perfis: Paulo Francis. *Memória Globo*. Disponível em:

<<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYP0-5271-265393,00.html>>, acesso em 22/07/2011.

PINTO, Lúcio Flávio. A verdade sobre a morte de Francis. *Observatório da Imprensa*, 27/07/2010, edição 600, Ano 17 - nº 749. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a\\_verdade\\_sobre\\_a\\_morte\\_de\\_francois](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_verdade_sobre_a_morte_de_francois)>, acesso em 06/03/2012.

PINTO, Lúcio Flávio. Paulo Francis e a bomba esquecida. *Observatório da Imprensa*, 04/05/2010, edição 588, Ano 17 - nº 750. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/paulo\\_francois\\_e\\_a\\_bomba\\_esquecida](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/paulo_francois_e_a_bomba_esquecida)>, acesso em 6/3/2012.

PIZA, Daniel. Fragmentos de um Paulo Francis amoroso. Sítio *Digestivo Cultural*. Disponível em: <<http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=60>>, acesso em 20/07/2010.

PIZA, Daniel. O texto que fica. *Revista Cult*, Edição 110, março de 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/o-texto-que-fica/>>, acesso em 16/10/2012.

POLZONOFF JR, Paulo. Ele, Francis. *Digestivo Cultural*, 06/02/2002. Disponível em: <<http://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=403>>, acesso em 02/09/2010.

ROSA E SILVA, Cláudio Humberto. Leu, bateu, levou: em *O Relógio de Pascal*, Caio Túlio conta sua experiência como o primeiro ombudsman do país. *Veja*, Editora Abril, Edição 1202, ano 24, n. 40, 02/10/1991, p. 90-91.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 195-212, jul-dez de 2007. Disponível em: <[http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF15/H&R\\_Motta.pdf](http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF15/H&R_Motta.pdf)>. Acesso em 15 de setembro de 2013.

SARMATZ, Leandro. Uma língua do balacobaco. *Zero Hora*, Porto Alegre, Segundo Caderno, 05/02/1997, p. 4.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e Ditadura: A trajetória intelectual de Alexandre Garcia. *Antítese*, Goiânia (GO), CEPEC, n. 10, p. 106-124, novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.historiaepoder.net/images/textos/carlaantitese.pdf>>. Acesso em 15/09/2013.

\_\_\_\_\_. *Veja e Ditadura: A memória dos militares refaz a história*. *Historia Actual Online*, Cadiz, Número 31, p. 95-107, Primavera 2013. Disponível em:

<<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/752/712>>.  
Acesso em 15/09/2013.

SILVA, Marcos. Jornalismo retrospectivo e quase-História (imaginem se a Ditadura fosse desavergonhada!). *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 34, p. 80-84, maio de 2005.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Sob o dogma da liberdade: a história do Correio da Manhã. *Recine*, n.4, setembro de 2007.

SCHWARCZ, Luiz. Os dois Francis (1/7/2010). Blog *da Companhia das Letras*. Disponível em: <<http://www.blogdacompanhia.com.br/2010/07/os-dois-francis/>>, acesso em 06/02/2012.

Sobre Paulo Francis (trechos). Revista *Cult*, Edição 110, março de 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/sobre-paulo-francis/>>, acesso em 16/10/2012.

STERZI, Eduardo. A dialética da impiedade: Paulo Francis. *Jornal da Universidade (UFRGS)*, Porto Alegre, v. 28, p. 9, 2000.

STERZI, Eduardo. A infância intelectual de Paulo Francis. *Zero Hora*, Porto Alegre, Revista ZH, p. 9, 8 de setembro de 1996.

STERZI, Eduardo. O coração derrotou a razão. *Zero Hora*, Porto Alegre, Segundo Caderno (Especial Paulo Francis), p. 1, 5 de fevereiro de 1997.

STERZI, Eduardo. O genial testamento do polemista. *Zero Hora*, Porto Alegre, Revista ZH, p. 9, 8 de setembro de 1996.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Conversões. *O Globo*, 21 de julho de 2013, p. 17.

WAINBERG, Jacques; CAMPOS, Jorge; BEHS, Edelberto. Polemista, o personagem esquecido do jornalismo. *INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação*, São Paulo, v. XXV, n. 1, p. 47-68, 2002.